Digitized by the Internet Archive
in 2015

https://archive.org/details/santacasadamiser00ribe

COMMEMORAÇÃO DO IV CENTENARIO DA INSTITUIÇÃO DA MISERICORDIA

# A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

(SUBSIDIOS PARA A SUA HISTORIA)

1498-1898

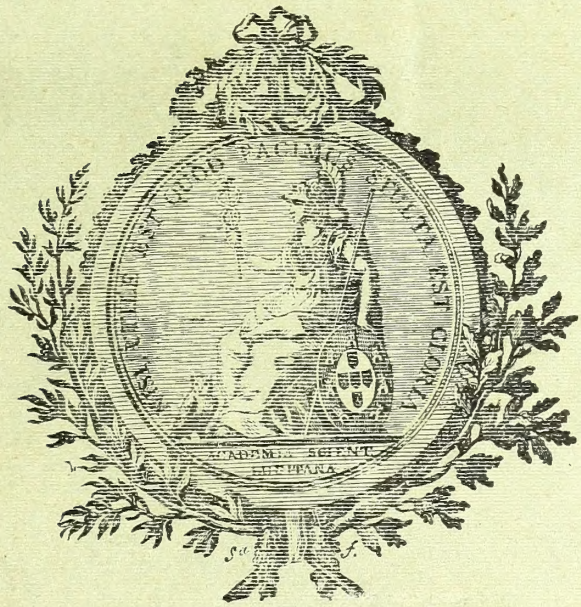
## INSTITUIÇÃO, VIDA HISTORICA, ESTADO PRESENTE E SEU FUTURO

POR

VICTOR RIBEIRO

Socio effectivo da Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes
e socio correspondente do Instituto de Coimbra

(VOLUME ILLUSTRADO COM 22 ESTAMPAS E 14 FAC-SIMILES)



LISBOA
Typographia da Academia Real das Sciencias
1902

# A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

(SUBSIDIOS PARA A SUA HISTORIA)

1498-1898

ESTA EDIÇÃO TEM 150 EXEMPLARES NUMERADOS

*Exemplar n.º* .....

*Pertence* .....

.....

COMMEMORAÇÃO DO IV CENTENARIO DA INSTITUIÇÃO DA MISERICORDIA

# A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

(SUBSIDIOS PARA A SUA HISTORIA)

**1498-1898**

## INSTITUIÇÃO, VIDA HISTORICA, ESTADO PRESENTE E SEU FUTURO

POR

VICTOR RIBEIRO

Socio effectivo da Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes
e socio correspondente do Instituto de Coimbra

(VOLUME ILLUSTRADO COM 22 ESTAMPAS E 44 FAC-SIMILES)

LISBOA
Typographia da Academia Real das Sciencias
1902

Extracto da Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, nov. ser., Classe de Sciencias Moraes, etc.

TOMO IX — PARTE II

Á MEMORIA

DO EXTINCTO PROVEDOR

# Doutor Thomaz de Carvalho

Saudoso, Excellente e Illustre Amigo,
como preito de gratidão e de eterna lembrança,

*Consagra*

*O Auctor.*

*Aos Ill.mos e Ex.mos Srs.*

*Julio de Castilho, Visconde de Castilho,*
*e Henrique da Gama Barros, do Conselho de S. M.*

Em testemunho de reconhecimento
e muita admiração pelos seus elevados dotes intellectuaes e moraes

*Offerece e dedica*
*este modesto trabalho*

*O Auctor.*

# SUMMARIO

PAG.

Palavras previas ..... XIII

## PARTE I

### INSTITUIÇÃO DA MISERICORDIA E SUA VIDA HISTORICA

CAPITULO I.— A Renascença em Portugal.— A febre dos descobrimentos.— O fausto e o luxo originam a miseria publica.— D. João II e a rainha D. Leonor.— A morte do infante D. Affonso.— Obras piedosas da rainha e do seu confessor.— Caracter excelso d'esta princeza.— Instituição da Confraria.— El-rei D. Manuel ..... 3

CAPITULO II.— Os Instituidores.— Vida e piedade da rainha D. Leonor.— Tradições gloriosas de rainhas portuguezas.— O venerando trinitario fr. Miguel Contreiras.— O seu retrato e as bandeiras das Misericordias.— Os heroes das conquistas e os heroes da beneficencia e da humanidade ..... 17

CAPITULO III.— 1498-1580.— A instituição da Confraria e reputação que creou.— A Misericordia de Florença.— O primeiro compromisso e sua reforma.— Fins da Irmandade.— O primeiro edificio.— A egreja da Misericordia e a Conceição Velha.. 39

CAPITULO IV.— 1580-1630.— Os Filippes e a Santa Casa da Misericordia de Lisboa. — O Compromisso de 1618.— Como foram estatuidos os serviços e beneficios das Misericordias ..... 83

CAPITULO V.— 1637-1834.— Relações entre a Misericordia e a Camara de Lisboa.— A creação dos expostos.— O terremoto, a nova Casa de S. Roque e as grandes reformas pombalinas.— Protecção dada por D. Maria I.— Decadencia da instituição até 1834 ..... 115

PAG.

CAPITULO VI.—1834-1897.—A Commissão administrativa.—Estado dos estabelecimentos.—Outra mallograda reforma do Compromisso.—O Conselho de Beneficencia.—A nova organização administrativa do Hospital e da Misericordia.—A questão da roda dos Expostos.—Os modernos Provedores... .... ..... 139

CAPITULO VII—Os edificios da Misericordia e suas preciosidades monumentaes e artisticas.—I. S. Roque, o sitio, o largo, a egreja; capellas, quadros, azulejos, sepulturas; obras, reliquias e alfaias.—A sacristia; o thesouro da capella de S. João Baptista.—Confrarias, solemnidades, tradições historicas.—II. Séde da Administração, as salas, os quadros e outras preciosidades; archivo.—III. S. Pedro de Alcantara: a egreja, capellas, quadros e sepulturas; o edificio.—IV. Outras dependencias:—Casa nos Barbadinhos; a Cartuxa de Laveiras ..... 171

CAPITULO VIII.—I. Privilegios da Confraria.—II. Insignias e sêllos.—III. Relação dos Provedores da Irmandade da Misericordia. 1498-1834..... 313

CAPITULO ADDICIONAL.—Celebração do IV centenario da instituição das Misericordias.—Primeiro pensamento d'esta commemoração.—O congresso das Misericordias no centenario da India.—O livro de Costa Goodolphim.—A commemoração da Misericordia de Lisboa. Programma e sua execução.—Singella e tocante celebração da Misericordia do Porto e valioso instituto que d'ella derivou.—A Misericordia do Rio de Janeiro.—O livro de Felix Ferreira e a presente monographia.—As Misericordias portuguezas na Exposição Universal de Paris de 1900..... 341

## PARTE II

### OS FUNDOS E RECEITAS DA SANTA CASA

CAPITULO I.—Os fundos e receitas da Casa.—Valores que constituem o capital da Santa Casa.—Os rendimentos, sua classificação..... 355

CAPITULO II.—As loterias.—Suas origens.—O duque de Lafões e a Academia Real das Sciencias.—Diversas loterias do começo do seculo XIX.—As rodas da loteria.—Moderna regulamentação das loterias da Santa Casa da Misericordia ..... 367

## PARTE III

### BENEFICENCIAS ACTUAES DA SANTA CASA

CAPITULO I.—Os meninos enjeitados no Hospital Real de Todos os Santos.—A Mesa dos enjeitados.—A Real casa dos expostos.—As exposições e as rodas.—A casa dos expostos em 1828.—Edificios diversos que habitaram.—O actual hospicio... 391

CAPITULO II.—A velhice protegida.—Amparo dos velhos incuraveis e entrevados de ambos os sexos.—Os hospicios, sua origem, população, organização e despesa... 421

PAG.
CAPITULO III.— O Recolhimento das orfãs. Origem e caracter d'este instituto ..... 429
CAPITULO IV.— Soccorros aos presos nas cadeias ..... 441
CAPITULO V.— O serviço religioso.— Os enterramentos.— A antiga casa mortuaria ... 445
CAPITULO VI.— Esmolas e beneficencias diversas.— Os legados.— As ordinarias.— Os dotes.— Os subsidios mensaes para rendas de casas.— A antiga bomba de incendios ..... 449
CAPITULO VII.— Os doentes soccorridos com medico e botica.— Relação chronologica dos facultativos que serviram a Santa Casa desde 1757 ..... 455
CAPITULO VIII.— Dar de comer a quem tem fome.— A sopa de caridade ..... 477

## PARTE IV

### O FUTURO DA MISERICORDIA

A caridade antiga e a beneficencia moderna.— O que é e o que pode vir a ser a acção caritativa da Misericordia.— O futuro da beneficencia ..... 484

Notas, additamentos e correcções ..... 513
Indice bibliographico ..... 535
Indice geral alphabetico ..... 549
Collocação e descripção das estampas ..... 561

# PALAVRAS PREVIAS

Na qualidade de Provedor da Misericordia de Lisboa procedia o dr. Thomaz de Carvalho, em 29 de junho de 1891, a uma solemne distribuição de premios a amas. Na allocução famosa, que n'essa occasião proferiu, esboçava em ligeiro quadro a historia da fundação da Misericordia e do seu successivo e posterior desenvolvimento.

Em outras allocuções se referiu aquelle illustre homem de lettras a varios episodios da vida historica da vetusta Confraria de caridade.

N'estes pequenos esboços, a que maior relevo davam as elegantes e eloquentes palavras em que o seu auctor os modelou, teve a primeira inspiração a presente memoria, que estas palavras antecedem.

O pensamento inicial d'este trabalho era apenas o de compendiar n'uma modesta e limitada *Noticia* a historia do pio estabelecimento, de que, desde 1892, eu era humilde funccionario.

Lancei as bases do projectado emprehendimento ahi por 1896, procurando, pesquizando, inquirindo. Como sempre succede, estes preliminares foram longos, demorados; mas em compensação as noticias, apontamentos, citações que ia colligindo, accumulavam-se, constituindo farto e avultado peculio.

Deve notar-se que para estas pacientes investigações luctava eu com a escassez de tempo; absorvidas as principaes horas do dia no desem-

penho das minhas obrigações profissionaes, apenas me restavam as noites e os dias santificados e feriados, emfim as conhecidas *horas de ocio* do pequeno e modesto funccionario, sempre invejadas e crivadas de malevolentes dicterios.

Foram estas horas que resolvi sacrificar, no intento de concluir este trabalho para a commemoração do IV centenario das Misericordias.

Contava eu, para este fim, com a annuencia e boa vontade do Provedor dr. Thomaz de Carvalho, de cujo esclarecido criterio eu esperava uma revisão da obra, acompanhada das correcções, que tão valiosas seriam provindo d'aquelle auctorizado e sapiente Mestre.

As leis fataes da vida humana haviam, porém, de vir cortar de um modo bem lamentavel estes meus planos. Os dias do eminente academico, meu muito illustre e excellente amigo, estavam contados. Aquelle espirito brilhante, aquelle agudo entendimento, sempre tão rapido na critica como accessivel na sua extremada bondade, fenecia alquebrado pela doença, n'uma triste prostração que se avizinhava da imbecilidade. Decahiram minadas por enfermidade atroz as faculdades excepcionaes d'aquelle cerebro; a marcha d'este abatimento foi rapida, progressiva; no decurso de um anno demudou-se o lesto, desembaraçado e atilado ancião no vivo cadaver de que todos os amigos dos seus ultimos tempos se lembram com magua.

Ainda lhe communiquei o meu intento; annuiu; mas eu bem comprehendi logo que n'aquelle cerebro e n'aquelle corpo estavam exhaustas as forças; perdi a esperança de poder vir a ministrar-me o auxilio intellectual que eu d'elle desejava impetrar.

Avolumava, porém, dia a dia, o material colligido, o que fez modificar o plano primitivo. A pequena noticia podia pois transformar-se n'um pequeno livro, em que se incluisse, além da parte historica, uma succinta nota dos beneficios que a Misericordia ainda hoje presta á sociedade portugueza.

Incitou-me n'este proposito a observação de serem exiguas e raras as noticias ácerca d'este piedoso instituto. Lembrei-me de que nas antigas communidades qualquer religioso da ordem, mais estudioso e dedicado, se abalançava a escrever a chronica do seu convento, com applauso

dos superiores e confrades, e com reconhecida vantagem para a historia, que, nos livros manuscriptos ou impressos d'esses escriptores fradescos, recolheu posteriormente abundantes e curiosas noticias de acontecimentos, de homens e de datas.

As preciosas *Chronicas* dos Carmelitas, da Ordem da Santissima Trindade, da de S. Domingos e tantas outras são ainda hoje relidas com interesse pelos investigadores e eruditos.

Instituição leiga, de um frade trinitario e de uma piedosa rainha, a Misericordia de Lisboa não teve um dedicado chronista como as ordens religiosas. Apenas os historiadores da Ordem da Santissima Trindade, no intuito louvavel de engrandecer o seu convento, relembravam sempre e pugnavam acerrimos pela reivindicação da gloria da fundação d'este instituto para o veneravel frade da sua casa, Miguel Contreiras.

A elles se deve, pelo memoravel inquerito que provocaram, e de que existe o precioso manuscripto no Archivo Nacional da Torre do Tombo, a conservação da memoria d'este venerando religioso. O livro que o frade trinitario fr. Bernardo da Madre de Deus escreveu para perpetuar a historia do facto perdeu-se ou jaz ignorado na paz de algum archivo.

Nos tempos presentes, de revivescencia dos estudos historicos, grande numero de monographias se tem occupado de especialmente estudar outras instituições historicas e sociaes do nosso paiz; figuram na vanguarda d'este movimento, como iniciadoras d'estas publicações, as camaras municipaes do paiz. D. João V, creando a Academia Real da Historia, promovendo a creação de muitas outras que pelo paiz se espalharam, e determinando, por sua carta régia de 7 de janeiro de 1721, que de todos os archivos e cartorios do reino se extrahissem, á custa das entidades a quem esses archivos pertenciam, todas as noticias que pudessem servir de elementos á historia ecclesiastica, politica e militar da nação portugueza,[1] fixou de uma fórma terminante a orientação a seguir n'estas investigações historicas.

A portaria de 8 de novembro de 1847, determinando a publicação de todos os documentos ineditos interessantes dos archivos municipaes, e

---

[1] Elementos para a *Historia do Municipio de Lisboa*, tom. XI, pag. 465, nota.

muitas corporações tomando identica resolução de publicar os seus documentos ou facultal-os a estudiosos e eruditos, que nos seus livros lhes teem dado publicidade, deram mostras dignas de louvor da sua intelligente dedicação pela sciencia historica nacional, que é a inestimavel guardiã das mais santas e gloriosas tradições da Patria.

Não tenho presentes, nem me proporia n'este logar fazer uma extensa enumeração das publicações valiosissimas que em Portugal se teem realizado n'estes ultimos tempos de actividade litteraria, promovidas por este salutar e patriotico intuito de salvar do olvido e da perda, tantas vezes criminosa, os documentos preciosos das eras passadas, evitando que elles se extraviem ou que alguem os inutilize, na vergonhosa persuação de que papeis velhos para nada prestam.

Não deixaremos de apontar, de relance, de entre o rol d'estas prestimosas publicações, as dos *Documentos historicos da cidade de Evora*, dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa* (mandados publicar pela Camara em commemoração do centenario pombalino) e dos *Annaes do municipio* do Porto.

Não só, porém, os municipios teem curado com interesse da sua historia. Muitos outros institutos teem sido objecto de estudos e investigações tendentes a fixar em livro a sua chronica passada.

O Hospital de S. José, a Casa Pia de Lisboa, e até mesmo algumas Misericordias do reino, taes como as do Porto, Castello Branco e Coimbra, possuem a sua historia escripta, ou pelo menos coordenados valiosos elementos para a sua elaboração. Por occasião do IV centenario da instituição das Misericordias (1898) a Misericordia do Rio de Janeiro teve a feliz iniciativa de publicar o magnifico estudo do sr. Felix Ferreira, citado tantas vezes n'este livro.

Não tinha, porém, historia escripta a veneravel Misericordia de Lisboa; o seu archivo antigo foi destruido totalmente pelo terremoto e incendio de 1755, e no que subsequentemente se ordenou nunca houve sequer condições materiaes de arrumação, nem teve ao menos, como o precioso e bem ordenado archivo do Hospital de S. José, os dedicados e zelosos cuidados de um archivista como o padre Leitão, ou a intelligente e superior direcção de José Maria Antonio Nogueira.

Já em 1634 o Provedor da Misericordia de Lisboa, respondendo ao pedido que lhe fazia o da Misericordia fluminense, da copia de um alvará de 1536, dizia em carta, com adoravel ingenuidade, que «*papeis tão antigos era impossivel encontrar-se*».[1]

Em 1819 o dr. Gouvêa Pinto, que por aviso régio de 4 de fevereiro vinha auctorizado a proceder a investigações no archivo da Misericordia, declara no seu livro[2] ter luctado com grandes difficuldades, e queixa-se amargamente de lhe não terem mostrado livros que desejava vêr e que ao tempo alli deviam existir.

Assim persistiu sempre o archivo da Misericordia, n'umas condições que ainda ha pouco eram classificadas de vergonhosas por quem para isso tinha toda a auctoridade.[3]

Este concurso de circumstancias me levou a tentar este arrojado emprehendimento, que soffreu o primeiro revez com a morte do dr. Thomaz de Carvalho.

Cheguei a desistir do proposito ao saber que no numero das publicações commemorativas do Centenario da India se incluia um estudo do sr. Costa Goodolphim, intitulado *As Misericordias*.

Reconhecendo depois que o plano d'este livro era totalmente diverso, deliberei-me a concluir os meus trabalhos e a apresental-os ao Provedor da Misericordia de Lisboa, o Ex.mo Sr. Antonio Augusto Pereira de Miranda. Entreguei-os em junho de 1898, acompanhando-os de um

---

[1] Conta este facto o sr. Felix Ferreira no seu livro, a pag. 112.

[2] Pag. 149 do livro ácerca dos *Expostos*.

[3] Durante o longo espaço de tempo decorrido emquanto este livro se imprimia tem a Administração da Santa Casa estabelecido um grande numero de modificações e alterações nos serviços.

D'ellas fui dando conta em diversas notas que vão espalhadas pelo livro. N'este ponto cumpre-me gostosamente registar que recentes deliberações administrativas, do maior alcance para o futuro da Misericordia, parecem destinadas a pôr termo ao mau fado do archivo. Em 7 de agosto de 1902 foi encarregado da sua organização e conservação o advogado da Santa Casa, o sr. dr. Joaquim Theotonio Teixeira Duarte, cavalheiro de cujo zelo e competencia se deve esperar não só a boa arrumação dos documentos e livros, como tambem a elaboração dos indispensaveis inventarios, catalogos e indices.

Além d'isto incluiu a Provedoria no plano das obras de regularização da fachada do edificio de S. Roque a adaptação de vastas e apropriadas salas á accommodação do archivo.

officio em que fazia o offerecimento gratuito d'esta monographia nos seguintes termos:

«Se V. Ex.ª entende que esta modesta tentativa pode figurar na commemoração que V. Ex.ª projecta fazer, publicando-a a casa como livro destinado a consagrar e divulgar o conhecimento do que a Misericordia tem sido e é ao presente, livro cuja distribuição se deverá fazer em larga escala, eu da melhor vontade offerecerei a V. Ex.ª e á Mesa este modesto e insignificante trabalho», etc.

Tempos depois S. Ex.ª, com palavras de amavel e immerecido elogio, communicou-me que, tendo incumbindo alguem do exame do manuscripto, resolvia não publicar o livro, limitando-se a subsidiar a sua publicação, se ella se effectuasse.

Perante este despacho verbal, com o qual era forçoso conformar-me, e que representava o mallogro dos meus bons desejos de prestar á instituição, em cujos serviços me alistara, um tributo desinteressado e perduravel, desanimei de novo.

Decorrido muito tempo, o desejo de ouvir de bocca auctorizada o conceito que da leitura do meu livro se poderia formar, e as instancias de dedicados amigos, me levaram a submettel-o á apreciação do Ex.mo Sr. Julio de Castilho, que da melhor e mais graciosa vontade se prestou a examinal-o.

Tres dias depois da minha visita áquelle nosso illustre homem de lettras, douto e abalizado mestre em estudos de investigação historica e archeologica, recebia eu a amavel carta, de cujo conteúdo, extremamente lisonjeiro, peço licença para destacar os seguintes periodos, que foram os primeiros incitamentos determinantes d'esta publicação academica. Dizia-me o meu illustre censor:

«Depois da sua visita do dia 29 passei o resto da tarde, o dia 30 de abril e parte de hoje lendo o manuscripto, que teve a extrema bondade de me confiar, do seu livro *A Santa Casa da Misericordia.* Devo dizer com franqueza: gostei immenso. Este livro enche a alma. Ha aqui

muita investigação e muito methodo, muita dedicação e muito calor. Aprendi n'esta agradavel e *suggestiva* leitura muita coisa que ignorava. Honra a quem tal uso faz do seu tempo e da sua intelligencia. As origens d'esta fundação commovedora estão muito bem investigadas; e de tudo isto resaem luminosas as grandes figuras historicas de fr. Miguel de Contreiras e da rainha D. Leonor.

«A transformação gradual da instituição primitiva, segundo as exigencias dos tempos, vem muito bem deduzida, desde as primeiras tentativas na *Terra-Solta* até á sopa de caridade. As antiguidades do edificio manuelino até ás da actual egreja de S. Roque interessam a todos e namoram-me a mim em especial. Vejo em tudo, não a penna de um bisonho, mas a mão experiente de um dedicado trabalhador. Muitos e muitos parabens. De tudo quanto se escreveu ácerca da Misericordia é este livro o mais completo.

«É indispensavel imprimil-o...»

Animado d'esta sorte, dirigi o meu estudo á *Academia Real das Sciencias*, ampliando e desenvolvendo muitos capitulos.

Assim se transformou afinal a noticia historica em memoria academica.

A Segunda Classe da Academia Real das Sciencias incumbiu o seu socio sr. Henrique da Gama Barros de dar o parecer sobre a publicação do livro. Este parecer, apresentado e approvado nas sessões de 11 de janeiro e 22 de fevereiro de 1901, era do teor seguinte:

«O manuscripto do sr. Victor Ribeiro, intitulado — *A Misericordia de Lisboa — Subsidios para a sua historia,* — representa muito mais do que modestamente inculca o sub-titulo, porque é antes a historia desenvolvida d'essa maravilhosa instituição de caridade, desde a sua fundação até o tempo presente.

«Compilando as noticias espalhadas em chronicas monasticas e em diversas obras antigas, examinando documentos ineditos existentes no archivo da Santa Casa e na Bibliotheca Nacional de Lisboa, aproveitando tambem nos escriptores modernos as indicações que podiam tornar mais completo o seu estudo, o sr. Ribeiro não só refere a vida historica e economica da Misericordia de Lisboa, com todas as vicissitudes por que tem passado, senão que pa-

tenteia com minuciosidade a maneira como ella se desempenha do cargo da sua instituição, exercendo a favor dos desvalidos a virtude mais nobre e mais pura entre todas as virtudes christãs.

«O auctor dividiu o seu trabalho em quatro partes. A primeira comprehende a instituição da Misericordia e a historia d'este estabelecimento até a actualidade. A segunda descreve os rendimentos applicados ao cumprimento dos encargos. Na terceira expõe com individuação a natureza dos encargos. A quarta destinou-a o auctor a diversas considerações geraes, que lhe suggeriu o estudo, relativas ao progresso que pode ainda ter a acção benefica da Misericordia na sua elevada missão de proteger os necessitados.

«Pela importancia do assumpto, pela fórma por que está tratado, parece á secção de Historia e Archeologia que o manuscripto do sr. Victor Ribeiro é digno de ser publicado, por conta da Academia, na collecção das suas Memorias.»

«Academia Real das Sciencias, 7 de janeiro de 1901.»

Assignados — *Ignacio Francisco Silveira da Motta*
*Henrique da Gama Barros*
*Jayme Constantino de Freitas Moniz*
*José Ramos Coelho.*

De tudo o que propositadamente expuz n'estas *palavras previas* se deprehende que não deve esperar-se d'este livro uma obra de acrisolada investigação, sujeita ao rigor da critica impiedosa. Ella representa apenas um livro de vulgarização, sobre o qual os investigadores professos poderão bordar o farto material que a aturada permanencia nos archivos lhes pode fornecer.

Não me permittiam as minhas occupações mais profundas e accuradas pesquizas; faltaram-me elementos indispensaveis para o estudo. Limitei-me a coordenar e compilar tudo quanto consegui obter de noticioso e interessante ácerca da Misericordia de Lisboa.

Não terá a obra, porém, mera utilidade historica. Ha de servir tambem para tornar conhecidos do vulgo os variadissimos beneficios realizados pela Misericordia. Para a grande maioria das pessoas, ainda mesmo das menos illettradas, a beneficencia da Santa Casa consiste apenas na creação dos expostos; importa pois pôr bem em evidencia os

multiplices serviços e beneficios que o pio estabelecimento de caridade todos os dias presta. Com esta divulgação muito terá a lucrar o instituto, porque a noticia de suas bemfeitorias irá despertar em muitas almas generosas e boas a idéa de lhe offertar doações e esmolas, ou de lhe testar deixas e legados, com a somma dos quaes a Santa Casa possa mais largamente occorrer aos seus encargos caritativos.

Resta-me agradecer profundamente a todas as pessoas que de qualquer fórma, pelos seus conselhos, indicações e auxilio de toda a especie, me ajudaram e animaram.

Não especialisarei nomes, o que me levaria longe. N'este agradecimento envolvo, commovidamente, quantos de boa vontade cooperaram n'este trabalho, desde os que pelo seu conselho e iniciativa superior determinaram a publicação, e a esses se dirigem as dedicatorias do livro, até áquelles que na officina lhe deram o ultimo acabamento, compondo-o, imprimindo-o e illustrando-o.

---

«Temos em Portugal uma instituição que nos honra, que tem sido louvada, invejada por todos os povos, que é a melhor instituição que eu conheço, que nasceu com a monarchia, ou antes veiu á luz na sua virilidade e robustez, que a acompanhou por todas as partes do mundo, que a seguiu aos mais remotos confins do globo, onde ella foi levar a cruz e a civilização, o evangelho e o commercio, a liberdade e as suas colonias. Em nenhum paiz da terra ha instituição philantropica superior, nem egual! nenhuma nação teve ainda reis ou leis que fizessem de eguaes instituições uma condição social tão generica, tão uniforme, e por consequencia tão facil de vigiar e fiscalizar. Mas em que estado estão as nossas Misericordias? No peor possivel.»

VISCONDE DE ALMEIDA GARRETT — Discurso proferido na Camara dos Pares em 10 de fevereiro de 1854. — *Diario* n.º 86. *Discursos*, pag. 220.

«De todas as instituições de caridade com que a munificencia dos nossos reis e a liberdade do povo dotaram o paiz nenhuma lançou mais profundas raizes na historia, nem extendeu mais largamente os seus beneficios, que a Misericordia de Lisboa.»

THOMAZ DE CARVALHO: Oração proferida em 29 de junho de 1891.

# PARTE I

## INSTITUIÇÃO DA MISERICORDIA E SUA VIDA HISTORICA

# CAPITULO I

**A Renascença em Portugal.— A febre dos descobrimentos.— O fausto e o luxo originam a miseria publica.— D. João II e a rainha D. Leonor.— A morte do infante D. Affonso.— Obras piedosas da rainha e do seu confessor.— Caracter excelso d'esta princeza.— Instituição da confraria.— El-rei D. Manuel.**

Alvorecia, com a quadra aventurosa dos descobrimentos maritimos, aquella gloriosissima epocha, que illuminou a humanidade com os seus esplendores, e em Portugal assignalou o periodo aureo da nossa soberania, o apogeu do luxo, do requinte artistico, da grandeza em todas as suas variadissimas manifestações,— aquella epocha, finalmente, tão conhecida na Historia Universal pelo nome de Renascença — e que em Portugal se traduziu no deslumbrante espectaculo dos reinados de D. João II e de D. Manuel.

As victorias alcançadas nas luctas pela independencia e firmadas de um modo tão indelevel na grande batalha de Aljubarrota, a côrte de D. João I, illustrada pela impolluta figura historica d'aquelle soberano e pelo concurso deveras notavel de sua esposa D. Filippa de Lancastre e de seus quatro filhos os principes D. Henrique, D. Pedro, D. Fernando e D. Duarte;—o inicio das expedições aventurosas pelas desconhecidas regiões do vasto Oceano;—as relações das viagens, o trato com os povos do Oriente, e o influxo da civilisação que dos mais adiantados paizes da Europa chegava até este recanto occidental, todos estes agentes tão variados e tão complexos produziram o desabrochar d'esse periodo de Renascença, no pequeno reino lusitano.

Das luctas medievaes, dos conflictos de classes, das pugnas entre o sacerdocio e os monarchas, d'essas pelejas fratricidas e inglorias que entenebrecem

as epochas rudes da primeira dynastia nacional, não restava já mais do que memoria nas descripções pittorescas e dramaticas dos nossos velhos chronistas. Retemperada n'aquellas mais gloriosas e aporfiadas guerras com Castella, de que a nossa nacionalidade conseguiu sahir bem definida e illesa, a alma nacional passou a manifestar aspirações e desejos, derivados da indole irrequieta e turbulenta dos animos meridionaes.

Pacificadas as dissenções internas, melhorado o meio social pelo influxo civilisador de uma sã e energica administração, o espirito dos lusos voejava por de sobre as aguas do Oceano que lhes banha as praias, e anhelava por essas conquistas, por essas aventuras em paragens tão remotas como desconhecidas.

Não contentou estas aspirações de um povo a primeira expedição dos *fronteiros* de Africa. A lucta com os sarracenos, nossos velhos antagonistas nas cruzadas da Peninsula, não offerecia ainda o attractivo novo, o ideal de imprevistos e maravilhosos commettimentos, com que sonhavam os guerreiros de D. João I.

Era o mar, — era a dominação d'esse mar tenebroso, que se lhes antolhava perenne de surprezas condignas da sua indomavel audacia. A febre das navegações, achando no alevantado e poderoso intellecto do infante D. Henrique a protecção e direcção suprema, de que necessitava, alastrou, invadiu todos os espiritos, desde o rude plebeu que havia de produzir o nauta ousado, até ao mais fidalgo cavalleiro que devia erguer-se a capitão de naus.

Por todo o reino, de norte a sul, da costa até á mais distante fronteira, correu o fremito da viagem maritima. Durante largos annos só se cuida nas expedições, só se pensa em armar as caravellas, as naus, onde embarquem os affoitos, arrojados viajantes, em busca de novas terras, por onde se ha de dilatar o imperio dos lusos.

D. João I, solicitado e ajudado por seus filhos, — D. Duarte, quando empunhou o sceptro, — D. Affonso V, nos intervallos das luctas em que conquistou tão glorioso renome, — e por fim, o grande rei, o principe de ferro, que com a sua vontade indomavel subjugou a orgulhosa nobreza do reino, — todos os soberanos se deixaram dominar por esta onda, pela mesma febre, e todos elles secundaram, dirigiram e impulsionaram o grandioso movimento dos descobrimentos maritimos.

E assim, desde o feliz reinado do Mestre de Aviz, em que pela vez primeira se descobrem as ilhas dos Açores, até ao do esperançado João II, em que se dobra o Cabo das Tormentas, cujo nome elle substitue pelo de Cabo da Boa Esperança, — vão sempre os portuguezes ousados percorrendo os mares, costeando aquelle immenso continente a que chamamos *negro,* accrescentando em cada mez, em cada anno, novos nomes á geographia e novas terras e dominios para a sua patria e para seu rei.

Não eram, porém, sómente, os descobrimentos maritimos que deviam alevantar, pelos seus opimos resultados, o nivel moral e material do nosso pequeno paiz. Outros elementos não menos valiosos concorreram para nos crear n'aquelles tempos uma posição eminente entre as nações mais cultas da Europa.

O movimento intellectual a que se consagrou o nome historico de Renascimento tinha tambem aqui os seus iniciadores e propugnadores. Na côrte e nos mosteiros aguçava-se pelo estudo o intellecto humano; preparavam-se na sombra os eruditos e pujantes chronistas, destinados a enaltecer com a sua pintura colorida e viva os grandes feitos nacionaes; inspirava-se o estro que havia de romper em trovas e cantares, para mais tarde elevar o pensamento á subida concepção do nosso grande e inolvidavel poema patrio; apurava-se o idioma, estudando-se a grammatica nacional; e nas officinas dos artifices brotava espontanea a educação artistica, que havia de produzir essas maravilhas do cinzel, quer trabalhando na fria pedra de uma egreja manuelina, quer burilando no ouro das páreas indianas a finissima custodia cravejada com as preciosas pedrarias do Oriente.[1]

Dos paços reaes partia exemplo e protecção. Creavam-se nos palacios verdadeiras academias de cosmographia e de sciencias; organisavam-se bibliothecas e, annos depois, protegia-se o desabrochar do theatro nacional. Ao mesmo tempo animavam-se as artes, ordenando-se a construcção d'esses maravilhosos templos, onde a piedade christã, de envolta com o fino gosto artistico, accumulava os mais admiraveis portentos que da mão do homem podem sahir.

Tal era, no mais limitado esboço, o grande movimento, que se por um lado devia elevar Portugal a um periodo de riqueza apparente, de prestigio, de esplendor, de aureo brilhantismo na sua vida politica, nas suas relações com as outras nações da terra, por outro lado devia trazer, como funestas consequencias, o futuro decahimento da nossa vitalidade.

Na verdade, logo que esta febre dos descobrimentos, das viagens, abalou o povo portuguez, logo que todos os animos se voltaram para esta nova fórma de actividade e logo que entrou no convencimento de todos que, de taes emprehendimentos, se poderiam auferir faceis e avultados proventos, era vêr qual mais depressa abandonaria os seus lares e as suas occupações, em troca d'aquellas bem agouradas e lucrativas emprezas.

O que enriquecia uns depauperava outros, exhaurindo o solo da patria, que ficava ao abandono, inculto, esteril, por tal modo, que d'este desequilibrio

---

[1] Assim o diz a inscripção da celebre custodia, que figurou na Exposição de Arte Ornamental, sob o n.º 1 da Sala G, representada na fig. 118 do catalogo e descripta no mesmo a pag. 127.

não seria difficil prevêr a miseria publica que dentro em pouco campearia, em duro contraste com as pompas e fausto dos senhores engrandecidos e dos mercadores a quem o avultado trafico commercial enriquecera.

Lisboa assumia n'aquella epocha proporções de uma das mais importantes cidades da Europa. A ella affluiam barcos e viajantes de todos os paizes em busca dos tão procurados e desejados productos do Oriente, trazidos pelos nossos navegantes, e portanto, a este rapido augmento de população, permanente e fluctuante, correspondiam todos os males e vantagens que os modernos economistas teem apontado como consequencia forçada dos grandes agrupamentos humanos.

Se lucravam o commercio e a industria; se a par de tão avultado trafego, nas relações assiduas entre tão variadas gentes, se poliam os costumes e divulgavam os conhecimentos, se portanto o movimento economico e intellectual attingia um desenvolvimento notavel, não é menos certo que no meio de tal acervo humano pullulavam as miserias; ao ruido, ao afan do grande emporio, accorriam de toda a parte do reino os famintos, os desvalidos. D'aqui provieram os grandes males que, annos mais tarde, em tempo de D. João III, assolaram a capital, espalhando-se por todo o reino:—as fomes, causadoras de tantas victimas e indicativas de quão falsa era a apparencia de luxo e de grandeza, sob a qual se acobertava a miseria em que a imprevidencia deixara submergir-se a nação, em meio de tantos e tão ridentes sonhos de felicidade.

*

* *

Este era o estado latente do paiz, nos primeiros annos do reinado do joven D. Manuel, duque de Beja, irmão do desventurado duque de Vizeu.

Á falta de outro herdeiro da corôa, mais de sua feição, adoptara-o á hora da morte o grande D. João II.

A esposa do energico e inflexivel monarcha sobrevivera ao marido, minada pelo desgosto profundo da morte do filho, essa lancinante perda que anniquilara de corpo e alma o Principe Perfeito. Era n'esse filho que o astuto monarcha punha todas as suas esperanças. Havia-o consorciado com a filha unica dos reis Catholicos, e destinava-o portanto ao grandioso papel de governar sobre o immenso imperio luso-hispanico, quando aquella morte desastrosa e inesperada veiu quebrar o sonho dilecto de D. João II.

Foi indefinivel a dôr que o levou á sepultura, desgostoso da vida, alquebrado, abatido, elle, o grande rei, que com a sua vontade de ferro havia dominado sobre os homens e levado de vencida o proprio oceano immenso.

Ao seu reinado, em que o animo inquebrantavel do monarcha soubera im-

pellir o reino na senda das glorias imperduraveis, que ainda ha poucos dias se festejaram e consagraram, ia succeder outro reinado, mais brilhante ainda e venturoso, porquanto, livre já das peias e difficuldades que para o fallecido monarcha haviam sido uma fonte perenne de luctos e dissabores, sem as incertezas dos tentamens difficeis e de mal sonhados effeitos, era ao mesmo tempo aureolado com o completo desabrochamento das artes, das lettras, do commercio e da arte nautica, fructos sazonados já d'essa evolução lenta, tão sabiamente preparada e auxiliada pelos egregios principes da popular dynastia de Aviz, desde o seu fundador.

Nem tudo, porém, foram venturas e glorias, no reinado do principe D. Manuel, a quem os historiadores appellidaram de Afortunado ou Venturoso; se, por um lado, o lustre de uma requintada civilisação engrinaldava este periodo celeberrimo da nossa historia patria com os louros das victorias e das conquistas, com os descobrimentos dos seus sabios e os poemas dos seus cantores, por outro lado, no fundo d'aquelle quadro fulgurante, negrejava a miseria com todos os seus horrores, denunciando o descuidoso espirito meridional, absorto nas aventuras de além-mar e nas trovas e festins dos paços reaes.

Descurava-se tudo que directamente interessava ao bem estar da nação, posta unicamente a mira nas longinquas façanhas dos nossos extraordinarios heroes.

Pregados os olhos em semi-deuses, taes como os Almeidas, Gamas e Albuquerques, esquecia-se Portugal da sua vida propria, organica; embevecido na gloria de seus filhos, deixava-se morrer exanime, de fome e de doença.

Não se cuidava nem na saude publica, nem na agricultura, nem na segurança individual, nem na administração da fazenda do estado.

As nossas velhas cidades arabes e romanas, medievicas, de ruas sujas, estreitas, sombrias, apertadas entre a casaria infecta, de predios mal construidos, agglomerados, onde formigava uma população densissima, eram verdadeiros viveiros das epidemias que lavravam, irradiando e propagando-se com assustadora intensidade. As estradas, poucas e más, que ligavam as provincias do paiz, eram mal seguras, infestadas de quadrilhas de bandidos, que assaltavam os viandantes, roubando-os e matando-os. As estalagens dos povoados não offereciam maior segurança das vidas, além de se revestirem do mais repugnante aspecto de sordidez. Tudo difficultava a vida do povo, o qual via por entre o brilhantismo do luxo e esplendor da côrte transluzir a corrupção da sociedade, que havia de produzir a fatal miseria e decadencia da nação.

A peste assolava o reino amiudadas vezes. A grande capital foi mais de uma vez dizimada na sua já grande população por esse flagello terrivel, que na ingenuidade das crenças d'aquelles tempos se combatia tão sómente com as procissões, as novenas e as preces nas egrejas.

A este espectaculo duplamente grandioso e terrivel, de glorias funambulescas e miserias latentes, assistiu, serena na sua dôr de mãe e de viuva, essa inolvidavel figura de bondade, esse anjo soffredor que, para minorar os tormentos de seu coração angustiado, espargiu a flux sobre os miseraveis e os desvalidos os thesouros inexgottaveis da sua immensa caridade.

Pertencia a rainha D. Leonor, modelo excelso de mulher e de rainha, á egregia e portugueza familia do augusto fundador da dynastia, a essa familia predestinada que deu á patria tantos heroes, tantos sapientissimos infantes, que em todos os ramos do saber humano lograram deixar nomes com que a patria e a historia se envaidecem.

Filha do principe D. Fernando (duque de Vizeu, filho de El-rei D. Duarte), e da infanta D. Brites (filha do principe D. João, irmão do mesmo monarcha), a rainha D. Leonor, nascida em 2 de maio de 1458, casara com o seu primo co-irmão, que subindo ao throno de Portugal obteve dos justos historiadores o cognome de *Principe Perfeito.*

Vejamos como nol-a apresentam os seus biographos. No dizer de um dos mais delicados e apurados escriptores do nosso tempo, de cuja penna sahiram os primorosos retratos das nossas mais afamadas princezas, e que reune aos finos dotes de litterato emerito os mais profundos conhecimentos do homem de sciencia, era a rainha D. Leonor:

«... de singular formosura de corpo e de espirito; adornavam-lhe a alma attributos não vulgares. Sua prudencia e juizo captivaram desde tenros annos a amisade e consideração de seu irmão D. Manuel que depois foi rei de Portugal.» [1]

Diz-nos mais o mesmo biographo:

«Não foi livre de desgostos a vida de D. Leonor. Logo no principio do reinado, das luctas contra a nobreza soffreram os seus parentes, sendo degolado seu primo e apunhalado seu irmão, cuja memoria ainda foi perseguida pelo rei implacavel, bem como os seus parentes e amigos. O proprio D. Manuel duque de Beja, nunca alcançou a affeição do rei que hesita muito em o reconhecer seu successor na corôa.» [2]

A morte do filho querido, morte desastrosa e horrivel, destruindo pela base os sonhos ambiciosos do grande rei, e levando-o á sepultura, bem como

---

[1] F. F. Benevides. *As Rainhas de Portugal*, p. 298.
Idem, *idem.*

a morte do esposo, ainda mais alancearam aquelle coração dulcissimo. Ainda que debil e de delicada saude, a rainha D. Leonor sobreviveu trinta annos a D. João II, empregando estes annos da sua vida na pratica das mais acrisoladas virtudes, deixando á posteridade instituições que trouxeram o seu nome entretecido de louvores até á data de hoje, em que de envolta com os festejos ainda recentes, que celebraram os feitos heroicos do Gama, com egual fervor se enaltecem e apregoam as obras de tão piedosa e beneficente princeza.

A sua dôr pela morte do filho idolatrado foi tão profunda e duradoura que por todo o resto da sua vida nunca mais a Santa Rainha consentiu em separar-se da rede de pescador onde fôra recolhido e sobre a qual exhalara o derradeiro alento o desventurado principe D. Affonso; e até para os brazões das suas villas ordenou que se adoptassem como insignias, a um lado a rede e a outro um pelicano, que era a divisa usada pelo seu amado esposo D. João II.[1] E tanto se lhe entranhou no espirito angustiado esta paixão profunda pela falta d'aquelles dois entes a quem mais no mundo tinha amado, que não só se dedicou inteiramente, como já dissemos, á pratica das mais aturadas obras de piedade e beneficencia, como tambem buscou e conseguiu crear em volta de si, no meio influente e opulento em que vivia, uma corrente fortissima de acção caritativa para as miserias e desventuras do proximo. Como rainha e senhora, influia D. Leonor por todos os meios para minorar as dôres e suavisar os infortunios alheios, já por obras pias particulares que escapam á chronica mais indiscreta, já por instituições beneficas, d'entre as quaes avulta a creação a expensas suas do famoso hospital das Caldas.

O seu exemplo serviu de modelo e incitamento para identicos tentamens.

É assim que, sem nos alongarmos por agora muito com divagações que nos afastariam do nosso proposito, diremos sempre que n'esses actos a acompanharam e imitaram, entre outras, a celeberrima infanta D. Maria, filha posthuma de El-rei D. Manuel, cujas salas eram o centro de reunião mais selecto de eruditos e artistas, verdadeira academia onde se cercava de luzido cortejo de notabilidades masculas e femininas, taes como as Sigêas e as filhas de Gil Vicente. Esta princeza emerita foi tambem uma das maiores bemfeitoras da pobreza, e por sua morte deixou avultados legados para esmolas, redempção de captivos, dotes a orphãs, vestidos a pobres, etc. Outro filho de D. Manuel,

---

[1] A divisa de D. João II era um pelicano, tendo escripto POLA LEI E POLA GREI. Via-se no portal gothico do Hospital de Todos os Santos e no da Madre de Deus. Na edição illustrada da *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas, no tomo III, p. 160, vê-se a reproducção curiosa de uma gravura do livro *Vita Christi* de Ludolpho, edição rarissima de 1496, mandado imprimir pela rainha D. Leonor, como adiante diremos. A divisa da rainha — a rede e o camaroeiro — vêem-se no portal da Madre de Deus, na pia de agua benta da mesma egreja, na Batalha, etc.

o infante D. Luiz, fundava tambem, n'aquelle venturoso reinado, o primeiro hospicio para militares invalidos, no grandioso convento de Belem, destinado a albergar nos dias da decrepitude os gloriosos mutilados das guerras da Africa e da Asia.

D'esta fórma a mesma egregia familia, a quem Portugal devia a sua emancipação autonomica, as gloriosas aventuras e descobrimentos maritimos e as conquistas de dilatados imperios, completava a sua obra, dando á Patria estas instituições não menos sublimes, onde os miseros e desvalidos podiam achar abrigo seguro contra a doença e contra a fome.

Encontrou portanto o melhor terreno no coração piedoso da virtuosa rainha o bondoso pensamento do seu confessor e celebre prégador Fr. Miguel Contreiras ou Contreras. Era este um frade valenciano professo do convento da Santissima Trindade,[1] que passou á cidade de Lisboa «onde foi morador, —refere Cardoso no *Agiologio Lusitano*—na casa da dita ordem, conservando sempre a boa opinião que suas lettras e virtudes mereciam, pelo que a Rainha D. Leonor o escolheu para seu confessor e prégador, officio que exerceu com satisfação e consolação espiritual de tão virtuosa rainha e por cujos conselhos (se tem por certo) fez ella aquellas obras merecedoras de immortal memoria (empregos de sua grande piedade e real magnificencia).»

É indubitavel, tantos são os auctores que assim o asseveram, ter sido o caritativo frade trinitario quem aconselhou a virtuosa rainha a crear em Portugal esta instituição, que tamanho renome ganhou, mercê das suas obras beneficas, a Santa Casa da Misericordia de Lisboa, da qual por imitação derivaram logo as Misericordias de todas as villas e concelhos no continente do reino, na Asia, na Africa e na America, por todas as extensas regiões do então vastissimo imperio portuguez.

Pertencia o veneravel frade trino a uma familia illustre do reino de Valencia, a familia dos Contreiras, de que, segundo dizem os seus biographos,[2] foi primeiro progenitor o famigerado conde Fernan Gonzalez, que infligiu aos ara-

---

[1] Ordem religiosa fundada em 1198 por João da Matta e Felix de Valois, e que foi introduzida em Portugal em 1217, em tempo de D. Affonso II, estabelecendo-se na Ermida de Santa Catharina, extra-muros da cidade antiga, em 1218. Denominava-se Ordem da SS. Trindade da Redempção dos Captivos, por ser esta a sua principal e especial missão. Foi a Rainha Santa Isabel quem lhe mandou edificar o convento (1286-1289), o qual continha o maior templo da capital n'aquella epocha. Mais tarde, quando D. Fernando construiu as novas muralhas da cidade, envolveu na sua linha o convento da Trindade. Só em 1560 se abriu a rua que vinha do Carmo para este convento, até á muralha, onde se rompeu um postigo, que teve o nome de Santa Catharina.

[2] Cardoso. *Retratos e Elogios dos varões e donas illustres de Portugal, e Chronica da SS. Trindade.*

bes da peninsula em 923 uma memoravel derrota, e de cuja estirpe descenderam muitos dos soberanos dos estados hispanicos.

Esta genealogia é talvez pura invenção do chronista, no adoravel intuito de enaltecer aquelle seu irmão pelas vantagens de uma nobre e antiquissima ascendencia. Pouco nos importa, porém, a linha genealogica d'aquelle cujos actos e intenções humanitarias por si bastam, e de sobra, para lhe aureolar o abençoado nome.

Outros biographos attribuem-lhe por patria a cidade de Segovia, parecendo, porém, mais certa a naturalidade de Valenciano, que mais geralmente se lhe designa. A gloriosa data do seu nascimento é a de 29 de setembro de 1431.

Logo de começo, nos primeiros estudos, revelou Miguel Contreiras, seguindo ainda o que nos referem os mesmos abalisados biographos, notavel talento e não vulgares meritos, que de mais em mais se manifestaram quando, depois de ter professado na Ordem da Santissima Trindade, na sua terra natal, começou a exercer a oratoria sacra, grangeando desde logo a reputação de prégador illustre, fama que o precedeu em Portugal, quando para aqui mudou a sua residencia effectiva. Foi no anno de 1481, na edade já avançada de 50 annos, que o illustre e bem afamado prégador veiu residir para a casa dos trinos de Lisboa, onde continuou por alguns annos a exercer a sua profissão de orador sagrado. Prégava na Sé Cathedral com o melhor recebimento por parte dos auditorios, que n'elle reconheceram e confirmaram as qualidades que a fama lhe apregoara, conquistando ao mesmo tempo reputação de santo e venerando varão, dotado de evangelicas virtudes, pelo que o povo de Lisboa, ao vêl-o pelas ruas pedindo esmolas, acompanhado de um anão e guiando um jumento, nos ceirões do qual as arrecadava, dizia: *alli vae o Apostolo, o pae dos pobres, o amparo dos orphãos e o remedio de todos.*

Assim obteve a estima e venerações geraes, até que a rainha D. Leonor, sabedora do alto quilate d'aquelle coração e dos elevados dotes do seu espirito, de que ella propria era uma das mais assiduas admiradoras, o escolheu e chamou, com muito particular apreço, para o graduado cargo de seu confessor e prégador, trazendo-o ao trato da côrte, onde logo conquistou as boas graças do proprio D. Manuel, de sua filha a infanta D. Brites e bem assim da grande maioria dos mais illustres personagens d'aquella côrte selecta.

Andaria já incubada no espirito do benemerito trinitario a idéa da Santa Irmandade que ideava e intentava fundar, ou talvez mesmo a tivesse já communicado á excelsa princeza e fossem portanto collaboradores ambos em tão prestimoso projecto; o certo é que elle só veiu a lume na occasião, por certo, mais propicia.

Tendo fallecido o principe D. Affonso, filho dos reis catholicos, julgou-se D. Manuel, pelo facto de ser consorciado com a princeza D. Isabel, tambem

filha d'aquelles illustres monarchas, herdeiro presumptivo da corôa, motivo por que partiu logo para Toledo a fim de alli se fazer reconhecer e jurar como tal, deixando como regente do reino durante a sua ausencia a rainha D. Leonor, pela carta de regencia datada de 24 de março de 1498, que se intitula: «Á Senhora Rainha D. Lennor carta do regimento e governança d'estes Regnos, que lhe El-Rey leixou emquanto foi aos de Castella, para lá aver de ser jurado.»[1]

Foi este o momento azado. Meditado e planeado o projecto, conseguiu fr. Miguel que a regente D. Leonor inaugurasse com a sua assistencia e com grande pompa e solemnidade, no dia 15 de agosto d'esse mesmo anno de 1498, a famosa confraria de Nossa Senhora da Misericordia,—«um dos monumentos mais admiraveis da grandeza d'alma d'aquella rainha.»[2]

Obtido o favor e annuencia da soberana, em cujo animo encontrou prompto assentimento, só faltava impetrar do arcebispo de Lisboa, que ao tempo era D. Martinho da Costa,[3] irmão de celebre Cardeal D. Jorge da Costa (vulgarmente conhecido pelo Cardeal de Alpedrinha), a licença necessaria para a fundação da nova confraria, licença que foi tambem facilmente concedida.

Effectuou-se a solemnidade festiva da inauguração em uma das capellas do claustro da Sé Cathedral, dita de Nossa Senhora da Piedade, e tambem conhecida pela denominação popular de Nossa Senhora da Terra Solta, em razão de ser terreo o pavimento d'ella.

Esta capella era uma das nove que existiam no claustro da Sé e que tiveram posteriormente restauração. As invocações d'estas capellas eram: — de Santo Aleixo — de S. João Baptista — das Almas — de Nossa Senhora da Tocha — de Santo Antonio — do Senhor Jesus da Boa Sentença — de S. Lourenço — de Nossa Senhora de Belem e de Nossa Senhora da Piedade.

Era antiquissima esta ultima capella, onde se venerava uma imagem cuja remotissima origem se ignora O que se sabe é apenas, segundo nos conta o auctor do *Sanctuario Marianno*, que pelos annos de 1230, no reinado de D. Sancho II, já alli estava instituida uma irmandade de caridade, á qual adiante nos referiremos. Esta confraria parece ter sido, como tantas outras no paiz, o

---

[1] Zephyrino Brandão. *Monumentos e Lendas de Santarem*, p. 280.

[2] Francisco F. Benevides. *Rainhas de Portugal*.

[3] D. Martinho a esse tempo servia como arcebispo, porquanto ainda então o cardeal D. Jorge, seu irmão, não resignara n'elle o arcebispado, o que só fez em 28 de junho de 1500. D. Jorge da Costa estava, porém, em Roma, desde o principio do reinado de D. João II, gosando todas as regalias e privilegios dos numerosos cargos ecclesiasticos em que fôra investido em Portugal. Podem vêr-se os retratos d'estes dois prelados na edição illustrada da *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas, tomo III, p. 137 e 272.

primordial embryão da futura Misericordia, na qual, sob a influencia de fr. Miguel Contreiras, ella se transformou.

Lá ficou, porém, a santa imagem na sua capella, quasi deslembrada, até que novos milagres que lhe attribuiram, e que o *Sanctuario* piedosamente narra, concitaram outra vez sobre a esquecida capella as attenções dos devotos, os quaes, em 1689, conforme o mesmo auctor refere, conseguiram fundar uma fervorosa irmandade, cujo cuidado foi logo de «*edificar hua capella que se fez com tanta magestade, grandesa e perfeição, que se dispenderam n'ella mais de 30:000 crusados e he hoje (1701) hu dos grandes Sanctuarios da Corte. Nella se veem como tropheos das maravilhas que obra aquella Senhora da Piedade muytas memorias de cera, mortalhas e muytos quadros de pintura, etc.*»

Não é facil concluir se a nova capella foi ou não edificada no local da antiga; o que sabemos é que se o terremoto a respeitou, o incendio que se lhe seguiu lhe causou irreparaveis estragos, destruindo completamente os preciosos mosaicos da capella-mór, por tal fórma que é hoje totalmente impossivel a sua restauração.

Quando se entra, porém, no arruinado recinto, sob a alta arcaria ennegrecida e requeimada, e se defronta com o soberbo altar de preciosos mosaicos calcinados, sente-se a impressão da grandiosidade passada, e como que se nos afigura vêr surgir d'entre os escombros a luminosa figura da Piedade de nossos simples e devotos antepassados.

D'esta capella diz o visconde de Castilho na sua *Lisboa Antiga*: «A Capella dos Bispos dá indicios de muita antiguidade, comquanto o seu altar-mór seja moderno, fim do seculo XVII. Tudo negro de fumo, estalado, arruinado, perdido! Umas raras janellas lateraes dão sobre o Quebra Costas. Ha vestigios de um côro alto em frente do altar. Percebe-se que tudo alli antigamente foi cuidado, alinho e esplendor.»[1]

Quando depois do terremoto o Beneficiado Cruz Pombeiro mandou tirar o entulho que enchia a capella, descobriu-se uma sepultura rasa, coberta com uma campa de pedra negra, com estas palavras: *sub tuum praesidium*. Esta sepultura era a do decimo Arcebispo de Lisboa (1675–1702), D. Luiz de Sousa, filho do conde de Miranda (Diogo Lopes de Sousa).[2] Este Prelado, que tambem era capellão-mór da real capella e cardeal, exerceu por duas vezes o cargo de Provedor da Misericordia de Lisboa em 1674 e 1683. Reuniu no seu palacio uma riquissima bibliotheca e mereceu os maiores elogios dos seus biographos Jorge Cardoso no *Agiologio* e D. Rodrigo da Cunha na *Historia ecclesiastica*.

---

[1] *Lisboa Antiga*, tomo III da parte II, p. 281.

[2] *Gabinete Historico*, tom. V, p. 77.

Sem quebra do seu verdadeiro cunho nacional, tão caracteristica e profundamente accentuado, é entretanto de presumir, como pretende um illustre escriptor, que a nova instituição de fr. Miguel Contreiras se inspirasse mais ou menos em um instituto semelhante que desde 1350 existia em Florença[1] e do qual adiante faremos mais especial menção.

O primitivo *Compromisso* ou regimento para a nomeação de irmãos e para as suas diversas obrigações diz-se ter sido obra do Instituidor, que tambem recebeu da rainha o titulo e cargo de primeiro Provedor da Confraria; o seu original guardou-se no archivo com o auto da festiva solemnidade, assignado, segundo affirma a Chronica da SS. Trindade, pelo Provedor fr. Miguel Contreiras, pela Rainha D. Leonor, depois por El-rei D. Manuel, pela Infanta D. Brites, sua filha, pelo Arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, e por muitas outras pessoas notaveis da côrte. Adiante diremos como o desapparecimento d'estes manuscriptos e a raridade das suas copias tem feito levantar variadas conjecturas sobre estas particularidades de tão notavel acontecimento.

Regressando ao reino, El-rei D. Manuel approvou logo esta piedosa e util instituição, louvando e apadrinhando a idéa, e, como prova de grande applauso e satisfação que lhe merecia, obteve do Pontifice Alexandre VI a confirmação d'ella, concedendo-lhe a sua regia protecção e ordenando que se construisse para sua accommodação um magnifico templo e edificio, a que deu começo, acabando-se só no reinado do seu successor, e que sob o nome da Egreja da Misericordia foi até 1755 uma das maravilhas architectonicas de que, com justa razão, se ensoberbecia a capital.

Pertence pois a gloria d'esta caridosa e veneravel instituição da irmandade da Misericordia á ordem religiosa da Santissima Trindade, da Redempção dos captivos, em que se alistara o seu inolvidavel instituidor fr. Miguel Contreiras.

Eram estes religiosos mui dados a obras de caridade, como lhes prescreviam os seus estatutos. Obedecendo aos requisitos da ordem, empregavam o tempo em redimir captivos, curar enfermos, soltar presos, alimentar pobres, casar orphãs e amparar viuvas.

Por isso fr. Miguel Contreiras buscou e encontrou efficazes auxiliares nos seus irmãos da ordem, especialmente em fr. Martinho de Molina, que tanto o ajudava no penoso encargo do resgate dos captivos, que foi a Santarem fundar alli a confraria da Misericordia, uma das mais antigas do reino, e que n'aquella mesma cidade morreu em 1510, no Convento da Trindade.

Extranha diversidade de destinos, contrastes singulares nos apresen tam as paginas da Historia! Ao passo que a Ordem dos Trinos presenteava o

---

[1] Francisco da F. Benevides. Obra citada.

paiz, nos ultimos annos do seculo XV, com a santa instituição que se acobertava sob o amplo manto caritativo da Senhora da Misericordia, outra ordem religiosa, a de S. Domingos, trazia para Portugal uma instituição devota — essa, porém, abominavel — a Inquisição — o Santo Officio — prégando a morte, a perseguição e a fogueira em nome d'esse Deus de bondade, de perdão e de amor, que fundara pela paz serena de suas palavras, repletas de doçura, uma religião nova, destinada a estabelecer e vincular a confraternidade humana. E por suprema irrisão, escandalosa hypocrisia, bordara nos pendões que arvorava nas ruas e nas praças, a testemunhar os seus horrendos morticinios, a palavra sacrosanta «Misericordia».

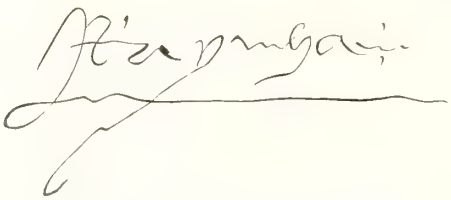
*

* *

Relatada assim a creação e estabelecimento da Santa Confraria da Misericordia de Lisboa, a exemplo da qual desde logo começaram a instituir-se confrarias identicas em quasi todas as villas do reino, das ilhas e das colonias, contribuindo para este resultado expansivo os proprios veneraveis instituidores da Misericordia de Lisboa, digamos agora em breves palavras o que importa ainda referir como justa homenagem ácerca dos seus piedosos instituidores, e em seguida nos occuparemos de narrar summariamente a vida historica e os beneficos resultados sociaes de tão importante instituto.

ESTAMPA I.

A RAINHA D. LEONOR.



(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

# CAPITULO II

**Os Instituidores.—Vida e piedade da Rainha D. Leonor.—Tradições gloriosas de rainhas portuguezas.—O venerando trinitario fr. Miguel Contreiras.—O seu retrato e as bandeiras das Misericordias.—Os heroes das conquistas e os heroes da beneficencia e da humanidade.**

> Aquella rainha portugueza é a mais bella personificação do amor do proximo.
>
> (Visconde de Castilho. *A Ribeira de Lisboa*, p. 208.)

Da inclita rainha D. Leonor de Lancastre, a quem como soberana e principal protectora cabe a gloria imperecivel que n'esta epocha de grandes commemorações civicas e historicas mais se deve accentuar e enaltecer, pouco será tudo quanto se diga em seu elogio.

Narrar-lhe os actos de bondosa piedade é historiar os dois gloriosos reinados dos dois soberanos, seu marido e seu irmão. Dois reinados cheios dos mais epicos e dramaticos episodios da nossa historia, durante os quaes se desenrolam essas epopéas sublimes—de um lado, a conquista dos mares, a dilatação do orbe conhecido por novas, maravilhosas regiões, o desenvolvimento do commercio pela apropriação de tantos novos productos á vida humana—e por outro, o inicio de creações de inestimavel valia, destinadas a soccorrer os indigentes e miseraveis em todas as atribulações da sua triste e desvalida existencia.

A par dos grandes capitães e dos navegadores ousados, cujos nomes e feitos hoje o mundo inteiro consagra com espanto, erguem-se os vultos de

eterna bondade, cuja memoria, abençoada por gerações successivas de indigentes, chegou até nós, envolvida n'esse manto de bençãos e aureolada pelo supremo diadema de santidade, na accepção mais pura e ideal d'este vocabulo.

O seu illustre biographo tambem nos diz:—«e assistindo ao reinado de seu esposo e de seu irmão, o rei D. Manuel, presenciou o mais esplendido periodo da monarchia portugueza. Teve a ventura de vêr o apogeu da gloria de Portugal, contemplando o desenlace d'essa epopéa maritima das viagens e descobertas que immortalizaram os portuguezes nos seculos XV e XVI, e, passada a qual, começa a decadencia, parecendo desempenhar o papel que a Providencia havia destinado a estes reinos, no cumprimento dos grandes destinos das nações e no progresso da civilização.» [1]

Tempo bonançoso aquelle em que os soberanos, filhos de uma recente eleição popular, estavam ainda cordialmente alliados com o seu povo, alliança que mais se sellou pelas relações de sincera sympathia que a rainha D. Leonor sempre manteve com as municipalidades concelhias. Com especial estima tratava a rainha a camara de Lisboa, com a qual sustentava correspondencia aturada.

Já em tempo de D. João II, influenciado este monarcha, ao que parece, pelo religioso trino, se fundou em Lisboa, ao Rocio, o magnifico Hospital Real de Todos os Santos, no qual por determinação regia de 1492 se incorporaram solemnemente todos os hospitaes que a esse tempo existiam na capital.

Conta-nos o chronista da SS. Trindade que fr. Miguel Contreiras, vendo «o desamparo em que se achavam muitos enfermos, recolhidos no seu tempo pelos adros das egrejas e arcos do Rocio, os quaes por falta de conhecimento, ou por serem extrangeiros, não havia quem os recolhesse e abrigasse do rigor do tempo, e que por dispersos lhe davam muito trabalho nas provisões de soccorro, intentou fazer um hospital para os recolher a todos e serem curados com mais promptidão.»—Pediu e obteve da Camara umas casas a Santo Antonio da Sé,[2] onde el-rei D. Manuel foi visitar o novo hospital, resolvendo então, á vista de tão caridosa iniciativa, incorporar este e todos os outros hospitaes da cidade na grande e recente fundação do seu antecessor, dotando-a largamente e creando o imposto da *obra pia*.

Não foi só n'esta instituição que se evidenciou a inexgottavel actividade do veneravel trinitario, no seu afan em soccorrer e confortar os seus semelhantes. Bem bastariam já, por certo, o Hospital e a Misericordia, para attestar ás gerações vindouras o elevado merito e o incomparavel altruismo do grande bem-

---

[1] F. F. Benevides. Obra citada.

[2] Eram uns casarões arruinados, junto ás portas de Santo Antonio, que haviam servido ás audiencias do civel, diz fr. Nicolau de Oliveira.

feitor. Não se contentavam, porém, com ellas só, os espiritos insaciaveis de D. Leonor e do reverendo trino. Em uma, a formosura do rosto[1] egualava a formosura do coração. As dôres e os pesares, em logar de lhe azedarem o animo, mais lhe avivaram o estimulo de bem fazer. No outro, a religiosidade e o talento, movidos por um senso moral aprimorado, orientaram-se no sentido da beneficencia, d'essa verdadeira piedade que os dogmas puros do christianismo recommendam e que infelizmente, desde aquelles remotos tempos de fanatismo ignaro, em que se creou e desenvolveu a Inquisição, até aos nossos dias, em que o analphabetismo ainda impera, tão mal comprehendida tem geralmente sido, até mesmo por sacerdotes que d'elle se dizem apostolos e sustentaculos.

Com os mesmos piedosos intuitos, e sob o influxo do conselho do seu veneravel confessor, fundou a rainha D. Leonor, além do hospital e thermas das Caldas, de que já falámos, cinco mercearias na egreja de Santa Maria de Obidos, onde se acolhiam senhoras pobres e desvalidas, e outras tantas em N. Sr.ª da Graça de Torres Vedras; fundou o convento da Annunciada e mandou construir o convento de Xabregas para vinte religiosas da ordem mais rigorosa, a de Santa Clara, depois restaurado por D. João III e vulgarmente conhecido pelo convento da Madre Deus, esse primor architectonico, onde ainda hoje se vê o antigo portal, encimado pelas divisas da fundadora, e onde abundam as reliquias historicas e artisticas que nos falam da Santa Rainha, que talvez alli viveu os ultimos dias, como nos falariam, se existissem, os velhos paços de Santo Eloy, com sua formosa egreja, em cujo côro — *o côro das rainhas* — D. Leonor se entregava ás suas orações. Tambem edificou a egreja da Merceanna e influiu bastante na construcção das incomparaveis capellas *imperfeitas* do convento da Batalha, onde se destinava preparar a sua derradeira jazida. A obra ficou, porém, por acabar, sendo este o motivo por que, como adiante referiremos, a excelsa rainha foi sepultada na Madre de Deus, restando apenas na Batalha o mausoléo incompleto e vazio a inspirar ao illustrado architecto inglez James Cavanah Murphy as seguintes palavras, que bem demonstram qual era o fino gosto artistico d'aquella extraordinaria construcção: — «o tumulo da piedosa rainha D. Leonor, na capella destinada á sua sepultura e do seu esposo, allude á sua ternura maternal. Representa um pelicano abrindo as azas. É pena, na verdade, que um monumento que tanta honra faz á industria do homem ficasse por acabar. Se não fosse a morte da rainha, os seculos hodiernos, a julgar pelo que se vê feito n'aquella obra, te-

---

[1] Diz a historia que a rainha D. Leonor de Lancastre era dotada de tão singular formosura — «que os cavalleiros que a acompanhavam, quando de Obidos se dirigia para a Batalha, a fim de assistir com seu marido ás exequias de D. Affonso V, não se cançavam de admirar a sua belleza.» — Liberato Telles. *Mosteiro e Egreja da Madre Deus*, p. 6. Lisboa, 1899.

riam a ufania de possuir um mausoléo nada inferior em grandeza e em architectura aos dos famigerados seculos da antiguidade. O nome de Leonor teria chegado á posteridade com o de Artemisia.»[1]

De facto, o espirito culto da rainha, ao mesmo tempo que se entregava a obras de piedade, acompanhava o grande movimento da Renascença, tão intenso no meio em que ella viveu, n'essa côrte faustosa, onde os paços reaes eram verdadeiras academias em que se discutiam e cultivavam as sciencias, as artes[2] e as lettras. Alli se viam os nossos mais preclaros geographos a par dos historiadores, dos poetas inspirados e dos nossos primeiros actores. As mesmas salas, onde os sabios cosmographos discutiam as probabilidades dos descobrimentos e viagens, transformavam-se nos dias dos grandes festins palacianos em tablado, onde se representavam os primeiros tentamens da nossa arte dramatica. Estes inicios do theatro nacional encontraram tambem na rainha D. Leonor uma desvelada protecção.[3]

Começava por aquelle tempo a introduzir-se em Lisboa o admiravel invento por meio do qual o pensamento humano, fixado em livros, se transmitte, passando de mão em mão, a gerações inteiras, immortalizando a idéa e perpetuando, eternizando, os productos gloriosamente bellos do intellecto humano. O invento de Guttenberg, trazido para Portugal, começava a funccionar, nos seus processos ainda então rudimentares, dando á estampa muitas obras piedosas e entre ellas algumas de grande valor litterario.

Approvou e admirou a intelligente princeza este progresso importantissimo e desde logo o patrocinou com o seu valimento. Ainda em fins do seculo XV promovia ella a impressão da *Vita Christi*, e, poucos annos depois, já em começos do seculo XVI, a dos *Actos dos Apostolos*, do *Espelho de Christina*, do *Boosco deleytoso*, e até de um folheto de astrologia em 1523. D'esta fórma ella cuidava a um tempo nos actos de caridade e beneficencia, como lh'os pedia o seu coração bondosissimo, e no desenvolvimento da civilização portugueza, pugnando intelligentemente e auxiliando efficazmente com o seu valioso e tutelar auxilio todos os esforços tendentes a aperfeiçoar e desenvolver a nossa litteratura e a nossa sciencia.

Altos dotes de virtude, altos dotes de intelligencia e de educação. Era a rainha D. Leonor um d'estes espiritos privilegiados, que, providencialmente

---

[1] J. Murphy. *Travels in Portugal.*

[2] «O celebre Antonio de Hollanda era, por exemplo, honrado pela alta estima com que o distinguia a rainha D. Leonor, que frequentes vezes o empregava com encommendas suas, como o faziam tambem D. Manuel e D. João III.» *Arte portugueza*, p. 42.

[3] «D. Leonor foi, podemos asseveral-o, a primeira pessoa que reconheceu o merito de Gil Vicente e que o animou nos seus ensaios dramaticos, etc.» Dr. Theophilo Braga. *Historia do theatro portuguez no seculo* XVI, p. 35.

collocado nas eminencias do solio real, poude exercer em larga escala os impulsos do seu coração e os appetites intellectuaes do seu espirito culto.

Não são raras, na historia portugueza, as rainhas e princezas que deixaram um rasto luminoso das suas preclaras e acrisoladas virtudes. Herdara D. Leonor a tradição gloriosa da rainha Santa Isabel. E bem se poderia ter cingido á sua memoria outra lenda tão poetica como a das rosas da rainha Santa se o espirito da epocha em que viveu, mais illustrado e menos infantil, se deixasse ainda seduzir por essas tradições simples e ingenuas dos tempos antigos.

Já dois seculos antes de apparecer para a historia da bondade humana a angelical figura de S. Vicente de Paulo, o desvelado protector das creancinhas, existia no nosso Portugal o costume de crear os engeitados em albergues que denominavam hospitaes.

Eram estes hospicios de caridade, como todos os outros institutos de beneficencia d'aquelle tempo, patrocinados e creados pelas corporações e entidades religiosas ou pelos principes e monarchas. Os mosteiros de frades tinham quasi geralmente annexos edificios destinados a servir de albergarias, hospicios e hospitaes. Identicamente se estabeleceram depois institutos similares, onde se soccorria o indigente e o peregrino, junto das egrejas ou ao lado da residencia episcopal.

A estes antiquissimos institutos de beneficencia e caridade — albergarias, gafarias, hospitaes e mercearias — ficaram indissoluvelmente ligados os nomes das rainhas D. Thereza, D. Mafalda, D. Brites e Santa Isabel.

Desde os remotos tempos do imperio do oriente, coetaneos do famoso Justiniano, são do dominio historico, perfeitamente averiguado, os hospitaes consagrados aos extrangeiros, aos pobres, aos velhos, aos orphãos e aos meninos, cuja superintendencia, administração ou inspecção superior se achava sempre mais ou menos encabeçada nos monges, conegos ou bispos da christandade.

O caso, porém, especial que vinhamos referindo é que, no anno de 1321 (em 12 de dezembro), a rainha Santa Isabel, cujas virtudes e bondades lhe aureolaram o nome com excelsa e peregrina tradição, que ainda hoje perdura na memoria e veneração devota do povo portuguez, instituiu em Santarem, conjunctamente com o bispo da Guarda, D. Martinho, o hospital denominado de Santa Maria dos *Innocentes*, o qual era a esse tempo um dos mais notaveis d'aquella cidade.

Ainda hoje existe, no archivo da Santa Casa da Misericordia de Santarem, o tombo do Hospital de Jesus Christo, no qual a fl. 296 se vê inscripto o compromisso d'aquelle antigo hospicio de creanças.[1] Destinara-o o virtuoso

---

[1] Zephyrino Brandão. *Monumentos e Lendas de Santarem*, p. 317.

bispo para engeitados e enfermos; como, porém, a vida lhe faltasse, sem que a obra começada désse esperanças de ficar completa, consoante os seus designios, d'elle fez entrega á Santa e veneranda princeza, que chamando a si o bondoso encargo, lhe deu acabamento,[1] dotando-o generosamente em vida e deixando-lhe em testamento o avultado legado de mil libras.[2]

O prelado que historiou a vida da rainha Santa refere nos seguintes termos a creação dos hospitaes de meninos em Santarem e Torres Novas:

«E tendo grãde pena de que as Mãys engeitassem os Filhos que conceberão, por occultarem o delito com que se profanarão, e que accrescentando delito a delito, os lançassem em parte aonde, se os não achavão a caso, morrião sem receberem agua do Bautismo, por evitar as offensas de Deos; e a perdição das almas, fez, juntamente com o Bispo da Guarda D. Vasco (?), na villa de Sãtarem, á porta de Leiria[3] hum Recolhimento para mininos e mininas, com todas as cousas de que necessitavão para seu sustento, educação, vida e estado, e outro em Torres Novas, todo por suas proprias despezas, para mulheres recolhidas que em Coimbra havião sido peccadoras; pólas distantes onde havião cõmettido o peccado para que não tornassem a ver o lugar de delicto, etc.»[4]

A mesma Santa rainha, no seu segundo testamento feito em Coimbra aos 22 de dezembro de 1327, deixa mais *cem liberas aos gafos e encommenda aos seus succesores o hospital dos meninos de Santarem,* assim como tambem lega cem libras ao hospital dos meninos de Lisboa, o que prova que nos principios do seculo XIV existiam já, pelo menos, em Portugal aquelles dois hospicios de engeitados.

O fim d'esta piedosissima instituição era crear ali meninos e meninas engeitados; lê-se no compromisso: «depois que forem bem criados, mandamos (a Santa rainha e D. Martinho) que os façam bem ensinar mesteres á custa do hospital, como entenderem que for mais conveniente para os moços e moças, e quando estiverem em estado de poderem viver de seu officio, vão-se á boa ventura.» Emquanto os engeitados precisassem teriam amas de leite, dando-se, tanto a estas como áquelles, o necessario para a sua creação. «Não se curava sómente da alimentação corporal dos pobres engeitados, tinha-se em

---

[1] Fr. Antonio Brandão, *Monarchia Lusitana,* IV parte, e *Provas da Historia Genealogica,* tomo I.

[2] Idem, *idem.*

[3] Era junto á egreja de Nossa Senhora da Piedade, em frente do Seminario.

[4] *Historia da vida, morte, milagres, canonisação e trasladação de Santa Isabel, sexta rainha de Portugal,* por D. Fernando Corrêa de Lacerda, bispo do Porto. Lisboa occidental, 1735.

muita conta a sua alimentação moral. Sublime exemplo de carinho e dedicação por innocentes creancinhas, que mães desnaturadas abandonam!»[1]

Por este e muitos exemplos, que é inutil referir, se avalia bem a quanto chegava a altissima missão de bondade que ás suas successoras legara a virtuosa e Santa rainha, que serviu de modelo e incentivo á não menos caritativa princeza D. Leonor.

Se a rainha Santa Isabel, com a sua sempre devotada bondade, corria de hospital em hospital a consolar os enfermos, de porta em porta a esmolar os desvalidos, e se via por toda a parte rodeada do enxame dos miseros que a seguiam e adoravam como mãe, o que lhe consagrou essa memoria de santidade ainda hoje tão venerada, a rainha D. Leonor não soube menos concitar pelas suas obras piedosas e intuitos caritativos a benemerencia de santidade, a par dos incomparaveis dotes da sua intelligencia esclarecida e culta.

Felizmente não se extinguiu no throno portuguez essa tradição de piedade: a infancia desvalida, as pobres creanças desprotegidas e indigentes, mereceram ainda nos tempos modernos egual protecção das princezas portuguezas. D. Maria I cuidou solicitamente dos engeitados; a rainha D. Estephania fundou a expensas suas um grande edificio hospitalar destinado ao tratamento das creanças enfermas; a actual soberana estabeleceu recentemente o utilissimo *Dispensario,* onde recebem carinhoso tratamento os pobres doentinhos, e iniciou a grande campanha contra a invasão crescente da tuberculose; e uma outra valiosa instituição se divulgou e sustentou em Portugal, por iniciativa de uma rainha, no ultimo quartel do seculo XIX.

Queremos referir-nos ás *crèches,* as quaes, pelo seu pensamento de amparo e protecção ás creancinhas, muito se relacionam e prendem com a missão egualmente tutelar que a Santa Casa da Misericordia assumiu e tem de exercer sobre todos os desvalidos infantis.

Marbeau, o bondoso apostolo, fundou em 1844 em Paris a primeira *crèche,* para n'ella acolher carinhosamente as pobres creanças, cujas mães são forçadas a ir todos os dias trabalhar fóra de casa, evitando-se d'este modo que as pobrezitas ficassem ao desamparo, sem os cuidados que a sua tenra edade tanto requer. Só em 1856 se fundou em Portugal a primeira *crèche,* na cidade do Porto, pelos esforços de João Vicente Martins, denominada *crèche* de S. Vicente de Paulo. A segunda foi a de Vianna do Alemtejo, creada pela *Associação de Caridade,* d'aquella villa, a qual foi organizada em 1866, por iniciativa do benemerito cidadão Antonio José de Sousa (fallecido em 5 de fevereiro de 1880). Esta associação, a que D. Antonio da Costa, no seu livro *Auroras da Instrucção,* chama a joia do Alemtejo, tem prestado valiosos serviços de bene-

---

[1] Zephyrino Brandão. Obra citada, p. 317 e 318.

ficencia e instrucção. Sustenta um asylo de infancia desvalida, a *crèche* e uma bibliotheca popular.

Um visitante que descreveu a *crèche*, em 1881, diz d'ella: «Vimos alli umas 60 creancinhas de ambos os sexos, alegres, risonhas, cheias de vida, que lhes dava o agasalho, o conforto e o abrigo; porque alli ha braços amigos que as apertam carinhosamente, ha meiguices que respondem aos seus sorrisos, ha pessoas cheias de zelo e dedicação que as fazem desenvolver e animar, que as dirigem, que as encaminham nos primeiros passos da vida, que lhes incutem e arraigam o doce amor filial, que lhes ensinam as primeiras orações.»

«A *crèche* está aberta durante a epocha da apanha da azeitona e das mondas, ou seja cerca de cem dias em cada anno. A frequencia de creanças é de 50, média diaria, e a despeza por creança nunca excede a 30 réis.»[1]

Em 1878, porém, a rainha D. Maria Pia fundava em Lisboa uma associação benemerita, a associação das *créches*, instituindo logo a primeira *crèche* na Tapada da Ajuda, a seguir outra na rua de S. Bento e finalmente uma terceira na Graça, as quaes teem funccionado com regular concorrencia de creancinhas, que alli recebem alimento, lavagens, e os cuidados assiduos que as pobres mães, afastadas pela impreterivel necessidade de conquistar o pão de cada dia pelo rude esforço do seu trabalho, lhes não podem ministrar, como por certo lhes pedia o seu amor maternal.

*
* *

A rainha D. Leonor, que de ordinario residia em Lisboa, em umas casas junto a Xabregas, onde actualmente se ergue o edificio do asylo Maria Pia, veiu a fallecer em 17 de novembro de 1525, contando apenas sessenta e sete annos de edade. Trinta annos depois de seu marido morria essa egregia princeza — «uma das mais sympathicas figuras a quem cingiu a fronte a corôa de rainha de Portugal» — como com tanta justiça e elegancia diz o seu illustre chronista.

Trinta annos foram de dedicada caridade, que espargiu a flux em volta do seu regio nome uma aureola de santidade gloriosa, uma fama imperecivel de sublimes virtudes, perpetuada principalmente na sua obra predilecta, na immorredoura creação das Misericordias do reino, na sua quasi totalidade ainda hoje vivas e beneficas, remediando com a esmola as miserias concelhias, resgatando da morte e da fome muitos desgraçados, amparando os expostos, os velhos, os enfermos.

---

[1] F. A. de Mattos, artigo publicado no *Seculo* de 23 de maio de 1897.

«É bello vêr, diz o sr. visconde de Castilho, como todos os antigos escriptores portuguezes se *compõem* ao mencionar este instituto caridoso; percebe-se-lhes na voz o respeito á Fundadora; cada um leva uma homenagem a essa admiravel mulher; como quem depõe uma palma e uma sauda de na campa humilde em que Ella dorme, acolá, na Madre de Deus. É bello vêr como a sua alma ainda hoje está beneficiando este Portugal que ella tanto amou!»[1]

Perdeu-se um documento precioso que poderia derramar alguma luz ácerca das intenções da rainha e ácerca da sua utilissima instituição. Referimo-nos ao testamento de D. Leonor, cujo original se não conhece e do qual se não encontrou ainda copia; apenas alguns trechos publicados por fr. Jeronymo de Belem na sua *Chronica Seraphica* nos denunciam a existencia d'elle.[2]

O palacio ou paço de Enxobregas, a que nos referimos, mandado construir pela rainha, no arrabalde da cidade, sobre os restos de outro antigo palacio, e onde a piedosa princeza residiu talvez nos ultimos annos da sua vida, depois de ter vivido no de Santo Eloy, desappareceu pelo completo incendio que o devorou em 1867; sobre as suas ruinas construiu-se o actual edificio do Asylo Maria Pia.

Diversos factos memoraveis relacionam singularmente a historia d'este antigo paço real com a vida historica da Misericordia que vamos relatando. Foi n'aquelle mesmo palacio de Enxobregas, onde depois do fallecimento de D. Leonor vieram habitar D. João III e a rainha D. Catharina, e que mais tarde em 1640 serviu de clausura á duqueza de Mantua, que o famigerado P.e da Comp.a de Jesus, S. Francisco de Borja, — o mesmo de quem tanto temos de falar, pelas tradições que d'elle nos restam no templo de S. Roque, — teve repetidas e infructiferas conferencias com a rainha D. Catharina ácerca da futura annexação dos dois reinos da peninsula.[3]

Era este palacio uma habitação esplendida, em cuja capella se ostentavam soberbas esculpturas e preciosissimos marmores.[4]

A rogo da rainha D. Luiza de Gusmão fez El-rei D. João IV donativo d'elle á camareira-mór condessa de Unhão.[5] Os Nizas, que lhe succederam e

---

[1] *Ribeira de Lisboa*, p. 207.

[2] De escriptores que se tenham occupado em estudos ácerca de D. Leonor de Lancastro, além dos referidos, lembra-nos agora indicar o sr. conde de Villa Franca, no prologo do seu drama *D. João II*, e o erudito investigador sr. D. José Pessanha, que destina a uma monographia, que será interessantissima, grande copia de documentos que possue ácerca da celebre soberana.

[3] *Mosteiro e egreja da Madre de Deus*, por Liberato Telles, p. 39.

[4] Ribeiro Guimarães. *Summario de varia historia*, tomo v, p. 184.

[5] *Mosteiro e egreja da Madre de Deus*, por Liberato Telles, p. 39.

que habitavam o paço dos Vidigueiras, no largo de S. Roque, vieram residir para elle.

Por fim comprou-o o governo, em praça, por 22:000$000 réis, e depois da sua destruição pelo incendio de 1867 reedificou-o pela somma de 103:871$350 réis.[1]

Salvaram-se, porém, d'este incendio os preciosos restos que o terremoto de 1755 havia poupado, do convento da Madre de Deus, mistico ao palacio, e dentro d'elle se perpetuaram até nós varias reliquias da santa Rainha. Afóra a sepultura que encerra seus ossos, alli se conservou, até ha pouco tempo, um livro de *Horas* em que ella orava, valioso exemplar em pergaminho, com illuminuras, actualmente depositado na Imprensa Nacional.[2]

Alli tambem se encontram os retratos tidos como mais authenticos da veneranda princeza.

Em um quadro gothico da formosa sacristia que representa a trasladação de Santa Auta vêem-se, entre outras, tres figuras que bem ou mal teem sido indicadas como representando os retratos de D. João III, D. Catharina e D. Leonor.

N'um valioso relicario de ouro esmaltado, que figurou na Exposição de Arte Ornamental, se vê um medalhão com uma effigie que tem sido considerada como retrato da rainha. Este relicario era o n.º 153 da sala *M*, assim descripto no respectivo catalogo:

«Altura 0$^{m}$,28, largura 0$^{m}$,14. Representa um oratorio com a base rectangular sobre a qual se erguem quatro columnas que sustentam a parte superior com fórma de concha. Nas paredes lateraes veem-se dois arcos de volta redonda sobre pilastras, e por cima d'elles oculos circulares. No entablamento lê-se em caracteres romanos a inscripção seguinte: MISERICORDIE • TVE • TVE • MORTIS • GRAVISIME • DVLCISIME • DOMINE • IESV • X̄E • RESPLENDOR • PATRIS • CONCEDE • NOBIS • FAMVLIS • TVIS. Na parte anterior, superior e central do arco tem as armas reaes com a corôa, encimadas por uma urna. A volta do arco é revestida exteriormente de escamas esmaltadas. Na parte superior eleva-se uma urna coberta por uma perola. A parte inferior de cada uma das columnas da frente é adornada com o camaroeiro, divisa da rainha D. Leonor. No fundo, dentro de um nicho, n'um tubo de crystal, está a reliquia que é um espinho. A face anterior da base tem engastada uma esmeralda. Atrás, na face posterior do arco, está representado o Calvario em baixo relevo. Na parte inferior vê-se um me-

---

[1] *Mosteiro e egreja da Madre de Deus*, por Liberato Telles, p. 39.

[2] *Arte portugueza*, n.º 1, p. 12, onde vem reproduzida em chromo-lithographia uma das estampas do precioso livro, a que representa a *Visitação*.

dalhão circular com uma cabeça de mulher, talvez a rainha D. Leonor, e em roda uma fita com a inscripção seguinte: CASA M. D. (Casa da Madre Deus?) Principios do seculo XVI. Pertenceu ao extincto convento da Madre de Deus.»

Está desenhado na fig. 86 do mesmo catalogo.

Na parede da frente do côro de cima da egreja avulta, entre as soberbas pinturas que a decoram, o grande quadro denominado da *Cidade Santa,* offerta feita á rainha D. Leonor pelo imperador Maximiliano d'Austria. Na orla d'este quadro, em baixo, vê-se o retrato d'aquella princeza, por ella mesma mandado executar; traja o habito das freiras de Santa Clara, que costumava vestir; está ajoelhada em um genuflexorio. Este retrato, considerado como o unico authentico, foi pelo sr. Francisco da Fonseca Benevides mandado photographar e depois reproduzir em Pariz, na magnifica gravura de Burgen que adorna a edição da valiosa obra *Rainhas de Portugal.* Reproduziu-a o *Occidente* no numero commemorativo do quarto centenario da instituição da Misericordia de Lisboa.

Na Madre de Deus se vê uma pia de agua benta, que era de uso particular da rainha, e na qual estão esculpidas as suas divisas; em Xabregas estava tambem a celebre fonte da Samaritana, por D. Leonor mandada construir, e que existe actualmente no museu de Bellas Artes.

*
* *

Repousem em paz eterna, e na eterna memoria da humanidade, os restos mortaes da formosa rainha, n'esse elegante convento da Madre Deus, que ella propria com tamanha devoção fundou! Debaixo de uma simples campa rasa, lapide humilde, á entrada do formoso claustro, medindo cerca de dois metros de comprido por metro e vinte e cinco de largo, jaz a virtuosa princeza. Um epitaphio egualmente simples e modesto revela ao visitante curioso a existencia de tão preciosas reliquias. Diz apenas:

AQVI·ESTA·A RAINHA
DONA·LIANOR·
MOLHER·DELREI·
DÕ IOÃO:O SEGVDO
QVE·E·FVNDADORA
DESTE·CÕVẼTO

Ao lado está outra campa, onde se lê:

AQV̊·ESTA·A MADRE
SOROR·COLETA·
FVNDADORA·E A·
PRIMEIRAABADESA
DESTA CASA

Aos pés da sepultura da rainha outra campa de eguaes dimensões, com o lettreiro:

AQVI·ESTA·DONA·
ISABEL·DVQVESA·
DE·BRAGANSA
IRMÃA·DA·RAINHA·
DONA·LIANOR·

A Santa Casa da Misericordia de Lisboa, nunca esquecendo a grata memoria da sua augusta fundadora, ainda hoje celebra na sua egreja exequias solemnes no dia do fallecimento da santa princeza, bem como no dia do fallecimento de el-rei D. Manuel, o soberano que generosamente accedeu ao pensamento da virtuosa rainha, e tanto concorreu para dotar e enriquecer a nascente instituição pia.

Assim o determinavam tanto o primitivo Compromisso como a reforma de 1618, estabelecendo que, nos dias 16 e 17 de novembro e 12 e 13 de dezembro, se celebrem as vesperas e sahimentos por alma da rainha D. Leonor (1525) e rei D. Manuel (1521).

*
* *

Se, porém, nos é permittido visitar o tumulo da santa e virtuosa rainha, e venerar o seu precioso sarcophago, não succede outro tanto com o inspirador e principal fundador da Santa Casa da Misericordia de Lisboa.

Depois de uma vida beatifica, em que se não poupou a esforços para bem

servir a causa da humanidade, veiu acabar os seus dias em Lisboa, no dia 29 de janeiro de 1505, na já provecta edade de setenta e tres annos e quatro mezes.

A sua vida foi, no dizer dos seus biographos, uma ininterrompida serie de glorias. Tendo resolvido cingir o habito de trinitario, dedicou toda a sua actividade á elevada missão caritativa que a sua bondade lhe indicava.

«A côrte de Lisboa era pequena esphera para os seus incendios e foi preciso que se extendessem a todos os seus dilatados dominios, em que eternisou esta grande virtude com as acções heroicas que obrou. Com este exemplo tão vivo, que o nosso veneravel Contreiras nos dava, apprendiam todos a desprezar as pompas e as vaidades do mundo e a conseguir só os bens da gloria; e os Religiosos que com elle viviam o imitavam, porque a sua vida perfeita a todos era norma para a perfeição do estado que professavam, e por este motivo o amavam muito e o respeitavam como Mestre e o reverenciavam como pae.

«A sua voz era semelhante á da Divina Sabedoria que se fazia ouvir por toda a parte; nas praças, nas ruas e nos montes.

«Orador emerito, prégava na egreja, na rua e nas synagogas, concitando a attenção geral. Onde habitualmente fazia ouvir as suas prédicas era na egreja de Santa Maria Maior, no meio de auditorio tão numeroso como selecto, revelando nas palavras a mesma santa uncção que caracterizava todos os seus actos, movendo os espiritos pela persuasão e pelo exemplo. Ouvintes de todas as gerarchias e qualidades, ricos e pobres, nobres e plebeus, todos o buscavam para consolação de seus males, amparo da sua miseria ou conselho das suas afflicções.

«Até das pessoas reaes lograva tambem grande estimação, pois o serenissimo rei sr. D. Manuel, a augustissima rainha D. Leonor e a serenissima Infanta D. Brites o estimavam muito e quasi sempre assistiam aos seus sermões na Sé, ouvindo-o com attenção e gostando muito da sua eloquencia. Conhecendo tambem que tudo quanto obrava era dirigido ao serviço de Deus e caridade do proximo, lhe mandavam avultadas esmolas para as repartir pelos pobres.» [1]

Levava a sua dedicação religiosa ao ponto de entrar nas synagogas quando alli via os judeus reunidos, para discutir com os rabbinos a doutrina do Evangelho, buscando convertel-os á christandade.

A caridade, porém, era a feição especial do seu espirito; onde via uma miseria a soccorrer, um desvalido carecendo amparo, alli corria com todos os

---

[1] *Chronica da SS. Trindade*, p. 312.

recursos que podia procurar. Era nas cadeias, antro de infelizes, que de preferencia o viam, dando consolação e soccorro espiritual aos presos, exhortando-os a soffrer com paciencia as penas que padeciam, confessando-os e acompanhando-os na hora derradeira. Com elles repartia as esmolas, solicitava dos accusadores o perdão dos crimes, fazia-se procurador nas causas civeis, pagava do seu bolsinho as dividas dos presos.

Pedia á rainha e pessoas mais gradas da côrte dotes para as donzellas pobres; por isso D. Manuel deixou juros reaes, para dotes, á Misericordia, como depois o fizeram a rainha D. Catharina, a infanta D. Maria, a condessa de Portalegre e outras fidalgas.

«Amparava viuvas pobres, para as quaes tinha reservado as esmolas das ruas e das casas, pedindo-as com o seu costumado anão, e o jumentinho que lh'as conduzia, as quaes juntas, se recolhia ao pateo da Sé e alli as repartia em uma pedra grande, que n'elle estava, da fórma seguinte: dividia tudo em tres partes, a primeira para as viuvas pobres e recolhidas que tinha em rol (as quaes lhes mandava por uns homens velhos, prudentes e virtuosos que n'estas pias obras o ajudavam e que na Instituição da Irmandade da Misericordia foram os primeiros irmãos depois das pessoas reaes); a segunda parte para as mais viuvas e pobres que alli se achavam, e a terceira, finalmente, para os presos, que elle mesmo levava com o seu anão, acompanhado de outro religioso da mesma ordem, que muitas vezes o ajudava, qual era o veneravel padre fr. Martinho de Molina.» [1]

Uma tradição vaga, que não sabemos se algum documento existe a confirmar, attribue-lhe tambem a fundação da Misericordia de Castello de Vide, na egreja de Santo Amaro.[2]

Além do resgate dos captivos, a que se entregava com afan, por ser encargo da ordem, occupava-se no devoto mister de amortalhar e enterrar os mortos que áquelle tempo se lançavam ás ruas ou o mar arrojava ás praias. Aquelles companheiros e auxiliares acima citados pelo chronista, e que o secundavam nas suas caritativas obras, foram os mesmos que o coadjuvaram no piedoso intento da fundação da Confraria da Misericordia; fr. Luiz de Sousa[3] attribue a fundação d'este instituto a uns homens que passeavam no adro da Sé, e de um inquerito feito em 1574, a instancias da ordem da Santissima Trindade, a fim de relembrar, como gloria d'aquella casa professa, a

---

[1] *Chronica da SS. Trindade*, p. 312 e seg.

[2] Pinho Leal, tomo II, p. 190.

[3] *Historia de S. Domingos*, parte I.

ESTAMPA II.

FR. MIGUEL CONTREIRAS. F. M. I.

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

parte que fr. Miguel Contreiras tivera n'esta instituição, se conclue que estes companheiros costumavam, de facto, reunir-se com outros devotos na portaria principal ou adro da Sé, onde punham mesa e caixa, pedindo esmolas para os pobres.

Seriam estes os irmãos da tal antiquissima Confraria, a que já no capitulo I nos referimos, e que o auctor do *Sanctuario Marianno* diz constar existir já vinculada a uma capella do Claustro da Sé matriz no anno de 1230? Essa irmandade, da invocação da Senhora da Piedade, cuja imagem de pincel conservava na sua capella, tomara por missão os caritativos exercicios de enterrar os mortos, visitar os encarcerados e acompanhar os que iam a padecer; seguindo ainda como guia n'esta investigação de tão remoto passado o mesmo citado auctor, usava a irmandade «nos acompanhamentos hũa bandeyra com a imagem de Nossa Senhora, com o filho santissimo morto em seus braços e este era o brasão d'aquella devota irmandade, intitulada da Piedade.»

O mesmo livro conta-nos que estes devotos irmãos foram os que acompanharam «o pay do glorioso Santo Antonio quando a justiça o levava a padecer, pelo homicidio que se lhe havia imputado.»

O collaborador do *Panorama* que em 1842 alli inseriu uns artigos ácerca da Sé cathedral tambem se refere a esta confraria.

Mais diz ainda o *Sanctuario* que o uso de trazerem as bandeiras das Misericordias pintada em uma de suas faces a imagem de Nossa Senhora da Piedade se origina no desejo de que nunca se perdesse a lembrança da sua primitiva e ancestral origem.[1]

No inquerito a que alludimos, bem como nas paginas da *Chronica da SS. Trindade,* conservaram-se religiosamente os nomes de alguns d'aquelles benemeritos collaboradores de fr. Miguel Contreiras. Esses nomes são: João Rodrigues Ronca; Contim do Paço, flamengo, morador na Rua Nova; João Rodrigues, cerieiro, que vivia á Porta do Ferro; um livreiro chamado Gonçalo Fernandes, e um valenciano broslador[2] morador na Correaria.

Estes foram os companheiros fieis e dedicados, os primeiros irmãos da Confraria da Misericordia, para cuja obra empregaram os seus esforços, sem que, porém, a gloria do *Iniciador* ou *Instituidor* fique contestada.

Todos pelo contrario lh'a confirmam, como Duarte Nunes de Leão, Jorge

---

[1] Este assumpto, que a antiga bandeira da confraria da Piedade e as bandeiras da Misericordia, no seu reverso, traziam representado, foi tambem magistralmente tratado pelo nosso grande pintor Domingos de Sequeira em um quadro que felizmente existe no Museu de Bellas Artes (sob n.º 501) assim descripto:—Nossa Senhora da Piedade.—Christo morto, no collo da Virgem; outra figura junto d'ella amparando-o. Offerecido por S. M. El-rei o sr. D. Fernando em 1866. Tela — Altura $0^m,25$; largura $0^m,19$.

[2] Bordador.

Cardoso, o auctor do *Sanctuario Marianno*[1] e muitos outros. Damião de Goes, na *Chronica de D. Manuel*, talvez por lisonja, occulta o nome de fr. Miguel; seguiu-lhe as pisadas o erudito Pedro de Mariz nos *Dialogos de Varia Historia*. Duarte Nunes de Leão, porém, ao referir-se á Ordem da Santissima Trindade, na *Chronica de D. Sancho I*, diz ter sido fr. Miguel Contreiras quem—«instalou de principio *(a Misericordia)* sendo elle o auctor e executor d'ella... Porque é a mais celebre confraria da christandade.»

Em um exemplar do Compromisso da Misericordia de Coimbra, impresso em 1747, uma noticia historica que o acompanha diz o seguinte ácerca da fundação das Misericordias:

«A inventora e principal auctora d'esta santa obra foi a rainha D. Leonor, viuva do sr. rei D. João II, que então governava este reino, por El-rei seu irmão, que estava em Castella jurado Principe e Senhor d'aquelle reino. Moveu-se esta caridosa rainha a ordenar esta confraria por conselho do seu confessor fr. Miguel Contreiras, religioso da ordem da SS. Trindade, por esta razão anda o retrato d'este religioso em todas as bandeiras da Misericordia.»

E Fonseca, na sua *Evora Gloriosa*, exclama que ficou «indeciso para Portugal qual descobrimento foi para elle mais glorioso, se o de D. Vasco da Gama na India, origem de tantas riquezas, se o d'este veneravel na sua illustre irmandade, fonte de tantas piedades.»[2]

Não se contentou, porém, fr. Miguel em instituir a Confraria e dotal-a com o seu virtuoso exemplo e com a Regra ou Compromisso, que, embora lavrado e redigido por sua mão, sahiu modestamente anonymo. A approvação d'este, que o monarcha gentilmente concedeu no dia do anniversario do confessor da rainha em 29 de setembro de 1498, e a actividade incansavel que elle desenvolveu no exercicio do seu alto cargo de Provedor, obtendo da regia protecção muitos alvarás de privilegios destinados todos a investir a nova instituição de prestigio, renome, valimento e auctoridade, são motivo para se affirmar bem alto a divida eterna de reconhecimento que este benemerito instituto da Misericordia contrahiu para com o seu dedicado Instituidor.

Este periodo que vae de 1498 a 1505, apenas conhecido pelos diplomas regios conservados nos Archivos, demonstra a diligencia, o zelo, o amor entranhado com que fr. Miguel promovia o engrandecimento da sua dilecta creação. Esses Alvarás de privilegio, que elle solicitou e obteve com a sua influencia e auctoridade, vão adiante enumerados no capitulo respectivo, onde larga-

---

[1] Capitulo dedicado a Nossa Senhora da Piedade, vol. I.

[2] Fonseca, *Evora gloriosa*, p. 227.

mente estudaremos os privilegios da Confraria. De 1502 em diante escasseam os documentos, o que prova que a vida do provecto Provedor ia declinando, mas, pouco antes da sua morte, ainda obteve concessões de excepcionaes privilegios para o Provedor, Mordomos, Escrivão e Irmãos da Confraria.

Na sua qualidade de frade trino foi fr. Miguel Contreiras sepultado no convento da sua ordem, em Lisboa, na capella-mór da egreja da Trindade — «em sepultura rasa, sem lettra ou epitaphio, ficando confundidos os seus ossos, não sem culpavel descuido, com os de outros religiosos.»[1]

O terremoto de 1755, reduzindo a ruinas o convento da Trindade, e depois a Camara Municipal de Lisboa, mandando demolir em 1835 os restos d'aquelle edificio, para abrir a rua Nova da Trindade, onde se edificaram novas construcções particulares, apagaram os ultimos vestigios da campa em que repousou no somno eterno o abençoado instituidor das Misericordias.

Se, porém, a sua ossada foi, por imperdoavel descuido, de envolta com as de tantos outros monges trinos, subverter-se nos entulhos do sub-solo da cidade, o retrato do venerando ancião chegou até nós, ainda que sob diversos aspectos. No convento da Trindade existia na varanda do claustro pequeno um quadro de pintura antiga, representando fr. Miguel Contreiras, e tido como sendo o verdadeiro retrato do piedoso varão; o auctor dos *Retratos e Elogios* diz ter d'elle reproduzido, pela gravura, o retrato que acompanha o seu livro, e pelo qual se nos representa de cara larga e cheia, barba rapada, cabellos soltos em redor da larga corôa, olhar beatifico, expressão fradesca, incaracteristica.[2]

Muitos outros retratos ficaram, porém, conforme relata o chronista da SS. Trindade; d'estes um existiu em Santarem, no convento dos Trinos,[3] na Casa do *De Profundis;* outro encontra-se actualmente na Bibliotheca Nacional de Lisboa. É o n.º 11 da collecção; foi pintado em 1766 por Carlos Antonio Leoni. É tido como o mais authentico. Corre como certo ter pertencido ao convento da Trindade.[4] O pintor Antonio Thomaz da Conceição Silva executou em 1896 uma copia d'este retrato, por ordem do então Provedor dr. Thomaz de Carvalho, copia que actualmente se acha collocada na Sala da Mesa da Misericordia de Lisboa.[5]

Da reproducção photographica d'este quadro se originaram a zincogra-

---

[1] *Retratos e elogios dos varões e donas illustres de Portugal,* etc.

[2] É este retrato o que vem reproduzido a p. 153 do tomo III da edição illustrada da *Historia de Portugal,* de Pinheiro Chagas.

[3] Convento que já hoje não existe.

[4] F. Nery Faria e Silva, *A Egreja da Conceição Velha,* p. 101, nota.

[5] Esta copia, executada em 1896, custou á Santa Casa a quantia de 45$000 réis.

phia publicada no *Seculo* de 15 de agosto de 1898, acompanhando o artigo commemorativo do Centenario da Instituição, e a photogravura inserta no n.º 707 do *Occidente*, de 20 de agosto de 1898.

O quadro original, existente na Bibliotheca, tem o seguinte lettreiro:

«O reverendo Padre Mestre Frei Miguel Contreiras, Confessor da Serenissima Rainha D. Leonor, Instituidor da Irmandade da Misericordia de Lisboa.»

Differe, porém, bastante este retrato do que, como dissémos, vem publicado na collecção dos *Retratos e Elogios*. Apresenta-se-nos aqui sob o aspecto de homem já de provecta edade, elevada estatura, rosto venerando, insinuante; sympathica cabeça de velho, de longas barbas alvejantes. Traja o habito branco dos trinos, e hastêa na mão a bandeira da Misericordia.

Nas bandeiras que sempre usou este estabelecimento, e que sahiam em todas as occasiões solemnes, perpetuou-se, como glorificação de eterna saudade, logo depois da sua morte, a memoria do santo trinitario, por meio do retrato que, por determinação superior, n'ellas foi mandado pintar.

O tempo, provocando o esquecimento, fez com que tal pratica de gratidão cahisse em desuso. A ordem da SS. Trindade, ciosa das glorias da sua casa professa, foi quem levantou do olvido a memoria do glorioso fr. Miguel Castelhano — o Instituidor — reclamando em 1574 contra o facto de ter, ao cabo de sessenta annos, desapparecido das bandeiras da Santa Confraria a imagem do benemerito frade.[1]

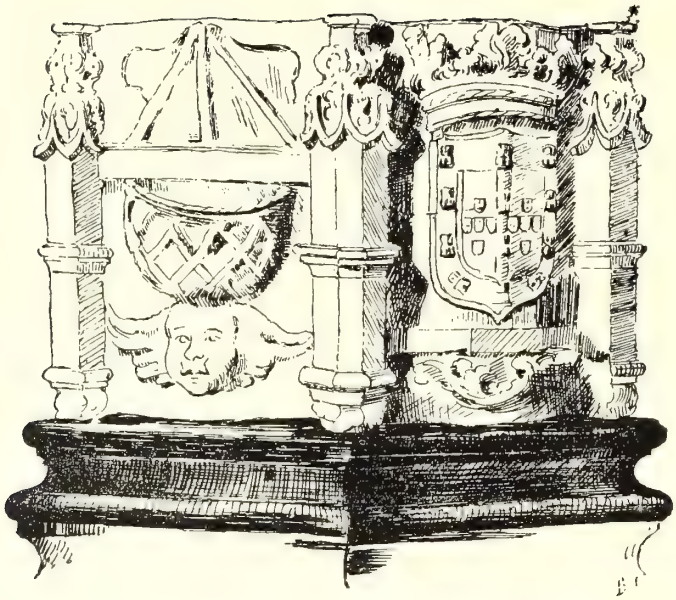
Fez a Ordem a justificação do seu pedido perante a Mesa, em face do Compromisso, acompanhando-a de um inquerito, em que foram ouvidas numerosas testemunhas. D'este inquerito, que é um documento curioso, cujo original existe na Torre do Tombo e vem publicado em additamento nos *documentos* do livro do sr. Costa Goodolphim — *As Misericordias* —, se apurou que a figura do veneravel frade trinitario, reconhecida e authentica, andara sempre pintada, com o seu habito branco e cruz azul e vermelha da ordem, não só na bandeira da Misericordia, como no retabulo do altar-mór da sua antiga egreja, obra do pintor Garcia Fernandes, em uma arca ou caixa de esmolas da mesma Santa Casa, e na porta da capella do claustro da Sé.

Estudado o assumpto, feito o auto de inquirição, e examinado o Compromisso e suas assignaturas, resolveu a mesa da Misericordia, sendo Provedor D. Diniz de Lancastre, por seu accordão de 12 de setembro de 1575, o seguinte:

---

[1] Foi o P.e fr. Bernardo da Madre de Deus o auctor d'esta bemaventurada campanha. — *Sanctuario Marianno.*

ESTAMPA III.



PIA DE AGUA BENTA DA RAINHA D. LEONOR

(MADRE DE DEUS)

AS BANDEIRAS DA MISERICORDIA

(FACE E REVERSO)

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

«Assentamos de commum accordo e unanime consentimento, conforme os papeis e instrumentos authenticos e mais diligencias feitas na materia de que se trata, que o grande religioso e apostolico varão fr. Miguel de Contreiras, mestre em a sagrada theologia, confessor da augustissima Rainha D. Leonor, e religioso professo na Ordem da SS. Trindade da redempção dos captivos, o qual até á sua morte viveu no seu convento de Lisboa, seja havido, chamado e venerado por instituidor d'esta santa irmandade da Misericordia de Lisboa, da qual, como de facto, manaram todas as mais do reino de Portugal e seus senhorios.

«E assim mais assentamos que o dito servo de Deus seja pintado nas bandeiras da mesma irmandade, para que de todo o povo seja vista essa imagem e venerado como fundador, em reconhecimento do serviço que a Deus fez e á republica este insigne varão. Pelas quaes causas fazemos este assento no livro dos accordãos da dita confraria, para perpetua memoria de negocio tão importante, assignado por nós em Lisboa aos 12 dias do mez de setembro de 1575.»

E não se tendo determinado qual a fórma por que se pintaria a figura do religioso na bandeira, pois não existia nenhuma das antigas, tornou-se necessario que a Ordem requeresse de novo, obtendo da nova mesa de 1576, cujo Provedor era Ruy Lourenço de Tavora, que foi vice-presidente da India, o seguinte accordão:

«De commum accordo e unanime consentimento determinamos que no pintar das bandeiras, esteja de uma parte a imagem de Christo nosso Redemptor, e da outra a SS. Virgem, Mãe de Misericordia. Á sua mão direita um papa, um cardeal e um bispo, como cabeça da Egreja militante, e um religioso da SS. Trindade, grave, velho e macilento, de joelhos e mãos levantadas, com estas lettras *F. M. I.* que querem dizer Frei Miguel Instituidor; e da parte esquerda da mesma Senhora um rei e uma rainha, em memoria do inclito rei D. Manuel e da rainha D. Leonor, como primeiros irmãos d'esta Irmandade; mais dois velhos graves e devotos, companheiros do veneravel instituidor, e aos pés da Senhora algumas figuras de miseraveis que representam os pobres, etc.» (15 de setembro de 1576.)

Em 24 de abril de 1627 veiu, finalmente, um Alvará Regio[1] de D. Filippe II ordenar que as «bandeiras de todas as Misericordias d'estes reinos se conformem com as d'esta cidade de Lisboa, fazendo-se e pintando-se assim e da maneira que n'ella se usa, com a imagem do dito religioso e as lettras de *F. M. I.*,

[1] *Collecção de Legislação, Andrade*, p. 178.

como dito é, e que as bandeiras que já estiverem feitas e pintadas se emendem, etc.» [1]

Deve representar o benemerito frade uma das figuras do grupo collocado sobre a porta da Conceição Velha, ao qual adiante largamente nos referiremos.

Nunca se prestou, porém, a condigna homenagem ao emerito varão. Á parte esta resolução provocada pela Ordem da SS. Trindade, de ficarem o seu retrato e lettras vinculados ás insignias de todas as Misericordias, apenas nos constam a consagração prestada pela Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro, que ordenou se puzesse uma collossal estatua de fr. Miguel Contreiras na sala do Banco do seu grandioso hospital, ao lado da estatua de José de Anchietta,[2] o fundador da Misericordia fluminense, e a collocação da copia do seu retrato na sala da Provedoria da Misericordia de Lisboa, ordenada, como já dissémos, em 1896, pelo Provedor dr. Thomaz de Carvalho.

*

* *

Se, porém, foram tardias e insufficientes estas consagrações, reste-nos a consolação de que hoje todos os espiritos cultos que lhe conhecem os traços biographicos, e a resenha dos seus feitos da mais austera virtude e santidade, glorificam o seu nome, como sendo o do fundador e inspirador de uma das mais louvaveis e admiraveis instituições que em todos os tempos teem sido creadas para exercicio da beneficencia e das praticas altruistas e humanitarias da mais evangelica caridade.

A par com a memoria da illustre rainha ergue-se, rediviva, na sua gloria, a imagem do venerando ancião. A miseria de todos os tempos abençôa as duas almas generosas e crentes, que buscaram um ideal de Bem e de Caridade, n'aquelles tempos em que tantos outros cerebros, que a historia enaltece e glorifica, andavam empenhados em buscar ideaes de vaidade, de dominação ou de exterminio.

Se Vasco da Gama, com inquebrantavel energia, punha a sua mira no grandioso commettimento de avassallar os mares e abrir por entre as ondas revôltas o caminho, nunca até então trilhado, de um mundo cheio de maravilhosos attractivos, com que tencionava enriquecer a patria e o mundo;— se

---

[1] Diz o P.e Manuel Fialho, na *Evora gloriosa*, p. 227 (apud *Historia breve de Coimbra*, nota 33, de Antonio Francisco Barata), que tambem se usaram as lettras *F. M. C*, significando Frei Miguel Contreiras. Vide *Resumo historico da Santa Casa e Irmandade da Misericordia da cidade de Coimbra*. Coimbra, 1842.

[2] Esta ultima estatua foi alli collocada em 1841 por iniciativa do celeberrimo Provedor José Clemente Pereira.

D. Francisco de Almeida idealisava submetter, pela indomavel audacia dos seus homens de armas, aquellas regiões e povos á supremacia dominadora de seu catholico soberano, convertendo á fé e dominio do seu Deus aquelles extensissimos imperios;—se Affonso de Albuquerque, esse sonhador assombroso, delineava, nos seus devaneios queridos, extender por toda a amplidão dos territorios orientaes a gloria das armas e a dominação das quinas,—não é menos certo que todos esses sonhos de gloria, gerados pela ambição e pela vaidade, produziram resultados grandiosos mais ou menos duradouros, mas d'elles apenas vingou até nós a *sciencia humana*, que derivou do descobrimento maritimo. Tudo mais, glorias, louros, conquistas, dominações e imperios, tudo cahiu, tudo passou, ficando apenas o registo glorioso nas paginas das velhas chronicas, hoje relidas com assombro.

Da instituição, em Lisboa, da Santa Casa da Misericordia, por duas almas benemeritas e caritativas, dimanou, porém, um facto social de muito maior e mais perduravel importancia, perpetuado atravez dos seculos com applauso das gerações, que com desvelo foram sempre aviventando e melhorando aquelle divinal instituto, amparo de todas as desventuras, allivio de tantas miserias, lenitivo sacrosanto de tantas dôres. E assim acontece que, á parte o progresso das sciencias, que o poderoso intellecto do homem deduziu da maravilhosa obra do descobrimento do caminho maritimo para as Indias, d'este feito tão glorioso nada resta hoje mais, em resultados praticos, do que uma pequena e velha colonia, ultimo farrapo do nosso extenso imperio colonial nas Indias, entregue a incessantes revoltas e desordens.

Ao passo que as Misericordias do reino, no seu pacifico intuito de bem fazer, amontoaram durante seculos os piedosos legados das almas caritativas, conglobaram na sua acção humanitaria esses diversos elementos de piedade, congregaram em uma grandiosa obra pia, anonyma no seu conjuncto, as intenções bemfazejas de tantas gerações, e vieram de seculo em seculo, cada vez mais melhoradas e augmentadas, mostrar ao mundo contemporaneo um dos mais notaveis exemplos de quanto podem a iniciativa individual e a força associativa na resolução dos grandes problemas sociaes.

E difficil problema é por certo este da miseria publica, para remedio do qual tantas ousadas theorias se teem proposto e defendido, com acerrimo ardor de seitas e de partidos.

E no emtanto, sem evitar nem remediar por completo esse mal das sociedades, a benemerita instituição de fr. Miguel Contreiras consegue mitigal-o e attenual-o, a ponto de dizer um dos mais distinctos politicos da França que um paiz que tem a fortuna de possuir uma instituição tal como a das Misericordias, modelo dos melhores e mais completos no genero dos estabelecimentos de caridade, não precisa estudar no extrangeiro os aperfeiçoamentos

mais recentes e admiraveis da beneficencia publica, porquanto a tudo excede em perfeição o famigerado instituto portuguez.

Por isso os nomes dos seus abençoados instituidores merecem collocar-se a par de tantos outros benemeritos da humanidade, taes como S. Vicente de Paulo, S. Francisco Xavier, D. fr. Bartholomeu dos Martyres, fr. Caetano Brandão, Francisco Gomes de Avellar e tantos outros que constituem glorias patrias e alheias na grandiosa lucta pelo Bem.

---

# CAPITULO III

## 1498-1580

A instituição da Confraria e reputação que creou.—A Misericordia de Florença.—O primeiro compromisso e sua reforma.—Fins da Irmandade.—O primeiro edificio.—A egreja da Misericordia e a Conceição Velha.

Iniciada, como dissémos, no dia 15 de agosto de 1498, em uma das capellas do claustro da Sé, sob o titulo, nome e invocação de Nossa Senhora Madre de Deus, Virgem Maria de Misericordia, tomando por orago e dia festivo o da Visitação, em que o Agiologio christão diz ter ella visitado a Santa Isabel, e que é o dia 2 de julho, desde logo a nova instituição caritativa de fr. Miguel obteve o applauso e protecção geraes.

Corria a fama dos prestantes resultados da piedosa confraria: todos os escriptores e chronistas nos falam do renome e popularidade que ella adquiriu immediatamente dentro do paiz e no extrangeiro.

Damião de Goes, na *Chronica de D. Manuel* (parte IV, capitulo 85), refere-se-lhe nos seguintes termos:

«Fez de novo a Casa da Misericordia da cidade de Lisboa, obra muito magnifica e ha doctou de hum conto de renda cada anno, para entretenimento dos orphãos pobres e de mais quinhentos mil reaes cada anno para outras obras pias, etc.»

Na sua *Miscellanea*, o poeta Garcia de Resende refere-se com elogio á

instituição da Santa Casa da Misericordia, como cousa de notavel fama do seu tempo.

Diz elle:

Vimos tambem ordenar
ha Misericordia Sancta,
cousa tanto de louuar
que non sey quem nõ sespante
de mais cedo non se achar.
soccorre ha encarcerados,
e conforta os justiçados,
a pobres dá de comer,
muitos ajuda ha soster,
hos mortos são sotterrados.[1]

O Padre Sande, um viajante que escreveu ácerca da cidade de Lisboa, em 1584, notas interessantissimas recopiladas pelo erudito e prestante investigador sr. Vilhena Barbosa, diz o seguinte:

«Não longe d'aqui, só com o intervallo de um becco, vê-se a egreja e casa da celebre Irmandade, chamada da Misericordia, por se occupar com todo o numero de actos de misericordia e piedade, como são soccorrer com esmolas os pobres, remir os captivos, casar donzellas, e finalmente exercer todas as obras de caridade. Esta irmandade de Lisboa é como que a mãe de todas as outras que ha nas cidades e villas de Portugal, assim como nos seus dominios de além-mar.

«E sem falar na construcção d'esta egreja e casa que é uma obra verdadeiramente real, é para notar que os seus cargos são exercidos por homens plebeus e da primeira nobreza, e que apesar de não ter esta irmandade nem poder ter renda, segundo o seu instituto, junta comtudo tão quantiosas sommas de dinheiro, havidas por testamento e por outros titulos, que todos os annos gasta em soccorrer os pobres, as viuvas, as donzellas e outros necessitados, trinta, quarenta e algumas vezes sessenta mil cruzados.»[2]

O Abbade Fleury, na sua *Historia geral ecclesiastica*, indica a cidade de Roma para origem da primeira confraria de Misericordia da Europa.

Diz elle:

«O papa approvou a 23 de agosto, ou segundo Raynoldus no dia 1 de setembro de 1490, uma Confraria de Misericordia que havia pouco fôra fundada

---

[1] *Chronica del rey D. Joam II e Miscellanea.* Lisboa, 1752, p. 113.

[2] *Archivo Pittoresco,* vol. VI, p. 80.

em Roma. O fim da instituição era acompanhar os condemnados á morte e cuidar-lhes do enterro. O Santo Padre (Innocencio VIII) concedeu aos Irmãos muitas indulgencias e privilegios.»

Outra noticia que temos presente diz-nos que a Archi-confraria (Archiconfraternita della Misericordia di S. Giovanni decollato) foi instituida em tempo de Nicolau V, e ampliada em 1488 pelo piedoso papa Innocencio VIII. A sua missão era assistir aos suppliciados, acompanhando-os nos seus ultimos momentos e cuidando em sepultar-lhes os cadaveres.[1]

Attribuem outros primazias de antiguidade á Misericordia de Florença, que dizem existir desde o anno de 1350.[2]

Seja como fôr, parece indubitavel que da Italia, d'esse paiz que nos seculos XIII a XV caminhou na vanguarda da civilização européa, veiu a idéa primordial da admiravel instituição das Misericordias.

É certo que em toda a Europa se não conhece instituto algum perfeitamente identico ás confrarias portuguezas; e por isso a Misericordia de Lisboa e as outras do reino que a imitaram revestem á nossa vista um cunho genuinamente nacional e um caracter de individualidade original e propria. Tambem é certo que referencia alguma nos indica o principio de filiação das Misericordias portuguezas; comtudo nada nos repugna admittir que os instituidores da nossa Misericordia, dotados da excepcional cultura de espirito que todos lhes encarecem, e conhecedores dos mais notaveis institutos da civilização italiana, se inspirassem mais ou menos n'aquelles modelos de instituições de caridade.

Corrobora este juizo o facto de se ler no notavel testamento de D. João II a determinação de que se acabasse «ho Sprital de Lisboa da invocaçam de todo los Sanctos, na maneira que era começado», recommendando que «ho governo, ordem e regimento delle fosse ho que se tinha então no Sprital de Florença, etc.»[3] Por isto podemos concluir que as instituições da Italia, áquelle tempo a nação mais culta do globo, eram familiares aos grandes pensadores e estudiosos portuguezes, e que muito auctorisada se pode considerar portanto a suspeita de que, ou á rainha D. Leonor, ou ao illustrado frade, occorresse o desejo de pautar o novo instituto, embora subordinado a encargos mui differen-

---

[1] *Breve Ragguaglio delle Opere pie di caritá e beneficenza, etc., della citá di Roma.*—Luigi Grifi, Roma, 1862, p. 71.

[2] *Rainhas de Portugal.*—F. F. Benevides.

[3] *Chronica d'El-rei D. Manuel.* Lisboa, 1619, fl. 1 v.º Dizia o testamento: «a governança do d.º espital se faça como parecer bem a meu testamenteiro o qual queria que pouco mais ou menos seguisse o regimento que se them em florença e sena, etc...» *Provas da Historia Genealogica,* vol. III, p. 168.

tes, expressos no seu especial Compromisso, pelo mesmo superior ideal de caridade dos notaveis modelos italianos.

Estas Misericordias da Italia, como as da Hespanha, persistiram egualmente até á actualidade cercadas de geral veneração, motivada pela extraordinaria disciplina de piedade e de obediencia dos seus confrades.

No começo d'este seculo (1814) um viajante celebre e illustrado, Ch. V. de Hautefort, intendente do exercito napoleonico que occupara a Catalunha e o Aragão, em paginas que julgamos de interesse transcrever aqui, tanto mais que o livro d'este viajante não é dos que andam em todas as mãos, refere qual a impressão que lhe causou o serviço benemerito d'estas antiquissimas Irmandades.

Descrevendo a capital hespanhola, e lamentando a falta de caritativas instituições, Hautefort lembra, com saudade e admiração, os factos que presenciara em Florença, dizendo:

«Falta á capital da Hespanha uma instituição como a que em Florença existe, sob a denominação de *Confraria da Misericordia,* que exclusivamente se occupa de transportar os doentes aos hospitaes e de conduzir a essas casas de saude, á sua residencia ou á egreja, as pessoas victimadas inopinadamente por algum acccidente grave, ou acommettidas de subito pela morte. São notaveis as attenções solicitas, os cuidados delicados, os multiplos esforços que a confraria da Misericordia emprega no transporte dos doentes, dos feridos e dos mortos.

«Peço licença ao leitor para lhe esboçar aqui a obra notavel d'esta instituição, que é sem contradição alguma a mais sublime de todo o mundo civilizado. Durante a minha permanencia na capital da Toscana, succedeu uma vez achar-me em frente da egreja metropolitana; attrahiu-me a attenção o campanario immenso, cuja estructura collossal examinava, quando ouvi por tres vezes espaçadas um dobre funebre. Vi então que muitos dos transeuntes retrocediam e se precipitavam pela porta de um edificio alli situado. Muitos elegantes, que se achavam sentados á porta dos cafés, em roda da praça, consumindo as horas de ocio a saborear bebidas deliciosamente fabricadas, erguiam-se ao ouvir aquelle toque lugubre e encaminhavam-se para a tal porta mysteriosa. Mal tivera tempo de reflexionar sobre o que estava vendo, quando por essa mesma porta vi sahir um ataúde coberto de negro e conduzido aos hombros de quatro individuos. Iam envolvidos n'um burel de panno preto, a cabeça e cara encobertas por um capuz da mesma fazenda; um rosario pendente da cintura denunciava a bandeira sob que militavam aquelles desconhecidos guerreiros. Muitos homens, aos pares, egualmente vestidos, seguiam os primeiros, a passo cadenciado, no mais profundo recolhimento. Não se lhes

ouvia mais do que o ruido dos passos e o som das contas batendo umas contra as outras. Um amigo que me acompanhava, vendo a minha curiosidade, breve me esclareceu, dizendo que os individuos que acompanhavam o feretro pertenciam á *Confraria da Misericordia.* O espirito de Tobias presidiu, disse-me elle, á fundação d'este pio instituto, que data dos começos do seculo XVI. Admittem-se n'ella homens de todas as classes; durante o exercicio das suas funcções, em face do designio sagrado que os reune, desapparece a desegualdade e confundem-se na pratica das suas obrigações. Um dos encargos que esta confraria impõe aos seus membros é o de transportar os doentes aos hospitaes da cidade. Servem-se para este fim de uma especie de liteira ou palanque, a que alli chamam *cataletto,* no fundo do qual se pode collocar um colchão. Não faltam n'este leito de dôr e de amparo os lençoes, cobertor e travesseiro; a cobertura que resguarda das intemperies do ar é formada por arcos de ferro, sustentando uma cortina negra e ampla. Á frente do *cataletto* ha uma caixa contendo varios medicamentos que podem ser urgentes para curativo do doente. Todos os dias a uma hora fixa os irmãos da *Misericordia* que estão de semana reunem-se na séde da confraria para se distribuirem por grupos, a fim de irem pela cidade a buscar os doentes que teem de conduzir aos hospitaes. Feita a distribuição, quatro d'elles marcham á frente do grupo, levando o *cataletto* aos hombros, e acompanhados pelos outros, que seguem a dois e dois, encaminham-se para as moradas dos enfermos, e alli, trazendo-os com todo o cuidado, de qualquer andar que seja, deitam-os cautelosamente no *cataletto,* que de novo collocam aos hombros, dirigindo-se ao hospital. Antes, porém, de partirem, os irmãos da Misericordia deixam sempre uma esmola á familia inconsolavel do enfermo. A caridade solicita julga que de nada valeria o que fizesse se lhe ficasse ainda alguma coisa por fazer. Não se limita comtudo a isto o zelo da Misericordia. Quando uma queda, ou ferro homicida, a agua ou o incendio, trucidam a vida de um individuo, ou põem em risco a sua existencia, apenas a Misericordia tem conhecimento do facto toca o sino da cathedral o dobre costumado; se ainda vive o infeliz para quem se reclama o soccorro, o sino badala duas vezes; tres vezes quando se trata de um fallecimento inesperado. Ao toque do bronze, annunciando um desastre, correm de todos os lados os que teem por compromisso obedecer á chamada. Nada os detem; nem os ardores do estio, nem as tempestuosas noites de inverno, nem o estudo, nem os divertimentos, nem as especulações de interesse, nem a cama nupcial, conseguem reter aquelles homens extraordinarios, guiados pelo amor do proximo. Se encontram um cadaver prestam-lhe os deveres derradeiros da piedade christã e da religião; mas quando um sopro de vida apenas que seja ainda lhe reste é de vêr como os solicitos irmãos da Misericordia se apressam a transportal-o para casa ou para o hospital. Com que cuidados, com que

solicitude o mettem no *cataletto!* Como caminham vagarosos para manter constante a posição e o equilibrio! Nada a inventiva beneficencia esqueceu, e, segundo o estado do enfermo o exige, acompanham o *cataletto* a passo, e trajando como os restantes irmãos, um padre, um medico ou um cirurgião, a fim de prestarem á victima os soccorros da arte ou as consolações espirituaes. Esta sublime instituição da Misericordia não tem egual, nem em Madrid, nem em Hespanha, nem em toda a Europa. Parece presa ao solo da cidade dos Medicis, assim como as plantas exoticas que não crescem fóra da terra que lhes é propria.»[1]

Eugenio Müntz, n'uma interessante viagem na Toscana, publicada no *Tour du Monde* de 1886, conta o seguinte:

«Ao desemboccar na praça de Pisa achei-me de repente face a face com uma especie de phantasma, coberto de alto a baixo por uma tunica de cutim azul, que descia até aos pés, cingido pelos rins com uma corda grossa, com o rosto occulto sob comprida mascara tambem azul, com dois orificios á altura dos olhos. Recuei assustado, imaginando ser algum criminoso a quem houvessem imposto aquelle trajo para o obrigar á contricção, ou algum infeliz atacado de molestia horrivel, condemnado a occultar o rosto como os leprosos da edade média. O phantasma extendeu-me uma escudela e supplicou: *per i poveri incarcerati.* Dei-lhe logo esmola para me vêr livre de tão horrivel visão. Soube depois que em muitas cidades italianas os irmãos das confrarias de caridade usam aquelle vestuario; principalmente em Florença, os irmãos da Misericordia, que são recrutados d'entre os mais illustres representantes da aristocracia, obrigaram-se a usal-o sempre no exercicio de seu mister; confesso, porém, que bastante me custou a habituar-me a tão lugubre usança, cujo espectaculo ainda hoje me causa arripios.»[2]

Ainda presentemente em algumas terras da provincia, no Algarve, por exemplo, em Faro, na quinta feira de Endoenças e na sexta feira Santa, na procissão de visitação ás egrejas, vão os Irmãos da Misericordia com seus ba-

---

[1] *Coup d'œil sur Lisbonne et Madrid en 1814,* Ch V. de Hautefort, p. 119 a 124.—O auctor comquanto visitasse Portugal não conheceu os beneficos effeitos da Santa Casa, porque julgou que ella apenas consistia na Casa dos Expostos—estabelecimento que, como em outro ponto referiremos, passava n'aquelle tempo por uma crise lastimosa, como definhada e mesquinha era então a vida da Misericordia de Lisboa.

[2] Esta noticia foi-me obsequiosamente indicada pelo sr. Gabriel Pereira, Director da Bibliotheca Nacional. A publicação franceza acompanha este artigo com a curiosa gravura de um irmão da Misericordia, segundo uma photographia, p. 309 (anno 1886).

landraus com capuz que lhes cobre a cabeça e o rosto; á frente d'elles vae a matraca tangendo de quando em quando.

Um distincto litterato contemporaneo descreve-nos pela seguinte fórma este tradicional costume:

«Na quaresma as procissões succedem-se a miudo. Ha uma nocturna, a cargo da Misericordia, de grande devoção na terra, que se exhibe com lugubre imponencia.

«Em vez de tochas os confrades, envergando balandraus rôxos, com as cabeças rebuçadas em capuzes, empunham umas varas, em cuja extremidade superior arde uma véla dentro de uma campanula de papel, e no fecho da procissão agrupam-se os cidadãos mais grados, que marcham tambem encapuzados, com uns ares respeitaveis de penitencia, em passo lento e solemne, na cadencia dolente da marcha funebre, que vae soluçando as suas notas doloridas, emquanto que as damas farenses, nas janellas, onde tremeluzem lanternas tristonhas, assistem ao lugubre desfilar com férvido recolhimento, contemplando algumas com lagrimas de pia compuncção a imagem do Salvador avergado ao peso do ignominioso lenho, docemente resignado com o seu sublime martyrio redemptor.

«Este pio compungimento das damas farenses, o respeitoso silencio do povo, o cortejo processional d'estes encapuzados, o lucilar das lanternas na treva, os lamentos da marcha funebre, todo este lugubre aspecto de penitencia, constituem um conjuncto de notas emoventes, que nos invocam nitida a physionomia do velho Portugal nas suas horas devotas de beata sisudez fradesca.» [1]

Em um precioso manuscripto da Bibliotheca Nacional, alli conhecido pelo nome de *Estatistica de Lisboa*, codice em gothico, sem frontispicio, mas que por varias notas e passagens se reconheceu ter sido escripto em 1552, no qual se encerram noticias interessantissimas ácerca da vida de Lisboa d'aquelle tempo, encontra-se de fl. 52 a 56 v.º uma descripção da fundação e obras pias d'este instituto, onde se transcrevem grande numero das disposições do Compromisso, que a esse tempo devia ser ainda o primitivo de de 1516, com-

---

[1] Julio Lourenço Pinto, *O Algarve*, p. 101. Apreciando este descriptivo diz-nos um illustre farense que julga haver aqui confusão entre a procissão do *enterro*, que sae da Misericordia, á noite, em sexta feira de Paixão, com a procissão dos Passos. O auctor fala no *Salvador avergado ao peso da cruz*, quando elle vae no esquife acompanhado da Senhora da Soledade e de S. João. Accrescenta que lhe parece que os balandraus são pretos e não rôxos, e que as varas que os irmãos empunham teem na extremidade superior um côto e não uma *vela*, o que daria a idéa de uma enorme tocha, quando assim não é. Quanto ao mais, afóra os hypotheticos exaggeros das lagrimas e pio compungimento das damas, a descripção é exacta.

quanto as praticas pormenorisadas que n'este manuscripto se referem diffiram em algumas minudencias da lettra do Compromisso, sendo, porém, no essencial perfeitamente conformes. Quanto á fundação refere-nos o seguinte:

«Na era de 1498.... em o quall tempo a R.ª dona Lianor q̃ está ẽ gloria por ser sua irmã e tã cõjunta á corôa lhe deixou administraçã do reino e a R.ª como excellẽte e piadosa vendo que a cidade tinha necesidade de quẽ provese pobres e necesitados e que muitos presos pereciam ao desemparo detriminou dar hordem como se fizese hua cabeça e oniam de Irmandade de homẽs coriosos de fazer a tall hobra mãdou ajũtar certos[1] e a cõtentamento delles elles juntos detriminarão fazer comprimisso em ho quall se deu hordẽ como as esmollas que desem se socoresem aos presos e necesitados e enterasem aos mortos desemparados ha quall hobra he tan santa e vtuosa que oje em dia se fazẽ e farão ao diante pello que merece no reino dos ceos a gloria e bẽavẽturança por ser o principio de se fazerẽ taes hobras.»

Obedecia pois, como já dissémos, a nascente Confraria a um estatuto rigoroso ou *compromisso* superiormente approvado, com a confirmação régia e papal. É n'este ponto, porém, que se levanta, perante a investigação curiosa do passado, uma grave perplexidade. A destruição dos archivos da Santa Casa pelo pavoroso terremoto de 1755 fez com que se subvertessem na voragem os preciosos documentos que hoje poderiam esclarecer-nos.

Ácerca de qual fosse o primitivo compromisso da Confraria perde-se hoje o espirito em conjecturas, cuja incerteza se tem aggravado pelo apparecimento de successivas e controversas opiniões.

Desappareceu, não existe hoje, o original de tão precioso documento; sabe-se apenas que existem alguns exemplares da sua primeira e unica edição impressa; das copias manuscriptas apenas duas se conhecem, e essas não elucidam de um modo decisivo e formal sobre qual fosse a data e teor do primeiro Compromisso.

Os preciosos e inestimaveis archivos da Torre do Tombo são mudos, completamente mudos, ácerca dos tempos primitivos e instituição d'esta Irmandade.[2]

O mesmo padre trino fr. Bernardo da Madre de Deus,[3] que provocou o

---

[1] São estes por certo os taes companheiros de que nos fala a *Chronica da SS. Trindade* e o inquerito de justificação que já citámos e cujos nomes registámos.

[2] Á amavel obsequiosidade do sr. José Bastos, dignissimo Director d'aquelle Archivo, penhorados fazemos publico o nosso reconhecimento pela fórma por que se prestou a auxiliar as nossas indagações.

[3] Natural de Lisboa, onde professou a 25 de janeiro de 1557. Falleceu em 8 de agosto de 1587.

inquerito tendente a demonstrar a gloria do Instituidor, tentou eternisar a historia dos primeiros tempos da celebre Confraria escrevendo o — *Tractado da Instituição da Irmandade da Misericordia de Lisboa, ordenada pela Rainha D. Leonor mulher d'el-rei D. Manuel e fr. Miguel Contreiras, trinitario.* — Esta obra, que muita luz poderia lançar sobre as graves duvidas que vamos expondo, ficou manuscripta, e assim mesmo não nos foi possivel saber do seu paradeiro. Vem citada por Diogo Barbosa Machado na sua *Bibliotheca lusitana.*

O chronista da SS. Trindade, que é o historiador que maior copia de dados nos ministra hoje ácerca das origens da Confraria e da vida e obras do seu Instituidor, affirma, como já dissémos, que o primeiro *compromisso* fôra escripto (como aliás é perfeitamente crivel e natural) pelo proprio fr. Miguel Contreiras, e que fôra assignado, em seguida e depois do acto solemne da instituição da Confraria, pelo Instituidor, pela rainha D. Leonor e rei D. Manuel, como confrades que eram da Irmandade, pelo Arcebispo de Lisboa, pela infanta D. Brites, pela rainha e muitos personagens da côrte. Affirma tambem que d'este Compromisso havias duas copias, existente uma no cartorio da Misericordia e a outra no do Convento da Trindade; diz mais que esse primeiro Compromisso foi impresso em 20 de dezembro de 1516, e insere nas paginas da *Chronica da Ordem da Trindade* o preambulo do Compromisso a que se refere.

Ora esse preambulo é o mesmo que se lê em ambas as copias conhecidas, que são concordes em todo o seu essencial teor, excepto na fórma e phrase, que por vezes ligeiramente differe, e nos artigos ou capitulos addicionaes. Estas duas copias são a que existe no archivo da Misericordia de Evora, e foi publicada pelo sr. Gabriel Pereira na sua utilissima obra — *Documentos historicos da cidade de Evora,* e a que se conserva na Santa Casa da Misericordia de Lisboa.

A primeira d'estas copias, a da Misericordia de Evora, contém, além da doutrina ou capitulos que na da Misericordia de Lisboa se encontram, mais dois capitulos e umas deliberações da Mesa, que se mandaram addicionar ao Compromisso. O primeiro d'estes capitulos trata da approvação e confirmação do Compromisso, e o segundo contém a enumeração de varios privilegios que por el-rei foram concedidos á Confraria, terminando por estas palavras:

«Feito em a cidade de lixboa a xb (15) dias do mes de nouembro Amdre piz o fez demyll e quinhemtos dezaseis annos.

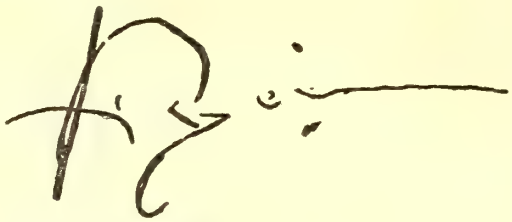
«Foi emprimido o presente compromisso da muy Samta comfraria de misericordia por Valemtim frz e harmam de campos por mandado do muy allto e muy poderoso princepe El Rey dom manuell nosso senhor. Anno xxj (21) do

seu reinado em a muy nobre e sempre leall cidade de Lix.ª aos xx (20) dias do mez de dezembro anno de mill e b.ᵉ xbj. (1516).»

A outra copia, que a Santa Casa de Lisboa possue, conclue exhortando os Irmãos e Mesarios a cumprirem o Compromisso, em carta régia que diz ser— «dada em a nossa cidade de Lisboa.»—Sem data.—Mas em um capitulo addicional, que se lhe segue, sobre a—devaçam dos fiees de Deus —que na de Evora não existe,—capitulo que o rei manda se junte ao compromisso, *in fine* lê-se: «—Scripta em Evora a xxbij (27) dias de abril, Amdre pires o fez, de 1520.» —E a carta de el-rei D. Manuel, na qual este declara que remette o Compromisso da Confraria, para que esta o mande encadernar e pagar a quem o escreveu e illuminou, é datada de Evora, 12 de maio de 1520.

Parece portanto que este Compromisso é o primitivo, que teria sido feito e assignado em Lisboa, de onde se enviou para Evora a primeira copia.

Por que motivo, porém, logo annos depois, os Mesarios da Misericordia de Lisboa mandaram pedir a el-rei—«um traslado do compromisso em carta nossa assignada por nós para por elle regerem?»—Tal o enigma que até hoje se nos apresenta sem solução.



**Fac-simile da assignatura d'el-rei D. Manuel**

(Calco sobre um documento de 17 de junho de 1521, offerecido pelo sr. visconde de Castilho)

Só chamamos a attenção para o facto de se ler n'este Compromisso que elle foi feito e impresso em Lisboa em 1516 e de affirmar o chronista da SS. Trindade que n'essa mesma data de 1516 (20 de dezembro) se imprimira o primeiro Compromisso da Confraria, que elle devia directa ou indirectamente conhecer, visto declarar antes que d'elle existia uma copia no cartorio do seu convento.

O celebre inquerito, requerido por a Ordem da SS. Trindade em 1575, ácerca da instituição da Misericordia e do seu Instituidor, e a justificação cujo original existe na Torre do Tombo, confirmam o facto das assignaturas.

N'este livro de justificação se declara que se procedeu ás verificações e inqueritos, conforme requeria a Ordem da SS. Trindade, no dia 15 de março

de 1575. Assistiam o Escrivão do auditorio ecclesiastico e notario apostolico Antonio Gil, o Provedor da Misericordia D. Diniz de Lancastre, e, por parte da Ordem, frei Bernardo da Madre de Deus. Foi examinado o Compromisso que existia na Misericordia, «que está encadernado em taboas de pau, coberto de velludo azul, com brochas de prata»—verificando os inquiridores que o Compromisso: —«está assinado no fim, de quatro sinaes que dizem—*El-Rey—la reina—Rainha*—e—*Iff. Dona Beatris.*»

Affirmam que no fim o Compromisso declarava ter sido visto «pelo muito alto e muito poderoso Sõr Rey Dom Manuell o prim.º nosso Rey e Sõr e isso mesmo pella m.to SS.ma e m.to Catholica S.ra a S.ra Rainha D. Leonor—sua Irmãa como confrades que eram da dita Confraria e mandarã que todo se comprisse e goardasse como nelle se continha avendoo assy p. m.to, etc. Escripto nesta cid.e de Lx.a a 25 de Setembro de 1500 por Duarte borges. E na Volta donde estão asinados os ditos Prĩcipes o prim.º logar ẽ çima Esta hũ sinal q̃ diz fr. M. de Contr.as Sacre theologie Magister, com outros m.tos sinais de m.tos Irmãos da dita Comfraria, o qual sinal de frey Miguel de Contr.as o dito Ant.º Gil e eu Escrivão com o dito Nuno Alvarez Escrivão da S.ta Mĩa vimos E cotejamos cõ os sinais q̃ estão em certas escrepturas Antiguas de livros de notas de Fernão Vaaz tabalião publico q̃ foy das notas nesta cidade de Lx.a hũa feita no Anno de mil quinhentos e dous a vinte e cinqo de fev.ro no Mostr.º da S.ma Trindade desta cidade estando em Cabido presentes o padre frey Dioguo de Lisboa Bacharel em Theologia provincial da dita hordem nos regnos de portugal ministro do dito Moestr.º E o Mestre frey Miguel de Contr.as e e frey Pedro de Carnide e outros m.tos e outras escripturas—nas quaes os sinaes de M.e frey Miguel Contr.as os quaes sinaes claramente se mostra serem taes e conformes ao sinal do dito compromisso que diz ser feito pelo dito fr. Miguel de Contreiras, assy no talho e feição da letra como nas goardias & forma do sinal E he todo de sua mão E letra E esto afirmamos etc.»

Parece pois indubitavel que em 1575 existia no archivo da Confraria este Compromisso manuscripto e assignado, cuja data de 25 de setembro de 1500 é anterior ás datas das duas copias que hoje conhecemos, que são de 1516 e 1520.

Um auctor moderno, soccorrendo-se por certo de elementos seguros que nos faltam, affirma que o Compromisso primeiro da Misericordia fôra approvado por Alvará de 29 de setembro de 1498 e impresso pela primeira vez em 1516, com data de 20 de dezembro, e foi obra de fr. Miguel Contreiras, apesar de nem Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, nem Innocencio Francisco da Silva o terem incluido no numero dos auctores, por ter sahido anonyma a sua obra. O auctor que nos ministra estas affirmativas é o sr. Felix

Ferreira, na sua obra a *Santa Casa da Misericordia Fluminense*, publicada no Rio de Janeiro em 1898 para celebrar o quarto centenario da Instituição, livro precioso para a historia das Misericordias portuguezas.

*
* *

Descrevamos agora as duas copias manuscriptas do antigo Compromisso. A primeira vem descripta pelo erudito investigador sr. Gabriel Pereira, no importantissimo trabalho, que já citámos, *Documentos historicos da cidade de Evora*, nos seguintes termos:

«Copia manuscripta em papel, de 48 paginas, incluindo a do frontispicio e mais 3 em branco no principio. O formato do livro é de $0^m,21$ desde o titulo no alto de cada pagina, por $0^m,125$ de largura. Até fol. 16 a escripta simelha os caracteres typographicos gothicos do principio do seculo XVI; d'ahi por diante (fol. 16 v.º) é cursivo da mesma epocha. Todo o trabalho calligraphico é excellente. Não tem data indicada mas vê-se que foi feito no reinado de D. João III. Não pode haver duvida alguma sobre a sua authenticidade, porque o volume mostra bem, pelo uso que teve, o serviço que prestou.»

A segunda copia é o formoso codice manuscripto que existe na casa forte da Thesouraria da Santa Casa da Misericordia de Lisboa.[1] É feita em 1520, na cidade de Evora, aos 27 de abril, por André Pires; escripta em pergaminho, em caracteres gothicos, com 28 folhas abertas, de texto, tendo em branco as cinco primeiras paginas e as cinco ultimas. O formato do codice é de $0^m,35$ por $0^m,23$, sendo de $0^m,27$ por $0^m,171$ e de $0^m,257$ por $0^m,180$ o das molduras illuminadas das duas paginas fronteiras da primeira folha aberta do livro.

Representa a primeira illuminura, da pagina esquerda, no alto do quadro, o painel com a imagem de Nossa Senhora, de manto azul, sustentado por dois anjos, e a seus pés, á direita, o pontifice e varios cardeaes e frades, de joelhos e mãos postas, e da esquerda uma princeza e um monarcha coroado, e outras diversas figuras, todos tambem ajoelhados. Aos lados dois brazões, sendo o da direita, o das armas reaes de Portugal, de D. Manuel, e o da esquerda, com os leões de Castella e palas de Aragão, é um escudo de armas de Portugal e Castella, tendo por bordadura os castellos de Portugal.

Por baixo, dentro da illuminura, começa o texto do Compromisso, pelas palavras—*Dom Manuell.*

---

[1] Foi mandado recolher alli por deliberação exarada na acta de 25 de janeiro de 1897.

A cercadura da pagina é um rectangulo de flôres e ornatos a oiro e côres, algum tanto deteriorados pelo tempo.

Na segunda pagina começa o texto do Compromisso por uma capital — O — illuminada com o brazão real, começo das palavras: — *O Eterno, immenso e todo poderoso,* etc. — tambem envolvidas com cercadura de flôres, illuminada.

Segue a fl. 2 o texto, em quadro de 0,$^{m}$19 por 0,$^{m}$12, a tinta preta, com capitaes pequenas a côres e oiro, e interpolado com lettras vermelhas, no dizer das sete obras de misericordia e em alguns titulos dos capitulos.

Acha-se este codice encadernado ricamente, encadernação moderna de marroquim azul, vincado; e nas guardas dourados no quadro da capa e no centro moiré de seda. Precede-o a copia da carta de D. Manuel, a qual é do teor seguinte:

«Provedor e Officiaes da Confraria da Misericordia da nossa cidade de Lisboa. Nós el-rei vos enviamos muito saudar. Com esta vos enviamos ho compromisso d'essa confraria, feito de mão e eluminado; vós o mandareis encadernar de taboas e cubertas de velludo carmezim, ou de outra côr boa e que dure, com sua guarniçam dourada de cobre e brochas, e tudo bem feito e loução como elle o merece, e nós avemos por bem que a quem o escreveu e illuminou deis seis mil reis por seu trabalho e é ainda o menos que nos parece que merece, se elle os lá mandar requerer com hua provisão nossa que lhe para vós demos, mandae-lho logo dar. Feita em Evora a 12 de maio de 1520. — André Pires a fez. — El-Rey.»

Este codice, que pertenceu primitivamente á Misericordia, passou á livraria particular dos condes de Castello Melhor, na serie dos quaes se conta um que foi Provedor, sendo novamente adquirido no leilão d'aquella livraria.

Foi já citado este codice pelo sr. E. Freire de Oliveira na sua importante obra dos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa,* tomo II, p. 273.

Ácerca d'este documento valioso encontram-se na acta da sessão da Administração da Misericordia de Lisboa, de 22 de outubro de 1890, as seguintes palavras:

«O sr. Antonio Augusto de Carvalho Monteiro encarregou-se obsequiosamente de mandar fazer em Paris a restauração do compromisso original da Santa Casa (lavrado em pergaminho e datado de 1520), e de egualmente o fazer encadernar, e havendo, no acto de o devolver restaurado e soberbamente encadernado, escripto á Mesa da S.$^{ta}$ Casa, que a esta instituição de caridade fazia a esmola de todas as despezas que abonára com a restauração e encadernação do precioso codice, a Mesa deliberou que se lhe agradecesse em offi-

cio, assignado por todos os seus membros, e d'elle se lançasse menção no L.º das suas actas, para lembrança perpetua de tão levantada generosidade.»

D'elle se mandou tirar uma copia em cursivo vulgar, cujo titulo é o seguinte:—Copiado fielmente e conferido do original existente na Santa Casa da Misericordia de Lisboa pelo Conservador do Archivo da Torre do Tombo, Raphael Eduardo d'Azevedo Basto.—Caderno de papel de officios, em folhas numeradas de n.º 1 a 28.

Com respeito á primeira edição do Compromisso, feita em Lisboa em 1516, são rarissimos os exemplares de que ha noticia. Na enorme livraria, ultimamente posta á venda pelo sr. Pereira Merello, encontrava-se um exemplar d'esta preciosa edição.[1] É em 4.º, no mesmo formato dos outros Compromissos posteriores, em papel de linho, typo gothico de extrema nitidez. No frontispicio tem uma gravura representando o quadro de Nossa Senhora da Misericordia, ladeada pelas figuras de reis, prelados, frades e anjos, como em outros pontos d'este livro deixamos descripto. Os caracteres são grossos, e a gravura, attendendo á época, muito perfeita. O texto é perfeitamente identico ao da copia publicada pelo sr. Gabriel Pereira nos *Documentos historicos da cidade de Evora* e reproduzida no livro *As Misericordias,* do sr. Costa Goodolphim, porém só até ao ponto onde, tanto em uma como em outra d'estas reproducções, declara ter sido «emprimido em a muy nobre e leall cidade de Lisboa aos 20 dias do mez de dezembro de 1516.»[2]

Varias gravuras intercalam o texto, enquadrando a pagina onde se referem as obras de misericordia, bem como algumas capitaes de phantasia, impressas a vermelho. É um formoso exemplar, com capa de pergaminho, na qual se lê em manuscripto o titulo: *Compromisso da Misericordia de Lisboa.*

A Misericordia de Vizeu possue outro exemplar d'esta mesma edição, acompanhado d'estas palavras escriptas por D. Manuel: «Mandamos que este compromisso se cumpra e guarde pela Misericordia da cidade de Vizeu, assim e tão inteiramente como nelle se contem.—El-Rei.»[3]

Este exemplar está, porém, incompleto. Falta-lhe a segunda folha. Está

---

[1] No catalogo, distribuido em 1901, vem assim descripto sob n.º 129: *Compromisso e Regimento da Santa Confraria da Misericordia de Lisboa.* (Meio gothico.) Frontispicio grav. e uma gravura. Lx.ª, 1516, 1 v. (Bello exemplar, valiosissimo.)

[2] Costa Goodolphim, *ob. cit.,* p. 371 e 454.—O fallecido chefe da primeira repartição da Contadoria da Misericordia de Lisboa, Antonio Rodrigues, me affirmou ter visto em tempo no Cartorio um exemplar da edição em gothico do Compromisso, que devia ser a edição de 1516. Não se sabe, porém, do seu paradeiro, sendo de suppôr que alli exista envolvido em outros papeis.

[3] Idem.

tambem encadernado em pergaminho, com o rotulo exterior em manuscripto: *1.º Compromisso da Misericordia de Lisboa na sua fundação em 1498.*[1]

Gouvêa Pinto, no seu curioso *Exame critico e historico dos Engeitados e Expostos,* diz-nos, sem declarar em que fonte bebeu tal informação, que este primeiro Compromisso, impresso em 1516, foi confirmado por Alvará de 4 de julho de 1564.[2]

O sr. Felix Ferreira, discordando da opinião de Francisco Adolpho de Varnhagen *(Historia geral do Brasil),* que entende ser este Alvará uma simples confirmação e não uma reforma, acredita que, não só n'aquelle anno se reformou o texto do Compromisso primitivo, mas até mesmo que não foi esta a primeira vez que elle foi alterado. Suppõe que antes do anno de 1512 haveria uma reforma, baseando-se em que um Alvará d'aquelle anno já diz «a Confraria da Misericordia *novamente ordenada*». Attribue a esse Alvará de 24 de julho de 1564 uma segunda reforma, pelo motivo de ter o Cardeal Rei, por Alvará de 27 de junho d'aquelle anno, feito entrega á Confraria da Misericordia da administração do Hospital Real de Todos os Santos. Tendo sido assim impostos novos encargos á Misericordia, é de suppôr que se introduzissem tambem novas disposições correlativas no seu Compromisso, e são exactamente as do ultimo capitulo, a que adiante nos referiremos.

Seguiu-se a reforma de 27 de junho de 1577. Segundo refere Felix Ferreira, nas *Memorias Estatisticas da Capitania do Espirito Santo,* diz o capitão de mar e guerra Francisco Alberto Robin, governador d'ella até 1817, que a Misericordia de Victoria se governava pelo Compromisso da de Lisboa approvado em 27 de junho de 1577. Existe tambem no Archivo da Santa Casa um exemplar d'esta edição, cosido a antigos processos curiosissimos de 15.. Não me foi permittido estudar este documento que casualmente alli encontrei.

Houve ainda outra reforma, desconhecida do sr. Felix Ferreira, approvada e confirmada pelo Alvará de 4 de junho de 1582. A copia d'este Alvará existe registada no Archivo da Santa Casa; é do teor seguinte:

«Eu El-rey faço saber aos que este Alv. virem que eu vi o compromisso, atras escripto, que o Provedor e Irmãos da Casa da Misericordia d'esta cidade de Lisboa novamente fizeram da maneira que se avia de ter no serviço da dita Santa Casa e do modo em que se avião de administrar as obras de Misericordia da obrigação d'ella, o qual me elles pediram que lhe confirmasse assi e

---

[1] Á amabilidade do nosso bom amigo e antigo collega o sr. Carlos Alberto de Moura Maldonado, a quem gostosamente exaramos aqui o nosso reconhecimento, devemos estes curiosos esclarecimentos.

[2] Obra citada, p. 127.

da maneira que se n'elle continha pera que d'aqui em diante se usasse d'elle e visto me ter parecido mui bem ordenado,— o confirmo, etc.— Dado em Lisboa.»[1]

D'esta reforma fez a impressão em Lisboa, em 1600, Antonio Alvarez. O filho do governador da capitania do Espirito Santo, que atraz citámos (apud Felix Ferreira), de nome Braz da Costa Robin, nas suas *Memorias historicas* e *Documentos da Provincia do Espirito Santo* diz (tambem segundo o livro do sr. Felix Ferreira) que a edição que alli havia do Compromisso era esta de 1600, edição hoje rarissima, que o sr. Costa Goodolphim diz ter visto, e descreve pela seguinte forma:

«Impresso por Antonio Alvarez, folio de 20 fls. sem numeração. O frontispicio é ornamentado com varias figuras, vendo-se ao centro a Senhora da Misericordia cobrindo com o seu manto varios reis, bispos, etc.»[2]

Nem Innocencio, nem Mattos, mencionam este exemplar.

Não nos dão estes auctores, porém, indicação alguma, que tão curiosa seria, ácerca das alterações que differenciam esta reforma, feita por D. Filippe I, da lettra do primitivo Compromisso de 1516 e da sua reforma de 1564.

De tudo o que deixamos exposto parece-nos portanto dever concluir-se:

1.º Que o Compromisso feito por fr. Miguel Contreiras foi approvado e assignado em 1498 e d'elle ficou o original examinado no Archivo da Misericordia em 1575;

2.º Que em data não averiguada, entre 1512 e 1516, se fez a primeira reforma, que é aquella de que existem as duas copias de Lisboa e Evora e a edição de 1516;

3.º Que em 1564, 1577 e 1582 se fizeram reformas ou confirmações com additamentos diversos, dos quaes resta a edição de 1600.

Depois d'estas reformas veiu finalmente a de 1618, á qual no capitulo immediato nos referiremos largamente.

4.º Que, fóra de toda a duvida, n'estas reformas se alterou o texto, por isso que em Alvará de 29 de junho de 1610 se declara que estando El-rei informado de que no Compromisso se andava «alterando, accrescentando e moderando algumas cousas d'elle», por isso mandava «que se não podesse mover cousa alguma sem se lhe dar primeiro conta.» E a propria reforma de 1618 o affirma, dizendo: «E porquanto até agora se regeu e governou esta

---

[1] Registado a fl. 47 do Livro 1.º dos *Privilegios*.

[2] *As Misericordias*, p. 31.

Casa e Irmandade por Compromissos, os quaes todos por este ficam derogados, etc.»

Quanto aos fins e especiaes obrigações que, pelo primitivo Compromisso, cujas copias e edição conhecemos, se impunham os confrades da nova Irmandade, passaremos a descrevel-os summariamente, em face de alguns trechos d'este mesmo Compromisso. O preambulo, que já o chronista da SS. Trindade publicara, denuncia a intenção caritativa da instituição. É elle, segundo a copia da Misericordia:

«O Eterno, immenso e todo poderoso senor Deos padre das misericordias começo meio e fim de toda bondade aceptando as preces e rogos dalguos justos e teementes a elle quis repartir cõ os peccadores parte da sua Misericordia. E em estes derradeiros dias inspirou nos corações dalguns bons e fieis xpãos e lhe deu coração siso e forças e caridade pera ordenarem hũa irmandade e confraria sob o titolo e nome e envocaçam de Nossa Senhora madre de deos e virgem Maria da Misericordia pera qual irmandade fose e sejam compridas todas as obras de misericordia assi espirituaes como corporaes quanto possivel for pera socorrer as tribullações e miserias que padecem nossos irmãos em xpo que recebem agoa do Santo bautismo a qual cõfraria e irmandade foy instituida no ano, etc.»

Indica logo no primeiro capitulo, que desappareceu nas subsequentes reformas,—«quaes e quantas saom as obras de misericordia» —divididas em sete espirituaes—ensinar os simples,—dar bom conselho,—castigar com caridade os que erram,—consolar os tristes,—perdoar a quem nos errou,—soffrer injurias com paciencia, e—rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos;—e sete corporaes, que eram:—remir os captivos e visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber aos que hão sede, dar pousada aos peregrinos e pobres e enterrar os finados.

Compunha-se a Confraria de cem irmãos—«de boa fama e sãa consciencia e onesta vida, tementes a Deus e guardadores de seus mandamentos, mansos e humildosos a todo o serviço de Deus e da dita confraria.» (Cap. II.)

Eram estes irmãos obrigados a acudir á séde da Confraria assim que ouvissem a campa da Misericordia, e a comparecer nos dias—da Visitação, para as eleições da Mesa; de quinta feira de Endoenças, para a procissão dos penitentes; e de Todos os Santos, para a procissão que ia tirar da forca as ossadas dos padecentes.

A primeira missão a que se refere o Compromisso (Cap. III) é a de enterrar os irmãos e celebrar exequias e preces por sua alma.

Com respeito á invocação da Confraria diz o Cap. IV:

«Porquanto a envocação desta Sancta cõfraria he de nosa senora da misericordia, ordenaram os officiaes e irmãos della de tomarem por orago e dia desta dita confraria o dia da visitaçam quando visitou Santa Isabel, que vem aos dois dias do mes de julho, etc.»

D. Manuel ordenou que este dia ficasse sendo solemnemente celebrado com procissões em todas as cidades e villas de Portugal.

Compunha-se a Mesa de um Provedor, onze conselheiros e um escrivão, pelos quaes se distribuiam os diversos cargos, sendo d'estes doze mesarios seis de nobre condição e seis officiaes mechanicos.

O Provedor, que devia ser homem «honrado, de auctoridade, virtuoso, de boa fama e muito humilde e paciente» distribuia pelos mesarios, com cujo accordo e conselho se resolviam todas as despezas da irmandade, os diversos cargos, que eram os de dar comer aos presos, visitar os hospitaes e pessoas envergonhadas, curar os doentes, arrecadar as esmolas. O proprio Provedor visitava uma vez por mez os hospitaes, cadeias e pobres para verificar como eram soccorridos.

O Cap. VII, tratando da visita dos enfermos, determina que os visitadores os soccorram com mézinhas, vestidos, camas e pousadas, com o physico da Confraria e dinheiro, e, em caso de morte, a confissão e extrema-uncção.

Quanto aos presos (Cap. VIII) levavam-lhes de comer, duas vezes por semana pão, e ao domingo uma posta de carne e meia canada de vinho.

As esmolas aos pobres eram dadas (Cap. IX) depois de inquiridos os priores e confessores, e tomados a rol os verdadeiros necessitados.

Eram o principal rendimento da instituição incipiente as esmolas que arrecadavam dois conselheiros, aos quaes o Compromisso diz viria a competir o encargo da cobrança de rendas, fóros e legados «se em algum tempo a dita confraria as tiver». Estas esmolas e offertas eram tiradas nos altares da capella ou por meio de peditorios. D'ellas e dos enterramentos tratava o mordomo da capella e dos presos, e das compras o mordomo de fóra. (Cap. XI e XII.)

No Cap. XIII prescreve que o serviço religioso seja cumprido por um capellão lettrado, confessor e dois capellães para missas e enterros. Que haja «um pendam que tenha dambas as partes a imagem de nossa senhora da misericordia pimtada, que estará em huma astea grande com uma cruz grande de pau em cima, para ir diante da misericordia em todos os autos quando for ordenado. E haverá uma campa manual para chamamento da gente, sem a qual a dita confraria nunca sahirá.» — «Haverá mais treze saios ou os mais necessarios para os autos de misericordia e pera os que debaixo delles quizerem penitencia cubertos da vã gloria deste mundo, dos quaes seis irão com a tumba e seis com as tochas e um com a cruz e pendão de nossa senhora, para imi-

tarem a Santa Companhia de Nosso Senhor Jesus Christo.» Ordena que haja duas andas para os corpos dos justiçados e dos pobres, e duas arcas grandes, uma para n'ella se recolher todo o dinheiro da confraria e outra para a roupa dada de esmola. Além das arcas haveria quatro *cepos*, nos logares mais publicos da cidade, para n'elles se lançarem as esmolas.

Ás quartas e domingos reunia o conselho para despacho (Cap. XV). A mesa escolhia dois ou tres homens para em cada freguezia pedirem, depois da missa, pão para os presos e enfermos, o qual depois se repartia e distribuia pelas cadeias, hospitaes e domicilios. Eram os *pedidores de pão* (Cap. XVI).

Ordena o Cap. XVII que as propriedades legadas á Confraria se vendessem em leilão; o Cap. XVIII determina o regimento do soccorro que se devia prestar aos justiçados, e o Cap. XIX — «o modo como hão de procurar fazer as amisades» — encargo que consistia em desvanecer inimizades ou isenções, provocando a conciliação amigavel e o perdão de injurias, para que todos vivessem em paz, sem odios nem malquerenças. Estas «amisades» faziam-se nos dias de quaresma, por serem dias de penitencia, registando-se em um livro.

*
* *

O mesmo curioso manuscripto intitulado *Estatistica de Lisboa*, de 1552, referindo miudamente os usos e praticas dos primeiros tempos da Confraria, ministra-nos curiosas informações ácerca de alguns interessantes costumes tradicionaes da irmandade, a que o antigo Compromisso não allude. Descreve-nos, nos seguintes termos, a procissão de penitencia ou dos fogareos, que a Misericordia então fazia:

«A que se faz na quinta feira leva esta ordem: partem de casa em anoutecendo e vão pela rua nova ter a S. Francisco e d'alli passam á Trindade e descem ao Carmo e d'alli vão a S. Domingos e tornam pelo Rocio e pela praça da palha e rua das arcas, correaria até á Sé e da Sé tornam até á Misericordia e gastam nisto até m.ª noite, hua ora. E a ordem que levam os irmãos que sempre serão 240 até 300 segundo a quantidade dos que se acham na cidade é esta: todos são obrigados a ir á procissão, e todos vão vestidos com suas vestimentas pretas e postos em ordem de procissão com suas candeas e vellas na mão diante deles. Na mesma procissão vão 800, 900 até 1:000 homens e mulheres disciplinando-se, os quaes todos vão vestidos de vestimentas pretas, os quaes assim homens como mulheres se ferem com as disciprinas que tiram muito sangue. E esta procissão vai repartida em tres ou quatro estancias e entre uma e outra um retabulo ou Christo posto na cruz e no meio vão

dez ou doze irmãos com suas varas nas mãos regendo-os e mettendo-os em ordem. E entre estes disciprinantes vão muitos homens com varas de ferro e cruzes de pau grandes e pedras ás costas. E pera claridade da gente levam cincoenta (l.ta) faroes de fogo em que se gastam (ij) dois mil novellos de fiado de tomentos (estopa) engraxados em borras de azeite e sebo para darem bom lume, os quaes faroes vão postos em hasteas muito compridas e altas. E levam trinta alanternas muito grandes nas mesmas hastes mettidas com candêas dentro accesas e os Irmãos que regem trazem nas mãos muita quantidade de candêas para, tanto que faltar, proverem de outras. E levam mais vinte (xx) e trinta (xxx) homens com bacias nas mãos de vinho cosido e os disciplinantes molham e lavam nelle as disciplinas por que lhe apertam as carnes.

«Da mesma maneira vão dez ou doze homens com caixas de marmeladas feitas em fatias, as quaes mandam muitas pessoas fidalgas e devotas pera aquele santo hofiçio, as quaes dam aos penitentes; e levam outras de confeitado e de acidrão, pera os que enfraquecem soccorrem-lhe com hum boccado; e vão outros tantos homens com quartas de agoa e pucaros nas mãos, dando agoa aos que tem della necessidade. E tanto que chegam á Casa da Misericordia estão phisicos que espremem as chagas dos penitentes e lhas lavam com v.º pera isso afeicionado e os apertam e vestem e se vam curados pera suas casas.»[1]

E continúa, descrevendo a procissão do dia de Todos os Santos:

«Vão todos os Irmãos com suas vestimentas pretas, chamados pera isso com campa pela cidade e levam tres tumbas e vão todos em ordem regendo-os o Provedor e outros Irmãos e com suas tochas e cirios accesos e assim chegam ao campo da forca, aonde se faz um sermão aos que estão presentes, se o tempo dá lugar, senão pregão depois a tornada na Casa da Mizericordia, e nas tumbas trazem os ossos, que já tem foradas covas, seis (bi) ou sete (bii) dias antes, e ao outro dia lhe mandam fazer um officio solenne de (ix) nove licções, e se alguns padecentes estão pendurados, que não estão pera trazer, o deixam enterrado para o anno que vem.»

E concluindo a enumeração das obras pias da Santa Confraria, diz:

«E em estas obras de misericordia, que nesta casa se fazem como tenho

---

[1] Esta noticia e muitas outras d'este notavel manuscripto foram publicadas no vol. v, p. 5, do *Summario de varia historia*, de Ribeiro Guimarães. Não inseriu alli, porém, o erudito escriptor o trecho que atraz citamos ácerca da fundação da Confraria.

dito, se gastam em cada um anno quinze, vinte, vinte e cinco e trinta mil cruzados e as vezes mais, porque menos nunca he, que não he pequena nobreza e grandura da terra gastar-se tanto em esmolas nũa só casa como esta.»

*
* *

Taes eram os caritativos fins da Confraria da Misericordia nos primeiros tempos da sua vida historica, quaes nol-os revela o seu primitivo estatuto, cuja copia preciosa se guarda com grande veneração.

Sustentadas as suas beneficencias, a principio, apenas com o modesto reddito das esmolas recolhidas, segundo a tradição notabilissima que lhe legara o seu piedoso Instituidor, dentro em pouco cresceu a sua fazenda e bens, mercê das dadivas, doações regias e particulares, privilegios, isenções e legados testamentarios com que a devoção dos monarchas e principaes familias da capital desde logo lhe acudiu.

Não eram só privilegios e prerogativas que os soberanos concediam á Misericordia em seus Alvarás. Choviam benesses, doações, padrões, tenças, rendimentos, multas, cujo producto revertia para a grande obra de caridade. Doavam-lhe casas, terras, fóros e rendas; era herdeira e testamenteira de muitos piedosos testadores.

Á medida que os rendimentos iam crescendo, assim a Misericordia desenvolvia tambem a sua acção bemfeitora, por tal fórma e com tanto augmento que já não tinha na capella e nos claustros da Sé Cathedral sufficiente espaço para esses serviços; nem no hospital, que em casas proximas á egreja de Santo Antonio, cedidas pelo senado, instituira fr. Miguel Contreiras, havia já camas que chegassem para os doentes que de toda a parte vinham em busca d'aquelle caritativo amparo.

Nem admira que fossem insufficientes para acudir á numerosa pobreza da cidade os já fartos recursos da nascente instituição.

Refere o erudito investigador Ribeiro Guimarães que, segundo lêra em um livro antigo, os mendigos de Lisboa eram em tão avultado numero que constituiam tres Confrarias, sendo uma de cegos na freguezia de Santo André, e outra, sob a invocação de Santo Aleixo, na egreja da Misericordia. Estas Confrarias concorriam a varias funcções publicas, levando os irmãos, como insignias, cannas verdes nas mãos.

Assim figuraram processionalmente, acompanhando em 1588 as celebres reliquias, que vieram da egreja da Misericordia para a de S. Roque, onde ainda hoje existem,[1] bem como a procissão solemne em que o arcebispo D. Rodrigo

---

[1] Serão adiante descriptas.

da Cunha, de regresso a Lisboa, foi levado da Misericordia para a Sé, em 1639.[1]

A *Estatistica de Lisboa,* manuscripto já citado, refere tambem que havia em Lisboa, segundo o rol das licenças, 400 pobres que andavam pelas portas a pedir, além dos que não tinham licença.—«E mais andam, accrescenta, muitas caixas de confrarias e invocações de santos a pedir pela cidade e egrejas; affirmaria serem 160 e mais. Além d'estes andam muitos homens, que foram abastados, com suas capas e capuzes a pedir a muitas pessoas que conhecem de suas creações, aos quaes pedem secretamente. E da mesma qualidade andam mulheres pedindo, e outras por casas de nobres pedindo para as filhas orphãs, que querem casar; e para a soltura de presos. E além d'estes, os meninos orphãos, que sempre andam pela cidade pedindo sete e oito...»

Os mendigos eram muito protegidos, como prova a existencia de suas Confrarias.

Em outro logar assevera o mesmo livro manuscripto: — «tem a cidade mil homens e mulheres pobres que andam pedindo esmola e tem-o por officio que tiram muito dinheiro para suas mantenças.»[2]

Por isso, para poder acudir a tão numerosa miseria, foi a Misericordia, desde o principio, favorecida com muitas regalias e privilegios, attinentes ao augmento de seus recursos. Em outro logar d'este livro faremos d'esses privilegios a competente enumeração. Diremos agora sómente que, quando em 1538 um tal Damião de Brito, Manuel Figueira e outros intentaram fundar uma Confraria de caridade, a Misericordia representou a el-rei contra tal pretensão. Ouvida a Mesa da Consciencia esta resolveu que tal Confraria se não fundasse sobre si, mas sim annexada á da Misericordia—«*para evitar o escandalo.*»[3]

D. Manuel, conhecendo e apreciando bem o valor da piedosa Confraria, cujo estabelecimento havia approvado, formou logo tenção de a dotar com edificio condigno.

O local escolhido foi entre a Sé e o rio, no sitio chamado da Ribeira, a sueste do antigo bairro da Judiaria Grande ou Judiaria Velha, de Lisboa.[4]

---

[1] Ribeiro Guimarães. *Summario de varia historia,* vol. II, p. 77. Fr. Apollinario de Azevedo, na sua obra, refere-se tambem a estas irmandades, dizendo ter lido descripções de festejos em que os mendigos se incorporavam.

[2] *Summario de varia historia,* vol. V, p. 34. Muitas leis e providencias se promulgaram n'essas remotas eras para reprimir, ou, pelo menos, para regulamentar a mendicidade.

D. Fernando enviava os mendigos válidos para os trabalhos ruraes, D. Duarte para as obras publicas, e em 1671 eram enviados para as provincias ultramarinas. Vide *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa,* tomo VIII, p. 551.

[3] *Livro dos despachos.* Era Provedor Ruy de Sousa; documento de 1540, existente no Archivo da Misericordia.

[4] Um erro do illustre historiador Alexandre Herculano, recentemente averiguado pelo eru-

Eram terrenos conquistados por aterro, sobre o rio, como aquelles onde assentou o Terreiro, que lhe ficava fronteiro para o lado do Sul. Áquelle tempo a praia vinha entestar com a antiquissima muralha da cidade que de Santo Antonio descia até á actual rua dos Bacalhoeiros, onde formava as Portas do Mar, — uma no topo da rua das Canastras — a Porta do Mar antiga, denominada Postigo da rua das Canastras ou Arco Escuro, e outra em frente do Caes de Santarem a S. João, — a Porta nova do mar.

Começou a edificação da egreja e casas; a magnifica fabrica levava, porém tempo a construir, por modo tal que só veiu a concluir-se em 1534, fallecido já o fundador.

Muitos annos se conservou portanto a Irmandade na sua Capella da Sé, até que se transferiu para a sua nova casa em 25 de março de 1534, reinando em Portugal D. João III, e effectuando-se a cerimonia da trasladação, consagração do templo e posse com solemnissima procissão, abrilhantado o acto pela presença do rei e da côrte, e com a assistencia de numeroso concurso de povo. Constituiu esta solemnidade talvez a mais deslumbrante festa do reinado de D. João III.[1]

O hospital de fr. Miguel esse fôra já trasladado para o grande edificio do Hospital Real de Todos os Santos.

Compunha-se o novo edificio da Misericordia de uma egreja considerada, no dizer dos antigos escriptores, como sendo a maior e mais sumptuosa de Lisboa, depois da de Santa Maria de Belem, e de edificios contiguos destinados a dois recolhimentos, com tribunas que deitavam para o templo e ligados entre si por uma communicação interior. No resto dos edificios se accommodavam todas as officinas, secretaria e cartorio da Misericordia, com sufficiente largueza e amplidão, occupando tudo o espaço hoje preenchido por um grande quarteirão de casas da moderna Lisboa.

Um viajante, allemão, ao que parece, que visitou Lisboa em 1595 e escreveu e publicou n'essa data, em Francfort, um livro em latim, ao apreciar com louvor e admiração as bellezas da cidade, refere-se nos seguintes termos a este formoso edificio manuelino:

---

dito e habil paleographo sr. Brito Rebello, levou muitos auctores a affirmar que o local do antigo edificio e egreja da Misericordia era no proprio bairro ou communa dos judeus, a que Herculano attribuiu o nome de Villa Nova de Gibraltar, má leitura em algum documento antigo de *Villa Nova da Gibitaria*, denominação de uma das ruas da Judiaria Velha. Leia-se ácerca d'este assumpto o magnifico estudo intitulado *A Judiaria Velha de Lisboa*, trecho de outro trabalho ainda de maior valia que, sob o titulo *As Muralhas da Ribeira*, está publicando o abalisado investigador sr. A. Vieira da Silva, na Revista de Engenharia Militar. O artigo a que alludimos vem inserto no n.º 11-12 do tomo v (1899-1900) do Archeologo Português.

[1] Vilhena Barbosa. *Estudos historicos e archeologicos*, tomo I, p. 342.

«Nada ha mais brilhante do que o templo da Misericordia, construcção estupenda de pedra lavrada...»[1]

O padre Nicolau de Oliveira, que em 1620 escreveu o precioso livro das *Grandezas de Lisboa,* descreve este edificio:[2]

«Da parte da terra do quadro deste sumptuoso edificio está a muy nobre e sumptuosa egreja da Misericordia a qual El-Rey D. Manuel mandou edificar, toda de pedra de cantaria, com uma altissima abobada da mesma pedra e fundada sobre vinte columnas postas em sua devida correspondencia, mas muyto apartadas umas das outras, das quaes ficam seis inteiras no meio da Egreja, que fazem divisão das tres naves, etc.»

. . . . . .

«A cujo lado está um hospital de maravilhosa obra e custo por ser todo de finissima pedra e polido lavor; neste hospital se curão molheres nobres de doenças incuraveis e são em numero de trinta e duas, em dous lanços de enfermaria, porque fica uma sobre outra, por não sofrer mais a estreiteza do sitio.»[3]

Outro chronista notavel, descrevendo o edificio e a grandiosidade da sua construcção, escreve nos seguintes termos:

«A porta principal olhava para o occidente. A capella-mór tinha as costas voltadas para o oriente. A porta travessa deitava para o sul. Portas e janellas ostentavam todas as galas de architectura gothica.

«Vinte columnas de marmore de elevadissima altura e curiosamente lavradas, seis dividindo a egreja em tres amplas naves e quatro meio embebidas nas paredes, sustentavam a abobada, toda de laçaria de pedra, com artesões e florões, onde se alternavam os emblemas da fé christã com as divisas do rei fundador. A capella-mór era um monte de ouro em obra de talha, relevada de excellente esculptura. No cruzeiro viam-se duas ricas e elegantes capellas, occupando os topos, e dois bem armados altares nas paredes lateraes. No corpo da egreja não havia primitivamente capella ou altar, mas no ter-

---

[1] Adriano Romano E. A.—*Parvum Theatrum urbium sive urbium præcipuarum totius orbis Brevis A. Methodica descriptio. Authore.* Francforti; ex officina typographica Nicolai Bassaei, 1595. Cit. por Bernardes Branco.

[2] Em face d'esta descripção reconstituiu o sr. visconde de Castilho a planta do templo, e publicou-a no seu livro monumental—*A Ribeira de Lisboa,* p. 211.

[3] *Grandezas de Lisboa,* p. 197.

ceiro quartel do seculo XVI, uma dama abastada, chamada D. Simôa,[1] edificou alli uma capella, do lado do Evangelho, que dedicou ao Espirito Santo, dotando-a liberalmente.

«Foi construida esta capella toda de marmore de côres, não em harmonia com as mais partes do templo, pois que o estylo gothico achava-se então proscripto, mas no gosto moderno de architectura classica.

«Dois recolhimentos de orphãos, um hospital, espaçosas salas para a secretaria, cartorio e mais officinas, formavam juntamente com a egreja, um edificio vasto e grandioso.

«Um dia bastou para lançar por terra esta soberba fabrica que tantos annos levou a erigir-se. Derrocou-a o terremoto do 1.º de novembro de 1755 e o incendio que a seguir, reduziu a cinzas quasi tudo quanto o cataclismo poupara.»

Effectivamente o medonho terremoto de Lisboa de 1755 lançou por terra, destruindo completamente pela derrocada e pelo incendio, aquelle formoso monumento manuelino, devorando tambem o precioso archivo, cujos documentos teriam sido o mais valioso subsidio para o trabalho que emprehendemos.

O bom padre Manuel Bernardes, na sua *Nova Floresta,* tomo IV, p. 176, diz:

«A Santa Casa da Misericordia de Lisboa é uma das mais notaveis grandezas que illustram e acreditam esta real cidade, com maior razão do que o collosso a Rhodes, as pyramides a Memphis, o labyrintho a Creta e os amphitheatros a Roma.»

Possuimos, como se vê, grande numero de noticias ácerca do edificio, porém tão vagas e eivadas dos costumados exaggeros, divergindo bastante umas das outras em pormenores, por modo tal que é difficil chegar a formar uma idéa exacta de qual teria sido a apparencia e estructura geral architectonica da egreja e dos edificios annexos.

O *Sanctuario Marianno* é o livro antigo em que melhor encontramos descripto o exterior do edificio, sem comtudo fornecer elementos pelos quaes se torne possivel reconstituir completamente a sua planta. Este auctor, no vol. VII, p. 178, descreve-nos o templo da Misericordia com duas portas, uma ao sul

---

[1] Era D. Simôa Godinho de côr preta, mas de origem nobre, nascida na ilha de S. Thomé, senhora de avultada fortuna, viuva de um fidalgo portuguez, e que despendeu grande parte dos seus bens em obras pias, ás quaes ainda legou bastos rendimentos. Fundou em 1595 o Convento da Cartuxa de Laveiras e jazia sepultada na velha egreja da Misericordia. (Pinho Leal, tomo IV, p. 56.)

e outra ao norte; não nos fala, porém, da porta principal, que, segundo outros, olhava a occidente, nem no famoso adro grande. Em uma curiosa planta da cidade baixa, da collecção das plantas e desenhos feitos por ordem do então conde de Oeyras, Sebastião José de Carvalho, — na qual se indicam com o maior rigor as linhas do velho bairro destruido pelo terremoto e os bellos alinhamentos da cidade nova, figura o edificio da Misericordia — templo e casas annexas, parecendo, porém, que a egreja não entestava com o largo da Misericordia, mettendo-se entre ambos um corpo de edificio. N'esta planta, rubricada e authenticada pelo conde de Oeyras, não se indicaram as portas do templo, o qual alli apparece com uma unica frente livre para a velha rua de baixo da Misericordia e cercada por todos os outros lados por edificações que apenas deixam em aberto o pateo ou taboleiro da porta travessa para a rua dos Confeiteiros ou rua de Cima da Misericordia.

É muito notavel a coincidencia de dizer o auctor do *Sanctuario* — «a primeira porta e *principal* ao Sul» — e o facto de ser na verdade esta porta encimada pela imagem da Senhora, padroeira do templo, que, segundo os preceitos da epocha, se collocava sempre sobre a porta principal. Teria sido esta porta primitivamente a occidente e depois transferida para o lado do sul?

O *Sanctuario Marianno* descreve-a assim:

«... na primeira e principal (porta) ao Sul, com duas portas ou entradas juntas, grandes e ambas de arco antigo, se vê sobre ella em um grande arco a Santissima imagem de Nossa Senhora da Misericordia, amparando e favorecendo os filhos da egreja com misericordiosa piedade, etc... obra de excellentissima esculptura em pedra lioz. Esta imagem acha-se presentemente (1721) coberta com uma grande vidraça que ainda que a cobre não impede a vista.»

Da outra porta travessa, a que o mesmo *Sanctuario* se refere, falam-nos João Baptista de Castro e outros. Diz este auctor que a Porta do mar antiga, depois Postigo da rua das Canastras e hoje conhecido por Arco Escuro, ficava quasi fronteira á porta travessa da egreja da Misericordia.[1]

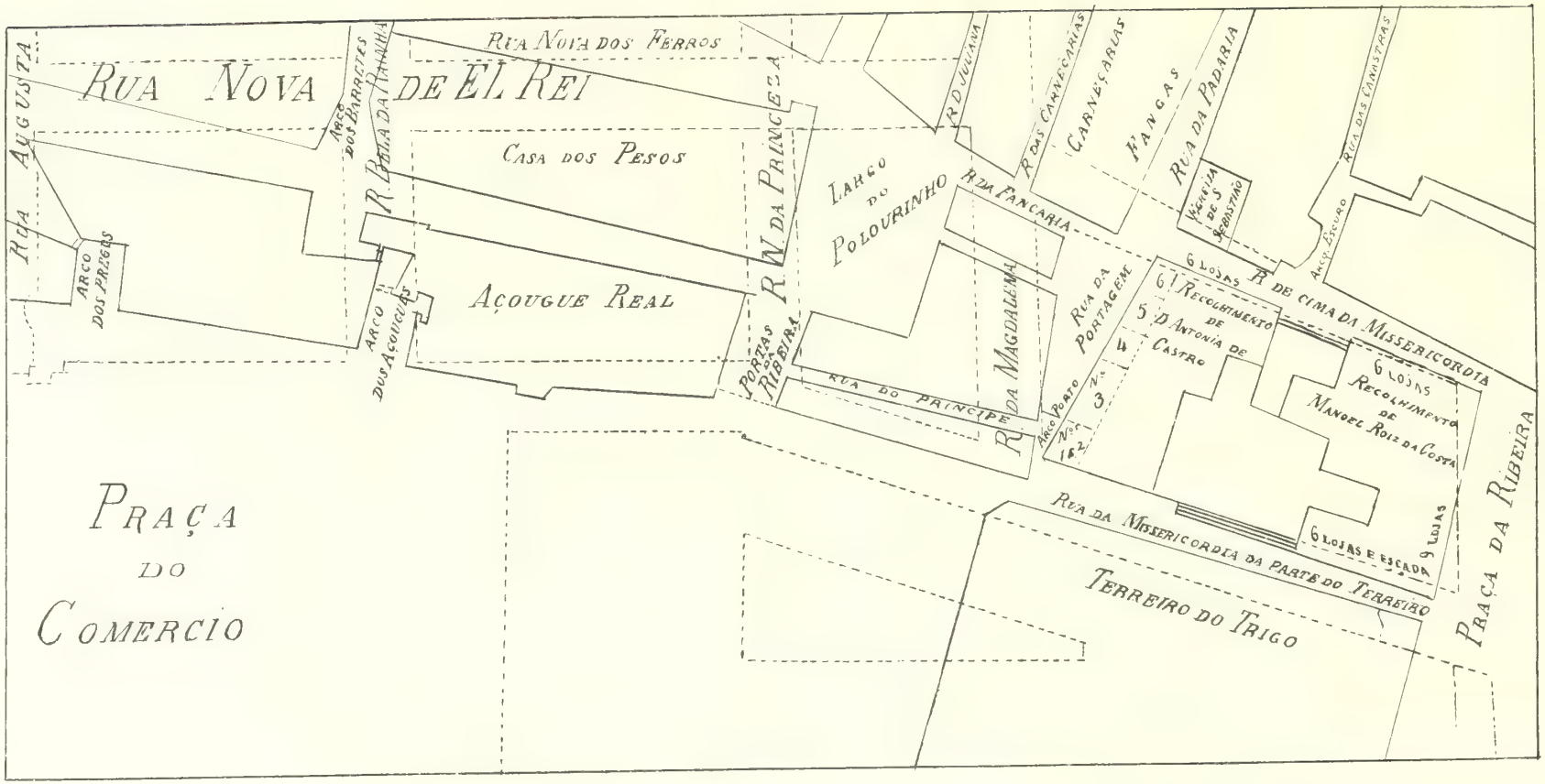
O *Sanctuario Marianno* vae descrevendo essa porta pela fórma seguinte:

«A segunda porta ao Norte, tambem é grande e de uma só entrada; esta fica mais recolhida da rua, de cujo pavimento se desce para ella com sete degraos muyto grandes e sobre a cimalha desta porta se vê uma inscripção em que se lê que no anno de 1534 se fizera ou acabara aquelle templo, e á entrada da rua para esta parte fazia um taboleyro que terá quarenta palmos de

---

[1] *Mappa de Portugal*, vol. v, p. 102, e *Almanak historico* de 1855.

ESTAMPA IV.




PLANTA DO ANTIGO EDIFICIO E BAIRRO DA MISERICORDIA

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

largo começando da rua. Aos lados se vêem dois magnificos recolhimentos de donzellas orphãs, de onde sahem para casar, com dotes...»

«O primeiro teve principio nas costas do templo de Santo Antonio, por mandado de D. Antonia de Castro, mulher de Diogo Lopes de Sousa, em 1590, e passou depois para a Misericordia. Este recolhimento fica para occidente, sustenta 30 orphãos e passou para ali em 1594.

«O segundo muyto mais magnifico, á parte do Nascente, fundou-se com a fazenda de Manoel Roiz da Costa, fidalgo da Casa de S. M. e commendador da ordem de Christo, fallecido em 7 de junho de 1684, para 40 orphãs. Estes recolhimentos, separados um do outro, ficam unidos ao templo para onde as orphãs teem tribunas.

«Entre elles, — afastados uns quarenta palmos — se fez outra fachada ou entrada para aquelle sumptuoso templo d'aquella Real Casa, com duas portas grandes e de arco, tudo de pedraria lavrada; ficou esta obra entalada entre os dois cunhaes dos Recolhimentos. No meio destas duas portas se vê uma janella grande, com grades de ferro reforçado, e sobre ella um grande nicho quadrado e desvanado e nelle collocada uma devotissima Imagem da Mãy de Deos, de preciosa esculptura de pedra lioz, que terá pouco mais de cinco palmos de altura, com o titulo do Populo, obrada á imitação da Senhora que se venera em Roma, em o convento dos Padres de Lombardia, feita por S. Lucas Evangelista. Tem sobre o braço esquerdo ao Menino Deos e ambas as imagens adornadas de corôas. Pela parte da rua se vê coberta de vidraças e pela de dentro com portas que fecham á chave.»

O auctor não poude descobrir a origem nem o nome do esculptor da imagem. Refere, porém, uma tradição da epocha, que dizia ter sido mandada fazer e collocar alli por um navegante, talvez pelo anno de 1598, porque nas portas interiores, de madeira, se via aquella data em lettras de bronze.

No Tombo da cidade, feito depois do terremoto por ordem do marquez de Pombal, encontra-se descripto, pela fórma que se segue, o perimetro do grande edificio da Misericordia, e d'elle se deduz completa conformidade com a descripção do Sanctuario, e com o traço das plantas que conhecemos. O Tombo diz o seguinte:

«Edificio da Misericordia. Tem de comprimento pela parte da Rua acima dita (Rua de Cima da Misericordia — actual Rua dos Bacalhoeiros) 296 $^1/_2$ palmos e n'este comprimento tem da Fancaria até ao Adro seis lojas e recolhe o adro para dentro 10 p. por esta parte; tem de comprimento o dito adro 40 $^3/_8$ p. e da parte da Ribeira recolhe para dentro 7 $^3/_4$ p.; d'esta parte até á Ribeira tem seis lojas e mostra quatro pavimentos todo o edificio. O lado da parte da Ri-

beira tem 169 p. em que se incluem nove lojas e da esquina da Ribeira até ao adro da Rua direita da Misericordia (actual Rua Nova da Alfandega) tem de comprimento 119 p. no qual se incluem seis lojas e uma escada, serventia de um andar que por baixo do Recolhimento da Misericordia corre; tem o dito adro de comprimento 134 p. e do adro até ao fim do edificio 65.»[1]

Pelo poente, diz o Tombo, descrevendo a rua da Portagem:

«Casas do lado direito, vindo do Terreiro do Paço.—Fl. do Tombo 218.

«N.º 1.—Casas dos herdeiros de Domingos da Costa. Partem pelo sul com a rua da Misericordia e pelo norte com os herdeiros de Domingos Vaz; tem de frente 65 palmos e de fundo pelo sul 43 e pelo norte 40.

«N.º 2.—Lojas com seus sotãos que estavam por baixo das casas antecedentes e pertencentes ao Conde de Villa Nova. As lojinhas eram 4, sendo 3 para a rua da Portagem e uma para a rua da Misericordia, occupando o vão desde o cunhal da frente da Misericordia até á escada de pedra que dava serventia para as ditas casas acima, e tinham, além dos sotãos por cima, alpendrada (arcos) em roda; o dito vão tinha de frente 28 1/4 p. e de fundo 24.

«Fl. 219.—N.º 3.—Casas dos herdeiros de Domingos Vaz. Partem pelo sul com os herdeiros de Domingos da Costa e pelo nascente com o edificio da Misericordia. Tem de frente 58 p. e de fundo 45.

«N.º 4.—Casas de Ventura da Costa e outros. Partem pelo sul com as antecedentes e pelo nascente com a Misericordia. Tem de frente 26 p. e de fundo 45.

«Fl. 220.—N.º 5.—Casas da Irmandade do SS.mo da freguezia da Magdalena. Partem pelo sul com as antecedentes. Tem de frente 30 p. e de fundo 40.

«N.º 6.—Casas da Misericordia, que sómente alugava as lojas e os altos occupava o recolhimento. Partem pelo sul com as antecedentes. Tem de frente 35 p. e de fundo as lojas 20.»[2]

Apesar de todas estas medições e confrontações fica duvidosa a situação primitiva da porta principal, que alguns auctores collocam a poente, isto é, sobre a rua da Portagem. Como adiante veremos, a Misericordia obteve n'aquella rua varias casas, em 1534 e 1542, e n'esta parte do edificio se accommodou, em 1580 a 1594, o Recolhimento de D. Antonia de Castro.

---

[1] Segundo o exemplar existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa.—*Tombo da Cidade. Bairro do Castello e Ribeira.*

[2] Citado no livro do sr. Faria e Silva.—*A egreja da Conceição Velha*, p. 172.

Haveria antes alguma porta principal da egreja para a Portagem que depois fosse entaipada ou transportada para a fachada sul, para a rua de baixo da Misericordia? Seria o formoso portico, que hoje alli vêmos, construido, como alguns suppõem, pelos Filippes, sendo as suas bellas figuras allegoricas desenhadas em harmonia com as disposições do accordão de 15 de setembro de 1576, que regulou a fórma como se havia de pintar nas bandeiras das Misericordias o seu emblematico grupo de Nossa Senhora da Misericordia? Não nos parece.

Explicar-se-hia d'esta fórma o não apparecer, nas antigas vistas onde se distingue o edificio da Misericordia, aquelle bello portico com as suas grandes janellas lateraes, e o facto de no celebre processo de justificação intentado pela ordem da SS. Trindade não haver a minima referencia ao grupo de pedra da egreja da Misericordia, o que parece indicar que elle não existisse ainda áquelle tempo?

O auctor do livro citado *Nossa Senhora de Restello,* que tem procurado resolver este problema e aventa algumas hypotheticas perguntas, nada tem conseguido tambem encontrar de positivo que esclareça o problema.

O que é certo e averiguado é que por occasião do terremoto não havia a tal porta a poente. O Tombo descreve bem claramente a rua da Portagem, á qual os 16 arcos do edificio, alugados a medideiras do terreiro, deram o nome de rua dos Arcos da Misericordia. Estas lojas eram, como pelo Tombo se infere, propriedades de particulares.

Na porta ao sul, com seu grande adro ou taboleiro sobre degraus, feito com provimento da Camara e licença régia, era onde durante o dia estabeleciam as camponezas a venda das flôres.[1]

Os versos que em seguida transcrevemos, citados pelo auctor da *Ribeira de Lisboa,* veem ainda confirmar este asserto, dizendo que a venda se fazia em «uma das portas travessas».

Não podemos passar adiante sem referir aqui o que se sabe ácerca d'este curioso e interessante costume do mercado ou venda de flôres á porta da Misericordia. Narrando o facto, diz o mesmo auctor estas enternecidas palavras:

«Lindissima idéa tiveram as saloias! as boninas da caridade.»[2]

E prosegue:

«Encarecendo a abundancia de flôres em Portugal, pondera no seculo XVII

---

[1] *Ribeira de Lisboa,* p. 213.
[2] *Idem,* idem.

o insigne Antonio de Sousa de Macedo (permitta-se-me que o traduza): «Muito rendem ao rei das flores os direitos que em Lisboa se lhe pagam pelas que lá se vendem. Assim o ha de crer quem tiver visto em todas as praças de Lisboa, e mórmente ao portal da Misericordia, a grandissima quantidade de rosas e outras flôres, em grinaldas, em ramilhetes e outras mil invenções, sem que entre inverno e verão se note differença.» [1]

«Um depoente, que tenho citado mil vezes, auctor da sabida descripção metrica de Lisboa, canta assim:

Segue logo (ao Terreiro do Paço) uma rua
que tem de uma parte tendas,
da outra da Misericordia
uma das portas travessas.

Ás escadas d'esta porta
infinitas camponezas
todo o anno estão vendendo.
flôres de cheirosas hervas.

Casa da Misericordia,
cujo gasto e cujas rendas
a tanto milhão de pobres
dá mui ordenada despeza;

Onde se diz tanta missa,
que desde antes que amanheça
até meio dia dado
As ouve quem quer que chega.

A qual ordinariamente
tantos deixam por herdeira,
e com razão, pois a Christo
para seus pobres se deixa.[2]

«Essa alegre feira florida durou até ao terremoto. O *Anatomico jocoso* refere-se-lhe ainda, quando, ao dar varios conselhos a um peralta da Lisboa velha, ácerca do emprego do seu dia e ácerca dos sitios onde deve pavonear-se, accrescenta n'aquella sua linguagem impagavel: «Passar-se-ha á feira das flôres, se o não obrigar a consciencia a que fique na das bestas; ali namorará

---

[1] *Flores de España,* cap. I, excell. I.

[2] *Relação em que se faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa.*— Lisboa, 1626.

sobreposse a ramalheteira que lhe cahir em graça, armando com seus ramos ás *passagens*, e convidando as *chamarizes*, que houver no campo.»[1]

«Outro traço caracteristico da vida antiga: havia uma d'estas mulheres encarregada, por officio municipal, de preparar e vender as capellas e ramilhetes para adorno das festas camararias e procissões do Senado. Chamava-se ella, por signal, em 1645, Filippa Carvalho e tinha o titulo de *Capelleira da Cidade*.»[2]

O já muito citado frei Nicolau de Oliveira tambem nos diz:

«Quem fôr todos os dias aos degraus da egreja da Misericordia achará de 15 até 20 moças vendendo boninas e flôres, assim soltas como em ramilhetes e capellas, que fazem por extremo bem feitas, e d'estas se gastaram em quatro egrejas, em que se festejou o segundo domingo de agosto de 1620, tres mil capellas e dois mil e tantos ramilhetes, afóra muitas boninas soltas e mangericões e belverdes, e se houvessem mister no mesmo dia outros tantos se acharão e muitos mais.»

Curiosa coincidencia: tres seculos depois, em 1836, projectava a Camara Municipal estabelecer no largo de S. Roque, tambem á porta da Misericordia, um mercado de flôres, a mesma venda de *boninas*, como na épocha quinhentista. Diz o sr. visconde de Castilho:

«Que haveria mais proprio do que uma feira de flôres em proveito dos pobres, alli, onde se exerce (e tão bem!) a caridade de Vicente de Paulo!»[3]

No antigo adro e vizinhanças da velha Misericordia não só, porém, se fazia a venda das flôres; tambem por alli enxameavam os cegos vendendo folhas e gazetas, como faziam no Pelourinho e sob os arcos do Rocio; vendiam-se passaros, e nos vãos dos arcos, em barracas ignobeis, anichavam-se os ferros velhos. Da frontaria da actual Conceição Velha, ainda ha poucos annos se tira-

---

[1] Tomo I, p. 12.

[2] Freire de Oliveira, *Elementos*, tom. IV, p. 587, citado pelo sr. visconde de Castilho. *Obra citada*, p. 215.

[3] *Lisboa Antiga*, tom. I, p. 151. Em 1858 o vereador Moraes Mantas propoz que este mercado se estabelecesse no largo resultante da demolição dos casebres do Loreto. Em 1900 o vereador sr. Alberto Pimentel tentou renovar este antigo e pittoresco costume da cidade, creando o mercado na Praça dos Restauradores. Desappareceu, porém, pouco tempo depois de estabelecido!

ram das juntas das cantarias centos de prégos, do tempo em que alli se dependuravam cousas velhas para venda.[1]

Eram por certo logares ainda pertencentes á Feira da Lada, ou da Ladra, que, em principios do seculo XVI, estacionava na Ribeira, para onde viera do Chão da Feira, junto ás muralhas do Castello, onde fôra sua primeira installação.

Outra industria assentara tambem arraiaes no adro da Misericordia: era a dos que desenhavam a sangue e a polvora varias figuras na pelle dos que os procuravam para tal fim, praticando a *tatuagem*, que ainda hoje se observa nos marinheiros e soldados.

A outra porta travessa que deitava para a actual rua dos *Bacalhoeiros*, d'antes tambem chamada dos *Confeiteiros*, era no sitio onde hoje existe o predio do sr. Rodrigues Mendes.

Conta-se que por occasião do terremoto se conservaram de pé os arcos das duas portas, que atraz descrevemos, e em cima d'elles o nicho ou oratorio com a imagem de pedra de Nossa Senhora do Populo, que ainda hoje existe em uma arrecadação da egreja.

Viu o povo um milagre e por isso por muito tempo veiu em romaria veneral-a, até que as demolições d'alli a retiraram.[2]

Até cerca de 1870 assim se conservaram na rua dos Confeiteiros as duas portas e o nicho, encravados n'um barracão de madeira onde assentara arraiaes uma taberna sordida. O nicho ficava por cima de uma das portas da taberna.[3]

Foi nas obras a que se procedeu para a excavação dos caboucos do predio do sr. Rodrigues Mendes, a que acima nos referimos, que se desentaipou do meio dos entulhos uma das mais preciosas reliquias que ainda hoje attestam o importante acontecimento da passagem da Misericordia para o sumptuoso edificio que D. Manuel lhe ordenara.

É um portal do estylo Renascença, que presentemente se encontra no Museu Archeologico do Carmo, em frente da segunda capella, ao lado esquerdo de quem entra. É muito simples e está muito partido. Foi offerecido ao Museu pelo distincto e venerando decano dos architectos portuguezes contemporaneos, o sr. Valentim José Corrêa,[4] em 1873.

---

[1] *Nossa Senhora do Restello*, p. 69 ou 108 da 2.ª edição.

[2] N'estes e em muitos pontos d'este capitulo nos soccorremos á valiosa monographia do sr. Nery da Silva, intitulada *Nossa Senhora do Restello*, cuja leitura recommendamos pelo interesse que apresenta a grande copia de informações e noticias que n'ella se contém. Faltou a indicação d'esta porta na planta reconstituida pelo sr. visconde de Castilho, na *Ribeira de Lisboa*.

[3] Idem, idem.

[4] Fallecido em 14 de julho de 1900. Veja-se o retrato e biographia na *Gazeta de Obras Publicas*, n.º 301, de 22 de julho de 1900.

Este portal é rematado nos cantos por duas cabeças de anjos. Junto d'elle vêem-se alguns fragmentos de columnas e de cantarias lavradas que pertenceram de certo ao edificio porque fôram encontrados no mesmo local.

Em um friso de pedra, de cerca de tres metros de comprido, lê-se a seguinte inscripção em caracteres gothicos:

> No ano de 1534 a 25 de marco mudarã a cõfraria da myã da see paqui sendo dom pedro de moura prouedor.

Esta porta ficava fronteira, segundo João Baptista de Castro, ao postigo da rua das Canastras, sobre o qual havia tambem um oratorio com a imagem da Senhora da Piedade.

Segundo este mesmo auctor havia na egreja da Misericordia, por detraz do altar-mór, um côro em que cantavam 60 capellães as Horas Canonicas. Tambem havia uma torre alta ou campanario, que se vê em algumas das antigas vistas de Lisboa,[1] e que «ficava por cima da porta da banda do Terreiro».[2] Era talvez a mesma que ainda hoje lá existe reconstruida, encravada em meio das casas; só por um lado prende á egreja, junto ao corredor que dá sahida para a rua dos Bacalhoeiros; só se lhe avista o cume do largo da Sé e do Campo das Cebollas.[3] Torre e abobada do cruzeiro se desmoronaram pelo terremoto.

Do interior da egreja consta o que atraz deixamos dito; e, tambem que a capella-mór era toda de talha dourada, de bellissima esculptura. Com ella condiziam as duas capellas ou altares do cruzeiro.

O painel do altar-mór, allusivo á instituição da Misericordia, era pintado por um pintor de nome Garcia Fernandes, como se refere no celebre inquerito e justificação de 1574, a que repetidas vezes temos alludido.

Na bocca da tribuna havia um quadro representando a vinda do Espirito Santo, pintado por Gaspar Dias, auctor a quem nos referiremos na descripção do templo de S. Roque. D'este painel faz menção Guarienti.

Havia tambem uma capella do Santo Christo dos Padecentes, cuja imagem e retabulo se salvaram, segundo affirma João Baptista de Castro.[4]

---

[1] Existentes no Museu Nacional de Bellas Artes, na Bibliotheca Nacional e na Sociedade de Geographia de Lisboa.

[2] João Baptista de Castro. *Mappa,* tom. v, p. 584.

[3] *Nossa Senhora do Restello,* 2.ª edição, p. 122.

[4] *Mappa de Portugal,* tom. v, p. 585.

Este auctor refere que por occasião do terremoto o padre thesoureiro, aterrado, fugiu com as orphãs para a Horta da Bica do Sapato, deixando a egreja e a sacristia abertas, motivo pelo qual apenas se salvaram do terremoto, e ainda mais do roubo, algumas lampadas da egreja.[1]

A egreja da Misericordia era sagrada, distincção de que áquelle tempo só gosavam as egrejas Patriarchal, Sé, S. Domingos, Carmo, Santa Marinha, Loreto, Necessidades, S. Lourenço e S. Sebastião, affirmando-se que as de S. Braz e Martyres tambem o eram, comquanto não tivessem nas portas e nas paredes as cruzes indicativas da sagração.[2]

O erudito investigador Antonio Joaquim da Cruz Moreira recolheu, na sua preciosa *Collecção de Epitaphios, inscripções e lettreiros,* pertencente á Academia Real das Sciencias, dois epitaphios que diz terem existido no cruzeiro da velha egreja da Misericordia, os quaes são do teor seguinte:[3]

AQVI JAZ MANOEL DE ALBVQVERQVE FILHO DE
LOPO DE ALBVQVERQVE, Q̃ FALECEO AOS 21 DIAS
DE JANEIRO DE 1552 ANNOS.

O outro:

SEPVLTVRA DE ANTONIO ALVES DE LEÃO, F.º DE
H.E NVNES DE LEÃO E DE ISABEL DE AVELAR
E DE SEOS HERD.OS FALECEO A 2 DIAS DO MES DE
MAIO DE 1546 ANNOS, E JAS AQVI MARTIM
GLZ̃ DE LEÃO SEO IRMÃO Q̃ FALECEO A
27 DE AGOSTO DE 1563.

Apontamos seguidamente algumas festividades, tradições e factos que se relacionam com a velha egreja da Misericordia e de que encontrámos noticia no decurso das nossas investigações:

---

[1] *Mappa de Portugal,* tomo v, p. 584.
[2] Fr. Apollinario da Conceição.
[3] Tomo I, fl. 79 v.º

ESTADO ACTUAL DA FRONTARIA DA CONCEIÇÃO VELHA

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IV, p. II.)

No dia 2 de julho fazia-se a procissão da Visitação, que ia da Sé á Misericordia e voltava de novo á Sé. Esta procissão da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel foi instituida por el-rei D. Manuel, na Sé Patriarchal, por sua carta regia de 17 de junho de 1516, na qual diz:

«e por yso ordenamos q̃ em todos nossos reynos se faça a seu louuor huũa solene percisã, cada año, como se faz em dia de corpo de dS̃ e queremos q̃ seja ẽ dia da visitaçom, q̃ ela fez a sãta elisabel, q̃ vem aos ij dias do mes de julho de cada hũ año... p.r q̃ asy como ela corporalmẽte a qys visitar asy espirituallm.te nos visiti, p.a q̃ nosas obras sejam feitas e adereçadas a seruiço de noso s.or e seu. E, por q̃ avemos p.r bem q̃ a dita purcisom se faça loguo neste ano vos ẽcomẽdamos e mãdamos q̃ ha ordeneis p.a se no dito dia, q̃ ora vinra, se fazer o mais solenemẽte que ser posa, e asy como se faz no dito dia de corpo de dS̃; e p.a yso Requereis ao arcebispo, a que ja sobre o dito casso temos scripto, q̃ faça ajuntar toda a crelizia, e vos fazei ajuntar o pouo e todos os ofiçios, asy como na dita festa de corpo de dS̃ se faz; e na dita purcisom se leuava alguũa sua Imagem debaixo de paleo, p.a todos darmos graças e louuores, por quantos bens e merces dela e p.r seus Roguos Recebemos. E aguardeceruoshemos muito se asy fazer, e como o de vos speramos.»

«A este respeito — accrescenta ainda o sr. Freire de Oliveira — encontra-se no *Livro Carmezim,* fl. 33 v., a seguinte nota:

«ffoy ordenado por elRey, nosso senñor, que em cada huũ anno, a dois de julho, q̃ he dia da visytaçã de nosa s.ra, sse fizesse hũa perçisam gerall, asy como dia de corpo de dS̃, a q.ll partira da ssẽe e hira p.lla Rua nova dos mercadores e Rua nova delRey, e vollvera p.r sam nicolaao e tornara a ssẽe.»

Acompanhava a procissão o senado da camara de Lisboa.[1]

Nas vesperas da Visitação ia el-rei assistir á festividade na egreja da Misericordia.[2]

No dia 4 de julho fazia-se a procissão de Santa Isabel, em que o Se-

---

[1] *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa,* tomo I, p. 448, e tomo XI, p. 200.
[2] *Idem,* tomo IX, p. 325.

nado da Camara de Lisboa ia á egreja da Misericordia, onde tinha suas cadeiras.[1]

Em quinta feira de Endoenças costumavam as rainhas visitar a pé varias egrejas da capital, entre ellas a da Misericordia, pelo que o senado mandava lançar um pregão, para que desde a noite de quarta feira até á sexta, pela manhã, se não lançasse nada nas ruas por onde a soberana devia passar, sob pena das multas costumadas. Segundo refere, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa,* de 21 de abril de 1718, a rainha, acompanhada da infanta D. Francisca, andou a pé, visitando egrejas, na quinta feira santa, e o mesmo fez o rei com os infantes.[2]

No dia 27 de março rezava-se officio por alma da rainha D. Maria; em 7 de junho missa cantada, por ser o dia do nascimento de el-rei D. João III; nos dias 16 e 17 de novembro vesperas e officios por alma da rainha D. Leonor, e a 12 e 13 de dezembro vesperas e officios por alma de D. Manuel.

Em 19 de maio de 1594, quinta feira da Ascensão, celebrou-se com grande pompa, a expensas de D. Luiz de Lancastre, que então era Provedor, e com prévia licença do arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, a collocação do Santissimo na capella do Espirito Santo.[3]

Quando, em 1566, Braz de Albuquerque mandou vir de Gôa a ossada de seu pae; o grande Affonso de Albuquerque, foram na egreja da Misericordia depositados os despojos do illustre capitão, acto continuo ao seu desembarque em Lisboa, effectuado em 6 de abril de 1566. Ali permaneceram até 19 de maio, dia em que luzido e pomposo cortejo, formado pelos confrades da Misericordia, pelas ordens de Santo Agostinho, de S. Francisco da Observancia, pelos conegos e cabido da Sé e da Capella Real, pela nobreza do reino e grande concurso de povo, conduziu os restos do famoso vice-rei para o Convento da Graça, em cumprimento da sua disposição testamentaria, que prescrevia o encerrassem «na sepultura de meu bisavô e meu pae na casa do capitulo da Senhora da Graça». Foi panegyrista nas exequias o notavel prégador de el-rei D. João III o frade agostinho Sebastião Toscano.[4]

---

[1] *Elementos para a Historia do Municipio,* tomo IX, p. 364.

[2] *Idem,* tomo XI, p. 263.

[3] *Agiologio Lusitano.*

[4] O sermão foi impresso em 1566. Quanto á trasladação de Affonso de Albuquerque vide Damião de Goes. A sepultura do heroe andou por muito tempo perdida, até que em outubro de 1900, n'umas demolições, nas trazeiras da cozinha do quartel, se encontrou um tumulo, sob um arco do claustro grande do extincto convento, em local correspondente á parede da antiga

Quando, em 1639, o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, regressou de Castella, onde tanto pugnou pelos fóros e liberdades da sua patria, foi recebido com grande enthusiasmo pelo clero e religiosos da capital, no dia 21 de maio, e veiu trazido em procissão, debaixo do pallio, da egreja da Misericordia (da qual em 1640 foi eleito Provedor) para a Sé. A esta celebre procissão, á qual se refere Ribeiro Guimarães no seu precioso *Summario*, acudiram os mendigos da cidade, com cannas verdes nas mãos, acompanhando o seu bemfeitor.[1]

Em 1655 foi á velha egreja da Misericordia o illustre orador sagrado Padre Antonio Vieira, da Casa Professa de S. Roque, prégar os celebres sermões do *Bom Ladrão* e do *Mandato*.

*

* *

Nos edificios contiguos á egreja alojavam-se, além da parte destinada á administração, secretaria e archivo, os dois recolhimentos a que se allude nas citações que deixámos transcriptas. Um d'elles, o antigo recolhimento de D. Antonia de Castro, de que n'outro capitulo mais detidamente falaremos, para 13 orphãs, onde nenhuma senhora, por mais qualificada, podia entrar sem especial licença, era o denominado asylo de Santo Antonio. Tinha vista sobre a egreja e uma grade de commungatorio. Devia ser o edificio a poente do adro pequeno, da rua de cima da Misericordia.

Este recolhimento assentava sobre 16 arcos, como os que havia no Rocio e n'outras ruas da cidade; estes arcos tornejavam para a antiga Portagem, depois denominada rua dos Arcos da Misericordia, e formavam as lojas que, como dissemos, se alugavam ás vendedeiras do Terreiro.

Ácerca da acquisição das casas da rua da Portagem, onde depois se edificou o Recolhimento, existem no archivo da Santa Casa dois documentos.

O primeiro d'estes documentos é uma carta de doação, dada em Evora a 4 de dezembro de 1534, pela qual el-rei D. João III, por lhe notificarem que a Misericordia tinha «necessidade de dous sobrados de casas meos pera officinas que estão entre a Igreja da dita Misericordia e a Casa da Portagem da d.ª

---

Casa do Capitulo. Este sarcophago, longa e insistentemente procurado pelo sr. Julio Mardel, secretario da Commissão dos Monumentos, tem na tampa os escudos dos Gomides e revela pela inscripção ser a sepultura de Gonçalo Lourenço, bisavô do heroe. Continha tres ossadas, sendo uma de grandes dimensões, que se suppõe ser a de Affonso de Albuquerque. Vide os interessantes artigos do *Diario de Noticias* de 22, 25 e 27 de outubro e de 15 de novembro de 1900.

[1] *Gabinete historico*, tomo IV, p. 79.

Cidade» — diz: «pela presente carta lhe faço Doação e Esmola deste dia pera todo sempre dos ditos dous sobrados de Casas que estão entre a dita Igreja e a Casa da Portagem que partem com estas confrontações, de hũa parte do Levante com a dita Mis.ª e da parte do Ponente com sala da dita Portagem que traz a molher que foy de Francisco Pedrosa e debaixo dos d.os dous sobrados está hũa logea da dita cidade, com hũa sobre logea e da parte de tras das ditas casas partem com patio da dita Misericordia e casas que nella ouve que forão minhas e as dei a dita Mis.ª e por diante com a rua pubrica e com outras confrontações com que de direito devam partir os quaes sobrados soyão de andar de mistura com a dita Portagem e tem de largo e ao longo da rua que está entre o terreiro de trigo novo e a dita Igreja da Mis.ª quarenta e hũ palmo de vam medindo da parte da d.ª Igreja athé o Frontal da salla que tras Barbora Pegada mulher que foy do d.º Franc.co Pedrosa e da parte da rua athe a outra parede de tras tem quarenta e sinco palmos, tudo no vam e tudo de hũa largura dos quaes sobrados lhe faço doação delles como dito é sem delles pagar cousa algũa em nenhum tempo porquanto lhos dou livres e isentos para poderem fazer as ditas officinas ou o que a dita Mis.ª tiver mais necessidade, etc.» [1]

O outro documento é uma carta regia e escriptura datada de 1542, pelas quaes se vê que n'aquelle anno adquiriu a Confraria outras casas que «estão pegadas e partem com casa da Portage e da outra parte com casa da dita Confraria e por diante partem com a rua pubrica que são no andar da dita Portagem sobre hũa logea e sobrelogea que ora são do Duque de Bragança, e são dous andares», etc., — por escambo de outras que a Misericordia possuia, allegando necessitar das primeiras para suas officinas.[2]

Estas casas foram substituidas pelos edificios com seus arcos e lojas quaes os descreve o Tombo da cidade que atraz citámos.

Do lado fronteiro da rua da Portagem, onde antigamente era a Alfandega, havia lojas de mercadores, cuja classe tomou o nome do sitio, e se chamou — *classe da Misericordia*, da mesma fórma que os lojistas que tinham seus balcões debaixo das arcadas do palacio real, junto á capella, se ficaram denominando *capellistas*.

Pelo lado da rua de cima da Misericordia havia, fronteiras aos edificios e lojas da Misericordia, casas de diversos particulares, encostadas á muralha da cidade, onde se abria, em frente da porta travessa da egreja, o postigo da rua das Canastras, em casas do Marquez de Alorna. Para esta rua tinha o edificio doze lojas.

---

[1] Livro 1.º de *Privilegios*, etc., fl. 15.

[2] Carta regia e escriptura de 1542. Liv. 1.º, fls. 8 a 14.

Com respeito ao outro Recolhimento, que se edificou a nascente da egreja e do mesmo adro pequeno ahi por 1688, com os effeitos da herança do seu instituidor Manuel Rodrigues da Costa, encontramos interessante documento nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* tomo IX, p. 28.

N'este documento informa a Camara uma petição da Misericordia, na qual se allegam as conveniencias da proximidade e contiguidade do novo edificio, dizendo não se poder construir, nas condições indicadas, senão no terreno livre para o lado da Ribeira, até «egualar e cordear com a parede fronteira do Terreiro do Trigo» — porque o edificio «por todas as partes confina com ruas».

A Camara informa que, apesar de parecer justo o pedido, se deve reparar que o edificio vae affrontar o populoso e concorrido sitio da Ribeira, e entende que o Recolhimento deverá ser edificado sobre arcos, semelhantemente ao que se tem feito no Rocio, entre o hospital e S. Domingos, defronte da Misericordia, junto á egreja de S. Sebastião, e na passagem do sitio da Campainha,[1] deixando assim livre a passagem ao povo, para commodidade d'este. Foi deferida, n'estes termos, a nova edificação.

Nas lojas, debaixo do edificio, a que se refere a medição do Tombo da cidade que atraz deixamos transcripta, installavam-se mercadores de diversos artigos, do mesmo modo que o faziam debaixo dos arcos do Rocio e nos da Campainha. Assim o declaram os *Estatutos dos mercadores de retalho,* dados pelo marquez de Pombal em 13 de dezembro de 1757.[2]

Estas lojas, que ficavam por debaixo do Recolhimento de Manuel Rodrigues da Costa, eram tambem propriedades de particulares.

Ainda em 1695 umas lojas, sobrelojas e armazens que estavam nos baixos do Recolhimento eram propriedade do morgado instituido pelo dr. Antonio de Sousa de Macedo, e n'essa epocha o administrador d'este morgado concordou em trocal-as por outras que a Misericordia lhe cedeu, como se vê pelo seguinte curioso Alvará de D. Pedro II:

«Eu El-Rey faço saber que o Provedor e Irmãos da Misericordia desta cidade me representarão por sua petição que entre os mais bens pertencentes ao Morgado que Instituiu o dr. Antonio de Sousa de Macedo de que era Administrador seu filho Luiz Gonçallo de Sousa de Macedo, Barão da Ilha Grande, erão huas logeas e sobrelogeas e Armazens que estão nos baixos do Recolhimento da dita S.ta Casa que tudo rende 320$000 rs. alem de outras pitanças sobre as quaes Propriedades tinhão avido varios pleitos entre os Supplican-

---

[1] Junto ao Palacio da Ribeira, para o lado da Ribeira das Naus. *Ribeira de Lisboa,* p. 400. Apud. *Historia genealogica,* tomo VII, p. 296, e tomo VIII, p. 419.

[2] Collecção da *Legislação Pombalina* da Academia Real das Sciencias, vol. XV.

tes e o dito Barão. E porque estavão ajustados em lhe largarem pellas ditas propriedades duas moradas de casas na rua nova que rendem 290$000 réis e outra morada no fim da Padaria na esquina com frente pera a Ribeira, que rendem cento e dez mil réis, que tudo faz a soma de quatrocentos mil réis no que o Morgado vem a entereçar mais de 600$000 réis cada anno e suposto..... Hey por bem que os ditos Provedor e Irmãos da Casa da S.ta Mizericordia desta cidade possa trocar as ditas tres moradas de casas livres dos encargos referidos pellas que por ellas lhes larga o dito Luiz Gonçallo de Sousa de Macedo, sem embargo de serem do Morgado que pessue ficando estas obrigadas ao encargo das duas missas, foro e pensão como acima se trata e as ditas tres moradas de casas livres dos ditos encargos e obrigadas ao dito Morgado, etc..... em Lisboa aos trese de dezembro de mil seiscentos e noventa e cinco...» [1]

Para este lado do nascente ficava a Ribeira, com seus logares e alpendres;[2] mais ao largo, o terreiro ou praia, onde se erguia a forca — a picota da Ribeira — onde se executavam os condemnados.[3] Deitavam para esta banda as nove lojas do edificio.

Para o sul defrontava com o Terreiro, com seus arcos e lojas.[4]

De todo o primitivo edificio apenas escaparam em 1755, por entre os escombros da derrocada e os destroços do incendio, aquelle magnifico portal que hoje serve de porta principal da egreja da Conceição Velha, com as duas bellissimas janellas lateraes e a capella do Espirito Santo, fundada por D. Simôa, que é a actual capella-mór da egreja. Como mais adiante veremos, o celebre estadista marquez de Pombal, providenciando para que a Irmandade da Misericordia ficasse alojada no vasto edificio de S. Roque, ordenou tambem, na sua incansavel actividade e providencia, que se aproveitassem esses restos do antigo e formosissimo templo, e que com esse pouco, que a enorme catastrophe havia poupado, se reconstruisse nova egreja, para ser doada aos freires da Ordem de Christo, cujo templo, até então conhecido pelo nome de Conceição Velha, ou dos Freires, fôra completamente destruido pelo terremoto. A nova egreja, construida com os restos da antiga egreja da Misericordia, é a que hoje vemos na rua da Alfandega.[5]

Luiz Gonzaga Pereira, auctor de um precioso manuscripto existente na

---

[1] Livro 1.º de *Privilegios*, fl. 123.

[2] Vide *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, tomo IX, p. 89.

[3] Pinho Leal, tomo IV, p. 257.

[4] *Archivo Municipal*, 1862, p. 951.

[5] Veja-se a historia minuciosa da egreja da Conceição Velha e da Conceição dos Freires no já citado livro *Nossa Senhora do Restello*, p. 7 a 12.

Bibliotheca Nacional, intitulado *Descripção dos monumentos sacros de Lisboa,* diz que a egreja da Conceição Velha foi reedificada pelo architecto Francisco Antonio Ferreira Cangalhas, cujos esboços foram postos em limpo pelo seu ajudante, architecto Honorato José Correia. Parece merecer credito esta affirmação porque o mesmo auctor diz que este ultimo architecto fôra o seu professor, e portanto é de prevêr que fosse elle mesmo quem fornecesse a indicação.[1]

A reconstrucção, porém, em logar de seguir em harmonia com os destroços do antigo edificio, veiu a ser rematada pelo frontão de estylo classico, que ainda hoje lá vemos, destoando completamente do lindissimo portal gothico, que se conservou intacto, e a respeito do qual Garrett dizia:

«Nos reparos e reconstrucções dos templos antigos é que este pessimo estylo, esta ausencia de todo o estylo, de toda a arte, mais offende e escandaliza.

«Olhem aquella impena classica posta de remate ao frontispicio todo renascença da Conceição Velha, em Lisboa. Vejam a implastagem de gesso com que estão mascarados os elegantes feixos de columnas gothicas da nossa Sé.

«Não se pode cahir mais baixo em architectura do que nós cahimos, quando depois que o marquez de Pombal nos *traduziu* em vulgar e arrastada prosa os *rocócós* de Luiz XV...»[2]

Porém em 1818, a pretexto de dar mais luz á egreja, arrancaram-lhe o formoso grupo de figuras que formava o tympano do portico e substituiram-o por uma grade de ferro. Por iniciativa do fallecido architecto Nepomuceno tornou o grupo a ser collocado no seu primitivo logar, em 1880, retirando-se a grade de ferro com que vandalicamente o haviam substituido. Representa este grupo, que no dizer de Vilhena Barbosa *(Archivo Pittoresco)* é um objecto de alta valia historica e archeologica, porquanto «consubstancia a chronica em pedra da mais religiosa e caridosa instituição que os homens teem creado, e nos dá a pintura authentica dos costumes da epocha»,— representa, dizemos: —«a imagem de Nossa Senhora da Misericordia, de manto aberto, sustido por dois anjos; e a seus pés, de um lado D. Manuel e a rainha D. Maria e os infantes, todos de joelhos, e do outro, fr. Miguel Contreiras e varios prelados.

---

[1] Este Cangalhas foi Ajudante da Casa do Risco e Architecto geral da cidade e das Aguas Livres. Viveu por 1802. Foi seu successor o architecto Honorato José Corrêa de Macedo e Sá. — Sousa Viterbo, *Diccionario dos Architectos.*— Falam d'estes dois architectos Volkmar Machado, p. 166, 194, 202 e 246, e Rackzinky.

[2] Garrett. *Viagens na minha terra,* tomo II.

A estatua de Nossa Senhora tem tres pés de alto. O grupo tem vinte palmos de comprido e é composto de sete pedras.»

«Como obra d'arte, diz mais Vilhena Barbosa, revela a pouca perfeição dos artistas n'aquelle genero de esculptura, que não era o que mais sobresahia n'essa epocha, comquanto existam na egreja de Santa Cruz de Coimbra alguns bellos modelos de estatuas e de figuras de meio relevo, mandados fazer por el-rei D. Manuel.

«Como decoração do portico faz tanta honra ao talento do architecto que a imaginou, como deverá causar vergonha aos que a tiraram do seu logar, destruindo assim o sublime pensamento da adoração que o poetico cinzel do esculptor gravou na pedra, cercando o portico de cherubins.» [1]

Este precioso grupo, reproducção do que anda pintado por ordens regias nas bandeiras das Misericordias, e se vê reproduzido pela gravura em algumas edições do Compromisso, tinha ficado felizmente em deposito no chão de uma pequena sacristia da egreja, e assim poude ser restituido ao seu primitivo logar. Este grupo, talvez por ter sido pintado e dourado, como antigamente se usava fazer aos ornatos e figuras esculpidos em pedra, estava resguardado da acção do tempo por um caixilho envidraçado, e em frente d'elle havia, na frontaria da egreja, uma lampada, alumiando a Senhora da Misericordia.[2]

Não foi, porém, este o unico attentado que ameaçou a integridade d'este notabilissimo monumento nacional, e isto infelizmente bem prova o pouco cuidado que sempre mereceram dos nossos governos os valiosos documentos, quer escriptos, quer de pedra, que podem elucidar os estudiosos com relação aos diversos e mais notaveis periodos da nossa historia passada.

Por occasião da extincção das Ordens Religiosas, supprimida com todas as outras a dos Freires da ordem de Christo, esteve o historico templo para

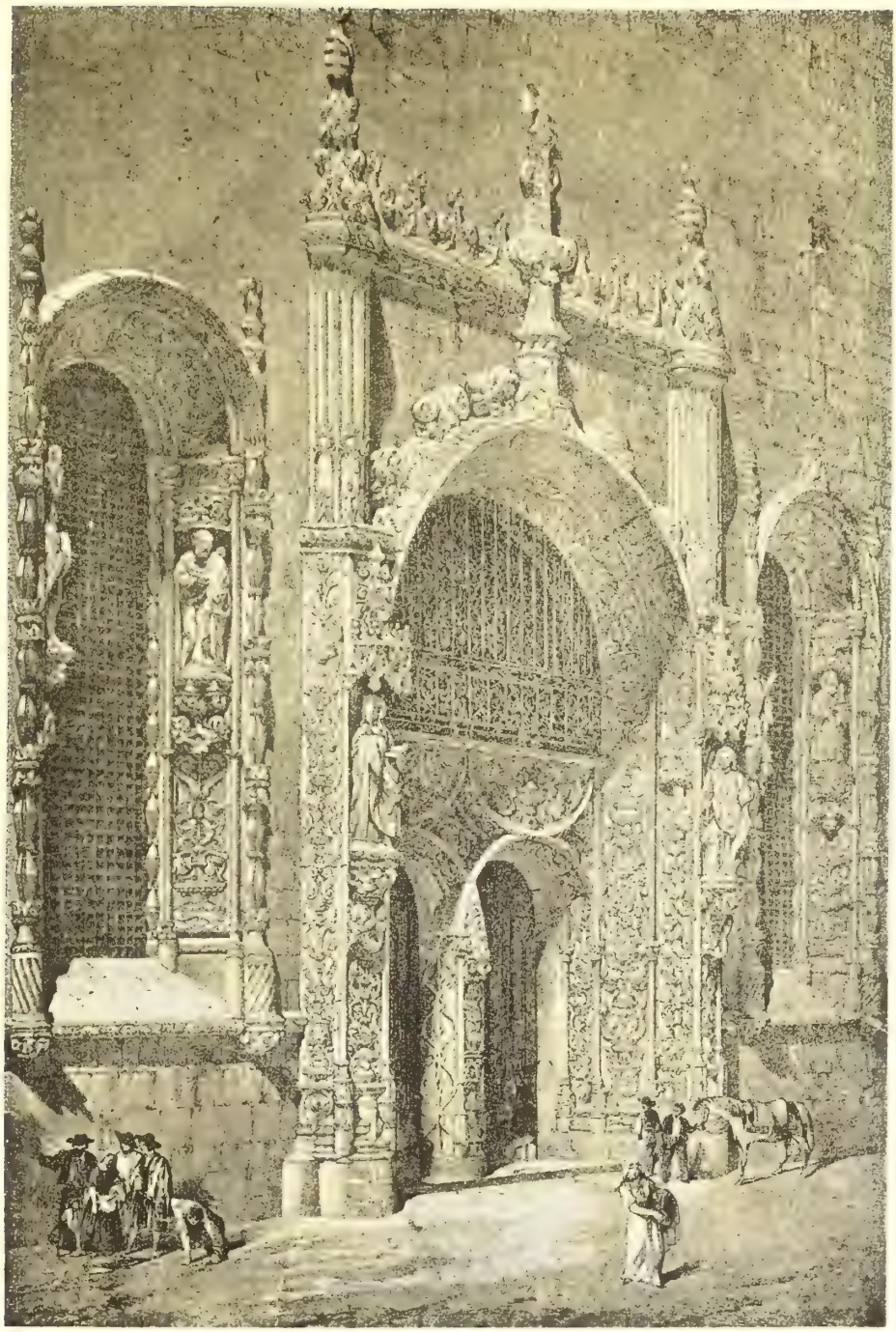
---

[1] *Archivo Pittoresco.*

[2] Este assumpto do formoso grupo da Senhora da Misericordia tem inspirado muitas obras de arte. Aproveitamos o ensejo para citar o famoso tryptico existente no Museu de Bellas Artes, ás Janellas Verdes, na sala F, e que o Catalogo, sob numero 697, descreve a p. 68 pelo seguinte modo:

«Tryptico — Nossa Senhora da Misericordia. Quadro central. Ao centro a Virgem sentada n'um throno, aos dois lados e nos extremos do quadro dois anjos segurando o manto da Senhora; á direita S. João Evangelista e á esquerda S. João Baptista, ambos de pé; na parte inferior, á direita, um rei de joelhos, em seguida a este seis figuras de mulheres, das quaes uma freira egualmente de joelhos; á esquerda um papa de joelhos e figuras de homens, sendo duas de religiosos. A figura de rei, que se vê na parte inferior, á direita, parece ser a de el-rei D. Manuel. Madeira — Altura 1,55, largura 0,43.»

ESTAMPA VI.



FRONTARIA DA CONCEIÇÃO VELHA EM 1818 A 1880

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX. p. II.)

ser vendido em hasta publica.[1] Felizmente escapou a tão miserando fim a unica veneravel reliquia que hoje nos resta do antigo e primordial edificio da primeira Misericordia do Reino.

Os freires, além de darem de renda uma casa contigua á egreja, que o marquez de Pombal lhes concedera em 1770,[2] fizeram lojas e armazens por debaixo do camarim da Senhora da Conceição e nas costas da capella da Senhora da Misericordia, e alugaram-as a particulares. O governo, quando tomou posse da egreja, vendeu tudo quanto os freires davam de arrendamento, e assim se vendeu a lojita que fica por debaixo do camarim da capella-mór, e onde ainda hoje se acha estabelecido um deposito de linho.

Obras benemeritas seriam, não só a acquisição d'essa casita, de bem pequeno valor, para evitar o perigo sempre imminente de um incendio que devore tão apreciavel reliquia historica, mas tambem a restauração da frontaria, substituindo-se o desengraçado frontão classico por uma cimalha ou balaustrada no estylo manuelino.

*

* *

A quem se deveria o primitivo risco architectonico d'este bello templo manuelino, cuja construcção ficou envolta em tão profundas trevas? Nada encontrámos no decurso de nossos estudos e investigações que pudesse servir de fio ou conduzir ao esclarecimento de suas obscuras origens.

Seria Garcia de Rezende, o gracioso desenhador dos elegantes rendilhados que se admiram na Torre de S. Vicente de Belem e nas janellas renascença de varias casas da cidade de Evora, o mesmo que, por ordem do faustoso monarcha, seu protector, lançou no papel os formosissimos desenhos da egreja da Misericordia?

Ou seria seu auctor, como uma certa analogia de traços geraes parece antes denunciar, o famoso Botaca, que depois de dotar Portugal com os bellissimos portaes e floridas janellas do templo dos Jeronymos, e de ter modelado, na mesma fórma typica, a frontaria da magnifica egreja do Convento de Jesus em Setubal (que por uma curiosa coincidencia pertence actualmente á Misericordia d'aquella cidade), tivesse ainda concebido o projecto grandioso da frontaria da Misericordia de Lisboa, com os finissimos lavores da sua porta e das janellas que a ladeam?

Ninguem o sabe, suppômos, ou pelo menos nunca encontrámos revelado este mysterio, que os escriptores coevos, na sua sempre avara informação em

---

[1] Vide Vilhena Barbosa. *Estudos historicos*, vol. I, in fine.

[2] Vide documentos no livro *A egreja da Conceição Velha*, 2.ª edição, p. 60.

factos d'esta ordem, occultaram desdenhosamente, como assumpto de somenos valia, deixando os posteros na ignorancia do nome do sublime architecto, cuja phantasia artistica delineou aquelle soberbissimo monumento, gloria e orgulho da cidade, de que era, até que o terremoto o lançou por terra, um dos mais formosos ornamentos.

Desconhecemos assim a paternidade do maior numero das nossas obras de arte, nos variados ramos da architectura, da pintura, da esculptura, da illuminura e da musica, motivo por que está completamente por fazer a historia da arte nacional, tão rica, tão profusa em maravilhas, das quaes muitas se perderam por desleixo ou barbárie, e, das mesmas, que escaparam aos variados cataclismos, se ignora a origem, a paternidade ou a tradição historica.

---

# CAPITULO IV

## 1580-1630

**Os Filippes e a Santa Casa da Misericordia de Lisboa.— O Compromisso de 1618.— Como foram estatuidos os serviços e beneficios das Misericordias.**

Era, como vimos, mui limitada no seu inicio a missão benemerita da Misericordia. Tambem dissemos como, augmentando de anno para anno os seus bens e rendimentos, ella fôra successivamente alargando a sua esphera de acção, já por iniciativa propria, já em obediencia aos encargos com que varios testadores lhe haviam deixado avultados haveres. Assim, o resgate e transporte dos captivos, os dotes a donzellas e os recolhimentos de orphãos foram beneficencias novas que accresceram ás que o primitivo Compromisso e o uso tradicional lhe prescreviam, isto é, ao amparo ás viuvas pobres, ao agasalho e tratamento dos enfermos desvalidos, á alimentação dos presos nas cadeias, sua defeza perante os tribunaes e petições á corôa, á pousada e ajuda para o caminho aos peregrinos, e, finalmente, aos confortos religiosos aos padecentes, enterramento dos mortos e preces pelas suas almas.

Escassos, porém, são os elementos que nos restam para recompôr a chronica antiga da Irmandade. Apenas com relação aos seus usos, privilegios e beneficios encontramos, á parte alguns raros documentos, um expositor minucioso, de summa valia, no livro já citado de fr. Nicolau de Oliveira, escripto em 1620 e intitulado *Grandezas de Lisboa.*

Até esta data de 1620 apenas se sabe que a Confraria da Misericordia foi prosperando, embora por vezes recorresse aos subsidios do municipio e dos monarchas, tendo gosado a especial protecção dos soberanos portuguezes — D. Sebastião, rainha D. Catharina e cardeal D. Henrique.

Quando, em 1580, se ventilou em côrtes a desgraçada questão da succes-

são ao throno, no celebre e vergonhoso memorial que Christovão de Moura alli apresentou, contendo varias concessões, cujo fim era attrahir ao partido do rei de Castella os animos hesitantes, figurava entre estas concessões a de um donativo de 120:000 ducados, que, além de outros, D. Filippe punha á disposição da Misericordia de Lisboa para resgate de captivos, sendo metade para remir fidalgos e pessoas communs que fossem portuguezas; offerecia tambem á Camara de Lisboa, a cargo de quem se achavam ainda a esse tempo os engeitados, um donativo de 150:000 ducados para instituir e augmentar o serviço dos expostos no que elle mais carecesse.[1]

E quando conseguiu avassallar Portugal ao seu dominio, o rei Filippe II de Hespanha e I de Portugal, durante a sua estada em Lisboa, dispensou sempre á Irmandade da Misericordia grande protecção, orgulhando-se de pertencer ao numero dos seus confrades, e approvando-lhe, por Alvará de 1582 (4 de junho), a que já nos referimos, a reforma do seu Compromisso.

Conta-nos o mesmo fr. Nicolau de Oliveira, no capitulo da sua obra dedicado á Santa Casa, o seguinte:

«E foi o caso que entrando elle (D. Filippe) n'este reino se deteve alguns dias em Almada, villa que está defronte d'esta cidade, em espaço de meia legua que occupa o rio, que entre uma e outra se mette, emquanto se aprestavam as cousas, que se iam fazendo para seu real recebimento n'esta cidade; e entendendo o provedor e irmãos, que eram da mesa aquelle anno de mil e quinhentos e oitenta e um, que seria bem avisar a S. Mag.de d'esta santa irmandade e de seu instituto, e como os reis d'este reino são irmãos e conservadores d'ella, mandaram a isto dois irmãos, um nobre e outro official; e succedeu que, chegando onde S. Mag.de estava, se pozeram de joelhos, e lhe beijaram a mão, e levantando-se e dando-lhe relação do a que iam, lhes respondeu S. Mag.de que lhe agradava muito sua irmandade, e era muito contente de ser irmão d'ella, e guardaria ácerca d'ella o que os reis seus antecessores haviam guardado; e querendo-se elles pôr de joelhos para lhe beijarem a mão e agradecerem a mercê que lhes fazia, lhes disse S. Mag.de:—Tende-vos, que se quando chegastes me beijastes a mão como a vosso rei, agora que sou vosso irmão, noo tendes para que useis da mesma ceremonia.»

D. Filippe—o Demonio de Meio dia—visitou em 1 de julho de 1581 a egreja da Misericordia, onde foi solemnemente recebido e alli assistiu a vesperas.[2]

---

[1] *Archivo Pittoresco*, vol. II, p. 100.

[2] João Baptista Lavanha, p. 61.

O successor d'este monarcha, D. Filippe II de Portugal e III de Hespanha, dispensou á santa Confraria a mesma benevola protecção, como se vê pelo documento seguinte:

«Provedor e Irmãos da Misericordia de Lisboa; eu El-rei vos envio muito saudar; recebi a vossa carta e agradeço-vos muito o que nella me dizeis sobre o fallecimento de el-rei meu sõr (que está em gloria) e minha successão, e hei por bem entrar por irmão dessa santa confraria, como me pedis, e folgo de o fazer pelas boas informações que tenho d'essa irmandade e do serviço que n'ella se faz a Deus e a mim e, no que houver logar, tende por certo que folgarei sempre de ajudar e favorecer. Escripta a 20 de outubro de 1598. Rei. Certidão de D. Gil, Escrivão da Misericordia de Lisboa em 1617.»[1]

Tambem, annos depois, deu á Misericordia o terceiro Compromisso, que foi approvado por Alvará de 19 de maio de 1618, que é do teor seguinte:

«*Alvará porque se manda usar d'este compromisso.*— Eu El-Rey faço saber aos que este meu Alv. virem que eu vi o compromisso atraz escripto, que ora novamente se ordenou para regimento e governo da Irmandade da Casa da Misericordia desta cidade de Lx.ª e administração das obras que nella se exercitam; e porque tudo o que nelle se contem me pareceu muito bem ordenado para o serviço da dita Casa, o exercicio das ditas obras (de que tenho particular contentamento) se fazer com a exacção que convem e Eu, com mais vontade, folgar de a conservar (como desejo) nas honras, privilegios, graças e favores que por mim e meus senhores Reys, meus predecessores, lhe são concedidos e por ella ser a principal destes Reynos e de que todas as outras procederam, hey por bem, me praz e faz graça e mercê de approvar e confirmar, como de effeito por este presente approvo e confirmo, o dito compromisso atraz, e cada um dos capitulos delle, assim e da maneira que nelle se contem e que d'aqui em diante se use do dito compromisso sómente e se cumpra e guarde inteiramente, sem duvida, nem embargo, nem contradição alguma; porque assim he minha mercê e vontade; e mando ao Provedor e Irmãos da dita Casa da Misericordia que ora são, e ao diante forem, a todos e a cada um dos Irmãos d'ella e a todos os meus Desembargadores, corregedores, ouvidores, Juizes, Justiças e quaesquer outros ministros, officiaes e pessoas a que este Alv. ou seu traslado, em publica forma, fôr mostrado e o conhecimento d'elle pertencer que inteiramente o cumprão e guardem e fação cumprir e

[1] Gabriel Pereira. *Doc. hist. da cidade de Evora,* parte II, p. 269.

guardar; e quero que este valha e tenha força e vigor, como se fôra carta feita em meu nome, por mim assinada e passada por minha chancellaria, posto que este por ella não passe, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulos 39 e 40 que dispoem o contrario. Manuel do Rego o fez em Lx.ª, aos desanove de maio de seiscentos e dezoito. Christovão Soares o fez escrever. Rey. O duque de Villa Hermosa, Conde de Ficalho.

«Alvará sobre o Compromisso de que V. M. manda se use na Misericordia de Lisboa. Para V. M. vêr.»

É por este Compromisso de 1618, que nunca chegou a ser reformado, que se tem regido até ao presente, não só a Misericordia de Lisboa, como todas as Misericordias do reino. São numerosas as edições que d'elle se têm feito em diversas epochas, das quaes vimos toda a collecção existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa e um exemplar da de 1745 existente na Santa Casa da Misericordia. A relação das edições até hoje conhecidas é a seguinte:

1619 (1.ª edição).—Impresso em Lisboa por Pedro Craesbeeck, formato in-4.º Tem no frontispicio uma pessima gravura, representando o painel da Misericordia. O exemplar que existe na Bibliotheca Nacional pertenceu ao convento de Alcobaça.

1640.—Imp. em Lisboa por Antonio Alvarez. Existe na Bibliotheca Nacional.

1645.—Imp. pelo mesmo Antonio Alvarez, impressor de el-rei nosso Senhor.

1662.—Imp. em Lisboa por Henrique Valente de Oliveira, impressor de el-rey N. S. Existe na Bibliotheca Nacional.

1674.—Imp. em Lisboa por Francisco Vilella. O exemplar que existe na Bibliotheca Nacional pertenceu á Livraria publica do Collegio de Santo Antão.

1704.—Imp. em Lisboa por Miguel Manescal; com uma bella gravura do painel da Misericordia. Existe na Bibliotheca.

1739.—Imp. em Lisboa na officina de Manuel Fernandes da Costa.

1745.—Impresso em Lisboa na officina de José da Silva Natividade. Tem no frontispicio a gravura do grupo da Instituição da Misericordia.

No exemplar que existe na Santa Casa, comquanto as licenças do Santo Officio e as do ordinario e do paço tenham a data de 1745, tem no frontispicio a data MDCCLV (1755). É numerado por folhas, de 1 a 42, e tem impressas nas margens varias resoluções da Mesa relativas ao texto do Compromisso. Está encadernado em velludo azul com fechos dourados e uma grande cruz, tambem dourada em relevo, sobre a capa superior.

1749.—Impresso em Lisboa occidental. Na officina de Manuel Fernandes

da Costa, impressor do Santo officio. O exemplar que existe na Bibliotheca Nacional pertenceu ao Irmão da Misericordia Antonio Roïz Maya.

1755.—Na mesma officina.

1818.—Imp. na typographia de Bulhões, com uma pessima gravura. Existe na Bibliotheca Nacional.[1]

Esta edição de 1818 é a que as mais das vezes apparece no mercado, onde se vende, termo médio, de 600 a 1$500 réis. Comtudo não é vulgar. Ainda ha pouco, em novembro de 1900, o Provedor da Misericordia de Evora, desejando crear uma secção bibliographica e historica no archivo d'aquella irmandade, pediu á Misericordia de Lisboa um exemplar do Compromisso, pedido que não poude ser satisfeito por não o haver na Santa Casa.

Além d'estas edições portuguezas ha as edições brasileiras, mandadas fazer pela Santa Casa do Rio de Janeiro:

1858.—Rio de Janeiro.—Empresa typographica Dois de Dezembro.—Typographia Paulo Brito.

1878.—Rio.—Typographia do Apostolo.

1890.—Rio.—Typographia Pereira Braga & C.ª

Todas estas tres edições reproduzem o frontispicio da edição de Lisboa, de 1739.

No fecho d'este Compromisso, que em seguida estudaremos detidamente, diz-se que por elle «ficam derogados todos os outros Compromissos porque até agora se regeo e governou esta Casa e Irmandade».

Ao tempo em que elle foi promulgado já a Irmandade não administrava sómente os recolhimentos e enfermaria que lhe estavam annexos, nem tão pouco exercia apenas as bemfeitorias que n'este Compromisso e no primitivo se descrevem e estatuem.

Outros encargos importantes lhe haviam sido commettidos em virtude de regios diplomas.

---

[1] Estas impressões do Compromisso eram feitas por conta da Irmandade, assim como a mesma Mesa tinha o privilegio exclusivo da impressão das Cartas de Guia (Alv. de 12 de dezembro de 1690). Succedeu, porém, que em 1818 o impressor Bulhões annunciou na *Gazeta de Lisboa* n.º 263, de 6 de novembro, que ia reimprimir o Compromisso, accusando a Mesa de descuido na sua publicação. Protestou ella em requerimento ao Governo, allegando que devia ter o privilegio de tal impressão e pedindo penas contra quem o imprimisse e apprehensão dos exemplares. Era uso até então dar-se o Compromisso unicamente aos irmãos e por morte d'estes eram apprehendidos para a Irmandade e novamente distribuidos. (*Registo de requerimentos da Mesa da Santa Casa*, 1818.)

Contámos em outro capitulo como, por influencia do venerando fr. Miguel Contreiras, o rei D. João II instituira nos ultimos annos de sua vida, em 1492, o Hospital Real de Todos os Santos, em umas casas ao Rocio, onde hoje se vê a praça da Figueira, reunindo n'elle todos os hospitaes e albergarias que ao tempo existiam em Lisboa, com todos os seus rendimentos e pertences.

Desde 15 de maio de 1492 teve o Hospital de Todos os Santos administração sua, exercida por Provedores que El-rei nomeava, sendo o primeiro que em tal logar serviu Estevão Martins, Mestre-eschola da Sé e Provedor das Capellas, no tempo do qual se fez o Regimento do Hospital, de 19 de janeiro de 1504.[1]

Em um velho manuscripto da Bibliotheca Nacional achámos casualmente noticia da sepultura e epitaphio de Estevão Martins, o qual era do teor seguinte:[2]

Aqui iaz o muito reverendo snõr Estevão
Mtz adaião q̃ foi da capella del Rey
dõ ioão de boa memoria, capellão-mór do
principe seo filho dõ Afonso, protonotario e
mestre escolla e conego na see de lix.ª, o
quall cõ muita lealdade servio a elrey dõ
Afonso o quinto e a elrey dõ ioão seo filho, e
a elrey dõ manoel nosso senhor, e foi enviado
a Alemanha por embaixador e o imperador,
por sua bondade e merecimento o fes conde Pala-
tino, e lhe deo estas armas; e por mandado dos ditos
Reys comesou e acabou este ospital de todos os
Santos e foi em elle o primeiro Provedor, e
deixou ao dito ospital vintasete mill rs de
renda em cada hũ ano pera se pagarem os
dous capelães continos, e estes pobres e finouse
a tres dias de dezembro de ĩb^c e bi anos.

Succederam-lhe no cargo de Provedor, Gonçalo de Miranda, João Subtil,

[1] *O Hospital de S. José,* por Manuel Cesario de Araujo e Silva, 1853, p. 6.

[2] *Collecção de inscripções diversas, existentes em Portugal.* Ms. 426 da Bibl. Nac.—Diz este manuscripto a fl. 86: «No esprital de todos os Santos, no Altar de são jorge na parede do Evangelho esta hũa pedra com hũ letreiro de letras goticas q̃ dis assim:» ... A inscripção foi reconstituida pela confrontação d'este manuscripto com a copia apresentada pelo citado Cruz

o bispo de Çafi—Marcos Esteves, o bispo Provedor—Mem Caceres e Garcia de Sousa.

Em 1530, por Provisão de João III, de 8 de março, foi a administração do hospital entregue á Congregação de S. João Evangelista, [1] que por essa epocha governava varios hospitaes do reino, com devoto e acrisolado fervor. Ao cabo de alguns annos os Padres da Congregação representaram a el-rei D. Sebastião, com muita instancia, pedindo excusa do encargo, allegando ser prejudicial aos interesses da communidade por absorver o tempo aos mais conspicuos de seus membros. Pediam que provesse em outras pessoas a ordenança e provimento do Hospital, por ser o que lhes dava maior trabalho. No Alvará de 27 de junho de 1564, que resolveu o assumpto, transcrevem-se as allegações dos Padres pelo teor seguinte:

«Os Padres da Congregação de S. João Evangelista, por sentirem a perda da sua congregação, recebida em trazer fóra do regimento d'ella os principaes Padres que lhe convinha occupar no governo dos hospitaes que lhe fôra encommendados, me pediram, com muita instancia, que houvesse por bem de prover de outras pessoas, que entendessem na ordenança e provimento do dito Hospital de Todos os Santos, que era o que lhes dava maior trabalho e com que recebiam maior turbação e desfraudamento.»

D. Sebastião, considerando os grandes serviços prestados aos povos pelo seu grande Hospital de Todos os Santos e o cuidado e interesse que por elle mostraram seus antecessores, depois de ouvir varias pessoas, entendeu:

«Devia encarregar o Regimento d'elle á Irmandade da Misericordia, não sómente por serem as obras que no dito Hospital se exercitão conformes a em que se occupa a dita Irmandade, por serviço de nosso Senhor e proveito dos proximos, mas tambem por se ter visto por experiencia de muitos annos a fieldade *(sic)* e zello, fervor e caridade, com que os Irmãos da dita Confraria, assim nobres como officiaes, servem os cargos da dita Irmandade e aceitão e

---

Moreira, a fl. 288 v.º do tomo III da sua *Collecção de Epitaphios*, etc., seguindo-se de um e outro a orthographia e pontuação, que provavelmente differem ambas das que se poderiam vêr no epitaphio original. João Baptista de Castro diz-nos que a imagem de S. Jorge (talvez aquella mesma do altar acima referido), que se venerava no templo do Hospital Real, era a que sahia a cavallo na procissão de *Corpus Christi* desde 1387. (*Mappa de Portugal*, tomo III; Lisboa, 1747.)

[1] José Maria Antonio Nogueira, citado no *Summario de Varia Historia*, p. 61-62 do vol. I. Leia-se o que a este respeito do Hospital Real de Todos os Santos, da Congregação de S. João Evangelista e dos outros Hospitaes do reino, dizemos, mais pormenorizadamente, no cap. V do nosso estudo, intitulado—*A Beneficencia publica em Portugal* (esboço historico), em via de publicação no INSTITUTO, de Coimbra.

sofrem os trabalhos della, pello que se deve com resão esperar que acceitando a dita Confraria o dito Regimento deputaria para isso pessoas de muita callidade *(sic)* que ha na dita Irmandade etc...—Sendo de esperar reducção dos gastos e de muitos ordenados, consultou D. Sancho, Conde de Odemira Provedor, mostrando-lhe que em todas as cidades e villas do reino se entregava ás Misericordias a administração e governança dos seus hospitaes. Em nome da Irmandade, que deliberou sobre o assumpto, acceitou o Provedor o encargo do regimento e governança do Hospital com todos os bens e foros e rendas.»

Assim lhe foi dado, por Alvará e Provisões de 27 e 28 de junho de1564, existentes na Torre do Tombo, e transcriptos, por copia, a fl. 108 do Livro 1.º de *Privilegios* da Santa Casa.

Era a esse tempo Provedor o Padre Gaspar da Assumpção, da Congregação de S. João Evangelista. A Confraria da Misericordia, na sua consulta,[1] entre varias providencias que propunha, dizia:

«Que em quanto á eleição dos officiaes que deveriam governar o Hospital, lhe parecia que fosse feita pela Mesa da Misericordia, como se fazia a dos officiaes que serviam na mesma Santa Casa; e que, d'estes eleitos, fosse um homem nobre e honrado e de bom viver, que tivesse o nome de Enfermeiro-mór.»

Tomou a Misericordia posse dos bens, governo e administração do Hospital Real de Todos os Santos no dia 29 de junho de 1564, como consta do auto que existe registado no Cartorio da Santa Casa, e no qual veem insertos o Alvará de 27 e as Provisões de 28 do mesmo mez e anno.[2]

Junto com o Alvará foram expedidas as duas Provisões relativas ao pessoal e bens patrimoniaes do Hospital. No Livro dos Privilegios da Misericordia do Rio de Janeiro existem os curiosos e interessantes Regimentos que n'essa occasião se formularam para o serviço do Hospital Real.[3]

Em uma nota manuscripta, em lettra da epocha, no verso da folha de rosto de um exemplar do *Libro de la verdad d'la fé,* de fr. João Soares, depois bispo de Coimbra, impresso em Lisboa por Luiz Rodrigues, em 1543, lê-se[4] o seguinte:

---

[1] *O Hospital de S. José,* p. 6.

[2] Livro 8.º de *Registo de Decretos e Avisos.*

[3] Felix Ferreira.—*A Santa Casa Fluminense,* p. 49.

[4] Segundo communicação do sr. Annibal Fernandes Thomaz, em carta de 23 de agosto de 1894, da Esgueira para Carnide, dirigida ao sr. visconde de Castilho e por este senhor obsequiosamente cedida para esta citação.

«qujnta f.ra dia de sam p.o e de sam paulo que foram vinte e nove dias de Junho da era de quinhentos e quarenta e quatro entregarão ho hospital de Lx.a aos Irmãos e Provedor da Santa mẽza e tirarão os ffrades e leigos que ho governavam governando ho Reino ho Infante dom anrique cardeall.»

Desde 1564 sempre o Hospital de Todos os Santos reconheceu a Confraria da Misericordia como cabeça superior, sendo estas determinações posteriormente confirmadas por outros diplomas regios de 18 de dezembro de 1565, 16 de janeiro de 1595 e 14 de agosto de 1665.

Seguidamente iremos indicando quaes os laços que prenderam, no decorrer dos seculos, estas duas instituições gemeas.

*

* *

Vejamos agora qual era a situação da Irmandade nos começos do seculo XVII, ouvindo para isso a voz auctorizada de escriptores coevos.

«Não é menos de estimar, escreve frei Luiz de Sousa, um genero de religião (fruito proprio e natural d'este Reyno) que os seculares inventaram para exercicio de virtude, que é o serviço geral das Casas de Misericordia, introduzido não só nas cidades, mas em todas as villas do Reyno. Empregão n'elle os sobejos da fazenda os ricos; e os sobejos do tempo os ociosos: e redunda tudo nas mais piedosas e mais acertadas obras que em favor dos proximos se podem fazer. Quem quizer saber a grandeza e custo d'ellas, se fôr bom contador, alcançalloá facilmente, proporcionando os membros com a cabeça, quero dizer, todo o resto das terras do Reyno com Lisboa, na qual se despenderão no anno, que isto vamos escrevendo, que he o de 1621, por conta liquida, e publicada no dia da Visitação de Nossa Senhora, que he o dia mais solemne d'esta Irmandade, cinquenta e sete mil trezentos e noventa sete cruzados.»

Fr. Nicolau de Oliveira, no seu precioso livro, além de dar uma summula do novo Compromisso de 1618, descreve e especifica varios serviços e beneficencias que áquelle tempo a Santa Casa praticava. D'elle extractamos as seguintes informações, que são de alto interesse para a historia da instituição:

Dois irmãos, no proprio dizer de fr. Nicolau de Oliveira—«correm pelos presos a levar comer duas vezes por semana, provendo-os de pão que lhe baste para a semana, e aos domingos carne e caldo. Aos doentes dão fisico e sangrador e botica, e gallinha, frango, carneiro e dieta todos os dias, conforme

a receita.—Aos que estão presos por dividas ou lhes alcançam perdão d'ellas, ou lh'as pagam, e ajudam com esmolas aos degradados».

Entretanto, outros dos restantes conselheiros—«repartem pelos trez bairros da cidade as trez visitas, levando as esmolas ás viuvas pobres e virtuosas»—a que chamavam visitadas—«informando-se de suas vidas e costumes, e dando-lhes esmolas, e, se adoecem, fisico e botica, e pelo Natal ou Semana Santa saios ou mantos».

Além d'estas beneficencias, refere mais o mesmo historiador, que a Santa Casa, com toda a devoção, cumpria todas as outras obrigações do seu Compromisso, mórmente as esmolas e cartas de guia aos peregrinos, para que nas suas jornadas fossem soccorridos com esmolas e cavalgadura para seu transporte, —os dotes e a tumba para o enterro dos pobres da cidade.

Apurando, não só por este auctor coevo, como pelo Compromisso e por varios livros de despesa da Santa Casa, reconhece-se que á parte a sustentação dos estabelecimentos annexos—recolhimentos e enfermarias—a Misericordia praticava os seguintes beneficios:—dotava orphãs;—aos necessitados de diversas ordens concedia tenças, mezadas, esmolas avulso e cartas de guia para jornada;—aos presos das cadeias vestia e sustentava, promovia-lhes o livramento e soccorria-os de remedios em suas enfermidades;—resgatava os captivos;—pagava dividas;—provia os enfermos pobres com medico e botica;—enterrava os Irmãos fallecidos e pessoas pobres, no seu esquife e tumba, pagando-lhes covas, por esmola, em diversas egrejas;—amortalhava os defunctos e fornecia alva e mortalha aos padecentes;—e, finalmente, rezava officios funebres por alma dos seus Irmãos fallecidos.

O mesmo livro de fr. Nicolau de Oliveira dá-nos uma estatistica curiosa, extrahida das relações que então se publicavam annualmente dos gastos que a Misericordia fazia com esmolas e obras pias, no anno de 1610.

Desde o dia de Santa Izabel de 1610, até á vespera do mesmo dia de 1611, despendeu a Santa Casa o seguinte da sua receita total, que n'esse mesmo periodo foi, segundo refere o auctor, de 42:839 cruzados:

Nas Capellas da Casa, no Hospital de Sant'Anna, onde ha 32 camas em duas enfermarias, e no Recolhimento das orphãs de Santo Antonio, disseram-se 31:160 missas, sendo 30:362 na Casa, da esmola de 50 réis, que se dava a todo o sacerdote que alli ia dizer missa.[1]

Sustentaram-se nas cadeias 1:051 presos, com curativos, camas, vestidos e livramentos. Para os presos havia então uma cozinha, junto á sacristia da egreja, onde fazia de comer—«assi gallinha como carneiro e dietas, assi ao jan-

[1] No Hospital de Todos os Santos pagavam-se a esse tempo missas a 40 réis!

tar como á cêa e da mesma cosinha lhes levam o pão conforme ao que o fisico receita e aos sãos se dá em cada domingo gentar de carne de vacca e pão aos presos pobres».

D'estes presos soltou 518, embarcou para degredo 389, indo alguns com mulheres e filhos, e proveu-os com as cousas que lhes seriam necessarias para a viagem.

Despacharam-se 110 appellações pedidas pelas Misericordias do reino, despendendo-se em tudo 4:660 cruzados.

No Hospital de Sant'Anna sustentou a Santa Casa, em 35 camas que tem nas duas enfermarias, e no hospital dos incuraveis, que existia em Nossa Senhora do Amparo, junto ao Hospital de Todos os Santos, debaixo dos arcos do Rocio, e que era custeado pela Santa Casa, ao todo 120 enfermos, aos quaes se deram camas e vestidos e tudo mais de que necessitavam, o que custou 1:863 cruzados.

Proveram-se 437 pessoas envergonhadas, a saber: — 248 com visita semanal e 189 com esmolas mensaes que lhes levavam a casa, dando-se-lhes de vestir e calçar, camas e physico e botica, no que se fez a despeza de 7:099 cruzados.

Em esmolas e cartas de guia, para irem e virem das Casas das Misericordias do Reino, e outras que se deram á porta a pobres e mulheres de Africa, e na cura de enfermos de alporcas, despendeu a Santa Casa 2:246 cruzados.

Recebeu a Misericordia, creando-as e sustentando-as, 58 creanças desamparadas, cujos paes e mães morreram, deixando-as ao abandono, e n'isso consumiu 324 cruzados.

A 48 enfermos pobres se deu curativo, vestuario e mantimentos, com a despeza total de 215 cruzados.

Em dotes a orphãs, em numero de 114, das quaes casaram 95, gastou a Santa Casa 5:052 cruzados.

Para captivos de Ceuta, Tanger e Mazagão deu a Casa em 1618 a somma importante de 5:200 cruzados.

No Recolhimento das Donzellas de Santo Antonio, que está a seu cargo, sustentava 12 orphãs, que d'alli sahiam para se casarem, e mais 5 serviçaes.

Com obrigações de capellas despendeu 17:027 cruzados.

Tal era, em 1610, a despesa já avultada com que a Santa Casa da Misericordia de Lisboa acudia aos seus encargos de beneficencia, subordinando-os, como é natural e logico, ao superior espirito religioso da epocha, correspondendo d'esta fórma ás piedosas intenções de tantos testadores que lhe legaram valiosas quantias.

*
* *

Vejamos agora, soccorrendo-nos das informações do mesmo expositor e tambem da lettra do segundo Compromisso, qual era, n'este periodo do principio do seculo XVII, a organização interna da Misericordia e qual a fórma e curioso apparato com que desempenhava algumas das suas obrigações, reputadas a esse tempo de capital importancia.

Era a Confraria composta, consoante já atraz referimos, de 620 Irmãos, sendo 300 nobres, 300 officiaes e 20 lettrados, numero que só por poucos dias poderia deixar de estar preenchido. Para serem recebidos por Irmãos os candidatos—«além de serem homens de boa consciencia e fama, tementes a Deus, modestos, caritativos e humildes, quaes se requerem para servir a Deus e a seus pobres com a perfeição devida, hão de ter sete condições que aqui expressamente se apontam»—sendo despedido aquelle em que se descobrir a falta de alguma, diz o Compromisso.

Estas condições eram:

«1.ª Ser limpo de sangue, tanto elle candidato como sua mulher.

«2.ª Ser livre de toda a infamia, de feito e de direito.

«3.ª Ter edade conveniente; sendo solteiro nunca menos de 25 annos.

«4.ª Não servir a casa por salario.

«5.ª Ter tenda, sendo official de officio em que a costume haver, ou mestre de obras, isento de trabalhar por suas mãos, sendo de officio que a não costume ter.[1]

«6.ª Ser de bom entendimento e saber, não podendo ser recebida pessoa que não saiba lêr e escrever.

«7.ª Ser abastado de meios, de modo que possa accudir ao serviço da Irmandade sem cahir em necessidade e sem suspeita de se aproveitar do que correr por suas mãos.»

A admissão do candidato em quem coubessem estas condições fazia-se mediante petição, sobre a qual recahia informação tirada ácerca da sua vida e costumes, e depois uma votação dos Irmãos, só podendo ser acceite aquelle que reunisse no seu nome de 22 favas brancas para cima.

---

[1] Tal era a educação de privilegio que n'aquelle tempo imperava, que o trabalho manual se reputava condição bastante para excluir qualquer cidadão de poder ser Irmão da Confraria da Misericordia!

Quanto aos Irmãos lettrados só podiam ser admittidos d'entre os que serviam na Casa da Supplicação e nos demais tribunaes d'esta cidade de Lisboa.[1]

Tomavam posse do seu cargo, recebendo por juramento, que prestavam, as obrigações de Irmão, que principalmente consistiam em acudir á Santa Casa sempre que ouvissem tanger a campainha, acompanhada da insignia da Misericordia, ou fossem chamados da parte do Provedor ou da Mesa.

Estas insignias eram, segundo nos diz fr. Nicolau de Oliveira, uma vara com uma cruz.

Além d'isto cumpria aos Irmãos acceitar os cargos que lhes fossem distribuidos e reunirem na Santa Casa cinco vezes por anno: — a 1.ª no dia da Visitação de Nossa Senhora, para elegerem os cargos; — 2.ª no dia de S. Lourenço, para escolher os definidores que deviam aconselhar a Mesa; — 3.ª no dia de Todos os Santos, para acompanharem a procissão, com que iam buscar as ossadas dos que haviam sido executados; — 4.ª no dia de S. Martinho, para o sahimento que era uso fazer-se por todos os Irmãos defunctos; — 5.ª na quinta feira de Endoenças, para acompanharem a Procissão dos penitentes e visitarem o Santo Sepulcro em algumas egrejas.[2]

A eleição dos officiaes da Mesa era feita, segundo acima se diz, no dia da Visitação de Nossa Senhora, explicando-se no proprio Compromisso (cap. IV) a rasão da escolha de tal dia nos seguintes termos:

«A Invocação d'esta Irmandade é de Nossa Senhora da Misericordia, e por esta causa os primeiros fundadores e Irmãos tomaram para solemnisar o dia em que a Virgem Nossa Senhora, depois de conceber Christo Redemptor Nosso, foi visitar a Santa Isabel, usando com ella e com S. João, que estava em suas entranhas, de mui particular Misericordia, e porque n'este dia se começa o anno para a Irmandade e serviço d'ella, todos os Irmãos serão obrigados a se juntar na Egreja da Misericordia, acabadas as Vesperas, para fazerem a eleição dos Eleitores que hão de eleger o Provedor e Officiaes da Mesa.»

Ainda hoje as Misericordias guardam e festejam o dia da Visitação de Nossa Senhora (2 de julho) como commemoração da sua primitiva invocação.

As cerimonias da eleição, as obrigações dos Irmãos eleitos, e finalmente os encargos do Provedor, que «será sempre homem fidalgo, de auctoridade,

---

[1] Compromisso de 1618, cap. I. *Do numero e qualidade que hão de ter os Irmãos da Misericordia.*

[2] Compromisso, cap. II. *Das obrigações dos Irmãos.* No cap. III determina *as causas por que hão de ser despedidos os Irmãos.*

prudencia, virtude, reputação e edade»,—veem largamente descriptos, sem cousa de maior interesse, nos cap. VI, VII e VIII do referido Compromisso.

Os differentes cargos da Irmandade eram:—o escrivão da Mesa, encarregado de todo o expediente[1]; um recebedor de esmolas[2]; um mordomo dos presos[3]; seis visitadores[4]; vinte definidores[5]; um thesoureiro das letras para receber os dinheiros das letras que vinham da India.[6]

Havia ainda, além d'estes, o thesoureiro dos depositos; os mordomos das demandas e os mordomos das cartas, que tratavam dos negocios das Misericordias das Indias[7]; o mordomo da bolsa, especie de comprador; o mordomo da capella, que tinha a seu cuidado o culto e missas dos presos; o mordomo da botica, que cuidava dos presos doentes e das enfermarias de Sant'Anna; o mordomo do hospital de Sant'Anna; o mordomo da bolsa das donzellas, encarregado das compras do Recolhimento, e finalmente os capellães.[8]

Preceitua largamente o Compromisso o modo por que se devia regular o cumprimento dos encargos diversos de beneficencia e piedade de que acima falámos, mas occupa-se com maior extensão e minuciosidade dos serviços que, no dizer do proprio Compromisso, constituiam uma das principaes obras da Misericordia, quaes eram os do enterramento dos mortos e recebimento das ossadas e restos dos padecentes. Offerece o assumpto, em verdade, uma certa curiosidade historica, e por isso não nos furtamos a transcrever aqui a parte mais interessante do Regimento d'aquelles cerimoniaes, que por completo se acham esquecidos na memoria da sociedade actual.

Possuia a Misericordia, a esse tempo, por expressa determinação do Compromisso (cap. XXXV), tres tumbas, sendo uma destinada aos pobres, outra ás pessoas de «maior qualidade» e a terceira para os Irmãos.

Fr. Nicolau de Oliveira, no seu citado livro, explica que n'estas tumbas se conduziam todas as pessoas de condição livre que morriam dentro da ci-

---

[1] Cap. IX do Compromisso.

[2] Cap. X, idem. As esmolas para as Misericordias eram recolhidas em *arquétas* que havia nas egrejas, mosteiros e ermidas da villa e seu termo. Além d'isto os mamposteiros percorriam a area de jurisdicção da Misericordia, recolhendo esmolas. No tempo das colheitas iam os pedidores pelas eiras, e, ainda em tempos antigos, revertiam para as Misericordias as multas e coimas impostas pelas justiças. Ha poucos annos os irmãos de algumas Misericordias, como succedia em Torres Vedras, percorriam as ruas da villa pedindo esmola para os presos.

[3] Cap. XI, idem.

[4] Cap. XII, idem.

[5] Cap XIII, idem.

[6] Cap. XV, idem.

[7] Cap. XVI, XVII e XVIII, idem.

[8] Cap. XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI do Compromisso. Diz Duarte Nunes de Leão que a egreja tinha 60 capellães.

dade, porquanto, por um breve do Summo Pontifice, não podia haver em Lisboa outras tumbas, a não ser as da Irmandade do Santissimo da freguezia do Loreto, que serviam para os seus parochianos, e as de mais uma ou duas Confrarias, que para tal fim tinham tambem breves de S. Santidade.

Este uso das tumbas para os enterramentos era privilegio sómente concedido, por sentença de 30 de junho de 1593, ás Confrarias da Misericordia, de Nossa Senhora de Loreto e de S. Bartholomeu, em S. Gião, dos Allemães.[1]

A Confraria da Misericordia sustentou tambem renhida demanda, que findou com a escriptura de concerto de 12 de agosto de 1602, com a antiga Confraria do Espirito Santo, sita na capella de Nossa Senhora dos Remedios, em Alfama. Esta irmandade tinha por missão, entre outras, dar sepultura e mortalha a irmãos, suas familias e creados, em tumba privativa. A Misericordia contestava-lhe o direito de exercer este piedoso mister, em concorrencia com as obrigações do seu Compromisso. O accordo, feito em tempo do Provedor Mathias de Albuquerque, estabeleceu que a velha Confraria de Alfama só poderia enterrar os seus confrades e não pessoas extranhas.[2]

A tumba dos pobres era gratuita, e as outras não tinham esmola certa senão a que lhe deixavam os fallecidos.

O cerimonial da sahida das tumbas vem descripto no referido capitulo XXXV pela fórma seguinte:

«Tanto que se der aviso para a Casa enterrar algum defuncto, a que não haja de sahir a Irmandade, se assentará a hora, e o mordomo da Capella mandará pôr as cousas em ordem. Diante irá um homem do serviço da Casa, com sua capa azul á maneira de balandrau e levará uma campainha manual; junto d'elle irá um Irmão Official com uma vara preta na mão e logo irá a bandeira da Misericordia com dois tocheiros ás ilhargas, levados por homens tomados para este effeito, com suas vestes pretas; depois irá um irmão nobre com sua vara preta, em trage commum, com um capellão da Casa, de sobrepelliz; no remate irá a tumba levada por seis homens com vestes pretas do mesmo feitio que as outras de que forão vestidos os que levarem a bandeira e tocheiros; e a tumba irá acompanhada com quatro tocheiros levados por quatro homens vestidos da mesma maneira. Detraz da tumba, a distancia conveniente, irá outro homem de serviço, com capa de panno azul, do mesmo feitio que a do da campainha, com uma caixinha na mão, pedindo para as obras da Misericordia em voz alta; e n'esta mesma fórma irão no enterramento, dando só-

[1] Archivo da Misericordia.

[2] Pinho Leal, tomo IV, p. 232.

mente logar entre a bandeira e a tumba aos clerigos, religiosos e confrarias e pobres que com cêra acompanharem o corpo do defuncto.»

Esta bandeira da Misericordia, tão afamada que até ganhou fóros de um symbolo litterario, vem descripta tambem no precioso livro de fr. Nicolau de Oliveira:

«É grande, diz elle, e tem de uma parte uma imagem de Nossa Senhora, com as mãos juntas e levantadas em alto, extendido um grande manto, que representa ter a côr do ceu, sustentando, de uma parte e de outra, dois anjos; e debaixo d'este manto se recolhem, de uma parte, o summo pontifice, e, á sua mão direita, hum religioso da ordem da Santissima Trindade, com tres lettras na borda do seu habito, que são F. M. I. e querem dizer *Fr. Miguel Instituidor*.

«Seguem-se logo um cardeal e um bispo, que fazem companhia ao summo pontifice, em memoria do Santo Padre e mais Prelados, que confirmaram esta Irmandade.

«Da parte esquerda d'esta imagem estão as figuras seguintes: uma de um rei, outra de uma rainha, em memoria d'aquelles excellentissimos Principes El-Rei D. Manuel e Rainha D. Leonor, fundadores e favorecedores e ajudadores d'esta Irmandade e Irmãos, e com mais duas figuras de varões, anciãos graves e devotos em memoria d'aquelles mui piedosos, zelosos e devotos varões que foram os primeiros Irmãos e companheiros do padre Miguel, e todas estas figuras estão enlevadas em Nossa Senhora, como que a lhe pedir remedio, soccorro, e ajuda para todas as necessidades do povo, pois elles todos a tomaram e escolheram por intercessora e advogada d'esta Santa Irmandade e como May piedosa e May de misericordia; e tendo as corôas nas cabeças estão todos com as mãos juntas e levantadas e os olhos na Imagem; entre uns e outros estão alguns pobres; e tem d'esta parte na bordadura uma lettra que diz—*sub tuum præsidium confugimus,* etc.—E esta figura vai sempre para a parte dianteira; e na parte da Tumba fica pintado o descendimento da Cruz, nesta maneira:—uma cruz que toma a bandeira em alto e ao pé d'ella uma imagem de Nossa Senhora com os braços abertos e mãos extendidas, a cujos pés está um Christo extendido e aos pés a Magdalena e á cabeceira São João Evangelista e na bordadura uma lettra que diz aquellas palavras do propheta Isaias, capitulo v,—*livore eius sanati summus.*»

Tal era a pintura do painel ou bandeira da Misericordia, como ainda hoje pode vêr-se nos tres paineis que existem na sacristia da egreja de S. Roque,[1]

---

[1] Em um livro de despeza de 1784 encontrámos a conta do custo da pintura e mais per-

hoje transformada em mostruario das preciosidades artisticas da capella de S. João Baptista e da Misericordia. Tambem estão patentes na egreja nos dias 17 de novembro e 13 de dezembro, em que se celebram officios pelos regios instituidores, D. Leonor e D. Manuel.[1]

Em consequencia d'esta prerogativa, que á Misericordia competia, dos enterramentos, e em attenção a serem as pessoas reaes irmãos da piedosa Irmandade, no cerimonial dos sahimentos regios esteve sempre, como ainda hoje se observa, reservada uma parte importante á Confraria da Santa Casa.

Em um precioso manuscripto intitulado *Collecções*, tomo I, propriedade do sr. J. Firmino Judice Biker, citado pelo sr. Freire de Oliveira nos seus valiosos *Elementos para historia do Municipio de Lisboa*,[2] vem, segundo o citador, inserto um ritual dos cerimoniaes que se effectuaram em 1653, pelo fallecimento do principe D. Theodosio; n'esse ritual, depois de prescrever toda a complicada pragmatica da exposição do cadaver, do sahimento e acompanhamento até Belem, refere-se nos seguintes termos á parte que n'essa funebre cerimonia competia á Irmandade da Misericordia:

«Á entrada do logar de Belem ha de estar a Misericordia, e o Provedor d'ella ha de ter repartido o andor, de que logo se tratará, e as insignias da irmandade, em pessoas quaes convenham, sem alterar a ordem do Compromisso; e hão de estar as mais religiões d'esta côrte, ainda aquellas que não costumam acompanhar defunctos, e os meninos orphãos, a que se fará aviso pelo Capellão-mór, e a toda a cleresia, a que se fará aviso pelo Secretario de Estado, advertindo que a Capella real ha de ser a que ha de ir officiando e a todos se ha de ter dado cirios do mesmo tamanho e peso de que são os que se lhe costumam dar no dia do Corpo de Deus, e só com a differença de cera amarella. E estando já posto tudo em ordem, tanto que chegar o corpo de S. A. se hão de apear os que o forem acompanhando, e os gentis-homens da camara, duques e marquezes que o trouxeram á liteira se hão de pôr junto a ella, e hão de elles mesmos pegar com suas mãos nas redeas dos machos e nos varaes da liteira para que não façam movimento, e os officiaes da repostaria porão junto a ella um banquinho, coberto com um panno de brocado, sobre o qual porá a Misericordia o seu andor, e tirará da liteira e porá e concertará n'elle o caixão, e tomando o andor aos hombros

---

tences da bandeira, mandada fazer n'aquelle anno. Foi de 88$525 réis a importancia total, e Manuel Pereira Pegado o artista que a executou. Consta terem sido recentemente restauradas, mas não foi possivel encontrar a nota da despesa respectiva.

[1] Na *Historia do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, do sr. Alberto Pimentel, a p. 144, vêem-se duas pequenas photogravuras representando as duas faces do painel da Misericordia.

[2] Tomo V, p. 429.

começarão a andar; e este andor terá alli prevenido Gonçalo Pires de Carvalho, e ha de ser como já se lhe advertiu, feito da medida do caixão, sem grades nem arco, nem cobertura alguma e terá só as tabuas rasas e na borda uma moldura que fique mais alta que as taboas dois dedos, e sirva de encaixe e segurança ao caixão, por cuja medida ha de estar feito, com seus paus que tirem para diante e para traz, em que hão de ir quatro pessoas e outras quatro nos descanços que terá o meio do andor, duas de cada parte. Ha este andor de ser forrado de brocado, e, se se não achar, boa tela, das mesmas cores do brocado do caixão, e d'isso mesmo hão de ser os paus e descanços, a que se fará seu estofo, para o levarem mais facilmente, tudo guarnecido de galões de ouro; e a liteira se recolherá, ficando o panno de brocado grande, com que vai coberta, que ha de tirar o veador com os officiaes da repostaria, como fica dito, e elles o hão de levar á egreja onde ha de servir, como logo se dirá. E posto que este andor não seja tumba que tivesse servido á Misericordia, ha de ficar para ella como tumba sua, ainda que tenha alguma differença na fórma das communs, e, se necessario é, S. Mag.de dispensa n'esta parte o rigor do Compromisso.

«N'esta forma ha de ir continuando o acompanhamento até á egreja, acompanhando tambem as pessoas que até ali acompanharam a S. A. nos logares em que poderem ir, advertindo que os gentis-homens da camara, officiaes da casa e titulos não tem logar de acompanhar em forma de criados e de grandes do reino, porque se acabou logo esta cerimonia logo que se faz entrega do corpo á Misericordia, etc.»

Nos livros da Santa Casa encontram-se registados diversos avisos recebidos em differentes epochas, por motivo de fallecimento de pessoas reaes, sendo todos elles pelo teor do seguinte que transcrevemos:

«Amanhã 4 do corrente se ha de fazer, pelas 8 horas da noite, o enterro do Serenissimo Senhor Infante D. Manuel, que Deus chamou á sua santa gloria, na egreja de S. Vicente de fóra: ordena-me S. M. avise a V. Ex.a, como Provedor da Mesa da Misericordia, deve dispor que o Escrivão d'ella com a Irmandade espere ás sobreditas horas, no logarsinho á porta da referida Egreja; e que chegando alli o coche que ha de levar o corpo, depois que as pessoas destinadas por o mesmo senhor houverem retirado do coche o tumulo, o ponham no esquife, que ha de estar prompto para este effeito, sobre uns bancos, e o levem no mesmo esquife a collocar sobre a eça, o hão de mudar depois as mesmas pessoas para onde deve ficar depositado. Deus Guarde, etc. Paço 3 de Agosto de 1766.—Francisco Xavier de Mendonça Furtado.»

O *Gabinete historico* descreve o sahimento de D. Pedro II pela seguinte fórma:

«Chegou o enterro a S. Vicente, e junto ás escadas se tirou o caixão das andas, e se poz no esquife da Irmandade da Misericordia, o qual estava sobre um estrado coberto de velludo negro, em que se poz, para se entregar aos Irmãos daquella Mesa. Aqui fazendo todos os circumstantes as ultimas cortezias ao corpo do seu rei, os Officiaes da Casa, que tinham insignias, as quebrarão á vista de todos, e as lançarão por terra: ceremonia em que se mostra a expirar aquelle Officio com a pessoa de S. M.

«Mandou o Escrivão da Mesa pegar no Esquife á Irmandade, e a Communidade dos Conegos Regrantes estava esperando á porta; e assim levarão o Real Corpo até ao Cruzeiro, onde em huma eça de tela encarnada, que estava preparada, foi posto. O Capellão-Mór, revestido de pontifical, cantou o primeiro Responso, o segundo os Religiosos da Casa, e o terceiro a Misericordia. Pegarão no caixão os mesmos Conselheiros de Estado, e o levarão a outra eça que estava em cima na Capella-Mór, junto da qual estava um estrado alto tambem forrado de tela encarnada; e o Conde Mordomo Mór fez a entrega ao Prior da Casa na forma seguinte, etc.»[1]

O mais curioso é que o imperio que conservou estes tradicionaes costumes é tão forte que ainda hoje, achando-se extincta a Confraria, desde o decreto de 11 de agosto de 1834, como adiante veremos, nos programmas do cerimonial que deve seguir-se no enterramento das pessoas reaes, como succedeu pelo fallecimento do ultimo monarcha D. Luiz I, vem enumerada na competente altura a *Irmandade da Misericordia.*

E em obediencia a esta praxe imposta pelo *Diario do Governo,* a Provedoria organiza uma supposta Irmandade, formada pelo pessoal menor, revestido com as capas dos antigos Irmãos, a qual vae, de bandeira erguida e com todas as insignias, para a egreja de S. Vicente, onde aguarda a chegada do feretro, juntamente com a Mesa administrativa, egualmente revestida das suas capas de seda preta.[2]

---

[1] *Gabinete Historico,* tomo V, p. 265 e 266.

[2] «Assim que o prestito chegar a S. Vicente de Fóra será o caixão tirado do respectivo coche e collocado em um pouso, pelos dignitarios competentes, d'onde será depois conduzido em esquife pela irmandade de Santa Casa da Misericordia de Lisboa, desde o adro até á primeira eça, collocada no meio da egreja, onde a collegiada da mesma Santa Casa ha de cantar os responsorios da sua competencia.» (*Diario do Governo* n.º 238, de 21 de outubro de 1889.) Segundo velha praxe, o panno que cobre o real feretro fica pertencendo á Misericordia ou esta recebe uma esmola equivalente ao seu valor. (Officio ao Ministerio do Reino de 31 de janeiro de 1873.)

Até aqui pelo que respeita á obrigação e privilegio do enterramento dos fallecidos na cidade de Lisboa quando fossem cidadãos de condição livre. Para os escravos havia, segundo prescreve o Compromisso, um esquife,—«acompanhado por um homem com uma cruz adiante e detraz um clerigo pobre».

Outra missão, porém, e das mais notaveis do velho Compromisso da Misericordia de Lisboa, é a que se referia ao papel que a Santa Irmandade tomava junto dos suppliciados. Segundo as regras n'elle estabelecidas e que até ao nosso seculo, por occasião das execuções, sempre se cumpriram com o mais religioso fervor, competia á Misericordia acompanhar e consolar os padecentes, prestando-lhes todos os allivios espirituaes e corporaes, até á sua hora derradeira, e depois recolher piedosamente e fazer o enterramento aos restos mortaes ou despojos do suppliciado.

Transcreveremos os preceitos dispostos no Compromisso para o cerimonial solemne d'estes actos, norma que nos parece cheia de interesse. Diz assim:

«Padecendo alguma pessoa por justiça fóra da forca de Santa Barbara, o mordomo da capella mandará os homens do esquife ao tempo costumado para que lhe deem sepultura em sagrado, e se algum padecente fôr queimado por crime que o faça incapaz de ser enterrado em sagrado, o mordomo da capella mandará um homem do serviço da casa, que recolha os ossos que ficarão por consumir e lhes dê sepultura conveniente para que a caridade que Christo S. N. nos encommendou, e se professa n'esta Casa, abranja a todos na parte que fôr possivel.»

Preceitua em seguida o Compromisso (cap. XXXVI) o modo *como se hão de acompanhar os padecentes:*

«§ 1.º Quando alguma pessoa houver de padecer por justiça, os mordomos dos presos chamarão um religioso, que os vá confessar e consolar naquelle dia em que se lhe publicar a sentença e todo o mais tempo que fica até se executar a mesma sentença; ao outro dia mandarão dizer missa na mesma cadêa para commungar, e ao terceiro dia darão recado ao mordomo da capella que mande correr as insignias dos padecentes[1] e se ajuntem as pessoas que quizerem acompanhar o tal padecente e lhe mande juntamente a veste de linho

[1] Estas insignias, segundo elucida fr. Nicolau de Oliveira, eram «tres bandeirinhas em as quaes está pintada de uma parte a figura de um homem, vestido em sua alva, que é o modo em que vai a padecer, e de outra parte a figura de uma mulher no mesmo trage, e vai para diante a figura da pessoa que ha de padecer; e mandam correr estas insignias a fim de que se ajuntem as pessoas que costumam concorrer a estes actos», como no Compromisso se declara.

branco, com que he costume d'este reino padecer aquelles que acabão por justiça.

«§ 2.º No dia que o padecente ha de morrer por justiça, sahirão da Egreja da Misericordia a acompanhar o cruxifixo, os mordomos dos presos, o mordomo da botica, dous visitadores a quem couber o turno e os dous mordomos das varas, que de presente servirem, com oito capellães e mais pessoas necessarias, nesta forma. Diante irá o mordomo official da vara, levando comsigo um homem do serviço, vestido em um balandráo de panno azul, tangendo a campainha; logo sahirá a bandeira por um homem vestido com veste preta, entre dois tocheiros, que levarão dous homens vestidos da mesma maneira; detraz da bandeira irá a gente que quizer acompanhar o padecente, a qual governará o mordomo nobre da vara;[1] depois se seguirão oito capellães com suas sobrepelizes e d'estes os quatro primeiros irão desoccupados para rezarem as ladainhas e os outros quatro levarão quatro tochas accesas, junto das tochas do remate irá o capellão hebdomadario da casa com sobrepeliz, com o crucifixo nas mãos; e detraz delle irão em ordem os mais irmãos que acima ficam apontados, e todos levarão suas vestes pretas; e os mordomos dos presos levarão comsigo um homem ou moço da capella com agua benta e hyssope.

«§ 3.º Tanto que desta maneira chegarem á parte donde o padecente houver de sahir esperarão, com muita quietação, até a justiça o tirar; sem a isso darem pressa, nem algum modo de ordem; e sahindo, lhe dará o capellão hebdomadario o crucifixo a beijar; e pondo-se todos os mais de joelhos, começarão os capellães a entoar a ladainha até dizerem *Santa Maria, ora pro eo;* e chegando a este passo, se levantarão e começarão a caminhar, por onde a justiça ordenar, na mesma ordem em que vieram; porém os Irmãos que vierão detraz do crucifixo se passarão para diante dos capellães de maneira que o crucifixo fique junto do Padecente; e farão que os pregoeiros da justiça vão diante da bandeira, em parte remota, para que nem estorvem os capellães que vão entoando a Ladainha, nem perturbem o Padecente.

«§ 4.º Chegando á *porta do ferro*[2] o padecente, estará uma missa appa-

---

[1] Muitas vezes os padecentes eram acompanhados por consideravel numero de irmãos da Misericordia. O famigerado medico assassino Isaac Eliot levou 150 irmãos, segundo referem os documentos interessantes citados por Camillo Castello Branco no romance *A Caveira da Martyr,* tomo III, p. 93.

[2] A Porta do Ferro era uma das portas da antiga cidade, á qual tambem se deu o nome de *Arco da Consolação* pelo motivo de por cima d'ella haver uma ermida ou capella, dita de N. S.ª da Consolação, onde, para o fim que neste § se indica, a Irmandade da Misericordia mandava dizer uma missa quando havia padecente que por alli passasse. (*Mappa de Portugal,* tomo V, p. 579.)

Esta Porta ficava junto á egreja de Santo Antonio, na correspondencia com a porta da

relhada de maneira que veja o Santissimo Sacramento ao levantar a hostia e calix, para pedir perdão a Deus e protestar que morre na Santissima Fé; e no restante do caminho fará tudo o que parecer necessario para elle tomar a morte com paciencia e fortaleza christã.

«§ 5.º Estando o padecente no logar do castigo, lhe dará outra vez o capellão a beijar o crucifixo, e começando-se o acto de padecer, começarão os capellães a cantar:—*Ne recorderis, Domine,* etc., lançando-lhe agua benta, e assistirão com toda a devoção possivel, encommendando a Deus sua alma, que creou e remio pelo seu precioso sangue; e constando estar morto, lhe dirão hum responso, e todos juntos voltarão para a casa da Misericordia na mesma ordem que levarão, quando d'ella sahirão, acompanhando o crucifixo. —Nestes acompanhamentos nunca irão o Provedor e Mesa, etc.»

Nota curiosa:—em cumprimento d'este dever de enterrar os mortos e os justiçados, foi a Misericordia quem em 1640 mandou levantar o cadaver mutilado de Miguel de Vasconcellos para lhe dar sepultura.[1]

No Cap. XXXVII dispõe ainda o Compromisso «*de como se hão de ir buscar as ossadas dos que padecerão por justiça*» nos seguintes termos:

«§ 1.º Dia de Todos os Santos, acabada a missa do dia, mandará o mordomo da capella correr as insignias da Irmandade para que se ajuntem os Irmãos, conforme a obrigação que teem, para irem buscar, á forca de Santa Barbara, as ossadas dos que padecem por justiça, e com esta demonstração de piedade christã obrigar aos mais fieis a lembrar-se dos defuntos, ainda que sejam tão desamparados como estes parecem.»

Determina em seguida todo o cerimonial e ordem da procissão, e conclue:

«§ 4.º Chegando a Irmandade nesta ordem á forca de Santa Barbara, recolherão as ossadas que nella estiverem, nas duas tumbas, de que acima se faz menção, e voltando a Irmandade na mesma ordem em que foi, ficará

---

Sé. Quando a cadeia era no Castello, a missa dos padecentes dizia-se debaixo do arco que ficava para a banda do mar, abaixo da torre da Sé. O logar das execuções era então no sitio onde hoje está a egreja de S. João da Praça. O arco da Porta do Ferro foi demolido em 1782, mas até 1834 se conservou uma pequena capella, por cima de um velho arco, defronte da cadeia do Limoeiro, onde se dizia missa quando sahia qualquer delinquente a padecer na forca. Esta estava sempre armada no Caes do Tojo. Foi no reinado de D. Pedro IV que esta capella se demoliu. (*Almanak historico,* 1855.)

[1] *Gabinete Historico,* tomo 4.º, p. 30.

o Provedor no remate de toda ella, pondo-se diante do crucifixo; e os capellães se passarão logo para detraz do crucifixo, começando a encommendar os defunctos, e no ultimo logar ficarão as duas tumbas, com os dous mordomos dos presos, indo diante o mordomo nobre e diante da segunda o official.»

«§ 5.º Tanto que chegarem á Egreja da Misericordia, se porão as duas tumbas no meio, e se assentará o Provedor com os Irmãos da mesa no seu logar costumado e os mais irmãos no logar que lhes couber e haverá Pregação; acabada ella ficarão as tumbas na Egreja da maneira que vierão naquella noite e pela manhã se passará a ossada a uma tumba ordinaria e se enterrará em sagrado.»

Por esta mesma fórma e ordem de cerimonial sahia a procissão solemne, que se realisava egualmente na quinta feira da Ceia do Senhor.

A forca onde os condemnados soffriam a pena ultima teve varios paradeiros. Era primeiro no Campo de Santa Barbara, que pelo vulgo ficou largo tempo conhecido pela lugubre denominação de *Campo da Forca.*[1] Depois, para evitar tristes scenas que se davam pela incuria que havia em reconstruir o funebre apparelho com a necessaria solidez, obteve a Misericordia, como dissemos, o privilegio de armar uma forca levadiça na Ribeira, onde, segundo parece, já fôra em tempo o local das execuções. Anda até ligada a este sitio a tradição de ter sido alli que Santo Antonio acudiu a salvar o pae da injusta morte que ia a padecer, motivo por que sobre o arco das Portas do Mar, que lhe ficava fronteiro, esteve um painel com o retrato d'aquelle santo.

Este local, á beira-rio, presenciou horrendos espectaculos; não lhe bastando os enforcamentos, tambem alli a inquisição veiu armar as suas fogueiras. Alli foi queimado em auto de fé, em 5 de maio de 1624, o celebre dr. Antonio Homem.[2] Por algum tempo tambem foi o Campo de Santa Clara o logar do supplicio dos criminosos; erguia-se a forca a meio do campo. As freiras pediram que lhes removessem d'alli o triste espectaculo e foram attendidas.[3] Ultimamente erguia-se no Caes do Tojo, adiante do Caes dos Soldados, detraz de um alto muro, e as mais das vezes, em epochas mais antigas, a forca era erguida em qualquer rua ou praça, no proprio local onde o crime fôra perpetrado.[4]

A auctorização fôra concedida á Misericordia para mandar levantar a forca

---

[1] *Lisboa Antiga,* tomo VI, p. 39. Vide tambem o artigo do sr. Pedro de Azevedo no *Archeologo,* tomo V, p. 265.

[2] *Summario de Varia historia,* tomo II, p. 54.

[3] Pinho Leal, tomo IV, p. 168.

[4] Camillo Castello Branco.— *Caveira da Martyr,* tomo III, p. 94 e 95.

levadiça na Ribeira, onde depois se faziam as execuções, por Alvará de 2 de novembro de 1498; pelo mesmo regio diploma ficava auctorizada a recolher os cadaveres dos padecentes que n'ella se finassem, conduzindo-os para o cemiterio privativo da Santa Casa, que era sito na calçada de Sant'Anna, todo murado, e se denominava o Cemiterio da Graça ou dos Padecentes.[1]

A este cemiterio se refere uma escriptura de doação de parte do terreno, datada de 8 de novembro de 1560 (sendo Provedor D. Duarte da Costa), nos seguintes termos:—«chão que servia de Adro que se acha da parte de dentro do muro desta cidade, de Nossa Senhora da Graça, por outro chão grande que lhe deo (o dr. Manuel de Almeida, Fidalgo da Casa d'El-rei) da banda de fora, o qual o dito Manoel de Almeida fez sagrar e ora serve de Adro em logar do que servia; o qual chão que lhe deo he tão grande que sobeja para enterramentos dos presos e pobres da cidade que dentro se enterravam e porque em hum pedaço de chão que ficou fora do que lhe foi dado he hum recanto em que fazem sugidade ao pé da parede e janella da casa do dito Manoel de Almeida o que he munto prejuizo, etc.»[2]

A esse cemiterio realizava-se todos os annos, pelo dia de Todos os Santos, uma romaria de visitantes, com tão enorme concorrencia que a Santa Casa se via obrigada a requisitar uma guarda de doze soldados do regimento de Peniche para policiar a multidão e regularizar a romaria.

O tempo, que tudo modifica e altera, veiu destruir esta secular cerimonia do enterramento dos padecentes. Os progressos da sciencia medica, recommendando cada vez mais o exame anatomico dos cadaveres, impozeram ao governo (Portaria de 20 de maio de 1842) a concessão de serem entregues á Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa os corpos dos criminosos suppliciados na capital, para serem autopsiados e convenientemente estudados, excepto no caso em que as familias reclamassem os restos mortaes do padecente. (Portaria de 9 de junho de 1842.)

Pouco tempo, porém, poderia ter sido executada esta determinação, porquanto, depois da execução do celebre criminoso Mattos Lobo, nunca mais se ergueu a forca em Portugal, terminando assim, pela extincção da pena de morte, o encargo que á Misericordia, desde a sua primordial fundação, cabia, de consolar, acompanhar, assistir e enterrar os padecentes. Hoje, porém, ainda como ultimo cumprimento d'essa memoravel beneficencia, que durante seculos exerceu, a Santa Casa manda celebrar todos os annos na sua Egreja um officio por alma dos Padecentes.

---

[1] É antiga em Lisboa a existencia de cemiterios; desde 1506, pelo menos, houve adros ou cemiterios para os que falleciam das epidemias que devastavam a capital.

[2] *Privilegios*, etc. L.º 2.º, fl. 29.

Em uma noticia de 1842 encontramos descripta a fórma pela qual, nas execuções como a do Mattos Lobo, se organizava o prestito. Era a seguinte: abria a marcha a campainha da Misericordia, e as alcofas pedindo esmolas; após vinha a Confraria da Misericordia, com o seu painel arvorado; vae o crucifixo, em grande altura, e voltado para traz, como que olhando e chamando a si o arrependido, que sempre na mesma immobilidade e ligado á sua cadeira vem conduzido por dois pares de *forçados*, que rojam tristemente os seus grilhões; seguem-se os *algôzes* de calças e sobrecasacas pretas, collarinhos derrubados, cabeças descobertas, e nas mãos as suas gorras pretas, agaloadas de amarello; segue a justiça, e por fim a infantaria e cavallaria fecham a procissão. Durante o trajecto os irmãos da Misericordia limpam a bocca ao padecente, sustentam-lhe e amparam-lhe a cabeça, e assim vão até á forca, no Caes do Tojo. O corpo do justiçado era depois conduzido na tumba pelos serventes da Misericordia, acompanhado pelo seu padre e por 20 soldados de cavallaria, para o cemiterio dos Prazeres.[1]

O Mattos Lobo não foi enforcado no local onde então se faziam as execuções, que era no Caes do Tojo, onde actualmente se ergue o edificio da estação dos Caminhos de Ferro do Caes dos Soldados. Alli estava armada a forca por detraz de um grande muro, onde vinham bater as aguas do rio. Como, porém, o dia marcado para a execução do Mattos Lobo fosse dia santificado na freguezia de S. Thiago, dentro de cuja area ficava o Caes do Tojo, deliberou-se fazer a execução no outro Caes do Tojo, ao Conde Barão.

Do papel exercido pelas Confrarias da Misericordia n'estes funebres espectaculos, felizmente riscados dos costumes portuguezes, encontramos circumstanciada noticia no artigo *Victoria*, do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal. Refere-se a execuções na cidade do Porto em 1757 e 1838. Não podemos furtar-nos á transcripção, que vem de molde a completar as informações historicas que estamos colligindo ácerca d'este tradicional costume, tão intimamente ligado ás funcções sociaes das Misericordias portuguezas.

Descrevendo as execuções do dia 14 de outubro de 1757 no Porto, em que pereceram varios indigitados auctores dos motins contra a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, diz:

«Desde a meia noite até o romper d'alva, differentes bandos de serventuarios da Misericordia tinham percorrido, segundo a praxe, as ruas, pedindo orações pelas almas dos condemnados. De quando em quando, á esquina ou no meio das ruas, soava o tinido funerario de uma campainha e uma voz bradava em tom lamentoso:

---

[1] *Revista Universal de Lisboa*, 1842, p. 350.

«*Resae um padre nosso e uma ave maria pela alma dos nossos irmãos que hão de padecer amanhã.*

«Mal raiou o sol, grande numero de irmãos da Santa Casa se espalharam por toda a cidade, pedindo esmola para suffragios pelas almas dos padecentes.

«Os sinos da Misericordia começaram então a dobrar a finados, e minutos depois todos os sinos de todos os campanarios do Porto dobravam a finados tambem. Ao mesmo tempo, uma grande multidão de aldeãos e de gente da ralé caminhava appressada para o *Campo da Cordoaria,* onde iam fazer-se as execuções e já se achavam erguidas as forcas, a vêr quem primeiro se apossava dos logares d'onde melhor se podia presencear a carnificina.

«Jamais condemnado algum havia sahido para o logar do supplicio antes das 11 horas da manhã; mas desta vez o grande numero d'elles e o extenso giro que a ferocidade de José de Mascarenhas tinha ordenado que dessem pelas ruas do Porto, em conformidade com a sentença que elle proprio lavrara, obrigou a antecipar a sahida da funebre procissão... Rompia a marcha um forte pelotão de trezentas praças do regimento commandado por Vicente da Silva, e o resto do corpo caminhava em alas aos lados, até o couce da procissão, que era fechada pelo regimento de dragões da Beira. Seguia-se a bandeira da Misericordia, precedida por um servente, que nas paragens tocava uma campainha.[1] Depois a irmandade formando alas e no centro d'ellas os condemnados. O primeiro era o juiz do povo, conduzido ás costas dos gallegos, sem accordo e já meio cadaver.

«Seguiam-se as mulheres: primeiro Paschoa e depois as outras tres, mais mortas que vivas. Após ellas iam os homens, sendo o primeiro Manuel da Costa; depois todos os outros condemnados á forca, acompanhados por frades franciscanos e doutras ordens; depois os condemnados a açoites e a presencear as execuções. Atraz delles os carrascos, vestidos de vermelho e com gorros da mesma côr na cabeça. Seguia-se o escrivão da alçada, acompanhando-o grande numero de officiaes de justiça, o ultimo dos quaes era o *meirinho das cabeças,* com uma vara na mão, rodeado por um bando de serventes da cadeia com baldes pendentes de paus, que dois a dois sustentavam pelas extremidades. Iam em seguida os salafrarios da Misericordia em fileira, conduzindo as tumbas, e por ultimo o regimento de dragões com as espadas desembainhadas.

«Marchavam vagarosamente pelo meio das ruas inteiramente desertas, ao som dos brados ferverosos dos padres e ao tirlintar das cadeias sobre o lagedo.

«Era horroroso o espectaculo que offerecia aquella longa fileira de pade-

---

[1] Em Lisboa iam dois irmãos com a campainha e dois com as alcofas para esmolas.

centes, vestidos de alvas, cingidos de esparto, de corda e gargalheiras ao pescoço, macilentos como cadaveres e com os olhos fixos nas imagens do Redemptor que levavam entre as mãos algemadas, seguidos pelos tres homens vestidos de vermelho, com as barbas e os cabellos compridos, os tres carrascos que lhes haviam de separar as cabeças d'ahi pouco, e pelas 17 tumbas em fileira.

«Vagarosa e pausadamente caminhava o prestito, parando não poucas vezes, ou para revesar aquelles sobre que iam encostados os padecentes desfallecidos, ou quando algum delles desmaiava, ou quando o pregoeiro lia o *Portanto* da sentença que devia trespassar o coração d'aquelles infelizes... O prestito chegou emfim á Cordoaria.

«Os regimentos que haviam occupado militarmente o Porto formavam em quadrado no dito campo, deixando no centro vasta clareira. Pelo lado de fóra desta muralha humana tumultuava a multidão do povo.

«O prestito entrou no campo, a meio do qual estavam erguidas seis forcas e ao lado quatro. A pequena distancia das forcas havia um pequeno taboleiro formado de taboas de pinho, tendo no meio um grande cepo, a que estavam encostados tres manchis.

«Para o lado do sul, a dez passos da frente da tropa, estavam bancos para os condemnados se sentarem, em quanto os carrascos lhes davam tempo para isso.

«Leu-se primeiro o *Portanto* e em seguida os algozes dependuraram das forcas lateraes as oito figuras de palha, vestidas de alvas e cobertas de capuz, representando os condemnados ausentes, que ficaram baloiçando ao grado do vento. Era a comedia a par da tragedia, o buslesco a par do horrivel.

«Depois começou a carnificina, acompanhada pelas exhortações dos sacerdotes, pelos gritos e choros do povo e pelas bofetadas que os paes batiam com toda a força nas faces dos filhos, para lhes avivar a memoria e faze-los ter horror ao crime.»[1]

Era uso fornecer a Misericordia a corda para os enforcamentos, e correu sempre, como tradição piedosa, não confirmada por lei ou provisão alguma, que rebentando o baraço, e cahindo o padecente inda com vida, abatia sobre elle a bandeira da Misericordia, e ficava a coberto da perseguição da justiça o condemnado. Dizia-se até que muitas vezes a Irmandade, com o fim humanitario de intervir, por este modo, no salvamento dos seus protegidos, fornecia cordas passadas por agua forte. Conta Pinho Leal um caso d'estes:

---

[1] Pinho Leal, tomo x, p. 601 a 604.

«Segundo a praxe e costume antigo, assistiu á execução a irmandade da Misericordia, e, acto continuo, tomou na sua tumba o cadaver e o conduziu á sepultura, d'antemão aberta na cerca do Hospital de Santo Antonio;[1]... quando, porém, lançavam na sepultura o cadaver d'aquelle infeliz, notou-se que *elle se movêra, abrira os olhos e dava outros signaes de vida!*

«Immensa multidão de povo acompanhava o funebre cortejo e todos se acercavam da tumba para se certificarem de tão extranho facto, sendo geral e profunda a commoção...»[2]

O réo foi recolhido ao hospital da Misericordia, onde, porém, apesar de todos os soccorros medicos que se lhe ministraram, o infeliz falleceu ás tres horas da tarde do mesmo dia.

No Rio de Janeiro usou-se tambem este privilegio de protecção que a bandeira da Misericordia exercia, abatendo sobre os condemnados, em casos como o que atraz descrevemos, salvando a vida ao padecente.

No anno de 1835, porém, quando em uma execução a Confraria poz em pratica este direito consagrado pelo costume e pelas tradições, originou-se violento conflicto com o juiz, que ordenou a intervenção da força armada.

Travou-se lucta; a sacrosanta bandeira da Misericordia Fluminense ficou traspassada de bayonetadas e o padecente foi executado. A Mesa da Confraria da Misericordia, indignada contra tal violencia, resolveu nunca mais acompanhar os padecentes ao patibulo.[3]

*
* *

Concluindo a breve resenha dos encargos que o Compromisso impunha á Santa Casa, diremos ainda que n'ella havia como que um juizo de paz ou tribunal de arbitros, pois que ao Provedor da Mesa da Misericordia tambem incumbia conciliar discordias e inimizades por meios suasorios, promovendo as reconciliações, *fazendo as amizades,* como na linguagem da epocha se expressa o Compromisso (cap. XXXVIII).

---

[1] Tambem no Porto, como em Lisboa, a Misericordia possuia o seu cemiterio privativo, onde enterrava os padecentes. Este cemiterio era o chamado *Adro dos Enforcados,* no chão do Campo das Malvas, proximo da antiga porta do Olival, onde depois se edificou a Torre dos Clerigos. Este Adro foi em 1836 transferido para a cerca do Hospital, e alli só se abriu cova para este justiçado em 23 de julho de 1838. (Vide Pinho Leal. *Portugal antigo e moderno,* tomo V, p. 314.)

[2] Pinho Leal, tomo X, p. 605.

[3] Felix Ferreira. *A Misericordia Fluminense,* p. 341.

Uma outra curiosa attribuição da Misericordia era a que vem mencionada na Carta regia de 30 de março de 1546, conforme lêmos na seguinte interessante noticia:

«Os sitios da Ribeira foram sempre infestados pelos vadios, e já em 1536 D. João III determinou, por Alvará de 6 de maio, que «os moços vadios de Lisboa, que andam na Ribeira a furtar bolsas e a fazer outros delictos, sejam desterrados para o Brazil.»

Dez annos depois, por Carta regia datada de 30 de março e escripta em Almeirim, determinava o mesmo monarcha:

«Vereador, procurador e procuradores, dos mesteres da minha cidade de Lisboa, Eu El-Rei vos envio muito saudar. Eu sou informado que muitos moços se veem da Beira e Alemtejo a essa cidade sem quererem estar com amos, e se fazem ladrões e tafues, e outros maus custumes e não teem outras pousadas senão debaixo das tendas da Ribeira, onde se agasalham de noite, e d'ahi saem a fazer travessuras, e os alcaides os prenderem dizendo que os acham depois do sino, e a misericordia os mantem nas cadeias e fazem com elles gasto.

«Pelo que vos encommendo que vós ordeneis uma pessoa que tenha cuidado dos moços que á dita cidade vierem, que forem de 12 annos para cima, até serem emancipados, a qual lhe ordene que trabalhem, e castigue os mal acostumados, e por isto ser cousa de tanto serviço de Nosso Senhor, e, por se não perderem, eu receberei n'isto muito prazer, e a misericordia ha de ter cuidado dos moços que fazem até aos 12 annos. Gaspar Pimentel a fez em Almeirim aos 30 de março de 1546. Bastião da Costa a fez escrever.—Rei.»[1]

«A camara de Lisboa cumpriu a regia indicação, e assalariou um homem cuja missão era procurar a rapaziada pobre e desencaminhada e agenciar-lhe modo de vida, dando-lhe amo.

«A esse homem chamavam *O pae dos velhacos,* e com essa denominação apparece citado no livro *Grandezas de Lisboa.*»[2]

Os Provedores, eleitos pela fórma que já se relatou, viviam no edificio do Hospital de Todos os Santos. Assim o determina o mesmo Compromisso no seu capitulo XL:

---

[1] Livro 3.º de João III, fl. 30.—*Archivo Municipal,* 1862, p. 903.
[2] *Diario de Noticias* de 9 de dezembro de 1899.

«*Da ordem que haverá na vivenda dos Provedores nas casas do Hospital de Todos os Santos.*

«§ 1.º A Administração e governo do Hospital de todos os Santos que a Misericordia tem a seu cargo he uma tão pia e tão grandiosa obra que entre as cousas grandes que El rei D. Henrique, sendo governador destes reinos, allegou por escripto a El-rey D. Sebastião, seu sobrinho, que fizera por serviço de Deos e seu, foi dizer que tinha entregue ao Provedor e Irmãos da Misericordia a administração do Hospital de Todos os Santos, em que tanta parte de toda a Irmandade está occupada sempre.

«§ 2.º E porque se encontra muitas vezes o serviço d'aquella Casa com o da Misericordia e o Provedor não pode acudir a ambos em hu mesmo tempo, como convem, se pratica ha muitos dias, se he mais conveniente haver sempre um Enfermeiro-mór, eleito pela Mesa cada anno, que viva nas casas do Hospital, se vê que não convem que haja Enfermeiro-mór, senão quando o Provedor tiver tão forçosas, precisas e justas causas para não residir nas casas do Hospital.» [1]

E conclue o Compromisso com o capitulo XLI, o qual se intitula:

«*Porque se ordena que só este compromisso se cumpra.*

«§ 1.º E porque até agora se regeo e governou esta Casa e Irmandade por outros Compromissos, os quaes todos por este ficão derogados e se derogão e se não usará d'elles d'aqui em diante em cousa alguma por nenhuma via; e só este se cumprirá e guardará; e da mesma maneira se não guardarão os Accordãos, que em parte ou em todo encontrarem o que por elle se determina, que estiverem feitos antes da confirmação e publicação d'elle, ou se fizerem depois contra as cousas que n'este Compromisso se ordenão que sejam indispensaveis.»

*
* *

Junto ao exemplar do Compromisso de 1618, existente na Santa Casa da Misericordia de Lisboa, acha-se a seguir ao frontispicio, em uma folha impressa em grossos caracteres, o texto ou formula dos juramentos dos Mesarios, que é do teor seguinte:

---

[1] O Alvará de 1564, que entregou a administração do Hospital de Todos os Santos á Misericordia, determina que o Provedor se não excusasse «da vivenda das casas do hospital sem causas mui justificadas e mui justas».

«Por estes Sanctos Evangelhos, em que ponho as mãos, juro servir n'esta Mesa, conforme o Compromisso d'ella, e de votar em Deos em minha consciencia em tudo que for proposto, e convier ao serviço de Deos, e a bem d'esta Irmandade; debaixo do mesmo juramento prometto guardar o segredo em todas as cousas, que diante de mim se tractarem.»

E no fim, depois da taboa dos capitulos, ha tambem appensos dois formularios de juramentos, feitos á penna, do teor seguinte:

«Juramento dos Irmãos novos.

«Por estes Sanctos Evangelhos, em que ponho as mãos, juro de servir a esta Irmandade, conforme ao Compromisso d'ella, e em particular de acudir a esta Casa da Misericordia todas as vezes que ouvir a campainha com a Insignia da Irmandade, ou fôr chamado da parte do Senhor Provedor e Mesa, para servir a Deos, e a N. Senhora, e cumprir as obras de Misericordia, na fórma em que por elles me fôr ordenado, não tendo legitima causa que, segundo Deos, e minha consciencia, me escuse.»

«Para dia de Sam Lourenço.

«O Provedor e Irmãos da Mesa no dia de Sam Lourenço mandarã correr as Insignias, para se juntar a Irmandade de tarde na Igreja d'esta Santa Casa e postos em acto de votar elegerãm Vinte Definidores, dês nobres, e dês officiaes, para com elles se resolverem os casos particulares, que a Meza sem definiçam nam pode determinar.»

---

# CAPITULO V

## 1637-1834

**Relações entre a Misericordia e a Camara de Lisboa.—A creação dos expostos.—O terremoto, a nova Casa de S. Roque e as grandes reformas Pombalinas.—Protecção dada por D. Maria I.—Decadencia da instituição até 1834.**

Não foi, ao que parece, muito prospera a vida economica da Santa Instituição, no periodo que vae desde o tempo do seu irmão protector D. Filippe I até a sua reorganisação geral Pombalina. Escasseiam documentos e noticias a seu respeito. O lamentavel incendio, que succedeu ao formidavel terremoto de 1755, subvertendo e devorando os preciosos archivos da Santa Casa, bem como o magnifico edificio em que a havia sumptuosamente alojado o rei D. Manuel e seus successores, destruiu todos os elementos para a reconstituição da sua historia.

Apesar dos numerosos testadores e doadores que a tutelavam e proviam com valiosas quantias, parece que a situação financeira da Misericordia chegou a ser pouco satisfactoria, ou porque fossem avultadissimos os seus encargos e beneficios, ou por má administração dos seus bens.

Encontrou sempre a Misericordia de Lisboa protecção decidida, não só nos soberanos, como tambem no Municipio da capital, que repetidas vezes lhe acudiu nos seus apuros, concedendo-lhe quantiosas esmolas.

Assim, e só a titulo de exemplo, apontaremos as seguintes deliberações da Camara:—pela primeira, datada de 26 de outubro de 1610, concedia as despesas a fazer com as obras do Recolhimento das orphãs, na importancia de 311$169 réis e mais 200$000 réis de rendimento do real de agua, attendendo á exposição que a Misericordia fizera, lamentando as acanhadas dimensões do

edificio e o estado de ruina dos aposentos;—pela segunda, em 1 de setembro de 1611, assentou enviar-lhe 200 cruzados de esmola—«pelas grandes necessidades em que a Mesa da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade de Lisboa estava, por cuja causa deixava de se acudir cõ as obrigações d'ella»;—pela terceira, em 15 de maio de 1618, mandava dar á Misericordia uma esmola de 50$000 réis.[1]

N'este seculo XVII, porém, levantou-se controversia entre as duas corporações, ácerca da sustentação e creação dos expostos da cidade.

Allegava a Mesa da Santa Casa, em varias representações dirigidas a Sua Majestade, por intermedio da Regente do reino, duqueza de Mantua, que o Hospital de Todos os Santos não podia, pelas suas precarias circumstancias, acudir á creação e sustento dos engeitados, como até então fazia.

Estes pedidos da Mesa da Santa Confraria foram enviados á Camara, com decreto de 13 de setembro de 1634, a fim d'esta informar o que de sua justiça entendesse ácerca do assumpto. Assim o fez a Camara de Lisboa, combatendo com energia tal pedido, lembrando que as Ordenações do Reino dispunham que a creação dos engeitados seria feita á custa dos hospitaes ou albergarias que na cidade houvesse, com bens destinados a tal fim, e allegando por ultimo que as suas pesadas despesas e cerceadas receitas lhe não permittiam tomar a si um novo encargo de tamanha monta, que se computava em 2:500 cruzados.

Não attendeu a duqueza Regente estas allegações, porquanto em Alvará de 28 de março de 1635 ordena energicamente á Camara Municipal que, ou tome a seu cargo a creação dos expostos, ou, não o querendo fazer, como era uso e pratica nas demais cidades e villas do reino, desse ao hospital, ou á Santa Casa sua administradora, o equivalente da somma em que a dita Confraria avaliava as despesas de tal creação, que era a de 689$360 réis annuaes.

Não o cumpriu ainda assim a Camara, voltando com allegações e petições, em que pretendia affirmar que tal encargo, de direito e de facto, era da competencia do Hospital Real, que sempre a havia tomado a si. O assumpto chegou, porém, a convenio, estipulando-se, por escriptura lavrada em 23 de junho de 1637, o contracto definitivo, nas condições preceituadas no dito Alvará da Regente, o qual só veiu a ser alterado em 1775 pela Carta Regia de 31 de janeiro, que elevou a prestação da Camara a 2:000$000 réis annuaes.[2]

---

[1] *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* tom. II, p. 257, 272 e 413.

[2] Para o capitulo primeiro da parte III d'este livro, destinado ao estudo dos beneficios que a Santa Casa actualmente presta com relação á creação dos expostos, reservamos os pormenores historicos d'esta controvertida questão entre a Camara e Misericordia. N'esse capitulo nos referiremos mais largamente a estes documentos e diplomas, que, por agora, apenas deixamos indicados.

Creou-se por esse tempo a Mesa dos Engeitados, tambem dita dos Santos Innocentes, sita no Hospital Real de Todos os Santos (estava alli em 1668, reinado de D. Pedro II). Aboliu-a o decreto de 4 de janeiro de 1768, passando a sua administração para a Mesa da Misericordia.

*
* *

A grande catastrophe que arrasou Lisboa, destruindo em 1755 a majestosa egreja da Misericordia, deixou apenas de pé o soberbo portal que ainda hoje se admira, servindo de porta principal da Conceição Velha, e a capella de D. Simôa, da invocação do Espirito Santo, que hoje serve de capella-mór da referida egreja.

Ao que succedeu a estes restos do sumptuoso edificio manuelino já em paginas anteriores d'este livro nos referimos. Sigamos agora a Confraria com seus piedosos institutos e vejamos que vigoroso impulso recebeu do generoso e intelligente estadista, que não só lhe proporcionou um edificio condigno, como lhe regularizou e augmentou as receitas e rendimentos.

Arruinada pelo terremoto e totalmente reduzida a cinzas a Casa da Misericordia, com tudo o que n'ella havia, viu a Mesa:

«Necessidade de mandar fazer um abarracamento, onde se juntasse para as disposições do governo economico da casa, com ermida onde os Padres satisfizessem as obrigações de suas capellas e celebrassem os officios divinos, em logar onde juntamente se refugiassem as orphãs do Recolhimento, que andavam dispersas, por ser este o principal instituto de Manuel Rodrigues da Costa, e achando-se impedida para a construcção d'esta obra, por falta de materiaes e madeiras que se não podiam alcançar, nem ainda á custa da maior diligencia, resolveu-se a alugar as casas para o Recolhimento interino das orphãs *(casas que foram diversas)*, pedir de emprestimo uma ermida para os capellães darem cumprimento ás obrigações de suas capellas (que foi a ermida de S. Vicente Ferrer, ás Olarias) e recorrer a nosso irmão Antonio Rodrigues Gil, mestre carpinteiro da casa, para lhe dar um commodo na sua barraca (de panno e taboas velhas, segundo diz João Baptista de Castro), que era na rua de S. Bento, em que podessem continuar os actos da Santa Casa, onde até ao presente se tem continuado, com grande *descommodo*, por não ter capacidade para se convocarem as Juntas que eram precisas no tempo presente para a determinação das cousas da casa.»[1]

---

[1] Livro das *Juntas grandes*, 1756. N'essa barraca estiveram até ao S. João de 1756.

Desejava a Mesa levar a effeito a edificação de uma casa apropriada, para o que chegou a arrendar aos Padres da Companhia uma terra que estes haviam comprado ao Irmão Marquez de Penalva, sita á Cotovia, e a adquirir madeiras e outros materiaes necessarios, sem que comtudo perdessem o desejo de conseguir reedificar por completa a sua egreja e casa.[1] Não foi a effeito esta construcção na Cotovia, pelo que a Mesa passou a funccionar nas casas de Diogo Liberato, na rua dos Anjos, defronte da travessa do Desterro, quando de lá sahiram as orphãs, e por fim nas casas junto á ermida de S. Vicente Ferrer.

A Capella do Espirito Santo ou do Sacramento havia ficado de pé, como se disse, e n'ella por algum tempo officiaram os capellães, até que, em dia de S. Thomé (21 de dezembro), houve novo tremor de terra, e então receosos passaram para uma barraca, na freguezia de S. José, onde só estiveram um dia, por ter de ir para alli a Communidade da Sé. Passaram em seguida para a ermida do Bom Successo, na Calçada do Lavra, onde rezaram até setembro de 1756.[2]

Tambem estiveram os capellães em uma ermida denominada de S. Pedro, a Valle de Pereiro, e depois na ermida de S. Vicente Ferrer, ás Olarias, d'onde ainda passaram para a de Nossa Senhora da Oliveira, dos Confeiteiros, junto á rua Augusta.[3] A secretaria e os padres do côro occupavam as casas da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, em 1768, das quaes pagavam de renda 182$000 réis.[4]

Andou portanto a Confraria, com os seus diversos estabelecimentos, por differentes casas e edificios, alugados ou concedidos, em varios pontos da cidade, até que a Carta Regia de 6 de fevereiro de 1768 fez doação completa, á Irmandade da Misericordia, do vasto edificio onde estivera durante largos annos estabelecida a Casa Professa de S. Roque, que pertencera á Companhia de Jesus, expulsa do reino, pela ordem do grande estadista de 28 de agosto de 1767.

---

[1] Livro *das Juntas grandes*, 1756.

[2] *Mappa de Portugal*, João Baptista de Castro.

[3] *Chronica da SS. Trindade* e *Mappa de Portugal*, vol. v, p. 500.

[4] *Relação dos gastos da Misericordia*, em 1768.—No sitio onde está a ermida de Nossa Senhora da Oliveira, segundo consta de um documento antigo citado por fr. Agostinho de Santa Maria *(Sanctuario Marianno)*, já em 1299 existia o Hospital de Santa Maria de Roca Amador. Este hospital era de uns religiosos que se introduziram em Portugal pelos annos de 1190, vindos n'uma armada ingleza, reinando D. Sancho I. (Ribeiro Guimarães, *Summario*, vol. IV, p. 148.) Veja-se tambem o que, a respeito d'estes hospitaes de Roca Amador, dizemos no nosso estudo historico já citado—*A Beneficencia publica em Portugal*—em via de publicação no INSTITUTO de Coimbra.

A doação é feita, n'este notavel documento, nos termos seguintes:

«Dom Joseph por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem Mar; Em Africa Senhor da Guiné e da Conquista e Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India &: Faço saber aos que esta minha Carta de Doação e Perpetua Firmidão virem: que entre os bens que pela desnaturalisação e perpetua proscripção dos Regulares da Companhia denominada de Jesus ficaram vagos n'estes Reinos para Eu os applicar como taes a causas pias, se comprehende bem assim a Igreja e Casa de S. Roque, que foi dos mesmos Regulares expulsos e proscriptos; E considerando que não podia dar applicação mais pia á mesma Igreja e Casa do que fazer d'ella doação á Irmandade da Santa Casa da Misericordia da Cidade de Lisboa; visto como pelo estrago do terremoto do anno de 1755 se incendiou e reduzio a cinzas a sua Igreja e se acha na maior urgencia de ter Casa propria com a Largueza e commodidade que he precisa; E Attendendo a que a dita Irmandade, depois que a fundou a serenissima Senhora Rainha D. Leonor que está em Gloria, se tem feito sempre benemerita da protecção dos senhores Reys d'estes Reinos e da minha Real Piedade, pelo zelo e satisfação com que exercitão as obrigações de seu piissimo Instituto; Hey por bem e me praz por hum effeito de minha Real clemencia, fazer pura, perpetua e irrevogavel Doação da dita Igreja e Casa de S. Roque, com todos os seus edificios interiores, officinas e cerca e tudo mais que se acha dos muros da dita Casa para dentro, sem limitação algũa, á mesma Santa Casa da Misericordia para alli fundar a sua habitação e morada e se estabelecer a Creação dos Meninos Expostos e o Recolhimento das Orfãs; ficando o edificio que antes foi Recolhimento das ditas Orfãs reduzido a casas de aluguel, lojas e armazens e os rendimentos applicados a beneficio das causas pias que a Meza julgar mais urgentes e dignas de attenção; tudo na conformidade da Planta que baixa assignada pelo Conde de Oeiras, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino. E só Reservo ao meu real Arbitrio o sitio da Igreja arruinada da antiga Misericordia e o que d'ella jaz para Occidente e Praça do Commercio; E por quanto a minha Real e plena deliberação he, que esta Carta de Doação e perpetua Firmidão, Seja estavel para sempre, e como tal observada, guardada e executada em serviço de Deos Nosso Senhor e da gloriosa Virgem Maria, Sua Santissima May, Protectora da mesma Irmandade e Casa, e Bem espiritual e temporal dos meus Vassalos, sem alteração, mudança, quebra, ou mingoamento algum; Mando que em nenhum tempo, ou caso cogitado, ou não cogitado, fortuito e ainda insolito, possa ser mudada, diminuida ou mingoada, em todo ou em parte esta Doação, porque he minha Real Vontade que seja sempre observada em todos os tempos e em todos os casos, assim e da mesma sorte que nella se

contém. O que tudo Quero que se observe e se execute tão inteiramente como dito he, sem embargo de quaesquer ordenaçoens, Leys Patrias ou de Direito Civil, Constituiçoens, Decretos, Glosas, Opinioens de Doutores, ou Ordens em contrario, que Hey por bem derogar de meu Motu Proprio, Certa Sciencia e Poder Real Pleno e Supremo, para este effeito somente, emquanto sejão, ou se possão entender oppostas a esta minha Doação em tudo, ou em parte; como se de tudo fizesse especial e expressa menção e fosse aqui inserto e declarado. E para testimunho e firmeza do referido Mandei passar esta Carta de pura, perpetua e irrevogavel Doação: E Ordeno ao Doutor Pedro Gonçalvez Cordeiro Pereira, do meu Conselho, Desembargador do Paço e Chanceller-Mor destes Reinos, que a faça publicar e passar pela Chancelaria e sellar com o sello pendente das minhas Armas: Entregando-se o Original ao Arcebispo Regedor, actual Provedor da dita Irmandade da Misericordia, para seu titulo e para ficar sempre viva e existente no Cartorio da sobredita Santa Casa: E a copia authentica della se mandará para o meu Real Archivo da Torre do Tombo, Dada em Salvaterra de Magos, aos oito dias do mez de Fevereiro Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e sessenta e oito. El-Rey · ⁝ · Conde de Oeyras.

«Carta porque V. Magestade he servido fazer pura, perpetua e irrevogavel Doação da Igreja e Casa de São Roque dos Regulares expulsos e proscriptos da Companhia, denominada de Jesus, á Irmandade da Santa Casa da Misericordia da Cidade de Lisboa, para nella se estabelecer a dita Casa e a da Creação dos Meninos Expostos e o Recolhimento das Orfãs e que passe pela Chancelaria na forma acima declarada.

«P.ª V. Magestade ver.

«Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira.

«Filippe Joseph da Gama a fez.»[1]

É pois n'este edificio vastissimo e no templo sumptuoso e rico de S. Roque que ainda hoje se acha alojada a tão util quanto importantissima e secular instituição.

Fez-se a mudança da Misericordia para o novo edificio no dia primeiro de julho de 1768, com grande solemnidade, de que encontramos interessante noticia nos livros manuscriptos pertencentes ao archivo do estabelecimento. Dizem elles:

---

[1] Archivo da Misericordia. Livro 4.º de *Decretos, Avisos e Ordens*, fl. 65 a 71.—É uma bella carta em pergaminho, com os autographos de El-rei, do conde de Oeiras e as demais assignaturas.

«E consultando-se a este fim os Mestres de Cerimonia da Patriarchal, disposeram a procissão com a formalidade seguinte:

«Principiará a caminhar a procissão da maneira seguinte: Em primeiro logar a Cruz ou a Bandeira da Irmandade da Misericordia (segundo o seu costume) á qual seguirá o corpo da Irmandade, com cera branca, indo no meio d'ella, em distancia proporcionada, primeiro o braço de Santa Anna, no seu andor, conduzido pelos irmãos que a Mesa convidar para esse fim, e em segundo logar outro andor com a imagem do Santo Christo, levado do mesmo modo, um e outro com suas lanternas em roda.

«Seguir-se-hão depois as communidades dos religiosos que forem convidados para esta funcção, pelas suas antiguidades, cantando de more.

«Em ultimo logar irá a Cruz do clero da mesma Irmandade, cantando de more os hymnos do Sacramento e mais os psalmos do costume, que principiarão e continuarão da maneira seguinte:

«Tanto que o celebrante incensar o SS. Sacramento, receberá o veu humeral e logo subindo o Diacono ao altar, receberá o Vaso das Sagradas fórmas e o entregará ao celebrante, o qual o recebe do mesmo modo que quando é levado o Viatico aos enfermos, e voltando-se para o povo para caminhar, principiarão os cantores e continuará a communidade o hymno — *Pange lingue,* etc., com os mais supra, indo o celebrante debaixo do pallio com o diacono, e sub-diacono, sustentando-lhe as fimbrias do pluvial por todo o caminho, e o pallio rodeado de lanternas e acompanhado de maior numero de tochas. Tanto que a procissão chegar á porta da Egreja de S. Roque principiará a communidade a principiar o hymno — *Te-Deum laudamus,* etc., que continuará por toda a egreja, finalisando-o com os versos e orações *pro gratias actione,* etc.» [1]

Segue enumerando o resto do cerimonial da festividade na egreja de S. Roque. Esta resolução foi tomada em sessão de *Junta grande* de 13 de junho de 1768.

«Esta trasladação, diz a *Chronica,* foi tão vistosa que se formou uma grandiosa procissão que acompanharam tres communidades, convidadas pela Mesa da mesma Irmandade, a saber, a Trinitaria, como mais interessada, a de S. Domingos e Carmo, cantando varios psalmos em doce canto e tão suave harmonia que a todo o povo edificaram com a sua grande devoção. As imagens se conduziram em andores ricamente ornados, etc.» [2]

---

[1] *Livro das Juntas Grandes.* Archivo da Misericordia.

[2] *Chronica da SS. Trindade.*

Não se limitou, porém, á doação do edificio a protecção do Marquez. Como em todos os assumptos da publica administração, o grande estadista quiz deixar marcado o sello indelevel da sua indomavel energia e da sua potente intellectualidade. Não se contentou de dotar a Santa Casa com tão vasto, rico e majestoso edificio, onde alojasse os seus engeitados, a sua roda, os seus recolhimentos, os entrevados e os incuraveis.

A situação economica e financeira da Irmandade não era prospera, pois que pelo terremoto se haviam perdido muitas das suas rendas, pela destruição dos diplomas e titulos de que derivava a obrigação d'ellas,[1] grande parte das quaes consistia na amortização de grandes dividas á Casa, motivadas por emprestimos a juros e alcances de Provedores e Mesarios. Já em 1757 o previdente Marquez determinara, em Alvará de 17 de janeiro, a fórma conveniente de se fazerem os emprestimos a juro, prohibindo formalmente que se desse dinheiro a juros para fóra do reino, ou mesmo dentro d'elle, a mais de 5 %, excepto o que fosse applicado ao commercio da India Oriental.[2]

Procurando reorganizar a administração financeira, creou o Marquez, por Aviso de 1 de agosto de 1766, uma repartição central de contabilidade do estabelecimento, denominada *Contadoria*, da mesma fórma que no anno seguinte de 1767 organizou a Contadoria do Hospital de S. José (Aviso de 29 de maio), devendo os empregados d'estas duas repartições ser providos pela Real Junta do Commercio (Aviso de 8 de outubro de 1766) e de entre individuos habilitados com exame geral da aula do Commercio (Aviso de 29 de maio de 1767).

Como medida egualmente benefica determinou o Decreto de 10 de outubro de 1769 que todos os Irmãos das Confrarias, que haviam sido extinctas pela lei de 28 de agosto de 1767, que eram as da Doutrina e Boa Morte, pudessem ser admittidos, sem mais formalidade, como Irmãos da Confraria da Misericordia, quando não o fossem já. Esta medida veiu alterar profundamente o capitulo primeiro do Compromisso, elevando o numero de Irmãos, que ficou excedendo muito o que alli se prescrevia, que era de 300 nobres, 300 officiaes e 20 lettrados.

---

[1] Já no anterior reinado, a Camara, o Hospital Real e a Misericordia haviam requerido a el-rei, pedindo providencias, pelo facto de que «por falta de insignias e reconhecimentos, se lhes perdiam muitos prazos e se faziam incobraveis e difficeis de os acharem os procuradores e sacadores.» Concedeu-lhes D. Pedro II resolução, pelo Alvará de 12 de novembro de 1718, em execução do qual pozeram aquellas corporações «seus tombos correntes, sem trabalho e lhes appareceram muitos dos que andavam já incobraveis, achando-se todas as propriedades com suas insignias nos mesmos padrões, para se não perderem os fóros.» (*Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, tom. XI, p. 252.) O Alvará citado vem a fl. 292 do mesmo tomo.

[2] Em 1759 propunha a Mesa, em reunião de Junta grande, reducção nas despesas da Casa, em consequencia da escassez de meios com que luctava.

Querendo providenciar, com a sua costumada energia, para o restabelecimento da utilissima Irmandade, o marquez de Pombal escolhera, logo depois do terremoto, por Decreto de 29 de junho de 1756, para Provedor da Confraria, o conde de Val de Reis, Lourenço Filippe de Mendonça e Moura, o qual serviu por muitos annos successivos até 1765.

Este Provedor deixou brilhantemente firmada a historia da sua gerencia pela iniciativa ousada da reorganização d'este pio estabelecimento, cujos rendimentos haviam em grande parte caducado por se terem perdido no incendio as escripturas de muitos emprestimos e dividas e outros titulos, e porque muitas propriedades da Casa ficaram arruinadas e demolidas.

O conde de Val de Reis poude reconstituir, por meio de varios papeis avulsos que conservava em seu poder, de um livro que escapou por estar em casa do secretario da Mesa e por varias minutas e lembranças, a memoria das rendas, testadores, applicações e encargos, e de tudo fez tres tomos, sob o titulo de—*Instrucção precisa para o Governo e Administração da Fazenda da Santa Casa da Misericordia de Lisboa,*—preciosos livros manuscriptos que ainda hoje se conservam no Archivo do estabelecimento, e cujo conteúdo é o seguinte: no primeiro tomo encontra-se uma relação dos doadores e testadores que contemplaram o piedoso instituto; no segundo a classificação dos rendimentos da Casa, e no terceiro a enumeração dos diversos legados que os testadores ordenaram.

Por estes livros se regulou a Santa Casa, e pretendeu d'elles produzir certidões em juizo, como prova de dividas activas, o que, porém, lhe não foi admittido pelos tribunaes, onde não as julgaram sufficientes.

O titulo de que a Mesa usava áquelle tempo e com que encimava todos os documentos por ella firmados era o de:—Provedor e mais Irmãos da Mesa da Santa Casa da Misericordia d'esta Côrte, Hospital Real de Todos os Santos e Real Casa dos Expostos.

Por Decreto de 4 de janeiro de 1768 se aboliu a Mesa dos Engeitados, —«ficando inseparavelmente unida á Mesa da Misericordia, para por ella ser administrada, governando-a a mesma Mesa, do mesmo modo que governa o Recolhimento das orfãs»,[1] pertencendo-lhe portanto todas as rendas e contas preteritas dos ditos engeitados.

A Mesa da Santa Casa, logo que tomou posse d'estes encargos, declarou ter diligenciado pôr em boa ordem a sua nova administração, e deu conta de existirem, áquelle tempo, na Casa da Roda, 38 amas encarregadas de 105 creanças, entre as quaes a mortalidade era enorme por falta de sufficiente alimentação, pelo que a Mesa deliberou chamar amas de fóra. Em 1763 falleceram 762

---

[1] Livro 4.º de *Decretos, Auisos e Ordens,* fl. 67. Archivo da Misericordia.

creanças; em 1764 falleceram 716; em 1765 a 1767 a mortalidade ascendeu a 1:745; e, desde 1768 e 1769, em que a Mesa começou a sua administração, falleceram apenas, respectivamente, 252 e 136 creanças. Ainda assim a Mesa allegou falta de recursos e pediu ao Governo as providencias necessarias para o cabal desempenho da sua missão, na creação e sustento dos innocentes (27 de abril de 1770).

Confirmando o anterior Alvará de 1757, a que nos referimos, o marquez de Pombal novamente prohibiu que a Santa Casa desse a juros os dinheiros das testamentarias e legados, ordenando previdente e sabiamente, no mesmo diploma, que esses capitaes fossem de preferencia applicados ao serviço militar em tempo de guerra, á reparação e reedificação das casas da cidade de Lisboa, arroteamento de terras incultas e paúes e outros fins de grande alcance para o enriquecimento da nação (Alvará de 22 de junho de 1768).

Reconhecendo, porém, a insufficiencia de meios com que luctavam as administrações da Confraria, o grande Marquez, para quem as difficuldades financeiras nunca existiram, contemplou a Santa Casa com um verdadeiro diluvio de doações principescas e medidas legislativas, que sahiram a lume no memoravel dia 31 de janeiro de 1775.

Em Carta Regia d'esta data,[1] dada em Salvaterra, fazia El-rei doação perpetua á Misericordia de todos os bens que haviam vagado pela extincção das Confrarias erectas na Casa Professa de S. Roque, que eram as de Nossa Senhora da Doutrina, de Nossa Senhora da Boamorte, de Nossa Senhora da Piedade, de Jesus Maria José, de Santa Quiteria, de Santa Rita e de S. Francisco Xavier.

Estas Confrarias eram todas as que n'aquella egreja existiam, excepto a do glorioso S. Roque, que por ser do orago da egreja, e por já alli existir quando os jesuitas tomaram posse da ermida, ficou subsistindo com especiaes regalias até ao presente.

Foi uma doação principesca, em tudo digna da grandeza de espirito do Ministro reformador e da Instituição contemplada. E para bem se poder comprehender a importancia d'ella vamos copiar aqui um resumo do inventario geral e avaliação que se fez dos alludidos bens.

Estes inventarios e avaliações, extensos e minuciosos, acham-se registados no já referido Livro 4.º de *Decretos*, de onde extractamos a seguinte curiosa nota:

---

[1] Bello pergaminho, com autographos, a fl. 290 a 294 do dito Livro 4.º de *Decretos, Auisos*, etc.

Bens e valores existentes
na Casa de S. Roque, pertencentes ás Confrarias extinctas

| | | |
|---|---|---|
| Propriedades de casas | | 74:360$993 |
| Fazendas | | 2:805$500 |
| Rendas (seu valor) | | 9:288$000 |
| Fóros (idem) | | 8:826$368 |
| Pensões (idem) | | 420$000 |
| Ordinarias | | 2:960$000 |
| Juros reaes | | 85:701$340 |
| Juros particulares | | 24:522$668 |
| | | 208:884$869 |
| *Bens sem rendimento*: | | |
| Dinheiro | 11:220$277 | |
| Peças de ouro e prata e pedras preciosas | 29:795$134 | |
| Alfaias, imagens, quadros e sanctuarios | 439$560 | |
| Paramentos de capellas | 3:607$060 | 45:062$031 |
| | | 253:946$900 |

O rendimento do primeiro grupo d'estes bens ascendia a 13:147$121 réis por anno. As peças de ouro e prata e pedras preciosas foram vendidas.[1] Além d'isto constam do inventario as dividas, que eram as seguintes:

| | |
|---|---|
| Dividas activas | 52:721$057 |
| Dividas passivas | 5:826$529 |

Esta era a formidavel somma de valores com que o dadivoso estadista enriqueceu a benemerita instituição da Misericordia.[2]

---

[1] Livro 4.º de *Decretos, Auisos*, etc., fl. 290 a 339.

[2] Os cofres dos orfãos que se achavam depositados na Casa Professa de S. Roque haviam sido cautelosamente removidos d'alli, á ordem do previdente Ministro, logo a 3 de novembro de 1755, segundo se vê do seguinte Aviso dirigido ao Marquez Estribeiro-mór: — «Sua M. he servido ordenar que V. E. mande pôr em arrecadação, com a mayor brevidade, os cofres dos orphãos, que se achão depositados na Casa Professa de S. Roque, arrombando-se as portas da Casa, onde estiverem, pelo evidente perigo a que estão já expostos, por causa do incendio. D.e G. a V. E. Paço de Belem, a 3 de novembro de 1755. Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.» — (P. 296 e 297 das *Memorias das principaes providencias que se deram no terremoto, que padeceo a côrte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas e offerecidas a Mag. Fidel. de El-rey D. Joseph I. N. S.* por Amador Patricio de Lisboa MDCCLVIII.)

O segundo diploma regio da mesma data legisla importantes medidas para a administração da Santa Casa e suas dependencias.

Ordenava: 1.º que se reduzissem a um acervo commum os bens e rendimentos dos tres estabelecimentos, que até então os possuiam separados e independentes, a saber—a Misericordia, o Hospital dos Expostos e o Hospital dos Enfermos. O total dos rendimentos dos tres institutos perfazia, n'esse anno de 1775, a somma de 93:320$416 réis, dividida pela seguinte fórma:

| | |
|---|---|
| Misericordia: Receita constituida por juros reaes, fóros, rendas e laudemios... | 48:034$624 |
| Hospital dos Expostos..... | 9:240$166 |
| Hospital de S. José..... | 18:112$559 |
| Outras receitas..... | 17:933$067 |
| | 93:320$416 |

Em 2.º logar mandava que d'este acervo se deduzissem annualmente 30:000$000 réis para os Expostos e 40:000$000 réis para o Hospital dos Enfermos, ao qual se pagaria em prestações mensaes, para o custeio de sua despesa. Determinava tambem que, conforme desde remotos tempos succedia, a administração do Hospital Real continuasse incorporada na da Santa Casa, sendo promiscuos todos os serviços de gerencia. E finalmente, n'este mesmo Alvará, se prescrevia a fórma de pagamento e recebimento de todas as dividas activas e passivas.

O terceiro diploma, uma Carta regia a que já nos referimos, coagia a Camara de Lisboa a elevar a ordinaria, com que por escriptura se obrigara a contribuir para o sustento dos expostos, á quantia de 2:000$000 réis, elevando portanto o rendimento dos estabelecimentos em 1:400$000 réis.

Ao mesmo tempo creava o reformador Ministro outras novas receitas, por outro Alvará da mesma data, estabelecendo diversos emolumentos na Casa da Supplicação com destino aos pios institutos, bem como, para o mesmo fim, o imposto de 10 réis sobre cada pessoa que nas freguezias da cidade recebesse os sacramentos e pagasse conhecença. Este imposto é hoje designado na tabella das receitas da Casa pelo nome de Subsidios nas parochias.[1]

Ainda na mesma data outro Alvará permittia que todos os testadores que não tivessem parentes, até 4.º grau, pudessem testar livremente em favor da Misericordia e dos Hospitaes, para as despesas da restauração e nova fundação d'elles, até metade dos seus bens.[2]

---

[1] Livro 4.º de *Decretos*, fl. 348-360.

[2] Idem, fl. 367.

Por outro lado, querendo regularizar os serviços e attenuar as despesas, tomou ainda, em diplomas especiaes, as seguintes medidas:

Regulamentou a creação dos expostos, ordenando a creação de leite até ao anno e meio e a sua educação e sustento, ou segunda creação, até aos 7 annos, determinando tambem que se organizasse o cadastro geral dos expostos, os quaes dos 7 annos em diante ficavam sob a jurisdicção do Juiz dos Orphãos. (31 de janeiro de 1775.)

Com respeito ao serviço religioso da Santa Casa, que attingia n'aquella epocha descommunal extensão,[1] resolveu o Marquez reformal-o e regulamental-o pelos seus Avisos de 16 de agosto e 17 de novembro de 1775.

Já por Decreto de 31 de janeiro de 1775 haviam ficado abolidas as duas procissões, que no alludido decreto se classificam rudemente de *dispendiosas e inuteis*, as quaes se realizavam no dia de Todos os Santos e em quinta feira de Endoenças, — «das quaes se não tirou nunca o proveito que fez o objecto d'ellas.»

No Aviso de 16 de agosto attende-se o pedido feito pela Mesa para lhe serem commutados os muitos encargos religiosos que successivas testamentarias lhe haviam imposto. Tinha a esse tempo a Santa Casa o encargo de 142 Capellas de missas e um côro com clerigos. Attendendo á grande diminuição de rendimentos soffrida pela Misericordia, o Papa Pio VI concedeu o Breve de commutação e remissão de varios legados, reduzindo as capellas ao numero de 20, com 20 clerigos, com obrigação de côro, missas e serviço de defunctos.

No Aviso de 17 de novembro se declara que, apesar da abolição das procissões, é da approvação de Sua Majestade o continuarem-se na egreja as festividades annuaes do Lausperenne, Natal, Cinza, Semana Santa, Paschoa e Visitação de Nossa Senhora, Orago da Casa, ficando supprimidas todas as mais festividades, como até mesmo as do Instituto da Misericordia, cujas rendas — explica a lettra do Aviso — devem ter a sua primeira applicação na cura dos doentes, creação dos expostos e outras pias applicações da obrigação da Misericordia.[2]

No mesmo anno de 1775, e mesma data de 17 de novembro, um novo Aviso, ponderando que o Compromisso pelo qual se governava a Santa Casa, confirmado pelo Alvará de 19 de maio de 1618 e reimpresso em 1745, com a

---

[1] Pela Relação dos Gastos do anno de 1719 a 1720 se vê que a Santa Casa mandou dizer, n'aquelle anno, 35:241 missas pelas obrigações das capellas que administrava, além de 25:380 por tenções particulares, e de 30:225 que se rezaram na ermida de Nossa Senhora do Amparo. (*Gazeta de Lisboa*, n.º 28, de 11 de julho de 1720.)

[2] Livro 4.º de *Decretos*, fl. 407.

declaração das alterações que tinham occorrido até aquella data, se havia tornado impraticavel, sendo até a sua lettra contraria a muitas disposições dos decretos que por aquelle tempo se promulgaram, declarava-o abolido, como insubsistente e antiguado e derogado por leis posteriores. Ordenava que a Irmandade elegesse uma commissão dos confrades que julgasse mais idoneos para se encarregarem de formular um novo Compromisso, em harmonia com as leis e praticas em vigor, e juntamente novos regulamentos organicos para os hospitaes de S. José, dos Expostos, dos Entrevados, Contadoria, Secretaria, Capellães, etc.[1]

A Mesa, em obediencia a este aviso, elegeu D. Miguel José de Noronha para com outros Irmãos já eleitos fazer o novo Compromisso, conforme as ordens régias, e estes eleitos, entre os quaes figurava o conde de Valladares, tomaram posse do antigo Compromisso e das copias das ordens régias e regimentos respeitantes aos referidos estabelecimentos, repartições e dependencias, a fim de os coordenar e reformar.

A morte do rei D. José, originando o exilio do grande estadista, sustou aquellas promettedoras reformas. Nunca se deu cumprimento ao Aviso de 17 de novembro de 1775, e por isso, em 1779, por Aviso de 18 de novembro, ordenava o ministro visconde de Villa Nova de Cerveira que, visto não haver outro Compromisso feito, se governasse de novo a Irmandade pelo antigo, em tudo quanto não se achasse derogado por leis, resoluções e avisos regios.[2]

Dos trabalhos da commissão eleita para a reforma, só resultou, ao que consta, a feitura de umas *Instrucções para o governo do Recolhimento da Santa Casa*, elaboradas e firmadas pelo conde de Valladares em 1789. Insistia comtudo o Aviso do visconde de Villa Nova de Cerveira em que, podendo haver no Compromisso de 1618 muitos artigos que necessitassem alteração, a Mesa deveria propôr as modificações que entendesse convenientes á approvação de Sua Majestade.

Nunca sortiu tambem effeito algum d'esta determinação.

Em seguida todas as medidas e providencias legislativas d'aquelle bonançoso periodo foram successivamente revogadas e postas de parte. Em 23 de junho de 1777 dispunha o novo governo de D. Maria I que no Hospital dos Expostos se recebessem todas as expostas que se achassem desaccommodadas ou que se soubesse estarem em casas suspeitas, fosse qual fosse a sua edade, sem embargo do que dispozera o Alvará de 31 de janeiro de 1775.

Por determinação régia de 2 de dezembro de 1777[3] se revogou o Alvará

---

[1] Livro 4.º de *Decretos*, fl. 402.

[2] Idem, p. 674.

[3] Ibidem, p. 488.

de 31 de janeiro de 1775, que regulamentava o serviço religioso da Casa, restabelecendo-se as festividades supprimidas.

Em 1781 fez-se nova reforma do quadro e ordenados da Contadoria, cuja despesa total ficou orçada em 287$000 réis, e por fim, em 1782, a Mesa da Santa Casa representou contra o pesado encargo que lhe impunha o Alvará de 31 de janeiro de 1775, pelo que dizia respeito á sustentação do Hospital de S. José:

«Expondo o invencivel embaraço em que se achavam de poder cumprir as pias obrigações que lhes impunha o seu Instituto, e as que lhes foram determinadas no citado Alvará de 1775; pois ainda que pelo mesmo Alvará se unissem á Mesa da Misericordia as dos Hospitaes dos enfermos e dos expostos, ampliadas com os rendimentos dos Bens que possuiam as Confrarias extinctas da Casa professa de S. Roque, etc... comtudo mostrou a experiencia não terem sido bastantes estas providencias, para que a Misericordia podesse acudir a todas as despesas de que estava encarregada; porque alem de exceder em muito a despesa á receita, tem entrado, e successivamente entra no Hospital dos enfermos, maior numero de doentes do que havia ao tempo em que se calcularam as sobreditas despesas, as quaes se augmentaram ainda nas obras de reedificação da grande casa que actualmente serve ao dito Hospital, e outras acommodações indispensaveis, etc.»

«E a Rainha, revogando aquelle Alvará de 1775, mandou:

«Que as rendas do Hospital dos enfermos, que se encorporaram nos rendimentos da Misericordia, se separassem d'elles, e se administrassem, assim como o dito Hospital, da mesma maneira que antes do referido Alvará, com tudo que pertencia á sua inspecção; e porque as ditas rendas eram muito inferiores ás avultadas despesas que o Hospital tem feito, e é obrigado a fazer, necessitam de algum augmento; Era Servida Ordenar: que os Bens das Confrarias extinctas da Igreja de S. Roque, com os seus rendimentos, ficassem pertencendo ao Hospital dos enfermos, para serem administrados da mesma fórma que fossem regidos os mais Bens que estivessem debaixo da sua direcção; com a condição porém de ficar obrigado á satisfação de todos os encargos que se achassem impostos nos ditos Bens.»

«E quanto á Misericordia:

«Constando-Me que quando a Misericordia administrava os seus Bens, antes da união da renda dos Hospitaes, e dos pagamentos de novos impostos, cum-

pria inteiramente todos os encargos a que estava sujeita: Ordeno que conservando a mesma Misericordia os Bens que possuia até ao dia da data do sobredito Alvará, e quaesquer outros que lhe viessem depois por legado, satisfaça na fórma do seu Compromisso, e disposições dos testadores, as obrigações que dever cumprir, da mesma fórma que fica indicado a respeito dos Bens do Hospital dos enfermos. As rendas do Hospital dos expostos se conservarão unidas ás da Misericordia, como presentemente estão, em quanto Eu não mandar o contrario.»

«Depois d'este preambulo estão as determinações seguintes:

«1.ª— Que as rendas do Hospital dos enfermos se separassem das da Misericordia, e se administrassem da mesma maneira que se fazia antes do referido Alvará de 1775.

«2.ª— Que não sendo sufficientes as rendas do Hospital dos enfermos, antes inferiores ás avultadas despesas d'elle, se lhe unissem as rendas das Confrarias extinctas da Egreja de S. Roque.

«3.ª— Que cumprindo a Misericordia seus encargos antes da união das rendas, ordenava que, conservando os Bens que possuia até á data do referido Alvará, e os de quaesquer outros Legados que depois lhe deixasse a piedade dos testadores, satisfizesse os encargos d'elles, e as demais obrigações, na fórma que acima ficava indicado a respeito dos Bens do Hospital dos enfermos.

«4.ª— Que as rendas do Hospital dos expostos se conservariam unidas á Misericordia.»[1]

Como em outro capitulo mencionaremos, deve-se ao reinado de D. Maria I uma das mais importantes fontes da receita da Santa Casa. Queremos referirnos aos lucros que ella aufere das loterias, creadas por Decreto de 18 de dezembro de 1783, diploma memoravel, a que nos dispensamos de fazer aqui mais especial referencia, porquanto na segunda parte d'este trabalho, historiando a receita proveniente das loterias, lhe dedicamos minuciosa menção.

Foi tambem por esta epocha que, tendo augmentado extraordinariamente o numero de infanticidios, o Intendente geral da policia, o celebre Pina Manique, com o intuito de evitar tão criminosos e repugnantes attentados, determinou que em muitas villas do reino se creassem rodas, que a toda a hora recebessem os engeitados, para os mandarem para as amas, correndo as despesas

---

[1] Transcripto da *Representação* dirigida ao Conselho Geral de Beneficencia ácerca de Legados pios, em 16 de janeiro de 1856, pela Administração do Hospital de S. José, presidida pelo enfermeiro-mór Sequeira Pinto.

por conta dos concelhos (ordem de 24 de maio de 1783). Estas providencias foram depois confirmadas por outro officio da Intendencia, de 5 de junho de 1800; e por fim o Alvará de 1806 organizou as rodas em todos os concelhos do reino. Apreciando e relatando estes factos, diz o sr. dr. Manuel Emygdio Garcia:

«De todas estas leis se conclue que as rodas não foram creadas pela lei, mas toleradas apenas. Eram facto consumado já em fins do seculo XVIII, depois legalizado, e que alfim os poderes publicos regulamentaram.»[1]

O viajante inglez James Cavanah Murphy, a quem Portugal tanto deve, e que visitou o nosso paiz nos annos de 1789 a 1790, descreve largamente a acção beneficente da Santa Casa da Misericordia, instituição á qual elle tece os maiores elogios, terminando a sua noticia pelas seguintes palavras:

«Seria em verdade impossivel relatar todas as acções beneficas da veneravel Irmandade da Misericordia, fundadas todas nos mais puros principios de humanidade e religião, sem a minima mostra de ostentação ou hypocrisia. Oh! misericordiosos amigos da especie humana, grande recompensa vos espera quando comparecerdes perante o tribunal divino. Não é Lisboa a unica cidade onde existe tão piedoso instituto; em todas as cidades e povoações do reino e dos territorios sujeitos á corôa de Portugal se encontram institutos semelhantes. Desejamos sinceramente que elles se divulguem por toda a parte e só encontrem limites nos confins do globo.»[2]

Apesar de tudo, porém, a Misericordia de Lisboa passava a esse tempo por um periodo de lamentavel decadencia.

Não só era precario o estado das finanças, como desleixada a administração e decahido o espirito caritativo da grande maioria dos confrades.

Em 1787 havia na Irmandade, em consequencia da admissão extraordinaria que se fizera dos irmãos das confrarias extinctas de S. Roque, o numero seguinte de irmãos: 262 de primeira classe, incluindo os lettrados e 1:400 de segunda. A Junta grande do dia 1 de abril de 1787 determinou que para obviar a este excesso de numero só se admittissem 56 irmãos nobres para completar o numero legal e 2 lettrados para se preencher o numero dos 20, e se suspendesse a acceitação dos officiaes até ficarem reduzidos ao numero que o Compromisso fixava.

---

[1] *A Roda dos Expostos.* Coimbra, 1871.

[2] Murphy—*Travels in Portugal.* 1795, London, p. 186.

Começou a observar-se esta resolução, mas em breve se reconheceu grande falta de irmãos no acompanhamento dos defunctos. A Junta de 13 de dezembro de 1790 resolveu que, por meio de cartas, se exhortassem os irmãos a cumprir com piedade aquella obrigação essencial da Misericordia. Nenhum effeito produziu a circular da Mesa, chegando a ser tão limitada a concorrencia dos irmãos aos actos funebres que nem chegavam para conduzir as insignias e a tumba. Viu-se portanto a Mesa obrigada a pedir ao governo dispensa do Compromisso para poder admittir mais irmãos. Assim o fez em 20 de março de 1794, obtendo deferimento esta alteração dos Estatutos, por Aviso de 31 de março de 1794, que manda se admittam em cada anno tantos irmãos quantos os que n'esse periodo tiverem fallecido.

O Alvará de 3 de julho de 1790 havia novamente incorporado em commum acervo, como no Alvará de 31 de janeiro de 1775 se estabelecera, os bens dos hospitaes de S. José e Expostos e os da Misericordia, sendo esta administradora e arrecadando-se toda a receita na Thesouraria d'este estabelecimento; e, para não distrahir o Provedor, a quem pela lettra do Compromisso competia o cargo de enfermeiro-mór, mais determinou que os visitadores da Visita de Nossa Senhora do Amparo se encarregassem de superintender na regencia e economia do hospital de S. José e no tratamento de seus enfermos, e os visitadores da Visita de Santa Cruz do governo e gerencia do hospital dos Expostos.

Não durou, porém, muito este restabelecimento da união dos pios institutos, porquanto o Decreto de 4 de fevereiro de 1801, assignado pelo Principe Regente, sem justificar as razões que a tal o impelliam, derogou o de 1790, separando novamente d'este acervo commum o Hospital Real de S. José, que collocou sob a administração independente do novo enfermeiro-mór D. Lourenço de Lancastre.

*
* *

Alvorecia o seculo XIX, que tão profundas transformações havia de trazer á santa e vetusta instituição manuelina.

Logo em 1800, pelo Decreto de 15 de março, e em 1806, pelo Alvará de 18 de outubro, se estabeleceram regras e preceitos de administração e fiscalização dos bens das Misericordias do reino, ordenando que todas ellas se regessem pelo Compromisso antigo (de 1618) da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, d'esta fórma reconhecido, por um diploma régio, como lei geral reguladora d'estes estabelecimentos de beneficencia.

Entretanto tinha augmentado de mais em mais a decadencia da Irman-

dade e o abandono em que ia deixando a obra pia o indifferentismo dos irmãos. Todos os estabelecimentos que a Santa Casa sustentava se resentiam d'este desleixo. Os expostos, cujo numero crescia sempre, eram victimas indefesas da desorganização em que vivia a Confraria.

O viajante Ch. V. de Hautefort, em 1814, declara ter ficado pessimamente impressionado com o que viu e com o que lhe contaram a tal respeito. Censura elle o processo, então seguido, de entregar os expostos ás recoveiras provincianas, que transportavam as creanças nos ceirões, recebendo a esportula de um *crusado novo*. Conta que, poucos annos antes da sua viagem, uma mulher de Coimbra, a quem o hospicio de Lisboa confiara alguns expostos para ella os entregar ás amas, fôra executada na capital pelo nefando crime de ter degolado umas poucas d'essas desgraçadas creanças, enterrando-as ás escondidas na sua propria casa, tendo por simples engodo guardar para si a miseravel quantia dos *crusados novos* que a Santa Casa lhe entregava por cada creança, e que era destinada á ama a quem ella devia entregar a triste victima que infamemente sacrificava a tão torpe como exigua paga.[1]

Tão pouco era o desvelo e protecção que n'aquelles tempos mereciam as creanças perante as leis civis, que o mesmo viajante Hautefort conta um facto deveras significativo. Diz elle que visitando a egreja de S. Bento alli viu, dentro de uma capella, o cadaver de uma creancinha, e que, perguntando qual o motivo por que alli estava exposto, lhe disseram ser uso dos habitantes de Lisboa deporem assim nas egrejas, sem mais declaração ou registo legal, os corpos das creanças fallecidas, aos quaes os sacristas depois davam sepultura, sem que as familias ou os interessados fossem coagidos á menor formalidade.[2]

É tristemente verdadeira a informação d'aquelle extrangeiro, repetida setenta annos depois por outro extrangeiro — Henry Fouquier —, que n'um artigo do *Figaro* referia o costume, que durou até depois do meiado do seculo XIX, de se depositarem na Sé e nas outras egrejas, em tarimas ou mesas, os cadaveres das creancinhas cujos paes pretendiam eximir-se ás despesas e encargos do enterramento. Era a Misericordia que tomava conta dos pequeninos cadaveres. Ainda em 1854 a Mesa ordenava, em actas de 9 e 20 de janeiro, que precisava ser informada — «do processo usado nos enterramentos das creanças mortas, expostas nas diversas egrejas da capital».

A rainha D. Maria I, nos seus intervallos lucidos, movida de compaixão pela sorte dos desditosos enjeitados, creou em Lisboa, pouco antes da sua fuga para o Brasil, uma associação de senhoras fidalgas, para consolação e allivio

---

[1] Ch. V. Hautefort. *Coup d'œil sur Lisbonne et Madrid*, p. 20 e 21.

[2] Ch. Hautefort, livro citado, p. 35.

dos pobres, sob a invocação da rainha Santa Isabel, á qual se deu o titulo de Real Ordem de Santa Isabel. Esta associação, instituida em 1800, e cujos estatutos foram dados em Queluz por Alvará de 25 de abril de 1804, compunha-se de 26 senhoras, que deviam ter mais de 26 annos e ser casadas, e tinha por fim vigiar pela amammentação e creação dos meninos, fiscalizando o regimen, o governo economico e o tratamento dos enjeitados no Hospital dos Expostos. Usavam estas senhoras, como insignia da Ordem, pendente de uma banda côr de rosa, uma medalha de ouro, com a imagem de Santa Isabel, e a inscripção *Pauperum Solatio,* de um lado, e do outro as iniciaes da rainha, cercadas pela legenda — *Real Ordem de Santa Isabel.*

Já annos antes, desde 1797, por falta de irmãos que acceitassem ou cumprissem os deveres do Compromisso, havia a Mesa solicitado e obtido que o governo e regencia dos seus estabelecimentos — Recolhimento, hospicio do Amparo e hospital dos Expostos — ficassem a cargo de varias damas illustres, que gostosamente acceitaram esse encargo. Assim, do Recolhimento das orfãs foi regente administradora a viscondessa de Villa Nova de Cerveira; do hospital do Amparo, no mesmo anno de 1797, a condessa de Obidos; do hospicio dos Expostos a marqueza de Abrantes, e do hospital de S. José a viscondessa de Mesquitela.

Encontramos nos registos um Aviso regio de 8 de junho de 1804, em que o Principe Regente participa ter resolvido visitar a Casa dos Expostos, como os Estatutos determinavam (art. 10.º), em dia de Santa Isabel, e que estas visitas seriam repetidamente feitas pelas damas da Real Ordem de Santa Isabel, como dispõem os Estatutos da ordem no art. 8.º, isto é, uma vez por semana.[1]

Infelizmente esta associação, cujos fins eram tão louvaveis e que podia prestar relevantes serviços, desappareceu n'esse periodo tormentoso que se seguiu á fuga da côrte, em consequencia da ausencia da rainha, que a instituira e a animara com o seu exemplo e com as dadivas da sua munificencia.

Em 1853 o Provedor Arcebispo de Palmyra pediu a Sua Majestade mandasse pôr em vigor os estatutos da ordem de Santa Isabel e preencher o numero de suas damas, attendendo aos prestantes serviços e incalculaveis vantagens da sua vigilancia sobre a creação dos expostos.[2]

Ainda presentemente algumas senhoras do paço têm sido nomeadas damas ou dignitarias da Ordem de Santa Isabel, e usam, nos actos solemnes da Côrte, as respectivas insignias. São dignitarias da Ordem as senhoras duqueza de Palmella e viscondessa de Paiva. Estas nomeações, porém, representam hoje meras distincções honorificas, porquanto a moderna organização dos serviços

---

[1] Livro 5.º de *Decretos, Auisos e Ordens,* fl. 204.

[2] Consulta registada no Livro de *Correspondencia com o Governo,* fl. 7.

de beneficencia publica dispensa as agraciadas dos encargos que o primitivo Estatuto da Ordem lhes impunha.

Em 1819, por Decreto de 14 de abril, tambem se creou em Lisboa, precedendo licença regia, a Congregação das Servas Pobres ou Filhas de Caridade, fundada por senhoras fidalgas das primeiras casas da capital, e cuja missão era visitar e tratar os enfermos e expostos.[1]

Crescia a tal ponto o desleixo dos irmãos e o abandono da Confraria que em 1808 e 1809 não poderam realizar-se as eleições da Mesa por não haver irmãos que n'ella pudessem servir, na fórma do Compromisso, porquanto, devendo ser dez irmãos nobres e dez officiaes, só havia na primeira classe quatro irmãos e não havia nenhum que já tivesse sido Provedor. Viu-se a Mesa obrigada a pedir que se dispensassem as determinações do Compromisso, para se conseguir formar nova Mesa.

Começou por este tempo (1810) a contribuição de defesa lançada no reino para occorrer ás despesas da guerra com os francezes invasores. Fôra a Misericordia isenta, por Alvará de 7 de junho de 1809, de pagar as contribuições extraordinarias, mas a Portaria de 2 de agosto de 1810 compelliu-a a pagar a nova contribuição de defesa, da parte do liquido que pertencia á Misericordia. Esta contribuição durou até ao mez de dezembro de 1814, em que foi supprimida.

A mortalidade dos expostos era, áquelle tempo, tão grande que a Mesa entendeu dever convocar em 1812 um Congresso de professores de Medicina, para votar sobre diversos quesitos que ella lhe propoz, e evitar o excessivo numero de fallecimentos que se davam em recemnascidos conduzidos á Casa dos Expostos. O professor José Pinheiro de Freitas Soares, membro da Junta de Saude, offereceu á Academia das Sciencias uma memoria intitulada *Regulamento de policia medica sobre leites e preferencia que se lhes deve dar na amammentação artificial,* publicada em 1818, e em que se estabelecem varios preceitos salutares.[2]

Foi provavelmente como resultado das deliberações ou pareceres d'este congresso que a Misericordia resolveu crear premios de 2$400 réis para as amas que apresentassem as creanças mais bem creadas e tratadas, ao cabo dos seis mezes, e outros premios de 3$600 réis com que se retribuissem as amas que apresentassem as suas creanças egualmente bem nutridas, sadias e asseadas, ao cabo da creação, isto é, aos treze mezes.[3]

Em 1815 concedeu o governo do reino uma penna de agua dos sobejos do

---

[1] Gouveia Pinto, *Exame critico.*

[2] Gouveia Pinto, *Idem.*

[3] *Jornal de Coimbra,* n.º 10, citado por Gouveia Pinto.

chafariz de S. Pedro de Alcantara para ser encanada para o edificio da Misericordia[1]

Expulsos os francezes e liberto o paiz da vergonhosa regencia de Beresford pela gloriosa revolução de 1820, a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino ordenou, em 6 de outubro d'esse mesmo anno, que se prestasse o juramento devido de obediencia ao governo estabelecido e ás Côrtes e Constituição que ellas haviam de fazer, mantendo-se a Religião Catholica Romana e a Serenissima Casa de Bragança. Existe no registo este Aviso, que foi assignado por Manuel Fernandes Thomaz, encontrando-se este como todos os registos de diplomas emanados do governo revolucionario e do periodo constitucional aspados em todos os livros de registo, com a declaração á margem de o terem sido por determinação do Aviso de 26 de agosto de 1823 e de terem sido queimados os respectivos originaes.

Pensou o governo revolucionario na situação e melhoria dos estabelecimentos de beneficencia, pois no projecto da nova Constituição, capitulo 4.º, artigo 217, dizia:

«As Côrtes e o governo terão particular cuidado da fundação, conservação e augmento das Casas de Misericordia, Hospitaes civis e militares, especialmente para soldados e marinheiros estropiados, rodas dos expostos, montepios e outros estabelecimentos de caridade, os quaes serão regidos por Estatutos particulares e estarão debaixo da especial Protecção do Governo.»

Por ordem superior enviava a Mesa mensalmente ao governo, desde 1820, os balanços de receita e despesa, que pela imprensa se publicavam. Em 1821 a receita total da Misericordia era de 73:725$898 réis e a dos Expostos de 26:848$446 réis. Havia então 1:721 expostos, sendo 193 na casa, de creação de leite e de secco. No Amparo existiam 60 asylados, 12 no Hospital dos incuraveis e 40 orfãs no Recolhimento.

Em 1823 a Portaria de 13 de março nomeou uma commissão encarregada de estudar e propôr planos de reforma e melhoramentos do Hospital de S. José e Santa Casa da Misericordia, e remetteu o Decreto de 11 do mesmo mez, feito em cumprimento da deliberação das Côrtes, e no qual se prescrevem as mesmas determinações. Fizeram parte d'esta commissão os Drs. Bernardo José de Abrantes e Castro, Joaquim Xavier da Silva, José Pinheiro de Freitas Soares, Luiz de Vasconcellos e João Anastacio de Carvalho. As sessões da commissão effectuavam-se em uma sala do Hospital de S. José.

---

[1] Livro 6.º de *Decretos, Auisos e Ordens*, fl. 133 e 143. Portaria de 30 de maio.

Nada consta ácerca dos resultados dos trabalhos d'esta commissão, se acaso chegou alguma vez a funccionar.

No mesmo anno de 1823 as Côrtes resolveram acudir em auxilio da Misericordia com um subsidio de 10:000$000 réis, pago em mezadas,[1] e em julho foi publicado um Aviso, datado de 2, ordenando á Mesa que fizesse declarar a todos os seus irmãos e subordinados que, tendo sido prohibidas em Portugal as sociedades secretas, lhes era defeso pertencer a alguma d'ellas.[2] E, finalmente, em 1827 a Mesa da Misericordia, obedecendo a uma ordem régia, enviou ao governo uma *Memoria historico-estatistica,* que se encontra registada no Livro 8.º de *Auisos e Ordens do Governo,* e da qual extrahimos alguns curiosos dados para este nosso trabalho.

Tres são as notas soltas que pudemos colher ácerca da vida historica da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, no periodo tormentoso da nossa historia, que decorreu desde a morte do grande Marquez até á definitiva implantação do systema constitucional.

---

[1] Livro 7.º de *Decretos, Auisos e Ordens,* fl. 174.
[2] Idem, fl. 182.

---

# CAPITULO VI

## 1834-1897

**A Commissão administrativa.—Estado dos estabelecimentos.—Outra mallograda reforma do Compromisso.—O Conselho de Beneficencia.—A nova organização administrativa do Hospital e da Misericordia.—A questão da roda dos Expostos.—Os modernos Provedores.**

Decorrida a quadra de calamitosos transes em que Portugal se debateu desde o anno de 1800 até ao de 1833, durante a qual a vida da Santa Casa se perde no meio da confusão e desvarios das luctas da liberdade, primeiro travadas contra extrangeiros, depois de irmãos contra irmãos, restabelecida emfim a ordem publica e firmado de vez o governo constitucional, vamos encontrar em 1834 novas e importantes medidas referentes ao estabelecimento de que nos occupamos.

Os grandes reformadores, que se viram forçados a lançar as bases da nova organização da sociedade portugueza, crearam novas instituições e não hesitaram perante a urgencia de fazer resurgir para a vida hodierna velhos institutos definhados e caducos. Mousinho de Albuquerque cria o primeiro Asylo em 1836; o mallogrado Agostinho José Freire estabelece o Conselho Geral de Beneficencia em 1834; Mousinho da Silveira, Joaquim Antonio de Aguiar e Rodrigo da Fonseca Magalhães proseguem o encetado trilho, tendente a promover o melhoramento das classes populares, acceite com enthusiasmo por D. Pedro IV, e elaboram a traços largos os lineamentos geraes dos seus arrojados planos da reorganização geral da beneficencia publica.

Foi durante a dictadura politica d'estes audazes reformadores que a Misericordia de Lisboa recebeu leis especiaes, que, coagindo-a a reviver, tirando-a do estado de profunda decadencia a que chegara, completamente a transformaram na sua constituição organica.

Em Decreto de 28 de fevereiro de 1834, referendado por Joaquim Antonio de Aguiar, nomeou o regente do reino uma commissão incumbida de inspeccionar o estado da administração da Misericordia e Hospital de S. José, e de expôr ao governo, em minucioso relatorio, quaes as providencias e reformas, que mais urgentes e necessarias se julgassem, para o restabelecimento de tão prestimosos institutos.

Pelo Decreto de 11 de agosto ficava dissolvida a Mesa da Misericordia. De uma pennada, de um rasgo energico e violento de dictadura, aniquilou-se a fórma essencial d'esta secular Confraria. Era bom o intuito; urgiam as circumstancias difficeis em que a Irmandade, de mais em mais votada ao abandono, deixara cahir essa fonte de beneficencia, cuja administração lhe estava confiada. Mau, detestavel, porém, foi o processo e o resultado, porquanto, se é certo que a Misericordia reflorescêu e se aviventou sob o influxo das novas administrações, de nomeação regia, não é menos certo que a instituição veneranda de fr. Miguel Contreiras ficou radicalmente destituida das primitivas e genuinas bases em que assentava, privada para sempre do espirito associativo que desde remotos tempos foram o sustentaculo dos grandes ideaes humanos, quer nos conventos, servindo a religião, quer nas confrarias e irmandades, sustentando a caridade, pelo soccorro mutuo, em albergues e hospitaes, quer ainda nos concelhos e communas, advogando as liberdades do povo, quer nas grandes companhias do seculo XVIII, avigorando o commercio, pela concentração dos capitaes, quer finalmente nas modernas associações de classe, centros politicos e companhias de commercio e de industria, buscando sempre pela solidariedade humana, pelo concurso de muitas forças conjugadas, fortalecer a acção individual de cada um dos associados e o bem commum que, para elles ou para outrem, se procura conquistar.

Foi a Misericordia de Lisboa a unica victima d'esse attentado, cujas culpas pertencem em grande parte ás Mesas que n'aquelles ultimos annos a administraram e á desorganização e desalento que reinava em todos os membros d'essa irmandade no ultimo quartel do seculo XVIII e no primeiro do seculo XIX. Todas as outras Misericordias do reino conservaram o espirito organico da antiga Confraria; só a de Lisboa, por culpa da excepcional importancia da sua acção caritativa, foi victimada, lesada no seu organismo, deturpada na sua fórma essencial de existencia, e transformada, por actos legislativos e dictatoriaes, em um estabelecimento subsidiado pelo Governo, immediatamente subordinado á sua acção e vontade.

Desappareceu o arbitrio da Mesa eleita livremente pelos confrades, para surgirem os administradores escolhidos pelos governos da nação.

Não é facil ajuizar se esta reforma terá produzido vantagens praticas superiores ás que a Misericordia poderia realizar subordinada ao antigo regi-

men do seu velho Compromisso; só lamentamos que essa tradicional e sympathica organização — a Irmandade da Misericordia de Lisboa — tivesse desapparecido, quando tantas outras Misericordias de mais recente data e inferiores beneficios lograram conservar a sua fórma organica tradicional e primitiva.

*
* *

A commissão incumbida de assumir o governo da Misericordia e do Hospital ficou finalmente formada por seis membros, cujos nomes são os seguintes:

Francisco Ribeiro Dosguimarães;
Manuel Emygdio da Silva;
Thomaz Ramos da Fonseca;
Joaquim Elias Xavier;
Fructuoso João Domingues;
Joaquim José Pereira Pitta.

Definitivamente estabelecida a commissão pelo novo Decreto de 16 de abril de 1834, encetou os seus trabalhos em maio seguinte, apresentando no seu relatorio muitas e interessantes revelações ácerca do estado decadente da Santa Casa e propondo, entre muitas outras reformas e melhoramentos, os seguintes:

1.º Creação de aulas para os expostos e extranhos, para o ensino de leitura, grammatica, geographia, desenho e doutrina;

2.º Creação de uma casa de trabalho para os expostos;

3.º Formação de um corpo escholar dos enjeitados, dividido militarmente em esquadras;

4.º Collocação de muitos expostos maiores em casa de mestres de officios e nas officinas do Estado e de Companhias;

5.º Installação do Recolhimento das orfãs no extincto Convento de S. Pedro de Alcantara, limitando a 40 o numero das orfãs e estabelecendo alli aulas de escripta e de musica e uma enfermaria;

6.º Estabelecer para os enterramentos de pessoas pobres um serviço de esquife puxado por uma parelha e acompanhado por quatro homens;

7.º Depositar no Banco de Lisboa todos os valores e peças de ouro e prata, bem como os rendimentos das loterias;

8.º Effectuar varias reformas na escripturação, serviço da contadoria, etc.

Em 12 de julho de 1834 ordenava o Governo á Commissão administrativa, em vista do seu relatorio, que formulasse um novo Compromisso accommodado ás circumstancias e instituições da actualidade.

N'esse relatorio, cujas affirmações deram motivo a polemica, porquanto a Mesa da Irmandade da Misericordia, violentamente aggredida, reclamou em folheto contra a Commissão e seus actos, referem-se as pessimas condições em que até então existia o hospicio dos expostos, n'uma accumulação enorme, chegando as creanças a dormir pelo chão, nas peores condições de hygiene e conforto. Publica tambem a estatistica dos expostos entrados e fallecidos nos annos de 1833 e de 1834 a 1835; esses numeros são os seguintes:

Em 1833, de entre uns 6:000 expostos a cargo da Casa, haviam

| | |
|---|---|
| Entrado..... | 1:754 |
| Fallecido..... | 2:218 |

Este avultado numero de fallecimentos explica-o a Mesa da Irmandade, nas suas allegações, com a epidemia reinante do cholera morbus.

No anno de 1834-1835, primeiro da administração da Commissão, esses numeros foram, em um total de 6:030 expostos:

| | |
|---|---|
| Entrados..... | 1:964 |
| Fallecidos..... | 1:011 |

Esta sensivel diminuição da mortalidade foi em grande parte devida ao melhoramento das condições hygienicas do edificio, do qual sahiram as educandas do Recolhimento das Orfãs, que passaram para o edificio de S. Pedro de Alcantara, doado pelo Governo por Decreto de 31 de dezembro de 1833.

Eram, como dissémos, pessimas as condições em que viviam os expostos no edificio de S. Roque. A accumulação enorme fazia com que dormissem as creanças pelo chão. Aos melhoramentos realizados por diligencias da Commissão administrativa ella propria se refere no seu primeiro relatorio, datado de 30 de junho de 1835, nos seguintes termos:

«A Commissão Administrativa da Santa Casa da Misericordia desde que se instalou observou com o maior desgosto a espantosa mortandade que havia nos Expostos, dos quaes de cada cem que entravão apenas se salvavão dez, e por isso forão os seus primeiros cuidados examinar as causas de que provinha tão grande mal para lhe dar o remedio que fosse possivel. A pouca capacidade do edificio para tantos viventes, a falta de ar, e do asseio necessario, o atrazo de pagamento de cinco mezes de salario ás Amas de Casa, e ainda maior atrazo ás Amas de fóra, de que era consequencia necessaria a

pouca concorrencia dellas, faltando o preciso alimento aos recem-nascidos, e sendo necessario aleitar um grande numero por meio de bombas mamatorias, erão sem duvida as causas primarias que muito contribuhião para aquella horrorosa mortandade. A Commissão cuidou desde logo em remover, e remediar estes males, e com o pontual pagamento ás Amas de dentro, e de fora, conseguiu ter as sufficientes para aleitar os recem-entrados, e a affluencia de grande numero a levar Expostos para criar, como se observa do respectivo Mappa N.º 1. No decurso de hum anno abrirão-se novas janellas, e rasgarão-se outras; fez-se hum refeitorio, fizerão-se novos quartos, e augmentarão-se outros, e construirão-se tres novas latrinas, e hum aqueducto. Com a mudança do Recolhimento das Orfãs para o Convento de S. Pedro de Alcantara, unio-se a parte que elle occupava no edificio ao pavimento de baixo, e então, rompendo-se paredes, fizerão-se dormitorios, onde habita toda a familia menor. Estabeleceo-se huma Casa onde as Meninas vão aprender a costura, fazer meia, bordar, fiar, e outras prendas. Pintárão-se todas as madeiras, e as paredes das salas das Amas, para o branco da cal não offender a vista dos innocentes de leite. Reformou-se a cosinha, dando-se-lhe mais luz, e ar, e encanando-lhe agoa a diversos lugares. Construhio-se huma nova chaminé. Estabelecerão-se camas d'alto em bancos de ferro para toda a familia, excepto para os menores de quatro annos, dormindo huma só pessoa em cada cama. Fizerão-se berços novos para substituir os que havia em que dormião tres e quatro crianças em cada hum. Fizerão-se de novo 525 lençoes, e comprarão-se 419 cobertores e mantas. Vestio-se por tres vezes de novo toda a familia, e tem-se calçado as vezes precisas. No refeitorio cada Exposto tem o seu talher, de que faz uso. Abrio-se a communicação para a cerca até então vedada, e fizerão-se alguns reparos, e passeios para recreio da familia. Estabeleceo-se o levarem os Expostos até aos sete annos hum colar ao pescoço com hum sello, com o competente numero a fim de não serem trocados, e para melhor fiscalisação. Fez-se huma Aula nova, que se abrio em 8 de Julho de 1834, onde se ensina pelo methodo de Lencaster a ler, escrever, contar, grammatica, doutrina, geografia, e desenho linear: a esta Aula concorrem além dos Expostos, noventa e sete meninos de fóra, como se vê do respectivo Mappa N.º 2, sem pagarem cousa alguma; as meninas Expostas igualmente a frequentão tres horas por dia, e aprendem com o mesmo Professor. A Commissão, sentindo que o local da Aula não permitta admittir por agora maior numero de alumnos, tenciona augmentar a Casa para tornar ainda mais beneficente este tão util Estabelecimento.»

. . . . . .

«A Magnanimidade, e Sensivel Coração de S. M. I. o Sr. Duque de Bragança de Saudosa Memoria doou á Santa Casa da Misericordia o edificio do

extincto Convento de S. Pedro de Alcantara com todas as alfaias, e mobilia commum ali existentes para nelle se estabelecer o Recolhimento das Orfãs, ordenando depois que pela Repartição das Obras Publicas se lhe fizessem os reparos necessarios para se effeituar a mudança, taes como telhados, concertos, pinturas, &c. e concedendo a graça de meia pena d'agoa das Agoas Livres, que a Commissão sollicitou, e fez encanar para dentro do Recolhimento, a qual he tirada para o serviço geral da Casa por duas bombas mandadas fazer para este fim. Neste Recolhimento se estabelecerão as Classes, Aula, Enfermaria, e todas as mais Officinas proprias, e accommodadas ao sexo que o occupa. A Igreja he conservada com a devida decencia, e nella se celebrão quotidianamente duas Missas. O numero das Orfãs que ali se educão limita-se a quarenta, conforme a instituição, não permittindo o estado actual das rendas da Santa Casa o haver Pensionistas pagas pelo seu Cofre, cujos rendimentos são pela maior parte absorvidos nas despezas dos Expostos, como se observa na nota do Balanço, o que obrigou a Commissão a fazer algumas economias sem com tudo faltar á educação, nem ao sustento necessario, do que resultou a menor despeza de 358$230 rs. no ultimo anno economico comparada com o antecedente, pois que neste ultimo anno foi a despeza em sustento, e salarios sómente 4:892$691 rs., quando no antecedente tinha sido 5:250$921 rs.»

Além das aulas estabelecidas, tambem a Commissão conservou o uso, já antes de 1833 estabelecido, de ter os seus educandos arregimentados com uniforme de briche. Assim os via a miudo a cidade de Lisboa, nas sahidas que faziam a passeio, ordinariamente até á praça do Commercio.

Como curiosa informação diremos que a esse tempo a despesa total da Santa Casa da Misericordia de Lisboa era de 140:991$185 réis, sendo da conta dos expostos a avultada verba de 78:109$896 réis.

Em demonstração de homenagem pelos relevantes serviços prestados pela Commissão administrativa, a Camara Municipal de Lisboa officiava-lhe, em maio de 1835, nos seguintes termos:

«Em nome dos Habitantes d'esta Capital, testemunhas oculares, no dia 10 do corrente, dos extraordinarios melhoramentos effectuados na Santa Casa da Misericordia pela digna Commissão Administrativa, agradece á mesma Commissão o incomparavel desvelo com que se dedica ao bem da Humanidade e aprecia devidamente a intelligencia que preside a todas as suas operações, os sacrificios pessoaes de todos e cada um dos seus membros e o desinteresse que os caracteriza, a virtude que lhes inspira as reformas e fortaleza com que arrostam as difficuldades e se gloria do bom exito que corôa seus nunca excedidos esforços.—Deus Guarde a V. Ex.ª—23 de maio de 1835.—Ill.mo Sr. Pre-

sidente da Commissão Administrativa da Santa Casa da Misericordia.—*Assignado:*—Anselmo José Braamcamp.»[1]

Não foi, porém, muito duradoura esta febre de melhoramentos e reformas, porque a breve trecho o governo da Commissão administrativa da Misericordia e Hospital de S. José foi cahindo no mesmo condemnavel abandono em que cahira o governo das Mesas eleitas da Irmandade.

Por isso, em 1836, a extincta Mesa da Irmandade, que não perdera ainda as esperanças de obter a sua reintegração, dirigiu-se de novo ao governo, pedindo o restabelecimento da antiga organização da Misericordia. O ministro, que era Manuel da Silva Passos, em attenção a estas instancias ordenou á Commissão administrativa, por Portaria de 13 de outubro de 1836, que mandasse imprimir todos os seus relatorios e documentos respectivos e que ultimasse os trabalhos que lhe estavam commettidos da compilação de um novo Compromisso.

Era esta empresa superior ás forças da Commissão, que a esse tempo se achava de mais a mais completamente desmembrada. O presidente fallecera, sem que fosse substituido. O vice-presidente ausentou-se; um dos vogaes foi nomeado presidente do Conselho medico; outro adoeceu gravemente e pediu a sua exoneração; finalmente outros dois vogaes eram empregados publicos. Portanto os restantes membros, que eram Joaquim José Pereira Pitta, Thomaz Ramos da Fonseca e José Antonio Faria de Carvalho, quando receberam as ordens do governo, em que se lhes exigia com instancia o novo Compromisso, esquivaram-se com allegações da impossibilidade em que se achavam de cumprir as régias determinações.[2]

Na verdade o velho Compromisso de 1618 estava completamente revogado e deturpado, por diversas e successivas legislações, em quasi todos os seus capitulos. Assim o capitulo II, artigo 2.º, cahira em desuso, pois desde 1755 até 1811 as Mesas foram sempre nomeadas por decretos, sem eleições ou propostas da Mesa, e serviam por tres annos consecutivos; e pelo mesmo processo de decretos eram providos todos os logares que vagavam. Só em 1812 se alterou esta pratica, fazendo a Mesa em Junta grande as eleições, subindo depois o resultado d'ellas á régia approvação; só a Mesa de 1827 foi eleita na fórma do Compromisso.

Alguns capitulos, como o IV, V, VI § 2.º, VII § 5.º, X, XV, XVI, XVII, XVIII, e XIX, foram alterados por conveniencias da epocha; o XXIV § 1.º, XXVII e XXXI abolidos; o XXXII, que trata dos captivos, sem applicação, bem como o XXXIII,

---

[1] Livro 10 de *Decretos, Auisos*, etc.

[2] Livro 2.º de *Consultas*, fl. 57 v.

por existir creado o Hospital dos expostos; o XXXIV não se observava por terem sido abolidas as procissões em 1775; o XXXV reduzido á existencia de uma tumba para os irmãos e duas para os pobres, conduzidas por 14 homens com lanternas e vestidos de balandraus, que iam acompanhados por um irmão e um capellão; os capitulos XXXVII, XXXVIII e XL tambem se não observavam quanto á moradia do Provedor e empregados.

Além de tudo isto o Decreto de 15 de março de 1800 mudou completamente a natureza dos bens das Misericordias. Deixaram de ser bens doados por particulares para serem bens incorporados na Corôa, segundo o que prescrevia a legislação do tempo, sujeitos á reversão e ás regras de administração dos bens da Corôa. Confirmou-o o Alvará de 18 de outubro de 1806, pelo qual a gerencia d'esses bens ficou subordinada á fiscalização dos Exactores fiscaes dos bens da Corôa. Este Alvará deu uniformidade ao Compromisso de todas as Misericordias e hospitaes do reino, mas por esse mesmo facto ordenou a sua contravenção, revogando-o com a maior de todas as incoherencias. Finalmente o Decreto de 23 de setembro de 1834 deu ao Hospital dos expostos e ao Recolhimento uma administração fixa e de nomeação régia, em logar da electiva, temporaria e gratuita que d'antes tinham. O Decreto de 19 de setembro de 1836 transferiu para as Camaras o encargo da administração dos expostos, que estava incumbido ás Misericordias, no que foi confirmado pelo Codigo Administrativo, que preceitua aos Concelhos essa obrigação e regula o serviço das casas da roda.

A Commissão, perante tanta e tão variada legislação, entendeu que só uma grande e superior reforma poderia comprehender e assimilar estas innovações, subordinando-as a um criterio e plano geral, o que declarou ao governo em consulta de 18 de maio de 1837.

Com o intuito de reorganizar os serviços geraes de beneficencia publica tinha já o celebre ministro liberal Agostinho José Freire promulgado o Decreto de 26 de abril de 1835, creando o Conselho geral de Beneficencia, com uma commissão delegada em cada capital de provincia, nos seguintes termos:

«Sendo necessario obviar á continuação de mal tão opposto aos interesses da população (isto é a mendicidade), dos bons costumes, e da prosperidade publica, por meio de medidas efficazes, de modo que nem faltem os soccorros de caridade aos mendigos, que por sua edade ou molestias estiverem impossibilitados de trabalhar, nem aos outros falte emprego, em que exercitar-se com proveito proprio e utilidade geral—Hei por bem decretar:

«1.º É estabelecido na cidade de Lisboa um Conselho geral de Beneficencia, o qual tem por fim formular um plano geral de melhoramentos da beneficencia.

«2.º Indicar edificios publicos capazes para depositos de mendigos.

«3.º Propôr regulamentos ao governo, para a administração d'esses depositos, e meios para a sua manutenção.

«4.º Averiguar se das Misericordias, Hospitaes, Albergarias e outras casas de beneficencia do reino, se poderão separar alguns rendimentos.»

O Art. 2.º d'este Decreto prescrevia:—«Em cada capital de provincia haverá uma commissão de cinco membros para coadjuvar estes serviços.»

Mousinho da Silveira, o grande reformador da sociedade portugueza, occupou-se desde 1832 a 1834 a estudar e regular a questão dos expostos, pelos memoraveis decretos de 16 de maio de 1832, pleiteando em beneficio dos desamparados.

Elegantemente diz o illustre escriptor dr. Manuel Emygdio Garcia:

«E assim foi, que no periodo que decorre de 1832 a 1834, no calor das luctas civis, no meio dos combates fratricidas, e sobre o tombadilho dos navios de guerra, se lançavam os fundamentos da moderna legislação administrativa, e a intelligencia esclarecida e robusta de Mousinho da Silveira dictava os salutares decretos de 16 de maio de 1832, que a sua penna escrevia com a mesma coragem com que os bravos soldados filhos da patria brandiam a espada. O anjo da caridade, que de quando em quando amparava e soccorria os feridos, confortava os moribundos, enxugava as lagrimas da viuvez, e estendia as generosas mãos á orphandade, appareceu tambem para no meio dos horrores da lucta pleitear em favor dos infelizes *expostos.*»[1]

Por Decreto de 16 de maio de 1833 foi creada uma commissão de tres varões illustres, João Pedro Ribeiro, João Antonio Ferreira de Moura e o desembargador Barroso Pereira, para intender na administração dos expostos, ao que se seguiu o Decreto de 1836, devido ao espirito bemfazejo e á fecunda iniciativa do grande cidadão Passos Manuel.[2]

Pelo Decreto de 19 de setembro de 1836, já atraz citado, procurou-se obviar á grande mortalidade dos expostos e ao estado lastimoso das rodas, impondo a despesa da creação dos enjeitados aos districtos e concelhos, os quaes concorreriam para ella com as quotas fixadas pelo chefe superior do districto.

Pelo Decreto de 21 de outubro do mesmo anno deu-se uma nova regulamentação aos bens das Irmandades e Confrarias e á sua vida economica, or-

---

[1] Emygdio Garcia, *A roda dos expostos*, p. 101.

[2] Idem, *idem.*

denando-se que os chefes de districto examinassem os seus fundos, o estado das Mesas eleitas para a gerencia d'elles, e lhes exigisse prestação annual de contas e orçamentação das suas despesas.

A Commissão administrativa da Misericordia publicou annualmente o seu relatorio e contas desde 1834 até 1841, anno em que tinha por presidente o barão de Telheiras, e ainda depois até 1851.

Os membros da Commissão foram por varias vezes substituidos. Assim em 1846 era ella constituida por:

Marquez do Fayal;
Luiz Manuel de Moura Cabral;
Manuel José Gomes Loureiro;
Antonio Cesario de Sousa da Guerra Quaresma;
Dr. José Maria Osorio Cabral;
Joaquim Larcher;
João Elias da Costa Faria e Silva;
Francisco de Assis Basto.

E no anno de 1851, ultimo em que funccionou, era formada pelos seguintes membros:

Duque de Palmella;
Francisco José Vieira;
Dom Prior de Guimarães;
Joaquim Larcher;
Antonio Cesario de Sousa da Guerra Quaresma;
Francisco d'Assis Basto;
Diogo Antonio Correia Sequeira Pinto;
Antonio de Gamboa e Liz;
Antonio Vicente Peixoto;
Barão de Santos;
Manuel José Gomes Loureiro.

*
* *

Veiu finalmente o Decreto de 26 de novembro de 1851, reformando o Conselho geral de Beneficencia, alterar mais uma vez, de uma maneira radical e completa, o systema administrativo da Misericordia e Hospital de S. José.

Notavel pelo seu preambulo *(Diario do Governo,* n.º 282), este diploma separa as duas administrações, cria as Mesas administrativas formadas por um chefe — Provedor ou Enfermeiro-mór — e dois adjunctos, de nomeação régia, e no seu artigo 12.º incumbe ao Conselho de Beneficencia a revisão e reforma do antigo Compromisso da Misericordia, mandando:

«...o ponha em harmonia com as regras estabelecidas no mesmo Decreto, com as novas necessidades dos tempos, tendo principalmente em vista descentralizar e distribuir pelas freguezias urbanas e ruraes os seus piedosos exercicios, tanto a respeito dos expostos como na repartição das esmolas e soccorros domiciliarios,— distribuição de trabalho aos indigentes válidos — de medicamentos aos enfermos que podem curar-se em suas casas,— de ensino e educação aos que a podem receber sem sahir de suas familias,— e em todas as outras obras de misericordia, que mais proficuas são e menos dispendiosas, quando assim exercitadas.»

*

* *

No periodo que corresponde á moderna regencia da Santa Casa da Misericordia por Mesas administrativas de nomeação régia, e durante o qual a pouco e pouco se tem ido modificando e modernizando os variados e multiplices serviços d'este pio estabelecimento, a questão de capital importancia que se suscitou, não só debaixo do ponto de vista puramente subjectivo da sua dotação financeira e organização especial, mas tambem e principalmente pelas complicações de ordem social que a ella se prendem, foi a da admissão e creação dos expostos.

Attingiu esta questão um caracter gravissimo no periodo que decorre de 1860 a 1869, não só na capital como em todos os concelhos do paiz. Crescia espantosamente a mortalidade dos pequeninos entes, reinavam as epidemias, augmentava a criminosa immoralidade. Accumulavam-se as creanças entradas dia e noite pelas rodas, faltavam as amas para as crear, reconheciam-se pequenos, insufficientes, os hospicios. As juntas e os governadores dos districtos dirigiam reiteradas instancias ao governo para que puzesse cobro a semelhante mal. Estatisticas que se elaboraram informam que em Portugal houvera em 1863, no reino e ilhas, 16:294 exposições e se sustentavam 36:753 enjeitados, ao passo que em França, segundo o inquerito a que se procedeu em 1862, havia — em 1860 — 76:520 expostos e 16:347 exposições. Este elevado numero dá, para Portugal, uma percentagem de 1 exposto por cada 109 habitantes e de 1 exposição por cada 8 nascimentos. A mortalidade, devida em parte á natureza já definhada e rachitica dos infelizes desherdados, já ás más condições

da sua creação, ascendeu ao pavoroso numero de 21,5 %, produzindo por anno 4:200 obitos.

Em 1862 nomeou-se uma commissão para estudar o assumpto; apresentou o seu relatorio, em face do qual o ministro Anselmo José Braamcamp ordenou, por Decreto de 16 de novembro de 1863, que a Junta Geral do Districto de Lisboa fosse convocada para estudar sem detença os regulamentos necessarios para o serviço dos expostos, lembrando quanto importa garantir a conveniente protecção e amparo á infancia, buscando ao mesmo tempo moralizar a sociedade e assegurar ás creancinhas o direito de familia e os cuidados maternaes. Entendia portanto, e assim o lembrava, que muito conviria a suppressão das rodas e a sua substituição pela admissão justificada e documentada das creanças desvalidas, creando-se para tal fim os convenientes hospicios e estabelecendo-se ás mães subsidios de creação, salarios a amas e inspecções medicas rigorosas.[1]

Este movimento que se levantou na capital, junto do governo, contra o funesto processo das exposições pelas rodas, foi promovido energicamente pela administração da Misericordia de Lisboa, a que presidia o visconde de Benagazil, por iniciativa e instantes diligencias do illustre adjuncto Geraldo José Braamcamp, que foi a alma d'esta campanha. Teve por grande auxiliar nos seus estudos e trabalhos ácerca dos expostos da Santa Casa o dr. João José de Simas, que era, áquelle tempo, o medico dos expostos.

Nos interessantes relatorios da gerencia administrativa da Santa Casa, dos annos de 1861 a 1863, por elle elaborados, se encontram expressas as suas opiniões ácerca das rodas e das medidas a adoptar para obviar aos pretendidos inconvenientes da sua suppressão.

«Parece-nos evidente, diz elle, que a roda dos enjeitados promove o abandono do filho, assim como a roda da loteria promove a desgraça nas familias. E é notavel como estes dois flagellos aqui se juntaram na *Santa Casa da Misericordia,* que de certo foi instituida para fins totalmente oppostos.»[2]

Já muito antes d'esta crise o espirito lucidissimo e alevantado criterio do dr. Thomaz de Carvalho havia previsto estes desgraçadissimos resultados e levantado a luva contra a existencia das rodas, em o memoravel artigo *Abaixo a roda dos expostos,* publicado em 1853, no qual dizia:

«A roda foi inventada como remedio á mortalidade das exposições na via

---

[1] *Jornal do Commercio* de 20 de novembro de 1863.

[2] *Relatorio da Santa Casa da Misericordia,* do anno de 1862-1863, p. 6.

publica, aos infanticidios e abortamentos criminosos. Cremos que como instituição já fez o seu tempo, deu o que podia dar, e brevemente terá de ser abolida.»[1]

Concluia pedindo que as creanças ficassem entregues ás mães, pagando-lhes a Misericordia a creação como se fossem expostos, a fim de se conservar sempre o principio de filiação e a moral suprema da maternidade.

A Junta do Districto de Lisboa, porém, nada fez.

Não ousando desapprovar abertamente as consultas da Misericordia, votou-as ao esquecimento, abafando assim por uma opposição surda a gloriosa iniciativa do dedicado adjuncto. Geraldo Braamcamp soffreu profundo golpe com este insuccesso, que muito contribuiu para determinar o seu afastamento dos negocios administrativos da Santa Casa.

Foram as camaras municipaes, que tinham a seu cargo em todo o paiz, excepto em Lisboa, Porto e Aveiro, a sustentação dos expostos, para a qual se quotisavam, segundo as indicações das Juntas de districto, a quem cabia determinar os locaes das rodas (Alvará de 1806, Decreto de 19 de setembro de 1836 e Codigo administrativo de 1842), quem principalmente se empenhou na resolução d'este gravissimo problema. Tornaram-se especialmente notaveis as camaras de Angra do Heroismo e do Porto, que promulgaram regulamentos das admissões, em 1863 e 1864, diminuindo assim o numero das exposições.

Na roda de Lisboa, que era de exposição publica, a toda a hora do dia e da noite, entraram nos annos de 1863 a 1869 nada menos de 87 cadaveres de creanças, provenientes talvez de crimes que ficaram impunes.

Em 1865 a Junta do Districto de Lisboa approvou a creação de quatro rodas em Alcacer, Setubal, Alemquer e Torres Vedras, e em 1866 dividiu o districto em cinco circulos, para os effeitos da creação dos expostos e concessão de subsidios a mães pobres. Estes eram eguaes aos salarios das amas, e a admissão das creanças nos hospicios era feita sem o intermedio das rodas,[2] que tinham sido mandadas fechar, em todos os concelhos do districto de Lisboa, em 30 de junho de 1866.

---

[1] *Gazeta Medica*, 1853, n.º 7, p. 99.—No capitulo primeiro da terceira parte d'esta obra, em que se descreve o modo por que a Misericordia cuida da creação dos expostos, nos referiremos a este artigo, transcrevendo-o mais extensamente.

[2] Esta e muitas outras curiosas indicações estatisticas e historicas ácerca d'esta notavel questão das rodas foram-nos ministradas por uma interessante serie de artigos sobre *Expostos*, publicados pelo distincto 2.º official da Contadoria d'esta Santa Casa, sr. D. João Guilherme de Menezes Alarcão, no periodico *Repertorio das Camaras*, n.ºs 16 a 26, dos annos de 1865 e 1866.

D'esta medida se exceptuou ainda a roda da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, á qual affluiram por conseguinte as exposições dos logares circumvizinhos. A concorrencia das mães desnaturadas e de recoveiras de creanças era pasmosa; chegou a ponto de se affirmar que o numero de enjeitados era um terço do total dos nascimentos da cidade.

Accumulavam-se ás centenas nas salas da Misericordia as infelizes creancinhas, para as quaes já não havia amas que chegassem, acontecendo ficarem duas e tres creanças a cargo da mesma ama e ser necessario recorrer á amammentação artificial.

A isto accrescia a crise financeira da Casa, resultado inevitavel do grande augmento de encargos, sem correspondente augmento de receita. Por conseguinte a falta de recursos e de fiscalização conveniente sobre as amas externas produziu uma espantosa mortalidade nos expostos, que chegou á percentagem de 9 por 100. O contracto feito com a Camara em 1637, pelo qual esta dava o subsidio de 2:000$000 réis annuaes para o sustento dos expostos da cidade, era irrisorio quasi. Só em 1868–1869 entraram pela roda da Misericordia 2:734 enjeitados, numero que ainda subiu em 1869–1870 a 2:901.

A divida da Santa Casa crescia desmesuradamente. Em 1869 era de 40:078$866 réis, em 1870 de 57:948$667 réis, fóra 44:404$800 réis, emprestimo feito pelo governo.

Urgia portanto uma reforma radical que salvasse a piedosa instituição da ruina inevitavel a que tendia.

Não hesitou o conde de Rio Maior, e as suas reformas varias, das quaes a de maior vulto foi a da suppressão da roda, e a da creação dos subsidios de lactação concedidos a mães pobres, salvaram-na do triste descalabro.

Fechou a roda em 1 de dezembro de 1870, dia em que começaram as exposições justificadas e a concessão de subsidios ás mães que enjeitavam os filhos por indigencia.

D'esta sorte ampliava e desenvolvia o pensamento de Geraldo Braamcamp, que foi segundo a sua propria phrase—«a semente que havia de germinar mais tarde»—e aproveitou as medidas praticas por elle tão preconisadas, e que até mesmo já puzera em execução, como a de conceder os subsidios ás *puerperas* que recorriam ao hospital.

Além de supprimir a roda, concedeu tambem uns subsidios de 9$000 réis ás mães que, durante um certo tempo, viessem retirar do hospicio os filhos que alli haviam enjeitado pela roda.

Dia a dia se adoptavam providencias novas tendentes a coarctar cada vez mais as facilidades de exposição de creanças, até que mezes depois se deu por finda a grandiosa reforma.

Assim logrou a Misericordia entrar n'um novo periodo de prosperidade.

Seis annos depois, em 1875–1876, estavam pagas todas as dividas e equilibrada a despesa com a receita. Desceram a 327 as exposições, ao passo que se concediam 1:947 subsidios a mães pobres.

Sustentou o illustre Provedor uma lucta titanica na camara e na imprensa, mas conseguiu com o melhor exito realizar o seu sonho e conquistar a imperecivel gloria da sua rasgada iniciativa. Defendeu-a com vigor e soube executal-a com energia. Os seus opusculos intitulados *Uma opinião sobre os expostos* e *As finanças e a mortalidade dos expostos na Santa Casa da Misericordia de Lisboa,* bem como os notabilissimos *Relatorios* que precedem as contas da gerencia dos annos economicos de 1870–71 e 1871–72, são trabalhos de alto valor, que ainda hoje devem ser compulsados ácerca d'esta importante questão social.

Já antes o systema da roda tinha sido officialmente considerado defeituoso no excellente regulamento do serviço dos expostos, que foi approvado em 21 de novembro de 1867, sendo João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens o ministro que o relatou e propoz.

Uma commissão, que em 1866 estudara o assumpto, justificava previamente a extincção das rodas e a admissão documentada, soccorrendo-se do exemplo e auctoridade do grande evangelizador da Caridade para com as creanças, de quem dizia:

«S. Vicente de Paulo, esse grande apostolo da caridade no seculo XVII, não foi como geralmente se tem acreditado o instituidor da *roda*. O regulamento do hospital de Paris, que tem a data de 1670 e que foi inspirado pelo espirito caridoso do veneravel sacerdote, é d'isso uma prova. Em um dos seus artigos estabelecia-se que o registo das creanças recolhidas fosse verificado todas as semanas pelas auctoridades respectivas, d'onde se conclue que as exposições eram sujeitas a indagações posteriores.»[1]

É tão notavel aquelle projecto de 1867, em que se propõem medidas tão uteis e previdentes, que, apesar de nunca terem chegado a executar-se, não podemos furtar-nos ao prazer de aqui as indicarmos resumidamente. Propunha Martens Ferrão a creação de hospicios, em locaes determinados pelas Juntas de districto, para n'elles se recolherem e crearem as creanças abandonadas e indigentes.

Preceitua o dever da alimentação das creanças que compete aos paes e parentes, bem como as penas impostas aos crimes de exposição, e divide os hospicios em secções diversas, a saber:

---

[1] Relatorio da Commissão encarregada em 22 de novembro de 1866 de estudar a questão dos expostos. (*Diario de Lisboa,* 1868, n.º 2.)

1.º De creanças expostas, abandonadas ou indigentes;
2.º De creanças cuja creação seja paga pelos paes ou parentes;
3.º Créches;
4.º Enfermarias de maternidade.

Fixando como condições de admissão ou de exposição das creanças o serem encontradas pela policia, desamparadas pelos paes, orfãs ou filhas de indigentes, de presos ou de doentes sem recursos, auctorizava egualmente o recebimento de outras creanças mediante o pagamento de pensão.

As créches para creanças até 3 annos receberiam tambem indigentes e pensionistas.

Nos hospicios haveria enfermarias de maternidade, onde se admittiriam as parturientes no nono mez de gravidez, em condições de gratuidade ou de pensão; ás quaes, no caso de indigencia, se arbitrariam pensões ou subsidios para a creação dos seus filhos, que lhes seria obrigatoriamente imposta.

As creanças recolhidas nos hospicios seriam entregues a amas, recebendo premios aquellas que melhor as tivessem tratado e educado. A inspecção d'estas creanças entregues a amas ficava a cargo dos medicos dos concelhos.[1]

No seu primoroso e erudito trabalho—*A roda dos expostos*—formula o sr. dr. Manuel Emygdio Garcia as seguintes conclusões da extensa discussão ácerca da inconveniencia das rodas:

«D'esta discussão concluimos que a roda:

I. Produz o augmento consideravel de *exposições;*
II. Não evita os *infanticidios;*
III. Não impede, pelo contrario anima e augmenta os *abandonos;*
IV. É causa de uma espantosa *mortalidade* nas creanças;
V. É favor e protecção ao vicio e á immoralidade;
VI. Promove e anima as uniões illegitimas;
VII. Dá origem á perda da familia e do estado civil, ou, pelo menos, estorva e impede a indagação da paternidade e filiação;
VIII. Vicia e corrompe a população;
IX. É um encargo enorme, e sempre crescente, para o cofre dos municipios.

«São estes os capitulos de accusação que podem, com razão e justiça, levantar-se contra a *roda.*»[2]

---

[1] *Gazeta de Portugal,* de 4 de janeiro de 1868, n.º 1:530.
[2] *Beneficencia publica. A roda dos expostos.* Coimbra, 1871, p. 67.

*
* *

Vamos enumerar seguidamente, por ordem chronologica, alguns dos factos mais notaveis da nova administração da Misericordia, desde 1860:

**1862-1863**

Construcção de um novo collegio na calçada da Gloria e da casa de banhos.

Substituição das antigas rodas da loteria pelas actuaes.

Organização da contabilidade e escripturação de generos, roupas e mobilias nos estabelecimentos.

**1863-1867**

Reforma do serviço clinico das visitadas.

Continuação de obras no edificio e na egreja, e construcção de um novo edificio na calçada da Gloria.

**1867-1868**

Melhorado o ensino das orfãs com admissão de uma nova mestra.

**1868-1869**

Crise economica pela diminuição dos rendimentos das loterias e falta de pagamento dos juros da Camara. Divida de 36:000$000 réis.

**1869-1870**

Reforma da roda dos expostos e dos serviços de admissão e de subsidios de leite. A divida, no fim de 1871, era de 52:402$000 réis.

**1872-1873**

Regulamentos para o serviço da inspecção dos expostos e dos visitadores.

Obras no edificio para novas enfermarias e collegios.

Recebimento da avultada herança de Athouguia.

Diminuição do rendimento das loterias pelo desenvolvimento da loteria hespanhola.

## 1873-1874

A divida no fim do anno era de 30:355$000 réis.

Augmento de rendimento resultante da desamortização dos bens da Misericórdia.

Propõe-se novo regulamento para o serviço clinico.

Nomeação de um inspector geral dos expostos, e formulação de uma estatistica completa do estado em que foram encontrados os expostos quando se procedeu ás visitas.

Conclusão de tres grandes salas para os expostos.

Computo geral da dotacão de agua aos edificios, regulada em 1871 *(Diario* n.º 135), em 1872 *(Diario* n.º 172) e em 1873 *(Diario* n.º 168) em 14:500 litros diarios, o que só satisfazia o consumo graças ao valioso recurso das duas grandes cisternas.

Graves litigios entre a Misericordia e o Hospital pela questão dos legados pios não cumpridos; com o Hospital e Misericordias da Gollegã e Torres Novas pela testamentaria Athouguia; e com a Camara municipal para a liquidação dos Padrões.

Reducção das missas e capellas.

## 1874-1875

Levantamento das plantas e orçamento dos melhoramentos a fazer no Recolhimento de S. Pedro de Alcantara, por conta das obras publicas.

## 1875-1876

Creação dos subsidios para rendas de casas.

Restabelecimento dos logares de capellães da tumba para os enterramentos dos pobres.

Concessão de esmolas extraordinarias pela Semana Santa. Obras importantes na egreja e acquisição de alfaias para os altares da egreja de S. Roque e reparações na de S. Pedro de Alcantara.

## 1877-1878

Recebimento da avultada herança de Seraphim José de Sousa Basto e de outros.

Augmento da receita das loterias.

Fixa-se um quadro de 310 subsidiados de rendas de casas.

Conclusão das obras do Recolhimento, tendo por fim arejal-o e dar-lhe luz por janellas novamente rasgadas; estabelecimento da nova cozinha, etc.

### 1881-1882

Augmentou-se o salario ás amas de fóra, impondo-lhes a obrigação de fazerem com que as creanças frequentassem as escholas, sem o que não teriam direito á melhoria.

Augmentado o numero dos subsidiados de rendas de casas e o *quantum* d'esse subsidio.

### 1883-1884

Adopção do formulario de medicamentos para uso da Santa Casa.

### 1884-1885

Admissão das loterias extrangeiras, sujeitas ao imposto de sello de 15%.

### 1888

É creada e estabelecida a sopa de caridade, com 200 rações, elevando-se em 1889 ao numero 450.

A Santa Casa subscreve com um conto de réis para as victimas do incendio do theatro Baquet, em 28 de março de 1888.

### 1893

Installação da Typographia da Santa Casa no predio da calçada da Gloria.

### 1893-1894

Grandes obras de reparação e restauração da egreja de S. Roque.

### 1897

Creação de novo Conselho Geral de Beneficencia.

*
* *

Daremos agora em rapidas noticias biographicas o perfil de cada um dos modernos Provedores da Misericordia de Lisboa, procurando pôr em evidencia não só o valor intellectual e moral de cada um d'elles, como tambem o modo por que influiram no progresso e aperfeiçoamento organico da velha instituição, a cujo governo foram chamados a presidir, desde o anno de 1851 até 1898.

PRIMEIRO PROVEDOR

## D. José, Arcebispo de Palmyra

(1851-1854)

Extincta a commissão e reorganizada, sob a nova forma que acabámos de descrever, a administração dos estabelecimentos de beneficencia, escolheu o governo para primeiro Provedor da Santa Casa da Misericordia o Arcebispo de Palmyra, D. José Maria da Silva Torres.

Este prelado, natural de Caminha, onde nasceu a 14 de outubro de 1800, era monge benedictino, doutorado em theologia pela Universidade de Coimbra. Nomeado arcebispo de Gôa em 1843, exerceu este cargo com elevação e zelo patriotico, manifestando tendencias liberaes e sendo um estrenuo defensor do Padroado portuguez no Oriente, pelo que, suscitando-se graves dissenções entre elle e a Santa Sé, resignou a sua diocese, recolhendo ao continente em 1849. Logo em 1851 foi escolhido pelo ministro Rodrigo da Fonseca para o cargo de Provedor da Misericordia, por decreto de 11 de dezembro de 1851, logar que exerceu por dois annos, até 1854, tendo por adjunctos Francisco de Assis Basto e José Maximo de Castro Neto Leite.[1]

Parecia animado da intenção de remodelar completamente o pio instituto que dirigia, para o que tinha incumbido alguns dos empregados da casa de elaborar estudos, projectos e relatorios, em que pretendia expôr ao governo a situação e necessidades da Misericordia e propôr os melhoramentos que julgasse convenientes.

[1] Este adjuncto Neto Leite era conselheiro Juiz da Relação de Lisboa. Foi proposto pelo Arcebispo de Palmyra em 23 de dezembro de 1851. Nomeado, pediu a exoneração em dezembro de 1852, sendo proposto e nomeado em seu logar o Juiz da Relação Commercial conselheiro Fernando de Magalhães e Avellar (16 de fevereiro de 1853).

Joaquim Antonio de Aguiar

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

Não chegou, porém, a levar a effeito taes projectos; apenas deixou assignalada a sua memoria na gerencia da Misericordia pelas diligencias que empregou em desaccumular o edificio dos expostos, despedindo do hospicio todos os que passavam de uma certa edade, lançando assim nas luctas da vida, sem protecção nem amparo, dezenas de desventurados expostos de ambos os sexos, muitos dos quaes cahiram dentro em pouco nas maiores e mais abjectas miserias.

Na intenção de formar uma galeria de retratos dos modernos provedores, o Provedor interino Jorge Camelier solicitou em junho de 1897, e obteve do presidente da Camara municipal de Caminha, um retrato d'este illustre prelado com o fim de o collocar na sala da Provedoria. [1]

SEGUNDO PROVEDOR

## Joaquim Antonio de Aguiar

(1854-1860)

São bem conhecidos o nome e vida d'este illustre caudilho da causa liberal, estadista emerito e distincto parlamentar, o que nos dispensa de mais extensas referencias biographicas. Era natural de Coimbra, onde nascera em 1792.

Doutorado em leis pela Universidade de Coimbra, de cujo corpo cathedratico foi depois um dos mais distinctos ornamentos, Joaquim Antonio de Aguiar, victima das suas idéas liberaes, teve de emigrar para Inglaterra, de onde regressou com os bravos do Mindello, para ser um dos mais prestantes e famigerados funccionarios do novo regimen, exercendo logo, como ministro, a dictadura do governo, chamado imperial, até á morte de D. Pedro IV, vinculando o seu nome a grandes medidas, taes como a da extincção das ordens religiosas, da reorganização dos municipios e da creação da guarda nacional. Depois de ter occupado por varias vezes os conselhos da corôa, foi em 9 de novembro de 1854 escolhido para Provedor da Misericordia, logar em que manifestou os elevados dotes da sua intelligencia e energia, procurando melhorar e desenvolver os multiplices serviços da Santa Casa, melhorando o edificio e provendo os estabelecimentos com as roupas e mobilia de que tanto careciam. Infelizmente, porém, logo em 1860, por uma questiuncula em que foi ferido o

---

[1] O Arcebispo de Palmyra era coadjuctor e futuro successor do Arcebispo de Braga, membro do Conselho de Estado e Par do Reino. Falleceu em novembro de 1854.

seu capricho, viu-se compellido a pedir a sua demissão, abandonando o cargo de Provedor, em que servira apenas seis annos. N'esta resolução o acompanharam os seus adjunctos.[1]

Joaquim Antonio de Aguiar veiu a fallecer em Lisboa em 26 de maio de 1874, na avançada edade de 82 annos.

### TERCEIRO PROVEDOR

## Visconde de Benagazil

(1860-1869)

Nomeado em 1860, pelo decreto de 1 de setembro, conjunctamente com os novos adjunctos Geraldo José Braamcamp e Antonio Joaquim Bandeira,[2] serviu o cargo de Provedor até ao anno de 1879.

Desde 1865 teve por adjunctos o abbade Antonio Damaso de Castro e Sousa e o conde de Rio Maior (Antonio). Em pouco se resume a administração do visconde de Benagazil (Polycarpo José Machado), bem diversa da que haviam traçado seus illustres antecessores. Ajudava-o, porém, com zelosa e diligente actividade, o seu intelligente adjuncto Geraldo José Braamcamp, que esboçou o projecto de rasgados planos de uma reorganização geral dos serviços da Santa Casa. Quando, porém, esses planos e projectos se achavam estudados, a ponto de que só faltava pôl-os em execução para lhes observar os resultados praticos, o espirito do Provedor intimidou-se perante a ousadia de os decretar e retirou-lhes por completo o seu apoio. A pouco e pouco, não podendo convencer o adjuncto a desistir do seu proposito, passou a combatel-o energicamente, tenazmente. Geraldo Braamcamp, desgostoso, pediu a sua exoneração, que lhe não concederam, e conservou-se afastado de todo o trabalho da administração da Casa.

---

[1] Esta questiuncula foi motivada por ter o Provedor concedido ao official-maior Isidoro de Almeida, para sua habitação, uma casa cuja renda orçava por 200$000 réis. Levantou-se polemica sobre o caso; a imprensa, especialmente o *Jornal do Commercio*, onde escrevia o distincto investigador Ribeiro Guimarães, aggrediu violentamente o Provedor, e chegou a abrir uma subscripção, cujo producto fez entregar ao official-maior, para este pagar a renda da casa que occupava. O novo ministerio, presidido pelo marquez de Loulé, attendendo a estas reclamações da imprensa, ordenou ao Provedor que compelisse o locatario a entrar com a renda. Melindrado, Joaquim Antonio de Aguiar pediu a sua exoneração, concedida pelo decreto de 1 de setembro.

[2] Este mesmo decreto concedia a exoneração aos adjunctos Joaquim Larcher e Vicente Ferreira de Novaes, bem como ao Provedor Joaquim Antonio de Aguiar.

Veiu, porém, substituil-o o conde de Rio Maior, que lhe seguiu as pisadas com maior energia, proseguindo no mesmo espirito de reformas e melhoramentos, levando a sua iniciativa a ponto de pôr em cheque a indecisão e receios do visconde de Benagazil, que resolveu demittir-se do logar de Provedor em 1869.

Fôra terrivel esta quadra da administração da Misericordia, assoberbada pela onda sempre crescente das exposições, pela despesa cada vez maior, de que resultava o *deficit* que subia de anno para anno.

Era enorme a divida aos fornecedores; só mais tarde, depois de realizadas grandes reformas, logrou a boa administração do marquez de Rio Maior saldal-a completamente, por modo que só em 1875 começaram novamente a pagar-se em dia os fornecimentos.

Tambem se evidenciara a energia de Geraldo Braamcamp na campanha que iniciou e venceu, campanha que se tornou celebre, para cohibir a todo o transe o deploravel abuso que se dava do rebate dos vencimentos das amas de fóra. Até 1860 o largo de S. Roque era um vergonhoso mercado, onde os especuladores ignobeis se offereciam a rebater ás pobres mulheres os seis mezes dos seus parcos salarios; as desgraçadas, precisando as mais das vezes de dinheiro para regressar aos lares, acceitavam o contracto. Braamcamp resolveu pôr termo a este abuso; determinou que na Casa se desse hospedagem ás amas de fóra; que o premio ou gratificação, que se abonava aos tres e seis mezes pelo bom tratamento do exposto, fosse logo adiantado ás amas, a titulo de subsidio de transporte; que os rebatedores só pudessem receber os seus creditos até uma certa data, passada a qual só se satisfaria ás proprias agraciadas; facilitou ás amas o regresso ás terras da sua residencia, obtendo-lhes passagens nos caminhos de ferro com abatimento de 50 %; e, finalmente, estabeleceu as pagadorias, nas proximidades de suas terras, nos tres *districtos* de Caldas, Sobral e Leiria, onde principalmente acudia a população dos expostos entregues a amas.[1]

---

[1] Este illustre adjuncto, um dos administradores a quem a Santa Casa deve mais uteis e proveitosas provas de dedicação e abalisado senso governativo, falleceu aos 17 de janeiro de 1876. Era irmão do famoso estadista Anselmo José Braamcamp, e tio do emerito investigador e aprimorado homem de lettras sr. Anselmo Braamcamp Freire, a cujo aturado estudo se devem valiosos monumentos historicos, taes como a vida do *Conde de Villa Franca* e a minuciosa e riquissima monographia sobre os *Brasões da sala de Cintra* (1900).

QUARTO PROVEDOR

## Marquez de Rio Maior (Antonio)

(1869-1888)

Abriu o periodo notavel da sua gerencia o novo Provedor, ladeado pelos adjunctos Antonio Damaso de Castro e Sousa, geralmente conhecido pelo abbade Castro, e dr. Marcellino Craveiro da Silva, que dois annos depois (em 22 de outubro de 1872) era demittido, a seu pedido, vindo substituil-o o dr. Thomaz de Carvalho. Em 1878 tambem o abbade Castro deixou o logar de adjuncto e para esta vaga foi nomeado o dr. Paulo Midosi.

Iniciou-se então um periodo novo de grandes e importantes reformas.

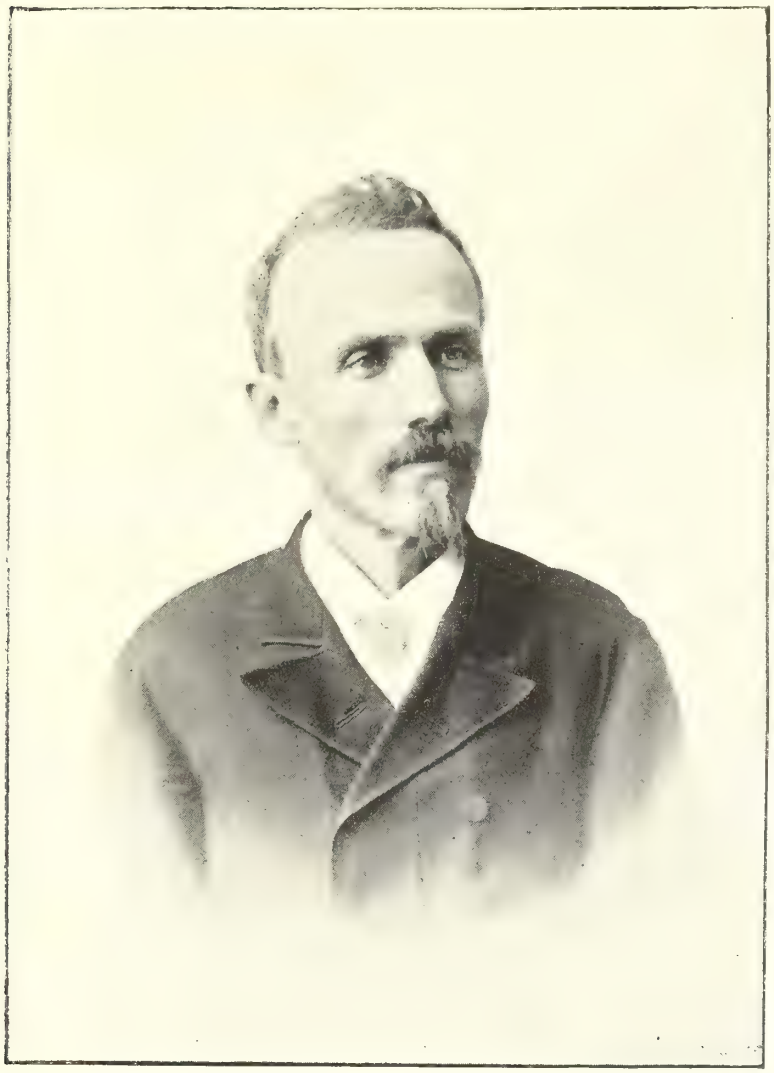
A gerencia do conde, depois marquez de Rio Maior, o mais notavel dos Provedores da Santa Casa pela dedicação e afan com que se votou ao engrandecimento e aperfeiçoamento dos variados serviços da Misericordia, deixou uma extensa lista de melhoramentos realizados, todos de grande alcance economico e administrativo.

A suppressão da roda, que já em 1853 o dr. Thomaz de Carvalho reclamava, acontecimento que tamanho clamor levantou na imprensa periodica, provocando discussão que a tornou celebre; — a sua substituição pelo processo de admissões justificadas e pela concessão de subsidios de lactação ás mães pobres; — a regulamentação da inspecção aos expostos e do serviço dos visitadores; — a reducção de muitos legados e missas; — o novo regulamento do serviço das visitadas, datado de 29 de janeiro de 1874; — o novo formulario, feito em 1884; — a iniciação dos importantes beneficios dos subsidios para rendas de casas e da sopa de caridade, e tantos outros regulamentos e ordens de serviço, immortalizam o nome do illustre Provedor.

Nos ultimos annos da sua administração o adjuncto dr. Thomaz de Carvalho foi substituido pelo dr. Cunha Vianna[1], dedicado e zeloso coadjuvante que o marquez encontrou a auxilial-o efficazmente nas suas audaciosas e pertinazes reformas.

Por fim a questão das loterias veiu desgraçadamente ferir a energia do illustre Provedor. Combatia elle com vigor a venda das loterias extrangeiras, advogadas pelos cambistas, e quando estes, pondo-se em *grève*, procuraram prejudicar a Misericordia, pretendendo anniquilar a loteria, o marquez recorreu

[1] O dr. Cunha Vianna veiu a fallecer em 30 de agosto de 1885.



O PROVEDOR CONDE (DEPOIS MARQUEZ) DE RIO MAIOR

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

á subdivisão dos bilhetes em quartos, quintos e decimos, conseguindo manter a venda, apesar da guerra brutal que lhe haviam movido os negociantes de loterias, os quaes buscavam por todos os meios desacreditar o pio estabelecimento e até a honra do Provedor.

Abatido pela doença, irritado e desgostoso pela feroz campanha de descredito que a imprensa assalariada lhe movia, o marquez pediu em 1888 a exoneração do elevado cargo que tanto honrara.

Não cuidava, porém, só nas instituições do presente o generoso marquez; via mais longe, e o seu pensamento, o seu dedicado espirito, estava sempre com a Misericordia e suas beneficencias. Por isso, não contente com as numerosas innovações e melhoramentos que da sua assidua e dedicada administração se derivaram, o marquez de Rio Maior fez doação á Casa da avultada quantia de 7:500$000 réis, que foi destinada a crear um fundo cujos rendimentos hão de servir de futuro para soccorrer em seus domicilios as expostas de bom comportamento que tenham vivido no mister de creadas de servir e venham a impossibilitar-se de proseguir no exercicio d'aquella profissão. Em beneficio d'este cofre desistiu dos seus vencimentos.[1]

O illustre marquez falleceu em 4 de fevereiro de 1891 e no trigesimo dia do seu fallecimento rezaram-se-lhe solemnes exequias na egreja de S. Roque.

### QUINTO PROVEDOR

## Paulo Midosi

(1888)

Doente, quasi moribundo, recebeu o adjuncto dr. Paulo Midosi, conhecido advogado e auctor dramatico, a nomeação de Provedor da Santa Casa, cargo de que a fatal doença, que em pouco tempo havia de causar-lhe a morte, não permittiu que elle chegasse sequer a tomar posse. Foi nomeado por decreto de 20 de setembro de 1888, sendo na mesma data nomeado adjuncto Jorge Camelier. Paulo Midosi falleceu aos 24 de dezembro de 1888, sendo-lhe feitas exequias solemnes na egreja de S. Roque em 24 de janeiro de 1889.

---

[1] Actas da Administração, de 7 de outubro de 1882 e 7 de março de 1883.

SEXTO PROVEDOR

## Dr. Thomaz de Carvalho

(1889-1897)

Após o bem curto interregno, em que o adjuncto Paulo Midosi, minado pela doença e indeciso entre a vida e a morte, lograva obter, moribundo já, o titulo de Provedor, succedia na cadeira provedoral, ao illustre marquez, o vulto prestigioso do dr. Thomaz de Carvalho.[1]

Nome aureolado nas lettras e na sciencia, professor emerito, um dos mais illustres que a Eschola Medica de Lisboa conta na lista dos seus cathedraticos, ex-director da mesma Eschola,—personagem proeminente da politica militante, parlamentar notabilissimo, orador famoso, porque *sentia que tinha a lingua desatada,* como elle mesmo dissera de Luiz Augusto Palmeirim ao fazer-lhe o elogio funebre á beira da sepultura,—conversador inexgottavel de estylo e de espirito, com que amenisava os mais agros e fastidiosos assumptos, latinista profundo e amantissimo, Thomaz de Carvalho, tendo exercido a administração de um grande estabelecimento de beneficencia—o Hospital de S. José—veiu por decreto de 3 de janeiro de 1889 assumir o elevado cargo de Provedor da Santa Casa da Misericordia, á qual de ha muito o seu nome andava ligado, desde as memoraveis pugnas levantadas na imprensa ácerca da extincção das rodas dos expostos, que elle foi o primeiro a combater, publicando em 1853, na *Gazeta Medica de Lisboa,* o notavel artigo intitulado—*Abaixo a roda dos expostos,* do qual já em outro logar fizemos especial menção.

As lides litterarias em que se firmara este nome, por tantos respeitos illustre, foram muitas e variadas; apparece-nos como collaborador assiduo e valiosissimo em quasi todas as publicações periodicas do seu tempo.

A litteratura, a sciencia e a politica eram-lhe todas familiares por egual. Por isso os *Annaes das Sciencias e Lettras* (onde, por exemplo, sahiu a lume um importante trabalho ácerca do *Hospital das Caldas da Rainha*), a *Gazeta Medica,* o *Zacuto,* a *Patria* e o *Atheneu,* são jornaes repletos dos artigos ma-

---

[1] **Nota biographica.**—Nasceu na rua Chã, no Porto, em 1819. Fez o curso de medicina em Paris com Marcellino Craveiro da Silva; foi lente de anatomia da Eschola Medica de Lisboa, director da mesma, enfermeiro-mór do Hospital de S. José, adjuncto e provedor da Misericordia de Lisboa, socio effectivo e vice-presidente da Academia Real das Sciencias e administrador da typographia da mesma, deputado, par do reino vitalicio, e membro do Conselho superior de Instrucção publica.

ESTAMPA IX

Bonifacio de Carvalho

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.

gistralmente escriptos n'aquelle estylo soberbo e castiço, de que só elle com Latino Coelho, seu inseparavel amigo, possuiam o rarissimo segredo. Escrevia em latim tão bem como em portuguez, e tão facil lhe era moldar o pensamento na metrificação latina como volver em bellos versos portuguezes os mais classicos auctores d'aquella lingua antiga.

Ora, brincando, publicava o *Congratulatio canum*,[1] ora traduzia em formosos versos portuguezes o *Bicho da Seda*, de Jeronymo Vita, Cremonense.

A collecção enorme de discursos que deixou, de allocuções e elogios, todos primores de linguagem e de estylo, verdadeiras bellezas litterarias, formam uma bagagem importante nas lettras.[2]

D'entre esses modelos oratorios citaremos apenas aqui as orações inauguraes da abertura da Escola Medica, especialmente a do anno de 1859; as orações funebres de Bernardino Antonio Gomes e de Luiz Augusto Palmeirim, e as interessantes allocuções que annualmente proferia no acto solemne da distribuição dos premios ás alumnas do Recolhimento das orfãs, tambem citadas n'este nosso trabalho.

Nos archivos dos dois estabelecimentos — Hospital e Misericordia — ficaram ineditas, desconhecidas, muitas peças de alto valor litterario, officios e relatorios diversos, nos quaes involuntariamente a penna do illustre academico, mais affeita aos gloriosos certames das lettras do que á redacção de homem de negocios, se guindava sempre ás elevações de uma phrase sonora, elegante e viva, de uma clareza que bem denunciava o lucidissimo espirito do seu auctor.

E comtudo esses trabalhos litterarios que nos deixou não podem dar uma idéa do altissimo valor do seu incomparavel merito. Definiu admiravelmente esta verdade o sr. dr. Sousa Viterbo, quando, para desenhar o perfil do famigerado Bartholomeu Ferreira, o protector de Camões, se refere ao dr. Thomaz de Carvalho nos seguintes termos:

«Quem exhumar as producções scientificas e litterarias do doutor Thomaz de Carvalho sorrirá incredulo da fama de que gosou em vida e que tão justamente lhe attribuiram os numerosos satellites que gravitaram em torno d'aquelle astro. Tanto na sua cadeira de professor como nas suas palestras, tão despretenciosas, tão familiares, tão instructivas, Thomaz de Carvalho era escutado como livro e até como um oraculo. O epigramma sibilava por vezes,

---

[1] Este poemeto comico foi publicado em folheto pelo sr. V. Deslandes, acompanhado da sua biographia, da traducção pelo sr. Bispo de Bethsaida, de uma carta de Eça de Queiroz, de um folhetim de Latino Coelho e de um soneto do sr. José de Sousa Monteiro.

[2] Citaremos entre as suas poucas producções meramente litterarias o precioso estudo que intitulou *Physiologia da Paixão*, folheto in-16°.

o que fazia suppôr a muitos que o seu temperamento era todo de ironia e de scepticismo, mas não havia quem mais depressa se abeirasse, a animal-o com o seu applauso sincero e exuberante, do talento que desabrochava. Era uma ave que dispertava sempre com qualquer alvorada litteraria e manifestava-se n'elle o prazer sincero de saudar o novo sol.

«Sousa Martins e Manuel Bento de Sousa podem-se enfileirar na mesma phalange. Quando se perde o seu convivio, quando não retine no nosso ouvido a vibração da sua palavra, é que nós sentimos a falta que nos fazem e quanto cooperam para este concerto do espirito em que andam empenhadas todas as almas eleitas e em que o livro não é o unico instrumento dominante na orchestra do saber e do bom gosto.»[1]

Infelizmente, porém, não se accommodavam os elevados dotes de tão raro espirito com as lidas administrativas que o seu novo cargo exigia. É por isso que havendo tanto a esperar dos seus dotes e aptidões não deixou na historia da sua gerencia registados factos condignos do seu talento.

Ao cabo de sete annos, no dia 3 de junho de 1897, uma agonia lenta fez com que — no saudoso dizer do seu medico assistente e dilecto amigo — «se apagasse uma das mais lucidas intelligencias do nosso tempo».

A individualidade de Thomaz de Carvalho, caracteristicamente accentuada, sobresahia no meio da sociedade portugueza contemporanea, e foi objecto de muitos estudos e apreciações biographicas e criticas, entre as quaes não deixaremos de mencionar as de José da Silva Mendes Leal, dr. Cunha Belem, dr. Sousa Viterbo e Julio Cesar Machado.

Querendo estabelecer parallelos para a apreciação de Sousa Martins, como cathedratico, um dos seus mais distinctos discipulos e hoje um dos mais notaveis ornamentos do corpo professoral da mesma Eschola Medica, o sr. dr. Carlos Tavares, citou no elogio funebre do mestre, entre outros professores de elevada plana, a memoria de Thomaz de Carvalho, de quem, pelo meio das peregrinas bellezas d'aquella soberba peça oratoria, diz com indiscutivel competencia: — «Thomaz de Carvalho, o mestre escutado por mestres da estatura de Andrade Corvo e Latino Coelho, foi um professor de justa nomeada, cuja boa sciencia era realçada pelos primores da dicção, etc».[2]

---

[1] Na *Introducção*, p. LIV, á edição illustrada d'*Os Luziadas*, pelo mesmo senhor revista e prefaciada. Lisboa, 1900. O sr. dr. Sousa Viterbo publicou tambem um notavel artigo critico ácerca do dr. Thomaz de Carvalho, de quem era dedicado amigo, n'*A Semana de Lisboa*, n.º 20, de 14 de maio de 1893, acompanhando o retrato, em photogravura, n'um medalhão circular.

[2] *Elogio funebre do dr. José Thomaz de Sousa Martins*, proferido pelo prof. sr. Carlos Joaquim Tavares na sessão solemne da Sociedade de Geographia de Lisboa de 20 de novembro de 1897.

A sua morte foi acontecimento que produziu na capital triste e dolorosa impressão, de que foram a mais irrefutavel prova os seus funeraes. Numerosissima concorrencia de pessoas de todas as classes acudiu a presenciar e acompanhar o sahimento, que foi imponente.[1]

Haviam sido seus adjunctos o dr. Joaquim José Rodrigues da Camara e

---

[1] Leia-se a noticia do funeral, publicada no dia 5 de junho de 1897 pelo jornal *O Seculo:*

«Desde hontem de manhã que, na egreja de S. Roque, para onde ante-hontem á noite fôra, como noticiámos, transportada a urna contendo o cadaver do dr. Thomaz de Carvalho, era grande a concorrencia de pessoas, umas por simples curiosidade e outras em respeito e veneração para com o illustre extincto.

«Á tarde a concorrencia redobrou. Predominavam os altos funccionarios e pessoas da nossa primeira sociedade.

«Para que podessem inscrever os seus nomes foi collocada á entrada da egreja e junto a uma columna do côro uma mesa, forrada de preto, com uma salva, onde eram lançados os cartões.

. . . . . .

«Pouco antes das 4 horas da tarde começaram os preparativos para o funeral, e por isso, depois de distribuidas pelos convidados grande numero de tochas accesas, entrou na egreja a collegiada de cruz alçada. Cantou-se então junto á eça o *Libera-me.*

«N'esta occasião entraram na egreja, pela porta da sacristia, oito educandas do recolhimento de S. Pedro de Alcantara, cobertas com véos brancos e acompanhadas das respectivas professoras e regentes.

«Findo o *Libera-me* foi a urna retirada de sobre a eça e conduzida para o carro funerario, que era de columnas, forrado de preto, tirado a duas parelhas, tambem cobertas de lucto.

«Ao carro funerario seguia-se um coche com os padres e 127 trens conduzindo os seguintes senhores.

(Seguem os nomes.)

. . . . . .

«No cemiterio do Alto de S. João muita gente esperava o funeral do dr. Thomaz de Carvalho, como de resto acontece sempre com os funeraes de homens notaveis.

«O prestito chegou áquelle cemiterio pouco depois das 5 horas da tarde.

«Foi alli que se viu perfeitamente a imponencia do acto, senão pelo grande numero de pessoas que n'elle tomaram parte, pelo menos pelas elevadas classes a que quasi todas pertenciam, pois, como se vê pela lista acima, estavam alli medicos, officiaes do exercito e marinha, ministros, conselheiros, pares do reino, deputados, funccionarios publicos, estudantes, etc.

«A urna funeraria foi collocada sobre uma carreta e conduzida para a capella do cemiterio.

«Durante este trajecto e da capella para o jazigo organizaram-se para pegar ás borlas do caixão diversos turnos.

. . . . . .

«Á beira da sepultura falaram os srs. conde de Ficalho, dr. Pitta e Jorge Camelier.

«O primeiro a falar foi o sr. conde de Ficalho, e, não podendo dar na integra o seu bello discurso, vamos no emtanto dar as passagens mais importantes d'elle, taes como nos foi possivel apanhal-as. Eil-as:

Jorge Camelier. O primeiro foi nos ultimos annos da vida de Thomaz de Carvalho exonerado e substituido pelo actual adjuncto, sr. João Antonio de Carvalho Veiga, e o segundo foi pela morte do velho Provedor investido no governo supremo da Santa Casa.

Pouco tempo, porém, o exerceu. Ainda em vida do dr. Thomaz de Car-

---

«Meus senhores:—Como representante da Academia das Sciencias fui obrigado a vir aqui dizer algumas palavras junto á sepultura do dr. Thomaz de Carvalho.

«A Academia das Sciencias está de lucto, e com razão, porque Thomaz de Carvalho era um dos seus socios e sempre a honrou.

«Thomaz de Carvalho foi um ornamento da medicina e como professor sabia amenisar com a sua palavra o estudo arduo da anatomia.

«Na Academia das Sciencias o dr. Thomaz de Carvalho era escutado com anciedade, porque era um academico distincto

«Latinista completo e mestre da lingua portugueza, elle sabia dar aos seus discursos uma fórma e um colorido pouco vulgares.

«Thomaz de Carvalho era membro da 1.ª classe da Academia das Sciencias e como tal muito respeitado. Mas era tal o seu saber e fina intelligencia que se fosse membro da 2.ª classe alli lhe tributariam a mesma veneração, tal a malleabilidade do seu talento e universalidade de conhecimentos.

«Ninguem foi mais amavel e mais bondoso. Quem o conheceu sabe como o seu coração estava aberto a todas as miserias humanas.

«O sr. dr. Bettencourt Pitta leu o seguinte discurso:

«Senhores:—Mais uma cova aberta n'este Campo Santo da egualdade reclamando lhe sejam restituidos os restos mortaes de um dos seus filhos mais notaveis.

«Junto de um tumulo é inadmissivel a lisonja, por isso posso affirmar que a morte de Thomaz de Carvalho é uma grande perda para a sciencia e para a litteratura patria.

«Não pode nem deve ser meu intento fazer a sua biographia; venho em nome da Eschola de Medicina de Lisboa prestar homenagem a um dos seus dedicados directores, e ora professor que tanto a illustrou com a sua palavra facil e eloquente, persuasiva e de uma correcção irreprehensivel.

«Era o ultimo d'essa floresta de arvores gigantescas que a morte acaba de derrubar; mas na nossa angustia suavisa-nos a esperança de que os que d'essa frondosa arborisação colheram os fructos hão de continuar a manter no mesmo nivel a eschola de que me honro de ser director.

«Senhores: Thomaz de Carvalho não foi só um professor distinctissimo; por qualquer lado que avaliamos a sua individualidade, assombra-nos a vastidão do seu saber.

«Nenhum ramo de conhecimentos lhe era extranho e na litteratura deixa muitos documentos que provam o seu grande valor.

«A sua grande illustração e estylo amenisavam suavemente as discussões em que se envolvia; mas, se o aggrediam, a sua palavra humoristica, ironica e sarcastica vencia o adversario.

«Nos debates parlamentares, em que tanto se tornou notavel, muitos athletas da tribuna foram derrotados.

«Artista da palavra, eram estas luctas da intelligencia que amava; mas com taes qualidades de caracter detestara sempre a vida clinica.

valho, impossibilitado este pela doença que o prostrava, fôra o adjuncto Camelier encarregado de gerir os negocios do grande estabelecimento de beneficencia. Tres mezes depois do fallecimento do venerando Provedor fallecia inesperadamente o adjuncto, victima de uma pneumonia, a 28 de setembro de 1897, pela uma hora da tarde.

---

«Afastado dos trabalhos escholares pela sua jubilação e desgostoso da politica abandonou-a. Antes quiz terminar a sua carreira soccorrendo os que soffrem, e assim o mostrou como enfermeiro-mór e depois provedor da Santa Casa da Misericordia, e pelo que fez enxugando muitas lagrimas e pelo que soffreu no ultimo quartel da vida; a sua existencia está agora liberta de tormentos e Deus sempre misericordioso d'isso o terá absolvido.

«Disse.

«O sr. Jorgé Camelier, provedor interino da Misericordia, disse:

«Meus senhores: — Escurece dentro de nossos corações e aos olhos vem o pranto amargo de uma saudade pungente quando na terra se apaga a luz rutilante de um espirito superior como era o do dr. Thomaz de Carvalho.

«Notavel, distincto, famoso como professor, como academico, como orador, como escriptor, como provedor da Misericordia de Lisboa, em cujo nome profiro estas desataviadas palavras, quando uma sincera commoção me perturba, o dr. Thomaz de Carvalho valeu muito mais do que a reputação que os seus contemporaneos fizeram ao seu caracter.

«Julgaram-no septico, e era um verdadeiro crente, sonhando os paramos da luz da bemaventurança, na vida eterna!

«Julgaram-no cynico, e era em todo o trato social um verdadeiro exemplar de primores e gentilezas.

«Julgaram-no egoista, e era um verdadeiro prodigo, maiormente no amor do proximo, no exercicio da caridade, de que, como provedor da Misericordia, usou largamente e sempre que qualquer desgraçado o deprecou!

«Era assim o homem de quem viemos despedir-nos, e cujos despojos se vão esconder na negra algide da sepultura, como a sua vida se escondeu nos mysterios da morte.

«Adeus, pois!

«Adeus em nome dos expostos, dos orfãos, dos doentes, dos famintos, dos desamparados, dos invalidos, emfim de todos os miseraveis de quem foste amoravel pae!

«E, «se lá no ethereo assento, aonde subiste, memoria d'esta vida se consente», não te esqueças de inspirar os que te succedam na doce herança de acudir aos pobres. Adeus!

«Que esta tão tua querida terra lisbonense te seja leve, como leve havemos de esperar que tenha sido a pena imposta pelo Supremo Juiz ás tuas faltas de homem!

«Adeus!

«Todos os discursos foram ouvidos com a maxima attenção e respeito.

«— Dirigiu o enterro o sr. Jorge Camelier.

«— O cadaver do sr. Thomaz de Carvalho ficou sepultado no jazigo do pharmaceutico Carvalho, na rua n.º 3.»

Todos os jornaes publicaram artigos biographicos, sendo notaveis os de *O Popular*, das *Novidades*, do *Diario de Noticias*, do *Seculo* e do *Diario Illustrado*, do dia 4 de junho. Estes ultimos, bem como o *Occidente* e o *Branco e Negro* (revistas illustradas), publicaram o retrato do illustre extincto.

Um dos mais lidos periodicos da capital, na noticia necrologica de Jorge Camelier, dizia:

«O sr. Jorge Camelier foi um funccionario muito distincto e gosou sempre da melhor reputação e credito. A sua clientella era uma das mais escolhidas da capital. Nasceu em Lisboa a 3 de março de 1836, tendo, portanto, apenas 61 annos e alguns mezes de edade. Foi nomeado tabellião por decreto de 26 de maio de 1865. Escreveu algumas obras, entre as quaes temos nota das seguintes: *Contribuição de registo; Estudo sobre a capella de S. João da egreja de S. Roque* (em portuguez e francez); *Substituição do projecto de reforma da tabella de emolumentos e salarios judiciaes, na parte que diz respeito a tabelliães de notas; Representação á camara dos senhores deputados contra o novo systema da contribuição industrial de 1892* e *Projecto de contribuição do notariado portuguez.*

«O sr. Jorge Camelier desempenhava ultimamente o cargo de Provedor interino da Santa Casa da Misericordia, logar em que evidenciou mais uma vez as suas excellentes qualidades de caracter e de trabalho. Ha poucos dias, ainda no desempenho d'esse cargo, presidira á sessão solemne da distribuição dos premios, realisada no Recolhimento de S. Pedro de Alcantara, onde pronunciou um excellente discurso.»[1]

## SETIMO PROVEDOR

Por fallecimento do Provedor e do adjuncto que o substituia, nomeou o Governo de Sua Magestade para o cargo de Provedor o Sr. Antonio Augusto Pereira de Miranda, cujo nome prestigioso por mais de uma vez tem sido indicado para os conselhos da corôa, parlamentar distincto, politico illustre e honestissimo caracter, que presentemente occupa a cadeira provedoral da Santa Casa da Misericordia de Lisboa.

---

[1] *Seculo* de 29 de setembro de 1897.

# CAPITULO VII

**Os edificios da Misericordia e suas preciosidades monumentaes e artisticas. —I.** S. Roque, o sitio, o largo, a egreja; capellas, quadros, azulejos, sepulturas; obras, reliquias e alfaias.—A sacristia; o thesouro da capella de S. João Baptista.—Confrarias, solemnidades, tradições historicas.— **II.** Séde da Administração, as salas, os quadros e outras preciosidades; archivo.—**III.** S. Pedro de Alcantara: a egreja, capellas, quadros e sepulturas; o edificio.—**IV.** Outras dependencias:—Casa nos Barbadinhos; a Cartuxa de Laveiras.

Coube ás casas de beneficencia da capital o inestimavel apanagio de lhes ser confiada a guarda e conservação de edificios mais ou menos notaveis, quer pelas bellezas artisticas, quer pelas tradições historicas. A Real Casa Pia de Lisboa recebeu n'esta partilha dos mais valiosos monumentos nacionaes o riquissimo edificio do extincto convento dos Jeronymos de Belem, com os seus claustros de pedra rendilhada; o Asylo de D. Maria Pia teve por quinhão, appenso ao vasto edificio construido expressamente para os asylados sobre as ruinas ainda fumegantes do famigerado palacio real de Xabregas, aquella maravilha da arte, ou, melhor diriamos, de todas as artes, conhecida pelo nome de Egreja da Madre de Deus, com seus encantadores claustros; o Hospital de S. José albergou-se no vasto e historico edificio do Collegio de Santo Antão dos Jesuitas, com a preciosa sacristia da derruida egreja e interessantissimos azulejos; o Asylo de Mendicidade obteve o curioso convento dos Capuchos, da invocação de Santo Antonio; e finalmente a Misericordia de Lisboa foi pelo grande Marquez dotada com o vasto edificio da Casa Professa dos Jesuitas de S. Roque e a annexa egreja da mesma invocação, com todas as suas preciosidades artisticas.

# I

## Casa de S. Roque

### O sitio.—O largo

São, já de si, o sitio e largo de S. Roque, cheios de tradições locaes que os tornam deveras notaveis para a historia da cidade.

Áparte as circumstancias que concorrem no templo, na sua edificação e nas suas actuaes riquezas artisticas, são o largo e sitio de S. Roque vasto repositorio de curiosidades que sobremodo interessam o archeologo e o investigador erudito.

Alli passava a celebre muralha da velha cidade de D. Fernando, e formava n'aquelle ponto, deixando fóra do seu circuito o local da egreja, uma porta, que era a oitava, denominada a principio postigo de Alvaro Paes, depois do Condestavel, do Carmo, e por fim, modernamente, de S. Roque, em razão da imagem do santo collocada em um nicho sobre o arco.[1]

Junto ao arco ou postigo, para o lado do norte, havia a torre ou cubello denominada de Alvaro Paes. A muralha corria para as Estrebarias d'el-rei, ao Rocio, descendo a abrupta encosta, e para poente até á Trindade, onde fazia outra porta, em frente da egreja do mesmo nome, e mais para o sul até á porta de Santa Catharina. Fóra da muralha ficava o monte de S. Roque, coberto de oliveiras,[2] onde em 1506, quando a peste assolou a cidade, se estabeleceu o cemiterio dos empestados.

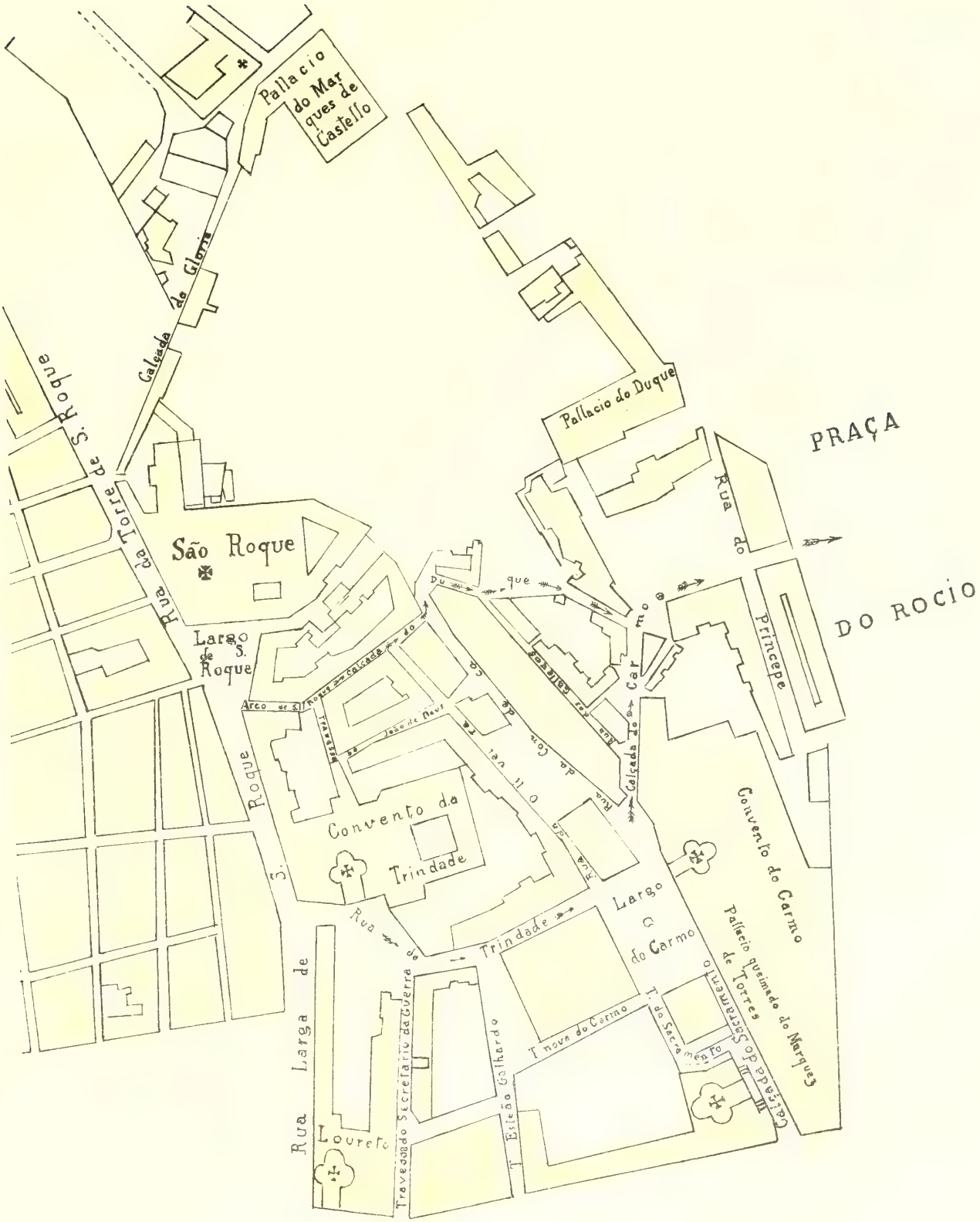
El-rei D. Sebastião deu a torre já desmantelada aos condes de Vidigueira, descendentes de D. Vasco da Gama, os quaes alli edificaram um palacio, conservando intacto o cubello, que ficava acostado ao postigo. N'este palacio habitaram os condes de Vidigueira longos annos.

Em frente, entre o palacio, a egreja e o novo bairro, ainda conhecido por Villa Nova de Andrade, extendia-se o terreiro de S. Roque, do qual uma boa

---

[1] João Baptista de Castro, tom. v.

[2] Em 1500 mandou D. Manuel cortar todos os olivaes da cidade e os de fóra dos muros até á distancia de dois tiros de bésta, ficando os terrenos em rocios.—Sr. Pedro A. Azevedo, interessante artigo—*Do Arieiro á Mouraria*—no *Archeologo*, tom. v, p. 259.




PLANTA DO BAIRRO DE S. ROQUE

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

parte era propriedade dos condes de Vidigueira, a quem a Camara municipal a aforou para tornar todo o terreiro dominio publico.

O terreno occupado pelo palacio dos condes era em parte foreiro á Camara e em parte ao Mosteiro da Santissima Trindade.

Em 1619, porém, os Padres da Casa de S. Roque levantaram embargos contra as obras que o conde pretendia fazer no paço, torre, quintaes e casas, allegando que com ellas lhes devassavam a cerca.[1] Chegando a um accordo, fizeram escriptura, pela qual os condes se obrigavam a fechar as janellas da torre que deitavam para o lado da cerca, e a fazer um muro de vedação, no qual apenas se abriria o portal ornado, para serventia das suas casas, demolindo-se os pardieiros e telheiros que havia para fóra e ao longo da dita torre, não se edificando no pateo casas algumas. Por sua parte a Companhia declarava desistir de todas as pretenções que havia manifestado ter ao chão da serventia, pateo e galeria dos aposentos dos condes. Interessante documento esta escriptura, existente no Archivo da Santa Casa.[2]

Os Nizas viveram n'este palacio muitas dezenas de annos, até que receberam por herança o antigo paço real de Enxabregas, para o qual mudaram a sua residencia. Foi muito depois que a instancias reiteradas dos jesuitas de S. Roque o novo patriarcha de Lisboa, D. Thomaz de Almeida, veiu alugar o palacio, que pela cerca tinha communicação com o Collegio de S. Roque. Estreitos laços de sympathia prendiam o primeiro patriarcha aos religiosos da casa vizinha, e tantas que por sua morte lhes legou o seu corpo, para ser sepultado na egreja, como adiante diremos.

O segundo patriarcha de Lisboa veiu egualmente residir para o mesmo palacio, cuja entrada se fazia pelo pateo, já então conhecido pelo nome de Pateo do patriarcha. Era este prelado D. José Manuel, filho dos condes da Atalaya, depois marquezes de Tancos. Alli residia quando occorreu no dia 1 de novembro de 1755 o horroroso terremoto.

Não causou este grandes damnos no sitio de S. Roque; comtudo ruiu por terra o tympano, onde estava o nicho com a imagem do Santo, e que sobrepujava a ampla cimalha ou platibanda da egreja de S. Roque,[3] parte da frontaria da qual egualmente se desmoronou; a torre de Alvaro Paes desabou tambem —«entupindo a passagem para o palacio dos Nizas e soterrando dois gentis homens do patriarcha».[4]

---

[1] Uma parte d'esta cerca de S. Roque passou em 1765 para a posse dos condes de Castello Melhor. Pinho Leal, tom. IV, p. 137.

[2] Livro 2.º de *Decretos, Auisos e Ordens,* fl. 71 a 74.

[3] Pinho Leal, tom. IV, p. 249. A elle se refere o sr. Campos Junior no folhetim n.º 89 do *Marquez de Pombal.*

[4] João Baptista de Castro, tom. V.

O postigo de S. Roque manteve-se de pé.

O patriarcha mudou-se para o seu palacio, na rua da Atalaya, e o paço dos Nizas ficou devoluto.

No largo e no pateo foram-se, porém, edificando barracas e casebres, onde se albergava a creadagem dos Nizas.

A rua de S. Roque, que era já antiga, entrou no plano da reedificação da cidade, onde se lê o seguinte:

«... Rua larga de S. Roque—Formando-se uma Praça com a regularidade possivel entre o adro da dita Egreja e as casas de D. João de Lancastre, e sahindo d'ella uma rua de 54 palmos de largo, até acabar na porta travessa da Egreja do Loreto, etc.»[1]

No meio do largo, pouco mais ou menos, havia uma pequena capella. Era a primeira estação dos Passos da Graça, desde 1586, anno em que a procissão foi instituida, como adiante referiremos.[2] No Archivo do Museu archeologico do Carmo existem sob o titulo de—*Desenhos do passo que havia no largo de S. Roque e das differenças que tinha d'elle, na frente, o passo do Rocio*—os desenhos d'esta capella, feitos por José Valentim de Freitas.

«Em 1834, diz um elegante e investigador litterato contemporaneo, desde o actual largo de S. Roque até ao pateo do marquez de Penalva havia um dedalo de beccos, de pateos immundos e quasi ignorados da policia; era uma ladeira bordada de enxames de mulheres perdidas. O chamado Pateo do Patriarcha formava a cabeceira d'essa encosta.»[3]

A frontaria da egreja, depressa reconstruida, perdera a cimalha e o tympano, que foram substituidos pelo actual frontão e oculo, que parece tinham tenções de provisorios, pois que a cimalha d'elle é construida de alvenaria. O adro sahia até meio largo, e em frente da portaria da extincta Casa Professa, já então portaria da Misericordia, havia o alpendre, com o competente lampeão, tal como nol-o pinta um desenho do natural feito em 1833.[4]

---

[1] *Legislação Josephina,* vol. xv da Collecção da Academia Real das Sciencias.—Plano de 16 de junho de 1758.

[2] Grande copia d'estas noticias foram colhidas no artigo *Lisboa,* do *Dicc. de Portugal antigo e moderno,* de Pinho Leal, tom. iv, p. 164.

[3] Pinto de Carvalho (Tinop). *Lisboa de outros tempos* (Lisboa, 1899), tom. ii. *Os cafés,* p. 262.

[4] Luiz Gonzaga Pereira, *Os monumentos sacros de Lisboa,* Ms. n.º 215 da Bibliotheca Nacional. Não sabemos ao certo quando desappareceu o alpendre. Seria em resultado da postura

Para o velho e arruinado palacio dos Patriarchas, onde existia um vasto salão, veiu o celebre Theatro do Bairro Alto. A este respeito diz o já citado Tinop:

«Silva Tullio, louvando-se nas declarações do velho actor Matta, o *Mata Castelhanos,* diz (no *Archivo Pittoresco)* que este theatro abriu em fins de 1815. Mas a verdade é que se inaugurou em 1814, como se vê no pedido para a sua abertura, feito por José Thomaz Costa, em 16 de julho d'este anno (L.º 14.º *das Secretarias*). Antes do theatro se estabelecer no palacio, expozeram-se n'uma das salas as *figuras pintorescas,* trazidas por um hespanhol refugiado (L.º 16.º *das Secretarias).* O hespanhol era D. Simon Sadinos..... ..... a *Gazeta* de 4 de janeiro de 1813 annunciava que o Director do Theatro pintoresco e mechanico ia estabelecer a sua machina na sala do pateo do palacio Velho da Patriarchal, junto á egreja de S. Roque, que o divertimento principiaria ás 6 ½ da tarde, que aos dias santos se dariam duas diversões (uma ás 4 e outra ás 7 horas), que os preços eram: assignatura 320 réis, geral 240 réis e varandas 160 réis.»

«O proprietario era Dyonisio José Monteiro de Mendonça... No Theatro do Bairro Alto representaram companhias portuguezas, hespanholas, inglezas, e uma franceza. A primeira *troupe* ingleza de que temos noticia é a de Guilherme Southby. Compunha-se de equilibristas e trabalhou de 1817 até ao entrudo de 1818. A segunda é a de Gamet, em 1827. Dava titeres e nos intervallos danças hespanholas e solo inglez.»

Em 1821 representou-se alli pela primeira vez a tragedia *Catão,* por curiosos.[1]

---

da Camara, de 2 de maio de 1857, que prohibia os alpendres e balcões fóra do alinhamento dos edificios?—*Archivo Municipal,* 1857, p. 301.

Já em 1625 existia o alpendre. Em um curioso documento ácerca dos trabalhos de defesa da cidade, d'aquelle anno, se propunha:

«Leuantar e engroçar a parede donde esta a porta do pateo das casas do conde da Vidig.ra, que topa com São Roq̃., daltura e grossura do atras; e tapar as portas e janellas das casas do mesmo conde para o seu pateo, e massicar o arco que esta na sua torre, da banda de Dom Esteuão.»

«Tirar o alpendre da portaria de São Roque, e taparlhe todas as portas e janellas baixas q̃ vão p.a a serqa, e a porta do carro; e per baixo desta porta do carro, pella parte de dentro, deitar hum paredão ate o cunhal da cuzinha.»—*Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* tom. III, p. 168.

[1] Tinop. *Os cafés,* p. 262 a 266.

Em 1823 davam-se n'este palacio os primeiros bailes publicos de mascaras, segundo se vê dos annuncios transcriptos pelo auctor do *Summario.* [1]

O velho palacio dos Nizas extendia-se pela calçada do Duque abaixo, até onde hoje se ergue a Eschola Academica. Lá está ainda o velho cunhal a attestar lhe a passada existencia. De entre os varios alugadores do vasto casarão arruinado pelo terremoto encontra-se noticia de um alfarrabista de nome Antonio Henriques, que estabelecera nas salas do andar nobre um grande deposito de livros, frequentado por muitos dos mais illustres homens de lettras e bibliomanos da epocha, entre elles pelos irmãos Castilhos e pelo morgado de Assentiz. Devia isto ser antes da estada alli do theatro do Bairro Alto, ou simultaneamente com elle. [2]

A platéa do theatro ficava justamente por cima das salas do alfarrabista, [3] onde hoje é o deposito de trens da Companhia de carruagens.

Por escriptura de 17 de maio de 1837 o contador da Relação, Francisco José Caldas Aulete, aforou o palacio arruinado dos Vidigueiras, bem como as barracas do largo e o chão onde estava o cubello. A Camara intimou o foreiro a demolir aquellas construcções informes que obstruiam o largo, e n'essas demolições desappareceu a historica torre.

O foreiro conservou parte da muralha, construiu uma casa na calçada do Duque, no largo onde termina a rua da Condessa, e collocou sobre a muralha antiga uma lapide onde dizia: [4]

ESTE LANÇO DE MURO QUE EL-REI D. FERNANDO
ACABOU EM 1413, FOI CONSERVADO E REPARADO
POR FRANCISCO JOSÉ CALDAS AULETE EM 1840

---

[1] Ribeiro Guimarães, *Summario,* tom. II, p. 206.

[2] Julio de Castilho. *Memorias de Castilho,* tom. II, p. 103.

[3] Idem, *Lisboa antiga,* tom. I, p. 144.

[4] Refere-se esta inscripção á data de 1413 na era de Cesar, que corresponde ao anno de 1375 na era de Christo, anno em que el-rei D. Fernando acabou a muralha. Esta lapide acha-se presentemente collocada na parede de umas casas ou dependencias que ficam por detraz dos edificios modernos da Eschola Academica, em sitio onde apenas se pode divisar, e muito de longe, de algumas das janellas que deitam para a parte posterior do edificio, sobre a cerca. Parece achar-se muito estragada pelo tempo e apagadas ou mal distinctas algumas das suas lettras, motivo porque não foi possivel cotejal-a com a reprodução, que apresentamos, da que Pinho Leal publicou, apesar da amabilidade com que o sr. Director d'aquella Eschola se prestou a facilitar-nos o exame do local onde a lapide se acha affixada.

ESTATUA DE S. ROQUE

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

Ao lado do portão de ferro havia uma bonita casa independente, onde habitou de 1838 a 1841 o poeta Antonio Feliciano de Castilho e onde nasceu em 1840 o seu filho primogenito Julio, actual sr. visconde de Castilho, erudito investigador, historiador e archeologo, tantas vezes citado n'esta obra, e ao mesmo tempo litterato emerito, romancista e poeta.

A propriedade de Caldas Aulete foi comprada por Antonio Florencio dos Santos em 1854, e transformada depois, parte em edificio e cerca da Eschola Academica (1863) e parte nas accommodações da Companhia de carruagens.

De alguns outros predios do largo e sitio de S. Roque se encontra menção historica. Apontaremos dois de que topámos noticia: na rua de S. Roque, em frente do campanario da egreja, no primeiro andar da casa que hoje tem o n.º 13 e torneja para a travessa do Guarda-mór, nasceu a 26 de janeiro de 1800 Antonio Feliciano de Castilho.[1] A esse tempo, e muito depois, ao longo da parede da egreja que deita para esta rua, havia diversas lojas que occupavam as casas onde hoje estão estabelecidas dependencias da sacristia e da egreja. A Misericordia dava de renda estas lojas, nas quaes estavam estabelecidos um barbeiro, um droguista, um talho e um logar de hortaliça. Acabaram estas lojas, entaipando-se as respectivas portas, no tempo da administração do visconde de Benagazil e Geraldo Braamcamp.[2]

O outro predio é o que fazia esquina do largo para a rua de S. Roque, em cujos restos actualmente estão estabelecidas as officinas e redacção do *Diario Popular*. Pertenceu a D. Henrique de Noronha e a D. Estevão de Faro; esteve alli algum tempo um hospital inglez.[3]

Em 1835 a Camara municipal resolvera, como dissemos, regularizar o largo e abrir a rua Nova da Trindade; para este fim demoliu os ultimos restos da torre de Alvaro Paes e o arco de S. Roque. A capella do Passo do Senhor foi tambem arrasada para desobstruir o largo. Este Passo é o que hoje se arma debaixo do côro da egreja de S. Roque. A estatua d'este Santo, que ornava o arco, do qual não nos resta, que se saiba, desenho algum, foi arrecadada em uma das capellas do claustro de S. Roque. É uma estatua de pedra, pintada a côres, com toques de ouro.

Representa o Santo em trajo de peregrino, tendo á esquerda um anjo, de pé, que lhe dá pelo joelho, e á direita o cão com um pão na bocca.

Não tem assignatura ou sigla por onde possa conhecer-se o seu auctor. É

---

[1] Este predio ficou assignalado pela lapide que a Camara municipal de Lisboa, por proposta do vereador sr. Alberto Pimentel, alli mandou collocar, em 26 de janeiro de 1900, para commemorar o primeiro centenario do nascimento do Poeta.

[2] Segundo informações de pessoas d'esse tempo.

[3] Balthasar Telles, *Chron.*, tom. II, p. 93; Pinho Leal, tom. IV, p. 166; *Lisboa antiga*, tom. I, p. 142; e *Domingo illustrado*, n.º 142, p. 604, anno de 1899.

por certo anterior ao seculo XVII. A esculptura denota dever ter sido feita no seculo XVI. Tem no plintho a legenda: *S. Roche ora pro nobis.*

Foi depois transferida para a egreja de S. Pedro de Alcantara, onde, depois de ter estado algum tempo em um altar, foi por occasião das obras a que alli se procedeu em 1874 depositada em um corredor. A pedido do conductor de obras publicas sr. Antonio Cesar Mena Junior, que alli a encontrou quando dirigia obras no edificio, e com a annuencia immediata do actual Provedor, foi a historica imagem, depois de photographada, enviada como deposito para o Museu Archeologico do Carmo, onde se acha collocada na antiga capella-mór, hoje sala de D. Nuno Alvares Pereira, desde 10 de fevereiro de 1899.[1]

No anno de 1837 a Camara instituiu no largo de S. Roque o mercado de flôres, a que já nos referimos.[2]

Estas demolições, feitas nos annos de 1835 a 1837, não foram, porém, ao que parece, muito completas, porque em 31 de agosto de 1857 o vereador Ayres de Sá propunha na Camara municipal a demolição de um predio arruinado a S. Roque, para depois regularizar a praça. Em 1858 mandava a Camara proceder a vistoria no largo e ao levantamento da sua planta para o aformosear. Em 1859 deram o nome de rua de S. Pedro de Alcantara ás que antes se denominavam rua da Torre de S. Roque e largo de S. Pedro de Alcantara. Em 1858, ou 1860, o vereador Moraes Mantas lembrava que o mercado de flôres, de que já falámos, se estabelecesse na nova praça que resultara da demolição dos casebres do Loreto.[3]

Em uma planta da cidade, levantada no principio do seculo que findou, se vê indicada a posição do arco de S. Roque, o qual ficava sobre a calçada do Duque, no ponto onde hoje é o seu topo. A esse tempo, porém, a calçada prolongava-se mais e vinha desemboccar a meio do largo, entre os edificios que a fechavam pelo lado do sul, e cujas trazeiras deitavam sobre a cerca do convento da Santissima Trindade, e o palacio dos Nizas ou do Patriarcha, que avançava até quasi á esquina da rua larga de S. Roque sobre o antigo terreiro, o qual n'esta planta apresenta um aspecto geral de triangulo cujo vertice aponta para a rua larga.

Em 1862, para commemorar o casamento de el-rei D. Luiz I com a rainha D. Maria Pia, a colonia italiana de Lisboa mandou erigir n'aquelle largo um padrão constituido por uma columna composita, cujo capitel é ornado com os brazões de Portugal e Italia, e sustenta uma corôa de louros, em cujo fundo

---

[1] Leia-se a acta da sessão da Associação dos Architectos e Archeologos, de 1 de dezembro de 1898, publicada no *Boletim* da mesma Associação, tom. VII, p. 70.

[2] Vidè nota de p. 69.

[3] Ibidem.

se lêem de um e outro lado duas inscripções do mesmo teor, uma em portuguez, outra em italiano, dizendo:[1]

PELO FAUSTO CONSORCIO
DE SUAS MAGESTADES
ELREI D. LUIZ DE PORTUGAL
E A PRINCEZA MARIA PIA DE SABOYA
EM 6 DE OUTUBRO DE 1862
NOVO PENHOR DE FRATERNIDADE
ENTRE OS DOIS POVOS.

OS ITALIANOS RESIDENTES EM LISBOA
ERIGIRAM.

Em 8 de janeiro de 1863 a Camara resolveu mandar arborizar o largo de S. Roque. E no mesmo anno, em 25 de setembro, remetteu ao Provedor da Misericordia o projecto do novo adro, feito pelo engenheiro da mesma Camara, Pezerat, votando 50$000 réis para auxilio da obra, attendendo a que constituia um embellezamento do local.[2]

Já em 1852, em sessão de 2 de outubro, resolvera a administração da Misericordia mandar orçar a despesa de um gradeamento para fechar o adro.[3]

Em volta do padrão houve tambem um jardimsinho em quatro talhões, sombreado de olaias. Assim nol-o representa a photographia do largo e fachada da egreja de S. Roque, tirada pelo photographo F. Rocchini, e á venda no seu atelier, n.º 113 do respectivo catalogo. Refere-se a elle Pinho Leal no artigo *Passeios publicos e jardins de Lisboa.*[4] Depois o largo foi empedrado com mosaico á portugueza (basalto e lioz), como actualmente se vê.

---

[1] Esta inscripção vem no tom. v, fl. 938, da *Collecção de epitaphios, inscripções e lettreiros,* de Antonio Joaquim Moreira, existente na Bibliotheca da Academia Real das Sciencias.

[2] *Archivo Municipal,* 1863, p. 1572 a 1579.

[3] Livro 1.º de *Actas,* fl. 13.

[4] Tomo IV, p. 404.

São estas breves notas as que mais interessam a vida historica do largo de S. Roque, séde actual da Misericordia lisbonense. Quem quizer, porém, conhecer, miudamente historiados, todos os pormenores da curiosa descripção do bairro e sitio de S. Roque, leia o tomo I da *Lisboa antiga*, onde, especialmente nos capitulos I, II, XII e XIII, se acha feito esse trabalho com os primores de fórma e rigor de investigação que caracterizam aquelle immorredouro monumento erigido á cidade de Lisboa pelo seu auctor o sr. Julio de Castilho. Alli encontrará egualmente o leitor as citações dos auctores que, nos seus escriptos, se teem occupado de assumptos relativos a este pequenino, mas tão illustre recanto da velha cidade de Lisboa.

Na reedição d'este tomo, profusamente augmentado e illustrado, que para breve está preparando o seu auctor, apparecerão a lume muitas e novas noticias sobre este bairro da velha cidade, tão rico de tradições e de memorias do passado.

## O Templo

Remontam as origens do templo de S. Roque, assim como as da velha egreja da Misericordia, á epocha manuelina. A *Chronica da Santissima Trindade*, a *Chronica da Companhia de Jesus* e um folheto moderno devido á penna do abbade Castro, além de muitos outros livros e documentos, nos referem a historia d'essas origens.

Contra a peste que assolou a capital em 1505, introduzida, segundo parece, por uma nau veneziana que aportara ao Tejo, reputava-se como miraculoso advogado o corpo de S. Roque, depositado em Veneza. Tão insistente era a fama dos milagres realizados em França e Italia pelas reliquias d'este Santo que el-rei D. Manuel mandou pedir á Senhoria da Republica de Veneza uma reliquia do corpo de S. Roque. Veiu a reliquia, que ainda hoje se conserva e mostra aos fieis, e que foi recebida com alvoroto pelo povo da cidade, que processionalmente a levou para aquelle outeiro, que dominava a cidade,[1] e onde estava o cemiterio em que se enterravam os que morriam de peste.

---

[1] «Um campo dos muros afora, onde já estava o cemiterio». Diz a *Noticia das Reliquias que estam na Egr.ª de S. Roque de que faz memoria o P.e Manuel da Veiga no L.º que compos que intitulou memoria das cousas mais notaveis que concorreram na fundaçam e se fizeram e viram no progresso da Casa de San Roque da Companhia de Jesus, té o anno de 1636.* Codice n.º 207 da Collecção de manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa. Ainda alli se encontra outro curioso manuscripto intitulado *Historia da fundação e progresso da Casa de S. Roque.* — É este o codice n.º 4:491 — P-6-2, proveniente da Casa de S. Roque, do cubiculo do Padre Preposito, onde estava em tempo, segundo diz a nota lançada na primeira folha. Este livro, feito em 1574 e revisto e accrescentado até fim de 1587, confirma as minucias da fundação, conforme as vamos descrevendo, e isto nos dispensa de o citar repetidas vezes.

Era então aquelle sitio completamente ermo; um outeiro coberto de oliveiras, que se prolongava pelas hortas e vinhas, que occupavam a area hoje preenchida pelas ruas e casaria do Bairro Alto. Começou desde logo, aos 24 de março de 1506, a construcção da nova ermida de S. Roque.

«Não se pode explicar a devoçam e piedade e extraordinario alvoroço q̃ mostrou toda a nobreza e gente titular na fabrica desta ermida porq.[e] nam contentes os fidalgos com suas molheres e filhos de concorrerem p.[a] a obra cõ suas esmolas traziam nos hombros e mãos as pedras para o edificio. E as donzellas de Alfama, com suas mays, acarretavam agoa em seus cantaros e talhas, muy enramadas, dizendo que a cal e area daquella obra não havia de ser amassada com outra agua que a do chafariz d'El-Rei, que na cidade se estima pela sua excellencia para beber, o que tudo eram mostras e signaes do amor, da devoção e da confiança com que esta obra se fazia.»[1]

Acabada a ermida e o adro contiguo foi a primeira sagrada em 25 de fevereiro de 1515, e o adro pelo bispo de Rossiona, D. Ambrosio Brandão, em 24 de maio de 1527.

Estas datas e factos ficaram registados na perpetuidade da pedra, em duas formosissimas lapides que ainda hoje existem no edificio de S. Roque, embora em sitios escusos, desconhecidas de quasi todos os visitantes e estudiosos. A primeira está ao fundo de um corredor e escada que vae da sacristia para a casa de despacho da Irmandade de S. Roque. É uma bella lapide de $0^{m},60$ de largo por $0^{m},55$ de alto, com a inscripção em caracteres de lettra allemã minuscula, vulgarmente chamada gothica, do teor seguinte:[2]

Na · era · de · mil · e b̄ · e bj · nos · xxiiii.
dias · de mço · se adificou · esta · ca
sa · de Sam · Roque · e na · era · de mil
b̄ · e xb · nos · xxb · dias · de · feuer.°
se · cõsagrou · polo · bpo · dõ · duar
te · e o dito · bpo · outrogõ · p · autorida
de · apostolica · ẽ · cada · hũ · año · nos · xx
b · ds · de · fr.° lx ds · de vera · ẽ · duligẽcia
· sẽdo · aloy · pĩz · mordõmo

[1] Citado codice n.° 207, e Balthasar Telles, *Chronica,* segundo um antigo Compromisso da Irmandade.—Vidè *Lisboa Antiga,* tom. I, p. 15.

[2] Vem na citada *Collecção de epitaphios, inscripções e lettreiros,* de Moreira, fl. 684 v.°

A outra lapide existe em um dos topos de uma galeria que corre pela face norte do pateo grande das cisternas; mede 0m,81 de largo por 0m,52 de alto. A inscripção, nos mesmos caracteres minusculos gothicos, nitidamente cavados na pedra, é do teor seguinte:

> Adro da peste cõsagrado p
> mãdado delrei noso sõr ẽ
> xxiiij de maio de jhc xxbij po
> bpo do ãbrosio cõ idullgẽcias.

Este D. Ambrosio é D. Ambrosio Brandão, ou Pereira, bispo de Rossiona, coadjuctor e provisor do arcebispo de Lisboa, o cardeal infante D. Affonso. Era natural do Porto, doutor pela Universidade de Coimbra, etc., e o mesmo que lançou a primeira pedra do convento da Graça e sagrou o mosteiro do Carmo, em 1523, segundo se lê na lapide de bellos caracteres gothicos que está affixada na frontaria, á esquerda do portal, entrando.[1]

Chamavam-se n'aquelle tempo *Adros* os cemiterios. O P.e Raphael Bluteau assim o define: — «por *adro* se entende cemiterio; porque antigamente não se enterravam os christãos nas egrejas, nem ao pé dos altares, por respeito ao Corpo e Sangue de Jesus Christo, que nos ditos logares se consagra, mas nos adros das egrejas, a saber, na entrada e deante da porta principal d'ellas se abriam as sepulturas, etc.»

Este adro e cemiterio de S. Roque foi instituido para acudir á peste de 1523, segundo se vê da carta de D. João III, escripta em Almeirim, existente no *Livro I do Provimento da saude,* fl. 74, em que ordenava á Camara que estabelecesse dois cemiterios: «... huũ na erdade q̃ esta fora do postigo de San Viçente, sobre samta m.a do paraiso, e out.o na que esta sobre Sã Roque...»[2]

A carta régia de 25 de julho de 1525, do mesmo *Livro,* fl. 101, determina se estabeleçam *adros* fóra da cidade — «ẽ tal logar q̃, quando ho norte passar por cima deles, nõ dee na cidade».[3]

O adro de S. Roque ficava encostado á muralha da cidade, e entre ella e a ermida. Os escravos que falleciam da peste eram lançados em poços, deitando-se-lhes por cima cal virgem.[4]

---

[1] Pinho Leal, tom. IV, p. 241 e 263, e *Catalogo dos Esmoléres-móres,* manuscripto da Bibliotheca Nacional E-3-1.

[2] *Elementos para a Historia do Municipio,* tom. I, p. 470.

[3] *Idem,* p. 454.

[4] Pinho Leal, tom. IV, p. 163.

ESTAMPA XII.

INSCRIPÇÃO LAPIDAR DA SAGRAÇÃO DO ADRO DA PESTE, 1527

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

Assim se determinava no mesmo *Livro,* fl. 51, e na carta régia de 13 de novembro de 1575:

«Nos ssomos çertificado que os escravos que falleçem nesa çidade, asy dos tractadores de guinee, como outros, nam ssam asy bem soterados, como devem, nos llugares omde sã llamçados, e que sse llãçam sobre a teerra em tall maneira que fiquã descubertos, ou de todo ssobre a terra sem cousa allguma delles se cobryr, e que os caẽes os comeem; e que a maior parte destes escravos se llãçã no monturo, que estaa jumto da cruz q̃ estaa no caminho q̃ vay da porta de Santa C.na pa santos, e asy tanbem em outros llugares pellas herdades dhy darredor; E que posto que nysso tenhaeẽs provydo com pennas, e provejaeẽs todo ho posiuell, se nã remedea como deue. E pr que ysto convem de ser m.to provido, pr a coruçã que se segiria da podridã dos ditos corpos, comsyramos q̃ ho milhor remedio sera fazerse huũ poço, o mais fundo que podese ser, no llugar que fose mais comvinhauell e de menos imcomvyniemte, no qual se llãçasem os ditos escravos; e que fose llãçado, de tenpo em tenpo no dito poço, allguma camtidade de call virgem, pera se milhor gastarẽ os corpos, e se escusar o mais que posiuell ffor a dita coruçã; E que a este poço fosse feito ao redor da boca huũ çercuyto de parede de pedra e call, e que, ql qr, q̃ escravo llamçase ou mãdase llançar em outo cabo, saluo no dito poço, pagase huũa çerta penna, quall vos bem pareçese: porem vos emcomendamos e mãdamos que lloguo nysto emtedaeẽs, e vejaeẽs o llugar que sera mais comvyniẽte pa o dito poço sse fazer, e aseentay a penna q̃ se pohera, e todo o q̃ nyso fezerdes nos screvee conpridam.te pa o vermos, e averdes nosa resposta. E emcomẽdamos vos q̃ lloguo nysto ẽtendaeẽs, pr q̃ ho avemos pr cousa de m.to noso seruiço. Scripta em allmeyrim, a 13 dias de novẽbro de 1515. Rey.—P.a a cidade sobre o poço hi se lançarẽ os escrauos.»

A Camara mandou abrir o *poço* ou valla no sitio que ainda hoje conserva a denominação de *Poço dos negros.*[1]

Tambem na cidade do Porto o cemiterio especial onde a Misericordia dava sepultura aos corpos dos justiçados se denominava, como já dissemos, o *Adro dos enforcados.* Era um recinto vedado por um muro, com portão de ferro, e uma capellinha e um cruzeiro de pedra, sob a invocação do Senhor dos Afflictos. Este adro acabou em 1836.[2]

Diz ainda o abbade Castro no seu opusculo sobre a ermida de S. Roque:

---

[1] *Elementos para a Historia do Municipio,* tom. I, p. 509, e tom. XI, p. 186, nota.

[2] Pinho Leal, tom. V.

«Acabada a ermida, se instituiu uma mui illustre confraria do nome de S. Roque, em que se assentaram as pessoas reaes, os titulos, os fidalgos, aos quaes se seguiu o povo e continuaram no culto e veneração de tão excellente *Padroeiro* com fervor e devoção, como se tem seguido até hoje.»[1]

«E esta foi a primeira ermida, e confraria de S. Roque que na peninsula se levantou com altar e imagem ao santo, por onde com razão lhe chamaram a *Primaz,* a quem todas as outras reconhecem, não podendo na cidade, em o seu dia, fazer-se outra festa ao santo sem consentimento do provedor da irmandade.»[2]

«O compromisso da irmandade, que hoje vigora, foi feito no 1.º de março de 1628 e approvado em 27 de agosto de 1631, e consta de dez capitulos. O qual é escripto sobre pergaminho fino, de 52 folhas e ornado de bellas illuminuras, todas feitas á penna (chamadas de pintura de pennejado) e se guarda no cartorio da irmandade.»[3]

Antes d'este, porém, houve outro *Compromisso,* citado pelo auctor da *Lisboa Antiga,* cujo titulo é: *Comp. da irmandade do B. S. Roque em a egreja da Comp.ª de Jesus, ordenado pelos irmãos d'essa antiga Confraria em Lisboa, no anno de 1605.* O citador viu uma copia tirada por mão do conselheiro Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, que a possuia em seu archivo.[4]

Entre essas outras Confrarias que tomaram o milagroso santo para seu patrono, podemos apontar, a titulo de curiosidade, e sem nos alongarmos em investigações que nos afastariam do nosso plano, a celebre Confraria denominada da Côrte, devota irmandade que D. João III instituiu em Almeirim em 1527, em louvor de Nossa Senhora da Conceição, S. Sebastião e S. Roque, e cujo fim era acudir ás doenças dos serventuarios do paço, para o que possuia em Almeirim um hospital e capella.[5]

No convento do Carmo havia, entre outras, uma capella dedicada a S. Roque.[6]

Segundo conta o chronista da *Santissima Trindade,* quando em 1533 veiu

---

[1] *Resumo historico da origem da ermida de S. Roque e da sua irmandade na cidade de Lisboa.* 1869, p. 5.

[2] *Idem,* p. 7.

[3] *Idem,* p. 8.

[4] *Lisboa antiga,* tom. I, p. 14.

[5] *Memorias para a Historia das Irmandades e Confrarias de Lisboa,* manuscripto da Bibliotheca Nacional, n.º 170 do Inventario, A-a-38, e Pinho Leal, tom. I, p. 149, col. 1.ª

[6] Pinho Leal, tom. IV, p. 263.

a Lisboa o padre da Companhia de Jesus e commissario da Hespanha, Jeronymo Natal (ou Nadal), para solicitar de el-rei D. João III o estabelecimento de uma casa professa em Lisboa, tentou-o a formosura do monte em que assentava a ermida.

Logo depois vieram, a instancias do rei, os padres Simão Rodrigues de Azevedo e Francisco Xavier, introduzidos pelo seu grande amigo D. Pedro de Mascarenhas. Entraram em Lisboa em 30 de maio de 1540, indo hospedar-se no Hospital de Todos os Santos, onde se empregavam no serviço dos enfermos. D'alli sahiam, sendo o logar predilecto de suas missões o largo e ermida de S. Roque. Prégavam na capella e no largo, em um pulpito, debaixo das oliveiras. Alli conquistaram os seus primeiros adeptos.

O padre Balthasar Telles, referindo estes pormenores da introducção da Companhia na capital, diz-nos na sua obra que:

«O sitio que aos padres mais contentava e para onde parece que uma inclinação occulta e inspiração fatal os chamava era o da Ermida de S. Roque. Ajudava-os a este tacito impulso parecer-lhes que como estava a ermida em um campo despovoado, seria mais facil a compra para o templo e para a casa. Além d'isto os convidava muito a boa sombra das oliveiras, o logar descoberto ao Norte, os ares sadios e o sitio todo accomodado para se fazer um grande edificio.»

A irmandade de S. Roque oppunha, porém, grande reluctancia á venda, e só se aplanaram as difficuldades pela mediação do rei, e fechando-se o contracto com varias clausulas, sendo uma d'ellas a da conservação, em uma capella do novo templo, da imagem, reliquia e irmandade de S. Roque, obrigando-se os padres a custear a edificação da nova capella. Esta escriptura de concerto entre os padres e os irmãos de S. Roque foi feita no anno de 1553, estipulando-se cinco condições principaes:

1.ª A de os Padres construirem uma capella de S. Roque com sacristia;

2.ª A de se conservar á egreja o titulo e invocação;

3.ª Poder a Confraria continuar a ter mesa na egreja e receber as esmolas no dia do Santo;

4.ª Não poder a Confraria ter caixa de esmolas, recebendo a compensação de 6$000 réis por anno;

5.ª A de os Padres favorecerem sempre a Confraria, não impedindo musicas e festas no dia do Santo.[1]

---

[1] Balthasar Telles. *Chronica*, parte II, p. 98 e 99.

Em uma lapide collocada á direita da porta da casa de despacho da irmandade, junto á inscripção gothica a que nos referimos na pag. 181, lê-se:[1]

A ESCRITTVRA DO CONCERTO
ENTRE OS P.ES DESTA CASA
E OS IRMAÕS DE S. ROQVE
SOBRE A SVA CAPELLA
E SACRISTIA SE FEZ
NA NOTA DO TABELLIAÕ
LOVRENÇO DE FREITAS
A 19 DE 8BRO DE 1633.

Do outro lado da porta lê-se:

ESTA IRMANDADE DE S. ROQVE HE OBRIGADA
A MANDAR DIZER NASVA CAPELLA Q̃ TEM NESTA
IGREIA, DVAS MISSAS QVOTIDIANAS, Q NELLA INSTI-
TVHIO • D. BRITIS DA COSTA, HVA PORSVA ALMA E Ð
SEV TIO MARÇAL DA COSTA, E DE SEVS DEFVNTOS,
E OVTRA PELA ALMA DESVA TIA • D. M.A DE AN-
DRADE, E DE SEVS DEFVNTOS, PERA O Q̃ ÐV 900 R̃S
DEIVRO, POR ESCRETVRA FEITA NAS NOTAS Ð LV-
IS ID COVTO T.AM NESTA CIDAÐ EM • 2 • DE 7.BRO DE 1650.

Esta D. Brites era talvez neta do celebre João de Altero de Andrade, senhor dos terrenos por onde hoje se extende o Bairro Alto, filha de Brites de Andrade e de Sebastião da Costa, escrivão da camara de el-rei D. João III.

Feito o concerto vieram logo os padres tomar posse da ermida e das pequenas casas adjacentes, no primeiro domingo de outubro de 1553,[2] effectuan-

---

[1] N'esta inscripção lê-se, effectivamente, a data que transcrevemos, em logar da data de 1553. Ignoramos se tal succede por effeito de algum desastrado restauro das lettras, ou se ella se refere a qualquer outra escriptura cuja existencia e teor desconhecemos.

[2] Citado *Codice* n.º 207, p. 29, e Balthasar Telles, *Chronica*, parte II, p. 100.

do-se este acto com grande solemnidade na capella, assistindo el-rei, os principes e a côrte; disse missa o padre Nadal, commissario geral n'esta Provincia, e pela primeira vez prégou em Portugal o famoso duque de Gandia, S. Francisco de Borja, de quem adiante teremos de nos occupar.

Trataram em seguida da edificação de novo e mais vasto templo. A antiga ermida corria, segundo a norma da epocha, de occidente para oriente. Tinha a porta voltada para onde hoje está a torre, e a capella-mór no sitio onde actualmente está a capella de S. Roque; para oriente da capella-mór ficava provavelmente o *adro* ou cemiterio dos empestados. Dos terrenos que circumdavam a ermida parte pertencia desde 1401 á Ordem da Santissima Trindade. Eram terras e olivaes, que andavam aforados a diversos, até que por fim os Padres da Companhia de Jesus os compraram, ficando, porém, sempre pagando fôro á Santissima Trindade.[1]

Junto á ermida havia duas casinhas terreas, pousada dos capellães e ermitão. N'ellas se albergaram os Padres da Companhia, em numero de quatorze ou quinze, servindo-lhes de egreja a ermida, com alfaias emprestadas do Collegio de Santo Antão. Assim viveram por dois annos. Como no sitio não havia agua, iam todos elles buscal-a—«a campa tangida»—com suas quartas e cantaros.[2]

D. João III mandou-lhes comprar terrenos para edificarem a casa e cêrca annexa, dando-lhes quantiosas esmolas para sua sustentação e construcção da nova residencia.

Resolvida a edificação de novo e mais espaçoso templo, traçou-se o projecto, ficando a ermida a servir de capella-mór e cruzeiro, com a sua orientação L O., e accrescentando-se oitenta palmos na linha N S., vindo desde o pulpito até á porta actual.

Com grande solemnidade lançou a primeira pedra em 1555 o padre João Nunes Barreto, da Companhia, sagrado Patriarcha da Ethiopia.

Não julgaram os padres sufficiente esta ampliação, e por isso em 1566 resolveram fazel-a mais grandiosa, chegando a abrir os caboucos para uma egreja de tres naves—«com seus pilares para as columnas».

Novamente reconsideraram os padres em 1567 e assentou-se então a traça definitiva—«de hũa só nave». A obra seguiu sempre, porém vagarosa, em razão da peste que assolava a capital e da falta de recursos. Em 1571 tomou novo alento, ficando as paredes na altura da cornija interior em outubro de 1573.

Entendeu-se conveniente não a cobrir de abobada, com receio de que não

---

[1] *Chronica da SS. Trindade.*

[2] Citado *Codice ms.*, n.º 207.

a aguentassem as paredes; determinou-se cobril-a de madeira e escolheram-se vigas, vindas da Prussia e da Allemanha, de 97 palmos de comprido.

A antiga ermida, que a principio servira de cruzeiro da nova egreja, ficara completamente demolida e destruido o respectivo alpendre. Nos annos decorridos de 1555 a 1577 haviam-se gasto nas obras 75:000 cruzados, somma para a qual dadivosamente concorreram os monarchas D. Sebastião, D. Catharina e D. Henrique.

O rei de Hespanha, Filippe II, enviou então a Portugal o architecto italiano Filippe Terzo, que tambem deu o risco para a egreja de S. Vicente e paços reaes da Ribeira.

O architecto extrangeiro conseguiu, com grande maravilha dos nossos constructores d'esse tempo, cobrir o templo com um madeiramento formado pelos mastros de madeira vinda da Prussia, ligados por fórma até então desusada entre nós.

«Artisticamente, diz o sr. Julio de Castilho, a egreja de S. Roque estava de todo no caracter da casa a que pertencia. Filippe Terzo (ou Tercio), o architecto, revelou bem a sua intelligencia e a sua sagacidade. Impera alli o desapego das grandezas, a lucidez da consciencia e a linha recta e resignada da disciplina claustral.[1]

---

[1] *Lisboa antiga*, tom. I, p. 156.—É tão interessante e pouco conhecida a noticia d'este notabilissimo architecto, e são tão importantes os serviços por elle prestados á arte nacional, que não nos podemos furtar ao desejo de transcrever aqui as valiosas informações ministradas por artigos que foram publicados na *Gazeta de Obras Publicas* em 1898, artigos extrahidos dos apontamentos do fallecido architecto José Maria Nepomuceno. A noticia é a seguinte:

FILIPPE TERZO

«Em 1567 vivia em Portugal Filippe Terzo (Tercio, Tersio ou Estercio), italiano de raça, que, segundo parece, veiu para Portugal por mandado de Filippe II de Hespanha e a pedido do Cardeal D. Henrique para a traça e construcção da egreja de S. Roque da casa professa de Jesus.

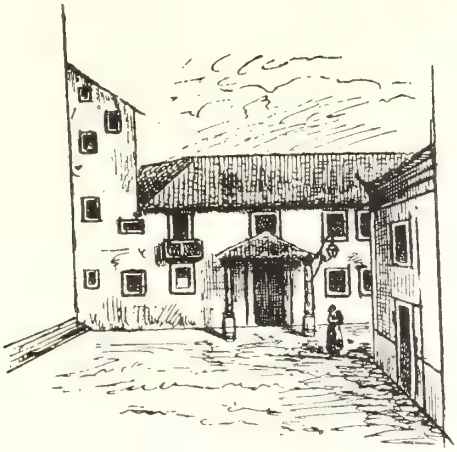
«Tercio, além de engenheiro e architecto, era tambem pintor e n'esta qualidade serviu ao Cardeal D. Henrique.

«F. Tercio e Jeronymo de Rouan (ou Ruam), architecto da Infanta D. Maria, a quem ella encarregou da traça da sua egreja da Luz, foram os creadores da renascença em Portugal, não da renascença italiana, graciosa e artistica, mas sim da renascença peninsular, sombria e pesada, *cheirando a torriesmos do Sancto Officio* (sic).

«A parte que ainda resta da egreja da Luz é de certo um bello specimen do estylo. Os trabalhos de F. Tercio no torreão da Casa da India, em S. Vicente de Fóra, e sobretudo os claustros, chamados dos Filippes, em Thomar, o mais grandioso e correcto padrão da architectura

FRONTARIA

VISTA GERAL



PORTARIA EM 1833
(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

EGREJA E EDIFICIO DE S. ROQUE

O citado manuscripto refere estes factos pela seguinte maneira:

«No anno de 1582 se poz mam no tecto da Igr.ª mandando a Mg.de d'El-Rey D. Felippe I de Portugal, q̃ já tinha entrado na successam do R.no por morte de El-rey Dom Henrique seo tio, ao seo Arquitecto principal q̃ o traçase e desse toda a ordem a elle, e por ajuda de custa mandou dar de esmola mil cruzados, com os quaes e com o procedido de hũ alvitre d'India e outras mais esmolas, se acabou e aperfeiçoou a arquitectura na forma em que hoje se vê, a qual por sair muy forte e ser desusada n'estas partes, tanto

---

do renascimento que existe no paiz e que poucos competidores terá no extrangeiro, revelam que o architecto italiano possuia vastos conhecimentos da sua arte e que eram bem merecidos os elogios que lhe fizeram os seus contemporaneos.

«Tercio foi tambem auctor da traça da egreja de S. Roque, e se n'este edificio se não mostrou tão classico foi talvez devido á serie de contrariedades e hesitações da parte do rei e dos jesuitas na traça e na construcção, como conta o chronista Balthasar Telles.

«Como engenheiro civil mostrou F. Tercio o seu muito saber no aqueducto dos Pegões, em Thomar; *no Jardim Botanico de Coimbra e no de Villa do Conde.*»

D. Fr. Francisco de S. Luiz, na sua *Lista dos artistas*, p. 2, attribue-lhe o aqueducto de Villa do Conde e o de Coimbra.

«Como engenheiro militar fez o forte de Villa do Conde, que defende a barra do Ave, e acompanhou D. Sebastião na expedição d'Africa como divisor do campo.»

O mesmo auctor acima citado diz que o Cardeal D. Henrique escrevendo a D. Rodrigo de Menezes — encarregado de resgatar os prisioneiros de Alcacer-Kibir — dissera o seguinte: «Empenhar-vos-heis no resgate immediato de F. Tercio, engenheiro italiano, que acompanhou o exercito de meu sobrinho, porque é um homem util e que convém para o serviço da sua profissão.» A carta tem a data de 6-9.º-1578. Vidè a nota da pag. 108 do *Guia historico do viajante em Coimbra.*

F. Tercio é tambem citado por Barbosa Machado como um artista que faz honra ao seu paiz.

«F. Tercio foi premiado pelo Cardeal D. Henrique com o habito de Christo, e com a commenda da mesma ordem por Filippe II.

«Em 1572, por fallecimento do architecto Antonio Rodrigues, foi nomeado mestre das obras reaes e em 1590 teve a patente de architecto e engenheiro-mór do reino, com o vencimento de 24$000 réis e mais 18$000 para casa. A data do seu fallecimento não é conhecida; dizem alguns que seria em 1598, por ter sido nomeado n'esse anno Leonardo Turriano ou *Turiano*, tambem italiano, para o seu logar.

«O que, porém, tornará mais estimado e respeitado o nome d'este famoso architecto será saber-se, talvez pela primeira vez, que F. Tercio foi o primeiro que leu a sua arte em Portugal, isto é, que ensinou em escolas publicas. O documento seguinte é convincente e mais uma prova incontestavel de que Portugal, se não andou na vanguarda da civilização, emparelhou sempre com as nações mais adeantadas.

«Entre o avultado numero de manuscriptos relativos á historia geral e particular de Portugal que possuia o fallecido architecto José Maria Nepomuceno, grande e distincto amador das

causou de admiraçam aos que a viam quanto de novidade por não terem visto outra semelhante e assim foy notavel o concurso de coriosos que concorriam a ver a nova fabrica e invẽçam.—Por duas vezes se cobrio o emmadeyram.to do tecto com laminas e pastas de chumbo, variando a traça e invençam dellas porém, nam vedando bem a agua da chuva, se desistiu de semelhante cobertura e a vieram por derradeyro a fazer de telhas como hoje está, que sempre seguraram mais e defenderam o tecto das goteyras das laminas de chumbo, etc.» [1]

---

cousas nacionaes, existia um livro de folio, encadernado em pergaminho, contendo—nos proprios originaes—os regimentos, alvarás e consultas dirigidas aos provedores das obras do Paço desde 1551 até 1639. Contém este precioso codice *170 documentos* e o *n.º 21* é do teor seguinte:

«Em carta de S. M.de de 4 de mayo de 1633 vi hua consulta de Gonçalo Pires Carvalho Provedor das obras que se me enviou com carta desse governo de 17 de janeiro do anno passado de 1632 sobre a duvida que tive a assinar o alvará que se passou ao architecto Matheus do Couto para ler a licção de Architectura que lia filippe tercio, e pareceme diservos qhei por bem que se busquem para esta licção pessoas tam peritas com foi filippe tercio.

*Philippe de Mesqta.*»

«Este documento assaz honroso para a memoria de F. Tercio vem provar que a sua morte não poderia ter logar em 1598, mas em data muito mais proxima, pois não é crivel que a licção se não désse e a cadeira estivesse vaga 35 annos. Se, como parece, elle veiu para fazer a traça e a construcção da egreja de S. Roque, não podia achar-se em Lisboa antes de 1565 e portanto ser bastante novo em 1598. O que parece mais provavel é que F. Tercio, achacado por molestias adquiridas no captiveiro e pela idade, resignasse em 1598 o logar d'Architecto e Engenheiro-mór do Reino, cujas funcções se estendiam a todo o Paiz *(sic)* e se limitasse a viver dos rendimentos da commenda e da sua licção d'architectura.

«A escola de F. Tercio foi de incontestavel fecundidade e a sua influencia estendeu-se por todo o continente e colonias. Creou architectos que traçaram alguns edificios civis e militares de bastante importancia, tornando-se notaveis os collegios de jesuitas em Coimbra e Evora, Santo Antão de Lisboa e o convento de S. Bento da mesma cidade. E se por este tempo concorressem artistas d'artes decorativas, como no tempo de Ouguet e Castilho, alguns d'estes edificios—na Escola especial d'architectura—poderiam rivalisar com a Batalha e Belem. F. Tercio deu vida á arte de entalhador, que encontrou quasi agonisante. Foi no seu tempo que os nossos templos e salões se revestiram de caprichosos retabulos apainelados e de graciosas ornamentações.

«Italiano e artista, soube imprimir n'estes trabalhos o cunho raphaelesco com o primor e elegancia que ainda hoje se admira em muitos templos e salões do seculo XVII.»

D. Fillippe II—I de Portugal—no empenho de defender o importante porto de Setubal mandou construir o castello de S. Filippe, sob a direcção e segundo o risco do architecto militar Filippe Terzo. *(Memoria sobre a Historia e Administração do Municipio de Setubal,* por Alberto Pimentel, p. 261.)

[1] Citado *Codice ms.*, n.º 207.

Segundo se vê de uma formosa planta do templo, edificio e cêrca de S. Roque, feita em principios d'este seculo, o adro da egreja era muito maior do que o actual, avançando até um terço do largo.[1]

Entra-se na egreja por tres portas, sendo as lateraes de muito menores dimensões. Penetrando no vasto templo, e passando o espaço que fica por debaixo do côro, o qual é sustentado por duas bellas columnas doricas de pedra, vêem-se a cada lado cinco grandes arcos; nos quatro primeiros ficam anichadas as capellas, mettidas para dentro das paredes, talvez com o intuito de as reforçar. Como são muito fundas, são geralmente escuras, o que bastante prejudica o exame das preciosidades artisticas que conteem, especialmente dos bellissimos quadros que as adornam. O quinto arco, que de um lado corresponde ao outro, fórma o cruzeiro da egreja. Nos dois topos do cruzeiro ha duas portas fronteiras: a do lado da epistola deita para o edificio de S. Roque; a outra conduz á sacristia antiga e á nova, e pelo corredor que segue dá passagem para a porta do carro. Segundo descripções antigas mede este templo, que é ao presente, sem duvida, um dos mais bellos e majestosos de Lisboa, duzentos palmos de comprido, fóra a capella-mór (que tem vinte e quatro palmos de fundo por trinta e tres de largo), e oitenta e tres palmos de largura. Pouco padeceu o edificio da egreja com o terremoto de 1755; apenas, como já dissemos, uma parte da cimalha da frontaria, com a varanda e passadiço[2] que havia sobre ella, e a torre foram derrubadas, sendo, porém, breve reconstruidas, tendo-se substituido a cimalha pelo frontão feito de alvenaria e encimado pela cruz, o que dá indicios de que a obra não ficou completa e não honra a arte nem o gosto.

O tecto da egreja é de esteira, ornado de pinturas antigas.

A traça geral da egreja de S. Roque serviu de modelo ao plano de outras egrejas jesuiticas que no reino se foram construindo. Em todas se observavam as mesmas regras geraes.[3]

O terremoto conhecido pelo nome de terremoto de S. Martinho, que em

---

[1] Referida planta e *Lisboa antiga*, tomo I, p. 155. Esta planta não tem data nem indicação alguma. Refere-se, porém, a ordens dadas pelo S. D. Desiderio. Este deve ser D. Desiderio Principal Lancastre, que fez parte da Mesa desde 1818 a 1821 como provedor. Mas em 1813 acham-se lançados na Caixa 51$200 réis, importancia paga a José Francisco de Abreu, mestre carpinteiro, para distribuir pelas pessoas que trabalharam em tirar a planta de todo o terreno d'esta Santa Casa, tanto do edificio como da cerca. (*Borrador de 1811*, p. 482.)

[2] Ácerca d'estas varandas diz o citado Codice 4491 que se fizeram duas varandas, uma para cobrir a abobada da capella-mór, que é o grande varandim de rotulas que ainda hoje se vê nas trazeiras da egreja e d'onde se desfructa um esplendido panorama. A outra corria sobre as capellas e tribunas; tambem ainda hoje persiste e dá serventia ao côro e ás tribunas.

[3] *Boletim da Associação dos Architectos e Archeologos*, tomo VIII, p. 80.

11 de novembro de 1858 abalou Lisboa, causou grandes desvios na cimalha da egreja, especialmente no cunhal que faz para a rua de S. Pedro de Alcantara, onde se notam grandes fendas. Os degraus da escada da torre ficaram tambem quasi todos partidos.

O mesmo popular poeta, que já citámos ácerca da egreja velha da Misericordia, tambem nos diz de S. Roque, na sua descripção de Lisboa:

Subindo d'aqui para o alto,
por uma costa ou ladeira,
no verão pouco aprazivel
quando as sombras são pequenas,

Fica no cimo São Roque
um templo de tal presença
que succede em maravilha
ás que hoje faltam na terra.[1]

Como additamento a esta noticia da construcção do templo de S. Roque, e Casa Professa dos Jesuitas, referiremos que nos curiosos manuscriptos que citámos se confirma que a edificação das accommodações e dependencias acompanhou logo a da egreja, por iniciativa do padre Pedro da Fonseca.[2] Assim, em 1562, se começou a construir a portaria e no edificio uma crasta pequena com sete capellas. Dizem mais que para o oriente se fizeram duas cisternas—«hua grande e outra menor»—cisternas que ainda hoje existem no pateo grande do edificio. Sobre ellas se está edificando, á data da impressão d'este livro, uma construcção de ferro e tijolo, superiormente envidraçada, destinada a servir de sala onde se realizem as extracções da loteria.

Diz-nos o auctor da noticia manuscripta que n'essa epocha se abriu o poço na horta e se fizeram os grandes corredores, com os corpos de edificio que fecham o claustro grande das cisternas, e «as necessarias»; e não se principiaram as—«officinas principaes que estavam traçadas entre o edificio e a torre e casa da condessa de Vidigueira, não só por bastar o edificio, como para não dar molestia á dita condessa.»[3]

Não ha certeza, mas corre a suspeita de que na Casa Professa tenha havido, como nas outras Casas da Companhia, os famosos *In-pace*.

---

[1] Lisboa, 1626. Por Antonio Alvarez. *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*, 1899, 3.ª serie, n.os 7 e 8.

[2] Balthasar Telles, *Chronica*, II parte, p. 104.

[3] Dito *Codice n.º 4491*. N'este manuscripto encontra-se uma relação dos Prepositos da Casa Professa de S. Roque.

ESTAMPA XIV

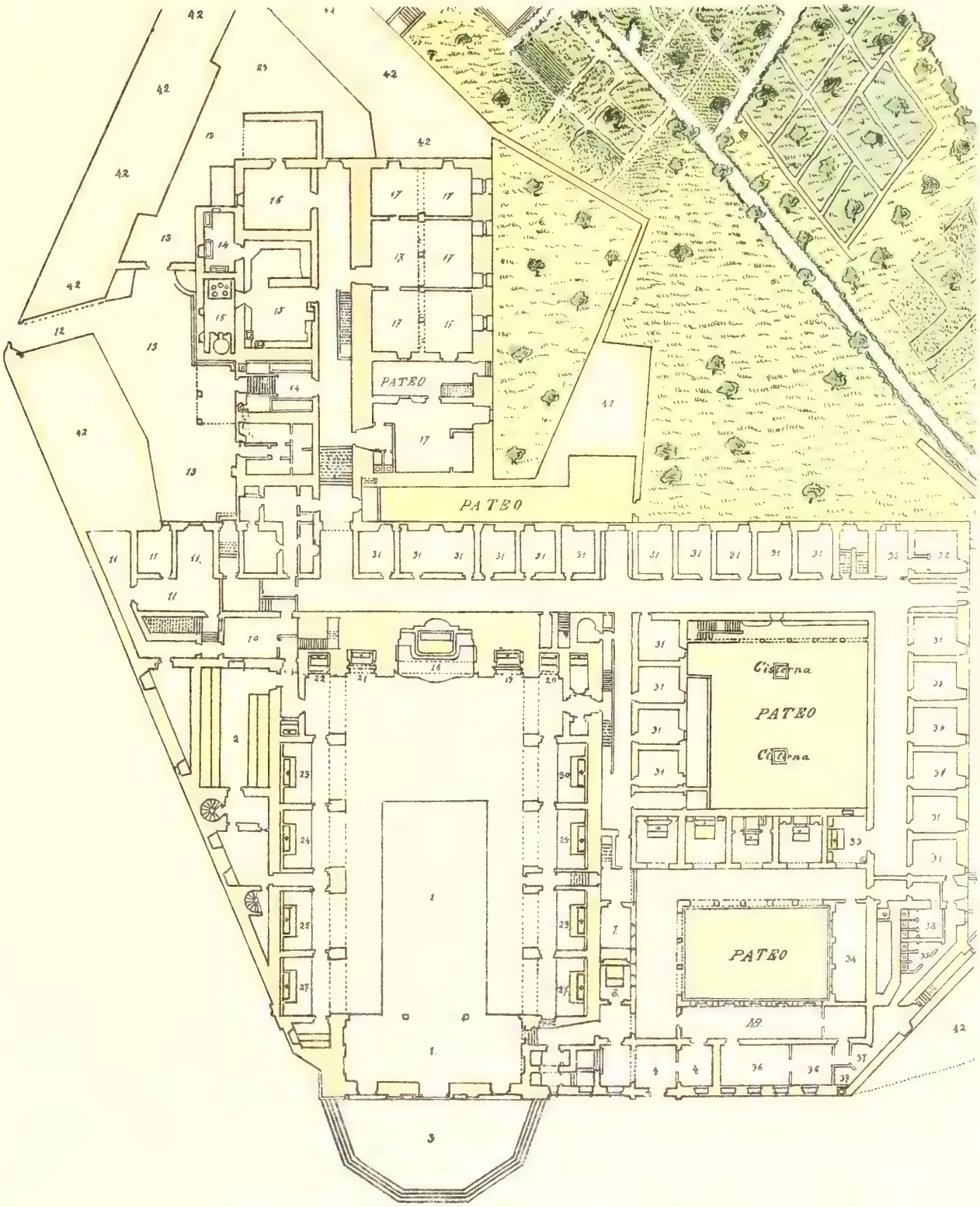
Planta geral da egreja de S. Roque, cerca e mais edificios que hoje pertencem á Santa Casa da Misericordia (1808)

A legenda que se encontra a um lado d'esta planta é a seguinte

Explicação da planta geral

1.— Egreja de S. Roque.
2.— Sacristia geral.
3.— Adro de S. Roque.
4.— Portaria.
5.— Sacristia da irmandade da doutrina.
6.— » de S. Francisco Xavier.
7.— » de S. Roque.
8.— » e casa da fabrica da capella de S. João Baptista.
9.— Escada para a Torre.
10.— Saguão que serve para dar luz á sacristia geral e outras partes.
11.— Casa onde se guarda a cera e alfaias da Santa Casa.
12.— Portaria do carro que dá serventia para a calçada da Gloria.
13.— Pateo da portaria do carro.
14.— Casa da Agua.
15.— Cozinha.
16.— Despensa.
17.— Casas das amas de leite.
18.— Capella-mór.
19.— Capella de Nossa Senhora do Populo.
20.— » de Santa Quiteria.
21.— Capella de Santa Rita.
22.— » dos Santos Martyres.
23.— » de S. João Baptista.
24.— » de Nossa Senhora da Piedade.
25.— » de Santo Antonio.
26.— » de Jesus Maria José.
27.— » da Doutrina.
28.— » de S. Francisco Xavier.
29.— » de S. Roque.
30.— » do SS. Sacramento.
31.— Cubiculos das amas e expostos.
32.— Casas das amas seccas.
33.— Capella que serve de baptisterio e onde se diz missa á familia.
34.— Casas dos padres capellães.
35.— Casa da Roda.
36.— Secretaria.
37.— Casa da ama da Roda.
38.— Latrinas.
39.— Cocheiras denominadas do conde de Unhão.
40.— Palacio arruinado do dito.
41.— Pateo do dito.[1]
42.— Casas pertencentes á Santa Casa.

[1] N'esta reproducção foi cortada a parte da planta correspondente aos numeros 39, 40 e 41.




PLANTA GERAL DO EDIFICIO DE S. ROQUE, EM 1808.

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

Havia, na verdade, no pateo das cisternas, uma casa subterranea, abobadada, á qual talvez tivessem dado, em tempo, aquella abominavel applicação.[1]

*
* *

Recommendando ao governo a necessidade de obras de limpeza e restauração no exterior do templo de S. Roque, dizia o fallecido Provedor dr. Thomaz de Carvalho, no seu officio de 27 de junho de 1892:

«A egreja de São Roque é um dos edificios religiosos mais frequentados por nacionaes e extrangeiros, não sómente em razão do grande numero de officios que n'elle são celebrados, como pela riqueza e antiguidade de suas capellas, entre as quaes prima a de S. João, generosa esmola do magnificente rei D. João V, capella cujos mosaicos são o pasmo e a admiração de quantos a visitam, etc.»

## As capellas

A capella-mór, que, segundo diz o já referido manuscripto da Bibliotheca Nacional, ficou imperfeita porque nunca chegaram a dar-lhe o fundo competente, é pouco vasta, e prolonga-se com o côro, que foi rebaixado e restaurado em 1894.

Esta capella, que, segundo o uso da Companhia, era antigamente a do Santissimo ou de Jesus, foi mui cedo doada pelos Padres da Companhia, sendo Preposito Geral o padre Claudio Acquaviva, a D. João de Borja e a sua mulher D. Francisca de Aragão.[2]

D. João de Borja era um illustre fidalgo castelhano, descendente dos reis de Aragão e filho (segundo na edade e primeiro em merecimento) do famigerado D. Francisco de Borja, um dos instituidores e terceiro geral da Companhia de Jesus, o qual no seculo fôra marquez de Lombay, 4.º duque de Gandia, estribeiro-mór da Imperatriz D. Isabel, infanta portugueza, esposa do im-

---

[1] Ácerca d'esta usança, dos *In-pace*, onde se sepultavam aquelles a quem a Companhia queria supprimir ou castigar, leia-se o erudito sr. Antonio Francisco Barata, no *Manoelinho d'Evora*, p. 290.

[2] *Relaçam do solemne recebimento*, etc. Lisboa, 1588, p. 4.

perador Carlos V.[1] A mãe de D. João de Borja era uma senhora portugueza, D. Leonor de Castro, filha de D. Alvaro de Castro, senhor do morgado do Torrão e de sua mulher D. Isabel de Mello Barreto, filha de Rui Barreto, al-

---

[1] Attribue-lhe a tradição uma paixão platonica, secreta, pela imperatriz, motivo por que depois de acompanhar o cadaver d'esta formosa princeza ao Escurial deixou todos os seus titulos e abraçou o novo instituto dos Ignacianos, como então irrisoriamente eram denominados os sectarios de Loyola, a esse tempo sem poder nem prestigio algum.

Borja fôra o encarregado de dirigir a trasladação do cadaver da imperatriz, de Toledo para Granada. O quadro da sua consternação, quando ao abrir-se o feretro se defrontou com o desfigurado cadaver da formosa e mallograda princeza, tem sido assumpto tratado por illustres pintores. O francez João Paulo Laurens, sombrio pintor de tragicos e horripilantes assumptos, executou (1876) um quadro notavel representando esta scena pavorosa. Mais recentemente, em 1884, foi premiado na Exposição Nacional de Madrid outro soberbo quadro do illustre pintor hespanhol Moreno Carbonero, intitulado a *Conversão do duque de Gandia,* e que representa a mesma scena da abertura do ataúde da princeza Isabel de Portugal.

Foi n'aquelle solemne momento que Francisco de Borja resolveu professar e dedicar-se ao serviço de Deus. Ainda acceitou o cargo de vice-rei da Catalunha, onde deixou gratas recordações; voltou a Gandia, onde enviuvou e assistiu ao casamento de seus filhos. Entrou depois para a Companhia de Jesus, rejeitando o capello cardinalicio e a tiara pontificia.

A antiga paixão renovou-se-lhe na presença da princeza D. Joanna, filha da imperatriz Isabel, e d'ella foi confessor e pae espiritual. (Veja-se o artigo do sr. dr. Theophilo Braga, intitulado *Confissão de amor,* no *Almanack do Seculo,* de 1900, p. 89.)

Á mesma familia do Santo Francisco de Borja pertenciam os famigerados Borgias papa Alexandre VI e seus filhos Cesar e Lucrecia.

O retrato de S. Francisco de Borja pode vêr-se no quadro a oleo do fim do seculo XVI, existente no nosso Museu de Bellas Artes, e reproduzido a p. 261, tom. IV, da edição illustrada da *Historia de Portugal,* de Pinheiro Chagas. Existe outro retrato antigo na sacristia da egreja de S. Roque.

Em Evora, no edificio da antiga Universidade jesuitica (actualmente edificio da Casa Pia), sobre a verga da porta do aposento onde S. Francisco de Borja por differentes vezes se hospedou durante as suas estadas n'aquella cidade, existe uma inscripção que commemora o historico facto nos seguintes termos: (*A Casa Pia de Evora,* pelo sr. Gabriel Pereira, p. 23.)

S. FRANCISCUS DE BORGIA
IN HOC CUBICULO QUONDAM
HOSPES.

Na egreja de S. Roque existe n'um relicario de prata, pelo proprio Santo offerecido, uma carta autographa, que constitue uma preciosa reliquia d'este celeberrimo padre da Companhia de Jesus.

Leia-se tambem a sua biographia nos *Est. biogr.*, de José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, p. 27 e seg.

caide-mór de Faro. D. João de Borja foi durante cinco annos embaixador de Hespanha em Portugal, assim como foi embaixador de Filippe II na côrte do imperador Rodolpho, motivo por que residiu longos annos em Praga. Na Allemanha teve o titulo de mordomo-mór da imperatriz D. Maria, mulher do imperador Maximiliano II, e em Portugal, por carta régia de Filippe II (de 23 de outubro de 1599), o de 1.º conde de Ficalho.

A primeira mulher de D. João de Borja foi D. Lorenza Oñez, senhora da Casa de Loyola, da familia de Santo Ignacio. Segunda vez casou, porém, com uma senhora portugueza, a celebre D. Francisca de Aragão, filha de Nuno Martins Barreto, alcaide-mór de Loulé, e de sua mulher D. Margarida de Mendonça.

A doação da capella significava por certo da parte dos padres da Casa de S. Roque o seu reconhecimento e gratidão, não só por ter sido, como já dissemos, S. Francisco de Borja um dos mais fervorosos apostolos da fundação da casa jesuitica na provincia de Portugal,[1] mas tambem em agradecimento pela importante offerta feita por D. João de Borja da collecção de reliquias que obteve em Praga, adquiridas umas, recebidas outras em presente de nuncios, bispos, mosteiros e casas religiosas da Hungria, Bohemia e Colonia. De toda esta riquissima collecção, de que adiante falaremos, fez doação á egreja de S. Roque, por escriptura publica, celebrada em S. Lourenço do Escurial, em 22 de setembro de 1587.

S. Francisco de Borja contribuiu, não só pelos seus proprios esforços, como por seus filhos, para o estreitamento dos laços de fraternidade religiosa entre os dois povos da Peninsula.

D. João de Borja falleceu no Escurial em 3 de setembro de 1606, sendo por sua determinação, e ordem da viuva D. Francisca de Aragão, trasladado para Lisboa, para a sua capella de S. Roque, acompanhando o feretro Fernam de Mattos, secretario de estado em Madrid. A razão d'esta preferencia dada á egreja de Lisboa pelo illustre fidalgo castelhano deve attribuir-se, sem duvida, como o faz o sr. Sanchez Moguel, ao facto de ser o templo de S. Roque obra e fundação de S. Francisco de Borja e cabeça da Companhia de Jesus.

Quando o sr. Sanchez Moguel, tão admirador e amante das cousas portuguezas, visitou S. Roque, tendo-lhe sido mostrada uma lapide incompleta que se via na capella-mór do lado do evangelho, pediu elle, e o dr. Thomaz de Carvalho, provedor, ordenou, se pozesse a inscripção a descoberto, restaurando-se depois. Assim se fez e patentearam-se então as curiosas inscripções

---

[1] O padre Ribadeneyra, contemporaneo de S. Francisco de Borja e seu biographo, citado pelo sr. Sanchez Moguel, diz-nos assim: —«N'esta ermida se edificou casa e templo sumptuoso e dos maiores e mais formosos que na cidade ha e todo aquelle bairro se povoou de casas importantes. Isto tudo se deve ao P.e Francisco, que com sua assistencia deu principio e lançou os primeiros fundamentos da Casa de S. Roque». *(Reparaciones historicas,* p. 217.)

da sepultura de D. João de Borja, ainda não mencionadas nem pelos chronistas da Companhia, nem pelos auctores que teem descripto a egreja de S. Roque. Apenas o padre Balthazar Telles diz: — «elles fizeram o pavimento de pedraria e um grande carneiro onde só jaz D. João de Borja.»

O auctor da *Memoria justificativa e descriptiva das obras de 1894* contanos a este respeito o seguinte:

«Na capella-mór, do lado do Evangelho e por cima de uma credencia de marmore, lia-se em uma lapide:

ESTA CAPELLA HE DE • D. JOÃO D BOR
JA I.º CONDE DE FICALHO • DO CON....

«A credencia occultava completamente o resto da inscripção, mas bastavam aquellas palavras que transcrevi, para indicarem que outro hespanhol illustre estava sepultado na egreja de S. Roque: *um filho de S. Francisco de Borja.*

«A pedido do sr. D. Antonio Sanchez Moguel, a quem mostrei a inscripção, resolveu s. ex.ª o Provedor mandar arrancar a credencia, restaurar o epitaphio e guarnecel-o com uma faixa de marmore.

«Immediatamente cumpri aquella ordem, e ficando visivel toda a inscripção leu-se o seguinte:

ESTA CAPELLA HE DE • D. JOÃO D BOR
JA I.º CONDE DE FICALHO • DO CON
SELHO DESTADO DEL REI • N. S. MOR
DOMO MOR DA EMPERATRIS • D. M. E
DA RAINHA • D. MARGARIDA D'AVS
TRIA PERA SEU ENTERRO • E DA
CONDESSA SVA MOLHER. D. FR.CA
DE ARAGÃO. E DE SEVS FILHOS
E DESCENDENTES. ESTA SEV COR
PO DEBAIXO DO ALTAR MOR FA
LECEO EM • S. LOURENÇO • O REAL
A • 3 • DE SETEMBRO DE 1606.

«*Carneiro de D. João de Borja:* Quando se demoliu o antigo côro da capella-mór viu-se que ao meio do primeiro degrau de cantaria, hoje segundo, era a entrada do carneiro de D. João de Borja.

«Levantado o degrau n'aquelle sitio, encontrou-se uma escada de cantaria que parte immediatamente do nivel do cruzeiro.

«O carneiro occupa todo o espaço da capella-mór e é formado por uma abobada de volta inteira cujo eixo maior, ou comprimento total, é o vão da referida capella. Tem cinco nichos todos abertos no grosso das paredes; tres estão na parede fronteira á escada e dois aos lados d'esta, um da direita, outro da esquerda. Em o nicho em frente da escada estão os ossos de D. João de Borja, no que lhe fica á direita está um caixão pequeno com ossos e ha vestigios de cal.

«Em o nicho á esquerda da escada está uma grande porção de ossos, que supponho vieram de outras sepulturas da egreja e foram alli cuidadosamente arrumados. Os dois nichos restantes estão vasios.

«Na parede do fundo e por cima do nicho onde está a ossada de D. João de Borja ha vestigios de ter estado pregada uma cruz e abaixo d'aquelles está uma lamina de chumbo com a seguinte inscripção:

ESTÁ NESTA CAIXA O COR
PO DE • D • I.º Ð BORIA I.º ©NÐ Ð FICA
LHO, O Q••L F© COLOCAÐ NESTA SX CAPELLA
MOR EM 14 DE MARÇO DE 1613.

O grande retabulo da capella-mór, todo de talha dourada, foi mandado fazer pelo preposito da casa, padre Diogo Monteiro. Tem quatro nichos, onde se acham collocadas as imagens dos quatro mais notaveis Santos da Companhia —Santo Ignacio de Loyola, S. Francisco Xavier, S. Francisco de Borja e S. Luiz Gonzaga.

No vão do retabulo ha uma charola mandada fazer pelo padre Alvaro Pires. O retabulo foi mandado dourar pelo padre Sebastião Rodrigues, e para elle trouxe de Roma em 1633 o padre Antonio de Moraes o painel da *Circumcisão*.[1]

A imagem que actualmente orna o altar-mór é da Senhora da Conceição. Nas pilastras do arco ha de cada lado dois nichos, e n'elles duas peanhas com suas imagens. Da esquerda é a de Santa Isabel, tendo mais acima a imagem de S. Gregorio Thaumaturgo; da direita é a de Nossa Senhora e por cima a de Santa Brigida Virgem.

D. João de Borja, quando em 1588 fez a doação das reliquias á Casa de

[1] Balthasar Telles, *Chronica*, p. 116 e 117.

S. Roque, acompanhou a remessa com um quadro do Santo Sudario e «um ornamento rico de capa, casula e dalmatica e frontal, com 4 jubileus perpetuos, para os dias das Onze mil Virgens, de S. Gregorio Thaumaturgo, de Santa Brigida Virgem e da Invocação de Santa Cruz.» [1] Foi provavelmente este o motivo da collocação d'aquellas imagens no arco da capella.

No côro da capella-mór, que, como dissemos, foi rebaixado e reformado em 1894, collocaram-se novamente (1901) os antigos cadeirados dos padres. São de dois typos: mais altos de espaldas os dos lados do côro e mais baixos os que ficam de costas para o cruzeiro.

Aos lados da capella-mór ha no cruzeiro quatro capellas. As duas primeiras, adjacentes, são a dos Santos Martyres e a das Santas Virgens. A dedicação d'estas duas capellas foi feita pelo padre preposito João de Madureira. [2] Por occasião do IV centenario da Misericordia ordenou o actual provedor que os retabulos d'estas capellas fossem apeados, fazendo-se d'ellas duas vitrines ou mostruarios, onde ficaram em exposição as innumeras reliquias que possue a egreja de S. Roque. Foi encarregado d'estes trabalhos, bem como de outros na sacristia, de que adiante falaremos, o conductor de obras publicas sr. Mena Junior. Por cima d'estas capellas ha quatro janellas de caixilhos dourados e vidros de côres que servem de tribunas para o estabelecimento. [3]

A capella das Santas Virgens era jazigo perpetuo de João Pimenta de Sampayo, fidalgo da Casa de Sua Magestade, que deu á Casa Professa de S. Roque grandes e quantiosas esmolas.

João Pimenta de Sampayo fez testamento em 30 de abril de 1644, em Lisboa, e deixou avultados bens consignados ao cumprimento de varios encargos pios. A instituição d'esta capella vê-se a folha 87 v. e seguintes do livro I da *Igreja de S. Roque*, existente no riquissimo archivo do Hospital de S. José.

Nas outras capellas da egreja havia egualmente instituidas grande numero de capellas, isto é, de encargos pios, aos quaes os instituidores haviam consignado, por doações ou por disposições testamentarias, importantes rendimentos, cuja administração ficava commettida ou aos Padres da Companhia, ou aos Irmãos das diversas Confrarias da egreja. Estas instituições de capellas e seus encargos e bens constam de dois livros de capellas, intitulados da *Igreja de S. Roque*, tomo I e II, e do *Alfabeto de S. Roque*, n.os 40, 41 e 94 do archivo do Hospital de S. José.

---

[1] Citado *Codice*, p. 4491.

[2] Balthasar Telles, *Chronica*, p. 119.

[3] Nas egrejas d'aquella epocha e estylo usavam-se estes caixilhos dourados com pinasios formando pequenos quadros, que em logar de vidros revestiam de espelhos. Assim as vemos ainda na vetusta sacristia da derruida egreja do Collegio de Santo Antão dos Jesuitas, que ao presente serve de capella do Hospital de S. José, de Lisboa.

Em lapide, embebida no arco da capella, á altura do altar, lê-se a seguinte inscripção:

ESTA CAPELLA COM TODO SEV
SITIO ATE AS GRADES DA CÕMV
NHAM HE DE IOAM PIMENTA Đ SAM
PAIO FIDALGO DA CASA Đ • S • MAGES
TADE, E CAVALEIRO PROFESO DO HA
BITO DE CHRISTO • E DE SVA MOLHER
DONA FLORINDA MERGVLHOA • NELLA
TEM FEITO HVM CARNEIRO PERA SVA
SEPVLTVRA E DE SEVS DESCENDENTES,
E MAIS PESSOAS CÕFORME AO CÕTRATO
FEITO EM • 13 • Đ AGOSTO Đ 1636 • NA NOTA
DE GASPAR PEREIRA • NO DITO CARNEIRO
ESTAM IA OS OSSOS DE SEV PAI O DOVTOR
BELCHIOR PIMENTA FIDALGO DA CASA
DE • S • MAGESTADE, CAVALLEIRO PROFE
SSO, DO HABITO DE CHRISTO, CORRE
GEDOR DO CRIME DA CORTE, IVIS DOS FEI
TOS DA COROA, E FAZĒDA Đ • S • MAGESTAĐ.

A segunda capella do cruzeiro, junto á porta que vae para a sacristia, toda feita de marmores italianos, foi de Gonçalo Pires de Carvalho e de sua mulher D. Camilla de Noronha, conforme se vê gravado no degrau de pedra por baixo da dita capella:

O SITIO DESTA CAPPELLA DA TRINDADE COM ESTA PARTE DO CRVZEIRO OPPOSTA A ELA FES E ORNOV G.LO PIZ CARVALHO E D. CAMILLA DE NORONHA SVA MOLHER POR LHO CONSEDER A COMP.A PERA SEV IASIGO E DE SEVS DESCENDENTES ERA DO SŐR 1622 ANNOS.

Este Gonçalo Pires de Carvalho, grande protector da Casa de S. Roque, era do Conselho d'el-rei Nosso Senhor, Provedor-mór de suas obras e paços em 1633, Escrivão da Mesa da Santa Casa da Misericordia de Lisboa em se-

tembro de 1609,[1] e avô d'aquelle Lourenço Pires de Carvalho,[2] tambem Provedor das Obras do Paço, em 1692, o qual morava junto á Penha de França, e edificou a ermida de Nossa Senhora do Monte Agudo, onde jaz sepultado.

Gonçalo Pires de Carvalho era filho de João Carvalho e de D. Maria Ataide, filha de D. Luiz de Castro, terceiro conde de Monsanto. Casou com D. Camilla de Noronha, filha de Pantaleam de Sá e de D. Luiza Henriques.

Gonçalo Pires de Carvalho, suspeito de conspirador contra D. João IV, esteve preso em 1641 na Torre do Outão, em Setubal.[3]

Foi feito em Roma o retabulo d'esta capella «de pedraria fina» e tem um carneiro—«onde seus descendentes, mediante licença do preposito, se podiam enterrar».[4]

A outra capella do cruzeiro, correspondente a esta, é a capella de Nossa Senhora do Desterro, fundada por D. João de Castro, o celebre Vice-rei da India e Senhor de Rezende, para sepultura de seu filho D. Antonio de Castro, como refere o padre Balthasar Telles.[5]

A historia da restauração d'esta capella e do descobrimento dos epitaphios que ella encerra é a seguinte, contada pelo proprio auctor dos trabalhos de reparação:[6]

«**Origem das obras.**—Em 29 de julho do anno passado (1893) partiram para Torres Vedras, em viagem de recreio, os ill.$^{mos}$ e ex.$^{mos}$ srs. conde de Casal Ribeiro, conselheiro dr. Thomaz de Carvalho, e D. Antonio Sanchez Moguel, cathedratico da Universidade de Madrid.

«Nenhum dos cavalheiros mencionados suppunha que esta viagem désse azo a fazer-se o descobrimento da sepultura do insigne theologo e illustre doutor o padre Francisco Soares—O Granatense.

«Foi o sr. conde de Casal Ribeiro que, sem tal suppôr, indicou o ponto de partida da directriz do caminho a seguir n'esta investigação tão importante, aconselhando o sr. Moguel que visitasse a casa dos padres Jesuitas em Barro, povoação pouco distante de Torres Vedras.

«Resultou d'esta visita encontrar o sr. Moguel entre os padres residentes

---

[1] Felix Ferreira. *A Misericordia fluminense*, p. 124.

[2] Vidè *Genealogia dos Costas*, Ms. da Bibl. Nac. C-4-32.

[3] *Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal*, por Alberto Pimentel, p. 265 e 348.—Ácerca dos Pires de Carvalho encontram-se numerosas referencias e noticias em Pinho Leal, tom. VI, p. 373, e *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tom. VIII, p. 62, e tom. IX, p. 524, 531 e 535.

[4] Citado *Codice*, n.º 207

[5] *Chronica*, p. 122.

[6] Citada *Memoria justificativa*, p. 3 a 6.

## ERRATA

A pag. 200, linha 13, onde por confusão de nome se diz: «D. João de Castro, o celebre Vice-rei da India e Senhor de Rezende», etc., deve lêr-se, corrigindo: «D. João de Castro, Senhor de Rezende (ascendente dos Condes de Rezende)», etc.

n'aquella casa um compatriota seu—José Llobera y Colls—com quem logo encetou conversação ácerca de Hespanha, da Companhia de Jesus e dos Jesuitas hespanhoes que se tornaram mais notaveis em Portugal.

«Veio portanto á tela da discussão o dr. Francisco Soares, cujas memorias portuguezas o sr. Moguel andava investigando, tratando-se por ultimo da sepultura d'aquelle hespanhol illustre, de quem o nosso frei Nicolau de Oliveira no seu *Livro das Grandezas de Lisboa,* diz o seguinte:—«Aquelle insigne Theologo, e famosissimo Doctor, que mais que nenhum outro em nossos tempos acclarou as difficuldades da philosophia, metaphysica e theologia, o padre mestre Francisco Soares da Companhia de Jesu, que depois de em muitas partes de Hespanha e Italia haver mostrado a luz da sua sciencia, a veio ensinar em a cathedra de prima da segunda Athenas em todas as faculdades, Coimbra:[1] e mandando d'alli seus livros pera todo o mundo, e a alma pera o ceo, nos deixou com o seu exemplo seu corpo e dando-lhe a cidade de Granada a vida com o ser humano: elle com sua sciencia e virtude, allumeou o mundo, e com sua doutrina enobreceu Coimbra, e com seu corpo honrou Lixboa.»[2]—Pelos biographos do dr. Francisco Soares sabia-se que fallecera em Lisboa aos 25 de setembro de 1617, e que fôra sepultado na egreja de S. Roque, então casa professa da Companhia de Jesus, mas restava saber qual o sitio preciso onde o sepultaram, e se ainda hoje os restos do celebre doutor jaziam no mesmo local.

«Sobre este assumpto citou o padre Llobera a *Chronica da Companhia de Jesus da Provincia de Portugal,* pelo padre Balthazar Telles, onde este, mais que nenhum biographo de Soares, descreve minuciosamente tudo que se pretendia saber.

«Effectivamente no tomo II da mencionada *Chronica,* a p. 122 e 123, tratando das capellas da egreja de S. Roque, diz o padre Telles o seguinte:

«A Capellinha, ou nicho, que a este responde, no lado da Epistola, da Capella das Sanctas Virgens, mandou ornar, e concertar D. João de Castro, senhor de Rezende (que foy casado com Dona Philippa de Castro) pera n'este logar sepultar seu filho Dom Antonio de Castro, Sacerdote, e homem de grande virtude e exemplo; o qual pela grande devoçam que sempre teve á Companhia, e desejos de entrar n'ella, que não puderam ter effeito, pelo atalhar a morte, ordenou em seu testamento, que se preparasse esta Capella, pera seu enterro.—E em signal de grande amor, e notavel deferencia que sempre teve ao muy insigne Doutor o Padre Francisco Soares (honra da Companhia, mestre

---

[1] Alli assistiu á abertura do caixão de Santa Isabel.—*Vida de Santa Isabel,* p. 320.

[2] *Livro das Grandezas de Lisboa,* por fr. Nicolau de Oliveira, p. 46. Lisboa, 1804.

Commum da Christandade, e que o tinha sido seu muy particular) pedio, que se tresladassem os ossos do dito Padre seu mestre, pera este jazigo, mandando que o sepultassem aos pés de tão excellente Doutor, e assim se executou: como se até depois de morto gostasse de assistir na presença de tal mestre, pera ainda no sepulchro (do modo que pudesse) lhe tomar sua prosa, e lhe ouvir sua doutrina...

«A invocação d'esta Capella é de Nossa Senhora do Desterro[1] em rezam do paynel, que nella mandou collocar o mesmo Dom Antonio de Castro, que representa a peregrinaçam da Senhora, e o quadro é de pincel peregrino.»

«Em vista das indicações encontradas no livro do padre Telles, promptificou-se o sr. dr. Thomaz de Carvalho, como meritissimo Provedor que é da Santa Casa da Misericordia, apenas chegasse a Lisboa, mandar proceder a rigorosas pesquizas na capella mencionada pelo chronista da Companhia de Jesus.—Com bastante difficuldade se descobriu o sepulchro do dr. Soares, porque a capella estava obstruida com o folle do orgão—«irreverentemente e selvaticamente collocado n'aquelle sitio»—como muito bem disse s. ex.ª o Provedor em uma carta dirigida ao sr. Moguel.[2]

«Resolveu logo s. ex.ª que um tal desacato não subsistisse por mais tempo; que a capella fosse desobstruida e devidamente restaurada; e que o orgão fosse retirado do cruzeiro e transferido para o côro principal; restituindo-se portanto a egreja á sua primitiva traça, tão vandalicamente alterada em 1844!

«Foi n'aquelle anno, quando transferiram o orgão da egreja de S. Pedro de Alcantara para a de S. Roque, que se praticou o vandalismo de obstruir com o folle a capella de Nossa Senhora do Desterro, e com o orgão e respectivo côro a parte do cruzeiro que lhe fica junto.

«Profanou-se o sepulchro de um homem celeberrimo—o dr. Francisco Soares—prejudicou-se a esthetica do majestoso templo de S. Roque, que por innumeras circumstancias historicas e artisticas é tão digno de admiração, mas accomodou-se o folle do orgão e construiu-se um côro tão mesquinho no tamanho como no gosto artistico!

«Parece incrivel que se pratiquem taes monstruosidades, mas infelizmente vêmol-as a cada passo...»[3]

«Quando da antiga capella de Nossa Senhora do Desterro se retirou o folle do orgão e se desmancharam os prumos, as travessas e as escóras que o sustinham, fiquei estupefacto ante os vandalismos commettidos em 1844!

---

[1] Antes havia no logar da capella apenas um nicho de Santo Antonio.

[2] Veja-se o *Boletin de la real academia de la historia*, tom. XXIII, cuaderno VI, diciembre, 1893, p. 468.

[3] Refere isto tudo o sr. dr. Sanchez Moguel no livro *Reparaciones historicas*, p. 63 a 70.

«Quebraram capiteis, arrancaram almofadas ás pilastras e esburacaram as lapides sepulchraes do dr. Francisco Soares e de D. Antonio de Castro!

«Do retabulo descripto pelo padre Balthazar Telles não encontrei vestigios, mas a parede onde elle devêra assentar fôra *cuidadosamente* rebocada e guarnecida!...

«A capella ficou completamente restaurada com os trabalhos seguintes:

«Fizeram-se dois capiteis para as pilastras e differentes almofadas para as mesmas; metteu-se uma grande porção de tácos; bruniram-se as cantarias de lioz; poliram-se os marmores; limparam-se e restauraram-se os epitaphios; fez-se um altar de marmore nacional e um retabulo de madeira de casquinha, aproveitando-se uma moldura antiga e uma banqueta.

«Os filetes, cordões, ornatos, emblemas e allegorias do retabulo foram todos dourados a brunido e fôsco e os fundos pintados imitando alabastro, ágata e lapis-lazuli.»

Entrando no templo, a primeira capella á esquerda é a da Sacra Familia — Jesus Maria José ou da Congregação dos Nobres, feita por estes á sua custa, concorrendo tambem a Casa. Tem duas lapides com inscripções.[1]

A da direita diz:

ESTA CAPELLA DEDICADA
A JESVS M.A IOZEPH HE DA
CONGREGACÃO DOS IRMA-
OS NOBRES FEITA FABRI-
CADA E ORNADA A SVA CVSTA

Na da esquerda lê-se:

O SITIO DESTA CAPELLA CAR-
NEIRO E SANCRISTIA DERÃO OS
R.DOS P.ES DESTA S.TA CAZA A CON-
GREGAÇÃO Ð AMOR EM GRAÇA POR
ES.CRA NAS NOTAS Ð G.PAR DE CAR-
VALHO EM 13 DE MAIO Ð 1634.

[1] Veem na citada *Collecção de epitaphios e inscripções*, p. 322.

Esta capella é muito simples. As paredes são de pedra. No fecho do arco vê-se um escudo elliptico, ao alto, e n'elle o lemma IH̄S / M·IOSE.

Sobre o altar as tres imagens de S. José, Santa Maria e Jesus. A capella é fechada por uma balaustrada de teca torneada, com acroterios de mosaico florentino.

A Companhia de Jesus deu o logar, a pedra e a alvenaria para a sua construcção. Tinha sacristia e uma casa sobre ella onde se faziam as juntas da Confraria.[1]

A segunda capella, á esquerda, é a de Santo Antonio, instituida por Pero Machado de Brito, que deixou legados á Misericordia, sua testamenteira, para esta lhe mandar fazer uma capella onde se enterrassem elle e seus descendentes. A Misericordia concertou-se com a Casa Professa de S. Roque para esta mandar fazer a capella[2] mediante uma somma de 4:000 cruzados, com o encargo de a fabricar.[3]

O intradorso do arco d'esta capella é coberto de riquissima talha dourada, com seis quadrosinhos allusivos á vida do Santo. As paredes, na parte inferior, são revestidas de azulejo. No altar ha tres imagens, sendo a maior e principal a de Santo Antonio, bem como uma das outras e a terceira representa S. Miguel.

Fecha a capella uma balaustrada simples, restaurada em 1894, e pintada fingindo pau santo.

A terceira capella, de Jesus ou de Nossa Senhora da Piedade, foi fundação do celebre Martim Gonçalves da Camara, que n'ella jaz sepultado. É ornada, na parte inferior das paredes, de riquissimos mosaicos e para cima de formosa talha dourada. O intradorso do arco é tambem de talha, com duas imagens, uma de Santa Veronica com o sudario e outra de S. Longuinhos com a lança.

Por entre os ornatos de talha dourada muitos anjos, que, em tempo, foram menos artisticamente restaurados por Leiria. No fecho do arco uma fita branca com a legenda: — AD PIETATEM DONATA SVNT. — Fecha a capella uma balaustrada de pau santo com bellos acroterios de mosaico florentino.

No altar um grande Christo crucificado, e aos pés da cruz a Senhora das Dôres. Ao fundo panorama de Jerusalem. Debaixo do altar o Christo morto. Á esquerda uma porta dá ingresso ao pulpito.

Nas paredes lateraes ha duas inscripções, fronteiras uma á outra, do seguinte teor:[4]

---

[1] Cit. *Codice*, n.º 207.

[2] Padre Balthasar Telles. *Chronica da Companhia de Jesus.*

[3] Cit. *Codice*, n.º 207.

[4] Veem na citada *Collecção*, de Moreira, p. 323.

A da esquerda, entrando:

Esta Cap.
por doacão gratu-
ita dos P.es desta caza he
de Martim Gls da Camara Irmão
do Conde da Calheta, escrivão da
Purid.de d'ElRey D Seb.am, sev Ve-
ador da faz.a, e de seu cons.o de Es-
tado. Falleceu nesta casa de S.
Roque aos 6 de Out.bro de
1613, e nesta Cap.a
jas sepultado

Na da direita lê-se:

Nesta cape-
lla esta sita a congrega-
ção dos Irm.os de N. S.ra da Pie-
dade os quais a fabricarão com
a pedraria, retabolo, e tribuna, e
a vão ornando á sua custa
na era de M.DCCXI.

Assim nos lembra esta capella o famigerado Martim Gonçalves da Camara, escrivão da Puridade de el-rei D. Sebastião, irmão de Luiz Gonçalves da Camara, seu preceptor, ambos padres da Companhia de Jesus, e do primeiro conde da Calheta, Simão Gonçalves da Camara, que acompanhou á Africa o rei D. Sebastião em 1574. Eram descendentes do famoso descobridor da ilha da Madeira, onde seu neto, Simão Gonçalves da Camara, foi primeiro capitão e governador. Filho d'este era João Gonçalves da Camara, pae dos tres Camaras a que nos estamos referindo.

Contra vontade da rainha D. Catharina foi o astuto jesuita Luiz Gonçal-

ves da Camara,[1] que em Roma privara com Santo Ignacio, escolhido para preceptor do novo rei, cujo animo prompto dominou, transformando-o em docil instrumento da Companhia de Jesus. O irmão Martim, instituidor da capella de que iamos tratando, foi investido em honras e logares: arcediago da Sé de Lamego, reitor da Universidade (1563), presidente da Mesa da Consciencia e da do Desembargo, deputado do conselho geral do Santo Officio, e, assim que D. Sebastião assumiu o governo do reino (1568), escolhido para vêdor da Justiça e da Fazenda, escrivão da Puridade e membro do Conselho de Estado, instituido em 1569 por D. Sebastião.

Dedicado servo da Companhia, Martim Gonçalves foi um efficaz cooperador dos sinistros designios de seu irmão. Fourquevauls, representante da França em Lisboa, escrevendo á rainha Catharina de Medicis, dizia a respeito d'estes dois validos o seguinte, que de mais basta para bem podermos avaliar o seu papel politico: — «São dois hypocritas perigosos, mais amigos de vingança do que de religião. Um d'elles é confessor e o outro preceptor do novel rei e do Conselho de Estado.»[2]

Como se deprehende da *Deducção Chronologica* e de outros auctores antigos, foram os dois irmãos os causadores dos grandes males que affligiram o paiz, por causa do imperio que exerceram no animo do rei. D'elles tambem diz Garrett, no poema *Camões:*

Liga fatal de sangue, e de maldades
unira os dois irmãos, que astutas manhas
do animo real apoderaram.
Fanatico Luiz, Martim vaidoso,
ambos de oiro, e de mando insaciaveis,
hypocritas os dois, iguaes na astucia,
entre o joven monarcha, e entre o seu povo,
entre o chefe e a nação, ardua barreira
de impostura e traições alevantavam.

Voltando de Africa, em 1574, mudou para com elles o rei D. Sebastião, que se desprendera da sua perniciosa tutela. Luiz morreu logo em 1575, e Martim, decahido do valimento, recolheu-se á Casa Professa de S. Roque, onde instituiu esta capella para sua sepultura.[3]

---

[1] Em uma das salas do Paço Municipal de Lisboa, em uma pintura de Freire, vê-se o retrato do afamado jesuita; vem reproduzido na edição illustrada da *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas, tom. IV, p. 329.

[2] Citado por Sanchez Moguel. *Reparaciones historicas*, p. 252.

[3] Vidè a nota inserta no *Camões*, de Antonio Feliciano de Castilho, vol. III, p. 143 a 158.

A principio teve a invocação de S. Sebastião e foi custeada com o auxilio de avultadas esmolas da rainha D. Catharina.[1]

Martim Gonçalves deixou um filho, Jorge da Camara, que foi poeta e pintor.[2]

A capella seguinte, que communica com esta por uma artistica porta de bronze dourado, era primitivamente da invocação do Espirito Santo, feita por Bartholomeu Froes, escrivão de fazenda, e sua mulher Soeyra de Vasconcellos, paes do celebre escriptor portuguez Antonio de Vasconcellos, da Companhia de Jesus (1554–1622), latinista emerito, auctor de varias obras relativas a assumptos de historia portugueza, compostas em latim e impressas em Antuerpia. Nasceu em Lisboa e morreu em Evora.[3]

No carneiro d'esta capella estão sepultados o instituidor Bartholomeu Froes e seu filho Sebastião Perestrello, e a mulher d'este, D. Luiza da Gama, irmã de Fernam Gomes da Gama.[4]

Um capricho do dadivoso monarcha D. João V, segundo conta o auctor do *Gabinete Historico*,[5] transformou esta capella na afamada capella de S. João Baptista, que, pela sua extraordinaria sumptuosidade e preciosidades artisticas que contém, constitue não só a mais rica curiosidade do templo de S. Roque. como tambem um dos monumentos de maior interesse da capital.

Encarregou o pio monarcha ao padre da Companhia de Jesus, João Baptista Carbone,[6] de remetter em 26 de outubro de 1742, para Roma, as medidas do vão, ao commendador Manuel Pereira de Sampayo, o qual encarregou do projecto os architectos italianos Niccolo Salvi e Luigi Vanvitelli.[7] Fizeram estes o projecto, desenhos e modelo, em harmonia com as minuciosas instrucções recebidas, acompanhando-os de pequenos paineis modelos, pintados por Agostino Massucci. Agradaram o modelo, os desenhos e os paineis, depois de eruditamente estudados e corrigidos. O modelo deu-o o rei ao architecto de Mafra, Ludovice, cujo neto o vendeu.

---

[1] Cit. *Codice*, n.º 207.

[2] Liberato Telles, *Pintura simples*, p. 171.

[3] Balthasar Telles e *Diccionario Popular*.

[4] Idem, *Chronica*, parte II, p. 124.

[5] Vol. XI, p, 38 a 42.

[6] Celebre mathematico e astronomo napolitano, que com o P.e Domingos Cappaci veiu para Portugal em 1722, a convite de D. João V, para proceder a observações astronomicas, e fixando residencia aqui veiu a morrer. Exerciam os dois celebres jesuitas grande influencia na côrte. Adiante nos referiremos de novo a estes italianos.

[7] Salvi era natural de Roma (1699–1771), discipulo e continuador do architecto Connevari, e dotado de uma esmeradissima e vasta educação scientifica. Vanvitelli, filho do pintor Gaspar Vanvitelli, napolitano (1700–1773), foi primeiro pintor e depois architecto dos mais celebres. Concluiu a ornamentação interior de S. Pedro de Roma, edificou muitas egrejas da Italia, o palacio de Caserta e o aqueducto. *(Diccionario Popular.)*

Existe actualmente no *Museu Nacional de Bellas Artes,* tendo sido artisticamente restaurado em 1882 pelo architecto (então conductor de obras) da Camara Municipal de Lisboa, sr. Alfredo de Ascensão Machado, para figurar na *Exposição de Arte Ornamental.*

Executada a obra em Roma, erigida na egreja de S. Pedro, e alli sagrada em 1744 pelo pontifice Benedicto XIV, foi depois desarmada e remettida para Lisboa, onde chegou em 1747, acompanhada de varios artistas que se encarregaram da sua reconstrucção, sob a direcção de D. Francisco Feliziani e Paolo Niccoli. Entre estes veiu o famoso esculptor Alessandro Giusti, romano (1755–1799), discipulo de Comer, o qual depois trabalhou em Mafra e alli fundou a celebre eschola de esculptura, d'onde sahiram distinctissimos esculptores, sendo entre elles o primeiro o celebre Joaquim Machado de Castro.[1] Os trabalhos de assentamento da nova capella duraram até 13 de janeiro de 1751, dia em que depois da morte do fundador (occorrida em 31 de julho de 1750) se exhibiu pela primeira vez ao publico.[2]

É formada toda de preciosos marmores e de bronze dourado;—o arco, construido de diasporo, marmore e alabastro, é encimado pelas armas reaes, ladeadas por dois anjos. Fecha a capella uma grade de verde antigo e alabastro, com cancellas e guarnições de bronze. O pavimento, de porphyro roxo, tem ao centro um riquissimo mosaico, estylo romano, obra de Enrico Enuo, representando um tapete com florões e no meio a esphera armillar. O lambris da capella, degraus, altar, columnas corinthias, hombreiras e vergas das portas, e abobada, tudo é formado de marmores de Italia de variegadas côres, taes como o jaspe, o porphyro, lapis-lazuli, verde antigo, jaldo, granito, etc., e tudo ornado de altos-relevos, anjos e cherubins.

Estas esculpturas e relevos são obra do cinzel de Giovannini, Cortadini, Werschappel, Bernardo Ludovice, Pietro del'Estach, Marchionni e Corsini.[3]

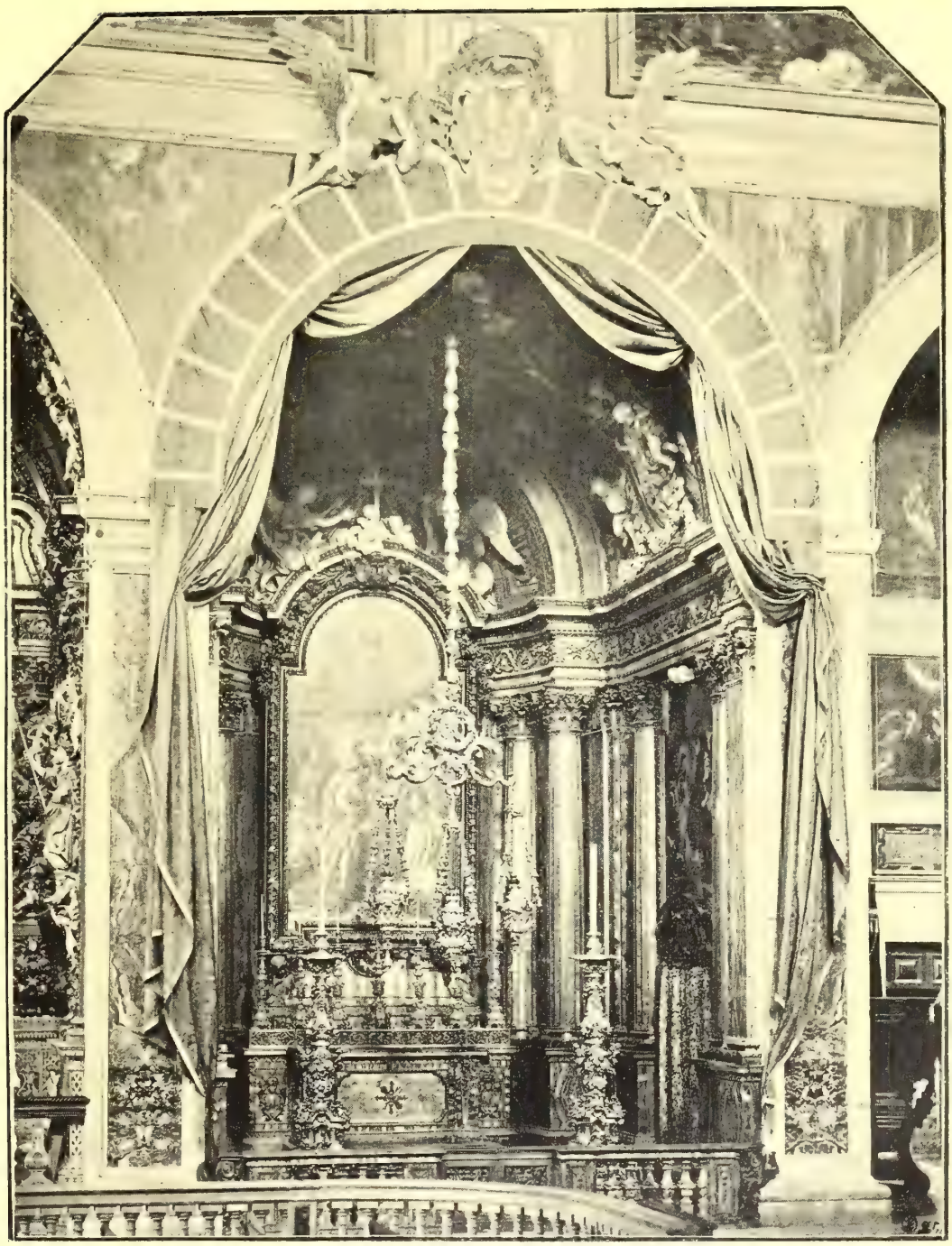
Tem a capella tres paineis de mosaico feitos por Mattia Moretti, que levou a fazel-os de 1743 a 1752; o maior e principal é o do altar; representa o *Baptismo de Christo.* Os outros dois, collocados sobre as portas do transepto, representam: o do Evangelho *a descida do Espirito Santo,* e o da Epistola a

---

[1] Giusti cegou em 1773. Uma das suas estatuas mais notaveis é a de S. Pedro, no vestibulo da egreja das Necessidades. *(Diccionario Popular.)* Giusti era muito querido na côrte de D. José, e por isso patrocinado por ella foi a Paris, em 1773, acompanhado por seu cunhado, Ignacio Pecorario, com o fim de consultar as principaes notabilidades medicas, as quaes em conferencia de 21 de maio d'aquelle anno declararam incuravel a cegueira, devida a paralysia dos nervos opticos. Regressou a Portugal pelo Havre e viveu entre portuguezes até fevereiro de 1799 em que falleceu.

[2] *Mappa de Portugal,* tom. III, p. 266.

[3] Artigo do sr. dr. Sousa Viterbo, publicado nos *Serões,* 1901, n.º 4, p. 200.



CAPELLA DE S. JOÃO BAPTISTA

*Annunciação da Virgem.* Estes quadros são uma verdadeira maravilha e foram copiados dos originaes pintados em tela por Agostinho Massucci.

Na real capella da Ajuda ha, ou havia, entre outros, um painel da *Annunciação,* collocado em um dos altares collateraes do corpo da egreja. Este quadro, feito por Agostinho Massucci, discipulo de Carlos Maratta,[1] é um dos modelos mandados a D. João V para por elles se executar o quadro de mosaico da capella.[2] Outro modelo d'este mesmo quadro, tambem feito pelo mesmo Massucci, acha-se no Museu Nacional de Bellas Artes, Sala *C,* descripto no catalogo respectivo, sob n.º 139, pela seguinte fórma:

«Annunciação da Virgem.—Á esquerda, a Virgem de joelhos n'um genuflexorio; á direita, o archanjo S. Gabriel annunciando-lhe a vinda do Salvador; na parte superior, o Padre Eterno e o symbolo do Espirito Santo em gloria de anjos.—Veiu do deposito dos extinctos conventos. Tela. Altura $2^m$,64; largura $1^m$,80.»

O outro quadro fronteiro representa o *Pentecoste,* ou *Vinda do Espirito Santo ao Cenaculo,* talvez por ter sido esta, como dissemos, a primeira invocação da capella. O pintor Massucci mandou tambem o modelo d'elle a el-rei. Foram estes modelos que serviram no acto da inauguração provisoria da capella. No Museu Nacional existe um quadro subordinado a este assumpto, pintado, segundo o catalogo, por Francesco Trevisani, o mestre do nosso famoso Vieira Lusitano (1656–1746). Vem descripto sob n.º 138:

«Pentecostes.—Ao centro, a Virgem sentada em plano elevado; á direita, S. Pedro e outro apostolo; á esquerda, no primeiro plano, um livro com as chaves de S. Pedro; ao fundo, os outros apostolos; na parte superior, o symbolo do Espirito Santo e as linguas de fogo.—Veiu do deposito dos extinctos conventos. Tela. Altura $2^m$,60; largura $1^m$,75.»

Só em 1752 foram contractados, em Roma, Domenico Bassoni, mosaicista, e Giovanni Corsini, engenheiro machinista, para virem collocar no seu logar os dois quadros lateraes de mosaico, e executar varias reparações no pavimento e retabulo da capella,[3] cujas obras abrangeram, na sua totalidade, um periodo de cerca de dez annos.

Os bronzes, o lampadario enorme e os tocheiros, as banquetas, tudo de

---

[1] Nascido em Roma, 1691. Falleceu em 1758.

[2] *Jornal de Bellas Artes* ou *Mnémosine Lusitana,* tom. I, p. 17.

[3] Citado artigo do sr. dr. Sousa Viterbo, nos *Serões.*

prata dourada e ricamente cinzelada, constituem outras tantas maravilhosas preciosidades artisticas.[1] Muitos d'estes objectos, bem como as alfaias, tapetes, paramentos e ornatos da riquissima capella, teem figurado em varias exposições de arte ornamental e encontram-se descriptos nos respectivos catalogos. Na capella existem apenas, de ordinario, a banqueta usual de bronze dourado guarnecida de lapis lazuli, os dois grandes tocheiros de prata dourada e o enorme lampadario de tres luzes, suspenso da abobada; e sobre a balaustrada que veda a capella dois formosissimos confessionarios, obra de talha preciosa, que foram restaurados e alli collocados em 1892.[2]

Todos os outros preciosos objectos que constituem o thesouro de S. Roque acham-se arrecadados e foram ultimamente, por occasião da celebração do quarto centenario da Misericordia, dispostos em exposição na sala da sacristia da egreja, a qual ficou convertida em museu permanente, construindo-se em outro logar uma nova sacristia. D'elles falaremos adiante, quando descrevermos a sacristia e o thesouro artistico de S. Roque.

Com respeito á capella, da qual todos os viajantes extrangeiros se occupam com louvor, resta-nos dizer que durante muito tempo esteve encoberta por um amplo cortinado de damasco vermelho, mostrando-se ao publico só em dias festivos, ou aos visitantes, mediante esportula. O actual provedor, por occasião da alludida celebração centenal, ordenou que as cortinas fossem retiradas a fim de que a capella se achasse em constante exposição, determinando que tivesse um guarda permanente, que é um ou outro dos velhos asylados do Amparo.[3]

A capella de S. João Baptista, bem como a egreja de S. Roque, estão classificadas entre os monumentos *de primeira classe*, de Lisboa, na *Lista dos monumentos nacionaes*, formulada pelo Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, creado por decreto de 9 de dezembro de 1898, e que veiu substituir a antiga Commissão creada em 1894.[4]

---

[1] A descripção minuciosa d'esta capella foi feita em 1892 pelo adjuncto Jorge Camelier e publicada pela Misericordia em folheto acompanhado de uma chromo-lithographia e versão franceza. Já antes, o abbade Castro, tambem adjuncto da Mesa, a descreveu no opusculo intitulado *Carta dirigida a Sallustio amador de antiguidades*, e em ambos estes opusculos se descrevem os objectos que constituem o seu valioso inventario. Encontram-se tambem muitos d'elles apontados nos *Catalogos* dos objectos particulares collocados nas exposições philantropicas de 1851 e 1858 (2 folhetos) do mesmo abbade Castro.

[2] Acta de 31 de outubro de 1892.

[3] Pena é que tão acertada medida não fosse completa, mandando tambem retirar de cima do formoso arco as reguas de madeira crivadas de prégos, onde prendiam os cortinados, para ficar de todo limpo e desembaraçado o frontispicio da capella.

[4] Pode vêr-se esta lista dos monumentos, classificados desde a primeira até á sexta classe, no opusculo intitulado *Monumentos Nacionaes*, publicado pelo sr. Gabriel Pereira em 1900, a

Na doação do edificio foi incluida a capella de S. João Baptista, a qual ficou *ipso facto* sob o dominio legal da Misericordia. Algum diploma, talvez pombalino, que não conhecemos, estabeleceu-lhe, porém, uns administradores puramente technicos ou lithurgicos, que foram sempre monsenhores da egreja patriarchal, os quaes a governaram até 1892.

Esses administradores foram:

1.º Martinho Affonso de Sousa Lobo, monsenhor da Patriarchal, nomeado em data que ignoramos;

2.º Luiz Francisco Xavier Telles de Mello, tambem monsenhor, por aviso de 27 de agosto de 1784;

3.º D. Antonio de Lancastre Baharem, monsenhor, por aviso de 13 de janeiro de 1812;

4.º Joaquim Manuel de Moura e Mendonça, monsenhor, nomeado no primeiro semestre de 1817;[1]

5.º D. José de Lacerda, deão da Sé, até fevereiro de 1877, em que falleceu;

6.º D. João, Arcebispo de Mitylene e Vigario geral, até 1883;[2]

7.º Conego José Antonio Ribeiro Pessoa Cabral, proposto ao Ministerio do Reino em 23 de agosto de 1883.

A estes administradores incumbia velar pela capella e seu thesouro, cuidar das suas missas e festividades.

Esta capella é privilegiada; ninguem n'ella pode officiar senão os Provinciaes e Geraes de qualquer Ordem, os Deões da Sé, Conegos, Monsenhores, Principaes, Bispos, Arcebispos e Nuncio.[3] Em varios dias do anno podem n'ella dizer-se tres missas, e no dia de S. João officia de Pontifical um principal da egreja patriarchal.[4]

Em 21 de setembro de 1892 um officio do Ministerio do Reino determinou que as chaves da capella, que até então fôra sempre independente na sua administração,[5] fossem entregues á Misericordia, a qual desde logo (acta de 21 de setembro) deliberou mandar proceder ao inventario dos bens e valores n'ella

---

pag. 30. Segundo alli declara, a lista foi formulada por uma nota escripta pelo sr. Ramalho Ortigão.

[1] Estes quatro administradores vêm citados no vol. XI do *Gabinete Historico*, p. 52.

[2] Segundo uma nota autographa do adjuncto Jorge Camelier.

[3] *Gabinete Historico*, p. 53.

[4] *Idem*, idem.

[5] Officio do Ministerio do Reino, de 19 de março de 1885.

existentes. Em sessão de 3 de abril de 1893 a Mesa administrativa da Santa Casa nomeou o seu adjuncto Jorge Camelier administrador da capella.

Pelo orçamento do Ministerio do Reino, capitulo 10.º, artigo 33.º, secção 4.ª, ficou arbitrada á capella de S. João Baptista uma dotação de 300$000 réis annuaes, auctorizada pelo decreto de 30 de agosto de 1892.

Em 31 de agosto de 1894 o adjuncto Camelier demittiu-se, por officio dirigido ao Ministerio do Reino, do logar de administrador d'esta capella.

*
* *

Longa e descabida seria aqui a descripção minuciosa da capella de S. João Baptista. D'ella se teem occupado todos os auctores, guias, livros de viagem, e até monographias especiaes. A sua completa e extensa descripção, ainda por fazer, apesar de tudo, daria um bom e interessante volume.

Não podemos, porém, furtar-nos á tentação de, com a devida venia, transcrever para aqui alguns trechos do magnifico artigo do sr. dr. Sousa Viterbo, que já citámos; e fazemol-o porque só alli encontrámos a expressão da critica artistica, superiormente orientada e auctorizada, pela qual o leitor poderá formar justificado conceito do valor em que deve ser tida esta preciosa obra de D. João V. Diz o nosso sapientissimo e erudito escriptor:

«A expressão *estylo de D. João V* vae-se vulgarizando entre nós e tomando fóros de cidade, á similhança d'aquella outra *estylo manuelino*, já hoje entrada definitivamente na technologia artistica. Se pela phrase *estylo de D. João V* se pretende determinar e classificar chronologicamente um objecto ou um monumento produzido durante o periodo em que imperou aquelle monarcha, nada ha que se opponha á sua admissão, porque corresponde a uma verdade historica. Outro tanto, porém, não succede, se com ella quizermos considerar artisticamente um producto, como tendo feição especial, de uma originalidade typica, propria unicamente da evolução esthetica portugueza n'aquella epocha. É innegavel que o filho de D. Pedro II procurou dar, sob todas as fórmas, um grande impulso á civilização portugueza, mas esse movimento realizou-se quasi exclusivamente á custa de elementos extranhos, desprezando os caseiros, ou não os aproveitando convenientemente. Esses elementos não foram assimilados, não se inocularam no intimo do nosso organismo, e ao entrarem no nosso paiz não soffreram uma influencia salutarmente poderosa que lhes imprimisse um accentuado cunho de naturalização. Phenomeno identico se deu no reinado de D. Manuel, mas n'outras condições e com resultados muito differentes. Da Hespanha, da França, das Flandres, foi importante a corrente de emigração artistica, as-

sim como era grande o numero de especuladores de toda a sorte que vinham das diversas partes da Europa, attrahidos pela novidade e fama das nossas navegações. João de Castilho e seu irmão Diogo eram biscainhos, da Biscaya provinha tambem Danzinho; Boytac, João de Ruão, mestre Nicolau, eram francezes. Antonio de Hollanda tinha no seu appellido patronymico a certidão de baptismo. Portugal, porém, atravessava então um periodo de actividade febril como nunca mais se repetiu. A ancia dos descobrimentos preoccupava todos os espiritos e julgava-se que o mundo era estreita bainha para a nossa espada conquistadora. A fauna, a flora, a ethnographia dos novos climas estampavam-se no nosso cerebro e dava motivos singulares de ornamentação aos architectos e esculptores. Não admira portanto que os artistas extrangeiros, cahindo n'este cadinho, no momento de tão palpitante effervescencia, não fundissem n'elle as suas idéas, não as vazassem em novo molde, não se deixassem empolgar da força dominante e não transmittissem por conseguinte á sua obra o quer que seja de imperiosamente occasional, que nos surprehende e nos encanta. No reinado de D. João V o gosto faustoso de um monarcha substitue-se á vida de um povo; a seiva nacional não sobe impetuosa nem se expande por todos os ramos da arvore, e apenas o ouro do Brasil injecta uma vida artificial na estatua da opulencia.

«Eu não me atrevo a sentenciar juizo definitivo sobre a resultante da acção benefica do governo de D. João V na esphera da intellectualidade portugueza, embora reconheça desde já que essa acção foi bastante sensivel, extendendo-se não só á cultura intellectual propriamente dita, á litteratura e ás sciencias, mas tambem, e muito especialmente, ás bellas artes, ás artes industriaes e ás industrias. E não formulo esse juizo, porque o reputo extemporaneo e por conseguinte falso, ou pelo menos incompleto, emquanto se não proceder a uma especie de syndicancia e inventario, formando-se quadros synopticos dos institutos que organizou, dos monumentos que erigiu, dos estudos que favoreceu, das fabricas que creou, dos melhoramentos que introduziu ou realizou, de tudo que produziu emfim, que se destaque pelo seu caracter progressivo, utilitario ou esthetico.....

.....«Para mim, não obstante faltarem-me os subsidios apontados, mas em vista da minha limitada observação, é fóra de duvida que alguma cousa da personalidade de D. João V se reflecte na obra do seu tempo, embora elle não fosse senão um satellite do *rei-sol*, e a côrte de Lisboa uma segunda edição em formato menor da côrte de Versailles.

«Uma prova evidentissima e flagrantemente demonstrativa da these que tão ligeiramente esbocei, encontrar-se-ha sem necessidade de grande concentração de espirito, ou de profunda analyse dos factos, na capella de S. João Baptista, erecta na egreja de S. Roque, d'esta cidade. Toda ella veiu fabricada

de Roma, e com ella toda a baixella, todo o arsenal do culto e das cerimonias, incluindo as cousas mais insignificantes, como as vélas, as lamparinas, os pavios, as vassouras, as escovas e até o vasilhame de uso mais correntio, tanto de metal como de louça. Ao examinar as listas d'esses utensilios dir-se-hia que as artes e as industrias portuguezas marcavam zero na columna thermometrica da sua laboriosidade.

«A capella de S. João Baptista é uma basilica de Mafra em miniatura, com a differença de que esta foi construida no nosso paiz, ao passo que aquella foi executada completamente em Roma. N'uma a corpulencia do gigante; n'outra o limitado das fórmas; em ambas o mesmo caprichoso conjuncto de sumptuosidades. A capella de S. João Baptista não é uma obra anonyma; a sua epocha está perfeitamente determinada, sabendo-se, sem a menor omissão, o nome dos artistas e artifices que concorreram para a sua execução e acabamento. Foi o voto de um rei e esse voto cumpriu-se com toda a exacção e liberalidade da palavra real. Diz-se que D. João V, frequentador assiduo da egreja de S. Roque, da Companhia de Jesus, reparando na pobreza relativa da capella consagrada ao Santo do seu nome, promettera mandar edificar outra, que correspondesse dignamente á sua munificencia e ao seu affecto religioso. Esta lenda não está historicamente averiguada, mas, qualquer que fosse o motivo, o que é certo é que em fins de 1742 se fez a encommenda para Roma.

«...A capella não se destaca, como já disse, pela grandeza das suas proporções, nem pela belleza das suas linhas geraes. De estylo classico, de columnas corinthias, é sobretudo recommendavel pela riqueza dos seus materiaes e ornatos, pela perfeição das suas partes, pela harmonia do seu conjuncto, que nada perde com a variedade de cada uma das suas peças.

«O sagrado recinto dir-se-hia um museu de mineralogia, mas um museu selecto, em que se exposeram apenas as pedras mais raras, mais bellas ou mais custosas, de mais seductor aspecto e colorido. O artista que lavrou e poliu estas pedras foi Rotolini, que bem se pode dizer, sem grave impropriedade e sem grande emphase, o *joalheiro da cantaria*, pois o material é dos mais finos. E assim como os paramentos de rica seda são recamados de bordados a ouro, assim a cantaria é moldurada e ornamentada de bronze dourado, em que trabalharam metallistas e ourives como Guerrini, Roza, Annibaldi, Kaiser, Giardoni, Marcelli e Arighi.

«Nicolau Salvi e Luiz Vanvitelli foram os architectos que deram a traça do monumento, embora em Lisboa se fizessem modificações, ás quaes não foi extranho o celebrado architecto Ludovice.»[1]

---

[1] *Serões*, n.º 4, p. 200.

O *Gabinete historico,* no seu volume XI, occupa-se da historia e descripção da capella, e em 1892 o adjuncto Camelier apresentou em Mesa uma Memoria descriptiva, que foi vertida em francez por Emile Wittier e impressa na Academia Real das Sciencias, por ordem e a expensas da Misericordia. D'ella se tiraram duas edições, uma em 8.º de 25 paginas, em lingua portugueza, e outra em 4.º nos dois idiomas, acompanhada de um chromo, desenho de Alfredo Gameiro, executado na Empreza David Corazzi em 1891.[1]

Em sessão de 31 de agosto de 1892 deliberou a Mesa contractar com a photographia Rocchini 1:000 exemplares de uma photographia da capella de S. João, ao preço de 300 réis cada uma, para ser posta á venda na egreja e na Livraria Catholica.

*

* *

Do lado opposto da egreja a primeira capella, descendo do cruzeiro, é a de Luiza Froes, insigne bemfeitora da Casa e do Collegio de Santo Antão, que a fundou em 1636. Tinha a principio a invocação de Nossa Senhora da Assumpção. Estanciava n'esta capella o douto Padre Mestre Ignacio Martins, vulgarmente conhecido por o Padre Ignacio da Cartilha, que alli ensinava as creanças a lêr. Por isso passou a denominar-se de Nossa Senhora da Doutrina.[2] Depois instituiu-se uma confraria de irmãos officiaes mecanicos, que por algum tempo se conservou n'aquella capella; como, porém, não era d'elles por ter padroeira particular, como diz o lettreiro da campa que está no meio d'ella, fizeram depois outra, que é a ultima, junto ao côro, do mesmo lado, e para lá passaram com o mesmo titulo e invocação. A primitiva capella ficou sob o patronato de Nossa Senhora da Conceição, e serve hoje de capella do Santissimo Sacramento. Tinha á frente uma teia, que em 1894 foi substituida por uma grade de ferro forjado, que serve de commungatorio, collocada dentro da capella, e cujo desenho foi feito á imitação da parte inferior da porta de grades que fecha a capella; é toda dourada e abre ao meio por uns cancellos.

Esta grade, de magnifico acabamento artistico, foi executada pelo serralheiro portuguez Joaquim Pedro Monteiro.[3]

---

[1] Deliberações de 3 de abril de 1891 e 9 de setembro de 1892.

[2] *Lisboa Antiga,* tom. I, p. 17.— O padre Ignacio Martins, ao qual mais adiante nos referiremos, como iniciador das celebres procissões que sahiam de S. Roque, prégava muito amiudadamente, ahi pelos annos de 1580 a 1590, na capella de Nossa Senhora da Graça, ao Corpo Santo, aos moradores do sitio, pela maxima parte extrangeiros, marinheiros e pescadores. (Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno,* tom. IV, p. 236 e 252.— *Sanctuario Marianno* e *A Ribeira de Lisboa,* pag. 507.)

[3] *Memoria justificativa,* p. 37.

As grandes cancellas de grade de ferro dourada que fecham esta capella do Santissimo eram as que primitivamente vedavam a capella de S. Roque, que pelo motivo de ser privativa da Irmandade se acharia d'esta fórma reservada e fechada. Os jesuitas tinham o Santissimo Sacramento no altar-mór, como era do seu ritual. Quando passou o edificio para a posse da Misericordia houve necessidade, por certo, de destinar uma das outras capellas para o Santissimo, e de a vedar, como é de uso em todas as egrejas, por umas cancellas. Seria n'essa occasião, ou mais tarde, que se aproveitaram as portas da capella de S. Roque para a do Santissimo? Não o sabemos ao certo; o que é positivo apenas é que nas aduellas do arco da capella de S. Roque ainda hoje se vêem os tacos de pedra com que se mascararam os buracos dos antigos chumbadouros da grade.

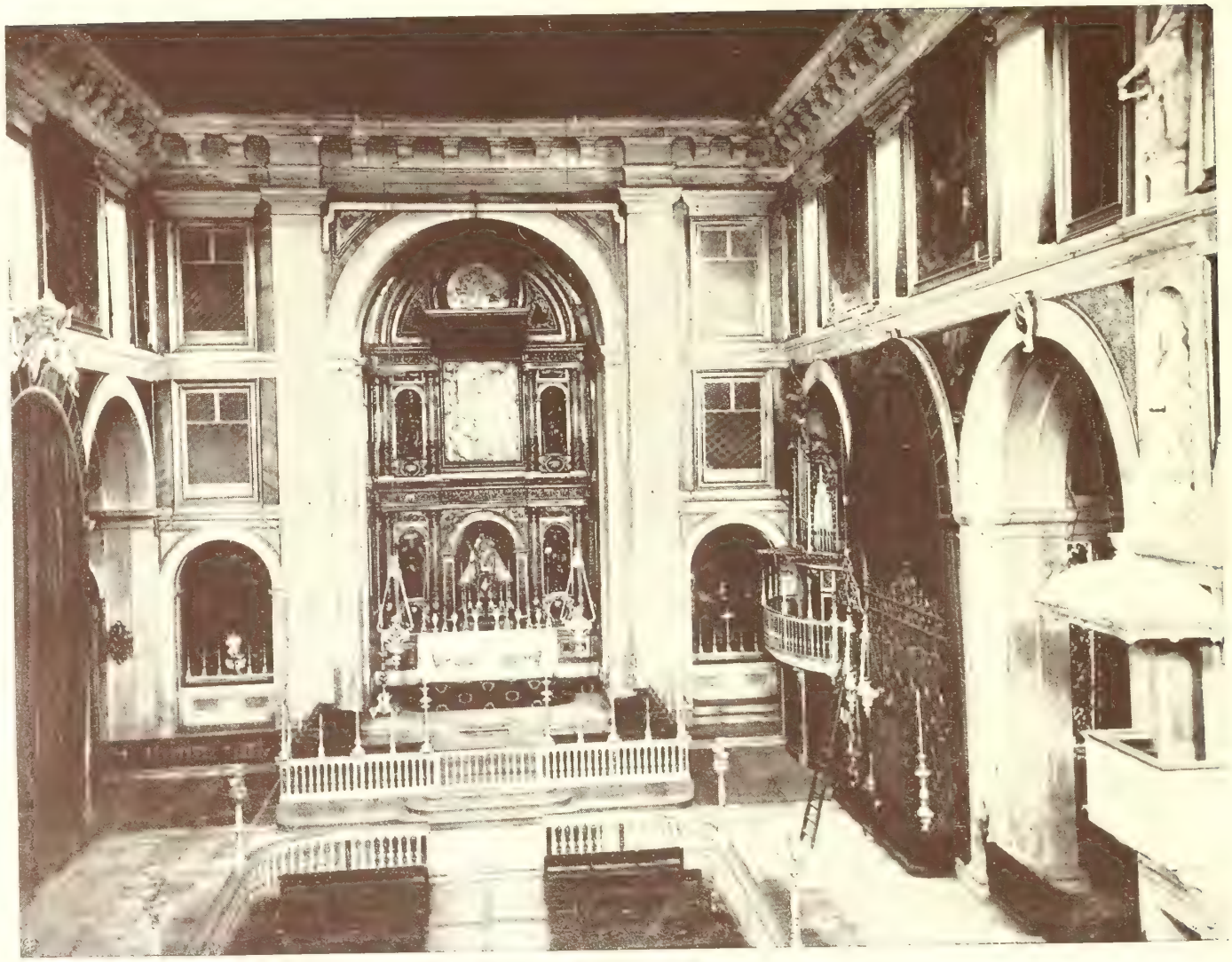
O lambris das paredes da capella é formado por magnificos mosaicos de estylo italiano, talvez os melhores de toda a egreja (com excepção dos da capella de S. João Baptista); n'elles se desenham figuras de anjos, sustentando fitas em que se lêem varios lemmas latinos. A parte superior das paredes e o arco da capella são forrados de quadros e de soberba talha dourada, por entre a qual se destacam figuras de anjos, em alto relevo, de bello trabalho de esculptura e de encarnação.

Aos lados do altar, em pequenos nichos, grande numero de relicarios, representando muitos d'elles bustos de apostolos da Companhia.

Na linha superior do lambris de mosaico, em quatro molduras ovaes de marmore, lêem-se quatro inscripções em caracteres minusculos.

A primeira, entrando na capella, á esquerda, sobre a porta que dá para o transepto:

O Papa Clemente X
Concedeo indulgencia plenaria
a todos os irmãos desta Congregação
q̃ confessados e comungados nesta
Igreja nos prim.os Domingos do mes
nella orarem p.ra concordia dos
Principes Christãos.



INTERIOR DA EGREJA DE S. ROQUE

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., fc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

Na segunda inscripção, do mesmo lado esquerdo, mais ao fundo da capella, lê-se:

A ditta Indulgencia
se pode applicar p.las almas dos Defun.tos
O mesmo Pontifece concedeo, aos q̃ cõ
devoção assistirem ao desencerrar do
S.mo Sacram.to q̃ nesta Igreja se dezen
cerra na tarde dos Domin-
gos do anno e

No lado opposto da capella, em frente d'esta segunda inscripção, e em outra moldura semelhante e semelhantemente disposta, lê-se a terceira, que é do teor seguinte:

E aqui orarem (como
fica ditto) sette annos, e outras tan-
tas quarentenas de Indulgencias

—

Esta obra de pedraria se asẽn-
tou no anno de 1719.

Finalmente, em frente do primeiro, lê-se no quarto e ultimo lettreiro o seguinte:

Altar Privilegiado
terças fr.as e 6as fr.as e no oitavario
da Comemoração dos Fieis e todos
os Defuntos
Nas 2.as fr.as de todo o anno p.a os Irmãos
desta Congregação, por bula do S. P.e
Innocencio XI.

A capella immediata é a de S. Roque, onde se veneram a sua imagem e reliquias pertencentes á antiquissima irmandade, cuja historia já referimos.

Sobre o arco um escudo com um cão. Sobre o altar, em maquineta envidraçada, a imagem do Santo, com bordão e bandeira, e acompanhado pelo cão. Aos lados duas imagens, sendo uma de S. Sebastião. É vedada a capella por uma balaustrada de pau santo, em cujas cancellas, sobre bellas almofadas de espinheiro, se vêem as armas da Confraria, sobrepujadas pela corôa real, primorosamente esculpidas em pau santo; communica por duas portas com as capellas immediatas, e tem á direita, deitando sobre ella, uma tribuna,[1] que communica com o pulpito.

Segundo o contracto celebrado entre a antiga Confraria de S. Roque e os padres da Companhia, ficou sempre a administração d'esta capella correndo por conta da Confraria, que a governava por seus officiaes, eleitos pela Irmandade. O padre preposito da Casa não intervinha nos negocios da confraria senão, como refere um chronista da Casa Professa de S. Roque:

---

[1] Esta tribuna ou janella é fechada por uns caixilhos á franceza, que destoam de um modo horrivel com o estylo e grandeza da capella e do templo. Tambem o espirito vandalico, que tudo acommette e estraga, aconselhou em tempo a collocação de umas prateleiras de casquinha pintadas e douradas sobre a moldura de marmore que limita superiormente o lambris dos famosos azulejos de Francisco de Mattos. Estas prateleiras, que tanto prejudicam a belleza da capella, deviam ser retiradas como enxerto indigno na obra formosa de tão sumptuosa fabrica.

«A tomar conta cada anno dos officiaes como sempre tomou, assim do que pertence a dita capella como a obrigação que tem feyto por contracto cõ Martim Glz da Camara que para isso houve especial Provisão dElRey q.to ao que lhe a elle tocava p.a não entender na sua parte o juiz dos Residuos da qual Provisão se aproveitaram os ditos confrades p.a isẽtarem tambem a sua cap.a de dar conta naquelle juizo e se livram de a darem com a darem tambem de sua parte ao P.e Preposito, etc.» [1]

Os padres obrigaram-se tambem pelo primitivo contracto a dar á irmandade do Santo uma sacristia particular; assim o fizeram, servindo por muitos annos para tal effeito a capella immediata, de S. Francisco Xavier; e depois, em logar d'esta, deram-lhe a que está no claustro pequeno da portaria, feita á custa do padroeiro da capella de S. Francisco Xavier, Luiz Rodrigues de Elvas.

Os registos do Santo, segundo boa gravura de Manuel Freire, representam S. Roque em trajo de peregrino, com o bordão respectivo, apontando uma ferida que tem na coxa, e acompanhado pelo cãosinho, que traz um pão na bocca, pão que, segundo a lenda, lhe vae collocar como curativo sobre a ferida. Na parte inferior teem um lettreiro que diz:—*S. Roque Advogado Contra a péste q̃ se venera na sua Igr.a e Caza da Mizericordia desta côrte.*

Segue-se a capella dedicada a S. Francisco Xavier, o insigne apostolo das Indias. É uma riquissima capella, instituida por Antonio Gomes de Elvas, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, de uma nobre familia alemtejana a quem Filippe II concedeu brazão de armas. N'esta capella ha duas inscripções, nas paredes lateraes, do seguinte teor.

A da esquerda diz:

D.
FRANCISCO XAVERIO
ORIENTIS • APOSTOLO
PRÆCLAR.MO

*

ANTONIVS GOMES
DELVAS
D.

[1] Citado *Codice* manuscripto da Bibliot. Nac., n.º 207.

A da direita:

S.
POSTERIS Q • SVIS ∗
SVB ∗ IILIVS ∗ PATROCINIO
∗ IN ∗ SEPVLTVRAM ∗
S.
∗ ANNO ∗ M ∗ DC • XXXV ∗

No chão, em uma lage, segundo se encontra na abundantissima e preciosa collecção de inscripções de Moreira, que tantas e tão repetidas vezes vamos citando n'este livro, existe a seguinte inscripção:[1]

ESTA
CAPELLA HE
DE LVIS ROIZ
DELVAS

No altar a imagem de S. Francisco, ladeada por duas pequenas imagens. A balaustrada que a fecha é de pau santo, com guarnições metallicas e acroterios de marmore cinzento. No fecho do arco um escudo com uma palma e sua roseta.

Segundo se vê pela planta geral, a que já nos referimos, tinham sacristias suas, deitando para o claustro pequeno da portaria, ao longo do corredor que hoje dá entrada para o edificio dos expostos, as capellas de S. Roque, de S. Francisco Xavier e da Doutrina, nas casas onde hoje se acham alojadas as officinas do carimbo das cautelas, a casa forte da thesouraria e a casa forte das loterias.

Na casa da officina do carimbo, que era a antiga sacristia de S. Francisco

---

[1] Citada *Collecção de Inscripções*, de Moreira, fl. 324. N'esta mesma *Collecção*, a p. 323, veem as duas inscripções da capella da Doutrina, reproduzidas na p. 222 d'este livro.

[2] Citado *Codice*, n.º 207.

Xavier, como acabamos de dizer, lêem-se em duas lapides as seguintes inscripções:

A CAPELLA • DE SAM FRANCISCO XAVIER • E ESTA
SAMCRISTIA SAM DE LVIS RODRIGES DE ELVAS QVE
COMPROV, COMO CONSTA DA ESCRETVRA DE VENDA,
FEITA EM 19 • DIAS DO MES DE JANEIRO DO A'NNO D 1651
NAS NOTAS DO TABALIAM, DOMINGOS DE BAIRROS •
JASEM NELLA SEPVLTADOS, OS OSSOS DE SEVS PAI, E
MAI, JOAM RODRIGES DE ELVAS, E ISABEL GOMES,
SEVS IRMAÕS BELCHIOR GOMES DE ELVAS, ANTO
NIO GOMES DE ELVAS, FRANCISCO RODRIGES DE
ELVAS, E SVAS MOLHERES, E SEV SOBRINHO JOAM
RODRIGES DE ELVAS • TEM DOIS CAPPELLÃES, QVE
NELLA DISEM MISSA QVOTIDIANA POR ESMOLA DE
30000 RÊS CADA HVM • HVA PELLAS ALMAS DOS DITOS
SEV PAI, E MAI, E OVTRA PELLA DE SEV IRMÃO FR.CO ROIZ.

DEIXOV LVIS ROIZ DE ELVAS 2 MISSAS CO
TIDIANAS POR SVA ALMA COM 40$ RS
DE ESMOLLA POR CADA HVA E ORDNOV
Q AS DVAS Q DE ANTES SE DEZIÃO SE LHES
PREFIZESEM 40$ RS A CADA CAPELLÃO
E P.A FABRICA E GVIZAM.TO DE TODAS AS 4
MISSAS 44$ RS • FALECEO EM 26 DE ABRIL
DE 1673 E ESTA NELLA SEPVLTADO E Q FO
SE IAZIGO DOS SVCCESORES DO SEV MOR
GADO DE SVAS MOLHERES E FILHOS E LHE
PERTENCE PER ESCREPTVRA FEITA
EM 10 • DE JAN.RO DE 1674 E ESTA NAS NO
TAS DO TABALIÃO D.OS DE BAIRROS -

Pelos livros de *Instituições de Capellas na Egreja de S. Roque,* que já citámos, e existem no Archivo do Hospital de S. José, vê-se que João Roiz de Elvas e sua mulher Isabel Gomes foram, em suas disposições testamentarias, os primeiros instituidores dos encargos pios que n'esta capella se cumpriam.

João Roiz de Elvas fez testamento em 20 de novembro de 1610, determinando uma missa quotidiana na egreja onde ficasse sepultado; a esse fim fez seu filho Antonio Gomes de Elvas termo de obrigação de bens em 10 de dezembro de 1633. Por escriptura de 1 de junho de 1620, na qual se declara estar Isabel Gomes sepultada em uma capella das crastas de S. Roque, se instituia a capella a que a dita Isabel Gomes legava varios rendimentos, confiando a administração d'elles a quem lh'a acceitasse, de entre as corporações religiosas que designava, sob determinadas clausulas. Francisco Roiz de Elvas, irmão de Antonio Gomes de Elvas, tambem instituiu uma capella de missa quotidiana, a que consignava 40$000 réis de juro.[1]

A ultima capella, finalmente, é a denominada hoje de Nossa Senhora da Doutrina, em cujas paredes se lêem as seguintes inscripções, em marmore:

A da esquerda, entrando, diz:

DEVSE PRINCI-
PIO A CONGREGAÇÃO
DE NOSSA SENHORA DA DOV-
TRINA EM 19 DE IVNHO D 1612
O EDIFICIO DA CAPELLA O PRI-
MEIRO DE ABRIL DE 1634 O
BRADO TVDO A CVSTA
DOS IRMAOS DA MES-
MA SENHORA.

A da direita:

O SITIO DELLA
E CARNEIRO POR BAIXO
SACRISTIA CORREDOR IVN-
TO E CEMITERIO Q̃ TEM NA
IGREIA DE 30 COVAS LHES FOI
DADO DE GRAÇA PELLOS PADRES
PARA SEPVLTVRA DOS IRMA-
OS CONGREGADOS EM 16
DE IVLHO DE 1638

[1] Estes termos e escripturas de instituição de capellas encontram-se a fl. 16 v., 65 e 74 do citado tom. II, da *Igreja de S. Roque*, n.º 40 do Archivo do Hospital de S. José.

N'esta capella ha magnificos trabalhos de talha dourada. Acima do altar o Senhor da Canna Verde. No altar a Senhora com o Christo morto nos braços. Aos lados as imagens de Santa Anna e S. Joaquim. Rodapé de formosos mosaicos florentinos. Balaustrada de ebano com acroterios de mosaico, onde se vê um escudo com um livro e em cima uma cruz. No fecho do arco um escudo com um livro aberto, onde se lê:

DOCTRINA ET VERITAS.

O livro cercado de um rosario e sobrepujado pela cruz constituia a divisa da confraria da Doutrina.

A estes soberbos mosaicos florentinos, que, na egreja de S. Roque, adornam varias capellas, onde já os descrevemos, e principalmente aos das capellas do Santissimo, da Senhora da Piedade e da Senhora da Doutrina, se refere com elogio, dizendo que taes decorações são do mais extraordinario e requintado gosto artistico, o famosso professor e architecto allemão sr. Albrecht Haupt, no seu precioso livro, magnificamente illustrado, que escreveu ácerca das obras da Renascença em Portugal, livro de que adeante faremos mais detida citação.

Na face norte do claustro pequeno da portaria havia tambem cinco capellas, da invocação de Nossa Senhora das Dôres, Nossa Senhora do Populo, Senhor dos Passos[1] e Santo Antonio.[2] A ultima era a capella do baptismo dos expostos, que ainda hoje existe no corredor de entrada do hospicio.

## Quadros

Encontra-se na egreja de S. Roque farta collecção de magnificos quadros, muitos d'elles dos melhores pintores portuguezes.

Apontaremos em primeiro logar os soberbos trabalhos do famoso Vieira Lusitano, cuja romanesca existencia elle proprio deixou historiada no seu livro — *O insigne pintor e leal esposo Vieira Lusitano* — em cantos lyricos, publicado em 1780, e se acha primorosamente descripta no estudo intitulado *Amores de Vieira Lusitano,* do sr. Julio de Castilho.[3]

---

[1] Foi naturalmente esta a que primeiro teve a invocação de Santa Cruz, e onde se erigiu a confraria de Santa Cruz e Passos, que depois se estabeleceu no convento da Graça. (Vidè *Summario de varia historia,* tomo I, p. 224, e Pinho Leal, tomo IV, p. 241.)

[2] Segundo se infere do Inventario das alfaias e paramentos da egreja, feito em 1848.

[3] Primeiro publicado no *Instituto* e agora (1901) largamente ampliado em bella edição, acompanhada de reproducções artisticas, illustrações originaes do auctor, e grande copia de notas e documentos, feita pela Parceria Antonio Maria Pereira.

Os quadros que d'este mestre encontramos em S. Roque são as duas telas que adornam as paredes lateraes da capella de Santo Antonio e representam: o primeiro, *Santo Antonio prégando aos peixes*, e o segundo, *A visão*, isto é, *Santo Antonio prostrado recebendo das mãos da virgem o menino Jesus.*[1]

Estes dois admiraveis quadros — «excellentes specimens do talento do pintor» — no dizer de Raczynski, e que muito elogiados eram pelo grande mestre Pedro Alexandrino,[2] ambos de assumpto nacional, pertenceriam talvez, diz o sr. Julio de Castilho, á *primeira maneira* do mestre, como os quadros da Patriarchal que foram destruidos pelo terremoto. Poderá attribuir-se-lhes a data de 1720. Este illustre litterato e artista, que elevou á memoria do pintor aquelle eterno monumento do livro que apontámos, aprecia-os pela seguinte forma:

«Foram encommendados a Vieira pela Companhia de Jesus? é provavel, mas não o sei; o que sei é que todo o conhecedor ha de sentir indefinivel encanto ao contemplar aquellas duas paginas interessantes, que ainda hoje palpitam ao calor do estro potente que as soube conceber.

«No do lado do Evangelho vê-se o juvenil Franciscano prégando aos peixinhos do mar. Ha muita poesia e doçura no pallido e sympathico asceta, que, desesperando já de converter o homem, se voltava para o irracional.

«No outro quadro vê-se o Santo ajoelhado ante a «sempre Virgem», que, sentada no seu throno de nuvens, se digna de acercar-se do penitente. Formosa, de olhos baixos, na attitude castissima que lhe convém, toda a figura de Maria é um sorriso de luz.»[3]

D'este nosso insigne pintor do seculo XVIII (n. 1699, m. 1783) não muitos quadros possuimos hoje, porque muitos sahiram para o extrangeiro, onde sempre foram adquiridos por elevados preços.[4]

Francisco Vieira de Mattos estudou em Roma, onde o protegia o nosso embaixador marquez de Abrantes, que foi o seu Mecenas, e alli teve por mes-

---

[1] O auctor dos *Amores de Vieira*, citando-os, accrescenta que a vida de Santo Antonio foi assumpto para muitos quadros e desenhos de Vieira Lusitano, e aponta, além de um painel na egreja de S. Francisco de Paula e de uma copia de um quadro de Ciro Ferri, tres gravuras, uma das quaes vem reproduzida a p. 219 do livro, e um desenho a sanguineo. (Vidè citado livro a p. 27 e 219.)

[2] *Diccionario popular.*

[3] *Amores de Vieira Lusitano*, pelo sr. Julio de Castilho, p. 142.

[4] O sr. Julio de Castilho está elaborando um *Catalogo* dos trabalhos artisticos de Vieira Lusitano, para o que fez um publico appello, pedindo a todos quantos possuam desenhos, quadros ou gravuras d'este pintor, ou d'elles tenham noticia, lh'o communiquem, procurando assim tornar tão completa quanto possivel a enumeração e descripção das obras do grande Mestre.

tres Lutti, Trevisani[1] e as riquissimas galerias de pintura. Retratou el-rei D. João V, que o nomeou seu pintor (1773), e depois dos incidentes dramaticos da sua paixão e do seu casamento enviuvou em 1775 e recolheu-se ao Beato Antonio, onde morreu.

Vieira fez numerosos desenhos e quadros que existem em Roma, e em Lisboa pintou no tecto da egreja dos Martyres os quadros que substituiram os antigos quadros de José de Avellar Rebello, e restaurou os retratos dos arcebispos de Lisboa, que existiam no palacio da Mitra, residencia do primeiro patriarcha.[2]

De Bento Coelho da Silveira, o insigne e infatigavel pintor que floresceu pelo seculo XVII, e do qual, não obstante ter o terrivel terremoto e incendio de 1755 destruido por completo muitos quadros, ainda bastantes existem que bem justificam o seu elevado merito artistico, encontramos no templo de S. Roque alguns bellos specimens.

Na capella de Nossa Senhora da Doutrina temos dois: um representa *Jesus Christo apparecendo á Virgem, depois da Resurreição,* e o outro *a Ascensão.* —«Acho principalmente este ultimo digno de elogios. É de um effeito que satisfaz no tocante a composição, a desenho e a colorido. Parece ter sido feito debaixo da influencia da eschola de Bolonha, do seculo XVII.»[3]

Na capella do Santissimo encontram-se outros dois, representando o *Transito da Virgem* e a *Coroação.*

Na capella da Senhora das Dôres, ou de Jesus, ha um formoso quadro da *Senhora das Dôres,* ou *das Lagrimas,* geralmente attribuido ao mesmo insigne pintor, comquanto não se saiba ao certo a sua paternidade.

Pelos annos de 1708 morria, em adeantada velhice, este illustre mestre da pintura portugueza, que com o seu pincel infatigavel embellezou tantos templos, como o da Madre de Deus, o das Francezinhas, o das commendadeiras da Encarnação, o da Pena, o de S. Jorge, o de S. Bento de Lisboa, o de Santo Antonio de Evora e o do collegio dos Jesuitas em Angra.[4] Na egreja da Penha de França, segundo parece, tambem pintou os quadros das capellas.

A maior parte d'estas preciosidades da arte nacional desappareceu pelo terremoto, motivo por que maior apreço devemos ligar ás que nos restam de tão distincto pintor, do qual, talvez para se julgar da sua extraordinaria fe-

---

[1] Vidè *Amores de Vieira,* p. 64 e 65.

[2] Baptista de Castro, *Mappa.*

[3] Conde Raczynski, *Les arts en Portugal.*

[4] Soberbos quadros nas capellas de S. Francisco Xavier e de Santo André. (Vidè *Boletim da Associação dos Architectos e Archeologos,* tomo VIII, p. 81.)

cundidade, se dizia *que pintara tantos quadros quantos os dias da sua dilatada existencia,* parecendo certo que, devido a tão excessiva producção, a que seria impellido pelas condições da epocha, se nota em alguns dos seus trabalhos menos cuidado na correcção do desenho, bem compensado pelo vigor do colorido.[1] Guarienti affirma que elle pintou mais quadros do que todos os pintores portuguezes reunidos.[2]

Entre as obras que chegaram até nós, apontam-se a que existe na egreja da Ameixoeira, tão retocada que quasi se lhe não reconhecem os primitivos traços; e outro quadro que se encontra na sacristia da egreja parochial de S. Pedro em Alcantara, mal estimado e mal conservado, representando *A invenção da Santa Cruz,* e por Bento Coelho firmado na data de 1702.[3]

Em S. Paulo de Almada, no tecto da egreja, havia uma tela de Bento Coelho, muito deteriorada, e tanto que teve de ser inutilizada por occasião das ultimas obras feitas n'aquella egreja.[4]

Ainda ha pouco, em agosto de 1900, foram vendidos em leilão mercantil dois quadros que pelas dimensões (teriam uns tres metros de alto) e formato indicavam ter sido de capellas de egreja, e representavam: um *S. João Evangelista* e o outro *A Virgem em Gloria,* sendo o primeiro firmado por Bento Coelho da Silveira, com a data de 1706, em baixo, ao centro do quadro.[5]

Quanto á data de seu nascimento anda completamente ignorada. Apenas se sabe que de 1648 a 1698 exerceu varios cargos na irmandade de S. Lucas, e que ainda existia, muito avançado em edade, nos principios do seculo XVIII.[6]

De Gaspar Dias, pintor do seculo XVI, encontramos na capella de S. Roque, na parte superior do retabulo, um quadro pintado em madeira, representando *S. Roque a quem apparece um anjo.*

Foi pintado por Gaspar Dias quando regressou da Italia, onde estudou pintura. Fôra para alli enviado, com outros artistas, por el-rei D. Manuel. Os seus quadros teem colorido admiravel, toque fino e delicado, e as suas figuras denotam magnifica execução.[7] Floresceu pelo anno de 1534.[8]

---

[1] Esta e outras notas preciosas ácerca de quadros e pintores foram-nos obsequiosamente concedidas pelo distincto pintor e restaurador sr. Joaquim Nunes Prieto, a quem adeante nos referiremos novamente.

[2] *Diccionario Popular.*

[3] Segundo informação do sr. Nunes Prieto.

[4] *Boletim da Associação dos Architectos e Archeologos,* 1897, tomo VII, p. 181.

[5] Informação do sr. Nunes Prieto.

[6] Cyrillo Wolkmar Machado, *Collecção de Memorias,* p. 85.

[7] Liberato Telles, *Pintura Simples,* p. 179.

[8] Ácerca da vida mal conhecida d'este pintor illustre descobriu recentemente o sr. Julio de Castilho documentos que fixam datas. Em 1573 foi o pintor Gaspar Dias, morador no Joguo

Pintou para o mosteiro de Belem[1] o *Senhor no Horto.*[2]

Tambem se lhe attribue o grande retabulo da capella-mór da egreja de S. Roque, a *Vinda do Espirito Santo,*[3] mas foi restaurado por Guarienti e depois tão retocado que será difficil talvez reconhecer hoje n'elle a primitiva pintura.

Gaspar Dias havia pintado tambem um quadro em madeira, representando o *Pentecoste,* na bocca da tribuna da antiga egreja da Misericordia.

Cabe agora falar de José de Avellar Rebello, pintor do seculo XVII e o primeiro do seu tempo.

D'elle possue a egreja de S. Roque, na primeira capella da esquerda, o famoso retabulo representando *Jesus entre os doutores,* bem como um pequeno quadro circular, por cima do retabulo, representando a *Senhora com o menino ao collo.* D'este retabulo, que muitos teem attribuido a Zurbaran, diz Raczynski que o considera como um dos melhores de toda a egreja.

Avellar Rebello merece bem estes encomios. Estimava-o muito D. João IV, cujo retrato fez em 1643, e ainda hoje se vê na Bibliotheca Nacional, onde tem o n.º 22 da galeria de retratos.[4] Foi tão feliz que enriqueceu pela sua profissão. Foi elle o auctor (1602) de 72 quadros que adornavam o tecto da egreja dos Martyres, e de varios quadros de Belem e de S. Bento.[5]

A par d'estes valiosos quadros de conhecidos ou suppostos auctores, quantos outros de não menos valia, dos quaes hoje se desconhece a paternidade, existem na egreja de S. Roque.

Passemos a enumeral-os, a titulo de rapido inventario, começando por notar os interessantes quadros da capella de S. Francisco Xavier, os quaes, além do seu grande valor artistico, se recommendam como documentos historicos, pois que n'elles se podem estudar os trajos e costumes da epocha. Representam elles: um *o papa Paulo III enviando a Portugal os primeiros irmãos da Companhia de Jesus,* e o outro a scena em que *D. João III se despede do Padre Francisco Xavier em 1541.*[6]

---

da Pela da Mouraria, tido como herdeiro de Estevão Affonso. Ainda em 1578 residia ao cabo da rua da Pela, como consta de uma inquirição para familiar, existente na Torre do Tombo, *Inquirições,* maço 4, n.os 142 a 164. (*Amores de Vieira Lusitano,* p. 161, e nota a p. 253.)

[1] Liberato Telles, *Pintura Simples,* p. 179.

[2] *Collecção de Memorias,* por Cyrillo Wolkmar Machado, p. 58 e 59.

[3] *Mnémosine Lusitana,* tomo II, p. 35.

[4] Vidè C. W. Machado, *Memorias,* p. 76.

[5] Vidè *Dem. hist.,* p. 304 e 305; *Lisboa antiga,* tom, V, p. 29; *Summario de varia historia,* tomo I, p. 95, e tomo V, p. 187; Liberato Telles, *Pintura simples,* p. 167, e Raczynski, p. 17.

[6] Existe um retrato de S. Francisco Xavier, pintura a oleo, na capella d'este santo na egreja do Bom Jesus de Gôa (velha), o qual vem reproduzido a p. 213 do tomo IV da edição illustrada da *Historia de Portugal* de Pinheiro Chagas.

Sobre o retabulo da mesma capella de S. Francisco Xavier vê-se um pequeno quadro circular representando *cabeças de anjos*.

Na capella ultimamente restaurada, a que chamaremos dos Castros, collocou-se um antigo quadro gothico, em madeira, representando a *Annunciação*, boa pintura antiga que se achava arrecadada.

No cruzeiro tambem teem sido collocados muitos dos quadros que existiam dispersos pelos corredores e salas do edificio.

Torna-se digno de reparo o magnifico retrato do celebre fundador da Companhia, *Santo Ignacio de Loyola*, revestido de armadura.

Ao topo do cruzeiro está o quadro *Christo e todos os Santos*, e sobre a porta que vae para a sacristia a *Virgem no meio das Virgens*. Sobre a porta da capella de S. João Baptista o quadro de *Jesus no Horto* e acima d'elle o do *Lava-pés*. Sobre a porta lateral da capella do Santissimo o quadro gothico da *Adoração dos Magos*, que fazia *pendant* com o retabulo hoje collocado na capella restaurada de D. Antonio de Castro. Nas paredes do cruzeiro ha mais os quadros dos *Santos Innocentes*, que em tempo esteve no baptisterio da Santa Casa, e o dos *Santos Martyres da Calabria*.

Na capella-mór ha os retabulos que se alternam em diversos periodos do anno, sete grandes quadros que representam: a *Circumcisão* (pintura da eschola bolonheza, trazida de Roma pelo jesuita Antonio de Moraes); a *Descida do Espirito Santo*, attribuida a Gaspar Dias (de que já falámos); a *Annunciação*; o *Presepio*; o *Senhor Crucificado*; a *Resurreição* e a *Assumpção*.

Por cima do retabulo da mesma capella-mór ha um formoso quadro circular, representando *Jesus menino*, que por muito tempo andou escondido das vistas de todos, porque o occultava um docel que havia sobre o retabulo. Este docel foi retirado, a pedido do conductor Mena Junior, quando alli dirigiu as obras da egreja, e por ordem do provedor dr. Thomaz de Carvalho.

O grande retabulo dourado da capella-mór como que se prolonga sobre as paredes lateraes da capella, formando umas janellas ou nichos, onde se vêem pintadas, em corpo inteiro, figuras representando talvez apostolos da Companhia de Jesus.

Estes paineis são attribuidos a Cyrillo Wolkmar Machado.

Os dois quadros da *Morte de Santa Rita de Cassia* e de *Santa Thereza*, que estiveram no cruzeiro, acham-se actualmente no cartorio do padre thesoureiro, junto á sacristia nova. Acham-se tambem alli os tympanos ou parte superior dos retabulos das capellas dos Santos Martyres e das Virgens, retirados por occasião das obras que transformaram estas capellas em mostruarios de reliquias. São dois bellos specimens de pintura portugueza, modo antigo, boas côres e desenho facil. Os retabulos correspondentes foram repintados e completamente transformados em 1862.

Na arrecadação da egreja ainda existem, entre muitos quadros deteriorados, dois em madeira, por certo os mais antigos de todos os de S. Roque, completamente estragados, mas nos quaes se divisam ainda os brancos da pintura primitiva e as formosas cabeças das figuras que constituiam estes antiquissimos paineis.

Citaremos ainda: na capella de Jesus Maria José dois grandes quadros lateraes, o *Presepio* e a *Adoração,* que teem sido attribuidos a Ribera, ou, com mais fundamento, a André Reinoso; na capella da Senhora das Dôres os dois quadros lateraes da *Descida da Cruz* e do *Santissimo Sudario,* e na de S. Roque os dois quadros lateraes, sendo notaveis no da esquerda os magnificos effeitos de perspectiva.

Por cima das capellas, no intervallo dos arcos, ha seis paineis triangulares de lados curvos (tympanos), representando os mais afamados doutores da Egreja, a saber: entre os dois arcos das capellas de Jesus Maria José e Santo Antonio o retrato de *S. João Chrysostomo;* entre a capella de Jesus e a de S. João Baptista *Santo Agostinho;* entre o arco da capella de S. João Baptista e o do cruzeiro *Santo Ambrosio;* entre o arco da capella da Doutrina e o da de S. Francisco Xavier *S. Gregorio Nazianzeno;* entre o arco da capella de S. Roque e o da do Santissimo *S. Gregorio;*[2] e finalmente entre o arco do cruzeiro e o da capella do Santissimo *S. Jeronymo.*

Todos estes são bellos quadros de côres vivas e bem conservados. Ha quem os attribua ao pintor portuguez André Reinoso, de quem falaremos quando apontarmos os seus quadros na sacristia.

Por cima d'estes, entre as janellas, ha uma longa serie de dezeseis paineis, de duas dimensões diversas, representando scenas da *Vida de Santo Ignacio de Loyola.*

Estes quadros são enormes, talvez de $3^{m},50$ por $3^{m}$. As figuras n'elles pintadas são de tamanho natural. São muito curiosos porque representam costumes do tempo de Santo Ignacio, de cuja vida reproduzem as principaes scenas, a começar no cêrco de Pamplona, no canto sobre o côro, á esquerda ao entrar na egreja, até acabar junto a esse mesmo canto pela morte, enterramento e exaltação posthuma do Santo.

Da pintura do tecto, complicada e extraordinaria, onde n'uma especie de zimborio simulado se vê pintada uma figura de homem, encostada á balaustrada e olhando para a egreja, figura que muitos querem seja a do rei D. Sebastião ou a do rei D. Filippe II, diz-nos o sr. Julio de Castilho o seguinte:

---

[1] Raczynski, *Dictionnaire historico-artistique,* p. 241.

[2] Provavelmente S. Gregorio Magno ou S. Gregorio Thaumaturgo.

«O tecto, onde foi cuidadosamente restaurada em 1862 aquella complicada composição monumental, do genero a que os italianos chamam *di sotto insù*, é um bom specimen da nossa arte antiga.»[1]

Segundo referem os livros e manuscriptos antigos, logo que se concluiu a armação da cobertura da egreja se suscitaram duvidas e discussões sobre se seria melhor fazer-se o tecto em *artesões* ou raso. Concluiram que se fizesse raso. Elaboraram então tres desenhos, ou esboços da pintura, os melhores officiaes da terra, e por conselho de D. João de Borja se enviaram ao rei castelhano para d'entre elles escolher o que mais lhe agradasse. A pintura executou-se em 1588.[2]

Em 1861 (25 de junho) officiou á Mesa da Misericordia o Ministerio das Obras Publicas, participando ter sido dada ordem para se proceder á limpeza dos quadros da egreja de S. Roque e á reforma da sanca do tecto.[3]

Em julho de 1862 compareceu na Santa Casa José Maria de Salles, pintor, que se encarregou da limpeza do tecto da egreja de S. Roque e de trinta e dois quadros e suas tabellas, que decoram o corpo da egreja, excluindo-se um quadro de S. Francisco Xavier, por se achar de tal modo estragado que se tornou impossivel restaural-o. Devia ficar o trabalho concluido em 20 de fevereiro de 1863, ajustado pela quantia de 800$000 réis.[4]

Em 1885, segundo deliberações constantes das actas das sessões de 7 a 23 de setembro, foi pelo então mui digno provedor marquez de Rio Maior encarregado do restauro de quatorze quadros existentes em arrecadação na egreja de S. Roque[5] o professor da Academia e academico de merito sr. Joaquim Prieto, consciencioso e abalisado pintor, a quem se deve a restauração ar-

---

[1] *Lisboa antiga*, tomo I, p. 155.

[2] Citado *Codice manuscripto*, n.º 207.

[3] *Registo de officios do Ministerio*, fl. 57.

[4] Existem no Archivo as condições para o trabalho, assignadas pelo pintor e datadas de 9 de julho de 1862. Antes de vêr este documento, que casualmente appareceu entre papeis antigos, já obtivera informação do facto, obsequiosamente ministrada pelo venerando architecto Valentim José Corrêa, já fallecido, e cujo pae dirigiu as obras de reparo na egreja de S. Roque, n'aquella occasião.

[5] D'entre estes quadros limpos e restaurados pertenciam á egreja de S. Roque, segundo a relação e orçamento que temos presente, os da *Morte de Santa Rita de Cassia* e de *Santa Thereza de Jesus*, que já antes tinham sido retocados; o dos *Martyres da Calabria*, que foi contratelado e restaurado, e os seis grandes quadros do retabulo da capella-mór, dos quaes a *Circumcisão*, a *Visitação*, a *Annunciação* e a *Adoração dos Magos* (que estavam bastante deteriorados) foram tambem contratelados e restaurados. Além d'estes ainda o sr. Prieto limpou e retocou mais outros seis quadros existentes na arrecadação da egreja, e os restantes pertenciam á egreja e sacristia de S. Pedro de Alcantara.

tisticamente executada, não só dos magnificos quadros que adornam a egreja de Nossa Senhora da Madre de Deus[1] (actualmente pertencente ao asylo de D. Maria Pia) e dos da egreja de Santa Maria de Belem, como a de muitos centenares de bons quadros, de diversas epochas e escholas, existentes em egrejas, edificios e collecções particulares.

O sr. Prieto, artista de verdadeiro merito, que á sua mestria reune um verdadeiro culto pela arte, tem conseguido evitar, pela sua probidade e dedicado desinteresse, muitos vandalismos, oppondo-se tenazmente a restaurações que iriam deturpar o estylo e belleza primitiva de muitas obras primas da pintura antiga.

Ao sr. Prieto, que não é só artista de pincel, mas tambem um erudito, sabedor como poucos da nossa historia artistica, devemos a fineza, pela qual folgamos de n'este ponto confessar o nosso publico agradecimento, de revêr e annotar com preciosas noticias e informações ineditas, corrigindo inexactidões de factos e de critica, os paragraphos d'este capitulo subordinados aos titulos de *quadros* das egrejas de S. Roque, de S. Pedro de Alcantara e de outras salas dos edificios da Misericordia.

O mesmo professor[2] já antes, em 1877 e 1884, fôra convidado pelo referido provedor marquez de Rio Maior, como adeante diremos, para restaurar e limpar varios quadros da sacristia da egreja de S. Roque e da egreja de S. Pedro de Alcantara.

Em 1890, por deliberação do provedor Thomaz de Carvalho (acta de 10 de julho), foi novamente o professor Prieto encarregado de restaurar outros tres quadros da egreja de S. Roque.

Além d'estes quadros que temos enumerado e dos da sacristia, de que em logar competente nos occuparemos, existem espalhados pelos corredores e salas do vasto edificio grande numero de quadros em tela e em madeira, de somenos valor artistico ou em peor estado de conservação.

No refeitorio dos expostos vê-se um grande quadro representando a *Visão*

---

[1] É bastante para lamentar que, apesar da boa vontade e diligencia do digno e illustrado actual provedor d'aquelle asylo, o sr. conselheiro Frederico de Abreu Gouveia, não tenha sido possivel, por falta de recursos pecuniarios, concluir-se a restauração da primitiva egreja, contigua ao novo templo, a que acabamos de nos referir, porquanto ainda no vasto edificio do asylo existem presentemente bastantes quadros, d'entre os quaes se poderiam aproveitar alguns que devidamente restaurados serviriam para completar aquelle, por mais de um titulo, preciosissimo monumento nacional.

[2] O sr. Prieto regeu por muitos annos a cadeira de desenho geometrico e de perspectiva na Academia de Bellas Artes, reunindo preciosos elementos para esse estudo, que conserva ineditos. Publicou tambem um compendio de desenho linear de modico preço, destinado a favorecer os estudantes pobres do curso de desenho dos lyceus e escholas.

*de Santa Thereza;* nos corredores ha os quadros da *Annunciação, Visitação, Adoração dos Reis* e do *Presepio;* na capella do Senhor dos Passos ha um pequeno quadro de *Jesus Crucificado;* no baptisterio dos expostos um *Nascimento de S. João,* uma *Morte de Santa Rita,* uma *Adoração dos Reis,* uma *Annunciação,* uma *Senhora lendo,* um *S. Pedro* e uma *Senhora da Conceição;* na capella do hospicio do Amparo ha um *Christo,* uma *Nossa Senhora* e uma *Santa Rita;* e finalmente na enfermaria de Santa Rita ha um quadro em madeira representando o *Calvario.*

## Azulejos

Por todos os lados na egreja de S. Roque se encontra este bello revestimento, magnificos specimens da ceramica portugueza, industria tão desenvolvida nos seculos XVI, XVII e XVIII, tanto em Portugal como na Hespanha e Italia. As paredes debaixo do côro, á entrada da egreja, as do cruzeiro, as do corredor que vae para a sacristia e a parte inferior das paredes de muitas capellas acham-se revestidas de bellissimos azulejos.

Os que se nos deparam debaixo do côro são polychromos e teem a data de 1596. São todos do desenho usado em edificios jesuiticos, representando pyramides truncadas e ellipses; nas cercaduras, em pequenos medalhões, vêem-se symbolisados os attributos da paixão de Christo. Ao lado esquerdo ha, no alto, uma sigla d'esta configuração, e por baixo a data, pintadas no azulejo:

1596

Junto estão dois medalhões; n'um lê-se:

RE
GNI CŒ
LORVM

No outro a empresa ou monogramma de que usavam os jesuitas:

IHS

Á mão direita, entrando na egreja, o mesmo distico e data sobre o azulejo, sem moldura:

RGNI
CELO
RVM 1596.

O azulejamento do cruzeiro e corredor da sacristia é de egual desenho; tem, porém, umas molduras e cantos, nos quaes ha uns interessantes azulejos com cabeças fradescas.

Tambem encontramos azulejos na capella de Santo Antonio e na de S. Roque. Estes são de todos os mais notaveis, de puro gosto italiano. E comtudo são obra genuinamente portugueza, porque o attesta a assignatura n'elles escripta pela seguinte fórma:

FRCO + DE MATOS 1584

Este Francisco de Mattos é certamente o mesmo que assignou MATOS em muitos dos soberbos quadros de azulejos existentes nas *loggias* do lago do palacio seiscentista da Bacalhoa, em Azeitão, nos quaes se encontrou a data de 1565. Os estylos são differentes e por isso não soffrem comparação.

Um illustre archeologo, infelizmente fallecido, estabelece no seu livro notavel ácerca do palacio da Bacalhoa a critica differencial entre os dois typos de azulejos, dizendo:

«O desenho dos de Lisboa é largo, rasgado e firme, de mão amestrada, mas com arabescos gigantes...»[1]

Nos de Azeitão a composição variada e artistica das flôres, quadros, figuras, animaes, etc., revelam em Matos:

«...um pintor de raça capaz de abordar todos os generos de pintura.»

«De resto, prosegue o mesmo auctor, não haverá no paiz, reunida, collecção mais variada e completa (a de Azeitão) de um só ceramista fabricante de azulejos. Esta cresce de merecimento e valor pela authenticidade que lhe dá o nome do auctor e data. São numerosos os especimens, ferindo pelo tra-

[1] *Quinta e Palacio da Bacalhoa*, por Joaquim Rasteiro. Lisboa, 1895, p. 34 a 48.

çado genial da composição e pela mestria da execução. A idéa, a fórma, a adaptação e a applicação dos desenhos aos logares, tudo denuncia um artista de primeira plana.»

«Francisco de Matos não foi só um pintor aprimorado, mas um ornamentador excellente, um decorador de genio», etc.[1]

Ácerca dos azulejos da capella de S. Roque diz o sr. Julio de Castilho:

«Ha-os n'uma capella do lado da Epistola, bellissimos, de puro gosto italiano, mas obra portugueza, assignada por Francisco de Mattos. No desenho talvez lembrem um pouco as *loggie*. São preciosos, até pela data, que ainda conservam, 1584. É, segundo creio, esta a primeira vez que vão mencionados com o apreço que merecem.»[2]

Tambem a elles se refere o sr. Liberato Telles no seu livro *Pavimentos*.

Estes paineis de azulejo da capella de S. Roque estavam, porém, incompletos, por terem cahido alguns azulejos; quando se fizeram as grandes obras na egreja, em 1894, sob a direcção do conductor Mena, foram completados com pintura a oleo, sobre estuque, habilmente executada pelo pintor José dos Reis.[3]

Um illustre extrangeiro, cujo nome devemos venerar junto com os de Raczynski e de Hubner, pelos relevantes e dedicados serviços prestados á historia da arte nacional, o sr. Albrecht Haupt, que já citámos, refere-se a estes azulejos, notando o seu perfeitissimo fabrico.[4]

---

[1] *Quinta e Palacio da Bacalhoa*, por Joaquim Rasteiro, p. 34 a 48.

[2] *Lisboa antiga*, tomo I, p. 58.

[3] *Memoria justificativa*, p. 14 e 37.

[4] No seu livro *Die Baukunst der Renaissance in Portugal* (1.º vol.). *Erster band. Lissabon und umgegend* (Lisboa e arredores). Frankfurt. Heinrich Keller, 1890, 156 pag., por Albrecht Haupt, dr. Phil. Professor, Architekt, Privat dozent der königlichen technischen kochschule zu Hannover. De pag. 70 a pag. 78 estuda e descreve rapidamente a egreja de S. Roque, falando com elogio dos mosaicos, dos trabalhos de talha e dos azulejos. A pag. 73 insere o desenho da frontaria; a pag. 74 uma vista do recanto interior do cruzeiro para o lado da sacristia; a pag. 75 os bellissimos desenhos dos azulejos de Francisco de Mattos, e a pag. 76 um arco das capellas lateraes. O resto da obra occupa-se largamente do caracter da construcção portugueza e é acompanhado de 131 desenhos, de encantadora belleza, que tornam este livro um album precioso, reproduzindo os nossos mais bellos monumentos da Renascença, com as suas minucias artisticas, trechos de tectos, obras de talha, azulejos, balaustres, janellas, arcos, portas, capiteis, columnas, etc. A pag. 57 fala do velho edificio da Conceição Velha, cujo portal reproduz no desenho de pag. 58.

## Sepulturas

Além das já indicadas, nas diversas capellas, cujos carneiros foram para esse fim expressamente construidos, taes como as de Lourenço Pires de Carvalho, de Martim Gonçalves da Camara, de Antonio e Luiz d'Elvas, etc., existem em S. Roque muitas outras que passamos a descrever.

A primeira e mais antiga d'essas sepulturas é a que se encontra na parede do cruzeiro do lado do Evangelho, á direita da porta que communica com a sacristia; é a sepultura do celebre Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, quarto companheiro de Santo Ignacio de Loyola, e introductor da Companhia de Jesus em Portugal. Foi reconhecida esta sepultura por occasião das obras realizadas em 1894. O seu descobridor refere o caso, na sua citada *Memoria,* pag. 16, nos seguintes termos:

«Na parede do cruzeiro do lado do Evangelho, e á esquerda da porta de communicação com o corredor da sacristia, está um bonito painel cuja moldura é de marmore negro, a faixa de marmore amarello e a tabella de marmore de Carrára.

«Como a tabella apresentasse vestigios de ter sido raspada, reconheci portanto que em tempo existira uma inscripção qualquer.

«Impellido pela curiosidade e pelo desejo de repôr aquella inscripção, que estava obliterada, sem saber de quando e por que razão, procedi a immediatas investigações, resultando chegar á conclusão seguinte:

«O painel fôra collocado em 1705 por ordem do padre preposito Miguel Dias; e a inscripção, que até áquella data estivera em marmore raso, era o epitaphio do fundador da Companhia de Jesus em Portugal, o padre mestre Simão Rodrigues de Azevedo, que fallecera em 1579, fôra sepultado na capella-mór, e que passados annos foram os seus ossos recolhidos em uma caixa e esta mettida na parede do cruzeiro.

«Por ordem do meritissimo Provedor, e suppondo tanto s. ex.ª como quem escreve estas linhas que a caixa contendo os ossos do padre Simão Rodrigues estaria por detraz da lapide sepulcral, mandou-se roçar a parede n'aquelle logar, e nada se encontrou até o tardoz da referida lapide.

«Mais dois roços se abriram na mesma parede, um acima do painel, outro junto ao pavimento do corredor, e obteve-se o mesmo resultado.

«Não descurando o proposito em que estava, e tendo o maximo empenho de vêr coroada com bom exito a pesquiza a que me dedicara, lembrei-me de mandar fazer um outro roço do lado do cruzeiro e abaixo do painel. Apenas se atacou o roço reconheceu-se pela percussão das pancadas que existia um vazio e pouco depois apparecia á vista uma caixa de lamina de chumbo e não de marmore como descreve o padre Balthasar Telles na sua *Chronica da Companhia de Jesus.*

«Aberta a caixa viu-se que continha uma ossada humana perfeitamente conservada e cuidadosamente acondicionada em pedaços de papel.

«A caixa foi encontrada no dia 24 de abril ultimo; e, como estivesse um pouco deteriorada, foi substituida por outra perfeitamente egual, onde de novo se metteram os ossos; e no dia 31 de maio, tambem ultimo, collocou-se em um vão que se abriu por detraz do painel e tapou-se aquelle com uma pedra lioz, onde s. ex.ª o Provedor mandou gravar a seguinte inscripção:

AQUI JAZEM OS OSSOS
DO P. M.
SIMÃO RODRIGUES DE AZEVEDO,
TRASLADADOS DE NOVO
PARA ESTE LOGAR, EM
XXXI DE MAIO DE MDCCCXCIV

«O epitaphio do padre Simão Rodrigues, que vem transcripto em varios livros, foi mandado gravar de novo na tabella do painel, sendo as lettras douradas e o seu teor é o seguinte:

OSSA P. M. SIMONIS
RODERICI PIÆ RECORDA-
TIONIS, QUI PROVINCI-
AM HANC LUSITA-
NAM FUNDAVIT, PRIMUS
IN EA PROVINCIALIS,
UNUS È NOVEM
B. P. N. IGNATII SOCIIS.
OBIIT IN HAC DOMO
XV JULII MDLXXIX.

«A biographia do padre Simão Rodrigues[1] encontra-se, que eu saiba, nos livros seguintes: *Livro da Imagem da Virtude em o noviciado da Companhia de Jesus na côrte de Lisboa,* pelo padre Antonio Franco; *Chronica da Companhia de Jesus da Provincia de Portugal,* pelo padre Balthasar Telles, e na *Bibliotheca Lusitana,* pelo padre Diogo Barbosa Machado, tomo III, pag. 721, que por ser uma das mais resumidas vou transcrever.

---

[1] O retrato de Simão Rodrigues de Azevedo encontra-se na gravura que ornamenta a portada da *Chronica da Companhia de Jesus na provincia de Portugal e do que fizeram,* etc., edição de 1695–1697, Lisboa, e vem reproduzido a pag. 201 do tomo IV da edição illustrada da *Historia de Portugal,* de Pinheiro Chagas.

«*Padre Simão Rodrigues,* quarto companheiro de Santo Ignacio de Loyola, e fundador da Companhia de Jesus em Portugal, e seu primeiro provincial, nasceu na villa de Vouzella, do bispado de Vizeu, onde teve por paes a Gil Gonçalves e Catharina de Azevedo, parentes do grande thaumaturgo S. Fr. Gil, illustre gloria da religião Dominicana.

«Chegando á idade competente de estudar partiu com seu irmão mais velho, Sebastião Rodrigues de Azevedo, a Paris, e no collegio de Santa Barbara aprendeu grammatica e lettras humanas, e recebeu o grau de bacharel em philosophia a 3 de outubro de 1536.

«N'esta cidade o elegeu para seu companheiro Santo Ignacio de Loyola, sendo uma das pedras fundamentaes do edificio que desejava erigir.

«Depois de discorrer por Allemanha, Veneza, Ferrára e Padua, em beneficio dos proximos, chegou a Roma, onde se exercitava com seus companheiros, prégando pelas praças, e assistindo aos enfermos nos hospitaes.

«Retumbou em Portugal a voz d'estes apostolicos exercicios, e desejando el-rei D. João III operarios para a cultura do Oriente, ordenou ao seu embaixador D. Pedro Mascarenhas que da sua parte pedisse a Santo Ignacio lhe mandasse alguns padres discipulos do seu espirito para que fossem annunciar o Evangelho ás Regiões Orientaes.

«Nomeou Santo Ignacio para tão alta empresa ao padre Simão Rodrigues, e a S. Francisco Xavier, os quaes chegaram a Lisboa no anno de 1540 antes de estar confirmado o instituto da Companhia; partiu o Santo Xavier a illustrar o Oriente com as sagradas luzes do Evangelho, e ficou o padre Simão em Portugal para satisfazer a vontade real, que queria se estabelecesse no seu reino o novo instituto da Companhia, sendo a primeira casa que habitou o mosteiro dos conegos de Santo Antão, junto ao castello de Lisboa, d'onde partiu a fundar o magnifico collegio de Coimbra, que foi o primeiro que no mundo catholico teve a Companhia.

«Restituido a Lisboa o nomeou el-rei D. João bispo de Coimbra, que vagára por morte de D. Jorge de Almeida, cuja dignidade heroicamente rejeitou, acceitando violentado o logar de mestre do principe D. João que occupava D. fr. João Soares elevado á mitra conimbricense.

«Estabelecida no anno de 1546 em Portugal a Provincia Jesuitica, d'ella nomeou Santo Ignacio por provincial ao padre Simão, o qual por obedecer ao seu patriarcha partiu a Roma e depois de effeituar o para que fôra chamado, voltando por Evora, assentou com o cardeal D. Henrique a fundação do collegio de Evora que este principe meditava.

«Segunda vez voltou a Roma por ordem do seu santo patriarcha, e sendo nomeado provincial de Valença, e Aragão, que não exercitou, se restituiu a Portugal.

«Ultimamente, elegendo para seu domicilio a casa professa de S. Roque de Lisboa, foi acommettido da ultima enfermidade em que por espaço de tres mezes deu evidentes provas da constancia de seu animo, e mortificação de seu espirito, até que recebidos os Sacramentos passou de caduco a eterno a 15 de julho de 1579.[1] Assistiram ao seu funeral D. Jorge de Ataíde capellão-mór, D. Antonio Telles bispo de Lamego, e o bispo de Parma, que o conhecera em Italia.

«Sepultado o cadaver na capella-mór, se transferiu para uma pequena caixa de marmore quadrada, a qual se embebeu na parede do cruzeiro, junto da porta, que sae da sacristia, e lhe mandou gravar no anno de 1705 o padre Miguel Dias,[2] confessor que foi da serenissima rainha de Portugal D. Maria Sophia, a seguinte inscripção: (O epitaphio já transcripto).»

---

[1] «Depois de ter estado tres annos na casa. Foi sepultado — deante do altar-mór, dentro das gradinhas da communhão.» (Citado *codice* mss., n.º 4:491-P-6-2 da Bibl. Nacional.)

[2] A citada *Collecção de inscripções* diz que este epitaphio foi feito por D. Theotonio de Bragança, folha 324 *v*.

«Como additamento á biographia do padre Simão Rodrigues de Azevedo recommendo aos estudiosos a leitura do folheto de Antonio Pedro Lopes de Mendonça, intitulado —*Damião de Goes e a Inquisição em Portugal.*

«Foi o padre Simão Rodrigues o primeiro accusador de Damião de Goes, e o seu espantoso depoimento, modelo de engenhosa perfidia e de piedoso desfaçamento, vem a pag. 92 do mencionado folheto.»

O padre Simão Rodrigues de Azevedo havia sido exonerado em 1551 do cargo de Preposito da Companhia de Jesus. Ácerca d'esta demissão existe no codice manuscripto n.º 745 da *Collecção Pombalina* da Bibliotheca Nacional o interessante documento, que, por pouco conhecido, aproveitamos o ensejo de dar a publico.

A *Collecção Pombalina* entrou na Bibliotheca em 1888. Este codice 745 é preciosissimo. Contém documentos do seculo XVI, autographos de Santo Ignacio de Loyola, de S. Francisco Xavier e outros.

Examinados os documentos pelo erudito José Maria Antonio Nogueira e pelo padre Leitão, cartorario do Hospital de S. José, estes avaliaram o volume em 800$000 réis.

O documento é como se segue:

IHUS

*Ignatius de Loyola*
*societatis Jesu*
*praepositus generalis*
*an 1551.*

*Dilecto in x.º fri magistro Simoni Rodriguez sacerdoti eiusdem societatis salutem in deo sempiterno æquitatis & prudentiae quae est in Christo Jesu. Ratio exigit, ut ij labores, qui in administratione prouinciarum nostrae societatis non mediocres suspiciuntur, ne eosdem perpetuo premant, quadam vicissitudine, inter alios, qui sunt ad eos ferendos idonaei, diuidantur. Cum igitur diu multa in provincia regni portugalliae tibi a nobis commissa, et a deo honorum omnium aucthore magnopere aucta, versatus sis, et aetate ac corporis infirma valetudine affectus, in eisdem laboribus amplius detinendus non esse, videaris, nos eadem aucthoritate, qua tibi hoc oneris imposuimus ut iam tandem post multos annos respirare possis, ab eo te munere in nomine patris & filii et spũs sancti liberamus. Data Romae xxvij decembris M. D. Li.*

Sem assignatura (cortada), a fl. 15 da *Collecção de Cartas do P.e Ignacio, de S. Francisco Xavier, e de Simão Roiz de Azevedo.*

**Fac-simile da assignatura de Ignacio de Loyola**

(Calco da que subscreve a carta a fl. 20 do citado codice n.º 745, da Bibliotheca Nacional, feita em 1552)

A segunda sepultura é a de D. João de Borja, cujo epitaphio já transcrevemos na descripção da capella-mór.

A terceira e quarta sepulturas são de D. Antonio de Castro, filho de D. João de Castro, e do dr. Francisco Suarez, o doutissimo lettrado e theologo, conhecido pelos cognomes de *Granatense* e *Doutor eximio.*

Já contámos a maneira por que, tomando por guia as indicações do padre Balthazar Telles, se descobriram e restituiram á vista de todos estes dois epitaphios.

Diremos agora alguma cousa ácerca das sepulturas e dos homens illustres que dormem o somno eterno n'aquelles sarcophagos.

O padre Francisco Suarez,[1] depois de uma vida inteiramente dedicada á virtude e á sciencia, morreu na Casa Professa de S. Roque, onde se achava hospedado, no dia 25 de setembro de 1617, cercado pelos solicitos cuidados dos mais illustres medicos, e rodeado o seu leito pela communidade de S. Roque. Ás suas exequias e enterro assistiu o clero, a nobreza e immenso povo.

---

[1] Veja-se o magnifico retrato desenhado pelo habil artista sr. Antonio Augusto Gonçalves, que acompanha o valioso livro intitulado *Francisco Suárez (Doctor eximius)*, publicação com que a Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra commemorou o III centenario do nascimento do famoso theologo. O livro consta de uma interessante *Collecção de documentos*, colligidos, coordenados e precedidos de extenso prologo biographico pelo sr. dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos, lente cathedratico de dogmatica da Faculdade de Theologia da mesma Universidade.

Coimbra, Imprensa da Universidade, 8 de maio de 1897.

Por sua morte a Companhia encarregou o padre Balthazar Alvarez de dirigir a impressão das suas obras ineditas.

O *Doutor eximio* foi enterrado em sepultura rasa na egreja de S. Roque, apesar dos instantes pedidos do duque de Aveiro, que o desejava trasladar para Coimbra, para o sumptuoso mausoleu que lhe queria erigir.

Annos decorridos abriu-se a sepultura, e, reconhecendo-se que era conveniente separar os ossos do eximio doutor, foram exhumados a pedido do seu grande amigo D. Antonio de Castro, sacerdote, o qual escreveu ao geral Mucio Vitelleschi uma carta recentemente descoberta e publicada pelo padre Scorraille, na qual se lêem os seguintes curiosos trechos:

«Pela criassão que os P.$^{es}$ da Companhia de Jesus em mim fizerão desde idade de des annos nos estudos da Un.$^{de}$ de Coimbra, e pelo amor que sempre tive e terei a esta sagrada religião, iaque a falta que tenho de saude e de espiritu me não dexão profesar a regra, deseio pelo menos como irmão gozar dos dons espirituais e grassas della, e como humilde servo seu em tudo o que eu poder seruilla, e porque nem a morte me possa apartar da dita Companhia de Jesus, quizera que meu corpo ficasse sepultado nella aos pees do dr. P.$^{e}$ Fr.$^{co}$ Soares a quem com grande amor venerei sempre por Santo e por meu mestre; e por quanto abrindose a sua sepultura ordinaria em que estava para se enterrar outrem nella pareseo asi por forsa de rezão como por instancia de muitos que seus ossos se devião separar e por na parede do nicho de S. Antonio que tenho pedido ao P.$^{e}$ provinsial e mais P.$^{es}$ da casa de S. Roque para sepultura minha e do S.$^{or}$ dom J.$^{o}$ de Castro meu pai, sendo o prinsipal intento dal-a na parede da capella que fizer ao corpo do P.$^{e}$ F.$^{co}$ Soares meu mestre e ficar eu aos seus pees delle que he para mim o mais honrrado lugar que posso ter, nem podia darseme maior consolassão espiritual que por todos os caminhos possiveis ajudar a conservar as memorias de hum varão tão eminente nas virtudes, na sciensia, nos servissos que fez a Igreja de Deus, etc.

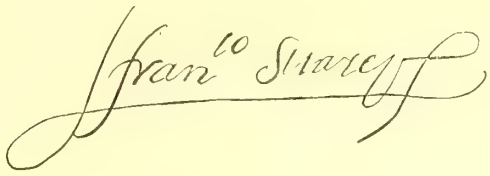
«De Lx.$^{a}$ em 3 de agosto de 1632.

*D. Antonio de Castro.*»

O padre Scorraille, acompanhado por outro padre francez, o padre Rivière, havia feito infructiferas diligencias, em junho de 1887, para encontrar na egreja de S. Roque as sepulturas de D. Antonio de Castro e do padre Francisco Suarez.

Esta carta, por elle encontrada, veiu estabelecer a plena confirmação e justificação do descobrimento feito em Lisboa, o qual foi, como é bem de suppôr, apreciado, mais do que por ninguem, pelo padre Scorraille, que logo se

apressou a divulgal-o e apregoal-o pelo mundo das lettras, em um notavel artigo intitulado — *Le tombeau de François Suarez* — que inseriu nas — *Études religieuses, philosophiques, historiques et litteraires*. Paris, 1894, tomo LXI, p. 182 a 188.[1]



**Fac-simile da assignatura do padre Francisco Suarez**

(Calco da que se encontra a fl. 452 do codice manuscripto n.º 1606-F-6-23 da Bibliotheca Nacional, feita em Coimbra em 1612)

N'aquella capella do transepto da egreja de S. Roque, onde antes havia o nicho de Santo Antonio, se sepultaram os dois — mestre e amigo — ficando as sepulturas nas duas paredes lateraes da capella, que é pequena, nas quaes se vêem as lapides, com os respectivos epitaphios; o de Suarez á parte do Evangelho e o de D. Antonio de Castro ao lado da epistola.

Foi este epitaphio do padre Suarez pela primeira vez publicado[2] e restabelecido á sua exacta copia na citada *Memoria justificativa*, p. 7. Transcripta depois pelo sr. dr. Sanchez Moguel, illustre cathedratico da Universidade de Madrid, no seu citado livro *Reparaciones historicas*, onde ainda sahiu inexacta, foi por fim reproduzido e corrigido d'esta ultima, no livro publicado pela Universidade de Coimbra em 1897 á memoria de Francisco Suarez, pelo seu 3.º centenario, devido á penna do illustre cathedratico de theologia sr. dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos.[3]

---

[1] N'esta mesma revista, no tomo LXIV, p. 168, publicou tambem o padre Scorraille outro artigo sob o titulo: *Les écrits inédits de Suarez*.

[2] Outros biographos antigos citados pelo dr. Moguel, taes como Massei (1687) e Sartoto (1693), trazem adulterado e errado o epitaphio do *doctor eximius*.

[3] N'este estudo por tantos titulos notavel, não só para a biographia do eminente cathedratico, como tambem para a historia do ensino na nossa Universidade, encontra-se uma extensa noticia bibliographica das obras de F. Suarez.

Os epitaphios são: do lado do Evangelho:

P. D^RÍ FRANCÍSCO SOARES E
SOCIETATE IESV, IN CONÍMB
ACADEMÍA PRÍMARÍO EME=
RÍTO, VÍRO VÍRTVTÍBVS Æ=
QVÉ MAXÍMÍS, ET SCÍENTÍJS
ÍNSÍGNÍ, TRÍVM ET VÍGÍNTÍ
VOLVMÍNVM EDÍTÍONE PHĪA
AC THEOLOGÍA ÍLLVSTRATÍS: DÍE
XXV. SEPTEMB. MDCXVIJ^AN. AD
VERAM VÍTAM PRÆGRESSO.
MAGNO SVO MAGÍSTRO,
ET PATRÍ AMANTÍSSÍMO
D. ANTONIÕ Đ CASTRO,
ÍN AMORÍS, ET OBSERVANTÍÆ
MONVMENTVM, DÍCAVÍT.

Do lado da Epistola:

AQVÍ JÁS D. ANTONÍO DE CASTRO
FILHO·DE· D. IOÃO DE CASTRO SÕR
DE REZENDE, RERÍZ, SVL, PÊNELLA,
BEM VÍVER E, OVTROS LVGARES, E
DE D. FELÍPPA DE CASTRO SVA
PRÍMEÍRA MOLHER: QVE TENDO
OVTRAS SEPVLTVRAS DE SEVS
AVÓS, PEDÍO Á COMP.^A DE IESV
ESTA CAPELLA, E A MANDOV
FAZER P^A SÓ SE ENTERRAR,
NELLA E PÔR OS OSSOS DO P.^E
D.^OR FR.^CO SOARES SEV MESTRE:
FALLECEO A 8. DE SETEMBRO
DE 1632.

A quinta sepultura é a de D. Fernando Martins Mascarenhas. Foi descoberta tambem em 1894. A citada *Memoria justificativa* refere-se a ella nos seguintes termos:

«No dia 30 de março ultimo, quando se procedia á demolição do côro da capella-mór, descobriu-se no meio do cruzeiro uma sepultura rasa com brazão de armas sobrepujado pelas insignias de bispo, cujo epitaphio, além de estar inteiramente obliterado, estava incompleto porque a campa fôra cortada n'aquelle sitio. Tornava-se portanto difficil reconhecer promptamente quem era o individuo alli sepultado. Ao cabo de tres semanas de aturada investigação, isto é, no dia 21 de abril, obtive a certeza que a sepultura occulta approximadamente ha cento e quarenta annos é de D. Fernando Martins Mascarenhas, bispo do Algarve, cujos relevantes serviços prestados á Companhia de Jesus explicam a razão por que foi sepultado no meio do cruzeiro e junto aos degraus da capella-mór da egreja de S. Roque. Levantada a campa, encontraram-se alguns ossos a granel, que depois foram mettidos em uma caixa de madeira.

«Construiu-se um pequeno ossuario de tijolo, guarnecido com cimento, onde se collocou a caixa de madeira contendo os ossos encontrados, e assentou-se novamente a pedra sepulcral. A biographia que vou transcrever vem na *Bibliotheca Lusitana,* tomo II, pag. 34.

«D. Fernando Martins Mascarenhas nasceu em a villa de Monte-mór o Novo, situada em a provincia do Alemtejo, e foi filho segundo de D. Vasco de Mascarenhas, reposteiro-mór do principe D. João, filho de el-rei D. João III e de D. Maria de Mendonça, filha de Antonio de Mendonça.

«Em a universidade de Evora, em cuja cathedral obteve um canonicato, lançou os primeiros fundamentos dos seus estudos ouvindo philosophia, em que recebeu o gráo de mestre em artes, e parte da theologia, laureando-se doutor em tão sublime faculdade em a academia Conimbricense, sendo admittido por porcionista do collegio real de S. Paulo a 20 de novembro de 1575. Por provisão de Filippe II, passada em 15 de maio de 1586, foi nomeado reitor da universidade de Coimbra, cujo logar administrou com tanta prudencia e affabilidade, pelo espaço de oito annos, que d'elle subiu á cadeira episcopal do Algarve a 3 de janeiro de 1594 e se sagrou na cathedral de Lisboa a 5 de fevereiro de 1595.

«Entre todas as virtudes episcopaes, de que foi observantissimo cultor, se distinguiu em a caridade para com as suas ovelhas, pois no tempo que se viu fulminado o Algarve, com o horrivel flagello da peste, assistiu com summo desvello aos feridos do contagio; não sendo menos ardente o seu zelo quando Villa Nova de Portimão padeceu os lastimosos effeitos de uma terrivel fome, soccorrendo-a promptamente com todo o trigo que estava no seu celleiro.

«D'esta caritativa beneficencia não somente participavam os domesticos, mas os extranhos, como experimentaram tres galés castelhanas, que de Mamora aportaram em Faro tão destruidas pelas tempestades, como cheias de enfermos, mandando dar sustento aos vivos, e sepultura aos mortos, cuja compassiva acção lhe agradeceu com honorificas expressões a majestade de Filippe II.

«Para impedir os insultos que commettiam os mouros nas costas do Algarve, mandou fabricar uma galeota guarnecida de valerosa soldadesca, de que se seguiu respirarem aquelles moradores dos estragos com que infestavam os barbaros aquelles mares, pagando com a vida os roubos commettidos. Com generosa usura retribuia beneficios por aggravos, principalmente áquellas pessoas que lhe eram mais devedoras aos seus favores.

«Attendendo pela utilidade do seu rebanho fundou em Villa Nova de Portimão o collegio dos padres jesuitas para ensinarem as lettras humanas, e concorreu com largos donativos para a nova fabrica do convento de Santo Antonio dos Capuchos da Provincia da Piedade, situado na cidade de Tavira.

«Todas estas acções cheias de catholica piedade o habilitaram para que fosse nomeado Inquisidor Geral d'estes reinos, de cujo logar lhe passou bulla Paulo V a 4 de julho de 1616, onde mostrou fervoroso zelo que lhe animava o peito contra os sequazes da sinagoga.

«Foi conselheiro de Estado, D. Prior de Guimarães, a cujas dignidades pudera juntar a de bispo de Coimbra, e arcebispo de Lisboa, quando vagou em o anno de 1585 por morte de D. Jorge de Almeida, se as não regeitára com o mesmo empenho, como outros as pretendiam.

«Foi um dos maiores theologos do seu tempo, de que foram testemunhas os cathedraticos de Coimbra, quando argumentava em os actos academicos, em que se admiravam felizmente unidas a agudeza com a profundidade.

«Cheio mais de virtudes que de annos, que chegavam ao numero de oitenta, expirou piissimamente em Lisboa a 20 de janeiro de 1628. Jaz sepultado no cruzeiro da egreja da Casa Professa de S. Roque, em sepultura rasa, e n'ella está gravado o seguinte epitaphio, que á sua memoria dedicaram os religiosos d'aquella casa:

H. S. E.
ILLUSTRISSIMUS, ET REVERENDISSIMUS D. D. FERDINANDUS MARTINUS MASCAREGNAS, QUAESITOR FIDEI MAXIMUS, Á CONSILIJS REGIÆ MAJESTATIS, OLIM RECTOR ACADEMIÆ CONIMBRICENCIS, NECNON EPISCOPATUS ALGARBIENSIS. NIHIL TAMEN HISCE HONORIBUS ACCEPTIS, QUAM RELICTIS EPISCOPATUS CONIMBRICENCIS, E ARCHIEPISCOPATUS ULYSSIPONENSI THIARIS CLARIOR. SACRIS LITERIS OPPRIME ERUDITUS IN DEUM, SUPEROSQUE EGREGIÈ PIUS: INGENIO MITISSIMO ANIMO ECCLESIASTICO, DONIS MUNISICENTISSIMUS, E IN PAUPERES LARGISSIMUS. LUSITANI POPULI DELICIÆ NUNC DESIDERIUM. OBIJT 20 JANUARIJ 1628. QUI QUONIAM NON MAUSOLAEO, SED HUMILI SEPULCHRO, UT UNUS EX NOBIS OB EXIMIAM [1] IN SOCIETATEM JESU, E SINGULAREM IN QUATUOR FRATES GERMANUS, QUOS IN EA HABET, AMORE CONDI VOLUIT, EA DEM SOCIETAS JESU GRATIÆ, E AMORIS ERGO
H. EI M. P.

[1] O traço indica até onde chega a campa que encontrei.

«Varios escriptores celebraram o seu nome, como foram: — Agostinho Barbosa; Balthasar Telles, p. 2.ª liv. 4; padre Sebastião Barradas; Nicolau Antonio; Francisco de Santa Maria; Sachins; Paul Scherlog; Nicolau Godinho; Fr. Seraph. de Freitas; Dr. Belchior de Abreu, Cisterciense; João Soares de Brito; Soares de Gratia; Isambert; Draud; Hallevart; Fonseca (Evora Gloriosa); Franco e D. José Barbosa.

«Compoz:

«*Tractatus de auxiliis divinæ gratiæ ad actus supernaturales in tres partes divisus. Prima agit de variis divinæ gratiæ divisionibus. Secunda de gratia efficaci. Tertia de efficacia gratiæ. Ulyssipone apud Petrum Craesbeck 1604 fol. & Lugduni apud Horatium Cardon. 1615. 4.*

«*Pro defensione Immaculatæ Conceptionis Epistola.* Sahiu impressa com outras d'este assumpto. *Hispali 1616. fol.* como escreve fr. Pedro de Alva, *y — Astorga in milit. Concept.*

«*Officium S. Antonii Ulissiponensis, qui vulgó dicitur de Padua, quod edendum curavit Illustrissimus Dominus D. Ferdinandus Martins Mascarenhas D. Antonio addictissimus, ad usum privatum devotorum ipsius. Ulyssipone typis Gerardi à Vinea 1623. 12* D'esta obra faz menção Cardoso — *Agiol. Lusit. Tom. 3. a 30 de maio no Comment letr. A.*

«*Tratado sobre varios meios, que se offereceram a S. Mag. Catholica para remedio do Judaismo n'este reino de Portugal no anno de 1625. 4.* Não tem logar de impressão, nem o nome do author.

«Por sua ordem sahiu composto pelo Padre Balthasar Alvares da Companhia de Jesus:

«*Index Auctorum damnatæ memoriæ. Tum etiam librorum, qui vel simpliciter, vel ad expurgationem usque prohibentur, vel denique expurgati permittuntur. Ulyssipone apud Petrum Craesbeck 1624. fol. In. 1. 2. D. Thomæ Commentarii M. S.* aos quaes intitula *præclaros* o Padre Sebastião Barradas na *Dedicatoria,* que a seu *Illustrissimo Author* lhe faz no *Tom.* 2. *Concord. Evangel.* lastimando-se da perda de tão grande obra, quando foi levada com a numerosa livraria d'este Prelado pelos piratas, que invadiram a cidade de Faro.[1]

«*Commentaria in Proverbia Salomonis. M. S.* Esta obra louvam Dom Francisco Manoel *Cart. dos A. A. Portug.* escripta ao Doutor Themudo, e Jacob. le Long. *Bib. Sacr. pag. milii 850. col. 1.* a qual affirma Lipenio *Bib. Real. Theol. Tom. 2. p. 569.* sahira impressa *Lugduni 1615.*

«*Tractatus de Legibus. M. S.* Estava em o anno de 1606 prompto para se imprimir.»

Finalmente a sexta sepultura notavel é a do famigerado D. Thomaz de Almeida, cardeal e primeiro patriarcha de Lisboa, fallecido em 1754. O patriarcha tivera o paço de sua residencia, como já em outro ponto d'este livro dissemos, no largo de S. Roque, d'onde por morte se transferiu para o cruzeiro da egreja de S. Roque.

Descreve a *Memoria* esta sepultura:

«No meio do cruzeiro, e áquem da sepultura do bispo do Algarve D. Fernando Martins Mascarenhas, está sepultado o primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz de Almeida.

---

[1] Este *Indice expurgatorio,* que, obedecendo ao ideal jesuitico de immobilisar o pensamento humano, abafando-o em todas as suas mais brilhantes manifestações, prohibia e condemnava um grande numero das mais notaveis obras da litteratura e da sciencia, foi o terceiro e um dos mais nefastos que em Portugal se publicou.

«Em virtude das obras de construcção do novo côro da capella-mór foi necessario levantar a lapide sepulcral do patriarcha.

«O ataúde é de fórma trapezoidal, está revestido de lamina de chumbo, e encontrou-se bem conservado, excepto no fundo, que, por estar assente sobre a terra, apodrecera por completo.

«As paredes do sarcophago, que são de tijolo, foram guarnecidas com cimento e no fundo assentou-se um massame revestido tambem com cimento.

«Restaurou-se o fundo do ataúde e revestiu-se com lamina de chumbo.

«A tampa do ataúde tem o brazão de armas dos Almeidas, sobrepujado pela tiara, tudo nitidamente fundido em chumbo. Por baixo do brazão de armas está gravado em uma placa, tambem de chumbo, o seguinte epitaphio:

DOM
THOMAS
S. R. E.
PRESBYTER CARDJNALJS
PATRIARCHA LISBONENSIS I.
VIXIT ANNOS LXXXIII
MENSES V DIES XVII
OBIIT DIE XXVII FEBR.
MDCCLIV
REQUIESCAT IN PACE.

«A biographia que vou transcrever vem no *Gabinete Historico,* por frei Claudio da Conceição, vol. XII, pag. 269 a 285:[1]

«D. Thomaz de Almeida: — Cardeal e primeiro patriarcha de Lisboa, nasceu a 11 de setembro de 1670 na freguezia de Santa Engracia da mesma cidade.

«Foram seus paes o 2.º conde de Avintes, D. Antonio de Almeida Soares, e D. Maria Antonia de Bourbon, dama da rainha D. Maria Francisca de Saboia.

«Tendo estudado a grammatica latina, rhetorica e philosophia em todos os seus ramos no collegio de Santo Antão dos padres jesuitas, passou á Universidade de Coimbra na idade de 18 annos, onde no Real Collegio de S. Paulo tomou a beca de Porcionista a 20 de dezembro de 1688, com matricula nos sagrados canones, em cuja faculdade se doutorou.

«Occupou o emprego de deputado do Santo Officio da Inquisição de Lisboa, em cujo exercicio entrou a 21 de junho de 1695.

«Lendo por exame vago denominado *de jure aperto* na Mesa do Desembargo do Paço,

---

[1] Veja-se a biographia que vem a pag. 276 do tomo IV do *Portugal antigo e moderno.*

foi logo despachado no logar de desembargador do Porto, com posse a 27 de agosto do referido anno. Passou a 22 de abril de 1698 para a casa da Supplicação, com exercicio de aggravista.

«No 1.º de junho de 1702 principiou a exercer o logar de procurador e deputado da fazenda do conselho da Real Casa e Estado das Senhoras Rainhas de Portugal.

«N'este mesmo tempo teve a apresentação do Priorado da egreja parochial de S. Lourenço de Lisboa.

«Nomeado deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, entrou a servir em 13 de abril de 1703, depois de ter sido condecorado com a insignia da Ordem de Christo, e armado cavalleiro professo, na fórma d'este regio tribunal, em uma das tres ordens militares.

«El-Rei D. Pedro II, seu cordeal amigo, o elegeu sumilher da cortina, juiz do fisco real, e chanceller-mór do reino, dando principio a este emprego a 24 de novembro de 1704.

«Sahindo El-Rei D. Pedro II a 28 de maio do mesmo anno com o seu exercito para a provincia da Beira, por motivo da campanha chamada da «Grande Alliança», commetteu a regencia do reino a sua irmã a senhora D. Catharina, rainha da Grã-Bretanha, com assistencia de 17 conselheiros de estado; e para exercer o logar de secretario nas repartições das mercês, expediente e assignatura, elegeu a D. Thomaz de Almeida, no impedimento de Diogo de Mendonça Corte Real, pelo motivo de acompanhar El-Rei n'aquella empresa.

«Trasladado D. Antonio Pereira da Silva, bispo de Elvas, e juntamente secretario de estado, para a Cathedral do Algarve, foi por este motivo elevado áquelle logar de secretario de estado D. Thomaz de Almeida, por carta passada a 3 de março de 1705, lançada no Livro XXX da chancellaria do mesmo Rei, a fl. 79; occupando tambem de serventia o emprego de provedor das obras dos paços reaes e casas de campo.

«Nomeado bispo de Lamego, foram expedidas as bullas de confirmação pelo Papa Clemente XI a 6 de dezembro de 1706.

«Na approvação do testamento do senhor Rei D. Pedro II fez D. Thomaz de Almeida o officio de tabellião-mór do reino; sendo acclamado D. João V no 1.º de janeiro de 1707, exerceu o honroso emprego de escrivão da puridade.

«Depois de haver mandado por seu procurador, o padre mestre fr. Antonio de Faria, que depois foi geral da ordem de S. Bento, tomar posse do bispado de Lamego, foi sagrado na egreja do convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, a 3 de abril de 1707, por D. Nuno da Cunha e Ataíde, n'aquelle tempo capellão-mór e bispo titular de Targa, sendo assistentes os bispos, *in partibus*, D. fr. Antonio Botado de Hyponia e D. fr. Pedro de Foyos de Bona. Fez a entrada na sua diocese em maio do mesmo anno.

«Por carta de 30 de maio de 1708 passou a Coimbra a dar as precisas providencias, que julgou acertadas, no Collegio Real de S. Paulo.

«Vagando o bispado do Porto, pela morte de D. fr. José de Santa Maria Saldanha, a 26 de setembro de 1708, foi trasladado para este bispado por carta régia de 30 de abril do seguinte anno, juntamente nomeado governador da relação e armas da cidade do Porto por outra egual carta de 26 de maio, em virtude da qual se expediu decreto de participação á Mesa do Desembargo do Paço, em 22 de outubro, do teor seguinte: = que ao bispo do Porto, D. Thomaz de Almeida, se havia encarregado o governo da relação e armas da dita cidade, e de seu districto, para em tudo o exercer da mesma fórma que o tivera e praticara o marquez de Arronches. =

«Confirmado no bispado do Porto por bullas do Papa Clemente XI a 22 de junho de 1709, se transferiu a esta nova diocese em 17 de outubro, onde a 13 de novembro fez entrada publica, na fórma do cerimonial, e a 9 tomou posse do governo da relação e armas.

«Carecendo esta diocese providencias para seu melhor regimen, fez celebrar em 1710

synodo diocesano no seu mesmo paço, com as formalidades de etiqueta ecclesiastica, como em taes casos sempre se costumam praticar.

«Governando exemplarmente tanto o ecclesiastico como o civil até 1716, foi n'este anno, a 4 de dezembro, nomeado patriarcha de Lisboa Occidental.

«No dia 7 de janeiro do seguinte anno, 1717, prestou nas mãos do bispo do Algarve, D. José Pereira de Lacerda, juramento de fidelidade, e fez a profissão de fé; a 9 procedeu á posse, com os respectivos poderes de outorga a D. José Dionisio de Sousa, arcediago patriarchal; em 16, depois de celebrar a missa na parochial egreja de S. Sebastião da Pedreira, foi-lhe alli mesmo lançado o pallio pelo referido arcediago, segundo a bulla apostolica concedida para este acto. No sabbado de tarde, 13 de fevereiro, deu entrada publica com toda a pompa e solemnidade.

«Por decreto de 17 de fevereiro, expedido á Mesa do Desembargo do Paço, foram concedidas a elle e seus successores as honras de que n'estes reinos gozam os Cardeaes.

«Por decreto de 20 de junho foi creado Conselheiro de Estado.

«Impetrando D. João V, por bulla do Papa Clemente XII, de 20 de dezembro de 1737, a investidura Cardinalicia aos Patriarchas de Lisboa, ficou nata e perpetua esta Dignidade aos que fossem nomeados Patriarchas, logo que a nomeação se apresentasse em Consistorio.

«No dia 3 de março chegou a Lisboa, com o barrete de Cardeal, Julio Saccheti, conego de S. Pedro em Vaticano, e Camareiro-mór do Papa, por quem a 6 do dito mez foi posta aquella insignia ao novo Purpurado no Oratorio do Palacio da sua residencia.

«Logo no 1.º de março d'aquelle anno abriu Visita pessoal em todo o patriarchado, e arcebispado, dando principio em Lisboa, administrando o Sacramento da Confirmação nas egrejas parochiaes.

«O mesmo praticou em 1720, passando ás terras pelo Sul do Tejo, bem como no seguinte anno se extendeu á parte Oriental do Arcebispado até Alcobaça, e terminou em 1722 em o lado Occidental, propriamente patriarchado; e sómente n'esta administrou o sagrado Crisma a 13:140 pessoas.

«Como bom e solicito pastor conheceu sempre do estado do seu rebanho, já por visitadores, já por inquirições exigidas dos parochos, na fórma de certas instrucções.

«Por Breve do Papa Clemente XI, em 7 de setembro de 1719, a instancia de El-rei, foi dada a concessão de ministrar os graos de bacharel, e doutoramento em Theologia, e direito Canonico a dignidades e conegos da Santa Egreja Patriarchal, presentes e futuros, que não tivessem ainda esta condecoração por alguma Universidade; regulando-se em formalidades pelas determinações prescriptas no dito Breve para elle Patriarcha e seus successores assim o praticarem.

«Por outro egual indulto de 26 de setembro de 1720, e á mesma instancia, se transmittiu aos Patriarchas de Lisboa a antiga regalia, de que privadamente gozavam os Primazes Bracharenses na sagrada unção dos Senhores Reis de Portugal, suas armas, e insignias, por Bulla do Papa Eugenio IV a El-rei D. Duarte, expedida a 22 de outubro de 1436; e que já ao mesmo soberano havia anteriormente concedido o Papa Martinho V, por outra Bulla de 15 de maio de 1428. O que supposto nunca em tempo algum foram celebradas estas funcções de sagração, nem as graduações doutoraes.

«Serviu este prelado com muito zelo a tres soberanos de Portugal, os senhores Reis D. Pedro II, D. João V e D. José I; mereceu a estima e o respeito dos Pontifices Innocencio XII, Clemente XI, Innocencio XIII, Benedicto XIII, Clemente XII e Benedicto XIV.

«Sagrou em differentes tempos 9 arcebispos e 41 bispos. Na fundação da Real Basilica de Mafra fez a benção da primeira pedra, medalhas e alicerces de todo o templo a 17 de novembro de 1717, e depois a 22 de outubro de 1730 fez a funcção da sagração. Sagrou a 13 de

novembro de 1746 a santa egreja Patriarchal, que pelo terremoto do 1.º de novembro de 1755 foi reduzida a cinzas.

«Administrou o sacramento do baptismo aos infantes D. Pedro e D. Alexandre, filhos de D. João V, e o mesmo praticou ás 4 filhas de D. José I, quando era principe do Brasil.

«Ministrou o sacramento do matrimonio em 11 de janeiro de 1728, na Santa Egreja Patriarchal, á princeza D. Maria Barbara, filha de D. João V, com o principe das Asturias D. Fernando, que depois foi rei de Hespanha. Lançou, a 20 de janeiro do seguinte anno, as bençãos nupciaes na cathedral de Elvas aos principes do Brasil D. José e D. Marianna Victoria.

«Sacramentou por Viatico e ungiu o Rei D. João V.

«Na acclamação do senhor Rei D. José I, em 7 de setembro de 1750, recebeu o juramento d'este soberano, como capellão-mór, por cujo motivo foi o primeiro entre as testemunhas que assignaram o auto.

«Deu para a construcção da egreja de Santa Isabel, erecta em nova Parochia, á Irmandade do Santissimo, em 27 de outubro de 1753, grande parte da sua rica e preciosa baixella de prata dourada, em peso de 1:554 marcos, servindo-se depois de louça de barro, com summa edificação de todos. Por verba de testamento deixou em legado para a mesma obra o resto da prata, em valor de 4:000$000 réis.[1] Despendeu grandes sommas com a fundação da egreja e convento das Religiosas Trinas, no sitio do Rato, e na egreja de Rilhafolles, além de outras muitas ordinarias a diversas corporações religiosas.

«Tendo finalmente este incomparavel Prelado preenchido n'este mundo uma brilhante carreira na pratica das mais solidas virtudes, no amor á Justiça, e na caridade para com os pobres, em cujas mãos depositou o thesouro, que não é susceptivel de corrupção, tocou a ultima meta da sua existencia na cidade de Lisboa, em 4.ª feira de Cinza, 27 de fevereiro, ás 5 e meia horas da manhã, em a veneranda idade de 83 annos, 5 mezes e 16 dias.[2]

«Seu corpo jaz em sepultura rasa no cruzeiro da egreja de S. Roque,[3] que então era Casa professa dos padres da Companhia de Jesus, e hoje Santa Casa da Misericordia.

«Na lapide sepulcral está gravada uma eloquente e romanesca inscripção, feita pelo sabio doutor Filippe Maciel, deputado da Mesa da Consciencia, e Ordens, a qual o douto e curioso Diogo Barbosa Machado copiou no tomo IV da Bibliotheca Lusitana, pag, 272, e julgo a proposito dal-a aqui, visto achar-se hoje a dita lapide coberta pelo acrescentamento do côro feito na capella-mór d'aquella egreja, e é a seguinte:

D. O. M.
STA VIATOR.
SEPULCHRUM NE TANGITO
HIC JACET.
E. R. D. D. THOMAS S. R. E. CARDINALIS DE ALMEIDA.
PRIMUS ULYSSIP. PATRIARCHA.
SACRIFICUS MAXIMUS
REGIS A SANCTIORIBUS CONSILIIS, AC OLIM A SECRETIS
SUMMUS REGNI CONSILIARIUS
EPISCOPUS LAMECENCIS, MOX PORTUGALLENSIS

[1] Deixou tambem varios legados aos padres de S. Roque, entre elles a sua livraria.

[2] Na inscripção que está no ataúde lê se, como já vimos: 83 annos, 5 mezes e 17 dias.

[3] Determinou no seu testamento ser sepultado na egreja de S. Roque.

IBIQUE SENATUS, ET ARMORUM
PRŒFECTUS
SI DE NOBILITATE QUŒRIS
STEMA INSPICE;
SI DE FACTIS
EX HOC DIGNITATUM CUMULO
ET ANNORUM SERIE CONJICITO.
ANNOS NON NUMERAVIT
VIXIT LXXXIII MENSIS V. DIAS XVI.
MAGNIS VIRTUTIBUS
TAM LONGAM FORTUNÆ INDULGENTIAM
MERITUS.
OBIIT ANNO MDCCLIV. III. KAL.
MART.
TÚNC MORTALITATIS MEMORIAM
ECCLESIA RENOVAVIT
EFFICACE DOCUMENTUM.
IMMANI ATROPO É VITA RECISUS
VIR DIGNUS IMMORTALITATE.
SOLUM HABUIT IN PRETIO
QUÆ DEO DESTINAVERAT.
OMNIA PAUPERIBUS
ET ECCLESIŒ LEGAVIT.
HOC MAJUS.
ARGENTUM OMNE FACTUM
D. ELISABETHAE,
UD IN PRODIGENTIA VIRTUTEM
EXERCERET,
NON POST MORTEM, IN VITA
UNA DIE DONAVIT.
INTER SODALES JESUS
VOLUIT QUIESCERE,
UT IDEM ESSET MONUMENTUM
AMORIS ET CINERUM.
DOLENT PRINCIPES.
GEMUNT PAUPERES,
LACRYMAT LUSITANIA
MOERET RELIGIO.
SOLA IMPIETAS EXULTARET
NI TALEM VIRUM,
QUI PRISTINAM EJUS AUDACIAM,
IN VIVIS COMPRESSERAT,
IN TUMULO AD HUC TIMERET.
TU QUOQUE VIATOR
SI TE PIETAS COMMOVET
ABI MOESTUS.
PATRUO DESIDERATISSIMO
FILII FRATIS NATU MAXIMI
HOC IN PUBLICO LUCTU
BRENE MOERENTISSIMI
POSUERE.

A inscripção que acabo de transcrever foi feita a instancias do marquez do Lavradio e de seu irmão o R.do D. Thomaz de Almeida, sobrinhos do Patriarcha; está gravada com lettras de bronze em uma bella lapide de marmore cinzento de $2^m,70 \times 1^m,30$, e é encimada pelo brazão de armas dos Almeidas, sobrepujado pela tiára, tudo artisticamente executado em bronze.

D. Thomaz de Almeida patrocinou a realização de solemnes festividades na egreja de S. Roque,[1] como adeante diremos. Do seu retrato, existente na sala das sessões da relação da curia patriarchal, mandou tirar uma copia, em 1859, a irmandade do Santissimo da freguezia de Santa Isabel, para a collocar na sala do seu despacho.[2]

Quando em 1894 se substituiu o antigo côro da capella-mór, demasiado alto e largo, pelo actual, pela fórma descripta na citada *Memoria:* «...o painel de pau santo com faixa de espinheiro, que cobre a sepultura de D. Thomaz de Almeida, foi todo restaurado, e em lettras de espinheiro embutidas no pau santo fez-se o seguinte distico:

AQUI JAZ
D. THOMAZ DE ALMEIDA
1.º PATRIARCHA DE LISBOA

«Fez-se um painel tambem de pau santo e espinheiro para cobrir a campa de D. Fernando Martins Mascarenhas, e em lettras de espinheiro embutidas lê-se o seguinte:

AQUI JAZ
D. FERNANDO MARTINS MASCARENHAS
BISPO DO ALGARVE

Na parede do corpo da egreja, por debaixo do pulpito, do lado do Evangelho, vê-se um epitaphio de teor seguinte:

AQVI ESTA EM PE O CORPO Đ DOM
FRANCISCO TREGIAN FIDALGO IN
GRES MVI ILLVSTRE: O QVAL ĐPOIS
DE CÕFISCADOS SEVS ESTADOS E
GRANDES TRABALHOS PADECI-
DOS EM • 28 • ANNOS Đ PRISAM POLLA
DEFĐSA DA FE CATOLICA EM ING.A
NA PERSEGVIÇAM DA RAINHA ISA-
BEL NO ANNO DE • 1608 • A 25 ĐZ.BRO
MORREO NESTA CIDADE DE LISBOA
COM GRANDE FAMA Đ SANTIDA-
DE • AVENDO • 17 • ANNOS Q̃ ESTAVA
SEPVLTADO NESTA IGREIIA DE
S. ROQVE DA COMP.A DE IHS̃ NO
DE • 1625 • AOS • 25 DE ABRIL SE A
CHOV SEV CORPO INTEIRO E-
INCORRVPTO E FOI COLLOCADO
NESTE LVGAR PELLOS INGRESES
CATOLICOS RESIĐNTES NESTA
CIDAĐ, AOS 25 Đ ABRIL DE 1626.

[1] Vidè a descripção da sua entrada em Lisboa no *Gabinete historico*, pag. 408 do tomo VI.
[2] Pinho Leal, tomo IV, pag. 277.

Afóra estas sepulturas, perfeitamente determinadas e visiveis, devem existir na egreja muitas outras, cujo logar certo se não conhece. Nos carneiros que occupam quasi toda a area da egreja e se extendem mesmo fóra d'ella, como o grande carneiro que existia debaixo do grande adro, quantos vultos illustres terão ficado no olvido eterno! De alguns, porém, encontra-se memoria escripta. Encontrámos noticia das seguintes sepulturas, que passamos a enumerar.

No cruzeiro deve existir uma sepultura com este epitaphio:[1]

AQUI JAZ PERO BARBOSA,
LENTE JUBILADO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA,
E DO CONSELHO DE SUA MAGESTADE,
NA CORTE DE MADRID E CHANCELLER-MOR
DESTE REINO.
FALLECEU A 19 DE JULHO DE 606

Este famoso jurisconsulto, lente de prima da Universidade, auctor de um grande numero de obras de jurisprudencia em latim, foi desembargador do paço dos reis D. Sebastião e D. Henrique, e muito respeitado pelo proprio Filippe II, que o sabia seu adverso, e apesar d'isso o nomeou ministro do conselho de Portugal na côrte de Castella. Nem por isso transigiu o illustre varão, que teve o cognome de *Insigne*.[2]

Tambem no cruzeiro, em sepultura rasa, devem existir os ossos de D. Alvaro de Abranches, bispo de Leiria, fallecido em Lisboa aos 85 annos, em 16 de abril de 1746, prelado notavel pelas suas virtudes e especialmente pela sua extraordinaria caridade.[3]

Os dois illustres padres da Companhia, Manuel Corrêa e Ignacio Vieira, morreram, segundo consta, na casa professa de S. Roque, sendo de todo o ponto provavel que ficassem sepultados na egreja. O primeiro foi professor em Coimbra em 1555 e prestou relevantes serviços por occasião da peste de 1596, ácerca da qual escreveu duas cartas que correm impressas. Morreu em 1618.

---

[1] *Conimbricense* de 18 de maio de 1899, folhetim.
[2] *Diccionario Popular*.
[3] *Gabinete historico*, tomo x, pag. 116.

O segundo (1676-1739) era um distincto mathematico, professor do collegio de Santo Antão, de que foi reitor, e confessor do principe D. Pedro, filho de D. João V, que depois foi D. Pedro III.

Finalmente na sacristia, ao fundo, onde hoje se acha collocado o frontal rico da capella de S. João Baptista, está a sepultura rasa de Hieronymo de Vasconcellos, viso-rei da India.

Emquanto se não concluiu o tumulo onde definitivamente devia jazer, na egreja do collegio da Cotovia (egreja do Monte Olivete), esteve depositado, na egreja de S. Roque, Fernão Telles de Menezes, governador da India, marido de D. Maria de Noronha, doador da quinta do Monte Olivete para o collegio da Cotovia, e fundador da egreja onde teve o seu tumulo.[1]

Na parede, junto aos ossos do padre Simão Rodrigues, houve uma sepultura onde se lia:[2]

AQUI JAZ D. FRANCISCO DE BRAGANÇA,
INDIGNO SACERDOTE DO CONSELHO DE ESTADO
DOS REIS DESTE REINO,
QUE EM SUA VIDA ESCOLHEU E FABRICOU ESTE LOGAR
E CAPELLA E ALTAR QUE ESTÁ DEFRONTE,
PELA MUITA DEVOÇÃO QUE TINHA A' COMPANHIA,
PARTICULARMENTE A ESTA CASA
FALECEU AOS XXXI DE JULHO DE MDCXXXIV.

Este D. Francisco de Bragança, neto do 4.º duque D. Jayme, bacharel em canones, foi o visitador e reformador da Universidade de Coimbra em 1604, inspirador ou auctor da reforma de 1612. Foi tambem membro do conselho de Portugal em Madrid, conselheiro de estado e procurador da nobreza nas côrtes de 1619, conego da Sé de Evora, deputado do Santo Officio e da Mesa da consciencia e ordens, desembargador do paço e commissario geral da bulla. Escreveu umas *Instrucções sobre coisas da bulla* e um *Tratado de cerimonias da missa*.[3]

---

[1] O epitaphio vem transcripto no *Domingo illustrado*, n.º 144, do anno de 1899. Vidè o n.º 143 d'esta revista, e Pinho Leal, tomo IV, pag. 180 e 182.

[2] Segundo a citada *Collecção de epitaphios e inscripções*, de Moreira, fl. 324.

[3] *Diccionario Popular*, tomo I, pag. 440.

Jaz tambem sepultado no cruzeiro o famoso discipulo de Bobadilla e de Fr. Luiz de Granada, Luiz Alvares de Andrade, conhecido vulgarmente pelo *Pintor Santo*. Tendo empregado a sua vida em exercicios devotos, em pinturas sacras e no serviço dos hospitaes, instituiu a via sacra, fundando a primeira irmandade dos Passos, na egreja da Graça, iniciando-se a procissão em 1587.[1]

Segundo o auctor do *Gabinete historico*, jaz na egreja de S. Roque, na capella da Boa Morte (que não sei ao certo qual seja), D. João Cardoso Castello, arcebispo de Lacedemonia, vigario geral do patriarchado (1717) e bispo coadjuctor do primeiro Patriarcha D. Thomaz de Almeida, fallecido em 16 de novembro de 1729.[2]

## Obras

Tem soffrido o templo muitas obras de reparação e restauração, sendo as principaes aquellas a que se procedeu em 1862, em 1873 a 1877, em 1894 e em 1898.

As primeiras, de 1862, eram de ha muito reclamadas pelo estado de ruina da egreja, e já nos referimos a ellas na pag. 230 e respectiva nota n.º 4. As obras ficaram concluidas em 22 de novembro de 1863, em que novamente se abriu a egreja. Foram renovadas as capellas lateraes e o tecto, importando a obra em 12:000$000 réis.[3]

Em 1878 foi encarregado de restaurar, dourar, pintar e encarnar as obras de talha e varias imagens da egreja Antonio da Cruz Xavier Leiria, segundo actas de 3 de novembro de 1877 e 9 de maio de 1878, e d'estes trabalhos já falámos na pag. 204.

Ha poucos annos, de outubro de 1893 a junho de 1894, mandou o fallecido Provedor dr. Thomaz de Carvalho executar no templo varias obras,[4] que a principio tinham apenas por plano a reconstrucção do côro, para alli se collocar, depois de afinado, o orgão que estava selvaticamente obstruindo a capella onde hoje se vêem os epitaphios de D. Antonio de Castro e Francisco Suarez,

---

[1] *Gabinete historico*, tomo III, pag. 221 a 223; *Summario de varia historia*, tomo I, pag. 224, e *Pintura simples*, de Liberato Telles, pag. 165.

[2] *Idem*, tomo VIII, pag. 49.

[3] *Museu de Miscellanea historica*, periodico mensal, de J. J. N. Arsejas. Lisboa, 1861, n.os 1 a 24, p. 146. Officios do Ministerio das Obras Publicas de 15 de maio e 25 de junho de 1861.

[4] Actas de 7 de agosto e 17 de outubro de 1893.

e com as quaes por fim aproveitaram a limpeza e decoração geral do templo e a restauração de algumas capellas. Importaram estas obras em 10:673$446 réis.[1]

O illustre academico hespanhol dr. Sanchez Moguel, causador d'esta obra por ter instigado o Provedor dr. Thomaz de Carvalho a descobrir o tumulo de Francisco Suarez, aprecia os trabalhos realizados, dizendo do fallecido Provedor, com elogio, o seguinte:

«...a quien tanto deven el descubrimiento del sepulcro de Suarez y la restauración que se está hoy llevando á cabo de la iglesia de San Roque, bajo la acertada dirección del joven é intelligente Arquitecto D. Antonio César Mena Junior.»[2]

Em janeiro de 1891 a Commissão Administrativa do Municipio fez uma visita de inspecção directa á egreja de S. Roque a fim de avaliar que amputação havia a fazer para o alargamento da rua de S. Pedro de Alcantara. A respeito d'esta visita escrevia o Provedor dr. Thomaz de Carvalho o seguinte:

«...Se porventura não tivessem de ser derrocadas duas das capellas mais famosas do templo e com ellas abatida a frontaria; abatido egualmente o côro amplissimo; destruidas muitas officinas; tendo da mesma maneira de ser levantado o tecto, que, se não é de extraordinaria belleza, se recommenda entretanto pela sua antiga decoração, não haveria objecções a fazer ao mencionado alargamento da rua por este lado. V. Ex.ª, porém, com o seu alto criterio artistico, dá-nos a segurança de que não assistiremos ao referido vandalismo. O templo onde prégou Vieira é no interior um monumento digno de ser conservado. A Mesa da Santa Casa agradece penhoradissima o valioso favor que recebeu e confia em que V. Ex.ª se dignará continuar a conceder-lhe a sua affectuosa benevolencia.

---

[1] D'ellas se faz minuciosa descripção na *Memoria justificativa e descriptiva das obras executadas na egreja de S. Roque de Lisboa,* escripta pelo sr. Antonio C. Mena Junior, conductor de obras publicas, que foi encarregado d'estas obras de restauração.

[2] *Reparaciones historicas,* pag. 79. O conductor sr. Antonio Cesar Mena Junior, habilitado com o curso de obras publicas e de minas pelo Instituto Industrial de Lisboa, tem servido desde 1884 em diversas secções de architectura, executando e dirigindo importantes trabalhos de construcção e reparação nos paços reaes de Belem, da Pena em Cintra, de Cascaes e de Queluz, no asylo do largo da Ajuda, na Casa Pia, no Hospital da Penitenciaria e nas egrejas do Calvario e da Penha de França. Tem servido sob a direcção e em coadjuvação dos distinctos architectos Raphael de Castro, Valentim José Correia e Parente da Silva, hoje fallecidos, e do sr. Rozendo Carvalheira. É socio effectivo da Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes.

«Deus Guarde a V. Ex.ª Santa Casa da Misericordia de Lisboa, 30 de janeiro de 1891. Ill.mo e Ex.mo Sr. Marquez de Fronteira, Dig.mo Presidente da Commissão Administrativa do Municipio de Lisboa. O Provedor — *Thomaz de Carvalho.*» [1]

Recentemente, em 1898, por occasião da celebração centenaria da Casa, o Provedor actual encarregou o mesmo conductor Mena Junior da construcção da nova sacristia, adaptação da antiga ao museu das alfaias da capella de S. João Baptista, e das duas capellas dos Santos Martyres e Santos Innocentes a mostruario da vasta collecção de reliquias existentes na egreja.

## O côro e o orgão

Em 1894, para collocar o orgão que se achava na capella de D. João de Castro, obstruindo-a e encobrindo as sepulturas, foi necessario reconstruir o côro, o que se fez, dando-lhe dois pavimentos, conservando-se, porém, o seu estylo geral e gosto architectonico, reproduzindo-se no tecto que fica sob o côro a pintura antiga, estylo Renascença.[2]

O orgão, que é o antigo do convento de S. Pedro de Alcantara, e d'alli veiu em 1844, foi transferido para o pavimento superior do novo côro, sendo encarregado da sua collocação e afinação o conhecido organeiro e organista Affonso Pereira de Amor Machado, que em seguida foi provido no logar de conservador do orgão e organista.[3]

Este orgão é de Antonio Xavier Machado Cerveira,[4] tem a data de 1784, e possue 1:694 tubos. Sempre teve a egreja da Santa Casa este melodioso instrumento, tão particularmente proprio para a musica sacra. O padre Nicolau

---

[1] *Registo de cartas,* liv. 23, fl. 369.

[2] Vidè descripção minuciosa da obra na *Memoria justificativa,* pag. 8 a 11.

[3] Deve-se-lhe a afinação e concerto dos orgãos da egreja dos Martyres, de S. Nicolau, de S. Francisco de Paula, S. Vicente, da Magdalena, da real capella das Necessidades, de Arroios, da egreja matriz de Vallada, e do do real theatro de S. Carlos, cujas obras e constantes trabalhos de reconstrucção, illuminação e conservação elle assidua e proficuamente dirigiu, durante alguns annos, na sua qualidade de conductor de obras publicas. Tem o curso do Instituto Industrial de Lisboa; é natural de Faro, professor de musica e de piano. Tem servido em diversas secções de obras publicas do districto de Lisboa.

[4] Irmão do estatuario Machado de Castro; auctor do orgão dos Martyres, do magnifico orgão da real capella de Queluz, e restaurador, com Fontana, dos orgãos de Mafra, segundo se lê na chapa metallica n'elles affixada. (Vidè *Summario,* tomo I, pag. 116).

de Oliveira, no seu já tão repetidas vezes citado livro das *Grandezas de Lisboa,* refere que—«os capellães officiam a missa cada dia, que he cantada, e aos dias santos e domingos sempre he cantada de canto de orgão, a cujo fim ha o mestre de capella e o tangedor.»—Este tangedor era portanto o organista, cargo que achamos ter sido occupado desde 1782, em que o exercia um tal Francisco Felix de Azevedo, com uma gratificação mensal de 7$500 réis. Este organista falleceu em 1791, sendo substituido por José Raymundo Quelhas,[1] que o conservou até 18 de julho de 1822, em que foi aposentado com todo o ordenado, que era de 50$000 réis annuaes. Succedeu-lhe o padre Bernardino Pinto de Valle Peixoto, e em 1833 o organista chamava-se João Maria, vencendo cada um o mesmo ordenado de 50$000 réis.

## A sacristia

Na vasta e antiga sacristia da egreja, á qual em 1898 se rasgou a pequena janella, que havia, para lhe dar mais luz, estabeleceu-se, desde esse anno, sobre os arcazes de pau santo, perfeitamente fabricados e guarnecidos de boas ferragens, e em mostradores collocados sobre um bello buffete de pau santo, de oito pés (de tres gommos), que estava na sala da provedoria, o museu das preciosidades artisticas que constituem o riquissimo thesouro de S. Roque.

As paredes da sacristia acham-se cobertas de quadros. Nas molduras, sobre os arcazes, estão vinte quadros uniformes, allusivos á vida do apostolo das Indias, S. Francisco Xavier,[2] uma parte dos quaes, os da direita, diz Cyrillo Machado, são do nosso pintor André Reinoso, cuja biographia anda indecisa e nebulosa, sabendo-se apenas, ao certo, que existiu no seculo XVII. Raczynski, porém, discorda d'esta attribuição, entendendo que estes quadros não

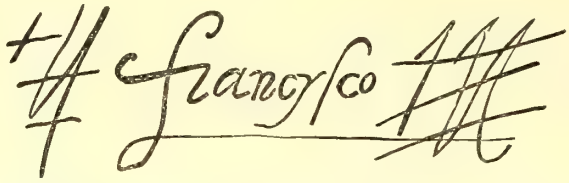
---

[1] Este Quelhas era tambem organista da egreja do Hospital Real, onde tivera por antecessores os padres Antonio Gonçalves Antunes e Vicente Gomes.

Houve afamados e destros *tangedores de tecla,* taes como Diogo de Alvarado, que durante 43 annos deliciou os ouvintes na capella real dos Filippes e de D. João IV *(Regicida,* por Camillo Castello Branco, pag. 215). Ácerca dos tangedores da capella real, desde o tempo de D. Affonso V até principios do seculo XIX, leiam-se os interessantes artigos publicados na *Arte Musical,* anno de 1901.

[2] Os retratos de Santo Ignacio de Loyola e de S. Francisco Xavier vêem-se em dois magnificos medalhões de marmore branco, existentes no Museu archeologico do Carmo (n.os 2317 e 2318 do catalogo) e provenientes da antiga e destruida egreja do collegio de Santo Antão.

podiam ter sahido do mesmo pincel que pintou o quadro da *Adoração dos Magos* e o do *Presepio,* existentes, como dissemos, pag. 229, na capella de Jesus, Maria, José.[1]



**Fac-simile da assignatura de S. Francisco Xavier**

(Calco da existente no codice manuscripto n.º 745 da Collecção Pombalina da Bibliotheca Nacional)

N'estes vinte quadros vêem-se pintadas scenas de costumes da India, nos da direita, tidos como mais valiosos, e nos outros, da esquerda, costumes japonezes, que, segundo se diz, o auctor conhecia apenas por tradição.

Por cima d'estes ha outra collecção de 14 quadros, tambem uniformes, que representam scenas da vida de Santo Ignacio de Loyola, attribuidos ao pintor portuguez André Gonçalves, que floresceu no seculo XVIII. Foi discipulo de D. Julio Cesar de Femine, pintor genovez, domiciliado em Lisboa, onde trabalhou e muito produziu, e por fim falleceu em 1736, sendo sepultado nos Mariannos.

André Gonçalves nasceu em Lisboa ahi por 1692, e vivia, segundo diz Vieira Lusitano, de quem foi intimo amigo, no seu livro *O insigne pintor:*

*...lá de San Roque perto.*

No já citado livro *Amores de Vieira,* falando de André Gonçalves, diz o auctor:

«Parece que não era André Gonçalves pessoa abastada, mas era rico de talento. Taborda lamenta que a falta de meios o tivesse impossibilitado de correr terras e vêr galerias; se o tivesse conseguido, diz o mesmo critico, seria um dos assignalados mestres que floresceram entre nós. Ainda assim tinha merecimento muito distincto; era correcto no desenho; pintava animaes com muita mestria, trabalhava com espontaneidade, possuia bom colorido, mas (con-

[1] Recapitulando, attribuem-se a André Reinoso, na egreja de S. Roque, estes dois quadros, a que Raczynski se refere, os paineis dos *Doutores da Egreja,* nos sobre-arcos das capellas, e os quadros da sacristia, de que estamos tratando agora.

forme o citado Taborda) pouca invenção. Digam o muito que elle valia os quadros da sacristia da Madre de Deus.

«Apesar de não ser rico, tinha conseguido juntar, a poder de economia e perseverança, uma vasta collecção de bons originaes. De Vieira se sabe, porque este o diz, possuia André Gonçalves uma grande collecção de desenhos autographos, etc...»[1]

André Gonçalves pintou um grande numero de quadros, entre os quaes se lhe attribuem as oito preciosas telas, representando a *Vida de José no Egypto,* existentes na sacristia da egreja da Madre de Deus, e os da capella de Santo Antonio,[2] na mesma egreja.

Os quadros da sacristia de S. Roque, que se lhe attribuem, são os que figuravam antigamente na celebre procissão das endoenças, e estiveram em tempo na sala onde depois se effectuaram, até ha pouco, as extracções das loterias.

Torna-se notavel ainda, entre outros muitos, um quadro de estylo bysantino, copia difficilmente obtida em Roma, de um quadro de *Nossa Senhora,* alli existente e attribuido a S. Lucas. Parece ter fundos de verdadeira a tradição de que S. Francisco de Borja o doou á rainha D. Catharina, e que esta por sua morte o deixou aos padres da Casa Professa.[3]

Em 1884, segundo a acta da administração de 4 de janeiro, foi o pintor restaurador sr. Joaquim Prieto, a convite do Provedor marquez de Rio Maior, encarregado dos trabalhos necessarios para a conservação d'estes 34 quadros da sacristia, sendo os quadros da *Vida de S. Francisco Xavier* contratelados a cera para os preservar da acção nociva da humidade, e os outros allusivos á vida de Loyola—«que, comquanto de menor merecimento artistico, teem certo interesse»— alguns contratelados e todos encerados. Egualmente arranjou uns seis quadros de pouco merito artistico existentes na mesma sacristia.

---

[1] *Amores de Vieira Lusitano,* pelo sr. Julio de Castilho, pag. 143.

[2] Liberato Telles, *Mosteiro e Egreja da Madre Deus,* pag. 37. Pintou tambem os quadros da capella do palacio do marquez de Pombal, em Oeiras.

Com relação a André Gonçalves deve vêr-se a gravura, feita por desenho d'este pintor, que precede o folheto, citado por Innocencio, intitulado:

«*Carta apologetica e analytica que pela ingenuidade da pintura em quanto sciencia escreveu José Gomes da Cruz, a rogo de André Gonçalves, pintor ingenuo ulyssiponense. Lisboa. 1752.*»

[3] *Memoria do descobrimento e achado das sagradas reliquias,* pag. 46.

## O thesouro de S. Roque

Para dar cumprimento a um dos numeros do programma da celebração do centenario da instituição da Misericordia de Lisboa executaram-se, em 1898, as obras, que já referimos, na sacristia da egreja e nas duas capellas adjacentes á capella-mór, para n'ellas se installar a exposição permanente de todos os objectos artisticos, religiosos e historicos que constituem a valiosa collecção de preciosidades de inestimavel apreço, ao conjuncto das quaes se tem dado com justiça o nome de *thesouro de S. Roque*.

Creou-se assim na egreja de S. Roque, pela louvavel iniciativa do actual Provedor, um museu artistico de extraordinaria opulencia, tanto debaixo do ponto de vista da iconographia como da indumentaria e da ourivesaria, semelhante aos que no nosso paiz existem na Sé de Coimbra e no vasto e riquissimo convento de Mafra.

É certo que no museu de S. Roque, na parte que comprehende as alfaias, paramentos e objectos de arte, não encontramos senão productos extrangeiros, que nada contribuem para o estudo da nossa arte ou da nossa industria. Não é menos certo, porém, que quasi todos esses objectos, de origem geralmente italiana (embora n'elles trabalhassem muitos artistas francezes), porque a grande maioria d'elles pertence á capella de S. João Baptista, são modelos artisticos de extraordinaria belleza e valor.

Abriu-se no dia 21 de agosto de 1898 este riquissimo e copioso museu, que só teria talvez rival, no nosso paiz, no grande e incomparavel thesouro com que D. João V dotara a Patriarchal, e que foi destruido pelo incendio.

Na sacristia ostenta-se a collecção de alfaias e preciosidades artisticas e historicas, e nas duas capellas do cruzeiro as reliquias.

Parte dos preciosos pertences da capella de S. João Baptista foram destruidos no Thesouro Velho, onde ainda existiam; entre elles um sacrario e um pallio riquissimo.[1]

Ao centro da sacristia, no mostrador, collocado sobre o enorme buffete de pau santo, admiram-se banquetas, relicarios, de finissimo cinzelado, vasos sacros, castiçaes, thuribulos, etc., tudo em prata lavrada e dourada.

Notam-se entre tantas formosas peças uma banqueta de prata, que parece ter pertencido a D. João VI, pois n'ella se vêem gravadas as iniciaes reaes

---

[1] *Gabinete historico*, tomo XI, pag. 48.

O FRONTAL DE PRATA DA CAPELLA DE S. JOÃO BAPTISTA

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

J. C., e uma concha de prata que se diz ter servido nos baptisados de D. Pedro IV e de D. Miguel e ter pertencido á capella real da Bemposta.[1]

Ao fundo da sala, em outro mostrador, vê-se o frontal rico da capella, de lapis lazulli e prata, com dois anjos de prata, de um metro de alto,[2] e sobre o altar outra banqueta completa com bellos castiçaes.

O frontal representa a passagem do *Cordeiro adorado pelos anciãos*. Altura $1^m,12$ por $2^m,30$. Pesa 322:650 grammas. Foi modelado por Agostinho Corsini e os anjos pelo esculptor Bernardino Ludovice.[3]

Grande parte d'estas preciosidades artisticas, que hoje admiramos, esteve prestes a ser condemnada a completa destruição — a ser amoedada em 1808, por ordem do governo francez.

Como consequencia do decreto imperial, dado em Milão, em 23 de dezembro de 1807, impondo sobre o reino de Portugal uma contribuição extraordinaria de guerra de 100 milhões de francos, decretou Junot, em 1 de fevereiro de 1808, sobre o modo de se effectuar a cobrança ou pagamento d'aquella violenta contribuição.[4] Entre outras disposições ordenava que todo o oiro e prata das egrejas, capellas e confrarias de Lisboa e seu termo seriam conduzidos á Casa da Moeda.

A Mesa da Santa Casa consultou o governo, em 19 de fevereiro, para saber se a lettra d'aquelle decreto devia applicar-se aos bens da sua Egreja e Casa e aos do Hospital dos Enfermos, ou se estes deviam considerar-se isentos.[5]

Não se sabe qual a resposta ou despacho d'este requerimento; o que consta é que em 3 de março sahiram da Santa Casa e deram entrada na Casa da Moeda, cujo thesoureiro passou o respectivo recibo, muitas peças de prata do peso total de 1:635 marcos, produzindo 9:156$000 réis.

No livro 5.º de *Receita de generos*, a fl. 60, acha-se lançado o assento seguinte:

«1808, março 3.— Pelas peças em frente, que na conformidade do decreto de 1 de fevereiro de 1808 se mandarão entregar pelo padre thesoureiro

---

[1] *Diario de Noticias* e *Seculo* de 22 de agosto.

[2] Este frontal acha-se reproduzido em bella photographia pela casa Rocchini, e em gravura, assignada A. P., na revista *A Arte*, impressa na casa de Christovão Rodrigues, rua do Norte, Lisboa, no numero de setembro de 1880. Na vasta collecção de photographias artisticas da antiga casa de Francisco Rocchini encontram-se, além da do frontal, as seguintes: do relicario, thuribulo e vaso da communhão; das sacras, da naveta e da campainha de prata lavrada, da casula rica de côr encarnada e bordada a ouro; da bandeja, jarro e galhetas, e dos dois castiçaes pertencentes á egreja de S. Roque.

[3] *Serões*, n.º 4, citado artigo do sr. dr. Sousa Viterbo.

[4] Claudio de Chaby. *Excerptos historicos*, tomo XI, pag. 28 a 32.

[5] *Registo de requerimentos*, n.º 1.

da egreja d'esta Santa Casa da Misericordia, Manuel Placido Bernardino, na Casa da Moeda, onde se passou a competente cautella em n.º 100, assignada pelo thesoureiro Joaquim José Machado, aos 3 de março de 1808, e fica em guarda para se haver o competente conhecimento... 1635 (peso).»

Lançada no *Diario* esta sahida, em assento de 30 de junho de 1808:

«Pela prata da Igreja: 11 alampadas; huma Banqueta; dois castiçaes dos Ceroferarios; huma cruz das procissões; hum Porta-paz; hum Agoa ás maons; huma caldeirinha com seu hizope; hum purificador com seu prato; 2 thuribulos e 2 navetas; 1 bandeja; a prata desmanchada de 5 sacras; a prata dos relicarios; 1 copo de prata; 1 vaso de prata das communhões; 1 meio corpo de S. Luiz Gonzaga com seu resplendor; humas assucenas e sol; 1 palma de Santa Rita; 1 dita da Sr.ª da Boamorte; 1 baculo de Santo Amaro; Bordão e assucenas do altar de Jesus Maria José; 2 pequenas cruzes e assucenas de Santo Antonio; 2 resplendores. E bem assim mais as seguintes peças existentes na capella dos Expostos, as quaes são a saber: 2 Ambulas dos Santos Oleos com suas palhetas cravadas n'um prato e com sua cupula; um pequeno vaso em uma salva, onde está o sal bento; uma concha, o que tudo pesou 1635.»[1]

Estes objectos eram, porém, provavelmente os da egreja da Misericordia. É possivel que as pratas da capella de S. João Baptista fossem remettidas pelo respectivo administrador, que áquelle tempo era Luiz Francisco Xavier Telles de Mello.

Parece, porém, que os objectos de valor da capella de S. João Baptista, se chegaram a dar entrada na Casa da Moeda, voltaram de novo para o seu primitivo logar. É o que se deprehende de uma nota datada de 4 de maio de 1812, lançada pelo dito administrador da capella, Telles de Mello, no inventario da capella, de 1784, quando fez a entrega do seu cargo ao novo administrador, monsenhor D. Antonio de Lancastre Baharem, concebida n'estes termos:

«Declaro que faltão quatro reliquarios de Prata e hum apagador dourado que por ordem do Intruso Governo Francez foi derretido na Real Casa da Moeda, constante da certidão que apresento para se juntar a este Inventario e que fica em poder do Ill.mo e Rev.mo Monsenhor D. Antonio de Lancastre Baharem, nomeado Administrador da sobredita capella por Aviso de S. A. R.,

---

[1] Archivo da Misericordia. Maço 1.º *de Varias relações*, n.º 24.

expedido do Rio de Janeiro aos 13 de janeiro deste presente anno. Lisboa 4 de maio de 1812.—(a) *Luiz Francisco Xavier Telles de Mello.*»[1]

Como se salvou esta collecção de objectos preciosos?

O auctor do *Gabinete Historico* suppõe que a prata não foi amoedada, por quererem os francezes leval-a para França, e por isso, tendo-se retirado precipitadamente no mesmo anno de 1808, a deixaram intacta na Casa da Moeda, de onde voltou para o seu antigo logar.[2] Charles V. Hautefort, intendente do exercito francez em 1814, no livro que publicou, em 1820, e que já citámos, referindo-se com elogio á capella de S. João Baptista, da qual diz — «que bem pode comparar-se com o que de melhor no genero se encontra na Italia» — conta a seguinte historia, cuja veracidade não sabemos até que ponto chegará. Diz elle que — «em 1808, quando o general Junot deu ordem para que levassem á Casa da moeda toda a baixela de prata das egrejas de Lisboa, o frontal do altar d'esta capella, bem como os outros ornatos d'ella, foram salvos por um francez que o duque de Gaeta, então ministro das finanças, enviara a Portugal, para organizar a contabilidade publica á moda da França. Não posso eximir-me a nomeal-o, embora não o conheça nem directa nem indirectamente, porquanto foram portuguezes mesmo que me contaram esta anecdota. Chamava-se Millié. Este honrado funccionario oppoz-se tenazmente á destruição d'aquelles magnificos ornamentos arbitrariamente condemnados a serem fundidos, citando o conhecido verso: *Materiam superabat opus,* e assim não tiveram a piedade e a arte de lamentar, esta, a perda d'aquelles primores artisticos, e aquella, a destruição de tão ricos presentes. Tal é o poder da voz do homem energico e justo contra os actos por vezes irreflectidos do despotismo.»[3]

O abbade Castro, no citado opusculo *Carta a Sallustio,* conta a mesma historia do salvamento das alfaias, attribuindo-a, porém, ao secretario de estado, encarregado da repartição do interior e das finanças, Hermann.[4] Tambem se diz que os grandes tocheiros da capella tinham chegado a ser postos a bordo ou estiveram prestes a seguir esse caminho, mas felizmente foram salvos da rapina extrangeira.

Parece, porém, que effectivamente no thesouro da capella faltam algumas peças cujo destino se ignora.

Pelas paredes da sacristia e sobre os arcazes vêem-se dispostos e vestidos em manequins os variadissimos e riquissimos paramentos, em que se ad-

---

[1] Officio de 26 de outubro de 1901 ao director da Casa da Moeda.

[2] Tomo XI, pag. 47.

[3] Obra citada, pag. 25.

[4] Claudio de Chaby. *Excerptos Historicos,* tomo VI, pag, 26.

miram as sedas, os bordados, as douraduras, os linhos, as rendas de Alençon,[1] e sobre estantes apropriadas os riquissimos missaes italianos e evangeliarios recheados de preciosissimas gravuras.

Além dos objectos pertencentes á capella de S. João, conta o thesouro de S. Roque algumas outras preciosidades, propriedade da Santa Casa, entre as quaes avulta a famosa arca da semana santa, em prata e filigrana, em alto e baixo relevo, com as armas reaes, e sobrepujada por um *Agnus Dei*.

Esta arca e muitas das alfaias da capella de S. João e respectivos paramentos figuraram na Exposição Philantropica de 1858[2] e na de Arte Ornamental.[3]

Á entrada da sacristia, por baixo da janella, acha-se pendurado o grande tapete tecido a seda e fio de prata dourada, estylo gobelino, executado em Roma por Agostino Speranza, em 1751, e que custou tres contos de réis. Junto a elle vêem-se egualmente as tres bandeiras da Misericordia, a que já nos referimos, e algumas varas da antiga irmandade.

A descripção e enumeração de todos estes objectos artisticos daria, só por si, uma extensa e interessantissima monographia, tanto mais que, ácerca da capella e dos auctores de tantas maravilhas artisticas e industriaes, nada até hoje se tem publicado que obedeça aos rigorosos preceitos da investigação minuciosa e do são criterio artistico. Por diversos motivos nos abstivemos de entrar em semelhante estudo; áparte a consideração de que isso nos alongaria extraordinariamente este trabalho, bastaria para nos dissuadir de toda e qualquer tentativa n'este sentido o saber que o sr. Francisco Ribeiro da Cunha, cavalheiro que dedicadamente dirigiu e dispoz com superior gosto artistico a exposição, se acha procedendo á elaboração do catalogo, minucioso inventario do thesouro, enriquecido de photographias, photogravuras e fac-similes numerosos.[4]

Este catalogo ha de constituir, por certo uma valiosissima monographia, que poderá lançar extraordinaria luz sobre a historia d'aquelles interessantes specimens das artes italianas do seculo XVIII, mórmente se os seus auctores se tiverem soccorrido, para a sua elaboração, do riquissimo manancial de noticias e dados que a tal respeito pode fornecer, segundo se affirma, a corres-

---

[1] A descripção minuciosa dos paramentos e alfaias encontra-se no mencionado tomo X do *Gabinete Historico*.

[2] Vidè respectivo *Catalogo*.

[3] *Catalogo* da sala *O*, n.os 758 a 766.

[4] *Diario de Noticias* de 5 de outubro de 1898. Este catalogo está sendo impresso na typographia da Loteria da Santa Casa da Misericordia. Foi redigido pelo sr. dr. Sousa Viterbo, de collaboração com Rodrigo Vicente de Almeida, official da Bibliotheca Real d'Ajuda, fallecido em 13 de janeiro de 1902. (*Diario de Noticias* de 14 de janeiro de 1902, necrologia).

MUSEU DAS ALFAIAS DA CAPELLA DE S. JÒÃO BAPTISTA E DA MISERICORDIA

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

pondencia diplomatica de D. João V com os embaixadores portuguezes em Roma, existente na Real Bibliotheca do Palacio da Ajuda.

Depois de organizado este museu, obteve o actual Provedor que fosse restituido á egreja de S. Roque um precioso baldaquino, ou docel, de cobre dourado, formado por 83 peças, o qual tinha sido recolhido no Museu de Bellas Artes e Archeologia, por despacho do Ministerio do Reino de 8 de novembro de 1892.[1] O mesmo Ministerio, por officio de 13 de outubro de 1898, ordenou a entrega do baldaquino.

É de madeira do Brasil e de bronze dourado. Foi restaurado, substituindo-se algumas peças que faltavam por outras de *carton-pierre*, e novamente dourado pelo mestre Affonso João. Pesa o baldaquino cerca de 700 a 800 kilogrammas. Foi collocado na sacristia, ao fundo, sobre o frontal da capella de S. João, em junho de 1900, sendo içado para o logar onde está por uma cabria puxada por sete homens. Dirigiu este difficil trabalho o mestre de obras da casa, sr. João Filippe Nunes.

Apreciando o valor d'este museu diz o sr. dr. Sousa Viterbo:

«O thesouro completa admiravelmente a obra da capella, e corresponde á sua magnificencia, se não a excede. E convem notar que elle já não se apresenta hoje na integridade primitiva, faltando-lhe na parte metallica algumas peças de grande importancia, como a custodia e a pyxide de ouro, a cruz processional, quatro relicarios de prata branca semelhantes aos de prata dourada que ainda existem, uma banqueta de 30 castiçaes, etc. O que sobrenadou ao naufragio, graças a Deus e a S. João Baptista, ainda é de excepcional valor, e bem merece o nome de thesouro pelas preciosidades que encerra.

«...Todos estes productos de ourivesaria romana, tão magnificamente cinzelados e trabalhados, honram sobremaneira os artistas que os executaram. Não são de uma epocha nem de um estylo dos mais apreciaveis; mas, se perdem na elegancia e singeleza das linhas geraes, se peccam pelo excesso do adorno, compensam estes defeitos pela correcção do desenho, pelo bem acabado, e por outras qualidades não menos recommendaveis. Os paramentos de todas as côres não desdizem da baixella. São de seda primorosamente bordados. A rouparia branca, ornada de finissimas rendas, faz principalmente o pasmo dos olhos femininos.

«Se a magnificencia, revestindo as fórmas da arte, se impõe á admiração e reconhecimento da posteridade, por certo que o busto de D. João V, perso-

---

[1] Por não poder armar-se na capella, propuzera o Provedor Thomaz de Carvalho, em consulta de 4 de novembro de 1892, a sua remessa para o Museu. O actual Provedor pediu a sua restituição, em officio de 5 de outubro de 1898.

nificando sua magnificencia, pode e deve campear condignamente no meio das preciosidades que constituem o thesouro da capella do Santo Precursor.» [1]

Tendo-se reconhecido posteriormente a insufficiencia da casa onde se dispoz o museu, pediu o sr. Provedor auctorização ao Governo para mandar proceder a uma nova accommodação. No *Diario de Noticias* de 27 e 28 de junho de 1901 lê-se o seguinte com relação á futura ornamentação do museu com o busto de D. João V, a que no artigo transcripto se refere o sr. dr. Sousa Viterbo:

«**Busto de D. João V.**— Vae ser brevemente reproduzido em bronze, no arsenal do exercito, o busto de el-rei D. João V, que existe no real paço das Necessidades.

«Este busto, que é feito a expensas da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, deverá ser collocado na casa onde a Santa Casa exporá ao publico os ricos paramentos e thesouros da capella de S. João Baptista, construida de preciosos marmores em Italia, por ordem de el-rei D. João V.

«A collocação d'este busto n'uma das dependencias da Santa Casa impunha-se como um dever a quem zela pela conservação dos ricos thesouros da real capella de S. João Baptista da egreja de S. Roque.»

«Ampliando a noticia que hontem démos a este proposito temos a dizer o seguinte: Foi o nosso amigo, illustrado official da bibliotheca da Ajuda, quem, em resultado das suas investigações, revelou que o busto de D. João V, que primitivamente adornava a bibliotheca dos padres oratorianos do convento das Necessidades, se achava hoje no jardim do palacio real.

«Communicando esta noticia ao sr. Francisco Ribeiro da Cunha, este obteve licença de sua majestade para o ir examinar, e em nome do provedor da Santa Casa, o sr. conselheiro Pereira de Miranda, pediu auctorização para o mandar reproduzir em bronze, ao que el-rei gentilmente annuiu.

«O busto é em marmore e executado por Alexandre Giusti, que veiu de Roma nos ultimos annos de D. João V, acompanhando a capella de S. João Baptista, e cá ficou em Portugal, trabalhando em Mafra nos retabulos de marmore que adornam a egreja, e alli fundou uma escola pratica de esculptura, de que o mais afamado discipulo foi Joaquim Machado de Castro, o auctor da *estatua equestre*, monumento que embelleza o Terreiro do Paço e é o primeiro da nossa capital.

«A louvavel idéa de expôr n'uma sala especial o thesouro da capella de S. João Baptista completa-se admiravelmente n'um excellente concurso de circumstancias especiaes e perfeitamente adequadas. Assim o busto de D. João V, executado por um dos artistas que tomaram parte na creação da capella, vem a occupar um logar condigno e apropriado, sendo devida e justa esta consagração á sua memoria e á opulenta obra por elle mandada realizar.»

---

[1] *Serões*, n.º 4, pag. 200.

## Reliquias

A segunda parte e não menos curiosa do afamado thesouro de S. Roque é constituida pela enorme collecção de reliquias —«sem duvida a mais importante de Portugal» — como diz o erudito academico hespanhol D. Antonio Sanchez Moguel, no seu citado livro *Reparaciones artisticas,* pag. 212.

Consta esta collecção de reliquias, cujo numero ascende a perto de 1:200, de tres grupos principaes de origem diversa.

No primeiro grupo contam-se as reliquias trazidas pelos padres da Companhia, ou enviadas pelos geraes, além de todas aquellas que a rainha D. Catharina, o infante D. Luiz e muitas outras pessoas devotas offereceram á Casa, como se refere em memorias e livros contemporaneos.

Formam o segundo grupo as reliquias doadas por D. João de Borja e sua mulher D. Francisca de Aragão.

No terceiro grupo, finalmente, se incluem todas as reliquias que, cerca de um seculo depois, chegaram de Roma, acompanhadas de breves e authenticas de alguns prelados romanos em 1662, 1672 e 1673.

Grande importancia ligaram os padres da Companhia a estes preciosos presentes recebidos, porque eram essas reliquias veneradas dos fieis que constituiam um dos maiores e mais poderosos attractivos para o seu templo de S. Roque.

Como dissemos, havia primeiro que tudo um certo numero de relicarios, havidos no tempo da fundação da Casa professa e do respectivo templo, por influencia dos prepositos, especialmente do famoso Claudio Aqua Viva. Outras reliquias com seus ornamentos foram devidas a generosos donativos de regias personagens, sempre solicitas em obsequiar a nova Casa religiosa. Citaremos entre estas o bello relicario de prata dourada, contendo reliquias de Santo Ethereo, offerecido pela rainha D. Catharina.

Ainda outros estimados objectos pertenciam á confraria de S. Roque, taes como a reliquia d'este santo e o cofre de madreperola.

Todos estes objectos foram descriptos longa e minuciosamente em memorias que existem manuscriptas e impressas, organizadas por piedosos auctores.

A primeira d'estas memorias, escripta pelo padre da Companhia, Manuel da Veiga,[1] encontra-se transcripta em um dos manuscriptos que compõem o

---

[1] Este padre Manuel da Veiga, natural de Villa Viçosa, professou em Coimbra em 1583 e

codice n.º 207 da collecção da Bibliotheca Nacional, já citado na nossa nota de pag. 180.

Contém a descripção muito extensa e pormenorizada de todas as reliquias, não só d'este primeiro grupo que já indicámos, mas tambem das do segundo, relatando a sua proveniencia, o seu custo, nomes dos seus doadores, e modo como foram ornamentadas e conservadas. É interessante.

Quanto ás reliquias doadas por D. João de Borja, refere-nos o auctor de uma memoria publicada em 1843, na Imprensa Nacional,[1] a curiosa historia da sua vinda para Portugal. Diz-nos que D. João de Borja, estando por embaixador de Filippe II, em Praga, na côrte do imperador Rodolpho II, se dedicou a colleccionar e reunir reliquias de santos, pedindo-as e obtendo-as dos nuncios apostolicos, de bispos e mosteiros da Hungria, da Bohemia e de Colonia. Passando depois a Italia proseguiu na devota tarefa, e quando regressou a Hespanha projectou arrecadar a preciosa collecção em um sanctuario da capella do seu palacio. Demoveram-no d'este intento, e aconselharam-no a offerecel-a aos padres da Casa de S. Roque, duas senhoras portuguezas, que eram a mãe e a esposa de D. João de Borja, D. Leonor de Castro e D. Francisca de Aragão.

Fez-se escriptura publica da valiosa doação no Escurial, a 22 de setembro de 1587, e as reliquias chegaram a Lisboa a 17 de outubro do mesmo anno e foram entregues ao padre Pero da Fonseca, Preposito da Casa professa.

É chamado agora a depôr outro interessante livro, coevo, no qual se narram com minucia as solemnes festividades com que a Companhia recebeu tão appetecido presente. É o livro a—*Relação do solemne resebimento que se fez em Lisboa ás santas reliquias, que se levaram á Igreja de S. Roque da Com-*

---

morreu em S. Roque, em 15 de janeiro de 1647, com oitenta annos. Escreveu além da noticia acima mencionada: — *Vida de Simão Gomes, Portuguez, vulgarmente chamado o çapateiro Santo. Lisboa.* Matheus Pinto. 1625. Este livro teve 2.ª edição em 1673 e 3.ª em 1723, impressão de Pedro Ferreira; e em 1768 foi queimado na praça publica por decreto da Real Mesa Censoria, no dia 10 de junho, por ser considerado livro que servia de thema ao sebastianismo.

— *Relação da morte do padre Ignacio Martins*, mss. que pertenceu ao collegio de Coimbra. Estas obras estavam na livraria de S. Roque.

[1] Intitula-se este curioso opusculo, que é pouco vulgar: *Memoria do descobrimento e achado das sagradas reliquias no antigo sanctuario da egreja de S. Roque, com a noticia historica da fundação da mesma egreja e sanctuario e da solemne festa com que a commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia de Lisboa se propõe celebrar a renovada exposição das mesmas reliquias e sua restituição ao culto e veneração dos fieis, terminando com o catalogo e relação individual das reliquias e de outros monumentos religiosos e artisticos novamente restaurados, da mesma igreja e sanctuario. Lisboa (armas reaes). Na Imp. Nacional, 1843.* Este folheto, sem nome de auctor, é attribuido ao padre Francisco de Salles, capellão da Misericordia, nascido em 1806. Não pode, comtudo, asseverar-se se elle foi o seu auctor ou apenas o publicador.

*panhia de JESV em 25 de janeiro de 1588, pello licenciado Manoel de Campos. Imp. em Lisboa por Antonio Ribeiro. 1588.* — Foi mandado compôr expressamente pelo cardeal archiduque Alberto, então governador do reino.

Segundo a narrativa d'este contemporaneo, vieram as reliquias para a Sé Cathedral, e depois de visitadas alli pelo arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, que examinou as cartas e testemunhos que as authenticavam, foram trazidas processionalmente para S. Roque no dia 25 de janeiro de 1588. Sahiu o cortejo ás 9 horas da Sé, e atravessou a cidade por meio de enorme concurso de gente que se apinhava nas ruas, nas janellas, nos palanques, por debaixo de sumptuosos arcos triumphaes.

Abriam a marcha — «os mininos da Doutrina com suas capellas na cabeça e ramos verdes nas mãos, postos em ordem, e os que andam em habitos de fradinhos no couce da procissão, tambem com seus ramos e capellas de flores. Traziam por invenção sua um Minino Jesu muito formoso, em hua charolla dourada, dentro da qual vinham tambem dous mininos de vulto vestidos com habitos de S. Domingos...»

Acompanhavam a charola dez meninos vestidos de damasco carmezim com capellas de flôres na cabeça, quatro dos quaes levavam deante castiçaes de prata, com suas vélas accesas, e os outros salvas com varios emblemas. Seguia-se a capella da doutrina, com muito boa musica de varios motetes e cantigas devotas, vindo com elles o padre mestre Ignacio;[1] seguiam-se as bandeiras dos officios, folias e danças, confrarias e irmandades (vindo os confrades com seus habitos e divisas, e capellas de flôres na cabeça e cirios nas mãos); as freguezias de Lisboa, religiosos, cleresia, cabido da Sé, da capella real e por fim as reliquias em doze andores. Os padres sahiram ao encontro da procissão com cavalgadas e procissões.

Seguiu o cortejo pela Padaria, Pelourinho Velho e rua Nova. Aqui estavam em um estrado, esperando, todos os santos portuguezes, que se incor-

---

[1] O padre mestre Ignacio Martins, ao qual nos referimos em pag. 215, era um estudante de Gouveia, de nome Vasco Martins, que em 1547, no dia do lançamento da primeira pedra do collegio de Coimbra, alli professou. Foi a Roma em 1572 á eleição do geral e depois a Tanger. Dedicou-se á educação religiosa das creanças, fazendo a doutrinação no pulpito. O sacristão sahia com a campainha a chamar os meninos e o povo. Elle mesmo sahia pelas ruas com os seus educandos, e ia prégar para as escadas do Hospital Real, onde reunia numeroso auditorio. Depois inventou uma bandeira, dita da Santa Doutrina, á imitação da da Misericordia, com a qual sahia em procissões aos presos das cadeias e das galés, levando os meninos que cantavam canções e cantigas devotas por elle compostas e que andam no fim das cartilhas. Foi mestre nos collegios de Coimbra e Evora e doutor em Theologia. Deixou impressos muitos sermões e um *additamento á cartilha* do padre Marcos Jorge, do qual se tiraram repetidas edições. Morreu em Coimbra, com 70 annos e 51 de professo, em 1598. (Vidè *Bibliotheca Lusitana* e Balthasar Telles, *Chronica da Companhia de Jesus*, 1647, parte II, pag. 231 a 246.)

poraram no prestito. Junto a Nossa Senhora da Oliveira erguia-se o primeiro arco. As ruas estavam adornadas de estatuas. Seguiu pela Ourivesaria do Ouro, rua dos Escudeiros, Poço do Chão, costa acima para S. Roque, calçada de Payo de Navaes, rua de Santa Catharina, postigo de Santa Catharina, Loreto e postigo da Trindade, rua de S. Roque e terreiro. A frontaria da egreja estava vistosamente ornada, e de uma das janellas do côro assistia o serenissimo principe cardeal Alberto.

Oito dias duraram as festas. No dia 27 vieram os pobres da cidade da Casa da Misericordia a S. Roque, mulheres a um lado e homens a outro—«com cannas verdes nas mãos, com capella de canto e charamellas, que ouve a confraria de Santo Aleixo, cuja imagem traziam em uma charola, por serem seus confrades».—No dia seguinte vieram os moços que andam ao ganho na Ribeira, com S. Gonçalo de Amarante, e depois os pretos.

Os estudantes do collegio de Santo Antão, que no cortejo do dia 25 haviam representado de santos e santas, tambem fizeram uma procissão em que iam com seus habitos de estudantes, em numero de mais de mil e quinhentos, levando após a confraria de Nossa Senhora da Annunciada, que tinham fundado na egreja de Santo Antão, e da qual fazia parte a flôr da nobreza da cidade. A esta procissão refere-se o auctor do *Summario* nos seguintes termos: —«procissão celebrada, para vêr a qual se moveu meio Portugal, e se alugaram janellas a vinte cruzados, e com razão, pois havia que vêr, e nada menos que a rainha Santa Isabel com um cordão de pedraria ao pescoço, que valia cincoenta mil cruzados; Santa Engracia a cavallo; nove côros de cem meninos cada côro, ao todo novecentos meninos; e entre as reliquias um coeiro de Nossa Senhora, de que se cortavam pedaços para os devotos e nunca minguava; uma camisa de Nossa Senhora; uma massaroca que a mesma Senhora fiou (felizes tempos! e ao lado d'isto a inquisição!) Não valia a pena mover-se meio Portugal para vêr todas estas coisas, além da sumptuosidade de todos os ornatos e decorações, arcos triumphaes e a côrte com todas as suas galas?!» [1]

Por diligencias do doador vieram estas reliquias acompanhadas de Breve Pontificio, de Xisto V, de 5 de setembro de 1587, em que concede jubileu quatro vezes no anno á egreja de S. Roque, nos dias da commemoração e exposição aos fieis das principaes reliquias, isto é, nos dias de S. Gregorio Thaumaturgo, Santa Brigida, onze mil virgens e Invenção da Cruz. Além d'isto os padres ordenaram uma folhinha privativa da egreja, que constituia uma prerogativa de grande apreço e transcendencia.

Vinham acompanhadas as reliquias, como dissemos, de cartas e testemunhos authenticos, a que adeante nos referiremos, assim como vieram depois, no

---

[1] *Summario de varia historia*, tomo III, pag. 98.

seculo XVII, grande numero de reliquias que de Roma remetteram á Casa professa de Lisboa e que constituem o terceiro grupo a que alludimos.

O *Mappa de Portugal,*[1] no seu tomo III, p. 341, descreve tambem muitas d'estas reliquias. O catalogo que apresenta é, porém, defeituoso e deficiente.

Perseguidos e expulsos pelo energico Marquez, os padres, esperançados n'um regresso aos seus dominios, occultaram as reliquias em nichos excavados por detraz dos retabulos das capellas do cruzeiro, ditas dos Santos Martyres e das Virgens, e alli ficaram esquecidas, até que em 1842, por denuncia recebida, procedeu a Commissão administrativa da Misericordia á busca do thesouro; conseguiu encontral-o no seu esconderijo,[2] onde juntamente appareceram muitas outras preciosidades, taes como bons paineis, que foram mandados limpar e restaurar. O dia 25 de janeiro de 1843, anniversario do recebimento das reliquias, foi solemnisado com estrondosa festa.[3]

*

* *

Assim como andaram tanto tempo perdidas e escondidas as reliquias, assim tambem andaram por muito tempo perdidos, provavelmente desde esse tempo de 1843, os documentos que haviam acompanhado as reliquias para lhes authenticar a sua santidade.

Existiam antigamente estes documentos valiosos, segundo refere o auctor da citada memoria manuscripta, codice n.º 207, guardados no cubiculo do padre preposito da Casa professa, junto com outros livros de maior interesse para a historia da Casa.

Recentemente, no anno de 1901, em que este livro se estava já imprimindo, encontrou-se casualmente a preciosa collecção, encerrada em uma caixa de folha, fechada a cadeado, em um armario, nos corredores do edificio.

Compõe-se esta collecção de testemunhos e authenticas, de 83 ou 84 documentos, na sua grande maioria datados dos ultimos annos do seculo XVI ou dos primeiros do seculo XVII, muitos em pergaminho, com lettras illuminadas

---

[1] Edição de 1767.

[2] Conta o facto pela seguinte fórma a *Revista Universal,* vol. I, pag. 420: «no dia 29 de maio de 1842, quando por ordem da Commissão Administrativa se estava removendo um grande quadro no fundo da capella lateral do altar-mór, do lado da epistola, acharam-se por detraz umas portas, que abrindo-se descobriram um espaçoso vão, cujos lados, fundo e abobada estavam guarnecidos de reliquias e imagens preciosas.»

[3] No seu n.º 1, pag. 5, de 1843, publicou o *Universo pittoresco* um artigo em que se descreve o recebimento das reliquias em 1588, segundo o livro do licenciado Manuel de Campos.

e douradas, outros em papel, e muitos acompanhados de interessantes sellos de cera.

Apontaremos alguns dos mais curiosos d'estes documentos, indicando apenas, porque muito longa seria a sua transcripção, as circumstancias especiaes que mais dignos os tornam da attenção dos estudiosos.

O n.º 1 é o *testimonio* de uma reliquia de S. Procopio, patrono da Bohemia, doada por Florian de Lugo a D. João de Borja, em 16 de julho de 1587. É um bello pergaminho, com sello.

O n.º 2 é a carta de doação a D. João de Borja de varias reliquias do santo lenho, espinho da corôa, etc. É uma carta, dada em Praga em 1581. Bello pergaminho a preto e ouro, com sello appenso, dentro de caixa metallica.

O n.º 3 é o *testimonio* de varias reliquias de S. Pascasio, S. Saturnino, S. Maximo e outras, tiradas do cemiterio de S. Calixto de Roma, em 1594. Pergaminho.

O n.º 4 é outro pergaminho; carta do Nuncio de Madrid, de 1587, acompanhando duas cabeças de virgens e ossos de varios santos.

O n.º 5 é um grande pergaminho com lettras a ouro e preto; carta passada em 1581 para authenticar umas reliquias do santo lenho, do lençol e toalha, e de varios santos, por *Horatius marchio de Malaspina, Prothonotarius Gregorii Papae XIII.*

O n.º 6 é o *testimonio* de uma particula do espinho da corôa, offerecida pelo senhor de Pernestan a D. João de Borja em 1579.

O n.º 7 é um grande pergaminho com lettras a ouro e preto, do mesmo *Horatius*, de 1581, acompanhando as reliquias que estão na cruz grande de prata.

O n.º 8 é um magnifico pergaminho, com grandes lettras a ouro. Carta de Praga de 20 de abril de 1580, que acompanhou varias reliquias, cabeça de Santa Brigida, osso de S. Girão, martyr, de Santo Otho, e braço de Santa Isabel. É *testimonio* feito em nome do imperador Rodolpho, cujo autographo subscreve a carta. Começa com os dizeres em formosas lettras ornadas: *Rudolphus Secundus electus Romanorum Imperator, semper augustus ac germaniae,*

*Hungariae, Bohemiae, Dalmatiae,* etc. Tem o grande sello de cera, com as armas imperiaes.

O n.º 9 é um pequeno pergaminho de 1601. Carta de doação a S. Francisco, da Companhia de Jesus, de uma reliquia de S. Lucio, papa.

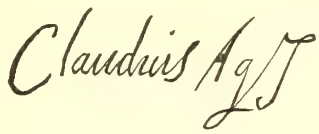
O n.º 10 authentica ossos encontrados no adro da egreja de S. Roque.

O n.º 12 é o *testimonio* de varias reliquias que o padre Ignacio Martins trouxe de Roma e da Allemanha para repartir pelas provincias da corôa de Portugal. É uma carta impressa em pergaminho, datada de 22 de setembro de 1573. Fez entrega da parte respectiva, ao padre Jorge Serrão, provincial da Casa de S. Roque.

Os n.ºs 13 e 14 são cartas testemunhaes do mesmo *Horatius,* respectivas ás reliquias que estão no relicario *de los angeles* e no pé da imagem de Nossa Senhora, de prata, famosa e antiquissima peça artistica.

O n.º 15 refere-se a reliquias trazidas pelo padre Manuel da Costa, dadas por D. João III, pela commendadeira de Santos D. Helena de Castro e rainha D. Catharina, pelo arcebispo de Braga D. Agostinho, e ainda a outras doadas por D. João de Borja, sendo preposito o padre Manuel de Siqueira e arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro, em 1594.

O n.º 16 é carta do dito *Horatius,* e o n.º 17 é uma carta, com bellas lettras ornadas, de Claudio Aqua Viva, *Prepositus generalis Societatis Jesu. Roma.* VI *Janeiro* MDXCIIII.



**Fac-simile da assignatura de Claudio Aqua Viva**

(Calco da que se encontra no documento n.º 17, da collecção das authenticas da egreja de S. Roque, datada de 1587)

O n.º 18 é documento de 1576, relativo a reliquias doadas pela abbadessa de Santa Maria Magdalena de Hungria, Helena Budac, com o autographo respectivo.

O n.º 19, bello pergaminho com capitaes floridas a vermelho e preto, é uma authentica dada em Colonia por Theobaldo, doutor da Santa Sé apostolica.

Os n.os 20, 21 e 22 são documentos de 1608 e 1568, acompanhados de sellos (de obreia e cera) com os emblemas da Companhia de Jesus.

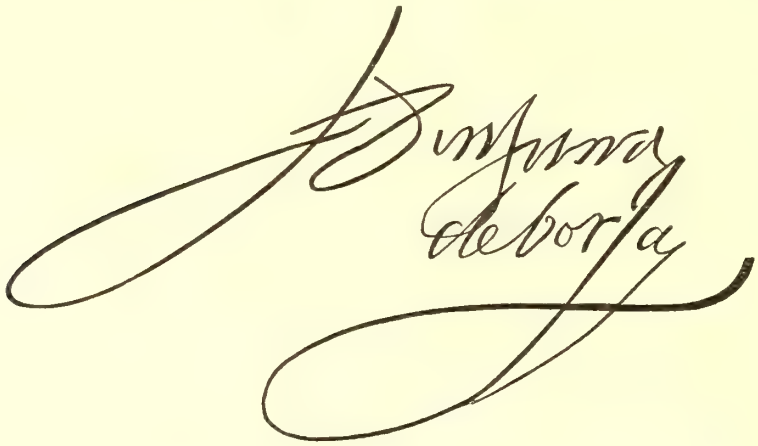
O n.º 23 é um bello pergaminho a vermelho e preto, com capital ornada. Foi dado em Colonia em 1579 por Beatriz de Stummel, abbadessa do Mosteiro dos Santos Macchabeos. Traz o autographo e sello de cera.

Passaremos ao n.º 42, que é um bello pergaminho. Carta escripta em hespanhol, dada em S. Lourenço em 1587, pela imperatriz Maria, rainha da Hungria e da Bohemia, infanta de Hespanha, archiduqueza de Austria, duqueza de Borgonha e condessa de Tirol, ao seu mordomo-mór D. João de Borja, enviando reliquias de S. Gregorio Thaumaturgo, de S. Roque e de Santa Barbara. Tem a assignatura autographa e o sello real pendente.

Os n.os 43 e 47 são documentos escriptos em papel, datados de 1581.

O n.º 69 contém o autographo do padre Manuel de Siqueira, preposito da Casa de S. Roque, 1594.

Finalmente o n.º 76, enviando uma costella dos santos innocentes martyres, é uma carta do proprio doador D. João de Borja, por elle assignada e



**Fac-simile da assignatura de D. João de Borja**

Calco da que subscreve a carta autographa que constitue o documento n.º 76 da collecção das authenticas)

sellada com o sello, que infelizmente se acha esmagado e obliterado, percebendo-se apenas o desenho da corôa. Esta carta é do teor seguinte:

«Don Juan de Borja Conde de Mayalde, Mayordomo mayor dela Emperatris mia señora, digo que yo he dado alos padres desa Compania de Jesus de la Casa de S. Roque de la Ciudad de Lisboa una costilla de los sanctos ninos Innocentes, laqual huue en Alemania de lugar donde era teuda, y venerada portal de muchos años atras y para que conste desta verdad, y la dicta Sancta Reliquia pueda ser puesta en lugar publico y venerada portal de los fieles Christianos, di esta fe y testimonio firmado de mi mano y sellado con mi sello en Madrid a cinco de noviembre de mill y quinientos y noventa y seis años (assignado e sellado).—*D. Juan de Borja.*»

Como já dissemos, o actual Provedor ordenou, por occasião da celebração do IV centenario da Misericordia, que estas reliquias fossem dispostas em mostruarios nas duas capellas do cruzeiro, ficando assim convenientemente exposta á admiração publica esta preciosa e historica collecção, formada por muitos relicarios, que são verdadeiros specimens de arte e de archeologia, fazendo lembrar o curioso sanctuario de reliquias do grandioso templo de Alcobaça.

## A torre e os sinos

A poente da egreja, sobre a rua hoje denominada de S. Pedro de Alcantara e antigamente rua da Torre de S. Roque, ergue-se a torre da egreja que dava o nome á rua. É de fórma quadrangular, com quatro grandes sineiras e sobre ellas um eirado. Sobe-se á torre por uma escada de pedra, em espiral, e do patamar das sineiras para o eirado superior por uma escada de madeira.

O panorama que se desfructa do cimo da torre é admiravel. N'uma altura muito superior á cruz, que sobrepuja o frontão da egreja, e desaffrontada toda em derredor, a torre com seu eirado domina a grande cidade e d'alli se avista um formosissimo quadro desde as serras de Monsanto e de Montachique, ao longe, até aos areeiros de Sacavem, até Palmella e pelo Tejo abaixo até aos bellos montes da sua margem de além.

Por baixo, em plano muito inferior, as ruas do bairro alto, a bonita alameda de S. Pedro de Alcantara, os telhados da casaria densa e apinhada, e mais perto ainda o enorme edificio da egreja e das dependencias da Miseri-

cordia. D'alli se avalia bem a grandiosidade do templo seiscentista, pela enorme extensão do seu telhado, cujas abas medem 1:500 metros quadrados de superficie. Este eirado, onde se acha armado um grande numero de postes telegraphicos, fica muito superior ao extenso varandim de rotulas que corre ao norte da egreja, sobre o cruzeiro, ao nivel das linhas das asnas do telhado, varandim a que nos referimos na nota 2 de pag. 191.

O relogio da torre não tem mostrador e está alojado n'uma camara abaixo do patamar dos sinos. Ao lado da casa do relogio ha uns quartos, onde antigamente se dava morada ao sineiro.

Volvamos agora a nossa attenção para os sinos.

O sino que está na sineira voltada ao Nascente, isto é, que deita sobre a egreja, tem na orla inferior e na face externa o distico:

JOZE DOMINGVES DA COSTA
OFES EM LISBOA NO ANNO DE 1791

D'este lado tem uma cruz em relevo, e do lado opposto, que diz para dentro da torre, as armas reaes.

O sino que fica á parte do Norte é mais pequeno e não tem dizer nem ornamento algum.

No sino que está na sineira ao Sul, e que serve para dar as horas, lê-se na cinta superior:

YN *(sic)* + OMNEM + TERRAM + EXIVIT + SONVS
+ FRANCISCO + CARVALHO + ME FESS + 1689.

Pelo lado que fica voltado para fóra as armas reaes, e por baixo:

S + F. XAV.

Pelo lado de dentro, abaixo da cinta superior:

IHS

Este sino, segundo tradição oral dos sineiros, veiu de Mafra, onde não poude servir. Chamam-lhe o *Ensina-Mestres*.

No sino do lado do Poente lê-se adeante de uma mão o seguinte:

EX — DONO — SERENISS — AEG — JOAN V — LAUDEMVS — DEVM
— IN — CIMBALIS — BENESONANTIBVS — DIASM *(sic)*.

e na cinta inferior na face que volta para a rua:

LEVACHE — ME — F. ANNO — DOMINI MDCCXXXVIII

Pelo lado de fóra uma grande cruz e pelo lado de dentro um pequeno medalhão.

Tem a torre uma sineta dos quartos, sem inscripção alguma, a que chamam a *Garrida,* e a sineta que serve para chamar á missa. N'esta e na cinta inferior lê-se:

SANTOS JOZE NIHOVL ME FE ANNO 1741

Na primeira cinta ou faixa superior lê-se:

B • B • RITÆ ET • QUITÆRIÆ • IN • MONVMENTVM ÆRE

Na segunda faixa de cima lê-se:

PERENNIVS • D • O • C • M • S • M • E • M • O •

Pela frente tem uma cruz e pela face opposta uma figura.

Os dois sinos das sineiras do Sul e Poente são de grandes dimensões, tendo na bocca, de diametro, $1^{m},30$.

## Confrarias

Já indicámos, quando transcrevemos o decreto pombalino da doação do edificio e egreja, quaes eram as confrarias erectas na egreja de S. Roque, as quaes foram extinctas e seus bens incorporados nos da Misericordia. Só ficou a de S. Roque, que ainda existe. Algumas das extinctas confrarias, se não todas, eram riquissimas, possuidoras de grande numero de propriedades, fóros e bens. Percorrendo as velhas ruas dos bairros orientaes da cidade é frequente vêr sobre as portas das casas, em pequenas lapides, a designação ou consignação de qualquer onus á confraria de Nossa Senhora da Doutrina ou de Nossa Senhora da Boamorte, erectas na Casa de S. Roque. Da confraria de Jesus Maria José existem na Santa Casa os estatutos manuscriptos.

Era tal a ascendencia que a Companhia de Jesus adquirira no paiz que até as confrarias da sua egreja participavam d'essa influencia. Comprova este

asserto o vêr-se, segundo uma tabella de 1742 publicada no *Archivo Municipal*[1] de 1860, em que se determina a ordem do prestito na procissão do Corpus Christi da cidade, que, logo a seguir ás bandeiras dos officios, pelas quaes abria a marcha, e em seguida ao S. Jorge e ao seu estado maior, vinham, em primeiro logar, d'entre centenas de irmandades, as da Casa professa de S. Roque. A irmandade da Misericordia vinha muito depois na ordem do cortejo.

Ao tempo do terremoto existia na egreja de S. Roque, não sabemos em que capella, a famosa irmandade de Santa Cecilia, constituida por todos os individuos que exerciam a profissão de musicos. O compromisso foi approvado por alvará de 15 de novembro de 1760.[2]

Esta irmandade existiu na egreja de Santa Justa e está presentemente nos Martyres. Era denominada a irmandade dos *cantores e instrumentistas.*

Com respeito á confraria da Doutrina, diz-nos o citado codice 207, em outra pequena memoria incompleta, foi instituida com o fim de chamar a si os mancebos solteiros, obreiros dos officiaes de todos os officios, livrando-os assim dos perigos que podiam correr. As suas insignias eram uma cartilha e uma corôa de contas. Assim as usavam na capella, nas suas imagens e nos seus guiões e ornamentos.[3]

Com respeito á liquidação dos bens da extincta confraria vimos tambem o seguinte curioso documento:

«S. M. ordena que V. M. m.de entregar a Reliquia de S.to Lenho, q̃ se acha em uma custodia cravejada de diamantes e outras Pedras, com o espaldar de prata que tem e o mais q̃ lhe pertencer q̃ era da Confraria extincta de N. Sr.a da Doutrina, comprehendida no inventario que tenho feito, de q̃ V. M. he inventariante e foi juiz da mesma Confraria p.a o d.o Snr lhe mandar dar o destino q̃ fôr servido emq.to se não remette tudo o mais p.a o erario Regio na fr.a do Decreto. Ficando esta ordem p.a sua salva interinam.te D.s G.e a V. M. Junqr.a 4 de Julho de 1770. (a) *José A. d'Olivr.a Machado.— S.or Luiz Rodrigues.*»[4]

Ácerca da confraria da Boa Morte depararam-se-nos as seguintes informações em uma noticia impressa intitulada: —*Obrigações, regras, interesses e thesouro de graças e indulgencias concedidas aos Irmãos Congregados de N. S.a da Conceição, Bom Successo dos Agonisantes & Boa Morte.* Lisboa. Officina Real

---

[1] Pag. 589.

[2] Vem no vol. XVIII da *Legislação Pombalina*, collecção da Academia Real das Sciencias.

[3] Intitula-se a memoria: *Noticia circumstanciada das festas e procissões e actos do culto da Confraria da Doutrina.*

[4] Era o juiz da confraria.

Deslandesiana. 1714. 8 pag.[1] Diz este folheto:—«O seu fim ou empreza era exercitar a mayor charidade com os que estão nas angustias da morte, cada hum conforme seu estado, deve acodir, no que puder, aos moribundos, fazendo que lhes não faltem os sacramentos & soccorros espirituaes & tambem diligenceando para os agonizantes pobres algumas esmolas com que temporalmente sejam soccorridos. E inculcarão a todos esta mesma devoção & exercicio de charidade.»

## Collegiada

O regulamento da capella da Santa Casa foi ordenado pelo alvará de 31 de janeiro de 1775, reduzindo-se então as 142 capellas e dois côros que antes existiam[2] nas egrejas do Hospital e Misericordia a uma collegiada de 24 capellães e um só côro, em conformidade com a bulla de Pio VI. A moderna commutação de legados, pelo rescripto de 7 de maio de 1874 e portaria de 18 de dezembro de 1875, reduziu este numero a 18 capellães. Reune-se a collegiada para as festividades da semana santa, para os tres lausperennes da Visitação de S. Pedro de Alcantara e de S. Francisco Xavier, para o *Te-Deum* do Natal e officios de defunctos de D. Manuel, D. Leonor, Irmandade e Padecentes. Tem cada um d'estes capellães a obrigação de dizer na egreja ou dependencias da Misericordia dez missas cada mez, o que faz com que hoje se digam 180 missas rezadas ou 2:160 missas por anno.

## Solemnidades

Entre as particulares devoções da egreja conta-se a de receber o Senhor dos Passos da Graça na noite que precede o dia da procissão que novamente o conduz á egreja da Graça, d'onde sahiu.

É antiquissimo o uso d'esta procissão, instituida, segundo parece, em 1586,[3] pelo Pintor Santo, Luiz Alvares de Andrade.

---

[1] Folheto n.º 560 da Collecção Olisiponiana, do sr. visconde de Castilho.

[2] *Relatorio do Provedor principal Lancastre,* de 8 de setembro de 1827; a fl. 139 do *Livro* VIII *de Avisos, Decretos,* etc.

[3] Encontra-se curiosa noticia historica d'esta procissão em um artigo de Antonio da Silva Tullio, na *Revista Universal Lisbonense,* de 1843, pag. 337; a pag. 190 do vol. II do *Dicciona-*

No dia da procissão recebe ordinariamente esta egreja a visita das pessoas reaes, sendo as honras da casa ordinariamente feitas pelos membros da sua administração, revestidos das becas negras e das respectivas insignias.

Ácerca d'esta antiquissima procissão merecem lêr-se as notas curiosissimas que se encontram na *Lisboa de outros tempos*, vol. II, pag. 110, ácerca de um Maximo, mestre cordoeiro, que fazia annualmente a corda para a cintura do Senhor dos Passos, e nas *Amantes de D. João V*, do sr. Alberto Pimentel, ácerca dos donativos de D. João V e de um rico resplandor com que presenteou a imagem o primeiro duque de Lafões.[1]

O auctor do *Summario de Varia historia* dá-nos noticia de outras festividades ou procissões curiosissimas que se realisavam em S. Roque. Segundo essa noticia, os padres Jesuitas, no intuito de desviar o povo dos brinquedos carnavalescos, inventaram o uso do jubileo das 40 horas, que introduziram em Lisboa em 1608 e durou até 1708. Constava de festas esplendorosas na egreja de S. Roque (ás quaes chegou a haver uma concorrencia de 20:000 pessoas, segundo dizem), de confissões, exposição do sacramento e procissões. A do domingo era feita pelos meninos das escholas de lêr e escrever, acompanhados pelos mestres, e dirigidos pelo padre que em S. Roque dirigia a doutrina. Na segunda feira sahia a procissão do collegio de Santo Antão, formada pelos alumnos, levando cada classe um andor ou charola. Na terça feira a procissão era feita pelos irmãos da Congregação da Doutrina da egreja de S. Roque, levando a imagem em andor de prata, e percorrendo com ella diversas ruas. Mais tarde só se fazia a procissão da terça feira, formada pelas irmandades e confrarias da Casa professa, e padres e collegiaes de Santo Antão. O rei e a côrte assistiam ao desfile.[2]

O codice 4:491, que temos citado, diz:—«na terça feira, das 4 horas, á tarde, ordenam hua procissão que saindo de S. Roque corre grande parte da cidade, obviando alguas solturas que costuma haver nos dias proximos á quaresma.»

Estas procissões sahiam de S. Roque para a egreja da Misericordia e depois passaram a ir á Sé. Repetiam-se no dia 17 de julho, dia de Santo Aleixo. Os meninos iam formados em procissão, a dois e dois; o instituidor, o padre Ignacio Martins, para imitar os pobres da procissão de Santo Aleixo, muniu-os de cannas verdes; com o andar dos tempos passaram a trazer, em logar de

---

*rio abbreviado de Portugal*, de Almeida; no *Summario de Varia historia*, tomo I, pag. 224; no *Gabinete historico*, tomo III, pag. 223, e em Pinho Leal, tomo IV, pag. 241. Vidè tambem o folheto:—*Esboceto historico da veneranda imagem do Senhor Jesus dos Paços da Graça e templo da mesma invocação*. Lisboa, 1874.

[1] Vidè livro citado, pag. 210 e 237.

[2] Ribeiro Guimarães. *Summario*, tomo II, pag. 80.

cannas, armas de fogo, bastões e vélas; só as creanças mais pobres continuaram a trazer cannas verdes.

«Iam no prestito muitas diversidades de figuras a cavallo e andores e instrumentos, mas, diz o auctor de onde extrahimos estas noticias, occasionava isto muitas queixas: os paes dos meninos lastimavam-se (em 1750) das despesas a que os obrigava a procissão, outros de não poderem entrar n'essas despesas e não verem por isso figurar os filhos no prestito, até os hortelões se queixavam por lhes faltar o lucro das muitas cannas que vendiam no dia da procissão.

«Eram os jesuitas de S. Roque os que ordenavam e regiam a procissão inventada pelo padre Ignacio Martins, que se propoz a doutrinar os meninos, costumando a trazel-os em procissão pelas ruas.» [1]

Em 1622, a 30 de junho, celebraram-se na egreja de S. Roque grandes festividades pela canonisação dos Santos Ignacio de Loyola e Francisco Xavier, as quaes começaram por uma mascarada, acompanhada de repique de sinos, charamellas e trombetas, formada por 24 homens a cavallo, com mascaras, lançando motes ao povo, uma figura tragica com um pendão no qual se viam representados os retratos dos novos Santos, fogos, luminarias, representação de autos, etc.[2]

Em julho e agosto de 1716 solemnisou a egreja de S. Roque festivamente a beatificação de S. Francisco Regis. Collocaram os padres da Companhia o retrato do santo no altar-mór, cantaram *Te-Deum*, puzeram luminarias na egreja e casas vizinhas; á egreja vieram em visita 20 confrarias e ordens religiosas; houve sermões e procissão. Esta era precedida pelos clarins do senado, com libré e guião da congregação da Doutrina, seguido de 800 irmãos e 24 capellães; o guião de Nossa Senhora da Boa Morte, com seu andor de prata; depois o guião de Santa Quiteria, das congregações de Santo Antonio, dos Nobres, de S. Roque, e por fim a communidade da Companhia.[3]

---

[1] *Summario de varia historia*, tomo IV, pag. 235.

[2] Tudo se pode lêr no curioso folheto intitulado:

*Relaçam/geral/das festas qve fez/a Religião da Comp.ª de Jesus na/Provincia de Portugal, na canonização/dos gloriosos Sancto Ignacio de Lo/yola seu fundador & S. Francis/co Xavier Apostolo da/India oriental/no anno de 1622/I H S*/Em Lisboa/Por Pedro Craesbek. Imprensa delrey, anno 1623.

[3] Ficaram descriptas estas grandes festividades em um folheto coevo intitulado:

*Relaçam/das/festas/que/os P.es da Companhia de Jesu/da Casa Professa de S. Roque em a cidade/de Lisboa/Fizerão em a Beatificação do Beato Padre/São Francisco Regis/Sacerdote Pro-*

Em 1727, nos primeiros dias de agosto, para solemnizar as canonizações de S. Luiz Gonzaga e Estanislau Kotska, celebrou-se um oitavario em que tomou parte o patriarcha D. Thomaz de Almeida. As luminarias que se puzeram nas casas vizinhas accendiam-se ao toque de timbales e clarins. No fim das festas houve solemne procissão. Assistiram o rei, a rainha, o cardeal da Cunha, os embaixadores extrangeiros, etc.[1]

Por occasião do nascimento de principes e infantes fazia o senado da Camara de Lisboa procissão de graças, a qual sahia da Sé e ia até S. Roque, onde a Camara mandava pôr cadeiras para assistir á prégação.[2]

Em 1716 e em 1717, por exemplo, refere a *Gazeta de Lisboa,* terem-se effectuado procissões solemnes em acção de graças pelo bom successo da rainha e nascimento dos infantes. Estas procissões sahiam da Sé pela Tanoaria, rua Nova do Almada, Portas de Santa Catharina, rua larga de S. Roque, até á egreja da Casa professa da Companhia. Acompanhavam-as o cabido, o senado, os meninos orphãos, nove communidades de religiosos e os gremios dos officios mechanicos, levando cada um d'estes a imagem do seu patriarcha ou santo padroeiro—«em andores custosa e engenhosamente ornados».

Era a rainha muito particularmente devota dos Santos Ignacio e Francisco Xavier, por isso, logo no primeiro dia em que podia sahir, se dirigia a S. Roque, como fez, por exemplo, a 29 de agosto de 1714 e 17 de agosto de 1717, a offerecer o infante recemnascido a Deus, por intercessão de S. Francisco Xavier, e a assistir á festa do glorioso patriarcha Santo Ignacio, a quem dedicava grande affecto e devoção.[3]

Tendo-se commettido, em abril de 1715, um roubo e desacato na capella de S. Francisco Xavier, do collegio dos padres da Companhia de Jesus, em Setubal, o rei, em desaggravo d'este attentado—«vestindo-se de pesado lucto com toda a familia real e côrte, foi em procissão, no dia 15 de abril, da Sé de Lisboa, acompanhado dos infantes, do nuncio do papa, o embaixador de França e de toda a côrte, o cabido e todo o clero e religiões á egreja de S. Roque, com grande devoção e reverencia, se desaggravou do modo possivel

---

*fesso da mesma Companhia/Composta por hum seu devoto/I H S*/Lisboa/Na officina de Pascoal da Sylva/Imprensa de S. M./MDCCXVII.

[1] Leia-se o respectivo folheto descriptivo:

*Relaçam/das festas/da Casa Professa de S. Roque da Cida/de de Lisboa Occidental/nas/canonizaçoens/dos dous illustres Santos/Luis Gonzaga/e/Stanislau Koska da Companhia de Jesus/ I H S*/Lisboa occid./Na officina de Manuel Fernandes da Costa, imp. do Santo Officio. MDCCXXVIII.

[2] *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* tomo IX, pag. 153 e 323.

[3] *Idem,* tomo XI, pag. 14, 61 nota, 127, 134, 216 e 222.

a offensa do detestavel crime de lesa Majestade Divina, que a barbara cegueira havia commettido.»[1]

Em 1718, a instancias do patriarcha D. Thomaz de Almeida, teve principio em S. Roque o *Te-Deum* solemne de acção de graças, no dia ultimo do anno, concorrendo a esse acto as pessoas reaes e a côrte. Era celebrado a dois coros, pelos melhores musicos, alternando algumas vezes devotissimamente todos os estudantes do collegio de Santo Antão e o povo que enchia o templo. Depois do terremoto passou a celebrar-se na real capella do novo palacio d'Ajuda este *Te-Deum*, que ao presente se reza na Sé Cathedral.[2]

A cerimonia do Lava-pés pela Semana Santa foi sempre effectuada pelo Provedor emquanto existiu a irmandade. Depois que o Provedor é de nomeação do governo tem sido a cerimonia celebrada pelo padre thesoureiro, excepto no tempo do arcebispo de Palmyra, que sempre quiz presidir a ella.

Outra procissão ia, em tempo (1717), a S. Roque. Era a de S. Sebastião, advogado contra a peste. Esta procissão remonta ao anno de 1547, em que se fez em acção de graças por se ter a cidade livrado da peste em 1546. Era feita pela cidade. Sahia de S. Julião para S. Roque, por ser este santo tambem advogado contra a peste. N'esta ultima egreja havia sermão.[3]

Além d'estas solemnidades celebrava a egreja de S. Roque, depois de propriedade da Misericordia, as procissões da Senhora das Candeias em 2 de fevereiro, a de Domingo de Ramos, a das Endoenças e a do Enterro.

Ainda em tempo dos padres da Companhia festejava-se na egreja a Senhora dos Prazeres, na segunda feira seguinte ao domingo de Paschoela; armavam custosamente a egreja e rezavam vesperas, missas e grandes solemnidades. Posteriormente celebravam-se muitas festividades com missa e sermão, taes como a Circumcisão (janeiro 1), a Annunciação (março 25), a Paschoa do Espirito Santo (junho 7), a Visitação (que é o orago da Casa, a 2 de julho), a Natividade (setembro 8), a Conceição (dezembro 8) e o Natal.

Realizava-se tambem na egreja a festividade da Bulla da Santa Cruzada, com grande pompa, e com a assistencia da principal nobreza do reino, servindo n'ella os antigos coches da Casa Real.[4]

---

[1] *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo XI, pag. 99 nota, segundo a *Historia genealogica da Casa Real*, que cita.

[2] João Baptista de Castro, tomo V, pag. 432.

[3] *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo XI, pag. 173 e 175.

[4] Pinho Leal, tomo I, pag. 68.

## Tradições historicas

No pulpito da egreja de S. Roque, e no largo ou terreiro contiguo a ella, prégaram os mais illustres e famigerados prégadores. Alli prégou S. Francisco de Borja (na antiga ermida de S. Roque); alli prégou em 1642 o padre Antonio Vieira, que viveu na Casa professa, o sermão das *quarenta horas;*[1] alli prégou o celebre padre Ignacio Martins, tambem da Companhia de Jesus, mais conhecido pelo padre Ignacio da Cartilha, porque, como já dissemos, dava aula de leitura na capella de Nossa Senhora da Doutrina.

Alli prégou em 1727 o illustre bibliophilo e litterato D. José Barbosa os sermões da canonização de S. Luiz Gonzaga e de Santo Estanislau Kotska.

O padre D. Raphael Bluteau tambem alli prégou sermões que correm impressos na collecção intitulada *Primicias evangelicas.*

E quantos outros, quantos outros, esquecidos uns, outros desconhecidos, illustraram com as suas palavras mais ou menos fanatizadas, mais ou menos fluentes, a vetusta egreja de S. Roque!

El-rei D. Sebastião, refere o *Gabinete historico* relatando factos comprovativos da religiosidade d'aquelle principe, deu á Casa conventual de S. Roque um missal, no qual escrevera de seu punho estas palavras:—«Padres, rogae a Deus que me faça muito casto e muito zeloso de dilatar a sua santa Fé por todas as partes do Mundo.»[2]

Parece que tambem a torre da egreja serviu de theatro a importantes trabalhos scientificos, de que os padres da Companhia de Jesus eram assiduos e emeritos cultores. Queremos referir-nos ás observações astronomicas feitas no tempo de D. João V, e das quaes fala o erudito José Silvestre Ribeiro nos seguintes termos:

«O que ha de positivo é que el-rei D. João V teve inclinação para os estudos mathematicos, e especialmente para os de astronomia. Mandou vir de Italia alguns padres da Companhia de Jesus versados n'aquelle ramo de sciencias; bem como tambem mandou comprar alguns instrumentos para observa-

---

[1] Collecção dos *Sermões,* tomo VIII, pag. 353.

[2] *Gabinete historico,* tomo II, pag. 284.

ções astronomicas, *e algumas d'estas se fizeram na casa professa de S. Roque em Lisboa, onde se improvisou um observatorio.*»[1]

Estes italianos foram os padres João Baptista Carbone e Domingos Capaci, napolitanos, que chegaram a Lisboa em 19 de setembro de 1722, e a quem já nos referimos, tratando da influencia que o primeiro exerceu na edificação da capella de S. João Baptista.[2] Eram professores de mathematica e de astronomia. Para os seus trabalhos, diz o *Gabinete historico,* mandou D. João V erigir no collegio de Santo Antão um observatorio astronomico.[3]

**Fac-simile da assignatura de João Baptista Carbone**

(Calco da que subscreve uma carta datada de 3 de junho de 1714)

«Mandou vir de Italia dois insignes mathematicos, que forão os padres João Bautista Carbone e Domingos Capaci, da Companhia, ambos naturaes do reino de Napoles, que a 19 de setembro de 1722 chegarão a Lisboa, e havendo-se empregado em fazer varias observações astronomicas com grande estudo, conseguirão applauso da corte, e satisfação delRey, as quaes se imprimirão, e participarão ás Nações estrangeiras, de quem foram estimadas pela sua exacção; mandou-lhe ElRey buscar todos os instrumentos, que podião ser necessarios para as operações, a que assistiu a sua Real pessoa, observando scientificamente os movimentos dos astros, os eclypses do sol e da Lua, etc. ...mandou fazer hum excellente observatorio no Collegio de Santo Antão e nelle depositou este scientifico thesouro, entregue á vigilancia do douto Padre Carbone, em quem, além do scientifico da sua profissão, concorrem virtudes e erudição que o fazem benemerito delRey se servir de sua pessoa, e sempre da sua assistencia.»[4]

---

[1] *O Real Observatorio Astronomico de Lisboa. Noticia historica e descriptiva,* por José Silvestre Ribeiro. Lisboa, 1871, pag. 57.

[2] Na nota 6 a pag. 207.

[3] Tomo XI, pag. 340 e 341. Ácerca das observações astronomicas dos Jesuitas, no collegio de Evora, leia-se o que refere o erudito escriptor eborense sr. Antonio Francisco Barata no *Manuelinho de Evora,* pag. 115.

[4] *Historia genealogica,* tomo VIII, pag. 269 e 270. Vidè *Elogio do padre João Baptista Carbone,* composto por Fernando Antonio da Costa Barbosa. Lisboa, 1751. Officina de Francisco Luiz Ameno.

O padre Capaci correu o paiz em estudos, e em 1729 foi ao Brasil ordenar a carta geographica, no que foi auxilial-o o padre Diogo Soares, da Companhia. Capaci falleceu em 1740.[1]

Em 1769, como tivesse ardido a Patriarchal, no dia 10 de maio, ficando sem egreja a Basilica, passaram os officios a celebrar-se na egreja de S. Roque, permanecendo alli sete dias, até que foram transferidos para o convento de S. Bento.[2]

Em 24 de setembro de 1805 celebrou-se com grande pompa na egreja de S. Roque a instituição da real Ordem de Santa Isabel, sendo o sermão (que corre impresso, em Lisboa, 1819) prégado pelo padre José Agostinho de Macedo. Em 1813 prégou alli este mesmo illustre orador sagrado o sermão de quarta feira de Cinza no dia 3 de março. O sermão corre tambem impresso em folheto in-8.º Lisboa, 1827.

Em 1828 reuniu na egreja de S. Roque o estado da nobreza, convocado por D. Miguel.[3]

Em 15 de fevereiro de 1878 celebraram-se na egreja exequias por alma de Pio IX, e em 25 do mesmo mez o solemne *Te-Deum* pelo advento do novo pontifice Leão XIII.[4]

No dia 24 de janeiro de 1889 rezaram-se exequias solemnes do fallecido Provedor Paulo Midosi.

Em 19 de dezembro de 1889 mandava o Provedor dr. Thomaz de Carvalho realizar na egreja de S. Roque exequias solemnes—«para suffragar a alma d'el-rei D. Luiz I, de saudosa memoria, como ultimo testemunho do seu respeito.»

Em 1894 a irmandade de S. Roque festejou com grande pompa o orago da sua capella, fazendo-se vistosas illuminações na frontaria da egreja, no largo e rua larga, festejos a que adheriu a população do sitio de S. Roque.[5]

---

[1] *Historia genealogica,* tomo VIII, pag. 271.
[2] *Ribeira de Lisboa,* pag. 423, e *Gabinete historico,* tomo X, pag. 151.
[3] *Registo de decretos, avisos e ordens,* liv. VIII, fl. 161 v.
[4] Acta de 7 de março de 1878.
[5] Idem de 22 de agosto de 1894.

Finalmente no dia 21 de agosto de 1898, por ordem da Mesa, celebrou-se na egreja de S. Roque o solemne *Te-Deum* commemorativo do IV centenario da Misericordia de Lisboa, sendo celebrante o arcebispo de Mytilene e prégador o rev. Garcia Diniz, com a presença de el-rei, do governo e de uma assistencia selecta e numerosa. Seguidamente foi inaugurada na sacristia da egreja a exposição de alfaias da capella de S. João Baptista e da Misericordia.

## II

## A antiga Casa professa, hoje séde da Administração

### Salas — Quadros — Azulejos

Immediato á egreja fica o vasto edificio onde hoje se acham accommodados todos os serviços de administração e de beneficencia da Santa Casa. Á antiga portaria, revestida de azulejos antigos, formando quadros diversos, segue-se o corredor, antigo claustro, onde em lapides, nas paredes, mandou a Mesa gravar os nomes dos bemfeitores do estabelecimento; e, tanto no pavimento do rez do chão como no do primeiro andar, as salas destinadas aos serviços administrativos: secretaria, thesouraria, loterias e diversas outras repartições.

Respiram todas estas salas, modificadas e transformadas por mil differentes fórmas, a velha tradição jesuitica da Companhia poderosa que alli assentara seus arraiaes, e alli combinara no segredo de seus conclaves os arrojados planos da sua dominação, que chegou a ser quasi omnipotente.

Era tal a importancia da Casa professa que foram as suas salas as escolhidas para n'ellas se reunirem por mais de uma vez os congressos do estado da nobreza do reino. Assim succedeu em 1668 quando se convocaram as côrtes geraes: o estado do povo reuniu em S. Francisco, e o do clero em S. Domingos. A nobreza, que era a esse tempo o estado mais privilegiado, preferiu a Casa da Companhia de Jesus.[1]

D. Pedro II, como demonstração do apreço e estima em que tinha os padres da Companhia, instituiu na Casa professa uma Junta de Missões.[2]

---

[1] *Gabinete historico*, tomo IV, pag. 336

[2] *Idem*, tomo V, pag. 273.

Longe iriamos, e fóra do nosso proposito, historiando todos os factos memoraveis dos annaes da Casa professa, pois tanto valeria o escrever a chronica da Companhia de Jesus.

Depois, porém, que o vasto edificio foi occupado, desde o 1.º de julho de 1769, pela Misericordia, já as salas do edificio foram honradas em 1828 com a reunião do Estado da nobreza; em 1835 com a reunião da Sociedade de Medicina, que n'ellas realizava suas sessões; e n'esse mesmo anno, segundo a portaria de 27 de junho, com as reuniões do Conselho geral de beneficencia.

Na sala da Mesa e gabinete do Provedor admiram-se, entre outros, tres magnificos quadros.

Tem o primeiro logar o grande quadro pintado em madeira, que representa o *Casamento d'el-rei D. Manuel.*

Em 1889 o sr. Vavassous Earles, de Londres, pediu á Administração da Misericordia uma photographia d'este quadro. A Mesa resolveu acceder ao pedido, mandando primeiro limpar e restaurar[1] o quadro, do que encarregou o pintor sr. Nunes Prieto.[2]

Em seguida foi o quadro photographado pelo artista Muñiz Martinez, que depois enviou á Mesa doze exemplares para serem vendidos por conta da Casa.[3]

Ácerca d'este notavel quadro escreveu o abbade Castro um folheto intitulado: *Resumo historico sobre o quadro a oleo representando o acto do casamento d'El-Rei D. Manuel com a senhora D. Leonor.* Lisboa, Typographia Universal, 1881, 6 pag., in-8.º

Em um valioso artigo publicado na *Arte portugueza,* n.º 6, de 1895, diz-nos o sr. Gabriel Pereira que D. Alvaro da Costa, que foi Provedor da irmandade, encommendou a pintura d'elle ao toledano Blas del Prado, discipulo de Pedro Berruguete.[4] Não será talvez muito digna de confiança esta attribuição de Guarienti. A opinião dos mais entendidos julgadores e artistas é de que o

---

[1] O quadro havia já sido restaurado em 1861 por ordem do Provedor visconde de Benagazil. (Artigo do sr. Gabriel Pereira, adeante citado.)

[2] Acta de 6 de fevereiro de 1889.

[3] *Livro das actas de 1889,* fl. 11, e *Registo de cartas,* liv. 23, fl. 58.

[4] Baseando por certo esta opinião no que diz Raczynski a pag. 317 do seu livro *Les Arts en Portugal,* que cita o *Abecedario pictorico* de Pellegrin Antonio Orlandi, augmentado por P. Guarienti, Veneza, 1753. Blas del Prado nasceu em Toledo em 1497 e morreu pelos annos de 1564. Era retratista eximio. Deixou grande numero de quadros. *(Apud Catalogo del museo de pintura de Madrid,* na noticia ácerca do quadro n.º 170.) Cean Bermudez, no *Diccionario historico,* 1800, tomo IV, pag. 116, diz que uns lhe attribuem a morte em 1557, outros em 1593. Não relata que elle viesse a Portugal, nem se refere a este quadro.

O TERCEIRO CASAMENTO DE D. MANUEL

QUADRO EM MADEIRA, SECULO XVI. MISERICORDIA DE LISBOA

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

quadro se filia de uma maneira perfeitamente definida na antiga eschola portugueza de pintura, outr'ora attribuida ao lendario Grão Vasco.

É um magnifico specimen de quadro de costumes. Tem doze figuras, todas ellas consideradas como verdadeiros retratos. No primeiro plano estão D. Manuel e D. Leonor; o sacerdote deve ser D. Martinho da Costa, arcebispo de Lisboa, e ao fundo vê-se o Provedor D. Alvaro da Costa, com o manto de cavalleiro da ordem militar de Christo, sobre o qual em lettras douradas se lê:

D. ALVARO DA COSTA, PRIMEIRO PROVEDOR D'ESTA CASA

Ignora-se qual a milagrosa fórma por que escapou ao terremoto esta preciosidade artistica, da qual teem sido copiados os retratos das personagens que n'ella figuram.

Na publicação artistica intitulada *Albuns do centenario, trechos de arte manuelina,* encontra-se o retrato de D. Manuel, reproduzido pela photogravura, segundo o original d'este quadro.

Os retratos de D. Alvaro, do arcebispo D. Martinho da Costa, do rei D. Manuel e da rainha D. Leonor, dados á estampa em varias publicações illustradas, teem sido copiados d'esta antiquissima pintura.

O lettreiro da figura de D. Alvaro da Costa traz-nos á tela da discussão um assumpto mal averiguado, e para o qual não encontrámos elementos de segura e positiva resolução. Na lista dos Provedores, que adeante publicamos, não figura este fidalgo como primeiro Provedor; começa essa relação no anno de 1533, o que nos leva a crer que D. Alvaro teria sido Provedor em tempo de el-rei D. Manuel, que tanto o distinguia, ou dentro do periodo que decorre desde 1505, morte de fr. Miguel Contreiras, até 1521, ou d'ahi até 1533. Não pode ser exacta a explicação dada pelo sr. Gabriel Pereira, no citado artigo, de ter sido o *primeiro* Provedor depois que a irmandade tomou posse do novo edificio, porque a inscripção do portal existente no Museu do Carmo attesta, assim como a lista que publicamos, que áquelle tempo o Provedor era D. Pedro de Moura.

Vejamos agora, recorrendo a velhos livros de genealogias, porque os chronistas e historiadores apenas lhe fazem leves referencias, o que pudemos apurar ácerca d'este D. Alvaro da Costa, tão querido de el-rei D. Manuel, que o elevou ás mais altas categorias da sua côrte e o escolheu para medianeiro de seus casamentos e dos de seus filhos.

A noticia mais completa que a seu respeito encontrámos no [1] — *Livro de ge-*

[1] *Codice manuscripto,* da Bibliotheca Nacional, C-3-13.

*nealogia da familia dos Costas*, por Manuel Alvares Pedrosa (genealogista que escreveu em 1705), é ainda assim bastante confusa, e nada positiva com relação a datas de que tanto necessitavamos para restabelecer este ponto duvidoso da nossa chronica.

Diz o genealogista:

«Alvaro da Costa filho deste Martim Roiz de Lemos (§ 1.º) tomou o appellido de Costa de sua mãe e dizem que o Cardeal D. Jorge da Costa, seu tio, o trouxe á Côrte, mas não nos consta que lhe fizesse ou alcançasse alguma graça ou favor, sendo seu parente, como fez a outros e a mais que o não eram. Serviu a El-Rey D. Manuel de seu Guarda-Roupa, em seus principios, e por suas boas partes foi d'elle mais estimado, e favorecido e teve com elle muita auctoridade e valia e fiou d'elle negocios de grande consideração e de que deo sempre boa conta como escreve Francisco de Andrade na *Chronica de El-Rey D. João III*, 1.ª parte do cap. 2.º (Dec.ª 3.ª de Barros, L.º 5, cap. 8, fl. 140 v.)

«Mandou-o El-Rey a Castella por seu embaixador ao imperador Carlos 5.º no anno de 1517 a tratar o casamento de sua 3.ª mulher a Rainha D. Leonor, irmãa do Emperador e a recebeo em nome de El-Rey em Saragoça como diz Damian de Goez na sua Chronica (4.ª parte, cap. 33). Elle fez outros muitos serviços pellos quaes El-Rey lhe deu o Dom que n'aquelle tempo era cousa muy honorifica e serviu tempos de seu camareiro-mór e lhe deu o officio de Armeiro-mór que deixou a seu filho D. Duarte da Costa, que está em seus descendentes e o de veedor da Fazenda da dita Raynha D. Leonor. E porque viveu depois destes Srs. nam mais que dous annos nam alcançou maiores premios. E se disse que El-Rey lhe tinha passado um Alvará em que o fazia Marquez da Villa de Pancas que nunca appareceu. Pelo falecimento de El-Rey se retirou a Evora a cuja Misericordia deixou 100$000 réis de juro e morreu n'aquella cidade e está enterrado na capella do mosteiro de N. Sr.ª do Paraiso que comprou ás freiras para sua sepultura. E o que não pouco o illustrou e o que muito devem estimar seus descendentes é haver sido o primeiro Provedor que teve a Santa Casa da Misericordia de Lisboa e o que fez e ordenou os Santos institutos porque se governa. Em gratificação do que teve muitos annos o seu retrato na capella mór da dita Casa, donde depois o passaram para a Casa do despacho aonde já não apparece nem ha memoria sua, não sey se por descuido de seus successores no ministerio se por incuria dos de seu sangue, que huma e outra cousa he para lastimar. Foi Alvaro da Costa commendador de S. Vicente da Beira, na ordem de Avis, com o habito de Christo com o qual se via no dito seu retrato e o que (juntamente com o dr. Diogo Pacheco, desembargador da Casa da Supplicação) ajustou os contractos

do casamento de D. Beatriz, filha d'El-Rey D. Manuel para haver de casar com o duque de Saboya (Carlos Manuel, 1522) como se vê da *Chronica do Rey* (4.ª parte, cap. 7.º).

«Casou com Beatriz de Payva, que despois foi ama d'El-Rey D. João III, a qual por se lhe secar o leyte por certa enfermidade pediu seu marido a El-Rey D. Manuel que em seu logar acceitasse a sua cunhada Felipa de Abreu, mulher de Bartholomeu de Payva, como acceitou, por Ama (Manuel de Faria e Sousa nas notas ao conde D. Pedro, plana 187) e se refere na *Chronica d'El-Rey D. João III,* parte 1.ª, cap. 2.º»

Foi elle quem em Saragoça, em 1517, procurou dissuadir o imperador D. Carlos e o nosso illustre compatriota e navegador Fernão de Magalhães de celebrarem o famoso contracto de navegação; foram inuteis os seus esforços, do que deu parte a el-rei D. Manuel.[1]

Outro genealogista que d'elle se occupa assigna-lhe como data do fallecimento o anno de 1535, e accrescenta:

«D. João III, apesar de não lhe ter boa vontade em razão de ser o tratador do casamento de D. Leonor, acabou o seu conselho. Tendo sepultura em Evora, na capella-mór do lado da epistola, foi sepultado no capitulo de S. Francisco de Xabregas porque morreu em Lisboa e alli descansa com sua mulher D. Isabel de Payva.»[2]

Ainda outro genealogista, que escreveu em 1710, confirma ter sido D. Alvaro da Costa o primeiro Provedor da Misericordia de Lisboa, dizendo:

«...teve a commenda de seu pay mas devia tela com o habito de Xp.to q̃ com elle está pintado na Miz.ª de Lx.ª da q.l foi o pr.ro Prov.or.»

Com relação á sua morte e sepultura accrescenta que:

«...realisado o casamento lhe deu (El-rey) o dom, fez veador da R.ª e por viver só dois annos depois lhe não deu mais, etc... e que por morte d'el-rei se retirou a Evora, a cuja Misericordia deu 100$000 réis de juro na cidade e jaz na capella-mór de Nossa Senhora do Paraiso, que comprou ás freiras.»[3]

---

[1] *Damião de Goes,* parte IV, cap. XXXVII.

[2] *Noticia feita por o bispo da Guarda D. José Antonio Pinto de Mendonça Arraes,* colligida por Barbosa Canaes. *Codice manuscripto* D-6-14.

[1] Manuel de Carvalho e Athayde, *Familias de Portugal,* 1701 e 1702 até 1710. Manuscripto n.º 348 da *Collecção Pombalina,* fl. 5:658, tomo IV, lettra C.

Fica assim indecisa a data de sua morte e o logar do fallecimento, sendo, porém, indubitavel que tinha o seu magnifico mausoleu em Evora, no convento do Paraiso, como adeante diremos. Nos numerosos documentos que existem nos livros das *Chancellarias* da Torre do Tombo, quasi todos relativos a tenças e pensões que lhe foram concedidas, não se encontra noticia das datas do seu nascimento e fallecimento.

Foi D. Alvaro da Costa ascendente da maior parte da nobreza do reino. De sua mulher, Beatriz de Paiva, houve os seguintes filhos:

1.º D. Gil Eannes da Costa, que foi homem celebre do reinado de D. João III e jaz sepultado no Mosteiro de Almoster. O primeiro filho d'este Gil Eannes, de nome D. Alvaro da Costa, por alcunha *o Queimado*, foi lettrado distincto, cursou em Coimbra theologia e esteve alguns annos em Roma. Foi deão da Sé da Guarda e capellão de el-rei D. João III em 1549. É talvez este o 5.º provedor da Misericordia, indicado na lista que publicamos, no anno de 1539–1540.

2.º D. Duarte da Costa, armeiro-mór do reino, desde 1522, presidente do senado de Lisboa, governador do Brasil (1557), cunhado da segunda mulher de D. Jayme de Bragança. Acompanhou a Infanta D. Brites, filha de D. Manuel, a Saboya (1552); deixou a seus descendentes o cargo de armeiro-mór, que n'elles se perpetuou, chegando a denominar-se os *Costas do armeiro-mór*.

3.º D. Manuel da Costa, que morreu mancebo (1532). Foi clerigo camareiro-mór do cardeal infante D. Affonso.

4.º D. Isabel, que foi mulher de D. Manuel de Sousa, senhor de Miranda, e tronco dos condes de Miranda.

5.º Parece ter tido outro filho, de nome Rodrigo, que falleceu creança.

São seus ultimos descendentes os Costas Sousas Macedos, familia que em nossos dias era constituida pelos quatro irmãos: D. João, duque de Albuquerque, que falleceu sem descendencia; D. Luiz (de quem são filhos o actual sr. conde de Mesquitella e o sr. D. Bernardo da Costa); D. Pedro, conde de Villa Franca, nosso ministro em Hespanha (com seus filhos D. Luiz, que falleceu consul, e o sr. D. João, medico, engenheiro e lente da Eschola Polytechnica), e finalmente D. Antonio da Costa (fallecido sem successão).

Os Costas, até este ultimo fidalgo, duque de Albuquerque, conservaram na côrte a dignidade de *armeiros-móres,* continuada nos seus dois successores.

Na Exposição de Arte Ornamental, sala E, n.º 9, como se vê do respectivo catalogo a pag. 385, figurou um —*Livro de armas, dos reis, principes e familias nobres, em pergaminho, em folio, ricamente illuminado, assignado pelo rei de armas de Portugal, a 15 de agosto de 1509.*

Este codice, que por certo era o do armeiro-mór, seria o mesmo que existiu na livraria de D. Manuel, sob n.º 7, descripto pelo sr. Sousa Viterbo a pag. 12 do seu minucioso estudo intitulado—*A livraria real de D. Manuel.*

Este soberano, que mandou a diversas côrtes da Europa o seu rei de armas Antonio Rodrigues para estudar assumptos relativos aos officiaes da nobreza, mandou tambem compilar aquelle precioso codice, em pergaminho, com os brazões d'armas illuminados e dourados, e confiou-o ao seu armeiro-mór D. Alvaro da Costa, que o transmittiu aos seus successores no cargo. Acha-se hoje em poder de el-Rei.

Quanto á sepultura de D. Alvaro sabemos o seguinte:

O mosteiro de Nossa Senhora do Paraiso, da cidade de Evora, foi fundado em 1460 por tres irmãs da familia Galvão, religiosas terceiras dominicanas;[1] teve um grande protector em D. Alvaro da Costa, e em agradecimento aos beneficios recebidos deram-lhe o titulo de *padroeiro.*

«...Sobre a entrada da egreja está o brasão de D. Alvaro da Costa; talvez por ser o padroeiro—Costa—é a abobada do templo artezoada em costellas;[2] nos pontos onde os arcos parallelos cortam a linha média ha florões lavrados e pintados. Azulejos antigos interessantes, lisos, com desenhos de arabescos, revestem parte das paredes; os do tumulo de D. Alvaro devem ser da epocha do ediculo, 1536. Este tumulo está na capella-mór; é um formoso exemplar do estylo renascença, mostrando a variante de ter nos medalhões os bustos mui salientes e vasados os fundos; na parte superior do elegante ediculo está a data 1535, e nos lados 1536. Na parede fronteira jazem tres filhos de D. Alvaro, Duarte, Manuel e Rodrigo, que morreram crianças.»[3]

---

[1] *Agiologio,* tomo II, pag. 285.

[2] As armas dos Costas são: «em campo vermelho, seis costas de prata, firmadas no escudo e postas em tres faxas, e por timbre duas costas das armas em aspa, atadas com uma fita vermelha.

[3] *Estudos eborenses. Conventos de freiras.* 1.ª parte, *Paraiso, Santa Clara, S. Bento.* Evora, 1886, por Gabriel Pereira.

O tumulo de D. Alvaro, por elle mandado fazer, ficava á parte da Epistola da capella-mór, e tem uma inscripção que diz:[1]

D. ALVARVS COSTA HVIVS
AEDIS PATRONVS·SIBI ET SVIS
VIVVS POSVIT. MDXXXV.

A sepultura de D. Manuel da Costa ficava do lado opposto da capella-mór, á parte do Evangelho, e tinha um lettreiro que dizia:[2]

SEPVLTVRA DE D. MANVEL DA COSTA,
CAMAREYRO DO INFANTE D. AFFONSO
FILHO DE D. ALVARO DA COSTA,
FALECEO A 3 DE JVLHO DE 1532

No baixo da capella-mór havia duas campas rasas em que jaziam o filho D. Duarte e o neto D. Francisco.[3]

Tendo cahido em ruinas o convento, e sido demolido, o governador civil de Evora officiou ao Provedor da Misericordia de Lisboa, em 16 de junho de 1900, e a Administração da Santa Casa em sessões de 5 e 26 de julho, depois de ter reconhecido por indagações a que procedeu ser aquelle monumento uma obra de arte digna de ser conservada, com a ossada que contém, em um dos edificios da Santa Casa, resolveu solicitar do Ministerio da Fazenda a entrega do sumptuoso e artistico mausoleu. Parece, porém, que estas diligencias ficaram infructiferas.

O mosteiro foi, tempo depois da morte da ultima freira (que foi a prioreza), mandado demolir pela direcção das obras publicas do districto, a fim de desaffrontar as ruas de Machede e Mendo Estevens (vulgo rua da Senhora da Cabeça), e a area que occupava será transformada em um vasto largo.

---

[1] *Agiologio,* tomo II, pag. 285. Assim vem tambem na citada *Collecção de epitaphios e inscripções,* tomo I, fl. 126.

[2] *Idem,* idem.

[3] Fr. Luiz de Sousa. *Historia de S. Domingos,* parte III, liv. I, cap. XIV, pag. 57, edição de 1767.

TUMULO DE D. ALVARO DA COSTA

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

As preciosidades que existiam no convento foram removidas umas para Lisboa outras para o Paço archiepiscopal; os livros e archivos ficaram na repartição de fazenda do districto.

O tumulo de D. Alvaro, onde se encontraram ossos, foi collocado em uma das paredes do *Museu Archeologico Eborense,* annexo á bibliotheca, onde depois de retocado ficou perfeitamente conservado.[1]

Entre os outros quadros que existem na sala da Mesa notam-se em segundo logar os retratos do rei D. João III e da rainha D. Catharina, attribuidos ao pintor Antonio Moro ou Moor, de Utrecht. Estes quadros estiveram antigamente na egreja, debaixo do côro.[2]

Ha tambem alli dois quadros pintados em cobre, representando o *martyrio de Santo André* e o *martyrio de Santa Catharina.* Estes dois quadros foram limpos em 1879 pelo pintor João Antonio Gomes.[3]

Ao retrato a oleo de Fr. Miguel Contreiras, que está n'esta sala, já nos referimos a pag. 33.

---

[1] Estas noticias foram obsequiosamente ministradas pelo sr. Henrique Freire, empregado da Santa Casa da Misericordia da cidade de Evora e auctor de uma memoria publicada na *Academia* (periodico da mesma cidade) intitulada—*Nas ruinas do Paraiso. D. Alvaro da Costa.* O mesmo senhor mandou tirar photographias do tumulo, do convento e das ruinas.

Ácerca de D. Alvaro da Costa, informa-nos o mesmo senhor, existem varios documentos e pergaminhos no Archivo da Misericordia de Evora.

Devemos a impetração d'estes esclarecimentos, bem como uma photographia do tumulo, a diligencias do nosso querido amigo Mario Tavares Móra, mallogrado moço, fallecido tragicamente em 21 de outubro de 1901. (Vidè nota respectiva no fim d'este livro.)

[2] Antonio Moro nasceu em Utrecht em 1512, e foi discipulo de João Schoreel. Estudou em Italia e veiu á Hespanha em 1552 para retratar o principe real Filippe, e d'alli foi enviado a Portugal para pintar o retrato da princeza D. Maria, primeira mulher de Filippe II, o de D. João III e o de sua mulher D. Catharina, irmã do imperador. Por elevado preço pintou muitos retratos dos principaes nobres portuguezes e castelhanos. Era eximio em retratos, muitos dos quaes existiam no palacio del Pardo e foram destruidos pelo incendio de 1608. Estavam alli os de D. Maria, imperatriz da Allemanha; do principe D. João de Portugal, pae de D. Sebastião; do infante D. Luiz, de D. Maria de Portugal e do proprio Moor. Retirou-se a Anvers, onde morreu em 1588 (ou 1568, segundo Guarienti). O seu melhor quadro está em Paris; é um *Christo resuscitado entre S. Pedro e S. Paulo.* Isto diz Bermudez *(Diccionario historico de los mas ilustres profesores de las bellas artes en España,* Madrid, 1800) e refere Raczynski, dizendo este que talvez os retratos de S. Roque sejam os mesmos a que se refere Bermudez. Além d'estes ha outros retratos de D. João III e de D. Catharina na Casa Pia e no côro da Madre de Deus. Estes ultimos são do mesmo tempo e offerecem semelhanças com os de S. Roque. A edição illustrada da *Historia de Portugal,* de Pinheiro Chagas, reproduz o retrato de D. Catharina, a pag. 85 do tomo v. (Vidè Raczynski, *Les Arts,* pag. 256, 288, 291 e 316, e *Summario de varia historia,* tomo III, pag. 173.)

[3] Executou este trabalho por 10$000 réis. Acta de 27 de outubro de 1879.

No gabinete do Provedor existe tambem uma grande photographia, tamanho natural, ricamente emmoldurada, do finado Provedor Dr. Thomaz de Carvalho.[1]

É tambem digno de attenção o soberbo tecto da sala onde se effectuaram até ha pouco as extracções da loteria, sala que serviu talvez de Consistorio ou casa de capitulo dos Jesuitas, e que deita sobre o largo de S. Roque. No tecto, de bellos estuques italianos,[2] vê-se um centro em relevo e a côres, representando o sello de armas da Santa Casa. Estas armas foram pintadas de novo, em 1879, por Januario Correia, pintor de merecimento, afamado como pintor de brazões em carruagens e por isso talvez escolhido para aquella restauração das insignias da Misericordia.

Januario Correia já em 1841 auxiliara o pintor Salles na pintura do tecto da egreja. Em 1879 pintou tambem as armas da Misericordia no corredor da entrada do Hospicio dos Expostos[3] e na sala do ajuntamento do Recolhimento de S. Pedro de Alcantara. Estas obras de pintura foram feitas sob o governo do Provedor marquez de Rio Maior.

Januario Correia veiu a fallecer octogenario no segundo semestre de 1901.

N'esta mesma sala havia antigamente uma galeria de quadros que presentemente se vê na sacristia da egreja de S. Roque, por cima dos paineis de André Reinoso, e aos quaes já nos referimos a pag. 259.

O rodapé da sala é formado de bellos azulejos, em grandes florões.

---

[1] Este retrato devia fazer parte de uma galeria que o Provedor interino Jorge Camelier pretendia formar dos retratos dos modernos Provedores. Para esse fim chegou a mandar pedir um retrato do primeiro Provedor, arcebispo de Palmyra, e procurava obter os outros. O dr. Thomaz de Carvalho, sabendo d'este designio, mandou, já bastante enfermo, tirar uma photographia ampliada e remetteu-a devidamente emmoldurada, tal como hoje pode vêr-se na sala da Mesa. É egual á que existe, tambem offerecida pelo proprio, na ante-sala das sessões da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

[2] Leia-se o curioso estudo historico e technico sobre *Estuques*, pelo sr. Liberato Telles, publicado no *Boletim da Associação dos Conductores de obras publicas*, volumes IV e V, 1900 e 1901.

[3] Por 40$500 réis. Acta de 3 de junho de 1879.

## Archivo

O preciosissimo archivo da velha Misericordia foi, como dissemos, totalmente destruido pelo incendio que succedeu ao terremoto. De alguns documentos que existiam na Torre do Tombo, que se salvou graças aos milagrosos esforços do benemerito brigadeiro Manuel da Maia, mandaram-se tirar copias que actualmente se conservam.

Formou-se portanto o novo archivo depois da epocha pombalina, e só raros documentos antigos alli poderão existir. Temos nota de alguns, que deviam ser interessantes, e que ainda em 184... foram inventariados. O dr. Gouveia Pinto, que em 1819, por aviso real de 4 de fevereiro, foi auctorizado a examinar alli todos os documentos relativos aos expostos, affirma que o archivo padeceu bastante com a invasão dos francezes.[1] Para se formar idéa do estado em que já áquelle tempo se achava este archivo, que tem andado aos baldões de adversa sorte, não sendo uma das suas menores infelicidades a pessima accommodação que lhe destinaram, é curioso lêr o que o dr. Gouveia Pinto diz no seu livro, pag. 133:

«...apesar de ter obtido de S. M. a graça de se me franquearem no cartorio da Mesa da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade todos os documentos que houvessem relativos á creação e educação dos expostos, não poude conseguir vêr aquelle livro onde está a concordata de 1637», etc.

Comtudo este livro ainda hoje lá existe!

De 1842, na acta do dia 3 de janeiro, encontrámos uma deliberação da Commissão administrativa, ordenando que se procedesse á organização do indice do cartorio.

Em 1852 ordenava o Provedor arcebispo de Palmyra, em acta de 20 de janeiro, se pedisse á Administração do Hospital de S. José que na revisão que áquelle tempo se estava fazendo no archivo d'aquelle estabelecimento se fosse communicando á Misericordia tudo quanto alli se encontrasse relativo a ella e cujo conhecimento lhe pudesse ser proveitoso.[2]

---

[1] Livro citado a pag. 149.

[2] *Actas*, liv. 1.º, fl. 8 *v*.

# III

## O antigo convento de S. Pedro de Alcantara

### A egreja

Possue a Santa Casa desde 1834 a egreja e edificio do antigo mosteiro de frades arrabidos de S. Pedro de Alcantara, filial da ordem de S. Francisco de Assis.

Este convento foi fundado em 12 de agosto de 1680 pelo primeiro marquez de Marialva, conde de Cantanhede, D. Antonio Luiz de Menezes, em acção de graças pelas victorias das linhas de Elvas e de Montes Claros (17 de junho de 1665). O sitio d'elle é na rua que vae de S. Roque para o Rato, em logar eminente, gosando optima vista sobre a cidade e rio.

O fundador comprou as casas que alli existiam, e que eram do conde de Avintes, e obteve por esmola umas outras immediatas que lhe deixou Marcos Rodrigues Tinoco. Entre estas casas e o convento havia uma travessa que ia para a rua dos Mouros. Duas vezes pediu o fundador á Camara de Lisboa a cedencia de parte d'ella para a construcção da capella-mór, até que, da segunda, em 1680, obteve a concessão.[1]

A frente da egreja olha para o Sueste. O terremoto causou-lhe grandes ruinas, com perda de valiosos objectos, de livros e de muitas vidas. Conta João Baptista de Castro que depois da medonha catastrophe só restaram do velho convento o claustro, o refeitorio, a casa do *De profundis*, a cozinha e a grande abobada da porta do carro, debaixo da qual esteve provisoriamente a egreja. Esta abobada, a que, em 1758, João Baptista de Castro se refere, deve ser a mesma que hoje existe, e debaixo da qual estão as bancadas onde as agraciadas com a sopa de caridade da Misericordia esperam a sua vez da distribuição de jantar.

Houve portanto uma reedificação, de que resultou o presente edificio. Os

---

[1] Vidè curiosos documentos nos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, tomo VII, pag. 327, e tomo VIII, pag. 401.

dormitorios que haviam sido mandados edificar por D. João V nada padeceram com o terremoto.[1]

O adro ou terraço de lagedo que serve de ádito á egreja é espaçoso e fecha para o lado da rua de S. Pedro por uma porta de ferro; para o lado da alameda desce por quatro lanços de escada, e tem para a face da rua um muro e portal, com cancella de ferro; as escadarias são revestidas de bellos azulejos.

A entrada da egreja faz-se sob uma galilé de tres arcos. Á mão esquerda, tambem debaixo da galilé, abre a portaria do recolhimento; á direita outra porta dá accesso á riquissima capella dos Lancastres.

O edificio foi delineado conforme os rigores da ordem. As paredes lateraes estão cheias de confessionarios mettidos na parede. A egreja é pequena, mas bonita, e bastante rica em bellezas artisticas. Foi restaurada em 1878. Por esta occasião foi encarregado da decoração principal do tecto da egreja, cujo effeito de ornamentação a claro escuro ainda hoje se admira, o habil artista decorador Pierre Bordes, que por muitos annos trabalhou em Lisboa, onde falleceu, deixando muitas obras do genero decorativo por elle executadas ou feitas sob a sua direcção, entre as quaes sobresaem principalmente as do templo da Memoria, em Belem, e as pinturas da galeria que circumda a escada dos Paços do Municipio de Lisboa.[2]

Ha na egreja de S. Pedro de Alcantara cinco capellas: a primaria ou principal, com duas adjacentes, no topo da egreja, e duas nas paredes lateraes. A principal tem a imagem de Nossa Senhora e as de S. Francisco e de S. Domingos; as duas capellas immediatas são de Santo Antonio e S. José, e as lateraes de S. Pedro e S. Francisco, servindo esta de capella do Santissimo.

As imagens são dignas de attenção, sendo a mais bella a do padroeiro.

Dos quadros, além do retabulo, notam-se dois grandes paineis nas paredes lateraes, um de auctor desconhecido, representando *A Virgem em gloria*, e o outro original de Antonio Quillard, representando *A Santissima Trindade coroando a Virgem*. Quillard, discipulo de Watteau, natural de Paris, veiu para Lisboa, contractado por D. João V, como pintor de flôres, mas deixou muitos trabalhos em differentes generos, quadros, tectos e pinturas nos coches regios de gala. Era tambem gravador e desenhador da Academia. Morreu em 1733.[3]

Na parede da esquerda, junto á tribuna, admira-se um grande quadro

---

[1] *Gabinete historico*, tomo XI, pag. 314.

[2] Vidè o livro do sr. Picotas Falcão, *O municipio de Lisboa e as casas da sua camara*. Lisboa, 1902, pag. 107 e seguintes.

[3] Cyrillo Wolkmar Machado, *Memorias*, pag. 96, e Raczynski, *Dict. historico-artistique*, p. 238. Quillard gravou as estampas do primeiro tomo das *Imagens conceituosas dos epigrammas* do P. M. Antonio dos Reis, publicado em 1731 por João de Sousa Caria. (*Instituto de Coimbra*, tomo XXXIII, pag. 554, artigo do sr. dr. Rodrigues de Gusmão.)

que devia ter sido magnifico, e representa *S. João Baptista prégando no deserto,* sendo o santo pintado por Pedro Alexandrino, um dos nossos mais celebres pintores (1730–1810). Quasi todas as egrejas de Lisboa estão cheias de quadros do grande artista. Os primeiros que pintou foram os das capellas da Penha de França.[1]

Em 1878, por occasião da restauração da egreja, esteve tambem alli o habil restaurador sr. Joaquim Prieto limpando, contratelando e arranjando varios quadros que enumera no seu orçamento pela seguinte fórma:

Um quadro grande do côro, attribuido a Sampaio.[2]

Treze quadros do côro com assumptos allusivos á vida de S. Pedro de Alcantara, dos quaes foram alguns contratelados.

Um do altar do Santissimo, que foi contratelado.

Quatro dos altares lateraes, os tres grandes paineis a que nos referimos, quatro da capella-mór, dois dos quaes se achavam bastante deteriorados, assim como a parte superior do grande quadro de Pedro Alexandrino, e finalmente o quadro do camarim, representando *S. Pedro de Alcantara em Gloria,* attribuido a Cyrillo W. Machado, muito repintado, e outro menor que o completa.

Restaurou ao todo vinte e sete quadros; em 1885 (deliberações das actas de 7 e 23 de setembro) contratelou e restaurou mais dois quadros da capella-mór e outros, entre elles os seguintes:

Um quadro representando *Santo Antonio recebendo o menino Jesus,* attribuido a Joaquim Manuel da Rocha. Este quadro estava muito deteriorado, principalmente na parte superior (do meio para cima), devido á humidade e a uma infeliz restauração anterior. O restaurador fez quanto lhe foi possivel para o tornar apresentavel.

Rocha foi pintor distincto dos fins do seculo XVIII e d'elle ha grande numero de quadros nas egrejas de Lisboa. Alli mesmo, em S. Pedro de Alcantara, se lhe attribuem mais dois quadros, um existente na capella-mór e outro na sacristia. Foi discipulo de André Gonçalves e de Domingos Nunes, e grande

---

[1] Pinho Leal, tomo IV, pag. 254. Pedro Alexandrino nasceu em Lisboa em 27 de novembro de 1729, sendo baptisado na freguezia dos Anjos, e morreu a 27 de janeiro de 1810. Jaz sepultado na egreja de S. José, em sepultura rasa. Entre os seus muitos quadros distingue-se o do *Salvador do Mundo,* na Sé de Lisboa. Foi discipulo de Bernardo Pereira, a quem excedeu, e aproveitou com as licções do seu vizinho André Gonçalves. Era conhecido pelo *Pintor dos frades.* Calcula-se que excedem a mil o numero dos seus quadros. O seu retrato existe na Academia de Bellas Artes e foi reproduzido no *Occidente,* e no *Almanak Illustrado do Occidente* do anno de 1900, pag. 33.

[2] Houve no seculo XVIII uma dynastia de pintores de appellido Sampaio, discipulos do grande mestre Pedro Alexandrino. Ignoramos a qual d'elles se refere a attribuição.

admirador e imitador de Vieira Lusitano. Pintou tambem o quadro da *Visitação* na capella-mór da egreja da Misericordia de Elvas.[1] Morreu em 1786.[2]

Dentro do convento, na antiga sala dos bispos, hoje sala de visitas das educandas, havia uma galeria de retratos de prelados illustres da ordem; o Provedor Joaquim Antonio de Aguiar mandou-os retirar d'alli.

D'esta antiga galeria de retratos restam ainda alguns que se acham no corredor da sacristia e em outros corredores ou sitios escuros, muitos d'elles deteriorados. Pudemos colligir, pelos seguintes lettreiros, que ainda estão legiveis, ou em sitio onde a luz permitte decifral-os, os retratos:

1.º De «*D. Fr. Francisco de Nossa Senhora da Luz Chacim, ex-leitor de theologia, eleito bispo de Macao, em 22 de março de 1804, com o respectivo brazão de armas*».

2.º De «*D. Fr. Antonius Patavinus, com uma extensissima inscripção latina*».

3.º De «*D. Fr. Antonius a Matre Dei Galram*».

4.º De «*Fr. Hilario de Santa Rosa, 1742*».

5.º De «*D. Fr. Antonius á Santa Thereza, bispo de Malaca, 1690*».

6.º De «*D. Fr. Pedro Lagarto, da Villa de Setubal, primeiro noviço que acceitou o nosso Fundador; pelas suas grandes virtudes o elegerão em Ministro Provincial. Foi excessivo nas penitencias, vigilias e jejuns. Reduziu muitas almas a Deus com o abrazado espirito da pregação evangelica; compoz hũ livro sobre o velho e novo testamento. Era muito estimado dos principes. El-Rey D. Sebastião quiz das suas mãos receber o habito e profesar a regra de Cavaleiro de Christo de que era Gram Mestre. Faleceo aos 28 de junho de 1590*».

(Este retrato está muito rasgado.)[3]

7.º Do «*Ex.mo Sr. D. Fr. Cypriano de S. José, natural de Lisboa, filho da Provedoria d'Arrabida, lente de Philosophia e Theologia, Prégador de S. A. R., Visitador da Provincia, de Santo Antonio, dos Algarves, e da Arrabida, Commissario delegado do seminario de Brancannes e bispo eleito de Mariana, por S. M. Fidelissima a 20 de Julho de 1796*».

---

[1] *Panorama*, tomo v, pag. 165, apud artigo do sr. dr. Rodrigues de Gusmão, no *Instituto*, tomo XXXIII, pag. 554.

[2] Cyrillo Wolkmar Machado, *Memorias*, pag. 116.

[3] Vidè noticia biographica na *Memoria sobre a historia e administração do Municipio de Setubal*, por Alberto Pimentel, pag. 377 e 175. Na Camara Municipal de Setubal existe tambem um retrato de Fr. Pedro Lagarto.

8.º Do «*V. Padre Fr. Manuel de Rosario, captivo em Argel e martyr, morreu a 3 de fevereiro de 1665*».

9.º Do «*V. Padre Antão de S. Jeronymo, natural de Lx.ª foi a pé a Roma votar no capitulo geral. Morreu a ... de abril de ... Está sepultado em S. Francisco da Cidade*».

10.º Do «*V. Padre Salvador da Cruz, natural da Villa da Torre de Moncorvo, de raras virtudes e letras. Foi com D. Sebastião a Africa, onde animando os soldados com o crucifixo nas mãos, o mataram em 1578, tendo 50 annos*».

11.º Do «*V. Fr. Cypriano da Conceição, natural de Arelho (Obidos) muito virtuoso e quando assistia aos doentes do Hospital Real cahiu com uma maligna de que faleceo aos ... de fevereiro de ... Está sepultado no convento de S. Francisco da Cidade*».

## Sepulturas

No meio do templo ha uma sepultura rasa, com brazão de armas, coberto pelo chapéo cardinalicio, e cujo epitaphio é do seguinte teor:

CLARISSIMO VIRO
EXCELLENTISSIMOQVE D • D •
THOMÆ • DE • ALMEIDA •
PATRIARCHALIS • ECCLESIAE •
PRINCIPALI • DECANO •
ET •
PRIMO • STUDIORVM • MODERATORI •
AVNCVLO • CLARISSIMO •
LVDOVICVS • DE • ALMEIDA •
COMES • AVINTENSIS •
ET •
MARCHIO • LAVRADIENSIS •
REGII • SENATUS • PALATINI •
PRAESES •
IN •
AMORIS • GRATIQVE • ANIMI • SIGNVM •
P •
ANNO • DOMINI • M • DCC • LXXXVI •

Esta sepultura é de D. Thomaz de Almeida, principal decano da egreja patriarchal. O epitaphio d'esta campa foi mandado collocar pelo sobrinho, segundo marquez de Lavradio, D. Luiz de Almeida Soares Portugal e Mascarenhas, filho de D. Antonio de Almeida Soares Portugal, conde de Avintes e de Lavradio. Este e seu irmão D. Thomaz foram os que mandaram gravar o epitaphio em latim na sepultura do patriarcha D. Thomaz de Almeida, em S. Roque.

Junto ao altar de Nossa Senhora da Conceição, ao pé das grades, diz Fr. Claudio da Conceição, foi sepultado D. Pedro de Almeida e Lancastre, alcaide-mór da Villa da Figueira, celebre pelas suas virtudes, caridade e extrema devoção. Foi conduzido á sepultura por 56 pobres, em caixão forrado de burel, como recommendara. Assistiu ao seu funeral toda a nobreza da côrte (1676 a 1740).[1]

Á entrada da egreja, debaixo da galilé de tres arcos, á direita, ha uma capella riquissima instituida pelo inquisidor geral D. Verissimo de Lancastre. Este afamado prelado era natural de Lisboa, onde nasceu em 1615, filho de D. Francisco Luiz de Lancastre, 3.º commendador-mór de Aviz. Formou-se em canones na Universidade de Coimbra, foi conego, thesoureiro-mór da Sé de Evora, deputado, promotor e inquisidor na mesma cidade (1649), e passou á inquisição de Lisboa (1660). Aqui foi nomeado do conselho de el-rei, sumilher de D. Pedro II, que o nomeou tambem bispo de Lamego, cargo que não acceitou. Tomou posse em 1671 do logar de arcebispo de Braga, de que fez renuncia em 1677 para vir occupar o cargo de inquisidor geral do reino, na ordem dos quaes foi o 13.º Deu-lhe el-rei o titulo de cardeal da egreja romana em 1686. Era varão douto, mui versado em direito canonico e em genealogias. Mandou fazer no adro da egreja de S. Pedro de Alcantara o jazigo ou carneiro, onde depois foi sepultado.

D. Verissimo tinha concorrido com grandes esmolas para a fundação do templo e para a sustentação do culto. Morreu aos 76 annos de edade, em 1692, causando a sua morte grande sensação na côrte. Foi levado o corpo entre alas de religiosos de todas as ordens, com cirios accesos, que se extendiam desde o palacio até á porta do convento. Sobre a lage que o cobre mandou seu irmão D. Fr. José de Lancastre, carmelita, bispo de Miranda e de Leiria, gravar um extenso epitaphio em latim.

Como accrescentaram a egreja, quando se reedificou, avançando-a mais 14 palmos para o alpendre, ficou a sepultura dentro do templo, junto ao guarda-

---

[1] *Gabinete historico*, tomo IX, pag. 181.

vento. Já em 1819, em que isto escrevia Fr. Claudio da Conceição, se achava illegivel este lettreiro, que vêm no tomo XI da *Historia Genealogica*, pag. 299.

Essa inscripção era a seguinte:[1]

LATET HIC ET TACET, QUEM FAMA LOQUITUR ET PRODIT
EMINENTISSIMUS D. D. VERISSIMUS DE LANCASTRO.
GENUS SI QUAERIS?
HIS FRIGET IN CINERIBUS, QUI OLIM JUVENIS CALUIT,
LUSITANORUM, IMÓ ET TOTIUS EUROPÆ REGUM SANGUIS.
SI SAPIENTIAM?
QUAM IN UTRAQUE REGNI HAUSIT ET EXHAUSIT ACADEMIA,
IN COMMUNE ECCLESIAE BONUM PERENNI EFFUDIT SCATURIGINE.
SI HONORUM GRADUS?
SACRIS INITIATUS TUENDÆ AUGENDOQUE FIDEÏ PARTES SUSCEPIT.
DECURSIS SACRO AREOPAGO, ORDINE SUO MINORIBUS SUBSELIIS,
IN SUPREMAM TANDEM GENERALIS INQUISITORIS ERECTUS SELAM.
FABIO MAIOR MAXIMO, ET FELICIOR,
CATHOLICAM NOBIS CUNCTANDO RESTITUIT REM.
EX HISPANIARUM PRIMATE, FACTUS ECCLESIÆ PRINCEPS PURPURATUS,
PETRI CLAVES, ET SI NON OBTINUIT, VIRTUTIBUS MERUIT, QUIBUS CLARUIT.
EX UNA OMNES DISCE HUMILITATE,
QUAM IN VULGARIS TUMULI LAPIDE, CEU IN SPECULO POTERIS CONTEMPLARI,
DE ÆTERNA SCILICET ANIMI MANSIONE MAGIS,
QUAM DE MAUSOLEO CADAVERIS SOLLICITUS!
SUA NIHIL INTERESSE DUXIT HUMI NE AN SUBLIME PUTRESCERET.
REGNUM COELORUM, SI VENDITUR, ELEEMOSINIS EMIT.
VERISSIMUS CITRA ADULATIONEM, PAUPERUM PATER.
COELO CHARUS, ET SOLO.
VIXIT JUSTISSIME ANNOS 76. OBIIT PIISSIME 12 DECEMBRIS 1692.
QUIESCIT PLACIDISSIME AD DIEM SOLI DEO NOTAM.

Havia determinado o fallecido cardeal que lhe erigissem uma capella no adro, onde se dissessem quatro missas quotidianas perpetuas. Em obediencia a esta disposição, o testamenteiro, seu irmão D. Fr. José, que o substituiu no logar de inquisidor geral, mandou fazer a capella, com porta deitando para o

[1] Citada *Collecção de epitaphios*, do Moreira, fl. 318 v.

atrio, sob o alpendre, toda revestida de riquissimos marmores e mosaicos florentinos.

Alli se faziam os suffragios no dia do anniversario do obito do fundador (13 de dezembro). Dentro ha duas lapides com as inscripções:[1]

Da parte do Evangelho:

D. FR JOSEPHVS DE LANCASTRO INQVISITOR GENERALIS, ET D. LVDOVICVS D LANCASTRO, VILLANOVÆ COMES, AVISIJQ̃ MAXIMVS. COMMENDATARIVS EMINENTISSIMI D. D. VERISSIMI DE LANCASTRO FRATER, ET EX FRATRE NEPOS EIVS TESTAMENTARIJ SACELLVM. HOC IPSIVS TVMVLO CONTIGVVM CVM DVCENTIS AVREIS PRO FABRICA, VT QVATER IN ILLO PRO EIVSDẼ ANIMA QVOTIDIE SACRVM, CELEBRETVR, ADDITIS AD SEPVLTVRAM RESPONSORIJS, CVM DONATIONE DVCENTORṼ AUREORṼ. PRO QVOLIBET SACRIFICIO ERIGERE JVSSERVNT.

Da parte da Epistola lê-se:

É TVMVLO HVC OCVLOS AD PARVVM FLECTE SACELLVM;
CONTRACTA IN SPATIVM STAT BREVE SACRA DOMVS.
SCILICET HÆC HVMILI RESPONDET PARVA SEPVLCHRO;
ILLVD ET EXIGVI EST AREA PLANA SOLI.
NAM QUI MENTE HVMILIS CONTEMPSIT VIWS HONORES,
HIC QVOQVE SVMA FVGIT MORTWS, IMA CVPIT.
ERGO PVRPVREI QVI STEMATA SACRA GALERI
ADDIDIT ADTITVLOS TOT SIBIJVRE DATOS,
CVM FORET EVECTVS SVMA AD FASTIGIA, SOLVM,
SENSIT ONVS; RENVIT QVIDQVID HONORS ERAT.

[1] Veem tambem no citado tomo XI da *Historia Genealogica*, pag. 300.

Foi a capella consagrada aos Santos martyres Verissimo, Maxima e Julia, porque o fallecido cardeal fôra baptizado na freguezia d'esta invocação, em cujo obsequio lhe foi posto o nome pelo bispo de Miranda, D. João da Gama. Sobre a porta da capella vê-se o brazão de armas, em pedra, a côres, sobrepujado pelo chapéo cardinalicio.[1]

Foram administradores d'esta capella os condes de Villa Nova de Portimão.[2]

A pequena capella é, como dissemos, toda construida de mosaico de bellos marmores, obra de custosa e fina pedraria, e tem um só altar ao fundo.

Na capella ha uma imagem de Nossa Senhora da Piedade, com o Senhor Morto nos braços, que se diz ter pertencido á Casa dos Lancastres.

Em 1825 (27 de setembro) realizaram-se na egreja as exequias e o enterro do segundo conde de Rio Maior, Antonio de Saldanha Oliveira e Sousa, e no mausoleo que se armou escreveram-se extensos epitaphios em latim, que se lêem no livro manuscripto de Moreira.[3]

Foi sepultado n'este convento, na casa do capitulo, segundo dizem, mas em logar que ficou até hoje ignorado, um dos homens mais illustres do seculo XVIII.

Queremos referir-nos ao celebre engenheiro-mór do reino Manuel da Maia. Nascido em Lisboa pelos annos de 1680, serviu como engenheiro militar em grandes obras de defeza; depois no levantamento da planta da cidade, que concluiu; nas canalizações de Mafra, no aqueducto das Aguas Livres, e finalmente prestando valiosos serviços como guarda-mór da Torre do Tombo, cuja perda evitou em 1755, e organizando alli o *Corpo chronologico*. Este homem illustre, que foi mestre do rei D. José e dos principes D. Pedro e D. Carlos, juntava aos elevados meritos do seu grande talento, que lhe valeram o ser academico da Academia Real de Historia e chronista da Casa de Bragança, os melhores dotes do coração. Era extremamente bondoso e caritativo; vivia vida frugal, e todas as sobras dos seus avultados soldos empregava-as em obras de misericordia. Dotava annualmente nove donzellas com 100$000 reis; provia de cirurgião, botica e roupa lavada o hospital dos incuraveis; dava mensalmente um *rosario* de pães aos presos do Limoeiro; soccorria a mendicidade com muitas esmolas, e mais efficazmente a pobreza envergonhada,

---

[1] Toda esta noticia é copiada do *Gabinete historico*, tomo V, pag. 46 a 54.

[2] Pinho Leal. Artigo *Lisboa*, pag. 400.

[3] Tomo IV, fl. 878 ∨.

a quem, em caso de doença, não faltava com o curativo e necessaria alimentação.[1]

Falleceu este benemerito, cujo nome e biographia não podiam deixar de figurar n'este livro, aos 17 de setembro de 1768, sendo o seu cadaver sepultado na casa do capitulo do convento de S. Pedro de Alcantara.[2]

Em 29 de novembro de 1830 foi tambem sepultado no convento de S. Pedro de Alcantara o tenente-general José Antonio da Rosa (fallecido em 28), que fôra o reorganizador do exercito portuguez em 1809, professor da Academia de fortificação, e mais tarde (1816) inspector geral dos Arsenaes reaes do exercito.[3]

## Sacristia

É pequena, mas alegre e formosa. Aos lados dois lindos arcazes de embutidos preciosos e dois armarios, tambem de embutidos, mettidos na parede. Sobre cada arcaz quatro bellos quadros pintados em tela, em más condições de luz para poderem ser bem apreciados. Rodapé de bonitos azulejos polychromos. Nos corredores escurissimos que a ligam com a capella-mór e com a capella dos Santos Martyres estão, como dissemos, os retratos dos bispos e frades mais notaveis da ordem, que foram retirados da sala dita dos bispos. É pena estarem n'aquelle logar, onde mal se vêem e se estão deteriorando. Na parede do corredor ha uma lapide em que se lê:

FOI RESTAURADA ESTA EGREJA
NO ANNO DE 1878
SENDO PROVEDOR
DA SANTA CASA DA MISERICORDIA
O EX.mo SR. CONDE DE RIO MAIOR

---

[1] Noticia extrahida do *Summario de varia historia*, tomo v, pag. 167.
[2] *Diccionario Popular*.
[3] *Gazeta de Lisboa*, 1830, n.º 287, e *Diccionario Popular*.

*
* *

A bibliotheca do convento dos frades arrabidos de S. Pedro de Alcantara, depois que o edificio foi, como n'outra parte dissemos, doado por decreto imperial á Santa Casa da Misericordia, para seu Recolhimento, foi inventariada e remettida para a Bibliotheca Publica.[1]

*
* *

Á frente do antigo convento, hoje Recolhimento das orphãs, extende-se a alameda de S. Pedro de Alcantara, com os seus dois taboleiros. Fronteiro á egreja construiu-se um chafariz de cinco bicas, de agua livre, que principiou a correr em 1754. Foi mais tarde demolido e no logar d'elle acha-se hoje um dos bellos lagos da quinta real da Bemposta.

Na alameda superior o arvoredo foi plantado, pelos annos de 1828 a 1830, pelos soldados do quartel da policia, alojada a esse tempo no grande palacio Ludovice. O jardim de baixo só foi feito em 1835.[2]

A alameda inferior tinha então um parapeito de muralha. Repetiam-se alli os suicidios, principalmente para o lado da calçada da Gloria. Em 1856 o vereador Ayres de Sá pediu que se substituisse o parapeito por uma grade alta, o que se fez em maio de 1863.[3]

A muralha achava-se já construida em 1712, como se vê de um documento d'esta data, inserto nos *Elementos para a historia do Municipio,* no tomo x, pag. 586.

No muro da cerca, que deita para a travessa de S. Pedro, ha um nicho com um retabulo de azulejos, datados de 1752. Sobre o nicho ainda se conserva a haste de onde pendia o classico lampeão.

---

[1] *Registo de ordens e avisos,* liv. IX, fl. 86 *v*.

[2] *Memorias de Castilho,* por Julio de Castilho, vol. II, pag. 222.

[3] *Archivo Municipal,* 1856, pag. 58 e anno de 1863.

# IV

## Outras dependencias

### Barbadinhos e Laveiras

Além dos vastos edificios de S. Roque e de S. Pedro de Alcantara, obteve ultimamente a Administração da Misericordia lhe fossem concedidos pelo governo um vasto casarão á Esperança, ultimo resto do grande convento dos Barbadinhos, e uma parte do convento da Cartuxa, em Laveiras.

A casa da Esperança é uma vasta sala, talvez o refeitorio, do antigo convento de Nossa Senhora da Porciuncula, de religiosos capuchos francezes da provincia da Bretanha, conhecidos em Portugal pelos *Capuchinhos* ou *Barbadinhos*. Estabeleceram-se alli em 1648, em umas casas de que lhes fez doação D. Maria de Guadelupe, duqueza de Aveiro. O convento pouco soffreu com o terremoto. Foi, porém, demolido depois da extincção das ordens religiosas, e no seu logar se edificaram os grandes predios da calçada do Marquez de Abrantes. Do convento apenas resta um portão de ferro, um pateo de entrada e a vasta sala que a Misericordia pediu para n'ella estabelecer uma casa de consultas medicas e de distribuição da sopa de caridade. Nada tem esta casa de notavel. Apenas em uma das paredes se vê uma lapide embebida na parede, sobrepujada por uma corôa de marquez e brazão de armas, onde se vê uma roseira sobre duas espadas em aspa; tudo acompanhado de duas estrellas em chefe e duas flôres de liz em contrachefe. O escudo assenta sobre a Ordem de S. Luiz de França, e pende na parte inferior a cruz da Ordem portugueza de Christo.

Está alli sepultado o emigrado francez Luiz Francisco Carlet, admittido no exercito portuguez, por decreto de 1 de janeiro de 1797, com a patente de tenente-general e soldo dobrado. O marquez de la Rosiére occupava no exercito francez o posto de marechal de campo. Em seguida foi nomeado quartel-mestre general, em 1801, e commandou um corpo do exercito portuguez ao norte do Douro, tendo por mestre de campo o general Gomes Freire de Andrade. Viveu 73 annos e 6 mezes e falleceu em 7 de abril de 1808.

N'esta casa ainda em 1884 se via o lettreiro *Aula de instrucção primaria.*

Era o ultimo alento de uma benefica associação intitulada *Sociedade da instrucção primaria,* fundada em 1834 sob a protecção da rainha e das mais elevadas classes sociaes.[1] A sociedade decahiu e morreu, como morreu o honrado professor Alfredo de Oliveira, o respeitavel ancião que D. Antonio da Costa nos desenhou nas suas adoraveis paginas.[2]

*

* *

Por singular coincidencia, quando o actual Provedor procurava obter nas proximidades de Lisboa um edificio onde pudessem albergar-se as orphãs do Recolhimento, durante a sua estada a banhos á beira-mar, offereceu-se ensejo de pelo governo ser concedida para tal fim parte do convento da Cartuxa, de Laveiras, convento fundado e edificado em 1595, ou 1598 a 1614, pela mesma D. Simôa Godinho, que fundou a capella do Espirito Santo na velha egreja da Misericordia, capella hoje transformada em capella-mór da egreja da Conceição Velha. O convento de Laveiras, de frades Cartuxos, da ordem de S. Bruno, foi mais tarde conhecido pelo nome de *Vallis misericordiae.*

Fôra estabelecido na quinta de Laveiras, que pertencia a D. Simôa, a qual por sua morte a deixou para n'ella se estabelecer um convento de frades pobres, de uma ordem, a arbitrio da Mesa da Misericordia.[3]

Em 1736 a egreja achava-se arruinada e por esmolas se edificou uma nova. N'esta egreja havia um quadro de *S. Bruno,* pintado por Sequeira, que se acha actualmente no Museu de Bellas Artes, n.º 118 do catalogo, a pag 32, sala C. Sobre a porta da egreja havia a seguinte inscripção:[4]

ANNO DIVI 1614 • DIE 8 DECEMBR
EGO HIER • ISAT & TINGIT • EPS.
AD HONOREM B. MARIÆ VIRGINIS
PRIMUM HUNC LAPIDEM BENEDIXI
IN ALMA CARTHUSIÆ VALLIS MISERICORDIÆ
SEDENTE S. P. PAULO V. PONT. MAX.
ET PHILIPPO II PORTUG. & HISP. REGE.

---

[1] Portaria de 29 de março de 1834. *Chronica constitucional,* de 23 de junho de 1834.

[2] *Auroras da instrucção,* pag. 194.

[3] *Noticia historica das ordens religiosas e congregações que existem em Portugal, com uma collecção geral de estampas.* Lisboa. Typographia Bulhões, 1831.

[4] Citada *Collecção de epitaphios e inscripções,* tomo I, fl. 83 v.

Em uma lapide de $0^m,8 \times 0^m,6$ que ainda hoje se vê em uma casa entre os claustros lê-se:

N'ESTE EDIFICIO, VALLIS MISERICORDIÆ,
ESTEVE COMO NOVIÇO
DO COMEÇO DE 1796 AO MEIADO DE 1802,
O INSIGNE PINTOR HISTORICO PORTUGUEZ
DOMINGOS ANTONIO DE SEQUEIRA,
NASCIDO EM BELEM A 10 DE MARÇO DE 1768
E FALLECIDO EM ROMA A 8 DE MARÇO DE 1837.

CONSERVAM OS MONGES OS CINCO QUADROS
QVE SEQUEIRA PINTOU PARA O CONVENTO DEPOIS
DENOMINADOS QUADROS DA CARTUXA.
1884.

No convento, em capella sua, deve existir a sepultura de D. José de Sousa Castello Branco, inquisidor em Evora e em Coimbra, bispo do Funchal, fallecido em 1740.[1]

Tambem alli foi sepultado o patriarcha nomeado de Lisboa, D. Antonio de S. José de Castro (que nunca obteve confirmação do logar), que era monge de S. Bruno e cujas armas se vêem sobre a porta da casa do Aljube, que instituiu. Falleceu em 1814.[2]

Na egreja do convento da Cartuxa, de Laveiras, costumava el-rei D. João V ir devotamente assistir ás vesperas da festividade do glorioso patriarcha S. Bruno.[3]

As duas curiosidades actuaes d'aquelle grande edificio, no qual se encontram ainda vastas accommodações, são o bello claustro mandado fazer pelo arcebispo de Lisboa, cardeal D. Luiz de Sousa, e os grandes viveiros ou piscinas onde se creavam os kagados, de que os frades cartuxos faziam caldos, em que consistia a sua principal alimentação, pois segundo os pre-

---

[1] *Gabinete historico,* tomo IX, pag. 178. Acerca da Cartuxa de Laveiras pode ser consultado o codice manuscripto da Bibliotheca Nacional, n.º 189, intitulado *Memorias historicas da Cartuxa de Laveiras.*

[2] Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno,* tomo IV, pag 57.

[3] *Elementos para a Historia do Municipio,* tomo XI, pag. 574, nota.

ceitos da ordem lhes era defeso comer carne. A ordem fôra introduzida em Portugal em 1587 pelo arcebispo de Evora, D. Theotonio de Bragança, filho do 4.º duque de Bragança, D. Jayme.[1]

Era uma ordem mui rigorosa. Os frades vestiam habito de burel branco e rapavam a cabeça. Nas suas egrejas não havia musica, nem entravam mulheres, e os frades só falavam em determinados dias.

*
* *

Este edificio, em parte do qual estiveram um anno, por concessão do governo, as orphãs do recolhimento da Santa Casa, a banhos em Caxias, foi depois definitivamente concedido á Casa da Correcção de Lisboa, e n'elle se está, ao presente, procedendo ás obras indispensaveis para alli se accommodar aquelle estabelecimento de ensino correccional.

---

[1] Pinho Leal, tomo IV, pag. 278, nota.

# CAPITULO VIII

**I.** Privilegios da Confraria.—**II.** Insignias e sellos.
**III.** Relação dos Provedores da Irmandade da Misericordia. 1498-1834

## I

### Privilegios

Grandes privilegios concederam os soberanos portuguezes a esta famosa Confraria, de que se ufanavam de ser irmãos.

Era uma irmandade collocada immediatamente sob a protecção real, sem que nenhum ministro lhe pudesse tomar contas, conforme o determinavam as ordenações do reino; davam-nas mensalmente ao imperante, desde o aviso da Secretaria dos negocios do reino de 24 de novembro de 1778.

A irmandade da Misericordia era privilegiada em qualquer logar publico de reuniões de irmandades.

Quando o monarcha ia assistir, na egreja da Misericordia, ás vesperas da Visitação de Santa Isabel, permittia que o Provedor e irmãos da Mesa estivessem—«assentados n'ella, com teia por deante».[1]

Constituia a Misericordia uma repartição publica consultiva, em virtude de portarias e avisos recebidos; nomeava juiz e escrivão de suas causas, bem como tabellião, aos quaes o imperante mandava passar titulos pela Mesa do paço. Tinha meirinho e escrivão de sua executoria.[2]

---

[1] Isto se lê em documentos da Camara de Lisboa de 1693. *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa,* tomo IX, pag. 325.

[2] Memoria enviada ao governo em 1827. *Registo de avisos e ordens,* liv. VIII, fl. 146.

No codice 168 do Archivo Nacional da Torre do Tombo, a fl. 22 e seguintes, existem umas cartas de varios fidalgos da côrte de D. João IV, nas quaes, para se justificar o proposito por elles formado na irmandade da Misericordia de conferir ao monarcha o titulo de Provedor, se affirma ser tradição vaga na Confraria que os soberanos, nos primeiros tempos da instituição, usavam o titulo e insignias de Provedores. Não sabemos até que ponto merecerá credito esta noticia, o que é certo é que na primeira das alludidas cartas diz D. Alvaro de Abranches:

«...em 1642 quando fui escrivão da Mia ouvi aqueles fidalgos todos querendo fazer a elrey que D. G.de P.or que o avia sido el-rei D. Manuel e Dom João 3.º E assim ouio V. S.ª oje ho Marquez de Niza que a S.ª R.ª Dona Lianor irmã delrey D. M.el fora na prosisão com uara. Não sei que isto seja lançado nos livros da Mia mas e tradição que anda em todo...»

Segue-se, entre outras, uma carta do marquez Almirante (Niza), confirmando esta tradição e dizendo que mandaria pelos padres capellães investigar o que a tal respeito constava escripto.

Uma bulla de Paulo III, entre outras providencias, isentava do ordinario o Provedor e irmãos da Misericordia, distincção esta que só costuma conceder-se aos mais fieis servidores da causa santa, o que prova que n'esta conta eram tidos pelo chefe da christandade os instituidores e irmãos da Confraria. El-rei D. João III, que solicitara esta bulla, confirmava-a no seu beneplacito, dizendo, porém, que a Misericordia podia aproveital-a, excepto no tocante á graça da isenção do ordinario, porque considerava esta concessão—«prejudicial ás consciencias», e lhe oppunha portanto o seu veto.

Depois da morte d'este soberano, em 1557, conseguiu a Confraria resolver este assumpto de modo favoravel á Casa, obtendo a completa acceitação da bulla pontificia.[1]

Já vimos como a rainha D. Catharina e o cardeal-rei concederam larga e efficaz protecção á irmandade. Basta o facto de lhe terem confiado a administração do Hospital Real de Todos os Santos (1564) com todo o seu patrimonio (23 de fevereiro de 1565), do qual a Misericordia podia usufruir.

E como se tanto não bastasse, não permittiram os monarchas que os juizes lhe tomassem contas da administração, declarando em alvará de 27 de junho de 1564 que só a Mesa da Confraria o podia fazer.

Passada a quadra calamitosa e agitada dos reinados de D. Sebastião e do cardeal-rei, vieram os reis estrangeiros, que manifestaram em successivos

---

[1] Felix Ferreira. *A Santa Casa da Misericordia fluminense.*

actos e diplomas, sempre honrosos para a Misericordia, a sua estima e protecção. Taes são os alvarás regios de 3 de fevereiro de 1583, de 25 de outubro de 1603, de 10 de fevereiro de 1607, de 20 de junho de 1610, de 10 de março de 1611 e de 13 de novembro de 1613. Ainda no tempo da regencia da duqueza de Mantua se estabeleceram definitivamente as rodas dos expostos em 1635.

Quanto ás suas immunidades e regalias recebeu tambem a Misericordia solemne sancção nas leis filippinas. Nunca os juizes provedores no civel, nem os diocesanos no ecclesiastico, tiveram alçada nas cousas da Confraria; o livro I, titulo 62, § 43, da *Legislação Filippina,* expressamente declara o seguinte:

«E esta determinação se entenderá nos hospitaes, albergarias, capellas, confrarias e logares pios que não forem de nossa immediata protecção, porque nos que o forem *como são as casas de Misericordia* e todos os mais logares pios, em que não entendem os nossos provedores por via ordinaria sem particular commissão nossa, não entenderão os prelados nem seus visitadores...»[1]

Já a provisão de 24 de janeiro de 1582 determinava que as justiças reaes não tomassem conhecimento algum sobre serem eleitos ou despedidos os irmãos da Misericordia da cidade de Lisboa pela Confraria d'ella.[2]

Esta decidida protecção regia influiu de um modo importantissimo nos bons creditos da Misericordia, proporcionando-lhe uma grande copia de legados que reverteram em seu beneficio em logar de irem beneficiar, como antes succedia, os mosteiros e conventos.

Uma das circumstancias que mais contribuiram para lhe attrahir as attenções e boas graças de todos os bons catholicos era a fórma pomposa com que a Misericordia fazia os enterramentos dos seus confrades e bemfeitores; bastava pois a muitos a esperança de receberem aquella posthuma recompensa para se decidirem a legar-lhe avultados bens.

Tornou-se a breve trecho a communidade mais importante de Portugal e seus dominios. Dava-lhe prestigio e conquistava-lhe a confiança geral o facto de empregar a santa Confraria a maxima fidelidade e actividade no cumprimento das disposições testamentarias d'aquelles que a deixavam por testamenteira e herdeira.

Isto fez com que a Misericordia se constituisse quasi geral testamenteira,

---

[1] Citado por Felix Ferreira. *A Misericordia fluminense,* pag. 395.

[2] *Repertorio chronologico das leys, pragmaticas, alvarás,* etc. Lisboa, 1783, pag. 324.

não só dentro no paiz, mas, e principalmente, de todos aquelles que falleciam fóra do reino, em terras extranhas, e tinham herdeiros na sua patria. Assim se tornou a Misericordia um importante centro, onde se reuniam as vontades e os pensamentos derradeiros de tantos portuguezes que andavam lidando pela patria nos remotos confins da India, da Africa ou do Brasil. Era o correspondente gratuito, dedicado e fiel a quem esses portuguezes confiavam os seus mais caros interesses, os interesses de seus filhos e parentes, na hora derradeira do passamento.

Constituiu-se então como verdadeira agencia commercial, como casa bancaria, onde se recebiam e pagavam os cheques e as lettras que das mais longinquas paragens lhe remettiam. Para este effeito chegou a ter no numero de seus empregados dois *thesoureiros de lettras.*[1]

Os mais altos e poderosos senhores lhe confiavam os encargos de testamenteira. D. Antonio Prior do Crato, por exemplo, deixou expresso no seu testamento este desejo, que os outros testamenteiros cumpriram, pedindo ao Provedor e mesarios da Misericordia de Lisboa acceitassem aquella missão, como era manifesta vontade do testador.[2]

Em cumprimento das disposições testamentarias de outro testador, Diogo Faleiro, que em 1618 deixou á Santa Casa uma enorme quinta, teve a Confraria o encargo de fundar no sitio da Boa Viagem o convento de Santo Antonio.[3]

Os privilegios da Santa Casa foram confirmados pela provisão de 12 de junho de 1717; depois, tendo o terremoto de 1755, como por mais de uma vez dissemos já, destruido o archivo e n'elle os documentos originaes que os auctorizavam, solicitou a Mesa que pela Torre do Tombo lhe fossem passadas copias d'esses privilegios, o que lhe foi concedido por provisão de 26 de novembro de 1760.[4] Em um livro intitulado *Livro primeiro de privilegios* possue actualmente a Santa Casa: 1.º estas copias (devidamente authenticadas com a assignatura do celebre e dedicado guarda-mór da Torre do Tombo e com o respectivo sello em branco) de todas as provisões e alvarás de privilegios, mercês e doações regias que se encontraram nos livros das chancellarias reaes do Real Archivo da Torre do Tombo, dirigidas directamente á Misericordia de Lisboa; 2.º outras copias, que na mesma occasião se obtiveram, de diplomas constantes de um livro de privilegios concedidos á Misericordia de Leiria, existente no mesmo archivo; 3.º outra collecção de copias de todos os titulos de

---

[1] Vidè Felix Ferreira, obra citada, pag. 44, e *Compromisso*, reformado em 1618.

[2] Vidè testamentos de D. Antonio, nas *Provas genealogicas*, tomo II, pag. 542 e seguintes.

[3] Pinho Leal, tomo II, pag. 112.

[4] Livro I, de *Privilegios*, fl. 112.

privilegios que áquelle tempo existiam no archivo da Misericordia do Rio de Janeiro.

Todas estas copias e certidões constituem o precioso codice, de onde as extractamos.

Nos livros seguintes, intitulados de *Decretos, auisos e ordens,* e numerados de 2 até 11, bem como nos maços de *Varios diplomas regios,* se encontram alguns dos documentos originaes que escaparam ao incendio, e todas as providencias regias e mais documentos de importancia, relativos ao governo e privilegios da Santa Casa, posteriores ao terremoto.

Estes privilegios são os que seguidamente apontamos, dispostos methodicamente pelos assumptos sobre que versam.

Muitos d'elles foram enviados por copia para as diversas misericordias do reino, ás quaes se tornaram extensivos. Por isso o sr. Gabriel Pereira os encontrou nos archivos da Misericordia de Evora e os tornou publicos no seu precioso trabalho, já citado por nós, *Documentos historicos da cidade de Evora.* Apontamos por isso tambem, em seguida aos diplomas, a pagina d'aquelle livro em que vem transcriptos.

**Acompanhamentos nas procissões:**

A confraria da Misericordia não deve ser constrangida a ir em nenhumas procissões que se façam na cidade. Alvará de 15 de fevereiro de 1499, depois confirmado por D. João III.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 19 e 186. *Documentos historicos,* pag. 68.

**Alfandega de Lisboa:**

D. Manuel concedeu á confraria um padrão de 10 arrobas de assucar para a enfermaria, desde 1500, pagos pela Alfandega. Carta regia de 18 de novembro de 1499.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 7.

Passaram para o Hospital Real, pela carta regia de 21 de julho de 1616. —Liv. I, *Privilegios,* fl. 199.

Um quarto de assucar da Ilha de S. Thomé. Provisão de 2 de maio de 1668.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 113.

Concedidas as taxas e os emolumentos que pertenciam aos extinctos logares de administrador das alfandegas do Sul e de administrador do mar. Portaria de 4 de outubro de 1836.—Liv. XII, *Decretos,* etc., fl. 167.

**Almotaceria da cidade:**

A carne pedida para os presos e doentes pobres que a Misericordia sustenta será fornecida pelos almotacés, sob pena severa. Alvará de 25 de junho de 1513.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 29 ☆. e 187 ☆. *Documentos historicos,* pag. 96.

Que $^4/_5$ das tomadias que se façam pela almotaceria da cidade sejam entregues á Misericordia. Alvará de 18 de agosto de 1500.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 23, 62 e 142.

**Amas dos expostos:**

1502 (31 de maio).—Isentas de sisas e fintas. Carta regia de D. Manuel. —Liv. I. *Privilegios*, fl. 73.

1532 (29 de janeiro).—Carta regia de D. João III.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 71.

1576 (23 de maio).—Carta regia de D. Sebastião.

1595.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 75.

Estas quatro cartas regias vem no *Resumo chronologico das leis mais uteis no fôro e uso da vida civil*, por Manuel Borges Carneiro, pag. 351.

1653.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 92, e Liv. II, *Decretos*, etc., fl. 79.

1654.—Os maridos das amas eram dispensados do serviço da ordenança e de acudir aos dois alardos annuaes. Alvará de 29 de agosto.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 99 ✶., e Liv. II, *Decretos*, etc., fl. 87.

1659.—Isentos os maridos dos serviços de guerra. Alvará de 19 de abril. —Liv. II, *Decretos*, etc., fl. 103 e 105.

1695.—Alvará de 22 de dezembro.—Liv. II, *Decretos*, etc., fl. 473.

1696.—Carta regia de 16 de abril.—Idem, fl. 325.

1701.—Alvará de 26 de outubro.—Idem, fl. 329.

1733.—A Mesa dos enjeitados tinha privilegios de aposentadoria para 150 amas. Provisão de 21 de outubro.—Idem, fl. 413.

1734.—O thesoureiro da fazenda pagará em cada anno 900$000 réis para salarios a 12 amas dos enjeitados. Alvará de 5 de julho. Desde 1775 este abono passou a ser de 730$000 réis.

1746.—Aos filhos das amas era concedido o mesmo privilegio de isenção do serviço militar. Alvará de 2 de abril.

1787.—Decreto de 31 de março.—Liv. V, *Decretos*, etc., fl. 55.

1812.—Aviso de 26 de setembro.—Liv. VI, *Decretos*, etc., fl. 43 ✶.

1841.—Isenção ás amas de pagar emolumentos por certidões aos parochos. Portaria de 12 de julho.—Liv. XIII, *Decretos*, etc., fl. 143.

**Aposentadorias:**

As casas dos 13 officiaes que servem na Mesa da Misericordia eram isentas de servir de aposentadoria qualquer. Carta regia de 7 de maio de 1511.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 28. *Documentos historicos*, pag. 94.

Apesar d'esta isenção de que gosavam todas as Misericordias, desde os primeiros tempos da sua instituição, foram em 1810 violentamente tomadas á

Misericordia do Rio de Janeiro umas casas para n'ellas se aboletar uma repartição da alfandega.

N'aquella occasião praticava-se assim com toda a violencia para dar aposentadoria ao enorme pessoal que acompanhava a côrte. A Misericordia, porém, recorreu ao Regente e obteve a manutenção do antigo privilegio pelos avisos de 21 de agosto de 1810 e 29 de janeiro de 1811.[1]

As casas do Hospital de Todos os Santos tambem não podiam dar-se de aposentadoria a nenhuma pessoa. Alvará de 1 de março de 1518, confirmado por varios, sendo o ultimo de 14 de agosto de 1605.[2]

**Auditorios da Casa da Supplicação:**

Que os procuradores da Misericordia usem alli os mesmos privilegios que os da cidade. Carta regia de 3 de fevereiro de 1583 e de 17 de agosto de 1675. Liv. I, *Privilegios,* fl. 102 e 195 v.

**Cadeias.** Vidè **Presos nas cadeias.**

**Capellães da Santa Casa:**

Privilegiados, segundo consta de certidão passada pelo escrivão da Mesa, em 23 de setembro de 1609.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 207 v.

**Cargos dos Concelhos:**

Por graça de el-rei D. Manuel eram os mesarios da Confraria, no anno em que serviam, isentos de servir cargos do conselho. Duas cartas regias de 1500 e 1502.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 2 e 3.

Os mesmos mesarios e outros irmãos sejam privilegiados, excusos e relevados de todos os cargos e officios do concelho; excusos de pagar fintas e de se lhes tomarem as casas de aposentadoria. Alvará de 25 de junho de 1513 e 20 de agosto de 1540.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 5 e 35. *Documentos historicos,* pag. 96.

**Carniceiro da Misericordia:**

O carniceiro (marchante) que a Misericordia tomar para cortar carne para os presos, doentes e officiaes tem os mesmos privilegios que o do Hospital de Todos os Santos. Carta regia de D. João III, 1532.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 16.

O carniceiro, além dos privilegios acima, possuia, por alvará de D. Se-

---

[1] Felix Ferreira, obra citada, pag. 260.

[2] *Repertorio chronologico das leys, pragmaticas, alvarás,* etc. Lisboa, 1783, pag. 45.

bastião, de 1564, as regalias de correr o paiz e comprar gado que entendesse necessario, levando cartas de vizinhança passadas pelo Provedor, nas quaes as camaras passariam certidões da quantidade e qualidade dos gados alli comprados; de não pagar — «usagem, costumagem, nem passagem dos gados, assim nos logares dos Mestrados de Nosso Senhor Jesus Christo, Santiago e Aviz, como em todos os outros logares de meus reinos»; de poderem — «os ditos gados que asi comprar pacer em campos e baldios e montes maninhos e lugares de coutados onde estiver e por onde passar o dito carniceiro e os quizer trazer com seus mancebos e que lhe não levem d'isso coimas comtanto que não fação mal nem damno nos pães, vinhas nem olivaes, ortas e pumares, e se algum danno fizerem aquelles que trouxerem os gados o pagarão o qual dano será estimado por dous homens bons do lugar»; de não pagar portagem, dizima da usagem das pelles e couros, cebos e untos, nem açougagem, nem talhos, nem barcagem das carnes que cortar nos açougues e praças da cidade de Lisboa; de poder comprar em qualquer villa ou lugar sem embargo de posturas ou accordos camararios; de não ser constrangido a dar conta nem varejo dos gados e artigos que comprar; de usar as armas que lhe aprouver», etc.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 40 a 45.

**Cartas de guia:**

Que só a Misericordia de Lisboa as possa mandar imprimir e distribuir pelas outras misericordias. Alvará de 1 de dezembro de 1690.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 120 v.

**Causas:**

Só os corregedores, desembargadores e juizes privativos da Misericordia podem tomar conhecimento das suas causas. Alvará de 11 de agosto de 1517 e decreto de 13 de janeiro de 1780.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 33 v., e Liv. III, fl. 146.

—Nomeados tres juizes privativos. Alvará de 16 de abril de 1518.—Idem, fl. 31 v.

**Cisas:**

Que a Misericordia as não pague. Sentença de 16 de junho de 1639.

— Além d'este diploma tinha a Misericordia isenção geral de pagar quaesquer cisas por doações, quitações de fóros, rendas, etc.

Esta isenção do pagamento de cisas é uma disposição complementar da isenção geral concedida ás egrejas, mosteiros e pessoas ecclesiasticas, por carta regia de D. Manuel de 1 de agosto de 1498.[1]

---

[1] *Repertorio chronologico*, etc. Lisboa, 1783, pag. 21.

**Contrabandos:**

Em todos os pannos que na cidade forem achados falsos, e por isso condemnados a ser queimados, se cumpra justiça na quinta parte, sendo as quatro restantes entregues á Misericordia. Decreto de 6 de abril de 1491. Confirmado pelo de 26 de janeiro de 1503.—*Documentos historicos,* pag. 69 e 91.

—Que á Misericordia se dê $^1/_3$ das fazendas apprehendidas. Alvará de 10 de março de 1611.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 200.

—Que se dê á Misericordia a parte das apprehensões que devia pertencer á fazenda real. Decreto de 22 de setembro de 1778.—Liv. IV, de *Decretos,* fl. 615.

**Diligencias:**

Que a Misericordia as possa mandar fazer nas terras pertencentes á Casa da Rainha. Provisão de 21 de abril de 1779.—Maço I de *Varios diplomas regios,* n.º 29.

**Dividas:**

Que a Santa Casa possa arrecadar as suas dividas do mesmo modo e maneira que os almoxarifes e recebedores da real fazenda as arrecadam e executam. Carta regia de 6 de maio de 1558.—Maço I de *Varios diplomas,* n.º 15, e Liv. I, *Privilegios,* fl. 39.

—Isenta a Misericordia de dar fiador nas execuções de arrecadação judicial de dividas. Decreto de 17 de outubro de 1775.—Liv. IV, *Decretos,* etc.

**Egreja da Santa Casa:**

Todas as egrejas das Misericordias são consideradas como capellas reaes e como taes independentes da jurisdicção parochial, no que toca ao exercicio do culto interno, podendo os seus capellães exercer todos os actos lithurgicos que não envolvam direitos parochiaes, senão quando tenham para isso isenção especial. Quando, porém, as Misericordias teem a seu cargo collegios, asylos ou enfermarias, então o pessoal d'estes institutos fica sob o dominio dos parochos, excepto nos casos em que os prelados os tenham tornado independentes, como succede com o hospital de S. José e hospitaes do exercito e da marinha, onde para nada tem de intervir a auctoridade parochial.

Na egreja da Misericordia, como na do hospital, realizam-se baptizados e casamentos, lavrando-se os respectivos termos. As moças dotadas podem casar na egreja da Santa Casa, segundo a lista de perdão, indulgencias e graças concedidas pelo Papa Paulo III. (Vidè *Indulgencias.*)

**Escrivão da Misericordia:**

Privilegio do escrivão:—«possa fazer pubrico em tudo quanto fôr do interesse da confraria». Carta regia de 10 de outubro de 1500.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 24. *Documentos historicos,* pag. 88.

**Forca:**

Auctorizada a confraria a tirar os justiçados da forca da cidade, e as ossadas d'elles em dia de Todos os Santos e soterral-os no cemiterio da dita confraria. Carta regia de 2 de novembro de 1498.—Liv. I, *Privilegios,* fl. 22. *Documentos historicos de Evora,* pag. 67.

—A confraria auctorizada a levantar na Ribeira da cidade huma forca levadiça para n'ella padecerem e se fazer justiça d'aquelles que não forem julgados, e acabados de padecer os possam logo tirar e soterrar segundo o seu bom costume. Carta regia de 2 de novembro de 1498.—Idem, fl. 23. *Documentos historicos de Evora,* pag. 67.

**Indulgencias:**

Concedidas pelo Papa Paulo III aos irmãos e bemfeitores da Santa Casa. Copia feita em Lisboa em 1609. *Collecção dos manuscriptos* da Bibliotheca Nacional, Y-2-29; impresso em 1690 na typographia de Miguel Manescal, impressor do Santo officio.—Liv. II de *Decretos e avisos,* fl. 315.

**Juiz dos feitos da Misericordia e Hospital Real. Vidè Procurador dos feitos.**

**Legados pios não cumpridos:**

Ácerca da applicação de todas as obrigações de capellas e legados, não cumpridas, ao Hospital de Todos os Santos, para os enfermos e expostos, existe uma extensa collecção de legislação, formada por bullas, breves, lettras apostolicas, provisões, alvarás e decretos. Citaremos aqui, por ordem chronologica, as disposições e diplomas que teem regulado este importante assumpto:

1547.—A bulla *Cum Nobis,* do Papa Paulo III, de 16 de agosto de 1544, e sentença de 26 de agosto de 1547, determinam que todos os encargos e obrigações pias não cumpridas na cidade de Lisboa e seu termo revertam para os enfermos, pobres, peregrinos e expostos do Hospital de Todos os Santos.

1595.—A bulla *Exponi Nobis,* do Papa Clemente VIII, de 5 de fevereiro, torna extensivo este privilegio de applicação aos encargos pios não cumpridos de toda a diocese de Lisboa.

1614.—O alvará de 15 de março suscita o rigoroso cumprimento das

leis sobre legados pios e regula a fórma de se certificar o cumprimento dos encargos.

1642.— O alvará de 22 de outubro recommenda a observancia do alvará de 1614.— *Collecção de leis extravagantes,* liv. I, fl. 439.

1685.— O alvará de 22 de maio ordena aos provedores das comarcas do districto do arcebispado condemnem os legados pios não cumpridos, e deixados a incertas pessoas, para o Hospital de Todos os Santos, na fórma do Breve de Clemente VIII.

1779.—Bulla do Santo Padre Pio VI, que começa *Dives in Misericordiæ Dominus,* de 7 de julho, ampliando a concessão a favor do Hospital, extendendo a todo o reino e dominios a applicação dos legados pios não cumpridos, dividindo-se em tres porções eguaes, duas para o Hospital Real de S. José e a outra para os hospitaes dos respectivos arcebispados e bispados.

1784.—Bulla de Pio VI, que começa *Ea est infirmitatis nostrae conditio,* de 2 de janeiro; amplia as concessões de commutações de encargos pios feitas pela anterior bulla de 19 de julho de 1775.

1785.—Bulla de Pio VI, de 5 de julho, que começa *Cum ad universos Christi Fidelis,* em que, ouvida a congregação dos cardeaes sobre uma controversia ácerca das capellas do mosteiro de Belem, determina as excepções a fazer.

1786.— O alvará de 5 de setembro ordena o cumprimento e observancia das leis anteriores e das duas bullas de 1784 e 1785.—Liv. II, *Decretos,* fl. 785.

1787.—Alvará de 9 de março; determina nova fórma de applicação, sendo uma parte para o Hospital de S. José, com obrigação de soccorrer os hospitaes dos Invalidos do Amparo, e a outra parte á Casa dos Expostos, obrigada a soccorrer o Hospital dos Incuraveis de Sant'Anna, em conformidade com as Lettras Apostolicas *Justis votis assensum,* de 26 de novembro de 1784.—Idem, fl. 67 e 817.

1827.—Duas representações dirigidas á Infanta Regente, sobre duvidas occorridas na liquidação dos legados pios não cumpridos, pelo enfermeiro-mór Principal Camara, em 20 e 28 de março, em consequencia da real resolução de 27 de novembro de 1826. Em satisfação ás consultas veiu a provisão de 26 de abril de 1827, ordenando a remessa dos legados pios não cumpridos ao Hospital.

1834.—Decreto de 30 de abril, ordenando que os administradores das capellas entreguem ao Hospital os encargos pios não cumpridos, visto achar-se extincto, por decreto de 16 de maio de 1832, o Juizo das capellas.

—Decreto de 7 de agosto, auctorizando o hospital a receber dos escrivães do Juizo das capellas os autos de contas das capellas das quatro provedorias de Santarem, Setubal, Alemquer e Torres Vedras, cujos legados pios pertencem na totalidade ao Hospital Real.

1851.—Provisão do cardeal Patriarcha de Lisboa, de 30 de maio, ordenando que nos processos pendentes no Juizo ecclesiastico do patriarchado sobre commutações e reduções de encargos pios seja sempre ouvido o syndico do Hospital.

—Decreto de 5 de novembro, organizando as novas repartições de tomada de contas de encargos pios.

1852.—Provisão do cardeal Patriarcha, de 23 de junho, marcando authentica a taxa de 120 réis, por missa rezada, dos encargos pios.

—Decreto de 24 de dezembro, regulando o processo da tomada de contas e execuções.

1855.—Carta de lei de 26 de julho, sanccionando o decreto de 13 de julho, regulando as reducções, conversões, remissões e prescripções, liquidação e pagamento dos encargos e seu julgamento e execuções.

1865.—Portaria de 21 de novembro, declarando serem os administradores de concelho os competentes para tomarem as contas dos encargos pios.

A este assumpto se referem as *Constituições Synodaes do Arcebispado de Lisboa*, ácerca da taxa ou preço das missas, no seu liv. II, tit. I, doc. II, § 2.º

1871.—Portaria de 23 de agosto; declara que as esmolas em dinheiro devem ser consideradas como encargos pios, e outros pontos do processo de tomada de contas.—Collecção da *Legislação*, pag. 244.

**Marchantes:**

Que os que fornecem carne para a Misericordia, hospital e presos não paguem o real d'agua na carne. Carta regia de 17 de agosto de 1665.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 104.

Tambem para o gado destinado ao consumo da Misericordia havia privilegios de pastios e outros, já referidos no termo *Carniceiro*.

**Memposteiros.** Vidè **Peditorios.**

**Padecentes:**

Indulgencia plenaria concedida pelo Papa Innocencio XI áquelles que na hora da morte beijarem a imagem de Christo que lhes fôr apresentada pela Irmandade.—Liv. II, *Decretos*, fl. 283.

**Pão:**

Todo o pão mal pesado seja entregue á Misericordia para repartir pelos pobres. Alvará de 5 de fevereiro de 1513. Só se encontra no Archivo de Evora.—*Documentos historicos*, pag. 95.

**Peditorios e mealheiros:**

Constando que se faziam em Lisboa varios peditorios para presos, entrevados e envergonhados, que são todos soccorridos pela Misericordia, el-rei determina que nenhuma pessoa possa fazer esses peditorios. 15 de fevereiro de 1499.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 20. *Documentos historicos*, pag. 20.

—Para as esmolas havia, antes de 1500, 28 homens, sendo 14 nas quadrilhas de fóra da cidade e outros 14 na cidade. D. Manuel concedeu-lhes o privilegio que havia concedido aos Memposteiros dos captivos do bispado, do qual a cada um se passava diploma. Dado em Evora a 13 de janeiro de 1513. —Idem, fl. 4.

—Privilegio de mealheiros na cidade, excluindo todas as outras confrarias. 5 de julho de 1517.—Idem, fl. 30. *Idem*, pag. 144.

—As pessoas que pedirem esmola serão 24, repartidas pelas freguezias, pedindo pelas portas e ruas, e terão todos os privilegios e liberdades de que gosam os Memposteiros dos captivos, depois de inscriptos na Camara. 24 de agosto de 1541.

—Os irmãos da Misericordia eram auctorizados a pedir esmolas de pão, vinho e azeite, no Ribatejo, como em todos os outros logares até cisas de Alemquer. Alvará de 17 de agosto de 1501.

—Que a Misericordia possa nomear 24 pessoas para pedir, com os privilegios dos Memposteiros dos captivos.[1] Alvará de 24 de agosto de 1540.—Idem, fl. 37.

—Que se possam pedir esmolas no arcebispado de Lisboa para a creação dos expostos. Carta regia de 16 de janeiro 1595.—Liv. II, *Decretos*, fl. 55.

—Que ninguem peça para os presos e entrevados, nem envergonhados da cidade. Provisão de 15 de fevereiro de 1599.

—Que se possam tirar esmolas nos contractos das rendas reaes, para os expostos. Alvará de 8 de janeiro de 1658.—Idem, fl. 95.

**Presos das cadeias:**

1498.—Para que se não ponham embargos aos mordomos da Misericordia em visitarem os presos e que os seus requerimentos sejam logo attendidos nas Relações. Alvará de 13 de setembro de 1498.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 150. *Documentos historicos*.

---

[1] Estes privilegios veem enumerados a pag. 43 do livro *As Misericordias*, do sr. Costa Goodolphim, e foram ordenados pelo Regimento dos Memposteiros-móres e menores, dado por el-rei D. Sebastião, aos 11 de maio de 1560, em Lisboa. Eguaes privilegios foram concedidos aos Memposteiros da Real Casa de Santo Antonio, por el-rei D. João V, por diplomas de 1 de dezembro de 1716 e 29 de julho de 1735. Vidè *Privilegios concedidos pelos srs. Reys de Portugal aos Memposteiros e pedidores da real casa do glorioso Santo Antonio*. Lisboa occidental, 1735.

1499.—Prohibindo aos meirinhos da Relação que levem dinheiro aos presos que vão degredados por os levar da cadeia aos navios, ou por levar-lhes os ferros. Alvará de 29 de fevereiro.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 60. *Documentos historicos*, pag. 69.

—Que ninguem possa pedir esmolas para os presos nem para os entrevados que são soccorridos pela Misericordia. Alvará de 15 de fevereiro.—Idem, fl. 186.

—Que a Misericordia possa mandar limpar as cadeias a horas honestas. Decreto de 15 de abril.—Idem, fl. 148. *Idem*, pag. 69.

1501.—Que os carcereiros declarem á Misericordia quaes são os presos necessitados para a Confraria os soccorrer. Alvará de 10 de setembro.—Idem, fl. 26 e fl. 196 ℣. *Idem*, pag. 89.

—Que os presos que tenham de ir degredados não sejam retidos, caso haja navio, ainda que devam as custas dos feitos e as assignaturas de sentenças e alvarás. Alvará de 16 de outubro.—Idem, fl. 25.

1502.—Os porteiros dos concelhos que fizerem as diligencias dos presos patrocinados pela Misericordia serão excusos de ir nas execuções. Alvará de 7 de abril.—Idem, fl. 26 ℣. e fl. 187. *Idem*, pag. 90.

1511.—Que os presos e degredados soccorridos pela Misericordia não sejam detidos nas cadeias por custas.—Idem, fl. 25 ℣. *Idem*, pag. 90.

1518.—Que se guarde o privilegio dos Memposteiros dos captivos aos 28 homens que a Misericordia trouxer a pedir esmolas para os presos. Carta regia de 13 de janeiro de 1513.—Idem, fl. 4 ℣.

—Que os presos pobres da Misericordia não paguem direitos de chancellaria. Dois alvarás de 8 de março.—Idem, fl. 31 e fl. 188. *Idem*, pag. 144.

1522.—Identico ao de 1511.—*Idem*, pag. 184.

—Que a Misericordia possa mandar e tratar em todas as diligencias dos presos pobres.

1535.—Que o Provedor da Misericordia, juntamente com o corregedor, façam por conciliar os credores dos presos por dividas, a fim de perdoarem alguma cousa a seus devedores. Alvará de 31 de maio.—Idem, fl. 166.

1539.—Que os presos da Misericordia, que não teem por onde pagar, não estejam na cadeia mais que dois mezes. Alvará de 20 de maio.—*Repertorio chronologico*, pag. 141.

1540.—Que o promotor das justiças não leve os 100 réis de libello que pozer contra os presos. Alvará de 7 de agosto.—Idem, fl. 38.

1542.—Que os degredados patrocinados pela Misericordia sejam os primeiros a embarcar. Alvará de 20 de outubro.—*Documentos historicos*, pag. 188. *Repertorio chronologico*, pag. 147.

—Que os presos a que a Misericordia dá de comer e que forem condem-

nados em degredo sejam soltos para logo o irem cumprir no termo que lhes fôr assignado. Alvará de 7 de outubro.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 190. *Repertorio chronologico*, pag. 147.

1561.—Que os presos a quem a Misericordia dá de comer e não tiverem partes que os accusem sejam condemnados em penas de degredo e não nas pecuniarias. Alvará de 16 de outubro.—Idem, fl. 189. *Repertorio chronologico*, pag. 212.

1563.—Que a Misericordia possa eleger nas cadeias um dos presos para juiz e para enfermeiro, encarregado de distribuir pelos presos as esmolas da Santa Casa. Alvará de 8 de fevereiro.—Idem, fl. 190. *Documentos historicos*, pag. 248.

—Que os carcereiros e guardas das cadeias não se opponham a que os mordomos da Confraria da Misericordia visitem os presos e os soccorram. Alvará de 13 de dezembro.—Idem, fl. 193 ℣.

1590.—Identico ao de 1561.—Idem, fl. 199 ℣.

1607.—Alvará identico ao de 20 de outubro de 1542.

1636.—Que os sentenciados a galés ou degredo sejam remettidos com os que já se achem embarcados, e que não havendo logar lhes sejam commutados os seus degredos, não sendo christãos novos. Alvará de 7 de fevereiro. —Idem, fl. 87.

1664.—Que os perdões concedidos por S. M. com intervenção da Misericordia possam ser feitos pelo escrivão d'ella. Alvará de 10 de março.—Idem, fl. 195 ℣.

1753.—Que a irmandade da Caridade Geral não possa eleger irmão algum com o titulo de mordomo dos presos. Sentença de 16 de novembro.—Liv. II, *Decretos*, fl. 535.

1791.—Os réos soccorridos pela Misericordia isentos de pagar direitos dos perdões. Resolução de 27 de junho.—Liv. V, *Decretos*, fl. 92.

**Procurador dos feitos da Misericordia:**

1499.—Será ouvido nas audiencias primeiro que qualquer outro. Alvará de 24 de julho.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 21 ℣. e 186 ℣. *Documentos historicos*, pag. 69.

1583.—Que possam usar nos auditorios da Casa da Supplicação os mesmos privilegios que gosam nos auditorios da cidade. Carta regia de 3 de fevereiro.—Idem, fl. 195 ℣.

Ao juiz dos feitos da Misericordia e do Hospital de Lisboa foi dado regimento por alvará de 18 de dezembro de 1565. Vidè Leão—*Compilação das leis*, part. I, tit. 14, lei I, fl. 37. Citado no *Repertorio chronologico*. Lisboa, 1783, pag. 254.

**Residuos:**

A Misericordia não podia ser demandada nem obrigada a repôr os legados que lhe tivessem entregado por se não encontrarem os legatarios. Alvará de 27 de agosto de 1540, confirmado pelo de 19 de maio de 1623.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 192 v. e 195 v.

**Sentenças:**

Que a Misericordia não pague dizima das que contra ella forem proferidas. Alvará de 18 de fevereiro de 1692.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 119.

**Sello (Isenção de):**

Nos legados e documentos das Misericordias foi concedida, por alvará de 28 de setembro de 1810, em especial á Misericordia do Rio de Janeiro, tornando-se depois extensiva esta disposição a todas as Misericordias, por alvará de 20 de maio de 1811.

**Testamentos:**

Os testamentos em que seja contemplada a Misericordia devem ser levados, nos 20 dias seguintes á morte do testador, á Santa Casa. Resoluções de 1518 e 28 de outubro de 1519.—Liv. I, *Privilegios*, pag. 188 e 195.

**Tumbas:**

Que só as confrarias da Misericordia, do Loreto (dos italianos) de S. Bartholomeu, de S. Gião (dos allemães), possam usar tumbas. Sentença de 30 de junho de 1593.—Liv. I, *Privilegios*, fl. 208 v.

## II

### Insignias e sellos

As insignias e distinctivo da Misericordia de Lisboa consistem nos famosos paineis ou bandeiras que em outro logar já descrevemos. Estas insignias foram tambem destruidas pelo terremoto, motivo por que no anno seguinte a procissão de Endoenças, que sahia da ermida de S. Vicente Ferrer, ás Olarias, para a egreja dos Anjos, que era a freguezia a que pertenciam as casas onde a Mesa assistia, se ordenou em harmonia com uma disposição especial

SELLO DE ARMAS DA MISERICORDIA DE LISBOA

1

2

3

4

5

6

SELLOS DE PREPOSITOS E PROVINCIAES DA COMPANHIA DE JESUS

(SECULO XVI)

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

da Junta grande da irmandade, por se não poder cumprir o que o Compromisso determinava.[1]

Existem actualmente tres d'essas bandeiras, uma das quaes, por acertada e judiciosa deliberação do actual Provedor, sahiu pelas ruas da capital para tomar parte no cortejo civico commemorativo do quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India, excitando o interesse e geral curiosidade.

Além d'estes paineis conserva tambem a Misericordia, como apanagios da Mesa, a campainha de prata, a grande massa tambem de prata que acompanha o Provedor nos actos solemnes da Casa, e muitas varas que usavam trazer os irmãos da Confraria.

*

* *

Quanto aos sellos de armas não nos foi possivel encontrar esclarecimento ou referencia, por mais leve que fosse, ácerca do uso do actual sello, uso que parece datar do tempo do marquez de Pombal, em que primeiro elle nos apparece (no anno de 1768) nas *Relações dos gastos da Misericordia,* no frontispicio, abaixo do titulo, onde até então, nos annos anteriores (ainda em 1753), se via impressa uma gravura detestavel, identica á que acompanha o frontispicio de algumas edições do Compromisso, representando o quadro allegorico que anda pintado no painel da Misericordia.

A mesma duvida existe na Misericordia do Porto. Em officio de 27 de janeiro de 1899 o Provedor d'aquella casa, dr. Paulo Marcellino de Freitas, expunha ao Provedor da Misericordia de Lisboa as considerações seguintes, ás quaes não foi possivel fornecer esclarecimentos seguros, como o caso requeria. A Misericordia do Porto usa tambem de um sinete ou sello formado por dois escudos sobrepujados por uma corôa real. Ácerca d'este uso, que vem de muito longe, diz o Provedor, nada se encontra no archivo d'aquella Santa Casa, quer explicando a sua origem e direito de uso, quer fixando o tempo do seu apparecimento. Nota apenas que não figura este sello nos frontispicios dos *Compromissos* d'aquella Misericordia, impressos em 1646 e 1648, figurando, porém, em logar d'elle, uma vinheta ou gravura representando Nossa Senhora da Misericordia abrigando sob o seu manto varias figuras de nobres e ecclesiasticos. Na edição de 1800 é que apparece pela primeira vez o sinete substituindo a antiga gravura, mas em formato maior do que o dos sellos actuaes e mais enramalhetado. Na Bibliotheca Publica do Porto tambem nada se encontrou a este respeito.

---

[1] Livro já citado das *Juntas grandes.*

Não nas poupámos a buscas e diligencias attinentes a esclarecer o facto; foram, porém, infructiferos todos os nossos esforços.

No Cartorio da Nobreza, segundo informação obsequiosamente prestada pelo sr. Carlos Augusto da Silva Campos, nada absolutamente consta a tal respeito, julgando aquelle senhor que o sello usado pelas Misericordias seja apenas uma especie de sinete creado pela phantasia de algum Provedor.

Recorrendo ainda á Torre do Tombo, onde encontrámos solicitos guias nos srs. D. José da Silva Pessanha e Pedro de Azevedo, depois de consultados os preciosos indices do Corpo Chronologico, das Chancellarias de D. João V e de D. José, das Mercês e da Legislação, nada absolutamente appareceu que pudesse fornecer fio conductor para a solução d'este problema.

Não admira muito que tal succeda, pois a portaria do Ministerio do Reino de 26 de agosto de 1881, lavrada no ministerio de Antonio Rodrigues Sampaio, que a subscreve, nos diz bem claramente que convindo regular tudo o que respeita a armaria nacional, parte importante da historia e da archeologia, e considerando que muitas camaras municipaes e corporações concelhias usam de brazões sem que se lhes conheçam os competentes e respectivos diplomas, determina aos governadores civis que intimem essas corporações a apresentar os seus titulos no cartorio da nobreza do reino, e as que os não possuirem os solicitem pela Secretaria dos Negocios do Reino.

Deparou-se-nos, porém, uma noticia curiosa para o caso, e que parece mostrar que a caveira era, já no seculo XVI, o emblema das Misericordias. É a seguinte:

Na egreja da Misericordia de Buarcos (de instituição remota) vê-se sobre uma porta lateral, por baixo da tribuna, o seguinte lettreiro, tendo no meio um craneo e a data 1576:

TALE Vi CoMo TI TAL ⊙ SERAS CoMo MI

(tal vivi como ti, tal serás como mi) [1]

E tão descurado foi sempre este assumpto, e tanto se faz sentir a falta de um documento official em que o sello, ou armas da Misericordia, se ache bem e positivamente determinado, que ainda nos nossos dias, apesar dos magnificos desenhos e pinturas, que podemos considerar typicos, existentes nos tectos das salas da Misericordia, pintados e retocados por Januario Correia (aos quaes nos referimos já), houve quem na ornamentação da nova sala das loterias (inaugurada em 1901) representasse, nas grades da galeria, em ferro fun-

---

[1] Artigo *Epigraphia do concelho da Figueira,* do sr. Pedro Fernandes Thomaz, na *Portvgaliae,* fasc. II, pag. 351.

dido, e até sobre a antiga porta do carro do edificio, que deita para a calçada da Gloria, aquellas armas, de tal modo deturpadas que lhe tiraram de todo a significação historica.

N'esta deploravel reproducção vêem-se os dois escudos ellipticos: em um as armas do reino, e no outro a cruz, as tibias e a caveira com as lettras

MIZI

cuja significação debalde se procurará.

Em todos os sellos e armas da Misericordia de Lisboa e de outras Misericordias se encontra a palavra *Misericordia* escripta em breve de diversos modos, mas pelas diversas fórmas de abreviatura consagradas na nossa lingua. Encontramos:

MIZ.ª — M̃Z.ª — M̃IZ̃A

assim como nos velhos pergaminhos e manuscriptos, e em lapides, se vêem as fórmas:

MĨA — MỸA

todas consagradas e significativas.

*Mizi,* porém, não nos parece que seja abreviatura de coisa alguma, e mesmo para tal significar lhe falta o travessão com que era uso designar nas incripções e na escripta as palavras abreviadas.

## III

### Relação dos Provedores da irmandade da Misericordia de Lisboa

1.º — 1498-1505. — Fr. Miguel Contreiras. — Vem citado na *Chronica da SS. Trindade,* mas não vem nas relações manuscriptas que mencionamos no fim d'esta relação. Segundo a mesma *Chronica,* não houve eleição de Provedor durante alguns annos.

—— (?) D. Alvaro da Costa, armeiro-mór de El-Rei D. Manuel. — Vidè noticia referida a pag. 289 d'este livro.

2.º — 1533-1534. — D. Pedro de Moura, o devoto, do conselho de El-Rei.

3.º — 1535-1537. — Rui Figueira.

4.º — 1538.— Rui de Sousa.

5.º — 1539-1540.— D. Alvaro da Costa.

6.º — 1541.— D. Duarte da Costa.— «N'este anno se fez o compromisso d'onde se determinou que fossem os Provedores sem passarem dois annos o mesmo.» [1]

7.º — 1542.— Affonso de Albuquerque.

8.º — 1543.— Fernão da Silveira.

9.º — 1544.— Bernardim de Tavora.

10.º — 1545.— Affonso de Albuquerque.

11.º — 1546.— Rui de Sousa.

12.º — 1547.— D. Garcia de Sá.

13.º — 1548.— D. Francisco de Noronha, conde de Linhares.

14.º — 1549.— Manuel de Albuquerque.

15.º — 1550.— Fernão da Silveira.

16.º — 1551.— Christovão de Brito.

17.º — 1552.— Affonso de Albuquerque.

18.º — 1553.— D. Francisco de Noronha.

19.º — 1554.— D. Luiz de Lencastre, irmão do duque de Aveiro, filho do infante D. Jorge.

20.º — 1555.— D. Affonso de Lencastre, irmão do antecedente.

21.º — 1556.— D. Affonso de Noronha.

22.º — 1557.— D. Affonso de Albuquerque.

23.º — 1558.— D. Alvaro de Mello.

24.º — 1559.— D. Duarte da Costa.

25.º — 1560.— Martim Affonso, primeiro enfermeiro-mór do Hospital.

26.º — 1561.— D. Affonso de Noronha.

27.º — 1562.— D. Sancho de Faro, conde de Odemira.

28.º — 1563.— Affonso de Albuquerque.

29.º — 1564.— Rui Lourenço de Tavora.

30.º — 1565.— D. Alvaro de Mello.

31.º — 1566.— D. Luiz de Athayde, conde de Athouguia. Foi para a India vice-rei. Succedeu-lhe D. Alvaro de Mello.

32.º — 1567.— D. Luiz Fernandes de Vasconcellos.

33.º — 1568.— João Nunes da Cunha, que se ausentou, sendo eleito para o mesmo anno.

34.º — 1569.— Luiz de Brito.

35.º — 1570.— Lourenço de Sousa.

36.º — 1571.— Affonso de Albuquerque.

---

[1] Nota do manuscripto.

37.º — 1572. — D. Pedro Diniz.

38.º — 1573. — D. Alvaro de Mello.

39.º — 1574. — D. Diniz de Lencastre.

40.º — 1575. — Rui Lourenço de Tavora. Foi para a India vice-rei e foi eleito seu irmão.

41.º — 1576. — Bernardim de Tavora.

42.º — 1577. — Affonso de Albuquerque.

43.º — 1578. — D. Alvaro de Mello.

44.º — 1579. — Bernardim de Tavora.

45.º — 1580. — D. Diniz de Lencastre, commendador-mór.

46.º — 1581. — D. Thomaz de Noronha.

47.º — 1582. — D. Francisco de Sá, conde de Mattozinhos.

48.º — 1583. — Pedro de Alcaçova Carneiro, do conselho de estado e veador da fazenda.

49.º — 1584. — Manuel de Mello, monteiro-mór.

50.º — 1585. — Diogo de Sousa.

51.º — 1586. — D. Diniz de Alancastre, commendador-mór.

52.º — 1587. — D. João da Costa.

53.º — 1588. — Manuel de Mello.

54.º — 1589. — D. Luiz de Lencastre.

55.º — 1590. — D. Diniz de Lencastre.

56.º — 1591. — D. Francisco de Mascarenhas, conde de Villa da Orta.

57.º — 1592. — Fernão Telles de Menezes.

58.º — 1593. — Manuel de Mello.

59.º — 1594. — D. Luiz de Lencastre.

60.º — 1595. — Francisco Barreto de Lima.

61.º — 1596. — Fernão Telles de Menezes, regedor.

62.º — 1593. — Manuel de Mello.

63.º — 1594. — D. Luiz de Lencastre.

64.º — 1595. — Francisco Barreto de Lima.

65.º — 1596. — Fernão Telles de Menezes, regedor.

66.º — 1597. — Manuel de Mello.

67.º — 1598. — D. Luiz de Lencastre. Morreu sendo Provedor. Succedeu-lhe Manuel de Mello, e, por este morrer, Fernão Telles de Menezes.

68.º — 1599. — Francisco Barreto de Lima. Morreu Provedor. Acabou o seu tempo Fernão Telles de Menezes.

69.º — 1600. — Manuel de Castello Branco, conde de Villa Nova.

70.º — 1601. — D. João da Costa.

71.º — 1602. — D. Francisco Manuel, conde da Atalaya.

72.º — 1603. — Mathias de Albuquerque.

73.º — 1604.— D. Gil Eannes da Costa.
74.º — 1605.— Rui Lourenço de Tavora.
75.º — 1606.— D. Jeronymo Coutinho.
76.º — 1607.— D. Christovão de Moura, marquez de Castello Rodrigo.
77.º — 1608.— D. Manuel de Castello Branco. Por se ausentar e os dois antecedentes era seu immediato Rui Lourenço de Tavora.
78.º — 1609.— D. João Coutinho, conde de Redondo.
79.º — 1610.— Conde de Villa Franca.
80.º — 1611.— D. Henrique de Portugal.
81.º — 1612.— D. Francisco Manuel, conde da Atalaya.
82.º — 1613.— Conde de Portalegre, mordomo-mór.
83.º — 1614.— Luiz da Silva.
84.º — 1615.— Conde de Santa Cruz.
85.º — 1616.— Rui Lourenço de Tavora. Falleceu sendo Provedor.
86.º — 1617.— Simão Gonçalves da Camara, conde Almirante.
87.º — 1618.— D. Henrique de Portugal.
88.º — 1619.— D. Manuel de Castello Branco.
89.º — 1620.— D. Diogo da Silva (conde).
90.º — 1621.— D. Francisco Castello Branco, conde de Sabugal. «N'este anno de 1620 se fez a Casa do Despacho que hoje temos.»
91.º — 1622.— Simão Gonçalves da Camara, conde Capitão.
92.º — 1623.— D. Affonso de Lencastre, commendador-mór.
93.º — 1624.— D. Affonso de Noronha, do conselho de estado.
94.º — 1625.— D. Francisco de Castello Branco.
95.º — 1626.— D. Manuel Castello Branco. Morreu sendo Provedor.
96.º — 1627.— D. Manuel Alvares da Cunha.
97.º — 1628.— Gonçalo Pires de Carvalho.
98.º — 1629.— D. Martinho de Mascarenhas, conde de Santa Cruz.
99.º — 1630.— D. Miguel de Almeida.
100.º — 1631.— D. Gonçalo Coutinho.
101.º — 1632.— D. Martinho de Mascarenhas.
102.º — 1633.— Pedro da Silva.
103.º — 1634.— Gonçalo Pires de Carvalho.
104.º — 1635.— D. João da Silva, capellão-mór. Morreu sendo Provedor.
105.º — 1636.— D. Jorge Mascarenhas, conde de Castel-novo.
106.º — 1637.— Luiz da Silva.
107.º — 1638.— Marquez de Gouvêa.
108.º — 1639.— Luiz da Cunha.
109.º — 1640.— D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa.[1]

---

[1] Era da illustre casa dos senhores de Tabua. Foi inquisidor, bispo de Portalegre e do

110.º — 1641.— Conde de Figueiró.
111.º — 1642.— Marquez de Villa Real.
112.º — 1643.— Pedro da Silva, conde de S. Lourenço.
113.º — 1644.— D. Rodrigo da Camara, conde de Villa Franca.[1]
114.º — 1645.— D. Antão de Almada.
115.º — 1646.— D. Thomaz de Noronha.
116.º — 1647.— Marquez de Gouvêa.
117.º — 1648.— D. Jorge de Mascarenhas, conde de Castel-novo e marquez de Mont'Alvão.
118.º — 1649.— Conde de Villa Nova.
119.º — 1650.— D. Rodrigo da Silveira, conde de Sarzedas.
120.º — 1651.— D. Miguel de Almeida, conde de Abrantes.
121.º — 1652.— D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede.
122.º — 1653.— D. Alvaro de Abranches.
123.º — 1654.— Jorge de Mello, general das galés.
124.º — 1655.— D. Francisco de Faro, conde de Odemira.
125.º — 1656.— Fernão Telles de Menezes, conde de Villa Mayor.
126.º — 1657.— D. Vasco da Gama, marquez de Niza e Almeirão.
127.º — 1658.— D. Antonio de Alcaçova Carneiro. Morreu sendo Provedor.
128.º — 1659.— D. Antonio Luiz de Menezes, marquez de Marialva.
129.º — 1660.— Rui de Moura Telles.
130.º — 1661.— D. Francisco de Faro. Morreu Provedor.
131.º — 1662.— D. Vasco da Gama.
132.º — 1663.— D. João da Silva, marquez mordomo-mór.
133.º — 1664.— Nuno de Mendonça, conde de Val de Reys.
134.º — 1665.— D. Rodrigo de Menezes.
135.º — 1666— D. Jeronymo de Athayde, conde de Athouguia. Morreu sendo Provedor.
136.º — 1667.— Luiz de Sousa e Vasconcellos, conde de Castello Melhor.
137.º — 1668.— D. João da Silva, marquez mordomo-mór.
138.º — 1669.— D. Vasco da Gama.
139.º — 1670.— D. Diogo de Luna, visconde de Villa Nova de Cerveira.
140.º — 1671.— D. Antonio Luiz de Menezes, marquez de Marialva.
141.º — 1672.— D. João de Mascarenhas, marquez de Fronteira.

---

Porto, arcebispo de Braga e de Lisboa. Foi a Madrid á *Junta dos Grandes*. Morreu em 1 de janeiro de 1643. Pinho Leal, tomo IV, pag. 259 e 275.

[1] Foi o celebre conde de Villa Franca, victima da inquisição. Ácerca da sua vida leia-se o notavel estudo do sr. Anselmo Braamcamp Freire — *O conde de Villa Franca e a Inquisição*.

142.º — 1673.— D. Vasco da Gama.

143.º — 1674.— Luiz de Sousa, bispo capellão-mór.

144.º — 1675.— Henrique de Sousa Tavares da Sylva, marquez de Arronches.

145.º — 1676.— Nuno de Mendonça, conde de Val de Reys.

146.º — 1677.— Garcia de Mello, monteiro-mór.

147.º — 1678.— D. Diogo de Lima, visconde de Villa Nova de Cerveira.

148.º — 1679.— D. João de Mascarenhas.

149.º — 1680.— D. João da Silva.

150.º — 1681.— Manuel Telles da Silva, conde de Villa Maior.

151.º — 1682.— D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira.

152.º — 1683.— D. Luiz de Sousa, arcebispo de Lisboa, capellão-mór.

153.º — 1684.— D. Manuel (ou Miguel) Carlos de Tavora, conde de S. Vicente.

154.º — 1685.— D. Luiz da Silveira, conde de Sarzedas.

155.º — 1686.— D. Nuno de Mendonça.

156.º — 1687.— D. Miguel da Silveira.

157.º — 1688.— Manuel da Cunha.

158.º — 1689.— Manuel Telles da Silva.

159.º — 1690.— D. Luiz de Menezes. Falleceu sendo Provedor.

160.º — 1691.— Conde meirinho-mór.

161.º — 1692.— D. Miguel da Silveira.

162.º — 1693.— Fernão de Sousa Castello Branco Coutinho e Menezes.

163.º — 1694.— D. Francisco de Tavora, conde de Alvôr.

164.º — 1695.— Miguel Carlos de Tavora.

165.º — 1696.— D. Luiz de Lencastre, conde de Villa Nova de Cerveira e commendador-mór.

166.º — 1697.— D. Francisco de Sousa, capitão de guerra de Sua Majestade.

167.º — 1698.— Diogo de Mendonça Furtado e Albuquerque. Falleceu sendo Provedor.

168.º — 1699.— D. Luiz Manuel, conde da Atalaya.

169.º — 1700.— D. Antonio Luiz de Sousa, marquez das Minas.

170.º — 1701.— Conde Barão.

171.º — 1702.— Miguel Carlos, conde de S. Vicente.

172.º — 1703.— Francisco de Tavora, conde de Alvôr.

173.º — 1704.— João da Silva Tello, conde de Aveiras.

174.º — 1705.— D. Marcos de Noronha, conde dos Arcos.

175.º — 1706.— Nuno de Mendonça, conde de Val de Reys.

176.º — 1707.— D. José de Menezes, conde de Vianna.

177.º — 1708.— D. Rodrigo da Silveira, conde de Sarzedas.
178.º — 1709.— D. Pedro Antonio de Noronha, conde de Villa Verde.
179.º — 1710.— D. Nuno da Cunha Athayde, bispo inquisidor geral.
180.º — 1711.— D. Fernando Mascarenhas, marquez de Fronteira.
181.º — 1712.— Conde da Ribeira Grande.
182.º — 1713.— Fernão Telles da Silva, marquez de Alegrete.
183.º — 1714.— D. Filippe de Sousa. Morreu sendo Provedor.
184.º — 1715.— D. João de Almeida e Portugal, conde de Assumar.
185.º — 1716.— D. Fernando de Mascarenhas, marquez de Fronteira.
186.º — 1717.— D. Filippe de Mascarenhas, conde de Cocholim.
187.º — 1718.— D. Nuno da Cunha e Athayde.
188.º — 1719.— D. Carlos de Noronha, conde de Valladares.
189.º — 1720.— D. João de Sousa, marquez das Minas.
190.º — 1721.— Rodrigo Eannes de Sá, marquez de Abrantes.
191.º — 1722.— D. Martinho de Mascarenhas, marquez de Alegrete.
192.º — 1723.— Manuel Telles da Silva.
193.º — 1724.— Nuno da Cunha e Athayde.
194.º — 1725.— D. Lourenço de Almeida.
195.º — 1726.— Manuel Telles da Silva.
196.º — 1727.— D. Francisco Portugal, marquez de Valença.
197.º — 1728.— D. Filippe Mascarenhas, conde de Cocholim.
198.º — 1729.— D. João de Almeida, conde de Assumar.
199.º — 1730.— D. Francisco Xavier, conde da Ericeira.
200.º — 1731.— Nuno da Silva Telles.
201.º — 1732.— Marquez de Alegrete.
202.º — 1733.— D. Filippe Mascarenhas.
203.º — 1734.— Conde de Valladares.
204.º — 1735.— D. Pedro de Almeida.
205.º — 1736.— D. Affonso de Noronha.
206.º — 1737.— D. Pedro de Lencastre.
207.º — 1738.— D. Thomaz da Silva, visconde de Villa Nova da Cerveira.
208.º — 1739.— Nuno da Silva Telles.
209.º — 1740.— D. Estevão de Menezes.
210.º — 1741.— Luiz Cesar de Menezes.
211.º — 1742.— D. Pedro de Lencastre.
212.º — 1743.— D. Pedro de Almeida.
213.º — 1744.— D. Filippe Mascarenhas.
214.º — 1745.— D. Estevão de Menezes.
215.º — 1746.— Fernando Telles da Silva.
216.º — 1747.— D. José de Mascarenhas, marquez de Gouvêa.

217.º — 1748.— D. Rodrigo Xavier Telles.

218.º — 1749.— D. Alvaro de Noronha (Valladares).

219.º — 1750-1752.— D. Lourenço Filippe de Mendonça, conde de Val de Reys.

220.º — 1753.— D. José de Mascarenhas.

221.º — 1754-1755.— D. Francisco de Menezes, marquez de Louriçal.

222.º — 1756.— D. Manuel Carlos, conde de S. Vicente.

223.º — 1757-1765.— Conde de Val de Reys.

224.º — 1766.— Conde de Valladares, reposteiro-mór.

225.º — 1767.— D. João Cosme da Cunha, cardeal regedor das justiças.

226.º — 1768-1771.— D. Luiz da Camara Coutinho, principal da patriarchal.

227.º — 1772-1777.— Luiz Diogo Lobo da Silva.

228.º — 1778-1779.— Manuel Telles da Silva, marquez de Penalva.

229.º — 1780-1781.— Fernando de Miranda Henriques, conde de Sandomil.

230.º — 1782-1785.— José da Cunha Athayde, conde de Povolide.

231.º — 1786-1792.— Antonio de Vasconcellos Sousa, marquez de Castello Melhor.

232.º — 1793-1796.— Marquez de Anjeja.

233.º — 1797-1800.— Conde de Obidos, meirinho-mór.

234.º — 1801-1802.— Marquez de Penalva.

235.º — 1802-1807.— Marquez de Abrantes.

236.º — 1808.— D. Fernando de Lima.

237.º — 1812-1817.— Marquez de Castello Melhor.

238.º — 1818-1821.— D. Desiderio, Principal Lencastre.

239.º — 1821-1825.— Marquez de Torres Novas.

240.º — 1826-1828.— D. Desiderio, Principal Lencastre.

241.º — 1828-1830.— Marquez de Borba.

242.º — 1831-1834.— Marquez de Torres Novas.

*

* *

Além da relação que vem publicada na *Chronica da Santissima Trindade*, até ao anno de 1788, encontramos na Bibliotheca Nacional dois manuscriptos, intitulados: o primeiro:

«*Cathalogo dos Provedores da Irmandade da Misericordia de Lisboa.*»

O segundo:

«*Memoria dos Provedores que teem sido da Santa Casa da Misericordia, desde o anno de 1533 tempo em que a confraria se paçou da see desta cidade, eregida que foi em 25 de março de 1534.*»

D'estes manuscriptos, que são simples catalogos de nomes, colhemos algumas indicações. O resto do catalogo foi colligido pelos livros manuscriptos da Santa Casa.

---

# CAPITULO ADDICIONAL[1]

Celebração do IV centenario da instituição das Misericordias.—Primeiro pensamento d'esta commemoração.—O congresso das Misericordias no centenario da India.—O livro de Costa Goodolphim.—A commemoração da Misericordia de Lisboa. Programma e sua execução.—Singella e tocante celebração da Misericordia do Porto e valioso instituto que d'ella derivou.—A Misericordia do Rio de Janeiro.—O livro de Felix Ferreira e a presente monographia.—As Misericordias portuguezas na Exposição Universal de Paris de 1900.

Reconheceram as sociedades civilizadas hodiernas uma das suas mais sacrosantas obrigações — a de honrar a memoria dos grandes vultos da humanidade, dos filhos benemeritos da patria. Em consagrações posthumas pagam-se dividas solemnes da nação e abrem-se ás gerações novas paginas luminosas, onde, a par dos serviços relevantes que se commemoram, fica escripta uma licção de civismo, de virtudes e de meritos para modelo e admiração dos pósteros.

Escolheu-se o periodo de cem annos — o seculo — para a celebração d'estas consagrações geradas pela gratidão dos povos; e acertadamente se julgou que ao centesimo anniversario do passamento de um varão insigne, ou da crea-

---

[1] O plano geral d'esta obra referia-se, como se diz n'outros logares, ao periodo historico decorrido desde a fundação da Misericordia até 1898, em que se realizava o seu IV centenario. Entendemos, porém, da maior conveniencia e justiça, deixar aqui relatados, n'este capitulo a que chamamos addicional, por ter sido redigido muito posteriormente á elaboração da Memoria, factos que tanto interessam á historia d'este Instituto, cuja vida organiça desejámos fixar n'um monumento modesto, despretencioso e de apoucada valia na fórma, mas duradouro e significativo no pensamento.

ção de um instituto presidiado, se devia realizar a sua glorificação posthuma, a apotheose destinada a commemorar ou a consummação de uma vida gloriosa e a entrada do heroe na eternidade, pela aureola que irradia de seus feitos benemeritos, ou ainda o inicio de admiraveis e persistentes instituições sociaes.

D'este modo de vêr provieram as celebrações *Centenarias,* realizadas por todas as nações cultas em homenagem dos seus antigos e venerandos heroes, que pelos feitos de armas, pelas lettras, pelas sciencias, ou por quaesquer famigerados actos piedosos, se tornaram credores da admiração e veneração da posteridade.

Umas vezes celebram-se factos de alta importancia para a vida de um povo; outras vezes os acontecimentos que se glorificam assumem proporções excepcionaes, interessando não só o paiz onde elles se originaram, como tambem o mundo inteiro, por affectarem a historia do desenvolvimento geral das sciencias humanas, da civilização de uma raça ou de toda a humanidade.

Tem Portugal, nos ultimos annos do seculo que findou, prestado condigno culto ás suas glorias passadas, celebrando as altas summidades das lettras, da politica, da navegação e da caridade, que pelos seus feitos e pelo seu renome representam sublimes glorias da vida historica da nossa pequena nacionalidade.

Consagraram-se aquelles vultos nos quaes se concretiza o antigo Portugal tão cheio de epicas grandezas; consagrou-se-lhes preito de homenagem pelas suas elevadas virtudes e altisonantes merecimentos civicos, preito de saudade por aquellas epochas de predominio, de aurea fama, de que só nos resta memoria inolvidavel nas paginas da historia nacional.

Á commemoração festiva do IV Centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India, facto cuja importancia não só aureolou o nome e a patria dos que realizaram o arrojado feito nautico, mas tambem interessou profundamente a vida da Humanidade, associaram-se em 1898 todos os povos cultos. Pelas principaes cidades do globo se repercutiram as celebrações festivaes d'aquelle acontecimento culminante do seculo XV, e a Lisboa accorreram os delegados especiaes das primeiras potencias do mundo, para cada um, pela sua voz, emissario da respectiva patria, vir trazer á solemnidade o extraordinario cunho da solidariedade de povos mui diversos.

Ao espirito de alguem acudiu o pensamento altamente grato de enlaçar á commemoração d'este evento, universalmente glorificado, a recordação tambem *Centenaria* de uma das mais sympathicas e valiosas instituições sociaes do velho Portugal, modelo de beneficencias e de caridade, tanto nos antigos como nos modernos tempos, cujo regimento — o venerando *Compromisso* — é inda hoje acceite como um dos mais notaveis e acertados regimens da assistencia publica aos variadissimos males da miseria e da desventura. E se não vingou

completamente esta aproveitavel e louvavel idéa de associar, no mesmo anno e nas mesmas celebrações festivas, o IV Centenario do descobrimento maritimo com o IV Centenario da Instituição sacrosanta das Misericordias, e de engrinaldar com as mesmas palmas e flôres a fronte energica do famoso capitão das naus da India, a testa formosa da caritativa rainha D. Leonor e a veneranda cabeça encanecida do velho frade valenciano Fr. Miguel Contreiras, o *Instituidor*,—pelo menos ficou registada nos annaes do Centenario e provocou, por certo, manifestações especiaes, singellas, mas tocantes e altamente significativas, em que se commemorou a virtuosa instituição das *Misericordias* portuguezas, uma das mais perfeitas creações sociaes, desinteressada e altruista, de que com justa razão se deve envaidecer o nosso bem entendido patriotismo.

Vejamos como se passou o facto. Em 14 de março de 1896 publicava um dos mais lidos jornaes da capital a seguinte noticia relativa ao inicio das mallogradas diligencias feitas no sentido de ligar intimamente as duas celebrações:

«**Centenario da India.—O congresso das Misericordias.**—Ficou hontem installada pela commissão executiva do centenario, sob a presidencia do sr. conselheiro Ferreira do Amaral, a commissão inicial do congresso das Misericordias de Portugal e Brasil.

«Assistiram mais os srs. dr. Sousa Martins, L. Cordeiro, Gabriel Pereira, Lino d'Assumpção, Oliveira Pires, P. de Faria, Costa Goodolphim, desculpando a sua ausencia por doença, mas dando plena adhesão, os srs. dr. Thomaz de Carvalho, conde do Restello e Jorge Camelier.

«Explicado o fim da reunião, o sr. Lino d'Assumpção apresentou o projecto da circular e questionarios a dirigir ás Misericordias, corroborando os srs. Sousa Martins, G. Pereira e Goodolphim o consideravel alcance pratico e patriotico do pensamento iniciado e as suas relações commemorativas e historicas com o centenario.

«Sob proposta do sr. presidente Amaral foi calorosamente approvado que opportunamente se collocasse o projectado congresso sob a protecção e presidencia de honra das duas rainhas, até em harmonia com o facto de ter sido a rainha D. Leonor a fundadora da bella instituição das nossas Misericordias.

«Para presidente da commissão foi eleito o sr. dr. Thomaz de Carvalho, provedor da Misericordia de Lisboa, e para secretarios os srs. Lino d'Assumpção e Costa Goodolphim.

«Falou-se ainda na ampliação do projecto, no sentido de um congresso geral da assistencia publica, incluindo a hospitalar. Como referencia explicativa da opportunidade do projecto citaremos o seguinte trecho da «Evora Gloriosa»:

«Deu-se principio á irmandade da Misericordia ao mesmo tempo que D. Vasco da Gama entrava pela barra de Lisboa com as noticias do descobrimento da India, ficando indeciso qual descobrimento fôra mais glorioso e proficuo para Portugal, se o de D. Vasco, origem de tantas riquezas, se o de Fr. Miguel, fonte de tantas piedades.»

«A commissão reune novamente na segunda feira, na Sociedade de Geographia.

«Vão organizar-se tambem as commissões iniciaes para a exposição industrial e as de outros numeros do programma geral.»

O fallecimento do presidente dr. Thomaz de Carvalho, do que depois foi

Provedor interino da Misericordia, Jorge Camelier, e do dr. Sousa Martins contribuiram por certo para que tal idéa cahisse no olvido. Esta alliança projectada das duas commemorações civicas apenas persistiu em varios numeros do programma geral dos festejos do centenario da India, que vamos indicar. No programma do *Cortejo de homenagem civica,* que se realizou em 19 de maio de 1898, lê-se sob n.º 8:

«*Misericordias:*—De Lisboa, de Alcochete (com a philarmonica da villa), de Alcaçovas, de Alcacer do Sal, de Aspalhão, de Cuba, de Castello de Vide, de Aviz, de Extremoz, de Bragança, da Gollegã.»

Descrevendo a procissão civica, o *Seculo* de 21 de maio de 1898 referia-se nos seguintes termos a este numero do programma:

«A Misericordia de Lisboa, levando á frente o seu pessoal e tres bedeis com as massas, seguida do Recolhimento de S. Pedro de Alcantara, em numero de 27 meninas, o asylo dos velhos, em numero de 18, e o respectivo Provedor e empregados maiores; as Misericordias de Alcochete, Castello de Vide e Aviz, levando a primeira o seu painel, que foi offerta de el-rei D. Manuel, empunhando os Provedores as suas tres varas.»

Ácerca d'esta representação das Misericordias, dissera o mesmo jornal, em um dos seus numeros antecedentes:

«Vão ser convidadas as Misericordias do reino a fazer-se representar com os seus estandartes no cortejo civico. Este expediente foi motivado pelo facto de não poder realizar-se o congresso das Misericordias, indicado no primeiro programma. O que inspirou a inclusão de tal congresso n'aquelle programma foi o facto d'essa instituição tão historica e nacional ter nascido no mesmo anno em que Vasco da Gama regressou da India. O fim do congresso era estudar-se a organização de uma confederação das Misericordias de Portugal e Brasil, o que seria uma importantissima instituição de beneficencia publica.»

O segundo facto que affirmou e estreitou os laços de intima ligação das duas celebrações foi a publicação, na *Collecção das Memorias da Sociedade de Geographia,* do livro interessantissimo do sr. Costa Goodolphim, que temos citado varias vezes n'este estudo, intitulado *As Misericordias.* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, 8.º gr., 460 pag.)

Logo depois, por iniciativa louvavel do dignissimo actual Provedor, sr. Antonio Augusto Pereira de Miranda, resolveu a administração da Misericordia de Lisboa, tendo previamente consultado o governo,[1] commemorar fes-

---

[1] A consulta em que se pedia auctorização ao governo para a celebração centenaria recebeu approvação por officio do Ministerio do Reino de 30 de maio de 1898. (*Decretos, portarias,* etc., liv. VI, fl. 31.)

tivamente o *IV Centenario da sua instituição,* para o que fixou, em data de 8 de agosto de 1898, o seguinte programma, que foi impresso na typographia da Santa Casa e profusamente distribuido:

«A MESA DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA resolveu solemnizar nos dias 15 a 21 do mez corrente o quarto centenario da instituição da mesma Misericordia—a primeira que houve em Portugal.

«Nem podia passar esquecida a obra gloriosa da Rainha D. Leonor, que em 15 de agosto de 1498 fundava esta instituição—grande Mãe que abre os braços, tambem grandes, da piedade e beneficencia e que aos desamparados e afflictos acodê e remedea com sustento na vida, com as medicinas na enfermidade, com a mortalha e sepultura na morte.

«Assim, no cumprimento de um indeclinavel dever, a Mesa da Santa Casa da Misericordia de Lisboa dispoz e cumprirá o seguinte

**PROGRAMMA**

*Dia 15 de agosto de 1898*

«N'este dia será augmentada a sopa de caridade que, diariamente, é distribuida pela Santa Casa, nos quatro districtos de S. Vicente, Santa Martha, Esperança e S. Pedro de Alcantara, devendo, n'este districto, assistir a Mesa á distribuição, pela uma hora da tarde.

*Dia 16 de agosto de 1898*

«N'este dia, pelas 2 horas da tarde, no edificio da Misericordia, a Mesa concederá 50 diplomas de subsidio de renda de casa, nas mesmas condições em que actualmente é distribuido este beneficio, ás pessoas que, pelas informações colhidas, d'elle se tornem merecedoras.

*Dia 17 de agosto de 1898*

«N'este dia, pelas 12 horas, no edificio da Misericordia, a Mesa distribuirá 400 esmolas, sendo 200 de 1$000 réis e 200 de 500 réis, ás pessoas previamente prevenidas para comparecer n'esse acto.

*Dia 18 de agosto de 1898*

«N'este dia, pelas 2 horas da tarde, no edificio do Recolhimento de S. Pedro de Alcantara, a Mesa procederá á escolha de duas educandas do mesmo Recolhimento, e que d'elle tenham de sahir no fim do anno lectivo de 1897–1898, por terem terminado o seu tempo de internato, concedendo-lhes, como premio do seu bom comportamento, applicação e aproveitamento, o beneficio de permanecerem por mais dois annos no mesmo estabelecimento, nas condições anteriores e como monitoras nas aulas.

*Dia 19 de agosto de 1898*

«N'este dia, pelas 2 horas da tarde, no edificio da Misericordia, serão creados cinco premios de 80$000 réis cada um, a distribuir annualmente, denominados — premio dos bem casados.

«Este premio será conferido a quem tenha recebido dote da Santa Casa, e que, pelas informações colhidas, se prove que, durante tres annos, constituiu familia digna a todos os respeitos d'este beneficio.

«Estes premios serão requeridos no mez de setembro de cada anno e conferidos no mez de dezembro seguinte.

«O praso de tres annos começará a contar-se da data da concessão de dotes no anno de 1895.

*Dia 20 de agosto de 1898*

«N'este dia, pelas 2 horas da tarde, no edificio do Recolhimento de S. Pedro de Alcantara, se creará uma aula de instrucção elementar para creanças pobres, do sexo feminino, em externato.

«Esta aula será aberta no mez de outubro de 1898, e denominar-se-ha Aula da Rainha D. Leonor.

«Ás alumnas será fornecida uma refeição diaria.

*Dia 21 de agosto de 1898*

«N'este dia, pela uma hora da tarde, celebrar-se-ha, na egreja de S. Roque, d'esta Santa Casa, um solemne *Te-Deum.*

«Por esta occasião serão facultadas ao publico, em exposição permanente, nas duas capellas immediatamente lateraes da capella-mór, as piedosas reliquias de que, desde seculos, é possuidora a Santa Casa.

«No mesmo acto será tambem inaugurada a exposicão permanente dos valiosos objectos, uns que constituem o Thesouro da capella de S. João Baptista, e outros de que esta Santa Casa é possuidora, ao que foi adaptada a sacristia da egreja de S. Roque.

«E por este modo será commemorada a data mais gloriosa da historia da caridade em Portugal.

«Santa Casa da Misericordia de Lisboa, em 8 de agosto de 1898.

O PROVEDOR
*Antonio Augusto Pereira de Miranda.*

O ADJUNTO
*João Antonio de Carvalho Veiga.*

Cumpriram-se os numeros d'este programma nos successivos dias para elles designados, até que no ultimo d'elles, a 21 de agosto de 1898, se effectuou o solemne *Te-Deum*, do qual o *Seculo* em seu numero do dia 22 dá a seguinte noticia:

«Era hontem o ultimo dia commemorativo do 4.º centenario da Misericordia de Lisboa, que o digno provedor, o nosso amigo sr. conselheiro Pereira de Miranda, resolvera solemnemente festejar com obras pias e de um largo alcance philantropico.

«Como estava annunciado no programma, realizou-se o *Te-Deum* na egreja de S. Roque.

«Antes das duas horas da tarde já o riquissimo templo estava cheio de gente, não se podendo romper, do meio da egreja até ao altar-mór, por estar o caminho impedido pela policia, que não deixava passar o publico para os logares reservados aos convidados.

«A essa hora já o sr. arcebispo de Mytilene estava sentado na sua cadeira, no altar-mór, com as suas vestes prelaticias e mitra dourada cravejada de pedras scintillantes, tendo ao lado o diacono e sub-diacono, que o deviam acolytar na cerimonia, e que eram os rev.os Viegas e Teixeira.

«Ás duas horas em ponto desceu do altar-mór o sr. arcebispo e acolytos, ministros da justiça e obras publicas, padres, provedor da Misericordia e governador civil, sr. D. Jorge de Mello, que foram á porta principal do templo, cujo guarda-vento estava aberto de par em par, receber o rei.

«Pouco depois o sr. D. Carlos, trajando o uniforme de almirante, entrou na egreja sob o pallio, e, dirigindo-se á capella do Sacramento, alli orou por espaço de dois minutos, seguindo novamente debaixo do pallio até ao altar-mór, onde tomou assento do lado do Evangelho. Sua majestade ia acompanhado por officiaes da sua casa. Desde a sua entrada na egreja a orchestra do côro tocou o hymno da Carta. Ao lado direito da egreja, nas cadeiras do altar-mór, tomaram logar os srs. Veiga, chefe de uma das repartições d'aquelle estabelecimento, conselheiro José de Alpoim, ministro da justiça, que trajava de casaca sem nenhuma condecoração, e conselheiro Elvino de Brito, titular da pasta das obras publicas, que vestia farda. Ao lado esquerdo, tambem no altar-mór, sentaram-se o sr. D. Jorge de Mello, governador civil de Lisboa e officiaes do sr. D. Carlos. Deu-se então começo á cerimonia, subindo ao pulpito o dr. Garcia Diniz, prior da Encarnação, que prégou por espaço de uma hora, enaltecendo a caridade christã e fazendo a apologia da instituição das misericordias em Portugal, benemerita obra que se deve aos conselhos que o virtuoso frade Contreiras dera á santa rainha D. Leonor, esposa de D. João II.

«Após o exordio, o illustre prégador disse que nas serranias da Beira Alta, onde retemperava as suas depauperadas forças physicas, o fôra surprehender o convite do digno provedor d'aquella casa, seu particular amigo, para vir orar n'aquella solemnidade. Aquelle pedido fôra uma ordem; pouco tempo tivera, porém, para se entranhar no assumpto que lhe commettiam, e por isso viera fiado na benevolencia do auditorio. Passa então a exalçar a instituição que alli se celebrava, elogiando o provedor, e accentuando que a um frade se devia a util instituição que dava de comer aos que teem fome e de vestir aos nús, amparo ás creancinhas e protecção aos desvalidos.

«O sermão de s. ex.ª rev.ma foi brilhante, e deixou uma bella impressão em todos os que o ouviram.

«Passou-se em seguida á cerimonia do *Te-Deum*, que durou uns vinte minutos, sahindo em seguida o rei com o mesmo cerimonial da entrada, e tocando a orchestra novamente o hymno.

«A policia deixou então irromper a multidão até ao altar-mór, onde á porta da sacristia lhe era impedida a passagem para a exposição, emquanto a não visitavam os srs. ministros da justiça e das obras publicas, que se demoraram alli cerca de dez minutos. Então, foram pouco a pouco passando os visitantes da riquissima exposição do thesouro da capella de S. João Baptista.

«Fechando o cyclo das festas commemorativas do 4.º centenario da instituição das Misericordias em Portugal, é momento azado para louvar a iniciativa d'esta commemoração, devida ao nosso presado amigo sr. conselheiro Pereira de Miranda, provedor d'aquella casa, que tem sido incansavel, desde que está á frente da Misericordia de Lisboa, em alli promover todos os beneficios e todos os melhoramentos.

«Notas.—Ao *Te-Deum* assistiram as asyladas do recolhimento de S. Pedro de Alcantara, de véos brancos cahidos para traz e calçando todas luvas pretas. Eram conduzidas pela regente d'aquelle estabelecimento, que é sustentado pela Santa Casa da Misericordia.

«—Na exposição figuraram tres bandeiras da Misericordia com que a irmandade cobria os condemnados quando os queria livrar do supplicio. Todas essas bandeiras teem pinturas de uma ingenuidade quasi primitiva. Tambem alli vimos as varas da irmandade, curtas, chegando apenas ao hombro. São as primitivas e não soffreram modificação alguma.

«—A rainha senhora D. Amelia não assistiu ao *Te-Deum* por incommodo de saude.»[1]

A imprensa da capital acompanhou esta commemoração. O *Diario de Noticias* publicava um artigo editorial intitulado—*O quarto centenario da creação da Misericordia de Lisboa*—e a seguir um extenso trecho sob o titulo:—*As Misericordias—Sua influencia social*—precedido d'estas palavras:

«O trecho que em seguida publicamos faz parte de uma memoria intitulada—*A Misericordia de Lisboa, origem, estado actual e seu futuro*—e que tendo sido destinada á commemoração do quarto centenario da fundação da Misericordia de Lisboa não poude comtudo sahir n'este momento.»[2]

Este trecho era extrahido da quarta parte do presente livro.

O *Seculo* publicou um numero illustrado, como os que costuma publicar aos domingos, no dia 14 de agosto. No alto da pagina em grandes lettras:

«*As Misericordias, quarto centenario da Misericordia de Lisboa.*»

O extenso artigo historico, assignado *N*, devido á penna do sr. Nery de Faria e Silva, auctor por nós varias vezes citado, era acompanhado de zincographias representando:—A Misericordia de Vizeu; a Misericordia de Ponte de Lima; claustro da Sé do Porto, onde foi instituida a Misericordia; retrato de Fr. Miguel Contreiras; a Misericordia de Lisboa (fachada da egreja de S. Roque e edificio annexo); e o Hospital da Misericordia do Porto.

---

[1] *Seculo*, n.º 5:967, de 22 de agosto de 1898.

[2] *Diario de Noticias*, n.º 11:737, de 15 de agosto de 1898.

O *Diario Illustrado* publicou o retrato da rainha D. Leonor, acompanhado de um artigo que vem transcripto a pag. 97 do livro — *A egreja da Conceição Velha*, 2.ª edição.

A *Nação* publicou, em 14 de agosto de 1898, um artigo editorial muito interessante do estudioso e erudito escriptor sr. Esteves Pereira.

O *Occidente*, nos seus numeros 707 e 708, publicou os retratos de D. Leonor de Lancastre e de Fr. Miguel Contreiras, sendo o primeiro na primeira pagina, subordinado ao titulo — *Centenario da instituição das Misericordias* — e acompanhados de artigos extrahidos da presente Memoria.

*

* *

No anno immediato, 1899, celebrava a Misericordia do Porto o seu quarto centenario, nos dias 14 e 15 de maio. A fórma por que se realizou esta commemoração contam-n'a os jornaes nas suas noticias, que vamos transcrever. O *Seculo* de 5 de maio publicava o seguinte:

«**Centenario da Misericordia.**— A mesa da Santa Casa da Misericordia fixou hoje o programma do centenario da Misericordia, que se realizará no domingo, 14, e na segunda-feira, 15 do corrente mez. No domingo haverá festividade religiosa á Virgem, prégando o reverendo dr. Francisco Martins, lente da Universidade de Coimbra, tendo sido solicitada para esse dia a benção papal. Á tarde sae um cortejo religioso, acompanhado por todos os estabelecimentos dependentes da Santa Casa. Na segunda-feira ha suffragios por todos os irmãos e bemfeitores mortos, benção, inauguração das novas enfermarias do hospital geral de Santo Antonio, sessão solemne para distribuição de premios aos alumnos dos estabelecimentos da Santa Casa, sendo lançadas as bases do instituto de cegos, assistencia publica e soccorros domiciliarios. O rei será convidado a fazer-se representar como provedor honorario. O programma vae ser impresso e largamente distribuido.»

Noticiando depois o modo por que se executou o programma, dizia em 15:

«**Centenario da Misericordia.**—Começaram as solemnidades commemorativas do 4.º centenario da fundação da Misericordia. Houve missa solemne na egreja e sermão pelo sr. dr. Francisco Martins, que produziu uma magnifica oração allusiva ao acto. O templo foi muito concorrido.

«De tarde houve cortejo, que era assim organizado:

«Philarmonica e internados do Estabelecimento Humanitario do Barão de Nova Cintra, Instituto de Surdos-Mudos Araujo Porto, Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança, Entrevados e pessoal dos hospitaes menores, empregados do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira e do Hospital Geral de Santo Antonio, bandeira da Misericordia, com quatro ciriaes, irmãos da Misericordia, capellães do côro, definitorio e mesa.

«Logo que o cortejo chegou á Sé, ao local onde em 1499 foi instituida a Irmandade da Misericordia, as educandas do Recolhimento das Orphãs espalharam no recinto os ramos que

no prestito conduziam, sendo em seguida descerrada a lapide commemorativa, mandada alli collocar expressamente e que tem esta inscripção:

«N'este resto do velho claustro da Sé, onde teve o seu berço a Santa Casa da Misericordia, mandou esta Irmandade, com a devida permissão do ex.mo cabido, collocar esta lapide, em memoria do 4.º centenario da sua fundação.»

«O dr. Paulo Marcellino, que descerrou a lapide, fez um ligeiro discurso sobre o acto que se commemorava.

«Quem conduzia a historica bandeira da Misericordia era o padre Patricio.

«Pelas ruas do transito havia bastante gente.

«Foram entregues ao hospital, por Anselmo de Moraes, trezentos e tres enxovaes, compostos de dezeseis peças cada um, para creanças que nasçam no hospital da Misericordia de ámanhã em diante.

«Foram admittidas hoje n'aquelle hospital nove d'aquellas desventuradas doentes, que estavam no Aljube.»

No dia 16 referia as festividades realizadas no dia 15:

«**Centenario da Misericordia.**—Cerca das 11 horas foram inauguradas e benzidas pelo padre Ayres da Costa Pinto, capellão do hospital, as seis enfermarias installadas na ala do edificio ainda em construcção para o lado da praça do duque de Beja. Assistiram o governador civil, presidente da camara, provedor, mesa e definitorio da Misericordia. Cinco enfermarias são para mulheres e uma para creanças. Cada uma tem logar para vinte doentes, estando já preenchida a maior parte dos logares.

«O governador civil visitou todas as dependencias do hospital, ficando admiravelmente impressionado, escrevendo no livro dos visitantes a sua impressão, e dirigindo phrases muito elogiosas ao estabelecimento e ás suas administrações.

«Dos 303 enxovaes, offerecidos pelo sr. Anselmo de Moraes, já foram distribuidos 23 a egual numero de creanças.

«Á 1 hora da tarde foi a sessão solemne para a entrega de premios aos alumnos e alumnas dos estabelecimentos a cargo da Santa Casa. A sessão foi no pateo dos retratos, assistindo o general Cibrão, representando o rei, que presidiu; o governador civil, que serviu de primeiro secretario; o presidente da camara, que serviu de segundo; os commandantes da guarda municipal, de infantaria 6 e 18, e grande numero de convidados, definitorio e mesa, professores, directores, etc.

«Falou o dr. Paulo Marcellino Dias de Freitas, provedor, enumerando os serviços prestados á Santa Casa da Misericordia do Porto, defendendo a administração do hospital da Misericordia e appellando para o altruismo das pessoas ricas; depois alludiu ao proximo estabecimento do serviço de assistencia domiciliaria, que seria como que um desdobramento do hospital da Misericordia, sem despesa com a ampliação do edificio, e da proxima instituição do asylo para cegos, para o que já havia importantes donativos.

«Foi muito applaudido.

«Foram, por ultimo, distribuidos premios a 29 educandas do Recolhimento das Orphãs de Nossa Senhora da Esperança, algumas das quaas recitaram discursos e versos em portuguez, francez, inglez e allemão; a varios educandos do estabelecimento humanitario do barão de Nova Cintra, e aos surdos-mudos do instituto *Araujo Porto*, que tambem disseram pequeninos versos na sua voz guttural, adquirida á custa de inauditos esforços.

«Os estabelecimentos dependentes da Santa Casa estiveram tambem hoje embandeirados e á noite illuminados.»

D'estas importantes commemorações, cuja iniciativa se deve ao illustre Provedor d'aquella casa o sr. dr. Paulo Marcellino Dias de Freitas, uma, a da fundação do *asylo dos cegos,* que se intitulou *Asylo S. Manuel,* acha-se realizada; edificou a Misericordia do Porto com um avultado legado anonymo de dez contos de réis que recebeu, espaçoso edificio, destinado a albergar 100 asylados, 50 de cada sexo. Está construida já uma parte do hospicio, onde podem receber 50 asylados. Quanto aos *soccorros domiciliarios,* ainda em 1900 não tinha sido posta em completa execução a sua projectada reforma.[1]

Não quizeram, porém, os mesarios da irmandade da Misericordia do Porto deixar de prestar aos egregios fundadores uma manifestação de saudoso preito. Para isso delegaram no sr. Costa Goodolphim, o qual se desempenhou do encargo recebido pela maneira seguinte, que encontramos relatada nos noticiarios:

«**Manifestação ao tumulo de D. Manuel.**— Realizou-se hontem, pela 1 hora da tarde, na egreja dos Jeronymos, uma manifestação singella, mas singularmente impressionante.

«O sr. Costa Goodolphim, que pela Misericordia do Porto fôra encarregado de fazer uma demonstração commemorativa do quarto centenario da instituição d'aquelle estabelecimento, perante o tumulo do seu fundador, convidou para esse acto o Asylo da Ajuda, cuja direcção da melhor vontade enviou as meninas suas asyladas para prestarem essa piedosa homenagem á memoria do rei «Venturoso».

«Explicou o sr. Costa Goodolphim em breves palavras o motivo que alli o levava, e depois as creanças do asylo foram derramar flôres sobre o tumulo.

«O sr. prior de Belem, perante o qual se realizara a homenagem, pediu ás meninas que rezassem um Padre Nosso e uma Ave Maria por alma de D. Manuel e assim terminou o acto.

«Assistiram tambem a elle os srs. padre Dias Barbosa e Cesar da Silva, capellão e bibliothecario da Casa Pia.

«—Ás 3 horas da tarde foi o sr. Costa Goodolphim, acompanhado do Asylo de Santo Antonio, de cuja direcção faz parte, prestar homenagem egual perante o tumulo que encerra os restos da piedosa rainha D. Leonor, na Madre de Deus.»

Esta ultima parte da manifestação ao tumulo da fundadora, na Madre de Deus, foi concorrida por grande numero de pessoas, entre as quaes se contava o auctor d'esta Memoria, que aproveitou o ensejo de realizar, em tão opportuna occasião, a piedosa visita de homenagem á campa sob que repousa a ossada d'aquella que foi uma das mais benemeritas e caridosas creaturas de que a historia portugueza faz menção.

---

[1] *Relatorio da Misericordia do Porto,* 1899–1900.

*
* *

No anno de 1898 a Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro, entendendo por certo que a commemoração pelo livro é a que maior valor tem, porque eterniza e divulga a historia dos factos dignos de registo, celebrou o fausto acontecimento do seu IV centenario pela publicação de um livro magnifico que profusamente distribuiu, no qual se historía larga e proficientemente a instituição em geral, e se descreve particularizadamente a vida historica da Misericordia do Rio. Intitula-se este livro — *A Santa Casa da Misericordia Fluminense* — e é seu auctor o sr. Felix Ferreira.

Tambem, como dissemos, se achava áquelle tempo prompta esta Memoria, homenagem modesta e simples, destinada a commemorar a celebração centenaria da instituição.

*
* *

No grande balanço social, dado aos progressos admiraveis da civilização humana, no grandioso certame da *Exposição Universal de Paris de 1900,* tambem figurou a prestigiosa instituição das *Misericordias portuguezas.*

Pela direcção da secção portugueza foi enviado para a exposição um magnifico quadro aguarellado; n'este quadro se via: um soberbo desenho, motivo renascença manuelina; em um nicho a imagem da Senhora da Misericordia, com uma creança no collo e outra que se lhe agarra ás roupagens; por baixo o portico da Conceição Velha. Ao lado um mappa intitulado: — *Portugal — Etablissements publiques indépendants de l'Etat portant le nom de «Santas Casas de Misericordia»*, cercado pelos sellos ou brazões das principaes misericordias do reino. N'este mappa veem enumerados os estabelecimentos, e a sua importancia expressa pelas verbas das suas despesas de beneficencia.

Entre a extensa collecção de monographias e noticias publicadas sob a indicação e direcção do commissariado portuguez na exposição, presidido pelo sr. Ressano Garcia, figurou tambem uma noticia sobre a *assistencia publica portugueza,* devida á penna do sr. Costa Goodolphim.

A Misericordia do Porto enviou tambem, por occasião da exposição de Paris de 1900, ao *Congresso de beneficencia,* que n'aquella cidade se realizou, uma *Memoria* ácerca do seu instituto e dos estabelecimentos que administra, escripta em portuguez e francez.

---

# PARTE II

## OS FUNDOS E RECEITAS DA SANTA CASA

# CAPITULO I

**Os fundos e receitas da Casa.—Valores que constituem o capital da Santa Casa. —Os rendimentos, sua classificação.**

Não contentes os piedosos e régios instituidores, bem como os que lhes succederam no throno, com a valiosa doação do edificio grandioso em que D. Manuel e D. João III haviam alojado a Santa Confraria, todos e cada um d'elles se esforçavam por enchel-a de privilegios, dotações e rendimentos, por fórma a proporcionar-lhe solidos e poderosos cabedaes.

A principio foram doações de casas e terrenos; depois vieram os rendimentos tirados das alfandegas,[1] das tomadias,[2] das carnes[3] e outros generos, e, além de tudo isto, por doação ou disposições testamentarias, passavam á posse da piedosa Confraria toda a qualidade de bens moveis e immoveis, avultadas sommas em dinheiro, em titulos, em padrões. Numerosissimos testadores, devotos e caridosos, ainda presentemente contemplam com valiosos legados este pio instituto. A accumulação, atravez dos seculos, de tantos bens, com que quizeram enriquecel-a e dotal-a as gerações passadas, constitue o fundo actual da Misericordia. Empregavam-se esses fundos antigamente na compra de propriedades e de fóros.[4]

---

[1] Em 1499 por carta régia de 18 de novembro, recebia a Santa Casa annualmente 10 arrobas de assucar da Alfandega de Lisboa.

[2] Quatro quintas partes das tomadias da almotaceria da cidade pertenciam á Misericordia (alvará de 18 de agosto de 1500).

[3] Os almotaceis da cidade forneciam a carne precisa para a alimentação das pessoas que a Santa Casa sustentava (alvará de 25 de junho de 1513), e bem assim lhe pertencia um quarto de assucar que vinha da ilha de S. Thomé (provisão de 2 de maio de 1668).

[4] Possuia a Santa Casa avultados bens, havidos por testamentarias, na ilha de S. Thomé,

Por fim a lei de 22 de junho de 1866 veiu ordenar a desamortização de todos os bens dos municipios, das juntas de parochia, das irmandades, das confrarias, dos recolhimentos, dos hospitaes e das misericordias, determinando que o producto dos bens vendidos pudesse ser applicado em inscripções ou obrigações prediaes.

Os resultados geraes que derivaram d'esta providencia governativa foram: primeiro, o de estabelecer um fortissimo laço pelo qual ficaram adstrictos e cingidos á sorte das finanças publicas o destino e haveres de tantos institutos que até então viviam na mais completa e absoluta independencia; segundo, a depreciação de muitas das propriedades, pelo systema adoptado na venda, de successivos abatimentos feitos á primitiva avaliação, e portanto uma sensivel diminuição nos rendimentos d'estas instituições, diminuição cada vez mais aggravada pelo cerceamento dos juros pagos pelo Estado.

Já o illustre marquez de Rio Maior como que tivera um triste presentimento, em 1874, quando no seu relatorio, encarecendo as vantagens que haviam produzido até aquella data as desamortizações realizadas, procurava varrer do seu espirito esse receio do futuro. Dizia o Provedor:

«O capital desamortizado, ficando livre do risco de incendios, da despesa por vezes excessiva com as obras nos predios, desonerado de contribuição e das difficuldades da cobrança, simplificado o trabalho burocratico, a Santa Casa deverá recear, todavia, pela segurança da sua receita, timorata dos perigos que o credito publico do paiz porventura poderá correr?»

E desfazia o receio, crente nas prosperidades futuras, que falharam:

«A Mesa sabe perfeitamente que o honrado povo a quem pertence este solo abençoado confia merecidamente no porvir auspicioso das finanças da nação», etc.[1]

As condições em que se effectuou esta desamortização dos bens da Misericordia de Lisboa vem egualmente relatadas pelo Provedor nos seguintes termos:[2]

«A Misericordia de Lisboa é rica e o principal da sua desamortização rea-

---

Madeira, Açores, Goa, Pernambuco, Paraïba, Rio de Janeiro, etc., constantes de fazendas, engenhos e outras propriedades, motivo por que sustentava amiudada correspondencia para aquelles pontos pelas naus da India e do Brasil.

[1] Relatorio de 1873–1874.

[2] Idem de 1876–1877.

lizou-se em occasião extremamente favoravel, quando affluiam os capitaes vindos do Brasil, e as condições monetarias do mercado eram excellentes; além d'isso as inscripções adquiriam-se em principio por um preço muito proveitoso, chegando a Misericordia a obtel-as a 29,39.

«Com relação ao rendimento annual liquido das 124 propriedades desamortizadas, desde novembro de 1868 até ao fim do anno de 1876, com o juro de 3 % das inscripções de assentamento em que ficam convertidas as mesmas propriedades, temos, como já dissemos, um excesso de rendimento annual de 10:039$507, sendo a verba mais importante a da desamortização dos predios urbanos, na qual houve o augmento de 9:436$139 réis, a segunda a dos predios rusticos, na qual foi o augmento de 509$893 réis, e a terceira a dos dominios directos, onde o accrescimo da receita é apenas de 93$475 réis.»

O resultado total da desamortização até 30 de junho de 1877, data em que não estava ainda terminada, mas em que podia dizer-se finda para os seus maiores valores, era o seguinte:[1]

| | |
|---|---|
| Avaliações primitivas | 372:076$170 |
| Rendimento annual | 22:658$050 |
| Despesa com as propriedades | 5:253$695 |
| Rendimento annual | 17:419$364 |
| | |
| Preços das arrematações | 422:191$168 |
| Inscripções averbadas á Santa Casa | 915:295$752 |
| Juro annual de 3 % | 27:458$872 |
| Rendimento annual a mais | 10:039$507 |

O seguinte mappa descreve com exactidão o modo por que se acha constituido o capital d'esta utilissima instituição de beneficencia.

*Verbas que constituiam o capital da Misericordia de Lisboa em 30 de junho de 1898:*

| | |
|---|---|
| Inscripções do novo fundo de 3 % | 2.655:450$000 |
| Cautelas da Junta do Credito Publico | 87$227 |
| Titulos de 4 % da emissão de 1888 | 3:690$000 |
| Inscripções de 3 % em conta de deposito | 13:800$000 |
| A transportar | 2.673:027$227 |

[1] Numeros apresentados pelo Relatorio do anno de 1876-1877, pag. IV.

| | |
|---|---|
| Transporte ..... | 2.673:027$227 |
| Inscripções de coupons em conta de deposito. | 600$000 |
| Acções do Banco de Portugal ..... | 65:700$000 |
| Acções do Banco Commercial do Porto ..... | 1:800$000 |
| Acções do Banco Commercial de Lisboa .... | 500$000 |
| Acções do Banco Lisboa & Açores ..... | 1:200$000 |
| Acções do Banco Nacional Ultramarino ..... | 3:960$000 |
| Acções do Banco Lusitano ..... | 100$000 |
| Acções da Companhia de seguros Bonança... | 8:200$000 |
| Acções da Companhia das lesirias do Tejo e Sado ..... | 8:500$000 |
| Acções da Companhia geral de credito predial portuguez ..... | 9:000$000 |
| Acções da Companhia de navegação Lusitania. | 1:100$000 |
| Acções das Companhias reunidas de gaz e electricidade ..... | 585$000 |
| Obrigações da Companhia geral de credito predial ..... | 6:210$000 |
| Obrigações da nova Companhia dos ascensores de Lisboa ..... | 4:730$000 |
| Obrigações da Companhia das aguas de Lisboa ..... | 900$000 |
| Diversos papeis de credito..... | 92:819$029 |
| Diversos papeis de credito em conta de deposito ..... | 69:881$346 |
| Peças de ouro e prata ..... | 6:791$736 |
| Predios urbanos ..... | 103:700$000 |
| Dominios directos..... | 20:691$420 |
| Fundos e propriedades consignadas ..... | 33:710$200 |
| Pensões em diversas propriedades ..... | 2:800$000 |
| Capitaes mutuados ..... | 91:462$854 |
| Venda de propriedades ..... | 622$351 |
| Juros particulares..... | 377:152$532 |
| | 3.585:743$695 |

Comparando este mappa com o dos capitaes da Misericordia do Porto, á qual pretendem attribuir primazia de importancia, vemos que comquanto os capitaes da Santa Casa do Porto, descriptos nos respectivos relatorios, sejam muito superiores aos da Misericordia de Lisboa, não é menos certo que a sua

receita e despesa annual são muito inferiores ás da Santa Casa Lisbonense. Vejamos os numeros:

Os capitaes da Santa Casa da Misericordia do Porto eram em 1898, só em titulos, do valor seguinte:

| | |
|---|---|
| Moeda portugueza | 5.295:828$692 |
| Moeda brasileira | 1.273:320$000 |
| Moeda hespanhola, pesetas | 117.982:000 |
| Moeda franceza, francos | 754:750 |
| Moeda ingleza, £ | 74:197-16-11 |
| A receita foi de | 169:823$514 |
| A despesa de | 154:575$465 |

Bastará, pois, comparar estes numeros com os dos dois mappas da receita e despesa da Santa Casa Lisbonense, que acompanham esta Memoria, para se poder formar completo juizo ácerca da importancia dos beneficios realizados pelas duas primeiras Misericordias do reino, expressa pela fórma mais significativa e positiva.

*

* *

A receita, que actualmente habilita a Santa Casa da Misericordia de Lisboa a fazer face á avultada despesa que adeante descrevemos, divide-se, segundo as suas proveniencias e fontes diversas, em dois capitulos: *Receita ordinaria* e *Receita extraordinaria,* comprehendendo entre ambos 24 artigos, como se vê pelos orçamentos annualmente elaborados, e enviados á approvação superior, por intermedio do Conselho Geral de Beneficencia. Esses artigos são:

*Receita ordinaria:*

1.º — Imposto nas carnes;
2.º — Consignação do thesouro;
3.º — Juros de titulos de divida fundada;
4.º — Juros e ordinarias da Camara municipal;
5.º — Rendimentos consignados;
6.º — Titulos de renda vitalicia;
7.º — Taras e emolumentos na Alfandega grande de Lisboa;
8.º — Subsidios nas parochias;
9.º — Offerta annual de Sua Majestade aos expostos;
10.º — Rendas de casas;

11.º — Fóros e pensões;
12.º — Laudemios;
13.º — Lucros de loterias;
14.º — Prescripções de premios de loterias;
15.º — Dividendos de acções;
16.º — Legados pios não cumpridos;
17.º — Consignação da Camara municipal de Lisboa, em compensação do rendimento e propriedade do antigo matadouro;
18.º — Consignação do Hospital de S. José, para soccorros domiciliarios, de que trata o decreto de 23 de setembro de 1863;
19.º — Legados supprimidos na Misericordia a favor dos expostos.

*Receita extraordinaria:*
20.º — Custas de execuções;
21.º — Esmolas e legados;
22.º — Creação dos expostos paga pelos paes;
23.º — Venda de diversos objectos;
24.º — Auxilio ao cofre dos expostos;
25.º — Reposições;
26.º — Donativos.

No capitulo XI, artigo 35.º, do orçamento do Ministerio do Reino, vinha orçada, sob o titulo de *despesas de conservação de monumentos historicos*, uma dotação annual de 300$000 réis, para custeio das despesas da Capella de S. João Baptista. Esta verba deixou, porém, de ser consignada nos orçamentos do dito ministerio no anno de 1900-1901.

1.º — *Imposto nas carnes:*

A origem d'esta receita é o tributo de um real em cada arratel de carne de vacca e porco, verde e secca, que se consumir em Lisboa e termo, applicado a favor dos expostos, por decreto de 13 de setembro de 1828; e o da 6.ª parte de 3 réis em cada arratel de carne que se consumir em Lisboa e seu termo, tambem applicado aos expostos, por decreto de 16 de setembro de 1833. Recebe actualmente a Misericordia, este rendimento, dos cofres do Estado, por intermedio do Banco de Portugal. Para este fim vem consignado com outros, que adeante se enumeram, no orçamento da despesa do Ministerio do Reino, capitulo VI, artigo 22.º Compõe-se de duas verbas: a primeira é a de parte do imposto sobre a carne despachada na alfandega de Lisboa, na importancia total de 20:530$405 réis annuaes, paga em prestações mensaes de 1:710$890 réis; a segunda é a consignação pelo equivalente dos direitos de

consumo dos concelhos de Belem e dos Olivaes, abolidos pela lei de 5 de agosto de 1854, na importancia total de 2:262$860 réis, tambem satisfeita em prestações mensaes de 188$570 réis.

Estes rendimentos constituiam receita privativa do Hospital dos Expostos, e ainda hoje se escripturam na sua conta.

2.º — *Consignação do thesouro:*

É a importancia annual de 16:744$465 réis com que o estado concorre para supprir os juros dos padrões reaes que a Santa Casa possuia. Vem esta consignação auctorizada no capitulo VI do orçamento do Ministerio do Reino, artigo 22.º Paga-se em prestações mensaes de 1:395$370 réis, recebidas egualmente do Banco de Portugal, como caixa geral do thesouro publico.

N'esta consignação desconta actualmente o estado, pelo mesmo orçamento geral do Ministerio, a quantia de 551$975 réis annuaes com que a Santa Casa foi obrigada a contribuir para as despesas do Conselho geral de beneficencia, nos termos do artigo 10.º do decreto de 23 de dezembro de 1897.

3.º — *Juros de titulos de divida fundada:*

São os produzidos por todos os titulos de divida publica de diversos padrões.

4.º — *Juros e ordinarias da Camara Municipal:*

Compõem-se da prestação ou ordinaria de 4:000$000 réis com que a Camara é obrigada a contribuir annualmente para o custeio da despesa feita pela Misericordia com a sustentação dos expostos, e subsidios a creanças pobres, conforme a escriptura de 15 de março de 1886, o que dá o duodecimo de 333$333 réis; da subvenção, tambem annual, de 270$000 réis para ordenado de um visitador, em conformidade com a escriptura de 24 de fevereiro de 1894, o que sommado com a antecedente dá a prestação mensal de 355$833 réis, que presentemente se recebe da thesouraria da Camara municipal; e compunha-se ainda da quantia de 811$783 réis, tambem annual, em que se computam os juros que deviam produzir as inscripções provenientes da inversão dos padrões da Camara. Esta inversão não se acha ainda concluida, e por isso a Misericordia continúa privada d'este rendimento, em consequencia da revogação do decreto de 7 de janeiro de 1782, em virtude do qual se recebiam os juros do terreiro, hoje alfandega de consumo.

5.º — *Rendimentos consignados:*

São rendimentos diversos que a Misericordia recebe em pagamento de varias dividas antigas.

Tem sido orçado este rendimento em cerca de 1:500$000 réis annuaes.

6.º — *Titulos de renda vitalicia:*

É formado este rendimento pela pensão correspondente a quatro titulos de renda vitalicia que a Santa Casa possue.

É pago mensalmente pelo Banco de Portugal, como caixa geral do estado, em prestações de 136$500 réis.

7.º — *Taras e emolumentos na Alfandega grande de Lisboa:*

Eram as que pertenciam aos antigos logares de administrador das alfandegas do sul e de administrador do mar. Extinctos estes logares, concedeu o governo á Misericordia este rendimento, pela portaria de 4 de outubro de 1836, sendo então recebidos directamente da alfandega. Quando, porém, se reorganizaram os serviços aduaneiros passou este rendimento a cobrar-se do thesouro, que arbitrou a sua equivalencia na quantia fixa de 4:646$810 réis, conforme se vê pelo orçamento do Ministerio do Reino, capitulo VIII, artigo 33.º, secção I. N'estes ultimos annos, porém, não se tem recebido por não ter vindo consignada esta verba no orçamento do Ministerio do Reino.

8.º — *Subsidios nas parochias:*

Estes subsidios, ou imposto de 10 réis nos periodos quaresmaes, foram estabelecidos pelas cartas de lei de 31 de janeiro de 1775 e de 8 de junho de 1844.

9.º — *Offerta annual de Sua Majestade aos expostos:*

É a quantia de 50$000 réis com que Sua Majestade concorre annualmente para a sustentação dos expostos.

10.º — *Rendas de casas:*

Este rendimento, antigamente enorme, e que subia a dezenas de contos por anno, acha-se presentemente reduzido a muito pouco, pois que os predios que a Santa Casa dá de renda são apenas os da calçada da Gloria e do Campo de Santa Clara.

11.º — *Fóros e pensões:*

Acha-se tambem presentemente muito reduzida esta verba de receita.

12.º — *Laudemios:*

Pelo mesmo motivo da reducção dos fóros a limitado numero, tambem limitadissima é a receita que por esta verba se realiza.

13.º — *Lucros de loterias:*

São os que pertencem aos expostos, segundo as ultimas determinações

dos decretos relativos á divisão dos lucros liquidos das loterias, aos quaes nos referimos no capitulo especial que trata d'este assumpto.

14.º — *Prescripções de premios de loterias:*

É importante a verba que entra nos cofres da Misericordia com applicação aos expostos, resultante do desleixo e incuria dos jogadores que deixam de ir receber os premios a que os titulos por elles comprados davam direito. É incalculavel o numero de fracções, e até de bilhetes inteiros, que por ignorancia, extravio, incuria ou destruição prematura, deixam de apresentar-se á thesouraria da Misericordia para receber os respectivos premios. Esta receita calcula-se, termo médio, em cinco contos de réis por anno.

15.º — *Dividendos de acções:*

São os dividendos correspondentes ás acções de diversos bancos e companhias, que a casa possue.

16.º — *Legados pios não cumpridos:*

A receita proveniente d'esta verba recebe-se da repartição competente do Hospital de S. José, em virtude da longa e complicada legislação respectiva a legados pios, a que em outro logar nos referimos.

17.º — *Consignação da Camara municipal de Lisboa:*

Por escriptura de 5 de janeiro de 1863 a Camara municipal de Lisboa obrigou-se a pagar annualmente á Misericordia 3:220$000 réis, em prestações trimestraes, como compensação dos prejuizos soffridos pela mudança do antigo matadouro e pela cedencia que a Misericordia fez á mesma Camara do terreno onde aquelle se achava.

Este antigo matadouro, ou armazens de matança, ao campo de Sant'Anna, ainda em 1841 estava na posse da Misericordia, como se vê do *Livro das actas,* nas actas de 2 e 7 de dezembro de 1841.

18.º — *Consignação do Hospital de S. José:*

Este subsidio, que era de 1:000$000 de réis annuaes, estabelecido pelo decreto de 23 de setembro de 1863, recebeu-se até ao anno de 1889, em que o decreto de 11 de abril, considerando não ter deixado de augmentar o numero de doentes tratados no hospital, cujas condições financeiras eram muito menos favoraveis que as da Santa Casa, e attendendo a que o serviço clinico gratuito, estabelecido pelo decreto de 1863, se achava já organizado por mui diversa fórma, revogou a parte d'aquelle diploma em que se impunha ao Hospital a obrigação de contribuir para aquelles serviços.

19.º — *Legados supprimidos:*

Muitos encargos pios impostos á Santa Casa por antigas testamentarias teem sido supprimidos e commutados por bullas pontificias, revertendo o valor d'elles em beneficio do cofre dos expostos. Figuram n'este computo, não só os encargos supprimidos pelo marquez de Pombal, mas tambem varios legados que a Misericordia pagava annualmente a conventos, e que por motivo da extincção d'estes, em 1834, foram commutados em favor dos expostos, pelo alvará patriarchal de 15 de janeiro de 1836, em attenção á consulta da Commissão administrativa de 2 de dezembro de 1835. Estes legados avaliam-se em 604$957 réis. Estes e os primeiros constituem esta verba da receita, que attinge a avultada somma total de 11:163$563 réis.

20.º — *Custas de execuções:*

Constitue este rendimento a importancia das custas de execuções pagas pelos executados, em cumprimento de sentença. É uma verdadeira reposição de despesas feitas pela Casa.

21.º — *Esmolas e legados:*

Esta verba é constituida, como claramente se infere da sua designação, pelas esmolas diversas e legados com que a Santa Casa é constantemente contemplada. Este rendimento é muito variavel, por isso que depende de circumstancias que se não podem orçar senão por termo medio. Tem comtudo ascendido a mais de 1:000$000 réis por anno.

22.º — *Creação de expostos paga pelos paes:*

Esta verba é constituida pelas quantias com que os paes que veem retirar da casa creanças que alli haviam sido recebidas como expostas, ou desamparadas, procuram indemnisar a Santa Casa das despesas feitas com a creação e sustentação de seus filhos.

23.º — *Venda de diversos objectos:*

Alguns objectos inuteis para o serviço são vendidos, constituindo o producto d'essa venda a receita designada n'esta verba.

24.º — *Auxilio ao cofre dos expostos:*

O auxilio do estado aos expostos foi concedido por decreto de 8 de julho de 1870; foi reduzido pelo decreto de 22 de junho de 1880 a 1 ½ % sobre o imposto de sello dos premios da loteria. Este imposto de sello foi depois supprimido pelo decreto de 28 de abril de 1892, pelo que o estado passou a pagar uma consignação equivalente a parte d'aquelle imposto, a qual se denomina *Indemnisação do auxilio ao cofre dos expostos.* Esta consignação do es-

tado vem, como as outras já referidas, incluida no capitulo VI, artigo 22.º do orçamento do Ministerio do Reino, na importancia de 11:089$850 réis, que é recebida em prestações mensaes de 924:150 réis, do Banco de Portugal, como caixa geral do thesouro.

25.º — *Reposições:*

Constituem esta receita varias importancias que dão entrada nos cofres por se ter indevidamente lançado a sua sahida na despesa.

26.º — *Donativos:*

Figuram n'esta verba quaesquer importancias cedidas á Misericordia a titulo de *Donativos*.

Rendimentos que constituiram a receita realizada pela Santa Casa da Misericordia de Lisboa nos annos de 1851 (ultimo da gerencia da Commissão administrativa) e de 1898–1899 (em que a Misericordia celebrou o seu IV Centenario).

| | 1851 | 1898–1899 |
|---|---|---|
| Imposto nas carnes | 18:366$045 | 22:793$265 |
| Consignação do thesouro | 15:814$332 | 16:744$465 |
| Juros e titulos de divida fundada | 24:974$973 | 58:020$375 |
| Juros e ordinarias da Camara municipal de Lisboa | -$- | 4:625$833 |
| Rendimentos consignados | -$- | 1:826$116 |
| Titulos de renda vitalicia | -$- | 1:638$000 |
| Subsidios nas parochias | 294$865 | 272$370 |
| Offerta annual de Sua Majestade aos expostos | 50$000 | 50$000 |
| Rendas de casas | 14:462$885 | 1:601$045 |
| Rendas de fazendas | 813$534 | -$- |
| Fóros e pensões | 2:504$140 | 556$960 |
| Lucros de loterias | 14:142$209 | 79:661$139 |
| Prescripções de premios das loterias | 496$090 | 4:446$700 |
| Dividendos de acções | 265$000 | 7:325$700 |
| Legados pios não cumpridos | 3:973$650 | 10$000 |
| Consignação da Camara municipal de Lisboa | -$- | 3:220$000 |
| Esmolas e legados | 589$680 | 2:221$075 |
| Venda de diversos objectos | 131$250 | 12$365 |
| Receita da capella de S. João Baptista | -$- | 303$100 |
| Indemnisação do auxilio ao cofre dos expostos | -$- | 11:089$850 |
| Subsidio do thesouro por indemnisação do imposto de rendimento sobre os juros das inscripções | -$- | 22:912$650 |
| Juros de depositos na Caixa economica portugueza | -$- | 2:694$000 |
| Donativos | -$- | 6$500 |
| Reposições | 23$752 | 1:506$380 |
| Juros particulares | 2:624$093 | -$- |
| Ordinarias do thesouro | 64$162 | -$- |
| Taras e emolumentos na alfandega | 4:707$902 | -$- |
| Porcionistas no Recolhimento e Amparo | 201$600 | -$- |
| Custas de execuções | 99$845 | -$- |
| Creações de expostos pagas pelos paes | 153$025 | -$- |
| | 104:753$032 | 243:537$888 |
| D'estas importancias totaes de rendimentos pertenciam, respectivamente, em cada um dos annos indicados, á conta da receita especial dos expostos, as quantias de | 67:471$550 | 140:916$192 |

# CAPITULO II

As loterias.—Suas origens.—O duque de Lafões e a Academia Real das Sciencias.—Diversas loterias do começo do seculo XIX.—As rodas da loteria. —Moderna regulamentação das loterias da Santa Casa da Misericordia.

Entre as diversas receitas da Santa Casa da Misericordia de Lisboa merece, sem duvida, especial e mais detida menção a das loterias da mesma Santa Casa, em razão da sua natureza tão diversa da de todas as outras receitas.

Não se acha bem averiguado qual seja a origem primordial d'este jogo publico applicado á beneficencia ou a diversas instituições e obras do estado.

Geralmente lhe apontam origem italiana, e ainda entre as cidades que lhe attribuem por patria—Roma, Veneza, Florença—parece indubitavel dever dar-se a preferencia a Veneza. Sabe-se ao certo que em 1641 os venezianos, tendo necessidade de melhorar as suas fortificações, tinham recorrido a uma grande loteria para angariar os meios de que careciam. Já antes, no seculo XV, elles se serviam das rifas como meio de venda dos seus productos. Em 1519 realizou-se em Malines a primeira loteria applicada a fins de beneficencia, assim como seculos depois, em 1833, foram introduzidas em França para identicos fins. A construcção da grande basilica de S. Pedro de Roma foi feita, em parte, á custa de loterias. A antiga loteria hespanhola foi creada por Carlos III em 1763. A França aboliu-as em 1793, a instancias do convencional Chaumette; restabeleceram-se em 1799, mas a segunda republica supprimiu-as definitivamente.

A moderna loteria hespanhola data das côrtes de Cadiz de 1811.

Actualmente, abolidas na Inglaterra e na França,[1] encontram-se ainda em varios paizes da Europa, como nas cidades da baixa Allemanha, na Italia, em Hespanha e Portugal. Tambem se usam no Brazil e na China; introduziram-se em Macau, onde se fazem em larga escala, e tambem existem na nossa colonia de Moçambique. Em Portugal tiveram origem no decreto de 18 de novembro de 1783, em que foram pela primeira vez officialmente determinadas, a rogo da Mesa da Irmandade da Misericordia, que justificava o seu pedido allegando as difficuldades financeiras com que luctava.[2]

Antes de 1783 já havia, porém, as loterias. Prova-o a seguinte noticia da *Gazeta de Lisboa,* mas ácerca do conteúdo d'ella nenhuma outra referencia ou esclarecimento encontrámos:

«O Provedor e irmão da Mesa da Casa dos Engeitados, attendendo ao grande numero de creanças que actualmente entram pela roda, e o excessivo dispendio que se faz na sua educação, e que não bastam todas as rendas que para isso ha, resolveram com licença e Provisão de S. M. formar uma loteria publica da importancia de 200:000 cruzados, que se ajuntarão de 53:334 bilhetes de um quarto de oiro de doze tostões cada um, de que tirarão 20 p. c. que fazem 40:000 cruzados em beneficio da dita Casa, e o remanescente se dividirá em 42 sortes, a saber: 40 bilhetes em preto com o premio de 2:500 cruzados cada um e 2 bilhetes em branco, que serão o 1.º e ultimo, que se tirarem com a sorte de 30:000 cruzados cada um. Receber-se-ha o dinheiro destas sortes até o fim do mez de maio de 1721, e se começarão a tirar na Praça do Rocio, d'esta cidade, no principio do mez de Junho do mesmo anno.»[3]

A iniciativa d'esta instituição das loterias attribue-se, parece que com bons fundamentos, a um dos vultos portuguezes mais illustres do seculo XVIII, o famigerado duque de Lafões.

---

[1] No *Petit Journal,* de 19 de julho de 1885, lê-se a seguinte noticia:

«Les loteries.—Le ministre de l'intérieur vient de prendre une mesure importante en ce qui concerne les grandes loteries.

«Persuadé des inconvénients graves que présentent à tous les points de vue les grandes loteries analogues à celles qui ont été émises dans ces dernières années, le ministre, sur la proposition du directeur de la sûreté générale, vient de décider qu'il ne sera plus accordé aucune autorisation pour des loteries de cette nature.

«La résolution actuelle n'a aucun effet rétroactif et ne saurait atteindre les loteries en cours d'émission ou précédemment autorisées.

«Elle ne s'applique pas non plus aux petites loteries à capital restreint, ayant pour object une œuvre de bienfaisance locale et ne fonctionnant que dans l'intérieur d'un département.»

[2] Livro VII de *Registos,* fl. 140.

[3] *Gazeta de Lisboa,* n.º 41, de 10 de outubro de 1720.

Este devotadissimo protector e cultor das lettras e sciencias patrias fôra o fundador e principal promotor da Academia Real das Sciencias, cujas despesas corriam do seu bolsinho particular.

É este um dos motivos que mais lhe faz attribuir a paternidade do alvitre creador das loterias. Pelo menos assim o dizia a *Gazeta de Lisboa*, em 9 de dezembro de 1783, noticiando o facto.

Conta esta folha contemporanea que Sua Majestade —«fôra servido, a requerimento do Provedor e mais Irmãos da Misericordia, e debaixo da administração dos mesmos, permittir o estabelecimento de uma loteria annual de 360:000 cruzados, cujos lucros formados de 12 %, que se tirarão dos premios, serão repartidos em tres partes, das quaes uma será applicada para o Hospital Real, outra para os expostos e outra para a Academia Real das Sciencias.» Este plano e instrucções, em que se descrevem miudamente os processos da extracção, foram publicados no immediato supplemento da *Gazeta*, e em folha separada, tendo no alto o sello de armas da Misericordia, como hoje se publicam os planos das extracções; era do teor seguinte:

# PLANO, E INSTRUCÇÕES

## PARA A LOTERIA,

QUE SE HA DE FAZER EM LISBOA NO ANNO DE 1784,

FACULTADA

POR

# S. MAGESTADE

PELO SEU REAL DECRETO

DE 18 DE NOVEMBRO DE 1783.

A MEZA da Santa Casa da Misericordia, e Hospitaes Reaes de Enfermos e Expostos desta Cidade de Lisboa, havendo supplicado a S. Magestade a graça de conceder-lhe a faculdade de fazer huma Loteria annual, para occorrer com os lucros della ás urgentes necessidades dos ditos dous Hospitaes: conseguio da Real Piedade, e eximia Clemencia da mesma Senhora a implorada permissão por seu Real Decreto de 18 do corrente mez de Novembro de 1783, no qual ordena que da importancia dos premios se abata, no acto do pagamento delles, doze por cento para as applicações, que destinou, como lucros da referida Loteria: E faz a dita Meza notorio o Plano, e Instrucções, que baixárão com o mesmo Real Decreto, e que na conformidade delle se hão de executar pela referida Meza, como Directora nomeada para a sobredita Loteria. Quando porém se puzerem promptos, e expeditos os Bilhetes della, o fará tambem constar por Editaes, affixados nos lugares públicos, ao fim de se entregarem a quem concorrer a buscallos.

# PLANO, E INSTRUCÇÕES.

SERÁ a Loteria do Capital de 144:000$000 reis em 22:500 Bilhetes de 6$400 reis cada hum. Na extracção da Loteria sahirão os seguintes Bilhetes com premios, e sem elles; a saber:

| | | |
|---|---|---|
| 1 de | | 12:000$000 |
| 2 de | 4:800$000 | 9:600$000 |
| 3 de | 2:400$000 | 7:200$000 |
| 9 de | 1:600$000 | 14:400$000 |
| 18 de | 720$000 | 12:960$000 |
| 300 de | 48$000 | 14:400$000 |
| 1:500 de | 16$000 | 24:000$000 |
| 6:000 de | 8$000 | 48:000$000 |
| 14:667 brancos | | |
| 22:500 ..... Bilhetes. | | |
| Primeiro, e ultimo numeros que sahirem da Roda a 720$000 reis... | | 1:440$000 |
| | | 144:000$000 [1] |

Serão Directores, e Administradores da Loteria o Provedor, e mais Irmãos da Meza da Santa Casa da Misericordia da Cidade de Lisboa; os quaes todos, sendo possivel, assistirão á extracção dos Bilhetes da dita Loteria; achando-se sempre presente o Provedor, ou o Escrivão da referida Santa Casa da Misericordia.[2]

Os Bilhetes serão numerados -1- até 22:500, e impressos com chapa de cobre, aberta a buril, com margem grande, cuberta de linhas encadeadas, para que depois de encadernados os ditos bilhetes, se possão ir cortando pelo meio da margem, e pôr-se na parte que ficar encadernada o mesmo número, que levar o bilhete, a fim de que quando este se apresentar para a

---

[1] Além d'estes premios estabeleceram-se nas loterias dos annos subsequentes, como na de 1785, cujo *Plano e resumo substancial das Instrucções*, etc, temos presente, diversos premios de 400$000 réis, 280$000 réis, 200$000 réis, 120$000 réis, etc, aos primeiros e ultimos numeros que sahiam em cada dia dos 7 primeiros da extracção, ao primeiro e ultimo dos premios que sahiam nos outros dias, e a cada um dos 15 numeros que sahiam immediatos, seguintes aos n.os 1:000, 2:000, 3:000, etc., até 15:000. A totalidade dos premios perfazia a somma de 144:000$000 réis.

[2] No *Plano* de 1785 diz-se «que attendendo ás necessarias occupações do expediente «dos negocios da Casa, as quaes tem feito reconhecer a experiencia serem incompativeis com a «repetida assistencia, que requer a execução da dita Loteria, foi S. M. servida permittir-lhe que «pudesse nomear doze Irmãos, preferindo, quanto fôr possivel, os que houverem servido car«gos da Meza, para, como Deputados, administrarem a mesma Loteria; incluindo-se no numero «das ditas doze pessoas quatro Fidalgos, dos que tenham sido Provedor, Escrivão ou Executor, «para que sempre hum delles presida á extracção, na falta do que occupar o lugar de Prove«dor; e suppra tambem hum delles a falta dos que servirem de Escrivão, e Executor da Fazenda. «Assim igualmente se incluirão hum Ministro Togado, alguns Negociantes acreditados, e alguns «officiaes de reconhecida probidade.»

cobrança, por lhe haver sahido Premio, se possa cotejar com a parte delle, que ficou encadernada, e evitar qualquer fraude.

Serão os Bilhetes assignados de mão pelo Escrivão, e Thesoureiro da Misericordia: e não se poderão cortar dos livros, em que forem encadernados, e entregar-se ás pessoas que pagarem o seu valor, senão na presença dos dous dos Directores nomeados para esse effeito.

A importancia dos Bilhetes no tempo, em que se for recebendo, se irá recolhendo em hum cofre de tres chaves, de que terão cada hum a sua, o Provedor, o Escrivão, e o Thesoureiro da Misericordia; e a quantidade dos Bilhetes, que se acharem cortados nos livros, donde forão extrahidos, servirá de provar a quantia do dinheiro, que deve existir no cofre.

*A formalidade dos Bilhetes será a seguinte.*

LOTERIA DE LISBOA N.º

*O portador deste Bilhete entregou seis mil e quatrocentos réis; e com elle poderá receber a quantia do Premio, que lhe sahir em Sorte, na extracção da Loteria, que se ha de fazer na Santa Casa da Misericordia no presente anno. Lisboa de 178*

A extracção da Loteria principiará no dia 1 de Setembro do anno proximo futuro de 1784, das nove horas da manhã até á huma da tarde, e continuará successivamente nos mais dias, que forem necessarios, determinados pelo Presidente com a menor demora, que for possivel. Para a mesma extracção se farão 22:500 papelinhos, numerados, assim como os Bilhetes, de hum até 22:500; os quaes depois de conferidos, e contados na presença de quatro Directores, serão enrolados, e atados cada hum separadamente com hum fio de linha; e depois se tornarão a contar na presença de outros quatro Directores, e por elles serão recolhidos dentro de huma roda vazia, que para esse effeito será preparada com sua fechadura: depois de fechada, será cercada, e incruzada com huma fitta de linho, de sorte que fique cuberta a fechadura; e será sellada a mesma fitta com tres sellos do Presidente, e de outros dous dos principaes Directores, ficando a chave na mão do mesmo Presidente, para se abrir em público no dia da extracção, e tornar-se a fechar, cercar com as fittas, e sellar-se do mesmo modo no fim da manhã; continuando assim nas successivas, em que houver extracção, a tirarem-se os sellos, abrir-se a fechadura, e a sellar-se em cada sessão á vista dos circumstantes.

Outro sim se farão 22:500 papelinhos, dos quaes ficaráõ 14:667 em branco, e em cada hum dos outros 7:833 se escreverá por letras de algarismo a quantia que lhe toca em Sorte, conforme a distribuição, que fica determinada. Estes papelinhos serão conferidos, enrolados, e atados do mesmo modo, e com as mesmas cautelas assima prescriptas para os outros papelinhos dos números; e tambem assim mesmo serão recolhidos em outra semelhante roda, a qual se ha de abrir, e tornar a fechar em cada dia da extracção, como fica dito a respeito da antecedente.

No dia, em que se fizer a ultima tirada dos bilhetes, logo que ella acabar, o Presidente, e o Escrivão da Meza com o primeiro Deputado buscarão cuidadosamente o interior das duas rodas, e declararaõ aos que estiverem presentes se nellas achão, ou não algum papel. Na falta de algum dos Directores, o presente Provedor nomeará o do anno antecedente.

Assistiraõ á extracção nos dias, em que ella se fizer, os doze Directores; e sendo algum delles impedido, assim para esta assistencia, como para outra qualquer diligencia da Administração, será substituido o seu lugar por hum dos outros Irmãos da Meza, nomeado pelo Pre-

sidente. Tambem se dará entrada, para assistir á extracção a toda a pessoa, que quizer concorrer a ella, ou seja, ou não seja interessada na Loteria.

No dia da extracção haverá hum homem a cada roda, para lhe dar volta de meia em meia hora, quando o Presidente ordenar com o toque da campainha, tendo para esse effeito huma empulheta sobre a meza.

Tambem para cada roda se destinaráõ dous meninos, os quaes alternativamente tiraráõ de cada parte hum papelinho; a saber: hum da roda, que ha de ficar da parte direita da meza, com os papelinhos numerados; e outro da roda, que ha de ficar da parte esquerda, com os papelinhos das sortes, e os brancos, tirando-os dous meninos de huma, e outra roda cada hum seu papelinho ao mesmo tempo, e dando hum, e outro os dous papelinhos tirados a outros dous homens, que alli hão de estar proximos, para estes abrirem os papelinhos, cortando as linhas, e referirem em alta voz, hum, o número do papelinho, e o outro se he branco, ou quanto tem de Premio.

Estes papelinhos de huma, e outra parte serão immediatamente pelos ditos dous homens entregues na Meza, na qual se acharáõ destinados dous dos Directores; a saber: hum para receber os papelinhos numerados da mão dos pregoeiros; e outro para os enfiar separadamente.

Logo que hum dos pregoeiros disser o número, que sahio da roda, e que o outro declarar a sorte, ou papel branco, que lhe corresponde, se irá escrevendo por quatro dos Directores, cada hum separadamente, o número que sahio, e o que lhe tocou; declarando no principio da escripta o dia da sessão: Para cujo effeito se farão quatro livros, ou quadernos, pautados do modo conveniente, e rubricados pelo Presidente; o qual no fim de cada sessão assignará a escripta destes registos, juntamente com cada hum dos Directores, que os escreverem.[1]

Acabada de tirar a Loteria, se extrahirá dos referidos livros huma relação dos números, que tiverem Premios, com a Sorte que tocou a cada hum; a qual sendo revista, e assignada pelo Presidente, pelo Escrivão, e pelo Executor, servirá de titulo para o pagamento dos Premios; e esta mesma relação se mandará imprimir para se fazer pública.

O referido pagamento se executará, logo que se acabar a extracção da Loteria, nos dias successivos, que forem bastantes para esse effeito, com tanto que não excedão de hum mez; e se fará ás pessoas, que apresentarem os bilhetes, que tiverão Sorte, sem mais formalidade, do que a de dar o dinheiro pelo bilhete.

Não será admittido embargo, penhora, ou embaraço algum para o dito pagamento; e no caso de se perder algum bilhete, não poderá ser supprida a sua falta por alguma justificação, ou outra qualquer prova, por mais exuberante que ella se possa considerar; devendo indispensavelmente apresentar-se o bilhete effectivo, para haver por elle o pagamento.

Mandar-se-ha imprimir o Plano desta Loteria com o resumo substancial das sobreditas condições, para se fazerem públicas, e poderem remetter-se aos mais lugares destes Reinos, e seus Dominios.

*Visconde de Villanova da Cerveira.*[2]

---

[1] No referido *Plano* de 1785 se estabelece o novo serviço da conferencia da loteria, dizendo—«em cada dia de extracção se conferirão os referidos assentos com os respectivos papelinhos, que sahirão das rodas, pelos officiaes da contadoria da Misericordia, na presença de dous deputados; e feita a conferencia, rubricarão os mesmos deputados no fim dos mencionados assentos daquella sessão e se extrahirá huma relação dos numeros que sahirão com premio e sem elle; a qual, depois de assignadas pelos ditos dous deputados, que a conferirão, se mandará imprimir com a brevidade possivel, para se publicar, e distribuir, a fim de que todos sejão scientes do estado da Loteria.»

[2] No final d'este documento encontra-se a designação typographica:—«Lisboa. Na regia officina typografica. Anno M.DCC.LXXXIII. *Com licença da Real Meza Censoria.*»

A Academia, segundo referiu a *Gazeta de Lisboa,* reuniu-se logo, deliberando ir agradecer a concessão ao ministro do reino, que a esse tempo era o visconde de Villa Nova da Cerveira, successor do marquez de Pombal e intimo amigo do duque de Lafões. Governavam n'aquelle anno a Misericordia, como Provedor, o conde de Povolide, como escrivão o conde de Valladares, como executor o conde da Atalaya e como thesoureiro Custodio José Bandeira.

A Academia enviou a casa do duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança e Sousa, uma deputação para lhe agradecer o beneficio recebido, recitando por essa occasião o marquez de Penalva, Manuel Telles da Silva, socio honorario, um soneto gratulatorio.

Passou então a Academia das Sciencias a sustentar-se com o terço dos lucros da loteria, até que de 1797 a 1799 estas affrouxaram no seu rendimento em consequencia de se terem creado as Loterias Reaes, destinadas á defesa do reino. O principe Regente, querendo então remediar o prejuizo que d'isso advinha á veneranda instituição da Academia Real das Sciencias, arbitrou a esta, em 1799, uma dotação annual de 4:800$000 réis.

*LOTERIA DE LISBOA* *N.º*

*O Portador deste Bilhete entregou seis mil e quatro centos réis; e com elle poderá receber a quantia do Premio, que lhe sahir por sorte na extracção da Loteria, que se hade fazer na Santa Casa da Misericordia no presente anno. Lisboa 9 de Agosto de 1784.*

*Conde de Valladares.* *Cust.º J.e Bandr.a*

TYPO DE UM BILHETE DA PRIMEIRA LOTERIA DA MISERICORDIA DE LISBOA

Attendendo a que as loterias foram augmentadas do plano de 1783 ao de 216:000$000 (22:500 bilhetes a 9$600, premio maior 16:000$000, 7:500 premios), do que resultou augmento de lucros, determinou a Rainha em 23 de junho de 1789 que se reservassem 20:000 cruzados (8 contos) para o Recolhimento das Convertidas do Rego, para os empregarem na compra de terras contiguas ao Recolhimento. E determinou mais que nos annos seguintes se applicasse o excesso de lucros ao hospital dos Expostos. Passou desde essa epocha a fazer-se o pagamento dos premios e impressão das listas só no fim da extracção, e não no decorrer d'ella, como antes se praticava.

Podemos, como curiosidade digna de interesse, apresentar o seguinte plano da loteria que andou no anno de 1787:

## Plano

*Para a Loteria, que em beneficio dos Hospitaes Reaes de Enfermos e Expostos desta Corte se ha de fazer no presente anno de 1787, pela Meza da Santa Casa da Misericordia desta Cidade, na conformidade do Real Decreto de Sua Magestade, e Aviso do Illustrissimo e Excellentissimo Visconde de Villa Nova da Cerveira, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, expedido com o mesmo Plano á dita Meza na data de 11 de Janeiro do sobredito anno.*

Será a Loteria do capital de 144:000$000 réis em quinze mil Bilhetes de 9$600 cada hum. Na extracção della sahirão os seguintes Bilhetes com premio, e sem elle; a saber:

| | | |
|---|---|---|
| 1 de | | 12:000$000 |
| 2 de 4:800$000 réis | | 9:600$000 |
| 2 de 1:600$000 réis | | 3:200$000 |
| 2 de 1:000$000 réis | | 2:000$000 |
| 3 de 720$000 réis | | 2:160$000 |
| 4 de 400$000 réis | | 1:600$000 |
| 22 de 150$000 réis | | 3:300$000 |
| 60 de 40$000 réis | | 2:400$000 |
| 900 de 24$000 réis | | 21:600$000 |
| 3:989 de 20$000 réis | | 79:780$000 |
| 15 | Ao primeiro numero, que sahir no primeiro dia | 240$000 |
| | Ao ultimo do dito dia | 120$000 |
| | Ao primeiro numero, que sahir em cada hum dos tres dias seguintes áquelle, em que houver chegado a fazer-se a extracção da ametade dos Bilhetes, a 80$000 réis | 240$000 |
| | Ao ultimo numero, que sahir em cada hum dos seis dias proximos seguintes áquelle, em que se houver completado a extracção de doze mil Bilhetes, a 240$000 réis. | 1:440$000 |
| | Ao primeiro numero, que sahir no ultimo dia da extracção | 720$000 |
| | Ao segundo numero do dito dia | 400$000 |
| | Ao penultimo do mesmo dia | 800$000 |
| | Ao ultimo numero de todos | 2:400$000 |
| 5:000 Premios | | |
| 10:000 Brancos | | |
| 15:000 Bilhetes | Réis... | 144:000$000 |

Principiará a extracção d'esta Loteria no primeiro de Setembro do anno corrente, e nella se praticarão a mesma formalidade, e regras, que Sua Magestade estabeleceo e que se observárão na do anno proximo passado.

Logo que os Bilhetes se acharem promptos para se venderem, se fará publico por Editaes.

Em 1793 tambem o intendente Manique pediu que uma parte dos lucros das loterias da Santa Casa revertesse em beneficio da Casa Pia do Castello, ou que para sustentar os encargos d'esta se fizessem loterias especiaes.

Foi attendido este pedido e por decreto de 26 de fevereiro de 1793 ordenou Sua Majestade que a Misericordia augmentasse o capital da loteria em mais 216:000$000 réis, applicando-se á referida Casa Pia 12 % dos lucros respectivos.

Ficou, portanto, tendo a loteria um capital emittido de 432:000$000, dividido em 45:000 bilhetes, ao preço de 9$600 cada um, com um premio maior de 100:000 cruzados.

Nos planos do anno de 1789 o cabeçalho dizia apenas:—*Para a loteria que se ha de fazer no anno de 1789, pela Meza da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade de Lisboa, na conformidade do Real Decreto,* etc., sem declarar em beneficio de quem revertiam os lucros. Os do anno de 1792 dizem ser em «*beneficio dos Hospitaes Reaes de Enfermos e Expostos d'esta corte*». E finalmente os de 1794 dizem «*em beneficio dos Hospitaes Reaes de Enfermos e Expostos d'esta Côrte, Academia Real das Sciencias* e *Casa Pia do Castello de S. Jorge.*

Fazia-se por esse tempo uma só loteria annual. A extracção durava 34 dias, assistindo a ella os directores da loteria e uma guarda de um cabo e dezoito soldados do regimento de Albuquerque. Começava ás 9 horas da manhã até á 1 hora da tarde. Depois passou a ser ás 7 e 8 horas da manhã.

As sortes eram papelinhos dobrados; sahiam de duas rodas, que se mandaram fazer em 1784, sendo executadas por João Francisco Cagniard e custaram 96$000 réis.

De noite ficavam as rodas guardadas por sentinellas.

As sortes eram tiradas por dois rapazinhos que a Santa Casa vestia á sua custa, dispendendo com elles 51$000 réis por loteria.

Os bilhetes eram impressos (em 1784) por Miguel Mareschal da Costa, e a sua impressão custava por loteria 140$224 réis.

Pelo livro caixa G, existente n'este estabelecimento, se vê que no anno de 1784 os lucros das loterias, recebidos pela Santa Casa, se elevaram á quantia de 5:049$188 réis.[1]

Houve tempo em que as extracções se faziam alternadas entre os dois estabelecimentos Misericordia e Casa Pia, fazendo cada uma das administrações separadamente a venda dos bilhetes e a extracção dos premios. Em 1799 fez-se uma loteria real com 20:000 bilhetes.

No anno de 1800 (decreto de 31 de maio) foi ordenado que as loterias

---

[1] Folha 135 do dito livro, com data de 26 de janeiro de 1785.

reaes se extrahissem na Santa Casa, cobrando esta para o seu cofre metade dos lucros resultantes.

Para a venda dos bilhetes da loteria requisitava-se uma guarda de infantaria de 24 homens e outra de cavallaria de 8 soldados e um cabo, que compareciam na Misericordia pelas 6 horas da manhã.

Em 1793 tornou a fazer-se o pagamento de premios em um dia da semana, simultaneamente com o correr da extracção. Pagava-se por listas que se iam imprimindo com os numeros que haviam sido premiados.

Em cada um dos annos de 1794 e 1795 houve duas loterias de 22:500 bilhetes a 9$600; premio maior 12:000$000 réis.

Em 1798 houve tambem duas, uma em agosto e a segunda em novembro, capital 216:000$000 réis, premio grande 12:000$000 réis.

Em 1799 houve só uma de 150:000$000 réis, premio grande 12:000$000 réis.

Em 1801, quando se levantou o emprestimo regio em Portugal, foi auctorizada uma loteria de 2.000:000 de cruzados para occorrer á amortização do emprestimo. (Alvará de 9 de março de 1801.)

Ficaram depois suspensas até 1804. N'este anno foram restabelecidas pelo decreto de 20 de maio, porque a Mesa, assoberbada com um enorme *deficit*, pediu o restabelecimento d'ellas. Venderam-se bem, motivo porque o Governo consentiu que aos 18:000 bilhetes que se emittiam se augmentassem mais 2:000 em beneficio das Recolhidas do Rego e do Hospital de S. José, em partes eguaes. Assim se fez em 1806, continuando em 1807, depois do que tiveram nova interrupção até 1811. N'este anno, a pedido da Mesa, fizeram-se duas loterias de 12:000 e de 16:000 bilhetes a 10$000 réis, apesar de se terem vendido seis loterias destinadas ao resgate dos captivos em Argel. A segunda loteria de 1811 foi tambem, por ordem régia, applicada áquelle fim.

Estas loterias dos captivos continuaram até 1816, epocha em que se realizou a nona. As outras loterias, em que andavam interessadas a Casa Pia e as Recolhidas do Rego, proseguiram tambem durante aquelles annos.

Muitas loterias se fizeram no principio do seculo XIX com applicações e destinos mui diversos; é digno, porém, de se notar que para séde da sua emissão e extracção se escolheu sempre de preferencia a Santa Casa da Misericordia, onde haviam sido creadas, como que para acobertar o vicio da instituição sob a veneravel égide da Santa Casa.

A Academia Real das Sciencias tinha em 1815 uma loteria para as despesas da vaccinação na côrte e reino; custava cada bilhete 10$000 réis, em papel moeda.

Em 28 de abril de 1809 emittiu-se uma loteria annual para auxilio e desenvolvimento das artes e manufacturas nacionaes.

LOTERIA DA ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS N.°

PARA AS DESPESAS DA VACCINAÇÃO

NA CORTE E REINO.

O PORTADOR deste Bilhete, que por Permissão Regia he assignado de chancella pelo Thesoureiro, e pelo Secretario Interino da Academia, entregou 10$000 réis em Papel moeda; e ao apresentar o mesmo Bilhete receberá o Premio, que lhe sahir em sorte, segundo o Plano que se publicou da sobredita Loteria.

*O Thesoureiro* — *O Secretario Interino*

*Visconde da Lapa.* — *Sebastião Fran.co de Mendo Trigozo.*

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DA ACADEMIA: 1815. *Com licença de S. A. R.*

TYPO DO BILHETE DE UMA LOTERIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, DE 1815, REPRODUZIDO TYPOGRAPHICAMENTE, SEGUNDO O ORIGINAL

Em 1810, a 5 de junho, emittiu-se outra em beneficio da Misericordia de Macau.

Em 24 de julho e 19 de outubro de 1811, e 20 de fevereiro de 1812, fizeram-se loterias para o resgate dos catholicos captivos dos musulmanos.

Em 26 de maio de 1815 fez-se uma loteria em favor de uma fabrica de papel.

Em 1816, a 8 de junho, outra a favor da Misericordia de Villa Rica.

O aviso de 28 de junho de 1816 determinou que na Santa Casa andassem, mas de tarde, as loterias destinadas a beneficiar as fabricas das sedas, que a esse tempo começavam a decahir do brilhantissimo periodo a que as elevara a vontade energica do grande Marquez. O pagamento dos premios era feito na fabrica.

N'esse mesmo anno de 1816 outro aviso de 28 de setembro instituiu uma loteria annual, cujos lucros subsidiariam a Casa Pia e os Recolhimentos da rua da Rosa e do Sacramento, em Alcantara, devendo egualmente ser extrahida na Santa Casa.

Em 1817, a 10 de abril, houve uma loteria cujo producto se applicou ás obras publicas, e em 1819 (28 de julho) outra com destino á reconstrucção dos conventos.

Em 1818 fizeram-se cinco loterias de 20:000 bilhetes; em 1819 começaram a ter 22:000, e as loterias da Casa Pia passaram a fazer-se n'este estabelecimento.

O cabido da Sé da Guarda, allegando que as invasões haviam deixado aquella cathedral sem paramentos, nem imagens, sem orgão, nem côro, pediu uma loteria de 12:000 bilhetes na Misericordia de Lisboa. Faziam-se então cinco loterias de 20:000 bilhetes, conjunctamente com as loterias da Real Junta dos Juros, o que dava em resultado o publico cançar-se de tanto jogo, e por isso não se deferiu o pedido da Sé da Guarda.

Em 1820 tambem foi solicitada uma loteria, ou o augmento de 2:000 bilhetes, para as obras do real theatro de S. Carlos; mas este pedido foi tambem mal informado, e a venda correu mal, ficando a Casa e os outros estabelecimentos interessados com o resto dos bilhetes. A sociedade do theatro Nacional da rua dos Condes solicitou em 1821 auxilio do governo, e as côrtes geraes, em deferimento d'este pedido, concederam-lhe 2:000 bilhetes annuaes (400 em cada loteria) nas loterias da Santa Casa.

Em 23 de maio de 1821 foi concedida á Misericordia do Rio de Janeiro uma loteria, á qual se seguiram algumas outras, em beneficio dos seus expostos.[1]

---

[1] Felix Ferreira. *A Santa Casa da Misericordia Fluminense*, pag. 278.

Mas a portaria de 9 de maio d'esse mesmo anno de 1821 ordenou que a Junta dos Juros só fizesse as loterias dos novos emprestimos, e portanto a que devia realizar-se n'este anno passou para 1822, revertendo os lucros em beneficio dos expostos e dos Recolhimentos da rua da Rosa e do Calvario.

Em 30 de janeiro de 1823 solicitou a Mesa licença para fazer todas as suas loterias, porque só se realizavam quatro annualmente, sendo duas as da Junta dos Juros, onde se extrahiam.

Em 1821 havia sido nomeada uma commissão de negociantes acreditados que geria os negocios de loterias, e a Casa só promptificava as salas e pessoal. A venda dos bilhetes era feita fóra. Os das loterias da fabrica das sedas vendiam-se em uma sala da Junta do Commercio, e o pagamento dos premios tambem alli era feito, como se fazia o das loterias dos captivos, sem interferencia do pessoal da Misericordia. O mesmo succedeu com as loterias da Casa Pia, desde 1816, que eram geridas pelo Intendente geral da policia e seus ajudantes e ministros dos bairros de Lisboa; a venda dos bilhetes, porém, que durava quatro dias, era feita na Santa Casa.

Os premios das loterias da Misericordia até 1820 eram pagos no Thesouro Publico Nacional, depois de terem sido verificados e visados os bilhetes, serviço que se fazia aos sabbados na Misericordia. (*Diario* n.º 195, de 18 de agosto de 1821, e decreto de 10 de novembro de 1821.)

A portaria de 16 de fevereiro de 1823 deferiu o pedido para a continuação das loterias, e n'este mesmo anno se fez uma loteria em favor do theatro de S. Carlos, nas mesmas condições acima referidas.

Estiveram interrompidas até 1824, anno em que de novo se fez uma loteria de 20:000 bilhetes.

Ainda em 1826 se realizavam as loterias da Real Casa Pia. Os bilhetes eram de formato approximado dos da Santa Casa e diziam:

Loteria da Real Casa Pia — 1.ª Extracção/do anno de 1826. N.º 8631/

*O Portador deste bilhete (que vai rubricado de chancella pelo Intendente geral da Policia, e assignado pe/lo Escrivão Fiscal e Thesoureiro da Real Casa Pia) entregou dez mil réis, em Moeda papel, e com el/le receberá em igual especie a quantia do premio que lhe sahir por sorte na extracção desta Loteria, na/conformidade do Plano, que se acha determinado e publicado.*

(Assignaturas de chancella do delegado da Misericordia e dos delegados da Intendencia de Policia). Ao alto, no meio, o sello d'armas da Real Casa Pia.[1]

Em 1829 fizeram-se duas loterias, uma de 4:000 bilhetes e outra de 6:000

[1] O fac-simile que descrevemos veiu publicado no *Seculo* n.º 6:827, de 6 de janeiro de 1901, fazendo parte das illustrações de um dos artigos intitulados *Balanços do seculo.*

bilhetes, a 10$000 réis, e n'esse anno se determinou que as loterias da Misericordia se fizessem até junho e as da Casa Pia até dezembro.

Em 1833 as luctas politicas paralysaram a venda das loterias.

Em 1834 entraram por fim as loterias n'um novo periodo, devido aos trabalhos da Commissão administrativa. A portaria de 27 de maio de 1834 ordenou que se fizesse uma loteria trimestral, dividindo os lucros que d'ella derivassem pela seguinte fórma: metade para os expostos e um quarto para cada um dos dois estabelecimentos Hospital de S. José e Casa Pia.

Em 1836 a portaria de 18 de abril determinava que toda a importancia dos premios que deixassem de ser reclamados, e portanto prescrevessem, passaria a constituir receita propria dos expostos, o que actualmente, como se pode verificar pelo mappa geral das receitas da Santa Casa da Misericordia que acompanha este trabalho, representa uma dotação importante.

Esta prescripção era a principio ao cabo de cinco annos, e presentemente dá-se para todos os premios não reclamados no praso de um anno, a contar da data da extracção em que o numero sahiu premiado.

O decreto de 5 de outubro de 1838 veiu determinar que em cada extracção pertencesse ao Asylo de Mendicidade a parte dos lucros correspondente a 400 bilhetes da loteria. Em 5 de agosto de 1839 fixou-se em um decimo a parte dos lucros do Asylo.

O decreto de 3 de junho de 1841 prohibiu no reino as loterias extrangeiras, confirmando a velha disposição de 25 de janeiro de 1677.

Os premios das loterias pagavam 5 % de imposto de sello desde 30 de janeiro de 1838.

Foram medrando as loterias da Santa Casa, por entre alternativas de maior prosperidade e de decadencia. Ahi pelo anno de 1862 os lucros tinham soffrido uma reducção notavel.

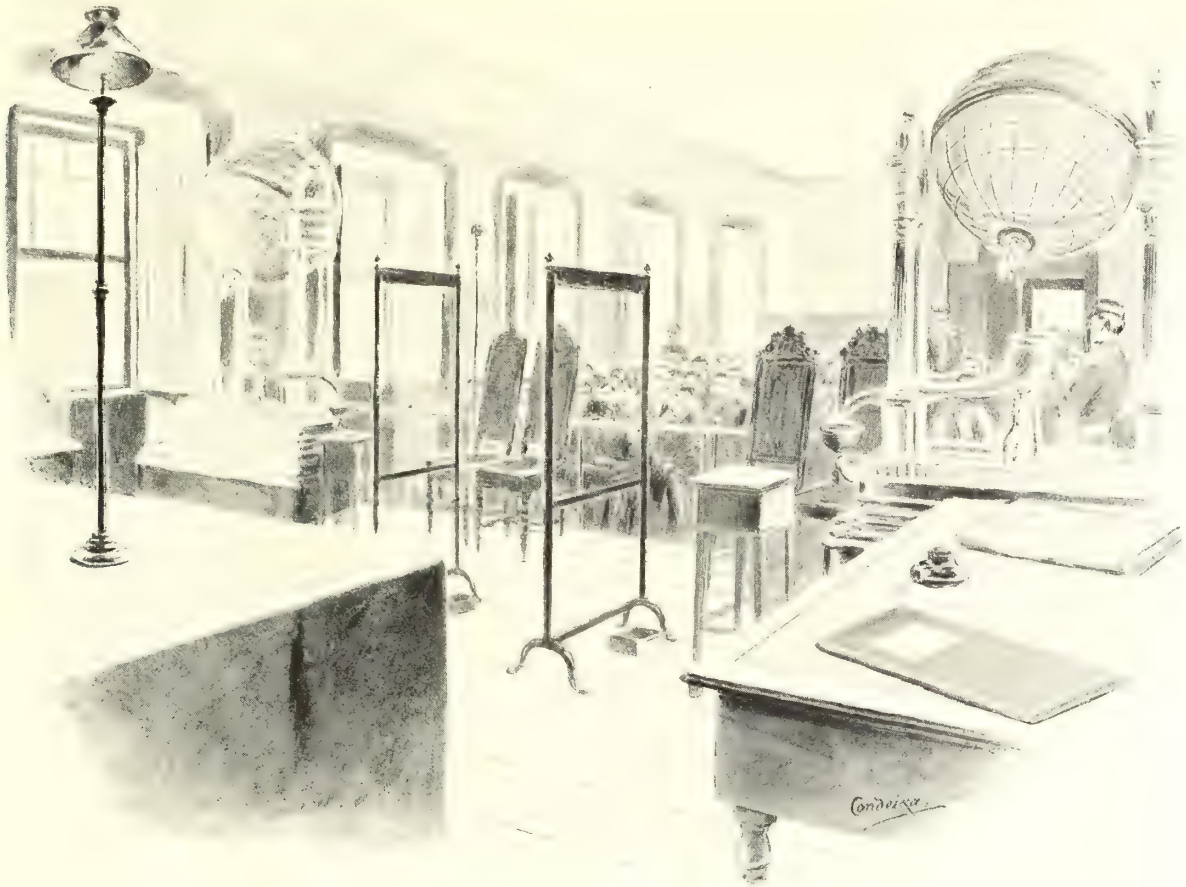
Pelo relatorio da gerencia da Misericordia de 1861-1862 se vê que as loterias esmoreciam grandemente áquelle tempo, reclamando melhoramentos urgentes. Acudiam os alvitres.[1] A Administração da Misericordia tomou então a acertada resolução de se dividirem os bilhetes em quartos, a fim de tornar mais facil a sua venda, sempre assoberbada pela concorrencia da venda das loterias extrangeiras.

Já em 1854 tinha a Mesa pedido que nas rodas não entrassem os bilhetes brancos, isto é, que só se extrahisse o numero de premios marcado no plano. Representava-se assim contra o disposto no decreto de 2 de novembro de 1854. O decreto de 28 de fevereiro de 1855 veiu, porém, reiterar as re-

---

[1] Leia-se um artigo, propondo innovações de planos para as extracções, publicado no n.º 61 do *Jornal do Trabalho*, de 28 de setembro de 1863, assignado D. J. G. M. A.

ESTAMPA XXII.




RODAS DA LOTERIA

(Hist. e Mem. da Academia Real das Sc. de Lisboa, n. ser., sc. moraes, etc., t. IX, p. II.)

gras da pratica até então seguida nas extracções, e só em decreto de 30 de dezembro de 1858, publicado no *Diario* n.º 7, de janeiro de 1859, se determinou que a extracção fosse apenas de um numero de bilhetes egual ao numero de premios.

Foi no anno de 1863 que a Mesa resolveu transformar o systema adoptado nas extracções. O artista portuguez Joaquim Pedro Ribeiro da Costa Holtreman apresentou-lhe o projecto de umas espheras ou globos com movimento, que são os que ainda actualmente servem.

São duas grandes espheras ou globos, com valvulas nos seus polos, e que giram sobre um eixo horizontal, perpendicular á linha que une as duas valvulas polares. Dentro d'ellas se deitam em uma as pequenas bolas dos numeros dos bilhetes, e em outra as bolas que correspondem aos premios que devem ser extrahidos. Animadas as duas rodas de movimento de rotação simultaneo, de cada uma d'ellas sahirá uma bola cada vez que um dos polos venha encontrar na parte inferior o batente que o espera. De um lado sae o numero, do outro o correspondente premio. Este machinismo é executado em latão com acabamento inexcedivel.[1]

Em 1868 o governador civil do districto de Lisboa, marquez de Sabugosa, determinou em edital datado de 2 de dezembro qual a fórma por que se devia auctorizar legalmente a venda das loterias e a subdivisão dos bilhetes, estabelecendo a nova pratica de se carimbarem as cautellas e os bilhetes subdivididos com uma marca especial; esta operação era feita nos governos civis e administrações de concelho. Outra providencia tomada no mesmo edital era a de exigir que os vendedores de loterias estivessem devidamente afiançados, e habilitados para a venda, perante os governos civis ou administradores de concelho. A auctoridade superior do districto justificava a necessidade d'estas medidas nos considerandos por que começava o edital, nos seguintes termos:

«Tendo chegado ao meu conhecimento repetidas queixas contra os abusos que frequentemente se praticam, de expôr á venda e negociar bilhetes e cautellas de loterias extrangeiras, o que é expressamente prohibido por lei; e sendo conveniente suscitar a observancia das leis prohibitivas de taes factos, assim como tomar algumas providencias tendentes a evitar outros abusos, que geralmente se notam na venda e commercio de bilhetes e cautellas das loterias auctorizadas, e que consistem principalmente, segundo consta, na exagge-

---

[1] Vem minuciosamente descripto este apparelho interessante a pag. 262 do *Archivo pittoresco* do anno de 1863. O systema das extracções da loteria foi tambem descripto em um artigo illustrado, publicado no *Branco e Negro* n.º 24, do anno de 1896, redigido pelo adjuncto Jorge Camelier.

rada emissão de cautellas em valor muito excedente á importancia dos bilhetes, na falta de garantias sufficientes ao pagamento dos premios que possam caber por sorte aos bilhetes subdivididos, e finalmente na falsificação de cautellas e bilhetes expostos á venda por vendedores ambulantes; abusos estes que illudem as leis, estabelecendo implicitamente, e no interesse particular, loterias addicionaes não auctorizadas, defraudando o imposto do sello, a que escapa a importancia das cautellas excedente ao valor dos bilhetes, e attentando contra a boa fé dos contractos, que deve revestir todo o commercio, determino», etc.

Verificou-se que ainda com este processo de fiscalização exercido pelo Governo Civil se repetiam os graves abusos que por elle se pretendiam reprimir, chegando a assumir escandalosas proporções as fraudes, á sombra das quaes se levantaram casas importantes e se fizeram avultadas fortunas. A Provedoria da Santa Casa conseguiu em 1871 chegar a um accordo com o magistrado superior do districto, que a esse tempo era o sr. Henrique de Gama Barros, para que o serviço de fiscalização sobre o commercio das loterias, na parte respectiva ao processo do carimbo das cautellas de loterias da Santa Casa, passasse a ser feito n'este estabelecimento por empregados seus. Este accordo foi confirmado pela portaria do Ministerio do Reino de 18 de fevereiro de 1871, e occasionou o novo edital do Governo Civil, datado de 2 de março do mesmo anno, em que se determina aos emissores de cautellas dos concelhos de Lisboa, Belem e Olivaes que sujeitem os bilhetes a subdividir e as respectivas cautellas ao carimbo ou marca especial da Santa Casa, sem o que se não considerariam legalmente authenticadas.

Este edital foi ainda ampliado pelos de 6 de março e 15 de junho de 1871, e 30 de janeiro de 1872, relativos aos dias em que se deve effectuar o carimbo e ás licenças e fianças dos revendedores.

A principio as despesas d'este serviço eram pagas pelo cofre do Governo Civil, emquanto elle esteve a cargo dos funccionarios d'aquella repartição. Depois, pelo accordo de 1871, o Governo Civil custeava as despesas do carimbo effectuado na Santa Casa com importancia egual áquella que até então dispendia. Por fim este subsidio deixou de se tornar effectivo e as despesas ficaram portanto completamente a cargo da Misericordia, attingindo desde 1896 a verba de 2:300$000 réis, numeros redondos.

Para a venda dos bilhetes das loterias da Santa Casa se formularam as instrucções de 23 de abril de 1888, e para o serviço do carimbo formularam-se as instrucções de 3 de março de 1871 e 2 de março de 1872, e avisos de 10 de setembro de 1883, de 17 de julho de 1889 e de 2 de junho de 1891.

A *lei do imposto do sello* de 1885, publicada no *Diario* de 2 de dezembro

d'aquelle anno, estabelecia o imposto de sello de 15 % sobre os premios de loterias nacionaes e extrangeiras, nos artigos 118.º a 120.º

Em 1886 um novo decreto, de 30 de abril, regulava o modo porque se havia de estabelecer a venda das loterias extrangeiras e a cobrança do respectivo imposto de sello de 15 %. (*Diario do Governo* de 5 de maio.)

Em 1888 a portaria de 22 de maio auctorizava um contracto celebrado com os cambistas, pelo qual se restringia a 36 o numero annual de loterias, sendo cada uma d'ellas formada de 5:200 bilhetes, ao preço de 5$000 réis, obrigando-se os contractantes, que eram Antonio Ignacio da Fonseca, João Rodrigues da Costa, Campião & C.ª, E. Gouveia e Silva e João Florindo Manaças, a garantir 80 % do total dos bilhetes em cada loteria. Este contracto, datado de 7 de junho, levantou grande celeuma na imprensa, que aggrediu violentamente o ministro (sr. José Luciano de Castro) que o auctorizara, e o Provedor marquez de Rio Maior, a ponto de levar este ultimo, como já dissemos, a pedir a sua demissão do cargo que tanto honrara. Este contracto era um monopolio da venda das loterias concedido aos signatarios d'elle. Foi publicado nos jornaes (vidè n.º 13 d'*O Jornal do Paiz*, de 30 de junho de 1888). Para o conseguirem não recuaram os cambistas, capitaneados pelo famigerado Antonio Ignacio da Fonseca, ante os mais desbragados processos de aggressão pela imprensa assalariada, promovendo o descredito da Administração da Misericordia.[1]

Em 1890, por determinação de 6 de março, do governador civil do districto, passou a assistir ás extracções da loteria um dos administradores dos bairros da cidade, por turno mensal.

Auctorizado o governo pela lei de 30 de junho de 1891 a remodelar a exploração das loterias, com o intuito de reduzir a venda das loterias extrangeiras e augmentar os redditos do estado, resolveu por decreto de 28 de abril de 1892 crear a *Loteria Nacional Portugueza*, administrada por uma commissão a que presidia o Provedor da Misericordia, e adjudicada por oito annos a uma companhia concessionaria que garantisse uma venda minima de 2:000 contos nos dois primeiros annos, augmentando 100 contos por cada biennio. Da receita illiquida pertenceria 30 % para o Estado, e d'esta receita sahiam 30 % para os estabelecimentos de beneficencia. Era então ministro da fazenda Joa quim Pedro de Oliveira Martins.[2]

---

[1] O mesmo *Jornal do Paiz* publicou um supplemento ao seu n.º 26, de 1888, no qual trata e commenta largamente estes factos.

[2] Vem este decreto publicado no *Diario do Governo* de 10 de maio de 1892, n.º 104, acompanhado de extenso relatorio e dos termos do contracto realizado com os concessionarios, que eram quatro: Antonio Ignacio da Fonseca, a firma Campião & C.ª, a firma D. E. Gouveia

O decreto de 10 de dezembro de 1892 prohibia a entrada de bilhetes de loterias extrangeiras de paizes onde não fosse acceita a reciprocidade de commercio.

Finalmente o decreto de 6 de abril de 1893, firmado pelo ministro sr. João Ferreira Franco Pinto Castello Branco *(Diario* de 8 de abril de 1893), rescindiu o contracto com os concessionarios da Loteria Nacional; a loteria voltou a denominar-se *Loteria da Santa Casa da Misericordia de Lisboa,* por conta do Estado, sob a superintendencia do Ministro da Fazenda, e administrada por uma commissão de que fazem parte o Provedor e Adjunctos da Misericordia, Enfermeiro-mór do Hospital de S. José, Director geral da thesouraria do Ministerio da Fazenda e Provedores da Casa Pia e do Asylo da Mendicidade, effectuando-se as extracções sob as seguintes clausulas:

«Os planos das emissões serão elaborados pela commissão administrativa das loterias, e do capital de cada loteria serão distribuidos em premios 70 por cento.

«§ unico. Dos 30 por cento restantes deduzir-se-hão todas as despesas da emissão, e do liquido serão entregues ao thesouro duas terças partes e a outra será applicada aos estabelecimentos pios, hospital dos expostos, hospital de S. José, casa pia e asylo de mendicidade, na proporção que actualmente se acha adoptada, isto é, 46 por cento para os expostos, sem prejuizo da compensação de 1,5 por cento constante da respectiva verba orçamental do ministerio do reino, 23 por cento para o hospital de S. José, 23 por cento para a casa pia e 8 por cento para o asylo de mendicidade.

«As loterias serão ordinarias e extraordinarias. Das ordinarias emittir-se-hão pelo menos tres em cada mez e das extraordinarias uma em cada anno. Os planos elaborados pela commissão administrativa serão submettidos á approvação do ministro da fazenda, ficando comtudo auctorizada a commissão a propôr qualquer modificação nos que apesar de approvados não tenham sido annunciados.

«As emissões de loterias, a contar do proximo futuro anno economico, serão postas á venda com trinta dias, pelo menos, de antecedencia ao da extracção de cada uma e as extraordinarias com quatro mezes de antecedencia.

«Os bilhetes, em regra, serão divididos em decimos, salvo no caso de, com approvação superior, haver conveniencia n'outra divisão.

«§ unico. Os bilhetes serão assignados de chancella pelo presidente da commissão administrativa e pelo thesoureiro da Misericordia. No verso de cada fracção se transcreverá um extracto do plano com a indicação da relação entre os numeros premiados e os brancos.»

Já em 1892, em harmonia com o citado decreto de 28 de abril de 1892,

---

& Silva e João Florindo de Araujo Manaças, contracto em que estes recebiam o exclusivo da *abertura* dos bilhetes em cautellas.

Esta concessão veiu provocar nova questão na imprensa, especialmente na *Folha do Povo* e n'*A Bandeira Portugueza,* sendo este jornal orgão dos concessionarios. Além dos artigos nos jornaes, sahiram pasquins e folhas avulso, combatendo o monopolio da loteria. Vidè *A Bandeira Portugueza,* de 22 de maio de 1892, n.º 542.

havia sido estabelecida no edificio da Santa Casa, nas dependencias da calçada da Gloria, uma typographia que se denomina *Typographia da Loteria da Santa Casa da Misericordia*. Era destinada á impressão dos bilhetes, para evitar as demoras e os transtornos que resultavam de irem a imprimir á Imprensa Nacional. Depois tem sido applicada a outros trabalhos, não só para a Misericordia como para outros estabelecimentos pios da capital, trabalhos typographicos que muito honram aquella officina. Citaremos apenas, para nos não alongarmos, os magnificos diplomas a côres, mandados executar pelo Adjuncto Jorge Camelier, em 1897, para na sua qualidade de Provedor interino distribuir ás orfãs de S. Pedro de Alcantara juntamente com os premios annuaes da sua applicação.

Esses diplomas estiveram patentes na Exposição da Imprensa, realizada em maio de 1898, nas salas do Atheneu Commercial.

O regulamento provisorio das loterias foi approvado pelo decreto de 25 de maio de 1893 e logo ligeiramente modificado em 19 de junho e 7 de julho de 1894.

Ainda depois, por decreto de 9 de dezembro de 1897, se alterou a distribuição dos lucros das loterias pelos estabelecimentos de beneficencia e pelo Estado, a qual ficou regulada pela maneira seguinte: 63 por cento dos 30 por cento do capital lucros do Governo, e os 37 por cento restantes distribuidos pelos estabelecimentos pios na seguinte proporção: 13 $^1/_3$ por cento para o Hospital dos expostos e outros 13 $^1/_3$ para o Hospital de S. José; 7 $^2/_3$ por cento para a Real Casa Pia de Lisboa e 2 $^2/_3$ por cento para o Asylo de Mendicidade.

*

* *

A Commissão das loterias resolveu ultimamente, em 1900, edificar n'um dos pateos interiores, no chamado pateo das cisternas, uma nova sala para as extracções da loteria. Levantou-se a construcção de ferro e tijolo, superiormente envidraçada, e inaugurou-se no dia 23 de dezembro de 1901.

Tendo o actual Provedor deliberado mandar collocar n'esta nova sala duas grandes lapides com inscripções allusivas á historia da Santa Casa e á historia da Loteria, foi o auctor d'este livro, por amavel e immerecida distincção, convidado a redigir essas inscripções, que foram gravadas nas tabellas de marmore e são do teor seguinte:

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA
FUNDADA EM
15 DE AGOSTO DE 1498
PELA RAINHA D. LEONOR DE LANCASTRE
E POR INICIATIVA DO FRADE TRINITARIO
MIGUEL CONTREIRAS
O QUAL FOI
SEU PRIMEIRO PROVEDOR
E AUCTOR DO PRIMEIRO COMPROMISSO.

ESTABELECIDA
POR CONCESSÃO DO MARQUEZ DE POMBAL
NESTE EDIFICIO DE S. ROQUE
DOADO POR CARTA REGIA
DE 6 DE FEVEREIRO DE 1768

REORGANIZADA
A SUA ADMINISTRAÇÃO
POR DECRETOS DE
28 DE FEVEREIRO DE 1834
E
2 DE DEZEMBRO DE 1851

LOTERIA DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA
CREADA A INSTANCIAS
DA MESA DA IRMANDADE DA MISERICORDIA
E DO DUQUE DE LAFÕES
POR DECRETO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1783
COM O FIM DE CUSTEAR AS DESPESAS
DO HOSPITAL REAL
DA REAL CASA DOS EXPOSTOS
E DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA

REFORMADA POR
DECRETO DE 6 DE ABRIL DE 1893
PARTILHANDO OS SEUS LUCROS
O THESOURO PUBLICO
A MISERICORDIA DE LISBOA
O HOSPITAL REAL E NACIONAL DE S. JOSÉ
A REAL CASA PIA DE LISBOA
E O ASYLO DE MENDICIDADE

NO ANNO DE 1901
SE CONSTRUIU ESTA NOVA SALA
DE EXTRACÇÕES DA LOTERIA

# O dinheiro do jogo applicado á beneficencia publica

**Mappa das loterias effectuadas de 1864 a 1899 e seu producto liquido**

| ANNOS | NUMERO DE LOTERIAS | CAPITAL RECEBIDO | PARTE ARRECADADA PELO GOVERNO | LUCROS LIQUIDOS DISTRIBUIDOS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Ao Hospital dos Expostos | Ao Hospital de S. José | Á Casa Pia | Ao Asylo de Mendicidade |
| 1864-65 | 27 | 787:875$000 | 69:333$000 | 34:963$482 | 16:313$424 | 28:118$919 | 6:241$005 |
| 1865-66 | 29 | 866:250$000 | 76:280$000 | 54:388$912 | 16:663$564 | 28:163$564 | 6:347$171 |
| 1866-67 | 35 | 886:375$000 | 78:001$000 | 38:828$258 | 17:715$681 | 29:715$681 | 7:059$731 |
| 1867-68 | 32 | 800:625$000 | 104:791$500 | 32:554$074 | 15:376$153 | 25:371$153 | 6:576$687 |
| 1868-69 | 30 | 695:575$000 | 91:815$900 | 31:693$840 | 13:151$222 | 21:151$222 | 5:912$804 |
| 1869-70 | 30 | 641:600$000 | 84:691$200 | 27:401$744 | 13:729$925 | 15:613$709 | 5:650$359 |
| 1870-71 | 24 | 579:600$000 | 76:507$200 | 45:514$557 | 8:414$298 | 20:414$298 | 5:857$420 |
| 1871-72 | 26 | 467:350$000 | 61:690$200 | 26:116$987 | 7:873$103 | 21:243$370 | 8:416$543 |
| 1872-73 | 33 | 487:525$000 | 64:353$300 | 19:468$172 | 9:724$004 | 10:142$232 | 5:853$600 |
| 1873-74 | 36 | 568:575$000 | 75:051$900 | 25:437$577 | 12:718$786 | 12:718$786 | 6:554$514 |
| 1874-75 | 37 | 636:525$000 | 84:021$300 | 29:463$391 | 14:731$703 | 14:731$703 | 6:886$056 |
| 1875-76 | 39 | 693:225$000 | 91:505$700 | 32:217$338 | 16:108$680 | 16:108$680 | 7:260$030 |
| 1876-77 | 38 | 713:700$000 | 94:208$400 | 33:627$294 | 16:813$654 | 16:813$654 | 7:128$781 |
| 1877-78 | 39 | 792:225$000 | 104:573$700 | 37:324$171 | 18:662$087 | 18:662$087 | 7:258$273 |
| 1878-79 | 39 | 836:100$000 | 110:365$200 | 39:028$664 | 19:514$345 | 19:514$345 | 7:155$809 |
| 1879-80 | 40 | 840:600$000 | 110:959$200 | 39:487$580 | 19:743$792 | 19:743$792 | 7:398$874 |
| 1880-81 | 39 | 849:600$000 | 112:147$200 | 40:055$107 | 20:027$567 | 20:027$567 | 7:215$929 |
| 1881-82 | 41 | 889:200$000 | 118:443$600 | 41:842$742 | 20:921$389 | 20:921$389 | 7:575$533 |
| 1882-83 | 40 | 772:875$000 | 108:140$670 | 35:165$837 | 17:582$934 | 17:582$934 | 7:232$285 |
| 1883-84 | 42 | 775:125$000 | 108:455$490 | 35:185$980 | 17:593$002 | 17:593$002 | 7:608$206 |
| 1884-85 | 44 | 812:250$000 | 113:650$020 | 36:944$431 | 18:472$221 | 18:472$221 | 7:982$041 |
| 1885-86 | 37 | 786:375$000 | 110:029$590 | 36:790$523 | 18:395$174 | 18:395$174 | 6:810$887 |
| 1886-87 | 36 | 837:000$000 | 117:113$040 | 39:880$528 | 19:940$274 | 19:940$274 | 6:732$214 |
| 1887-88 | 36 | 898:750$000 | 125:514$600 | 44:814$076 | 22:407$051 | 22:407$051 | 7:082$674 |
| 1888-89 | 36 | 936:000$000 | 130:965$120 | 45:970$304 | 22:985$153 | 22:985$153 | 7:661$716 |
| 1889-90 | 36 | 936:000$000 | 130:965$120 | 45:960$999 | 22:980$509 | 22:980$509 | 7:660$168 |
| 1890-91 | 36 | 939:000$000 | 138:176$591 | 42:052$509 | 23:026$264 | 23:026$264 | 7:469$150 |
| 1891-92 | 36 | 1.007:700$000 | 152:701$540 | 48:956$833 | 24:478$409 | 24:478$409 | 8;042$173 |
| 1892-93 | 38 | 1.276:500$000 | 226:417$958 | 50:098$151 | 25:049$072 | 25:049$072 | 8:712$715 |
| 1893-94 | 40 | 1.403:700$000 | 236:494$902 | 54:265$729 | 27:132$855 | 27:132$855 | 9:437$502 |
| 1894-95 | 43 | 2.043:900$000 | 339:393$506 | 77:988$003 | 39:236$622 | 39:236$622 | 13:647$044 |
| 1895-96 | 46 | 1.873:300$000 | 306:579$863 | 70:513$393 | 35:256$683 | 35:256$683 | 12:226$181 |
| 1896-97 | 47 | 1.915:700$000 | 325:229$823 | 74:802$883 | 37:401$427 | 37:401$427 | 13:009$179 |
| 1897-98 | 48 | 2.167:100$000 | 357:077$657 | 79:256$805 | 56:176$357 | 56:176$357 | 14:647$160 |
| 1898-99 | 47 | 2.286:000$000 | 376:964$646 | 79:780$882 | 79:780$882 | 45:874$001 | 15:956$177 |

Anteriormente aos annos a que se refere o mappa antecedente recebiam os expostos, pelos lucros de loterias, as importancias seguintes, referidas a alguns dos annos que decorrem desde 1834 a 1851:

| | |
|---|---|
| No anno de 1834–1835 | 14:499$977 |
| » de 1845–1846 | 42:306$831 |
| » de 1846–1847 | 16:602$862 |
| » de 1850–1851 | 14:142$209 |

Nos annos que vão desde 1864 a 1868 a parte arrecadada pelo governo representa o imposto de sello de 10 %.

Este imposto elevou-se a 15 % nos annos subsequentes até 1891. Depois foi ainda accrescentado com os dois addiccionaes de 6 %, primeiro e segundo. Em 1893 o decreto de 6 de abril fixou a parte do governo em ²/₃ dos 30 % do capital da loteria.

E finalmente no decreto de 9 de dezembro de 1897 determina-se que para o thesouro publico se separem em cada loteria 63 % dos 30 % do capital emittido, liquidos das respectivas despesas.

# PARTE III

## BENEFICENCIAS ACTUAES DA SANTA CASA

# CAPITULO I

**Os meninos enjeitados no Hospital Real de Todos os Santos.—A Mesa dos enjeitados.—A Real casa dos expostos.—As exposições e as rodas.—A casa dos expostos em 1828.—Edificios diversos que habitaram.—O actual hospicio.**

Entre os primitivos encargos de que rezam os compromissos das Misericordias não se contava o de crear os enjeitados.

Em Lisboa havia, talvez antes de 1300, um hospital para meninos ou creanças abandonadas, instituido pela rainha D. Beatriz, ou Brites, mulher de D. Affonso III. Era sito na rua da Porta de S. Vicente da Mouraria.[1]

É provavelmente ao mesmo que em tempo de D. Affonso V (1467) foi concedida permissão de tirar esmolas no arcebispado para occorrer ao sustento das creanças que albergava, em numero de 10 a 20.

O Provedor da Misericordia, como administrador do Hospital de Todos os Santos, pediu e obteve em 16 de janeiro de 1595[2] a confirmação d'este privilegio pela seguinte curiosa carta:

---

[1] Em documentos da Torre do Tombo, não posteriores a D. Affonso III, é denominado «Ecclesia Innocentum Hospitalis puerorum». Varios outros documentos se referem a elle pelas expressões de «espitall dos mjnjnhos que partem cõ albergaria do dito espitall». Veja-se o artigo *Do Areeiro á Mouraria*, do sr. Pedro A. de Azevedo, no *Archeologo*, tomo v, pag. 262. A este hospital e ás varias phases por que passou se referem J. B. de Castro no *Mappa de Portugal*, tomo III, 437, e Vilhena Barbosa, *Estudos archeologicos e historicos*, pag. 321

[2] Em tempo de Filippe II fundara o illustre pintor retratista portuguez Sanches Coelho, em Valladolid, um hospicio para expostos.

«Don Phellipe Per graça de Ds Rey de Portugal e dos algarves daquem e dalem Maar em africa sñor da guinee e dá conquista navegação comercio da Ethiopia, arabia e persia e da India — faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem que por parte do provedor e irmãos da misericordia desta cidade de lixboa a que esta anexo o governo e administraçan do Hospital de todos os Santos da mesma cidade me foy apresentada hũa carta delrey don Afonso o quinto que Santa Gloria aja que se tirou da torre do tombo per hũa minha provisão e de que o treslado he o seguinte: — Don Afonso. A quantos esta carta virem fazemos saber que per Alvaro do Casal prouedor do hospital dos mininos desta nossa muy nobre e sempre leal cidade de lixboa nos foy feito recontamento como o dito hospital non tem mais renda que pera criar seis mininos. E por quanto continuadamente em o dito hospital non havia menos de dez, quinze e vinte mininos engeitados o que o dito hospital non podia soportar nen elle, que tinha delle carrego, sen muy grande trabalho e fadiga sua, Nos pedia que a ello prouesemos dalgun remedio E disto fez nos seu requerimento o qual he bon e honesto e tendo nós respeito ao que pertence ao seruiço de Ds por ser obra tão piedosa criarense os mininos que engeitam no dito hospital per esta nossa carta damos licença e *lugar* (?) ao dito Alvaro do casal ou a qual quer outro que dipois delle tiuer o dito carrego que da quy en diante en todo o arcebispado da dita cidade possam pedir e mandar pedir esmolas per os fieis de Ds. pera ajuda e mantimento e soportamẽto dos ditos mininos e que isso mesmo possan poer memposteiros en a dita cidade e en o dito Arcebispado que peçon as ditas esmolas e as arrecaden e enuiem ao dito prouedor E isto sen embargo da ordenaçan e defesa nossa que passamos en contrario Isto por causa da rendiçan dos catiuos e poren mandamos a todolos corregedores, juizes, justiças oficiaes e pessoas a que o conhecimento disto pertencer per qual quer guisa que seja que leixen assy pedir as ditas esmolas pera o dito hospital como dito he e lhe non ponhan nen consentan sobre ello poer algua duuida nen embargõ por quanto assy o avemos por serviço de Ds e nosso dada en lixboa a dezaseis dias de setembro. Elrey o mandou por don Joañ Galuan bispo de Coimbra do seu conselho e e seu escriuão da puridade e veedor mór das suas obras Afonso garçes a fez. Anno de nosso Snõr Jesuu xpo de mil e quatro çentos sesenta e sete. Pedindo me o dito prouedor e irmãos da misericordia e hospital que lhes confirmase a dita carta e visto seu requerimento querendo lhes fazer graça e merçe tenho por ben e lha confirmo e dei por confirmada e mando que se cumpra e guarde inteiramente assy e da maneira que se nella contem. E por firmeza disso lhes mandey dar esta minha carta por mim asinada e sellada con o meu sello de chumbo pendente dada na cidade de lixboa aos dezaseis dias do mes de Janeiro Manuel fernandez a fez. Anno do nasçimento de nosso Snõr Jesuu xpo de mil quinhentos nouenta e çinco. E eu Luiz diaz domĩs a fiz escreuer. Elrey

Confirmação da carta nesta tresladada Ao prouedor e irmãos da Misericordia e do hospital desta cidade pera que possan mandar pedir esmolas por todo o arcebispado pera ajuda e mantimento e soportamento dos mininos engeitados e que possan poer Memposteiros na dita cidade e arcebispado que peçan as ditas esmolas.[1]

O Hospital Real de Todos os Santos mandava crear os recemnascidos que todos os dias appareciam depositados á porta do Hospital, nos adros das egrejas e em outros logares da cidade; havia mulheres encarregadas de effectuar

---

[1] Pergaminho em bella lettra da epocha, existente no Livro 2.º de *Decretos, Auisos,* etc., fl. 55, do Archivo da Misericordia de Lisboa.

estas exposições, e o hospital pagava mensalmente os salarios ás amas que se encarregavam da creação dos miseros enjeitados.

No *Regimento* d'este Hospital, existente no Archivo do Hospital de S. José, lê-se o seguinte, sob o titulo:

«*Do Provedor do Esprital e Regimento e maneira em que ha de servir o dito seu officio:*

«*Item ordenamos, e mandamos que no dito Esprital sejam recebidos e se recebão e mande o dito nosso Provedor delle receber todos os meninos engeitados que nelle se engeitarem, e a elle forem trazidos, que engeitados sejam, e mandamos ao dito Provedor, que como no dito Esprital se engeitarem, saiba se sam christãos e não o sendo os façam logo bautizar, e como bautisados forem lhes mãde logo buscar as Amas.*» [1]

Um valioso depoente coevo, do meado do seculo XVI, [2] conta-nos a respeito da creação dos enjeitados no Hospital de Todos os Santos o seguinte:

«Esta casa recolhe os enjeitados que se acham á porta do esprital e na Misericordia e por toda a cidade e são recolhidos por duas amas que ha no esprital que os levão aa casa da fazenda perante o ouvidor e mais officiaes que os lanção em livro... Na vespera de todos os santos são juntos por obrigação no esprital todos os amos ou amas com os enjeitados aos quaes dão de comer abastadamente e lhe pagão o que assi he devido de sua creação sendo assi juntos, os que são de idade são dados ao officio que cada hum quer, e as mossas dão de obrigação de casamento e não casando que seja obrigado o que toma a lhe dar quanto se dá a um orfão de soldada, e d'isso se faz escriptura no d.º livro e muitas vezes veem pessoas que dizem que tal enjeitado he seu filho e pedem ao provedor que lh'o entregue; e são-lhes entregues, jurando que he seu filho; e se quer dar alguma cousa para a casa polla criação que até ali lhe foi feita, daa o que quer, e não lh'o deixão dentregar, ainda que não dee nada; e muitas vezes os amos e amas destes enjeitados os pedem e os perfilhão, do que se faz escritura pruvica e assentado no livro; o numero destes enjeitados continuadamente são sempre 450 até 500.»

Descrevendo em 1584 o Hospital real, diz o padre Duarte Sande, que já em outro logar citámos:

---

[1] Citado pelo conde de Rio Maior no seu *Relatorio da gerencia da Santa Casa no anno de 1870–1871*, pag. 4.

[2] Christovão Roiz d'Oliveira, *Summario*, edição de Lisboa, 1755, pag. 65.

«Tem mais um *criandario,* ou hospicio de crianças engeitadas e das casualmente abandonadas, que alli são ammamentadas por amas pagas; e depois quando chegam á edade adulta são entregues a varios mestres ou a mulheres para lhes ensinarem algum officio ou mister.» [1]

A carta régia de 14 de março de 1513 recommendava á Confraria da Misericordia de Lisboa que tomasse conta dos enjeitados que estavam a cargo do Hospital de Todos os Santos.

Em 1616, segundo refere fr. Nicolau de Oliveira, entraram 200 enjeitados, o que dá idéa do desenvolvimento que ia tomando o *criandario* estabelecido na parte do grande edificio que deitava para a rua da Betesga. [2] A roda era em um beco, á esquerda, n'esta mesma rua, [3] no sitio onde hoje começa a rua dos Fanqueiros. Refere-se a ella um soneto inserto na collecção dos *Apophthegmas* de Suppico (tomo I, pag. 230), soneto escripto em honra do Provedor D. João de Mascarenhas, marquez de Fronteira, que manifestava grande predilecção e dó pelos pequeninos enjeitados.

Diz o soneto:

Marquez, esses pimpolhos animados,
nos actos criminosos concebidos,
ganham comvosco o nome de escolhidos,
perdem comvosco o nome de enjeitados.

---

[1] *Archivo pittoresco,* Lisboa, 1584, vol. VI, pag. 86.

Incidentemente e de relance nos referiremos aqui a uma curiosa usança da velha Lisboa. Havia em 1551, junto á pequena ermida dos Fieis de Deus, sita no Bairro Alto, na rua que ainda conserva este nome, um pobre ermitão que tomou a si o piedoso encargo de recolher e sustentar os meninos que encontrava transviados ou perdidos dos paes, até que estes viessem reclamal-os; e recebia então *«pela acolheita dos filhos um vintem para um alqueire de trigo».* Era uma creche, um asylo de creanças abandonadas, em pleno seculo XVI! Referem-se a esta curiosa tradição o *Sanctuario Marianno,* tomo I, pag. 330; o sr. Julio de Castilho na *Lisboa antiga,* tomo I, pag. 200, e Pinho Leal, tomo VI, pag. 163.

Posteriormente, em 1628, a Camara era encarregada pelo alvará regio de 21 de junho de 1628 de providenciar com respeito aos meninos de pouca edade que se perdiam na cidade sem saberem dizer de onde eram. Lançava-se pregão e levava-se a cinco partes dos bairros principaes, a saber: ao hospital dos Palmeiros; a Nossa Senhora do Paraiso, fóra da Porta da Cruz; á ermida dos Fieis de Deus; a S. Luiz, á Porta de Santo Antão; e a Santa Barbara ou egreja dos Anjos. Alli os recolhiam até que os paes avisados pelos pregões que corriam pela cidade os fossem buscar. (Vidè este precioso documento nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* tomo III, pag. 288.)

[2] Vilhena Barbosa, *Estudos archeologicos e historicos,* pag. 322.

[3] As *Instrucções para os trabalhos da reconstrucção da cidade,* publicadas em 19 de junho de 1759, na collecção da *Legislação Josephina,* da Academia Real das Sciencias, tomo XV, referem-se-lhe nos seguintes termos: «junto á R. da Betesga havia um sordido becco da Roda dos Enjeitados.»

Dos carinhos dos pais repudiados,
dos affagos das mães destituidos,
desprezos tudo ao tempo de nascidos,
caricias tudo ao tempo de gerados!

Obre a maldade culpas insolentes,
que emquanto da piedade sois columna
os enjeitados viverão contentes.

Seu pae segundo sois; sorte opportuna!
Pois tem em vós os tenros innocentes
da Roda do Hospital a da Fortuna![1]

Com respeito á protecção e amparo dos enjeitados, ou, melhor diremos, das creanças abandonadas, só no Compromisso da Irmandade de 1618 se encontra o seguinte, no capitulo XXXIII, cujo titulo é — *De como se hão de acudir aos meninos desamparados*:

«§ 1.º Ainda que a Casa da Misericordia se não costuma encarregar dos meninos engeitados, assi por no Hospital de Todos os Santos terem seu ordinario amparo, como por sua criação pedir espaço de annos e pelo conseguinte esmola certa que até gora não está applicada por algum defuncto a esta obra, todavia nunca se deu por desobrigada de acodir ao desamparo das crianças de pouca edade, cujas mays morrem, ou adoecem, de maneira que não podem ter cuidado d'elles.

«§ 2.º Achando-se alguns meninos d'esta calidade, constando de seu desamparo, o Provedor e mais Irmãos da mesa os mandarão acabar de criar, tomando-lhes amas, emquanto forem de pouca idade, e despois de crecidos lhes darão ordem conveniente, para que nem por falta de criação venhão a ser prejudiciaes á Republica, nem por falta de occupação fiquem expostos aos males que a ociosidade costuma a causar.

«§ 3.º Avendo alguma pessoa virtuosa, que se queira encarregar da criação, e amparo de algum destes meninos, a casa lho largará, porque não deve tomar a seu cargo senão aquelles que não tiverem, nem outro remedio, nem outra sustentação.»

Tanto na antiga como na moderna legislação do reino ás camaras dos concelhos pertenceu sempre o encargo da creação e amparo dos enjeitados, sahindo as despesas respectivas das rendas dos mesmos concelhos. Assim suc-

---

[1] Julio de Castilho, *Lisboa antiga*, tomo III, pag. 296.

cedia na capital, como nas principaes villas e cidades do reino. Tambem alguns dos antiquissimos hospitaes e albergarias tinham entre os seus compromissos o de crear e acolher os enjeitados.

Já falámos, na primeira parte d'esta obra, dos celebres *hospitaes dos mininos*, de Santarem e de Lisboa, fundados ou patrocinados pela Rainha Santa.

O de Lisboa era administrado pela camara á custa de esmolas.

Na cidade do Porto succedia o mesmo. Provam-o documentos officiaes. A provisão de 14 de setembro de 1519 determinava aos administradores dos hospitaes d'aquella cidade que dos sobejos de suas rendas dessem á camara *dez mil réis*, para a ajuda da despesa com os enjeitados que a mesma mandava crear, e que d'ahi em deante metade das rendas dos ditos hospitaes, que sobejassem depois de cumpridos os legados e mais despesas d'elles, se applicasse á creação dos expostos. Foi confirmada esta provisão por D. João III em 1528. Pelo *Livro das Chapas* (da dita camara), onde a fl. 214 e 217 se encontram os alvarás de 26 de maio de 1590 e 12 de junho de 1592, se vê que o encargo passou para a Misericordia, porém á custa de pensões da camara.

O primeiro d'estes alvarás manda dar á Misericordia, por uma só vez, cem cruzados do cofre do crescimento das cisas, e o segundo, do mesmo cofre, cem mil réis annualmente para a creação dos enjeitados; a estes se accrescentaram mais cincoenta mil réis pelo alvará de 1 de julho de 1604.[1]

Em Lisboa foi a camara a administradora da creação dos enjeitados[2] até o anno de 1635, em que o senado, acceitando a concessão que lhe fazia o alvará de 28 de março, resolveu desobrigar-se do pesado encargo, mediante ajuste com os administradores do Hospital Real, que áquelle tempo eram já os Provedores da Misericordia.

O citado alvará allegava:

«Convem muito que se acuda particularmente ao desamparo dos ditos enjeitados que perecem e morrem por não hauer quem os crie por falta do necessario e conformando-me nesta parte com o costume que se usa e pratica nas mais cidades e villas d'este Reino de se fazer esta despesa por conta das rendas dos concelhos dellas, hey por bem e me pras que em caso que a

---

[1] Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, tomo v, pag. 309 e 310.

[2] Assim o determinava a carta régia de D. Filippe III, de 16 de janeiro de 1627. A cidade reagia contra estas ordens. Ácerca d'estas disputas entre o senado e a Misericordia vejam-se documentos nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo III, pag. 241, 282 e 285.

camara desta cidade nam queira tomar de sua conta a dita criaçam pera se fazer administrar por sua ordem, de esas rendas e melhor parado dellas dê e entregue daqui em diante pera este effeito ao thesoureiro do dito hospital seis centos e outenta mil trezentos e sessenta reis cada anno», etc.[1]

É até esta data de 1635 que nos livros do hospital figura a despesa com as amas dos expostos.

O contracto reduziu-se a escriptura, lavrada em 23 de junho de 1637,[2] sendo Provedor D. Jorge de Mascarenhas, do conselho de estado de Sua Majestade; por ella ficou a camara obrigada a pagar em cada anno 689$360 réis, que era a quantia que antes gastava com a creação dos enjeitados, e para o Provedor e Irmãos da Mesa da Misericordia, como administradores do Hospital Real, passou o encargo da creação — «de todos os enjeitados que houverem nesta cidade, desobrigando-se d'isso o Senado da camara, sob a condição de pagar a referida pensão».

Creou-se então em 1657, ao que parece, a *Mesa dos enjeitados,* tambem denominada *Mesa dos santos innocentes,* que tomou a seu cargo a administração dos bens e tratamento dos expostos.

Ainda em 1646 houve uma providencia, de 11 de setembro, que ordenava á camara tomasse novamente conta dos expostos, visto ser insufficiente a prestação de 600$000 réis com que ella contribuia. Não obstante, a *Mesa dos santos innocentes* conservou os encargos e gerencia d'este importante serviço.

Em 1659, sendo ouvida a Mesa da Misericordia, resolveu a *Mesa dos enjeitados* reduzir a 600 réis mensaes os salarios das amas, que antes eram de 800 réis.

Pelas *relações dos gastos que fez a Mesa dos santos innocentes,* respectivas aos annos de 1689 a 1765, na collecção incompleta que existe na Bibliotheca Nacional se apuram alguns dados curiosos.

Em 1689 a despesa total com os enjeitados no Hospital Real foi de 10:598 cruzados, sendo a receita annual de 7:791 cruzados, em que se incluia já um terço dos legados não cumpridos. Pela roda e porta entraram n'esse anno 506 creanças, que, juntas com as 502 que existiam na casa, formaram uma população de 1:008 creanças. Falleceram 436, ficando portanto no fim do anno 572. Deram 391 a crear para o termo da cidade e para as quatro visitas deram 181.

---

[1] Alvará de 28 de março de 1635; *Livro* I *de Privilegios,* fl. 91; Archivo da Misericordia de Lisboa.

[2] *Livro de Escripturas dos Expostos, de 1637 a 1765.* Idem.

Na casa havia pagas pela Mesa seis amas e uma de secco, e além d'estas mais tres pagas pela rainha.[1]

Em 1708 era grande a divida ás amas por falta de meios com que acudir a uma despesa sempre crescente.

Estas relações trazem a lista dos bemfeitores que deixavam rendas e legados aos expostos.

Em 1712, segundo refere Carvalho na *Chorographia do reino*, havia na casa cinco amas e uma de secco, que era uma velha de confiança que vigiava as outras. Não chegavam para acudir á creação de todos os expostos que entravam e por isso muitos iam para as amas do termo da cidade. Cada uma ganhava dois cruzados por mez, tres pães por dia, meia canada de vinho, arratel e meio de carne e um quartilho de azeite.[2] Estas comedorias consta se lhes davam desde 1574.

Em 1715 entraram 706 expostos, que, com 693 que na casa havia, perfazem o numero de 1:389.

Em 1716 «a despesa excedeu a renda de 11:996 cruzados e meio e 160 reis que o sr. D. Pedro, que santa gloria haja, e a Rainha da Gran Bretanha lhe fizeram mercê, além das 3 amas que a Rainha Nossa Senhora ali sustenta pela sua grande piedade»[3].

Em 1717 entraram 698 expostos, que, com os 611 existentes, sommam 1:309, dos quaes falleceram 522, ficando 887.[4]

Pela relação dos gastos de 1718 se vê ser Provedor da *Mesa dos santos innocentes* o Cardeal da Cunha e escrivão o conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes.[5]

«Pela relação dos gastos que a Mesa dos S.tos Innocentes, estabelecida no Hospital Real de Todos os Santos d'esta cidade de Lx.a occidental, fez com a creação dos meninos expostos no anno de 1720, que ultimamente acabou sendo Provedor d'ella o Marquez das Minas D. João de Sousa, consta haverem entrado no dito Hospital pela roda e porta da casa d'ella, no discurso do dito anno, 717 creanças expostas; além das quaes correu a Mesa com a creação de 614 que fazem com as sobreditas o numero de 1:331, de que falleceram

---

[1] Esta *Relaçam* de 1689 é impressa na officina de Domingos Carneiro. É uma folha de quatro paginas. As de 1694–1697, 1698, 1700 e 1708 são impressas por Michel Manescal e teem egual numero de paginas.

[2] Gouvêa Pinto, *obra citada*, pag. 132.

[3] *Gazeta de Lisboa*, n.º 2, de 14 de janeiro de 1717.

[4] Dita, n.º 52, de 30 de dezembro de 1717.

[5] Dita, n.º 1, de 5 de janeiro de 1719.

393 e fica correndo actualmente com a de 938 que se estão creando nesta cidade e em varias partes do Reino.»[1]

«No discurso do anno passado de 1721 entraram na Casa dos Engeitados do Hospital Real desta cidade, pela roda e porta d'ella, 667 creanças expostas, que, com 702 que tinham entrado em annos precedentes, faziam o numero de 1:369 que se mandaram crear por conta da Mesa dos Santos Innocentes nesta cidade, no seu termo, e fora delle. Destas falleceram 402 e fica correndo actualmente a dita Mesa com a creação de 967, havendo dispendio no dito anno com as amas, medicos, cirurgiões, botica, sustento das creanças desmammadas e outras despesas precisas 15:827 cruzados e meio e 54 reis, que são 2:231 cruzados de mais do que importa a renda annual da Mesa.»[2]

Tendo sido generosamente dotado o hospicio por D. João V, D. Pedro II, D. Catharina de Inglaterra e outros bemfeitores, attingiu um rendimento de 17:810 cruzados em 1737, quantia que estava longe de chegar para a sustentação dos expostos, cuja mortalidade era enorme. Deviam-se perto de 12:000 cruzados de creações em 1741; em 1746 o hospicio gastava 25:855 cruzados, e tinha 33 amas de leite, ás quaes ministrava sustento de vacca e pão. Tinha tambem serviço de medico e botica. A *Mesa dos santos innocentes* tinha mandado construir junto á enfermaria dos doidos uma casa para commodo das amas.

Em 1749 o rendimento total era de 11:726$429 réis e compunha-se de juros reaes, juros particulares e subsidios do Senado e da Misericordia, além de propinas que lhe estavam estabelecidas nos tribunaes, na ilha de S. Thomé e nos contractos dos Açores e Madeira, propinas pelos autos de fé, pelo nascimento de alguma pessoa real e pelos honorarios em todos os tribunaes; a Misericordia contribuia com 1:573$333 réis; no dia em que se lançava alguma nau ao mar recebiam os expostos 40$000 réis; por cunho novo de moedas 20$000 réis. No emtanto o Senado estava em divida das suas prestações desde 1732 a 1749.

Augmentava sempre a população. Em 1749 entraram 1:062 creanças, que vieram accrescentar-se ás 2:086 já existentes, perfazendo 3:148, com uma despesa de 12:661$063 réis.

D. José I concedeu-lhes (1751 a 1765) grandes rendimentos na Junta dos tres Estados, na Casa da Moeda, no Conselho ultramarino, etc., até que por fim ordenou que a *Mesa dos santos innocentes* fosse extincta, por decreto de

---

[1] *Gazeta de Lisboa*, n.º 1, de 2 de janeiro de 1721.

[2] Dita, n.º 1, de 1 de janeiro de 1722.

4 de janeiro de 1768,[1] passando toda a gerencia da creação dos expostos para a Mesa da Santa Casa, organizando-se pouco depois a Real Casa dos expostos, cujas attribuições se ordenaram pela carta régia de 31 de janeiro de 1775.[2] Este diploma, attendendo a que a população infantil tinha augmentado muito, elevou a 2:000$000 réis a ordinaria com que a Camara se obrigara a contribuir.

A Real Casa dos expostos, ou Hospital dos expostos, como tambem se chamou, tinha a sua administração unida e subordinada á Mesa da Santa Casa, como expressamente o determinou a alvará de 19 de janeiro de 1782.[3]

Dispensou-lhe o grande Marquez desvelada attenção, não só dotando-a com grandioso edificio para seu commodo, mas tambem regulando em 1775 a sua superintendencia e administração.

Tal foi a fórma por que na legislação antiga se regulou a passagem das attribuições concelhias, com respeito aos enjeitados, para a Misericordia de Lisboa, que antes só era obrigada a tomar conta dos enjeitados que estavam a cargo do Hospital Real de Todos os Santos, pela carta régia de 14 de março de 1543.[4]

A legislação moderna do reino confirmou estas obrigações como encargos concelhios, alheios ás funcções das Misericordias, estabelecendo pelo decreto de 19 de setembro de 1836, de um modo terminante, que a administração da creação dos expostos e enjeitados fosse incumbida ás Camaras municipaes, sahindo as despesas de taes encargos dos cofres dos respectivos concelhos.

E já com respeito aos de Lisboa, embora acolhidos pela Confraria da Santa Casa, determinara o aviso régio de 11 de setembro de 1804 que a Camara municipal os tomasse á sua conta na edade propria de se entregarem á apprendizagem de officios manuaes, obrigando-se a ministrar-lhes ou proporcionar-lhes este ensinamento profissional.

É portanto um encargo que muito posteriormente accresceu ás obrigações pias dos antigos compromissos.

Por este motivo toda a receita e despesa da Santa Casa se tem conservado até hoje escripturada em dois cofres com as epigraphes especiaes de *Misericordia* e *Expostos*.

N'este capitulo nos occupamos tambem, privativamente, de tudo quanto respeita á organização e sustentação da Casa dos expostos, reservando os subsequentes para todas as outras diversas beneficencias da Santa Casa.

---

[1] L.º 4.º de *Decretos, auisos e ordens*, fl. 61.

[2] Idem, *idem*, fl. 338.

[3] L.º 3.º, *idem*, fl. 166, e L.º 4.º, *idem*, fl. 726.

[4] Maço 1.º de *Varios diplomas*, n.º 17.

*
* *

O uso tradicional antigo das exposições feitas nas egrejas, nas praças e portaes foi transformado com a creação das *rodas*, onde a creança era deposta, sem mais inquirições ácerca d'aquelles que por aquella fórma, ao abrigo de uma lei com apparencias de humanitaria e beneficente, repudiavam torpemente os sacratissimos encargos e deveres da paternidade, abandonando voluntariamente a progenie a essa mãe caridosa que abria os braços ás infelizes creancinhas, mas que, ministrando-lhes os por vezes bem mal dirigidos beneficios da sustentação, nunca lhes poderia supprir os carinhos e affagos de uma verdadeira e amoravel mãe, nem o amparo moral de uma paternidade effectiva.

Das differentes terras do reino, das proximidades da capital principalmente, accorriam á Santa Casa de Lisboa a expôr as desditosas creanças. Por isso não bastavam os redditos da Real Casa para tão crescentes despesas. Já em 1775 estava, como vimos, a subvenção da Camara augmentada a 2:000$000 réis, e ainda hoje se recebe, sob o titulo de juros e ordinarios da Camara municipal, na importancia de 2:846$664 réis.

Em 1780 a Mesa da Misericordia, attendendo á onda sempre crescente das exposições vindas de fóra da cidade, pediu ao governo providencias pelas quaes se determinasse que as camaras de fóra do termo de Lisboa satisfizessem á Misericordia d'esta cidade as despesas feitas com os enjeitados que entravam pela roda, provenientes das suas respectivas localidades.

Era grande o numero de creanças assim lançadas ao abandono e entregues a essa inexgottavel caridade, sempre aberta, como o caldo das portarias dos conventos, a que a mesma indigencia recorria. Tocava a sineta constantemente, e a toda a hora a irmã rodeira dava entrada aos enjeitados. Já a roda da Santa Casa não chegava para tantas exposições, motivo por que a Mesa, sempre no mesmo intuito de falsa humanidade, e a fim de facilitar aos paes a exposição das creanças desvalidas, publicou em 1791 o seguinte edital:

«A Mesa da Santa Casa da Misericordia e Hospitaes Reaes dos Enfermos e Expostos d'esta Côrte, querendo facilitar todo o commodo para a exposição das creanças que nascem ao desamparo, tem determinado estabelecer pelos suburbios de Lisboa varios logares de roda aonde com menor risco possam ser entregues as ditas creanças para d'alli immediatamente se conduzirem á Real Casa dos Expostos d'esta Cidade pelas pessoas que para isso houver de nomear. E achando-se n'esta conformidade já uma roda no sitio de Belem, em um

dos quartos das casas que fazem frente para o chafariz, manda fazer publico por este edital», etc.

Em 1783 a Intendencia da policia, pela ordem de 10 de maio,[1] dirigida aos Provedores das comarcas, assignada pelo celebre intendente Diogo Ignacio de Pina Manique, determinava que em todas as villas do reino se estabelecessem rodas, dando por motivo os reiterados infanticidios que todos os dias se davam nas terras onde não as havia.[2]

Em Aveiro, Penafiel e Alemquer fazia-se até uma especie de feira, onde appareciam as recoveiras para levar as creanças para as rodas. Algumas camaras havia que para se livrarem do encargo de ter roda remuneravam este serviço das recoveiras.[3]

O dr. Gouvêa Pinto, que visitou a Casa em 1828, descreve a pratica então seguida no tratamento dos expostos,[4] e d'essa descripção extractamos a titulo de curiosidade o seguinte:

A roda estava a cargo de uma regente e duas rodeiras, que alternadamente se conservavam álerta, de dia e de noite, ao pé da roda, para receber as creanças e as entregar ás amas. Estas eram em numero de 40 a 60, ganhando 2$400 réis mensaes e 1$200 réis para creação dos filhos, e mais 12$000 réis por anno, cama, roupa lavada e comida. Quando a affluencia era grande, cada ama amammentava 2, 3 e 4 expostos, e por vezes, quando faltavam amas de fóra, eram as creanças sustentadas a leite.

No acto da entrega ás amas iam os expostos vestidos de novo, e levavam de enxoval duas camisas, dois coeiros, uma envolta (um covado de baeta), roupinhas e touca, e aos seis mezes tornava a dar-se-lhe outro enxoval egual.

Na roda recebiam-se as creanças sem se indagar de onde vinham nem quem as trazia. Apesar das ordens terminantes da Intendencia, vinham recoveiras trazel-as de terras distantes, como de Alemquer, onde deviam ser crea-

---

[1] Vem esta ordem transcripta a pag. 308 do tomo v do *Portugal antigo e moderno.*

[2] *Reflexões ou breve discurso sobre as rodas dos expostos,* por João Chrysostomo da Veiga, prior da freguezia de S. Martinho de Aguada de Baixo. Coimbra, 1853. 1 folheto de 24 paginas.

[3] Costa Goodolphim, *As Misericordias,* pag. 72.

[4] Ácerca da organização das rodas, e das diversas providencias que em Portugal se estabeleceram até 1820 com relação aos expostos, veja-se a *Compilação das providencias que a bem da creação e educação dos expostos ou enjeitados se tem publicado, e acham espalhadas em differentes artigos de legislação patria, etc., ordenada pelo bacharel Antonio Joaquim de Gouvêa Pinto.* Lisboa. Na imprensa régia, 1820, 52 pag.

É curioso lêr tambem a introducção (104 pag.) do romance *O enjeitado,* composto por Ignacio Pizarro de M. Sarmento (1846, Porto), onde se encontram muitas noticias ácerca da creação dos expostos em Portugal e no extrangeiro.

das á custa das rendas do concelho. Estas recoveiras tinham salario estabelecido nas villas de onde vinham, e só por intermedio d'ellas entraram em 1817 227 enjeitados na roda de Lisboa.

Os rapazes sahiam aos 8, 10 e 12 annos e emancipados aos 20,[1] mas as raparigas ficavam sempre sob a tutela da Casa e eram postas a servir.

Os expostos casavam na egreja da Casa, e já o dr. Gouvêa Pinto extranhou a pratica, ainda hoje seguida, de não se dar preferencia na concessão de dotes ás expostas da casa, como se pratica para com as orfãs. Presentemente ás expostas apenas se concede um pequeno auxilio de 5$000 réis ou de 10$000 réis para o seu casamento.

Os rapazes ficavam uns pelas terras onde haviam sido creados, outros voltavam á Casa, que os punha na apprendizagem de officios, ou no Collegio da Intendencia, na rua de S. Bento, a apprender a lêr e escrever, vestindo-os e dando-lhes por dia 120 réis para seu sustento. N'este collegio havia n'esse tempo 18 expostos; 12 andavam nas officinas da fundição, 8 na cordoaria e 3 na Ribeira das naus, apprendendo officios.[2]

Tambem foi pratica estabelecida enviar uma relação dos expostos para o Senado da Camara, para este os fazer distribuir pelos officios que estavam debaixo da sua inspecção, entregando-os aos juizes, que os repartiam pelos mestres.

Como já dissemos, as facilidades estabelecidas pelas rodas na admissão de enjeitados occasionaram uma espantosa accumulação no vasto edificio de S. Roque, apesar dos edificios annexos que as administrações se viram compellidas a construir, de 1860 a 1869, para o lado da calçada da Gloria, estabelecendo-se alli um novo collegio ou camarata e a casa de banhos.

O seguinte mappa dá-nos uma idéa tão approximada, quanto o podem ser estas estatisticas, do crescido numero de exposições que sobrecarregava a Misericordia de Lisboa no periodo que decorre de 1781 a 1846:[3]

---

[1] A educação e tutela dos expostos além dos 7 annos é assumpto que merece serias attenções. Apesar de que o alvará de 31 de janeiro de 1775 prescreve que os expostos de mais de 7 annos fiquem sob a tutela do juiz dos orfãos, a Santa Casa sempre os acompanhou além d'essa edade, dando mesmo auxilios ás amas que em sua companhia os conservavam. (*Reportorio das Camaras*. D. João de Alarcão.)

[2] Dr. Gouvêa Pinto, obra citada.

[3] Livro 3.º de *Contas expedidas*, fl. 107.

| ANNOS | NUMERO DE EXPOSIÇÕES | ENVIADOS PARA AS AMAS | FALLECIDOS DURANTE O ANNO | DESPESA EM CONTOS DE RÉIS |
|---|---|---|---|---|
| 1781-1782 | 1:440 | 1:261 | 801 | 28:000$000 |
| 1794-1795 | 1:517 | 1:303 | 1:010 | 29:000$000 |
| 1800-1801 | 1:617 | 925 | 1:134 | 23:000$000 |
| 1810-1811 | 1:785 | 848 | 2:005 | 10:000$000 |
| 1826-1827 | 1:735 | 1:231 | 1:495 | 33:000$000 |
| 1833-1834 | 1:707 | 756 | 2:193 | 23:000$000 |
| 1837-1838 | 1:909 | 1:069 | 1:909 | 34:000$000 |
| 1845-1846 | 2:319 | 2:798 | 1:387 | 80:000$000 |

Cresciam as exposições, augmentava de uma maneira desoladora a mortalidade dos infantes, aggravava-se lamentavelmente o estado financeiro do pio estabelecimento.[1]

[1] As administrações não sabiam de que expedientes se poderiam soccorrer para obviar a este temeroso descalabro economico. Em 1834, por occasião das victorias do partido liberal, effectuava-se no Theatro Nacional da rua dos Condes uma recita, em a noite de 24 de maio de 1894, em beneficio do cofre dos expostos, na qual o actor João dos Santos Matta recitou um *Dialogo patriotico, offerecido e dedicado á illustrissima Commissão Administrativa da Santa Casa da Misericordia.* N'esse *Dialogo* dizia-se, por exemplo:

Entre as que adornam inclitas virtudes
Os nobres corações dos Luzitanos,
Fulgura como a lua entre as estrellas,
Como entre flôres a purpurea rosa,
Como o diamante entre preciosas pedras,
A meiga compaixão que se recrea
Doce pranto sympathico vertendo
Na sorte do infeliz, e que piedosa
Acode a lhe valer na augustia, e magoa!
Decerto! A compaixão quem mais merece
Que a orphã, que seu pae lamenta em lucto,
Desamparada; e só da vida no ermo,
Qual debil vime que as procelas vergam?
Que esses recemnascidos desditosos, etc.
. . . . . .
Tão pia instituição! Vós acodistes
Voluntarios com ouro ao seu chamado!...
Em vossos corações, eu leio, oh luzos,
Gratos sacrificaes superfluo vosso
A bem da humanidade, a bem da patria, etc.

Este *Dialogo* foi impresso n'uma folha volante de 8 paginas.

Levantou-se a campanha contra a immoralidade revoltante do processo de exposições pelas *rodas*, por meio do qual se lançavam á morte, á perda dos mais sagrados laços de familia, milhares de desgraçados. Já n'outro logar dissemos como esta campanha foi brilhantemente iniciada, em 1857, pelo dr. Thomaz de Carvalho, em um artigo da *Gazeta Medica*.

N'este memoravel artigo, depois de ter ponderado a indeclinavel obrigação do Hospital real, desde os primitivos regimentos, de receber as mulheres gravidas pobres e de crear os filhos ou envial-os para a Casa dos expostos, depois de analysar as estatisticas de entrada e da mortalidade respectiva, accrescenta:

«A roda foi inventada como remedio á mortalidade das exposições na via publica, aos infanticidios e abortamentos criminosos. Cremos que como instituição já fez o seu tempo, deu o que podia dar, e brevemente terá de ser abolida. É pelo menos para esta solução que tendem os estudos modernos.»

.....

«A roda, por qualquer lado que se considere a sua influencia, não pode subsistir; todas as considerações moraes e economicas se levantam contra ella. Se uma ou outra vez encobre a deshonra de uma familia, ou de uma innocente seduzida por falsos e insidiosos protestos, é um continuo incentivo á desmoralisação, um perpetuo alimento aos desvarios das paixões, uma provocação ao vicio, á ociosidade, ao esquecimento e despreso das leis divinas e humanas. A mulher não se defende, e busca na roda o véo para occultar a sua deshonestidade; o homem multiplica insidias para satisfazer os seus desejos impudentes. Da seducção á deshonestidade, e da deshonestidade ao vicio publico e asqueroso, não vae mais do que um passo; a fraqueza, o exemplo, a miseria obrigam, arrastam a dal-o; a roda encobriu a primeira queda, provocou a segunda, desculpou as outras, e todas, foi rasgando e abrindo as portas do abysmo, atirando afinal a innocente dos primeiros dias para as fauces do grande monstro da prostituição. Reparemos:—por cada uma que levanta, outra submerge; conservou esta no credito dos homens, arremessou aquella ao desprezo do mundo; agora deu a mão á virtude para que se rehabilitasse do seu esquecimento momentaneo, logo aplanou-lhe o caminho para escorregar até á infamia; hoje velou pela honestidade e honra das familias, ámanhã dá-lhe em espectaculo o maior e mais repugnante dos opprobrios, a morte de todo o pudor, de toda a honestidade.

«Declama-se em nossos dias contra o socialismo e communismo em nome da ordem estabelecida e da divina moral de Christo, porque entre outros maleficios pretende abolir a familia. Se, em vez d'esses brados miseraveis e ineptos contra uns pobres reformadores, quizessem abrir os olhos, veriam na instituição da roda a mais directa e flagrante condemnação da existencia da familia. Abra-se o dique á torrente dos desejos; cada um ponha fogo em sua alma e deixe arder em labaredas as suas mais freneticas paixões; rebaixe-se o homem á condição do animal; não se lhe dê do dia de amanhã; a familia é o individuo, a roda tomará conta de seus filhos, a communidade determinou adoptal-os. Se isto não é a abolição da familia, o mais socialista e communista de todos os communismos e socialismos, podem os declamadores e defensores da ordem metter os seus argumentos na algibeira que me não sei haver com elles. As leis civis e religiosas impõem deveres ao matrimonio, e a roda com uma só volta desliga dos mais sagrados d'elles. A lei e a religião dizem que o filho é da familia, a roda responde que basta ser da communidade; a sciencia diz que o novo ente precisa do primeiro leite e do pri-

meiro amor de sua mãe, a roda trata a sciencia de visionaria, e confia o filho do homem aos affectos de uma cabra, ou aos affectos ainda mais animaes da mercenaria que se apresenta para lhe dar alimento. E depois, corrida a volta fatal, eil-o ahi desherdado de uma familia, de um nome, o que não teve culpa do seu nascimento, da deshumanidade de seus paes, do vicio das instituições. Uma vez homem, quem são os seus amigos, os seus parentes, onde o tumulo d'aquelles cuja perda deve sentir, cuja memoria respeitar? É o numero tal dos registos, os outros numeros são os seus irmãos. Mas não choreis, pequeninos, no céo está o Eterno Pae, esse que não conhece legitimos nem enjeitados, o que proferiu aquellas divinas palavras — deixae-os vir a mim. — Se a alma é boa, se a educação se não esqueceu d'ella, se o exemplo a não levou para o caminho da perdição, o enjeitado pode ser ainda um cidadão prestadio á communidade. Entretanto estes são raros, mais raros os que deixaram nome na republica. A grande maioria vegeta na ignorancia e na bruteza; muitos saltam da tutela da sociedade para o banco dos tribunaes. Os enjeitados formam como uma raça separada do resto do genero humano; são uma especie de escravos, que á imitação dos antigos pertencem á sociedade. Raça sem familia, sem nome, que se liga ao resto dos homens sómente pela semelhança da physionomia, que se reproduz e perpetua a si propria, como a herva má dos campos; e que assim como esta suffoca a vitalidade da outra vegetação, assim ella se infiltra na sociedade, sugando-lhe as forças, amortecendo-lhe o viço, abatendo-lhe a energia e vivaz reproducção. Não ha povo que lhe resista. O enjeitado não é d'esta ou d'aquella terra, d'este ou de outro paiz; filho sómente de Deus, o mundo é todo seu; que amor quereis que tenha ao solo em que uma mãe despiedosa o depositou, ás instituições absurdas que consentiram tamanha deshumanidade, e que nem lhe permittem a averiguação de sua familia! Escusas de procurar, enjeitado! Os registos do asylo são mudos, não tiveram olhos nem ouvidos, quando te vieram introduzir na roda fatal; uma volta, e perdestes pae, mãe, familia, herança, nome, amor, affectos, tumulo, tudo; desde esse momento teu pae é só Deus, tua familia és tu só, a tua herança o trabalho, o teu nome um numero, o teu tumulo a terra onde te achares, quando o destino tiver cheia de tuas lagrimas a taça da tua existencia. És captivo sem redempção; tua mãe para se rehabilitar condemnou-te; estás pagando o peccado original.

. . . . . .

«Assim, em nome da religião atacada em sua divina essencia, em nome da moral offendida, do credito da administração, da economia da republica, da paz e tranquillidade das familias, do respeito humano, da liberdade humana, da civilização ameaçada, do espirito do seculo, em nome dos homens e em nome de Deus, a roda deve acabar. Encrave-se por uma vez essa machina fatal de desmoralização e corrupção, como já lhe chamou um espirito superior.[1]

. . . . . .

«A roda é o infanticidio indirecto, permanente, legal, é aquella roda de navalhas em que uma indiscreta e falsa commiseração vae metter o pescoço dos santos expostos. Digamos a cousa com todo o horror da palavra: a roda é um açougue de creanças.

E termina:

«Todos devem reclamar em nome da religião e da moral, da economia e da administração, tão salutar e benefica providencia.

«Abaixo a roda dos expostos!»[2]

---

[1] Lord Brougham — «Le tour c'est la plus belle petite machine de demoralisation que je connaisse.»

[2] *Gazeta Medica de Lisboa*, 1853, n.º 7, pag. 99 a 104.

Já em 1863 o ministro Anselmo José Braamcamp ordenava á Junta do districto que para dar cumprimento ás disposições do Codigo administrativo e do decreto de 19 de setembro de 1836, relativas á administração dos expostos, se estudasse, sobre as bases fornecidas pelo Governo Civil, um regulamento geral do serviço dos expostos e de subsidios a mães pobres, passando este serviço a ficar completamente a cargo do districto, com os rendimentos que formavam a sua dotação.[1]

No districto de Vianna tambem em abril de 1866 se organizou um regulamento da administração dos expostos, o qual foi largamente apreciado no jornal o *Lethes*, de Ponte de Lima, em uma serie de artigos assignados J. A., em que se advoga a causa sympathica d'aquelles infelizes.[2]

Já vimos como o energico Provedor conde de Rio Maior, Antonio, poz termo a este lamentavel estado de cousas, supprimindo a roda e alargando o beneficio previdente dos subsidios de lactação concedidos, em grande escala, a mães pobres, durante o periodo de doze mezes da amammentação dos filhos, facultando-lhes d'esta sorte o poderem creal-os e conserval-os junto de si, evitando assim o crescido numero de deshumanas exposições, pelas quaes se quebrava o laço da familia e se facilitavam e encobriam immoralissimas ligações e não pequeno numero de crimes adulterinos.[3]

Não foi, porém, acceite com geral agrado esta sabia reforma que logrou salvar a Misericordia de uma ruina inevitavel e attenuar um mal social cuja perniciosa influencia tão abalisados moralistas demonstraram. Entre varias diatribes que contra ella e seu auctor se divulgaram citaremos uma, publicada na *Lanterna*, sob o titulo: *Os expostos, pelo auctor da Lanterna, Lisboa, 1871.*

Com relação a estes subsidios ditos de *leite* ou de amammentação, que a Misericordia concede a mães pobres para ajuda da creação de seus filhos, com o manifesto intento de extender sobre estes infantes a sua acção tutelar, beneficio inspirado nos mais louvaveis principios, mas cujos resultados praticos estão por certo mui longe de attingir o desejado fim, encontrámos considerações, do mais elevado alcance social e scientifico, nas magnificas licções do illustre professor da Eschola Medica de Lisboa, e director da Maternidade do Hospital de S. José, o sr. dr. Alfredo da Costa.

Em resultado das suas observações directas sobre factos e estatisticas da Maternidade que dirige, estabelece o sabio professor na sua licção de

---

[1] *Jornal do Commercio* n.os 30 e 33, de novembro de 1863.

[2] Artigos intitulados *Os Expostos*, n.os 131 a 138, de maio de 1866. O regulamento vem inserto na *Voz do Minho*, n.º 1:627, de 17 de abril de 1866.

[3] Estes subsidios a mães pobres para a aleitação de seus filhos já se concediam, ainda que em pequeno numero, desde 1793, ao que parece, e eram então de 1$400 réis mensaes.

abertura do curso de obstetricia do anno lectivo de 1899–1900[1] que para o numeroso grupo das gravidas pobres, cuja infelicidade rapidamente põe em relevo em bem desenhado quadro, muito conviria que a sociedade e a beneficencia publica estabelecessem previdentes soccorros. Reconhecendo que a maioria das creanças, nascidas n'estas condições, vêm defeituosas e rachiticas em consequencia dos excessos de trabalho, da falta de repouso e de nutrição das mães durante a gravidez, e que este estado de definhamento organico mais se aggrava com o subsequente tratamento da creança, com a má aleitação fornecida pela propria mãe ou por amas mercenarias, más condições estas que bem podem dizer-se determinantes de infanticidio, lembra a necessidade de se pensar em obviar ou pelo menos em attenuar estes males.

Diz o illustre professor:

«...que ao lado de maternidades regulares devidamente installadas — que não as actuaes pseudomaternidades — conviria estabelecer asylos de protecção, onde as gravidas pobres pudessem abrigar-se durante os ultimos tres mezes da gravidez; que conviria ainda estabelecer, de uma maneira effectiva, a protecção á primeira infancia e a rigorosa fiscalização dos processos por que é feito o aleitamento durante o primeiro anno; que, mais, conviria garantir até certo ponto a protecção ás mães que amammentassem os seus filhos; que, finalmente, acceitando-se a illegitimidade como uma realidade, embora censuravel, conviria instituir-se casas de refugio e de abrigo onde a confiança no sigillo fosse uma salvaguarda contra o crime.»[2]

D'estas providencias, cujo estabelecimento está evidentemente na alçada dos institutos officiaes ou particulares de beneficencia publica, destaca-se claramente, como mais importante, em relação ao assumpto que estamos tratando, aquella que diz respeito á fiscalização dos processos de aleitamento das creanças e a que se refere á protecção e soccorros subministrados ás mães que amammentam os filhos.

Este foi o pensamento do illustre Provedor que pôz em pratica o preceito dos subsidios de lactação, estudado e planeado pelo dedicado adjuncto Geraldo Braamcamp.

---

[1] Intitulada: *A protecção ás mulheres gravidas pobres. Licção de abertura* (14 de novembro de 1899), por Alfredo da Costa, professor de obstetricia e director da clinica obstetrica da Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, membro do Instituto de Coimbra, e socio titular da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. 1899.

[2] Licção citada, pag. 23.

Na licção do anno seguinte, de 1900–1901, o mesmo professor refere-se com palavras de elogio á Misericordia de Lisboa, cujos serviços e esforços em favor da primeira infancia lhe merecem os mais fervorosos applausos e os mais justos louvores.

Falando dos subsidios de lactação acha-os beneficos e louvaveis quando sobre os infantes tutelados e respectivas mães ou amas se exerça uma cuidadosa fiscalização, attinente a prevenir e remediar os perniciosos effeitos da incuria, da insciencia e da miseria.[1]

Este assumpto foi tambem trazido á tela da discussão no congresso dos nucleos da Liga nacional contra a tuberculose, realizado em abril de 1901, no qual o sr. dr. Antonio de Azevedo, clinico da Misericordia, se referiu a uns estudos que fizera ácerca do auxilio que esta ultima instituição podia prestar ás mães pobres, estudos que entregara, segundo disse, ao fallecido Provedor Thomaz de Carvalho.

A Liga nacional contra a tuberculose, occupando-se assiduamente da protecção á primeira infancia, representou já ao parlamento, expondo as tristes circumstancias que determinam a excessiva mortalidade das creanças, até á edade de um anno, nas grandes cidades de Lisboa e Porto. E na sua bella, patriotica e humanitaria allegação, solicitando dos poderes publicos a sua attenção para este melindroso e urgente problema social, concluem os representantes da Liga, nos principaes nucleos do paiz, pelos seguintes e eloquentes periodos:

«Mas se nas cidades a mortalidade excessiva das creanças se affirma em dados incontroversos, nenhuns elementos encontramos para calculo do existente nos campos e nas nossas terras da provincia. A ajuizar, porém, sobre dados de restricta extensão, podemos recear que fóra de Lisboa e Porto a situação se não offereça menos sombria. Com effeito, quando se estudam os numeros indicadores da mortalidade dos expostos da Misericordia de Lisboa, que amas mercenarias levam para a provincia, encontramos algarismos ainda mais afflictivos do que os que acima expuzemos.[2]

«E' claro que isto representa uma situação muito especial, embora careça de tanto remedio como o das cidades, mas vem a constituir motivo bastante para, pelo menos, recear que numeros como os que deixámos escriptos se não limitem exclusivamente ao Porto e a Lisboa.

. . . . . .

«Uma lei elaborada á maneira da lei de Roussel, entregando a inspecção ao funcciona-

---

[1] Licção intitulada: *A protecção aos recemnascidos pobres; licção de abertura do curso de obstetricia* (6 de novembro de 1900), por Alfredo da Costa. Lisboa, 1901.

[2] Nos ultimos annos estas percentagens de mortalidade foram as seguintes, que nos apontam os relatorios da Santa Casa:

No anno de 1897–1898 era de 24,40 % nas creanças até um anno e de 21,55 nas de 1 a 3.

Em 1898–1899 foram respectivamente de 24,61 e 28,88.

No anno de 1899–1900 as percentagens foram de 24,96 e 20,96.

lismo sanitario do paiz, representa portanto uma necessidade a que o Estado pode satisfazer sem pesadas exigencias orçamentaes. Como protecção á infancia, uma lei Roussel é sem duvida uma providencia de limitado alcance. A mortalidade infantil — resulta de impressões clinicas e outras — deve ser temerosa nas classes pobres, desprovidas de confortos de toda a sorte de que os filhos possam aproveitar. Mas ahi a acção do Estado não poderá nunca exercer-se senão por um modo indirecto, quer dizer, por todas aquellas disposições legislativas que importem o melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras. São as providencias de largo alcance que por ordinario são absolutamente estereis quando não estão em harmonia com o grau de adeantamento a que um povo tenha chegado. Mas d'entre ellas algumas ha que em qualquer momento podem ser postas em vigor, comtanto que se não entreguem ao abandono ou ao desleixo.

«Ha uma lei regulando o trabalho dos menores e das mulheres na industria, onde disposições se encontram que constituem um elemento da protecção que pedimos, quer referentes á mulher nas quatro primeiras semanas do puerperio, quer directamente ás creanças de mamma pela installação obrigatoria de créches em todas as fabricas, occupando mais de 50 mulheres. Mas taes regulamentos não se cumprem, como de resto se não cumpre a lei inteira de protecção ás mulheres e ás creanças que a industria emprega. É uma das feições mais curiosas d'este malfadado paiz, que tem leis avançadas e protectivas para figurar de civilizado aos olhos do estrangeiro, mas que na pratica ciosamente as prende ao papel em que se imprimiram.

«Fóra do existente, outras interferencias indirectas poderia ter o Estado na protecção á infancia e na questão da mortalidade infantil. Porque se não fará uma lei em que se imponha a responsabilidade de alimentos, pelo menos, para com o filho, áquelle que o procreou fóra das condições legitimas?

«Talvez haja outros modos de interferencia mais efficazes do que os que ficam expostos, mesmo independentemente de maternidades, créches, soccorros domiciliarios, etc., etc., que na presente organização social teem de ser entregues á iniciativa particular. Mas todas as providencias expostas e quantas venham a lembrar devem ser objecto de reflexão e de estudo d'aquelles que se incumbirem de as profundar, quando alguma coisa se possa fazer. Por nós não temos senão um pedido a fazer, e é que se elabore uma lei de protecção á primeira infancia e que se corrija a excessiva mortalidade que a dizima.

«É em nome da riqueza publica, do bem estar social e do futuro d'esta terra que a solicitamos do vosso patriotismo, senhores deputados da nação portugueza.»

*

* *

Continúa, porém, a Casa dos expostos (a cargo da Misericordia, da qual bem pode dizer-se faz parte integrante) a receber, sob a classificação de creanças desamparadas, todas aquellas que alli são levadas pela policia (victimas de criminosos abandonos), ou as que são apresentadas pelas mães que provem acharem-se abandonadas pelo pae vivo, ou pela falta d'elle reduzidas a extrema miseria, não podendo amammental-as, ou tel-as comsigo, em consequencia de condições especiaes da sua profissão.

O numero de creanças assim admittidas tem sido nos ultimos annos de cerca de 360 por anno. Na repartição, ainda hoje conhecida pela tradicional

denominação antiga de *Casa da roda*, ou melhor pelo moderno nome de *Casa da acceitação*, o fiscal respectivo e seus ajudantes recebem os requerimentos para estas exposições e para os subsidios de lactação, e, em face das informações dos visitadores, apuram e propõem os despachos correspondentes.

Acceites as creanças, dão entrada no hospicio, onde as entregam provisoriamente ao cuidado das amas internas, que são presentemente apenas duas, até que as amas de fóra de Lisboa, que todos os dias chegam a offerecer os seus serviços, tomem conta d'ellas, mediante os salarios estabelecidos em uma tabella especial e em harmonia com estipuladas condições.

N'estas condições, exaradas na papeleta que acompanha o exposto, prescreve-se, entre outras de minimo interesse, a de «não poder empregar o exposto em serviços ou trabalhos superiores ás suas forças, nem mandal-o exercitar a caridade publica, evitando quanto possivel que se torne vadio ou mal procedido».

Para este fim deve matricular-o na aula de instrucção primaria aos seis annos de edade, dando-se-lhe por este motivo o insignificante estimulo de 500 réis mensaes sobre os 500 de salario, que continuará a receber, embora o exposto não receba o ensinamento official primario.

Ainda como complemento de estimulo se estabeleceram os premios de 9$000 réis concedidos quando a ama do exposto apresente certidão do exame por elle feito, com approvação, no 1.º grau de instrucção primaria, e de egual quantia pelo exame do 2.º grau.

Os salarios actualmente concedidos, desde 1882, são os seguintes:

No primeiro anno da creação, isto é, periodo de amammentação, 1$800 réis mensaes.

Nos dois annos immediatos, até a creança perfazer os 3 annos, 1$200 réis mensaes.

Dos tres aos seis annos do exposto 800 réis por mez.

Dos seis aos dez annos quinhentos réis mensaes, de salario accrescentado de outros 500 réis quando cumpram a obrigação que lhe é imposta de matricularem o exposto nas aulas de instrucção primaria, como determina a lei de 2 de maio de 1878.

Aos salarios accrescem abonos de transportes, creados pelo visconde de Benagasil, e os *bonus* de 50% nas passagens em caminho de ferro concedidos ás amas.

A area em que se tem concentrado a população dos expostos da Misericordia de Lisboa, entregues a amas mercenarias, é a de parte do districto de Leiria, formada pelas povoações de Leiria, Sobral, Caldas, Freixianda, Pombal, Louriçal e Marinha Grande, e na de Villa Nova de Ourem (districto de Santarem). Em Leiria ha um inspector dos expostos, encarregado de vigiar o

seu tratamento e de satisfazer os salarios ás amas, e nas diversas circumscripções ha medicos, a quem incumbe o dever de os tratar nas suas enfermidades.[1]

Aos expostos que durante periodos transitorios, mais ou menos longos, se demoram na Casa de S. Roque, vindos das amas por qualquer motivo, até que outras amas d'elles se queiram incumbir, ministra a Misericordia um ensino rudimentar imperfeitissimo, sem a requerida regularidade, allegando-se como causa determinante d'esta incuria no ensino a irregular permanencia dos expostos no hospicio.

Desde o anno de 1827 havia no estabelecimento central de S. Roque, e no collegio de Santo Amaro, aulas pelo chamado *ensino mutuo de Lencastre*, de que era professor um empregado da contadoria. Em 1836 era a aula frequentada pelos expostos existentes na casa, pelos que estavam a cargo de amas em Lisboa, e além d'isso por filhos de viuvas e creanças cujos paes não tinham meios para as educar. A frequencia era de 152 alumnos em S. Roque e de 38 expostos e 23 alumnos extranhos no collegio de Santo Amaro. As raparigas frequentavam tambem uma aula que durava duas horas e meia por dia e tinha 227 alumnas.

Em 1854, por deliberação de 27 de abril, tinha-se estabelecido na Casa dos expostos uma officina de engommadeiras, e depois, no tempo do Provedor marquez de Rio Maior, algumas expostas menores foram entregues a modistas, como apprendizas, mediante uma remuneração de 3$000 réis mensaes, até se acharem habilitadas a fazer trabalhos retribuidos[2]. Actualmente as expostas teem mestras de lavores e de primeiras lettras.

Como complemento d'este ensino deficiente resolveu a Administração, desde 1891, mandar alguns expostos frequentar as escolas officiaes da rua da Barroca e enviar outros, como internos, para o asylo de costureiras e creadas de servir, no Caminho Novo, onde por cada pensionista, além das despesas de installação, paga a Misericordia a mensalidade de 5$000 reis; para o Asylo-escola Antonio Feliciano de Castilho, para infancia cega, onde por cada infeliz pensionista paga 21$600 réis trimestraes; e para as officinas de S. José, onde a pensão por exposto é tambem de 5$000 réis mensaes.

Esta falta de educação e ensino, até da mais simples e elementar, que se nota nos expostos da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, impressionou

---

[1] Recentemente, no intuito de facilitar a fiscalização e inspecção d'estes serviços, tem-se determinado que a area seja mais restricta, fixando-se nas seguintes circumscripções: 1.ª Leiria, comprehendendo Leiria, Batalha e Porto de Mós; 2.ª Pombal e 3.ª Ourem, cada uma d'ellas com um facultativo. (*Acta* de 12 de junho de 1900.)

[2] *Acta* de 30 de novembro de 1885.

profundamente ha 46 annos o alevantado espirito de uma das mais nobres figuras que tem presidido aos destinos da nação portugueza, do saudoso e infeliz monarcha D. Pedro V, que com toda a elevação do seu caracter e da sua intelligencia se dedicou de corpo e alma á missão de rei e de portuguez, estudando, trabalhando, aconselhando, vigiando, dirigindo elle proprio, de parceria com os grandes pensadores e estudiosos do seu tempo, todos os problemas que interessavam a nação cuja direcção suprema o destino lhe confiara.

Entre todos esses problemas, porém, um sobre todos o captivava; por um acima de tudo perdidamente se apaixonava. Era a instrucção do povo portuguez; a instrucção, esse problema sobre cuja resolução se baseiam e firmam todos os grandes ideaes modernos da civilização e da humanidade. Que falem bem alto, ainda hoje, ácerca do estudioso e sapiente monarcha, esses restos ainda mal apagados das suas predilectas creações escholares! Que digam quanto amor, quanta estima lhes dedicava D. Pedro V, a eschola do Paço real das Necessidades e o Curso Superior de Lettras!

Comprehende-se bem quanta magua sentiria o bom coração e a culta intelligencia do soberano ao vêr tão descurada a instrucção dos desventurados expostos da Misericordia de Lisboa.

Uma preciosa carta d'aquelle principe, felizmente trazida a publico, em um artigo editorial do *Seculo*,[1] pelo nosso velho amigo sr. Antonio Maria de Freitas (Nicolau Florentino), veiu revelar-nos este facto deveras notavel da visita do monarcha ao estabelecimento da Misericordia em 1856, e das impressões que essa visita deixou no seu esclarecido espirito.

Eis a carta:

«*Meu ministro.*— Senti muito ter sido obrigado a demorar papeis de serviço por mais de vinte e quatro horas. Fui, porém, a isso obrigado por uma fortissima dôr de dentes, que hontem me reduziu á mais completa inutilidade.

«Hoje remetto, pois, assignados, os decretos, dos quaes um cria a Casa Pia de Beja e o outro reforma os estatutos de uma irmandade de Penafiel. Não posso deixar de approvar altamente a idéa da instituição de uma Casa Pia em Beja, e, sobretudo, a idéa de applicar a instituições uteis e conformes com o espirito da civilização dos nossos dias rendas que jaziam quasi sem vantagens algumas para o estado. No pensamento que presidiu á instituição da Casa Pia, acima mencionada, descubro os germens para uma profunda e util revolução, que talvez um dia venha a operar-se na organização dos estabelecimentos de caridade. Emquanto não se achar o meio de tornar util a roda dos expostos, o problema da assistencia publica não está para mim resolvido.

«Uma das mais desagradaveis impressões que tenho sentido foi uma visita que fiz á Santa Casa da Misericordia. É bello, sim, o pensamento da instituição, que acompanha com o seu auxilio o homem desde o berço até á sepultura; perto de quatro seculos obrigam-nos a dizel-o. Mas quando se pensa na sorte de milhares de desgraçados que a immoralidade lançou nos braços

[1] N.º 7:256, de março de 1902.

da religião e da caridade, para os tornar mais desgraçados, não se pode deixar de reconhecer que essa instituição tem muitos melhoramentos a receber antes de corresponder ás tendencias verdadeiramente philantropicas da sociedade moderna. Tenho-me proposto muitas vezes a resolução do seguinte problema: —se é preferivel um soccorro incompleto a nenhum soccorro· A resolução d'este problema é que constitue o systema da assistencia publica.

«Para mim todas as questões sociaes se reduzem a uma formula unica — *trabalho*. É para trabalhar que Deus nos poz n'este mundo, e para trabalhar é que a sociedade deve a *instrucção* aos seus membros.

«Eu desejaria a instrucção publica a invadir tudo; desejaria que o cuidado das almas não fosse menor do que o dos corpos. Quando eu falo da desagradavel impressão que me fez a minha visita á Misericordia não se deve concluir d'ahi que eu achasse as coisas mal dispostas; não era o espectaculo que eu via que me affligia; era, pelo contrario, aquelle que eu não via senão com os olhos do espirito. E, expondo-me a incorrer na censura do maniaco, devo dizer que esse triste espectaculo era a falta de educação e de instrucção.

«Quando vejo dar um passo, ainda que seja imperceptivel, para o melhoramento da condição moral da infancia abandonada, applaudo de todo o coração. Espero que o exemplo de Beja seja seguido.

«As irmandades religiosas ainda hão de ser um dia objecto de serio estudo. Nos nossos dias a productibilidade é o primeiro elemento para a existencia razoavel das instituições. O estado ha de vir a tirar algum proveito das consideraveis rendas das irmandades.

«Concluirei esta carta com o pedido dos documentos relativos á instrucção publica, de que no outro dia lhe falei. Careço saber o numero exacto de cadeiras de primeiras lettras sustentadas pelo estado, o numero de professores, tanto em exercicio como jubilados, a somma gasta com a instrucção primaria, a importancia da somma com que contribuem as municipalidades, o numero de alumnos das cadeiras de primeiras lettras sustentadas pelo estado.

«Eu desejaria, além d'isso, saber qual tem sido o numero de cadeiras creadas desde 1851 e o augmento que, desde essa época, tem havido no numero de estudantes. Se alguns documentos existirem sobre os estabelecimentos particulares de instrucção, eu muito folgaria pode· haver á mão copia de taes documentos.

«Sem este fornecimento de provas não posso continuar o meu trabalho, que eu não posso nem devo deixar por concluir.

«Lisboa, 5 de abril de 1856.» *Pedro V.*

O articulista acompanha a carta de considerações e esclarecimentos ácerca do estado actual do ensino dos expostos e conclue dizendo:

«Pelo relatorio de 1898–1899, ultimo que conhecemos, e tambem cremos que ultimo publicado, vê-se que na casa existiam apenas 41 expostos e fóra da casa, em poder das amas, 2:549.

«Quantos d'estes individuos sabem lêr ou andam na escola? Quantos satisfazem á obrigação do ensino?

«Não encontramos em parte alguma este dado estatistico, importantissimo para avaliarmos, na sua verdadeira expressão, o que se tem feito successivamente desde 1856 para que tão consideravel numero de individuos de ambos os sexos, que transitam annualmente pela Misericordia, recebam os conhecimentos elementares indispensaveis a todo o homem para se desobrigar satisfactoriamente dos seus deveres civicos.

«É certo que a Santa Casa estabelece premios e pensões ás amas pelos expostos que man-

darem ás aulas e que obtenham approvação em exame do 2.º grau; mas pouco ou quasi nada produzem estes estimulos. A sua importancia pecuniaria é insignificante, e o valor dos serviços domesticos e agricolas, que os expostos lhes prestam, é, sem comparação, muito maior.

«Emquanto esta faculdade que se dá ás amas não se converter em obrigação, de uma maneira geral e effectiva, havemos sempre de vêr com os olhos do espirito, como D. Pedro V, o triste espectaculo da ignorancia a pesar sobre os que a immoralidade e a miseria baldearam nos braços da religião e da caridade.»

*

* *

Desde que o terremoto destruiu os edificios do Hospital e da Misericordia andaram os expostos por varias hospedagens. Estiveram em umas casas na calçada de Santo André, freguezia dos Anjos,[1] depois de já terem estado em outras no sitio de Campo de Ourique. Durante a permanencia na calçada de Santo André obteve a Mesa licença para que n'aquella propria casa se effectuassem os baptizados dos expostos, sem embargo dos direitos parochiaes do prior dos Anjos.

Já antes do terremoto, quando o fogo em 1750 devorou o Hospital Real de Todos os Santos, os enjeitados foram salvos pelas janellas que deitavam para a horta. Por alli se tiraram os berços, as camas e outros moveis de suas camaratas. Foram recolhidas as creancinhas, primeiro na capella-mór da egreja de S. Domingos, e as amas no palacio do Senado, que era ao lado do da Inquisição, e d'alli depois passaram para o palacio do conde da Ribeira.[2]

Em outro documento da Casa lêmos que «em 11 de julho de 1771 se ordenou que se procedesse no edificio de S. Roque ás obras necessarias para ser removida para alli a Casa dos enjeitados que estava no Hospital Real de Todos os Santos, e a esse tempo ainda se achavam em uma *barraca de madeira aberta de todos os lados e sujeita á acção do sol*».

N'esse anno de 1771 passaram finalmente para S. Roque, onde, apesar da grandeza do edificio, se fez sentir a accumulação enorme de creanças, desenvolvendo-se grandes epidemias. Ouvida uma junta medica foi esta de parecer que primeiro que tudo se procedesse á desaccumulação do hospicio.

Resolveu então a Mesa em 1787 passar a roda com uma parte da familia da Casa para uns predios na rua Direita da Fabrica das Sedas,[3] á Cotovia, ficando os expostos de mais edade no edificio de S. Roque.

Ás amas de leite davam-se 1$600 réis e ás de fóra apenas 500 réis, re-

---

[1] L.º 2.º de *Decretos e auisos*, fl. 609 e 611.

[2] *Summario de varia historia*, tomo I, pag. 51.

[3] Era proprietaria d'estas casas D. Maria Joaquina Pacheco, a quem a Misericordia pagava a renda de 100$000 réis em cada quartel.

sultando que ellas andavam com os expostos a mendigar pelas ruas, pelo que lhes elevaram os salarios a 800 réis.

Os expostos de uma certa edade foram internados em seminarios; alguns em casa do padre Egidio José da Costa, a quem a Casa pagava 1$800 réis por mez por cada um. As raparigas viviam, desde certa edade, em Recolhimentos, como o do Santissimo Coração de Jesus, onde a Mesa pagava por ellas a 2$400 réis por mez, e em collegios de mestras.

Mais tarde, em 1803, entendeu a Mesa que os expostos de leite e a casa da roda podiam voltar para S. Roque. Fez-se a mudança pelo S. João, indo os expostos maiores para umas casas que a Misericordia tinha na rua de S. Boaventura, emquanto se fizeram novas accommodações no edificio, que importaram em 16:733$832 réis, até que por fim, em 1825, se reuniu de novo no edificio toda a familia, formada por 300 pessoas de ração, sendo d'estas 55 amas, com salario de 2$400 réis, tendo a seu cargo 120 expostos.[1]

Em 1837 a familia existente no Hospital dos expostos estava distribuida em nove *collegios*, ou camaratas, com as seguintes denominações e respectiva população:

| | Expostas | Empregadas |
|---|---|---|
| Collegio de D. Maria II | 54 | 2 |
| » da Duqueza de Bragança | 38 | 2 |
| » da Princeza Amelia | 45 | 5 |
| » da Infanta D. Isabel Maria | 39 | 3 |
| » de Santa Anna | 18 | 2 |
| » de Santa Ignez | 1 | 10 |
| » da Visitação | 32 | 3 |
| » da Conceição | 12 | 25 |
| » de Santo Amaro | 49 | – |
| E nas quatro enfermarias: | | |
| de Santa Eulalia | 4 | 1 |
| de Santa Gertrudes | 19 | 2 |
| de Santa Victoria | 39 | 4 |
| dos Santos Innocentes | 121 | 40 |

Total: expostos 471, empregadas 99; total geral 570 pessoas albergadas no hospicio.[2]

---

[1] Todas estas informações se encontram no *Relatorio* dirigido a Sua Alteza Real, em 8 de setembro de 1827, pelo Provedor Principal Lancastre, registada a fl. 139 do livro VIII de *Decretos, auisos e ordens.*

[2] *Relatorio,* impresso, de 1837.

Até 1843, pelo menos, era uso estar o hospicio dos enjeitados em exposição ao publico no dia de Santos Innocentes, attrahindo numerosa concorrencia.[1]

Actualmente na Casa existem apenas 40 a 50 expostos, e fóra, entregues a amas, cerca de 2:600.

O actual regulamento dos expostos é datado de 31 de janeiro de 1886.

Acham-se presentemente accommodados os expostos no edificio de S. Roque, o qual, pela sua vastidão, representou de certo uma apreciavel vantagem no tempo em que a generosidade pombalina o cedeu á Misericordia, mas que, força é dizel-o, não corresponde de fórma alguma, apesar das obras e reparações que n'elle se teem feito, ás necessidades do fim a que actualmente se acha destinado.

Extensissima casa, que vae do largo de S. Roque até á calçada da Gloria, apenas cortada por tres pateos interiores, comprehendendo tres e quatro pavimentos, a diversos niveis, ligados por escadarias irregulares e corredores extensos que se cruzam, apresenta em geral um aspecto interior bem diverso d'aquelle que se observa em institutos semelhantes, como são alguns dos asylos espalhados pela cidade, onde se respira a alegria das côres vivas e da luz entrando a jorros em compartimentos regulares e racionalmente dispostos.

Em S. Roque a distribuição dos aposentos e das camaratas, subordinada á disposição da velha casa conventual, é o que poderia esperar-se do aproveitamento de um edificio velho, que nunca poderá accommodar-se efficazmente a hospicio infantil, nem á hospedagem de decrepitos e invalidos desgraçados.

Refeitorios tristes, cozinhas escuras, tectos baixos, mobilia pobrissima, tal é a impressão geral do hospicio, cuja disciplina e vigilancia devem ser difficillimas de manter, attentos os meandros de tão vasta mansão.

Ha no edificio, além das camaratas, enfermaria, casas de lavor, refeitorio e cozinhas, uma sala para as amas e creanças de leite, e uma bella casa de banhos, com pavimento e tinas de marmore, respirando o mais escrupuloso asseio.

Como medida recommendavel para o robustecimento da familia do hospicio é uso, estabelecido de ha muitos annos, irem no verão os expostos, como presentemente vão tambem as orfãs do recolhimento de S. Pedro de Alcantara, residir por um mez, por turnos, em casa que a Misericordia alugava, destinada a proporcionar-lhes ares de campo e de praia e banhos do mar.

A esta pratica salutar nos referiremos no capitulo destinado a descrever summariamente os beneficios subordinados á epigraphe de serviços clinicos da Santa Casa.

---

[1] *Revista universal Lisbonense*, vol. II, pag. 240.

Appenso ao serviço geral dos expostos instituiu a Santa Casa da Misericordia um outro beneficio importante — o do serviço vaccinico — que n'este estabelecimento se ministra ás creanças da casa e ás extranhas, quer subsidiadas, quer avulsas, que alli concorrem a receber a indemnidade contra o terrivel mal da variola.

Com relação a este serviço encontrámos o seguinte documento que julgamos curioso para a historia da medicina em Portugal:

«A rainha minha senhora, querendo que se dê principio á tentativa da inoculação das bexigas, a cujo fim tem já mandado apromptar tudo o que é necessario para se fazerem as devidas experiencias com o successo e felicidade que é de esperar, tem resolvido que as sobreditas experiencias se façam em alguns dos expostos d'esta Santa Casa da Misericordia. E é portanto servida que a Mesa faça entregar aos medicos que se acham nomeados para a escolha dos mesmos expostos, que melhor lhe parecerem para aquelle fim, uma relação de alguns dos que se acharem a crear no termo da cidade de Lisboa, declarando-se n'ella não só o nome das amas a que foram entregues, mas tambem os logares onde estes assistem e as freguezias a que pertencem, para d'este modo lhes ser menos difficil o dar o devido cumprimento á diligencia de que se acham encarregados, etc. Paço de Queluz, 24 de maio de 1796.»

Estas experiencias foram feitas realmente, nos annos de 1796 a 1798, pelo medico do Hospital real, Antonio Mendes Franco, e por Fortunato Raphael Amado. Do resultado d'ellas deu conta em um folheto intitulado — *Resultado das observações feitas no hospital real, da inoculação das bexigas nos annos de 1796, 1797 e 1798* (impresso em Lisboa em 1799) — o celebre medico portuguez Francisco Tavares, physico-mór do reino e primeiro medico da real camara.[1]

Foi muito depois, em 1812, que por iniciativa do dr. Bernardino Antonio Gomes estabeleceu a Academia Real das Sciencias o primeiro instituto vaccinico em Portugal. Em 1835 passou para o Conselho de saude publica do reino. A vaccinação animal começou a ser feita em Lisboa em 13 de julho de 1869 pelo professor Sabino Eleuterio de Sousa. O primeiro instituto particular de vaccinação em Portugal foi aberto em 1869 pelos facultativos Campos e Bourquin. Em 1870 começou o serviço definitivo de vaccina animal no instituto official, creado nas salas da Sociedade das sciencias medicas.[2]

O serviço vaccinico effectua-se todas as quartas e sabbados no edificio da Santa Casa, empregando-se a vaccinação animal e a directa.

---

[1] *O Hospital de S. José*, II, pag. I, por Alfredo Luiz Lopes, e *Diccionario bibliographico* de Innocencio Francisco da Silva.

[2] *Idem*, nota a pag. 72.

**Estatistica dos expostos da Misericordia de Lisboa no decennio de 1890 a 1900**

| ANNOS | Numero de expostos existentes no principio de cada anno economico | | | | | Numero de expostos que entraram em cada anno economico | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Na casa | | Fóra da casa | | Total da existencia em cada anno | Por despacho da administração, por abandono e com a guia do hospital de S. José | | Desamparados | | Total das entradas em cada anno |
| | Varões | Femeas | Varões | Femeas | | Varões | Femeas | Varões | Femeas | |
| 1890-1891 | 16 | 35 | 1:388 | 1:272 | 2:711 | 161 | 145 | 2 | 4 | 312 |
| 1891-1892 | 13 | 19 | 1:400 | 1:274 | 2:706 | 191 | 179 | 2 | 6 | 378 |
| 1892-1893 | 10 | 25 | 1:443 | 1:274 | 2:752 | 180 | 172 | 4 | 3 | 359 |
| 1893-1894 | 11 | 24 | 1:453 | 1:280 | 2:768 | 149 | 110 | 1 | 5 | 265 |
| 1894-1895 | 8 | 27 | 1:401 | 1:239 | 2:675 | 151 | 161 | 3 | 7 | 322 |
| 1895-1896 | 13 | 30 | 1:390 | 1:255 | 2:688 | 151 | 135 | 1 | 6 | 293 |
| 1896-1897 | 11 | 36 | 1:382 | 1:268 | 2:697 | 128 | 94 | 1 | 4 | 227 |
| 1897-1898 | 15 | 42 | 1:344 | 1:225 | 2:626 | 130 | 108 | – | 3 | 241 |
| 1898-1899 | 17 | 27 | 1:342 | 1:198 | 2:584 | 131 | 124 | – | – | 255 |
| 1899-1900 | 15 | 26 | 1:342 | 1:207 | 2:590 | 132 | 128 | 3 | 3 | 266 |
| Numero total dos expostos entrados em 10 annos... | | | | | | 2:860 | | 58 | | 2:918 |

**Quadro das percentagens da mortalidade dos expostos tutelados pela Misericordia de Lisboa, nas differentes edades abaixo designadas**

| ANNOS | De 8 dias a 1 anno | | De 1 a 3 annos | | De 3 a 10 annos | | De 10 a 15 annos | | De 15 a 18 annos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Varões | Femeas | Varões | Femeas | Varões | Femeas | Varões | Femeas | Varões | Femeas |
| 1890-1891..... | 24,16 | 23,72 | 22,14 | 21,15 | 5,69 | 2,82 | – | 4,69 | – | 2,47 |
| 1891-1892..... | 24,26 | 20,13 | 20,51 | 22,61 | 3,91 | 4,76 | 1,39 | 1,41 | – | 1,00 |
| 1892-1893..... | 20,53 | 19,34 | 27,73 | 15,65 | 3,95 | 2,24 | – | 4,26 | – | – |
| 1893-1894..... | 26,81 | 29,11 | 25,36 | 27,04 | 6,20 | 0,69 | 1,42 | 1,75 | 1,14 | 1,61 |
| 1894-1895..... | 31,37 | 31,50 | 20,15 | 15,71 | 2,13 | 2,19 | – | – | 1,53 | – |
| 1895-1896..... | 23,65 | 21,15 | 20,17 | 14,00 | 5,92 | 5,29 | – | 1,56 | – | – |
| 1896-1897..... | 27,61 | 22,69 | 22,94 | 26,47 | 6,85 | 6,71 | – | – | 1,56 | – |
| 1897-1898..... | 22,06 | 29,46 | 19,42 | 18,33 | 2,68 | 3,10 | – | – | – | – |
| 1898-1899..... | 30,83 | 20,41 | 21,74 | 15,85 | 3,47 | 2,52 | – | 1,33 | – | 1,64 |
| 1899-1900..... | 29,77 | 23,66 | 19,00 | 21,25 | 1,89 | 3,70 | – | 1,85 | – | – |
| | 24,96 | | 20,96 | | 3,82 | | 1,01 | | 0,56 | |

# CAPITULO II

**A velhice protegida.— Amparo dos velhos incuraveis e entrevados de ambos os sexos.— Os hospicios, sua origem, população, organização e despesa.**

Referem-se os primeiros Compromissos da Misericordia ao Hospital de Nossa Senhora do Amparo, ou dos Incuraveis, onde principiou a exercer-se a acção protectora e caritativa da Confraria para com os velhos desprotegidos e incuraveis.

Ácerca da sua primitiva instituição e casa onde se estabeleceu encontramos em documentos do tempo de el-rei D. Sebastião, no alvará de 13 de abril de 1562, os seguintes esclarecimentos:

Tomou a Misericordia conta d'esses desvalidos porque —«nos hospitaes só curam de doenças que tem remedio e quando o não tem os botam fóra a risco de morrerem por esses alpendres e ao desamparo, como muitos já fizeram e nessa necesidade tam extrema os recolhe o dito Esprital pera si e os sustenta e cura com muito custo e muito cuidado».

Estabeleceram o hospicio em umas casas, ditas da Portagem, concedidas á Confraria pelo alvará de 20 de junho de 1560, cuja copia, extrahida dos documentos que existiam no archivo da Misericordia do Rio de Janeiro, se encontra a fl. 201 do livro I de *Privilegios,* e é do teor seguinte:

«Bento Teyxr.ª Feo Cavallr.º professo da ordem de N. Snr. Jesus Christo, Tizour.º mor do Reino e Escrivão das confirmaçoens &.ª Faço saber que entre os papeis que seentregarão nas confirmaçoens e estão em meu poder está hum Alvará de que o traslado he o seg.te Eu ElRey Faço saber avós Lecenciado Bernaldim Estuunz Dalte Fidalgo de m.ª Casa do meu conc.º e desemb.º e chanc.er da casa do civel que o Prov.or e Irmaons da confr.ª da Miz.ª desta

cidade de Lx.ª me disserão que elles tinhão gr.de necessid.e dos altos de humas minhas cazas em que se faz o negocio e desp.o da Portagem, e as aud.as do juizo della e em que se arecada a ciza do pescado e se faz a aud.a do juizo das cizas da d.ta cid.de e em que pousa o Almox.e da d.ta portagem p.a nas d.as casas fazerem hum Hosp.al enferm.a dos doentes incuraveis pello ahi não haver, e emoutra alguma p.te senão poder o d.o Hosp.al enferm.a tambem fazer como nas d.as casas por ser lugar m.to conveniente p.a isso e estarem pegadas e juntas com outras casas da d.a Miz.a que se podião fazer e meter humas comas outras e se poderem servir da Igr.a por todas ellas de manr.a que os doentes sejão m.to bem visitados e providos de todo o necessr.o Pello que me pedião que ouvesse porbem de lhes fazer esmola e doação das d.as casas por via de troca e escambo de outras que ião fazer e darião feitas p.a os neg.os e desp.os de que as casas da portagem, e as mais a ellas juntas, servião e hum chão e sitio que está junto da porta da Alfandega nova desta cid.e, no qual chão a cid.e pello proveito e benef.o que recebia desse o d.o Hosp.al dos incuraveis fazer nas ditas casas da Portagem queria fazer os bayxos das d.as novas casas athé os primer.os sobrados para que as logeas ficassem suas e rendessem p.a a cid.e; e elles Prov.or e Irmaons querião fazer as casas dos altos p.a ficarem e serem m.as, e da corôa do Reyno, e se fazerem nellas os negocios e desp.os que se ora fazião nas da portagem, e nas outras junto dellas asima declaradas. E visto seu requerim.to e havendo resp.to a grande necessid.e que elles tem das d.as casas p.a nellas fazerem o d.o Hosp.al por ahi ficar tão junto e acommodado a d.a Igr.a e off.os della, e poder ser de todo bem provido, e a isto ser obra pia, e de tanto serv.o de Deos, e por fazer esmola á dita confr.a Hei por bem e me praz delhes fazer doação e m.ce para sempre das d.as casas da portagem, e das mais a ellas juntas, em que se ora fazem os d.os desp.os e negocios, p.a nellas fazerem o d.o Hosp.al dos incuraveis como dizem, e isto por via de troca e escambio dos altos de outras casas que os ditos Prov.or e Irmaons á sua custa farão, e darão feitas no d.o chão dejunto da Alfandega, sobre os bayxos e logeas que a cid.e á sua custa ha de fazer os quaes bayxos hão de ficar da d.a cid.e e propried.e sua para renderem p.a ella, e as casas dos d.os altos hão de ficar minhas e da coroa do Reyno para sempre para se nellas fazerem os neg.os e desp.os que se ora fazem nas casas da portagem, e nas mais a ellas juntas, o que asim hei por bem comtanto que as d.as casas dos altos que novam.te se hão de fazer sejão de tal grandura e asim boas e taes em que se bem possão fazer os ditos neg.os e desp.os que ora assim fazem nas outras, tirando e não entrando nesta troca e escambio as casas em que ora pouza Lionel de Quadros Almox.e da d.a Portagem p.r que destas hei por bem de fazer doação, m.ce e esmola á d.a confr.a p.a a d.a obra e Hospital que asim hão de fazer, e isto sem obrig.am algũa do d.o Prov.or e Irmaons

fazerem, nem darem outras em seu lugar porque farão e darão som.te as outras que bem bastem p.a os neg.os e desp.os como d.o he, e estas do apouzam.to do Almox.e Lionel de Quadros tem o d.o off.o, por seu falecim.to p.a hum seu filho com as d.as casas de seu apouzento o d.o Prov.or e Irmaons serão obrigados a satisfazer ao d.o Almox.e em sua vida, e do d.o seu f.o o dir.to de uzo que nellas tem, e pertenderem ter por asim serem de seu apouzento, e as terem em o d.o off.o como asima he d.o e porque me asim de tudo praz vos faço meu Procurador bast.e e vos dou todo cumprido poder p.a que por mim e por m.a p.te e em nome da coroa dos meus Reynos vos concerteis, e contrateis neste caso com o dito Prov.or e Irmaons da d.a Confr.a e com os vereadores e Procuradores da d.a cid.e e os Procuradores dos misteres della cada hum pella p.te que lhe toca, e obrig.am que tem, e façais com elles escritura publica de contrato, troca, e escambio das d.as casas e da doação e m.ce que lhe dellas faço na manr.a que d.o he, com todas as clauzulas e condiçoens, penas, e obrigaçoens que vos bem parecerem, e virdes que são necessr.as p.a confirmação e firmeza do d.o contrato, e escritura delle na qual serão declarados quantas são as casas da Portagem, e as mais a ellas juntas, e a medida da cumpridão, e largura dellas cada huma de per si, e as cousas de que ora cada uma serve, e asim as confrontaçoens com que parte, e confrontão. E tudo o que neste caso contratardes, e fizerdes, hei por bem firme e valioso, e o mandarey inteiram.te cumprir como na d.a Escritura for contheudo, e declarado e nella se trasladará este meu Alvará para em todo o tp.o por elle se poder ver, e saber como asim ouve por bem, e se fez por meu m.do; a qual escriptura depois de feita me será apresentada para eu a haver de confirmar, e este Alvará me praz que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim asinada e passada por m.a chanc.a sem emb.o da ordenação do 2.o L.o titt. 20 que o contr.o dispoem, e valerá este outro sim posto que não seja passado pella chanc.a sem embargo da ordenação que manda que os meus Alvarás que não forem passados pella chanc.a se não guarde. Jorge da Costa o fez em Lx.a a vinte de Junho de 1560. || Manuel da Costa o fez escrever. Rainha. || O qual Alvará fica em meu poder de que passei a pres.te por me ser pedido pello Prov.or e Irmaons da Santa Casa da Miz.a de S. Sebastião do Rio de Jan.o em virtude do desp.o a estas junto. Em Lx.a a 21 de Abril de seis centos e setenta. || Bento Teyxr.a Feo.»

«Esta casa — continúa o alvará de 13 de abril de 1562 — em que primeiro esteve, por muito velha caiu e como o sitio não era conforme á saude dos doentes nem á limpeza d'elles assim por não ter agua e ser longe do mar como por nunca lhe entrar sol em nenhuma hora do dia, determinaram de o fazer em outra parte que tivesse todallas as qualidades que para os doentes con-

vinham e para isto pediram á cidade um chão que está da porta do chafariz dos cavallos para a banda do poente até umas casas que se alli fizeram novas e os vereadores com todos os outros da Camara, vendo quanta necessidade havia de tal hospital e que o dito chão não servia senão de monturo o cederam.»—Mas os pescadores do alto da Alfama vieram com embargos. Por isso a Mesa requereu que lhe fosse permittido fazel-o sem demora, sob pena de abandonarem o hospital. Os pescadores allegavam estar na posse d'aquelle chão que lhes era mui preciso—«para uso das caravellas e barcos e despejo d'elles e para n'elle vararem os seus bateis e barcos no inverno e tempestades e os amarravam no muro e enxugavam suas redes e punham os mastros e vergas.»

El-rei, porém, ouvidos todos, resolveu pelo alvará acima citado ceder o chão á Misericordia.[1]

Não é facil de apurar se chegou na verdade a aproveitar-se este chão para o projectado albergue. É de suppôr, porém, que tal não acontecesse porquanto o Hospital do Amparo nos apparece depois junto á ermida de Nossa Senhora do Amparo, debaixo dos arcos do edificio do Hospital Real de Todos os Santos. O erudito e investigador José Maria Antonio Nogueira, em cartas publicadas no *Jornal do Commercio* e reproduzidas no tomo I do *Summario de varia historia,* diz que lhe parece ter sido remotissima a existencia d'esse hospital ou enfermaria junto á ermida do Amparo, a qual ficava onde hoje é a entrada da rua do Amparo; que elle sempre esteve a cargo da Misericordia, e cita em abono d'esta opinião a lettra de uma lapide que alli se encontrava.

Fr. Agostinho de Santa Maria, no *Sanctuario Marianno,* escripto de 1707 a 1723, diz-nos ácerca da ermida de Nossa Senhora do Amparo e do hospital d'esta mesma invocação o seguinte:

«O hospital fôra em tempo uma albergaria onde se recolhiam peregrinos e passageiros pobres, aos quaes se dava casa e agua e tinha 40 leitos, 20 para homens e 20 para mulheres, separados uns dos outros, e com dois hospitaleiros, um para cada sexo.»

E accrescenta:

«Quando se deu principio ao Hospital Real, fundado sobre 35 arcos de

---

[1] Livro I de *Privilegios,* fl. 48 a 51. Ácerca d'esta reedificação projectada do antigo hospital dos incuraveis publicou o sr. dr. F. Sousa Viterbo, em 1895, um opusculo de 5 paginas, intitulado *O hospital dos incuraveis,* no qual insere na integra o alvará, ou carta régia, de 13 de abril de 1562, que existe, segundo o auctor declara, na Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações,* livro 12, fol. 40.

pedraria muito reforçada, e no vão d'esta grande coxia, que comprehende o seu comprimento todo o Rocio, que tem de largo alguns 30 palmos, aonde se veem muytas tendas de fitas, meas, rendas e outras muytas cousas necessarias e tambem curiosas, e estas serão ao presente algumas 200, por hua e por outra parte; depois, da Albergaria ou Hospital dos peregrinos, se diz que um devoto (não lhe poude descobrir o nome) em sua morte deixara toda a sua fazenda e instituira por sua herdeira a Mesa da Miz.ª e que entre as suas alfayas deixara esta Sr.ª do Amparo, para a qual os irmãos edificaram a Ermida para collocar nella a Sr.ª & que tambem passarão o Hospital dos entrevados e dos que no Hospital Real entrevecessem. Não poude descobrir o tempo em que este Bemfeytor deu os seus bens aquella casa, e he certo que nos livros da Miz.ª se ha de achar o tempo e o seu nome.

«He tambem de saber que este Hospital dos entrevados esteve primeiro no claustro do mesmo Hospital, e ficava debayxo da Igreja, onde hoje he o seleyro e dispensa e que d'aqui foy mudado para debayxo dos arcos do Rocio aonde lhe deram por titular e padroyeira a Sr.ª do Amparo, e de haver estado em aquelle logar, que hoje he seleyro, consta de uma pedra que se vê á ilharga da porta do mesmo seleyro, em a qual se leem estas palavras:

ESTA ENFERMARIA DOS INCURAVEIS CONSERTARÃO OS IRMÃOS
Á SUA CUSTA & NA MISERICORDIA OS PROVERÃO DO NECESSARIO EM ABRIL DE 1565

«Depois os mudarão para debayxo dos arcos, talvez porque lá podião ficar com mais largueza. A mudança se fez no anno de 1583, como se colhe de umas letras de algarismo, que se veem no azulejo, que fica defronte da mesma ermida da Sr.ª do Amparo, e neste tempo se extinguiu a Albergaria.»

A ermida de Nossa Senhora do Amparo tinha uma capella, instituida por Domingos de Basto e Figueirôa e sua mulher Barbara Antunes Brandôa, em 1625—«os quaes se mandarão enterrar na sua Igreja e em seu testamento deyxarão á Senhora duas moradas de casas que n'aquelle tempo rendiam 93$448 réis e hoje renderão muito mais; do qual dinheiro se havia de dar ao capellão (natural de Amarante) 63$000 réis e o mais he para os entrevados d'aquelle hospital, como consta da escriptura e contracto que fez com a Irmandade da Misericordia.»[1]

Este Domingos de Basto morreu em 2 de maio de 1653.

Além da missa diaria assim instituida diziam-se alli muitas missas; todo o clerigo que vinha á côrte encontrava alli esmola para celebrar a sua missa.

---

[1] *Sanctuario Marianno*, tomo VII, pag. 180 a 184.

A imagem de roca, collocada em um nicho envidraçado, era objecto de grande devoção. Accorriam a veneral-a as principaes familias da côrte.

Parece pois provado que desde 1565, pelo menos, existiu a enfermaria no mesmo edificio, sem comtudo se achar incluida no Hospital Real de Todos os Santos.

Outras indicações apurámos ainda.

A já citada *Estatistica de Lisboa em 1582,* manuscripto da Bibliotheca Nacional, diz-nos que a enfermaria dos incuraveis esteve nos hospitaes de Santa Anna, ás Fangas da Farinha (actual Boa Hora), e tambem no Hospital de Nossa Senhora da Victoria.

Assim o diz a *Estatistica,* porque, em verdade, ao hospital dos incuraveis andou aggregado, pelos annos de 1550, o hospital da Confraria de Nossa Senhora da Victoria, junto do qual a mesma Confraria fundara a ermida que ainda hoje existe entre a rua do Ouro e a do Crucifixo, conservando a primitiva invocação.

O hospital de Sant'Anna esteve tambem, segundo parece, no edificio antigo da Misericordia, e alli se albergavam doze mulheres incuraveis.

O conde de Val de Reis, inquirindo ácerca d'estas origens, só apurou que na ermida do Amparo havia uma corôa de Nossa Senhora, que davam a beijar aos fieis, recebendo esmolas, insufficientes para as despesas da enfermaria. Seria talvez esta corôa a da imagem deixada á Misericordia por um devoto, e para o culto da qual a irmandade mandou construir a ermida.[1] E accrescenta que n'estas enfermarias se recebiam os doentes — «que entrevam ou ficam com algum achaque incuravel no Hospital Real».[2]

Segundo o auctor do *Sanctuario,* havia no hospital do Amparo, ao tempo em que elle escrevia, tres enfermarias, sendo uma de mulheres, com dez leitos, e duas para homens, com 29 e 20 leitos cada uma, dizendo que, segundo o estatuto, devia conservar 60 leitos. A Misericordia dava 800 réis por mez a cada entrevado.

Quando sobreveiu o terremoto de 1755 separou-se então a enfermaria dos incuraveis do edificio do Hospital de Todos os Santos, a que até então estivera unida, e foram os velhinhos accommodados provisoriamente nos Armazens da Lapa da Moura, sitos entre dois rochedos, — «onde vem desaguar todas as aguas dos montes circumvisinhos». Depois (19 de dezembro de 1771) passaram-os para umas barracas contiguas ao antigo collegio de Santo Antão, doadas ao hospital de S. José; n'estas barracas habitavam os jesuitas do colle-

---

[1] *Summario de varia historia,* tomo I, pag. 50.

[2] Livro manuscripto do conde de Val de Reis.

gio.[1] Para lá foram os incuraveis, conduzidos em carruagens, mandadas pelo Juiz do Crime do bairro do Limoeiro, correndo todas as despesas por conta da real fazenda.[2]

Em 1834 passaram tambem para alli as doze entrevadas da enfermaria de Sant'Anna. Em 1852 é que vieram esses dois estabelecimentos transferidos para a Casa de S. Roque, com serventia pela calçada da Gloria, em virtude do maior espaço e accommodação que ficou pela remoção do Recolhimento das orfãs para o novo edificio de S. Pedro de Alcantara.

Foi a primeira idéa do Provedor accommodar os invalidos do Amparo na parte baixa do edificio de S. Pedro de Alcantara, com serventia pela porta do carro para a rua da Rosa das Partilhas.[3] Não foi por deante este alvitre.

Alargou-se desde então o alojamento dos expostos e o dos pobres invalidos de ambos os sexos.

Muitos testadores e bemfeitores da Obra Pia se lembraram, nas suas disposições testamentarias, ou em doações, de contemplar em especial a casa dos incuraveis e entrevados.

O regulamento do serviço da regente do hospicio do Amparo é datado de 29 de setembro de 1877, e o regulamento geral do asylo do Amparo para ambos os sexos é de 22 de outubro de 1890.

As camaratas das invalidas do Amparo são pequenas, sitas em diversos pavimentos, com refeitorio especial, capella para missa aos domingos, encravado tudo no grande edificio dos expostos. Orçam por quarenta as pobres velhinhas alli recolhidas.

Os asylados do Amparo hospedam-se, com seu refeitorio especial, no edificio que deita para a calçada da Gloria, onde se acha installada a typographia da Santa Casa e um gabinete de consultas, do serviço clinico da Casa. Todo este edificio, porém, revela as mesmas condições de decrepitude e falta de gosto e esmero na edificação e seus reparos interiores, apresentando um aspecto pouco agradavel, de casa pobrissima, onde falta todo o conforto que o proprio decoro de uma tal instituição exige.[4]

---

[1] *Carta do Marquez de Pombal* (autographa) de 19 de dezembro de 1771. Livro IV de *Decretos e auisos*, fl. 137 e 139.

[2] *Idem*, idem.

[3] *Registo de Consultas*, 1852. N'esta consulta se diz que o Hospital do Amparo fôra instituido para 20 pobres do sexo masculino e 40 do feminino.

[4] Ultimamente foi reparada e restaurada esta casa, transformando-se os quartos pequenos, que d'antes havia, em uma vasta camarata.

# CAPITULO III

**O Recolhimento das orfãs. Origem e caracter d'este instituto.**

É muito antiga em Portugal a instituição dos recolhimentos onde se albergam e educam orfãos. Parece que já ao tempo da rainha D. Leonor existiam em Lisboa e logo depois foram brotando diversos institutos, taes como o fundado pela rainha D. Catharina, o das moças irlandezas, o collegio de Santo Antão e o de Jesus, este ultimo creado por um padre catalão.[1]

Differentes, porém, eram estes institutos d'aquelle de que particularmente nos occupamos agora. Mais semelhantes nos apparecem outras instituições creadas pelos reis D. João II e D. Sebastião. Ao primeiro deve-se o recolhimento para orfãs donzellas e nobres, e ao segundo o recolhimento de Santa Martha, de Santarem, para as viuvas e filhas das victimas da peste que por esse tempo assolou a capital.

Ao tempo em que o erudito fr. Nicolau de Oliveira escreveu a sua interessantissima obra *As Grandezas de Lisboa,* havia n'esta cidade, segundo elle refere, os seguintes recolhimentos:

Um ao Castello, de orfãs nobres; um ao Salvador; e junto a Santo Antonio o da Misericordia, que tinha um thesoureiro, fidalgo velho de confiança, e o escrivão. Ha n'este recolhimento, diz elle, treze orfãs, que estão quatro annos, dentro dos quaes casam, dando-se-lhes os melhores dotes, de 60$000 réis cada, tendo porcionistas que pagam 25$000 réis por anno. Tem ao todo 70 mulheres, com a regente, vigaria e porteira[2]

---

[1] D. Antonio da Costa. *Historia da Instrucção popular em Portugal,* pag. 68.

[2] *Livro das Grandezas de Lisboa,* pag. 133. Noticia de outros recolhimentos e asylos se encontra no magistral capitulo IX do livro de D. Antonio da Costa — *Historia da Instrucção em*

É posterior á fundação da Confraria da Misericordia a origem d'este recolhimento, estabelecido a Santo Antonio da Sé.

Em uma das notaveis allocuções que o Provedor dr. Thomaz de Carvalho costumava proferir no acto solemne da distribuição dos premios ás educandas do recolhimento, na allocução recitada no dia 1 de setembro de 1895, vem referida a historia da instituição d'este orfanato. Resumiu e extractou o orador as disposições do testamento da instituidora, D. Antonia de Castro, fallecida em 26 de setembro de 1587, documento precioso, cuja copia felizmente existe ainda no archivo do estabelecimento.[1]

Dizia o finado Provedor:

«Data de longe o collegio das orfãs, estabelecido em diversas localidades. Teve no principio uma origem modesta, e só muito posteriormente adquiriu o desenvolvimento em que hoje existe. Uma piedosa senhora, D. Antonia de Castro, mulher de Diogo Lopes de Sousa, um dos governadores nos primeiros annos do reinado de Filippe II, fez, entre outras, as seguintes disposições testamentarias perante o tabellião Joaquim Rodrigues Jacome:

«1.ª Sendo da freguezia de Santa Engracia, pedia ser enterrada ao lado de seu marido na egreja da Madre de Deus.

«2.ª Deu carta de alforria aos seus escravos.

«3.ª De todo o remanescente da minha herança deixo, palavras textuaes, por meu universal herdeiro o meu Senhor Jesus Christo e os seus pobres. Quero que nas minhas casas que tenho á Sé se ordene um *esprital* para peregrinos e estrangeiros pobres; e não sendo ellas convenientes para isso, se marcará um sitio qual parecer a meus testamenteiros que melhor convém para o dito *esprital,* em o qual se dará de comer e cama aos ditos peregrinos por espaço de cinco dias, e será administrador perpetuo d'este *esprital* a confraria da Mizericordia d'esta cidade para n'elle ordenar e pôr e tirar os officiaes que lhe parecerem necessarios para o bom e limdo governo d'elle.

«Um filho d'esta senhora acompanhou o desventurado rei D. Sebastião na jornada d'Africa, e d'elle não houve mais noticia. Provavelmente pagou nos plainos de Alcacer a imprudencia do moço aventureiro, que, desprezando os avisos dos velhos conselheiros, não sómente comprometteu a corôa e perdeu a vida, mas abriu a porta á ambição do estrangeiro, ávido de ajuntar á sua extensa monarchia este recanto da peninsula, tantas vezes disputado pela Hespanha.

«D. Antonia no seu grande lucto lembrou-se ainda do filho, determinando que se porventura apparecesse lhe pertenceria toda a sua fazenda.

«A Santa Casa tomou posse do legado, e logo entendeu que não havia razão para o cumprimento d'aquella clausula do testamento. Existiam na cidade muitos hospicios em que os pe-

---

*Portugal* — em que o illustre escriptor nos descreve com os primores que lhe são peculiares os estabelecimentos de caridade que no paiz se distinguiram pela sua missão educativa. Veja-se tambem o que refere o sapiente e benemerito José Silvestre Ribeiro na sua memoria — *O que ha sido feito e o que ha a fazer em materia de beneficencia.* (Lisboa, 1878, 112 paginas), pag. 18 a 20. Largamente tratamos este assumpto dos orfanatos no capitulo VIII da *Historia da beneficencia publica em Portugal,* em via de publicação no *Instituto* de Coimbra.

[1] Assim como existe tambem a copia do testamento de D. Simôa Godinho, a fundadora da capella do Espirito Santo, na antiga egreja da Conceição Velha, e do convento dos Cartuxos de Laveiras.

regrinos podiam ser acolhidos e abrigados; e não eram estes tantos que exigissem um edificio especial. Além de que parecia ainda não chegarem as rendas para o fim a que as destinara a testadora. Convieram, pois, os mezarios em solicitar de Roma a commutação necessaria, que alcançaram com a bulla apostolica do Santissimo em Christo padre Clemente, Papa oitavo, escripta em pergaminho, e expedida *sub plumbo*.

«A bulla refere-se á circumstancia acima notada da inutilidade de um hospital para peregrinos, e accrescenta que sendo a cidade muito populosa, cheia de muita gente, havia n'ella muitas donzellas pobres, orfãs e outras mulheres quasi desamparadas de todo o remedio da vida; e tambem algumas viuvas honestas, ou cazadas, cujos maridos partiam cada dia para fóra, e para muito longe, e principalmente pela occasionalidade que tinha de ser porto de mar e se não podiam sustentar por outras diversas nem viver nas proprias cazas, passavam grande detrimento da sua honra e fama=*et ex inde non levia honoris famæ ipsarum subeunt detrimenta.*

«Por estes motivos o Provedor e Irmãos resolveram fundar uma casa para seu gasalhado e recolhimento; e por causa dos continuos e grandes gastos que tiveram no resgate dos captivos da jornada d'Africa, e em sustentação dos pobres da cidade em tempos passados tão calamitosos; e nas outras obras pias que continuamente exercitavam não poderam pôr em execução obra tão pia, meritoria e necessaria, o que levariam a effeito com a commutação, confirmada pela sentença de D. Miguel de Castro, Metropolitano, Arcebispo de Lisboa, do Conselho de Estado, um dos Governadores do reino, commissario e executor apostolico das causas d'esta ordem.

«Eram estas as razões maiores para a concessão. Levou annos a remessa do Breve; e não admira, attendendo á difficuldade das communicações internacionaes, e á delonga que necessariamente soffreria o processo nos tribunaes ecclesiasticos.

«Manuel de Faria e Souza declara constar dos registos da Santa Casa ser o remanescente da fazenda da dita D. Antonia de Castro a quantia de dezoito mil cruzados, o qual remanescente seria applicado á nova instituição, deixando o breve pontificio ao arbitrio do Provedor e Irmãos da Mizericordia a fórma dos estatutos e ordenações que para isso se haviam de fazer.

«Teve inicio rudimentar o Recolhimento nas casas que a testadora possuia detraz da egreja de Santo Antonio, que ella deixou para peregrinos, no anno de 1594.

«Em 27 de Junho de 1654 passou o Recolhimento para a Mizericordia por aquella casa se achar arruinada, sendo depois reedificada com capacidade para maior numero de orfãs da instituição de Manuel Rodrigues da Costa, a qual teve principio apenas no anno de 1690.»[1]

Era a principio a dotação do Recolhimento constituida unicamente pelo remanescente da dita testamentaria de D. Antonia de Castro, rendimento computado nos livros e papeis d'esta Santa Casa em 233$616 réis, com o qual se sustentavam 12 orfãs.

A este rendimento foram accrescendo verbas testamentarias de diversos testadores: D. Joanna da Costa deixou 17$850 réis, Margarida Dias 15$429, o Inquisidor Bartholomeu da Fonseca 30$000 e Sebastião Perestrello 125$000 réis; o numero de orfãs foi elevado a 18, sendo já o rendimento total de 421$895 réis.

---

[1] *Allocução proferida na distribuição dos premios ás educandas do Recolhimento de S. Pedro de Alcantara, em 1 de setembro de 1895,* pelo Provedor dr. Thomaz de Carvalho. Lisboa, 1895. 20 paginas.

Por fim em 1690 (como acima fica dito) a generosa disposição testamentaria de um benemerito bemfeitor, Manuel Rodrigues da Costa, fallecido em 18 de março de 1684, proporcionou á Misericordia fartos recursos para remodelar, sob um plano mais amplo, esta instituição piedosa.

Era este testador homem de grandes haveres e rendas, espirito caritativo e amante da pobreza.[1] A sua deixa testamentaria ascendia a 192:000$000 réis, de que a Misericordia era herdeira e testamenteira, fundo destinado pelo testador á creação, edificação e sustentação de um Recolhimento para 40 meninas orfãs, e as sobras para outras applicações de beneficencia.[2]

---

[1] Manuel Rodrigues da Costa foi sepultado em uma capella, do lado da epistola, na egreja de Santo Antão o Novo, onde havia a inscripção seguinte, conservada por Cruz Moreira na sua preciosa citada *Collecção de epitaphios*, etc.

ESTA CAPELLA HE
DE MANOEL ROIZ DA
COSTA Q̃ A ORNOU
E TEM NELLA SEPUL-
TURA PERA ELLE
E SUA MOLHER D. JO-
ANNA DE SOUSA E PE-
RA AS PESSOAS QUE
SE CONTEM NA ES-
CRITURA DA COM-
PRA DELLA FEITA
NAS NOTAS DO TA-
BALIÃO MANOEL
DO VALLE EM 27 DE
MARÇO DE 1674.

Ácerca do edificio do novo recolhimento já citámos a pag. 77 curiosos documentos do archivo municipal.

[2] Diz a citada *Allocução*, segundo as notas dos livros manuscriptos do conde de Val de Reis, a pag. 9:

«Acceitou-se a testamentaria e o legado importou na grossa quantia de 192 contos de réis. Das 4 partes em que o testador ordenou se repartisse o rendimento da sua herança, attendendo primeiro á reedificação do Recolhimento e seu orçamento:

«A 1.ª consistia na distribuição de esmolas na noite do Natal.

«A 2.ª em vestir os presos do Limoeiro no domingo de Paschoa.

«A 3.ª em vestir os degredados, tanto homens como mulheres, no domingo do Espirito Santo.

A Mesa determinou reunir este Recolhimento ao de D. Antonia de Castro, e por assento da Junta grande, de 21 de dezembro de 1693, deliberou que as dez orfãs, que em cada anno saem do Recolhimento, tivessem direito a ser providas com um dote de cem mil réis para se casarem, em logar do dote de 60$000 réis, que fr. Nicolau de Oliveira refere se lhes dava em 1620.

No Compromisso de 1618, capitulo XX, em que trata do *Governo e officiaes da Casa do recolhimento das donzellas,* dizia-se que seriam 13 as donzellas que deviam viver no estabelecimento, conforme a sua primitiva instituição, emquanto não crescessem os rendimentos. A orfã, para ser admittida, devia ter menos de 20 annos e mais de 12. E mais diz que, comquanto pelas determinações primitivas o tempo de recolhimento fosse de dois annos, desde a data d'aquelle Compromisso ficava fixado em quatro annos.

Nenhuma orfã seria recebida sem dar fiança de que findos os quatro annos seria retirada do Recolhimento. E n'este tempo, além das recolhidas, se admittiam tambem as porcionistas, a que se refere fr. Nicolau de Oliveira, que pagavam 25$000 réis, podiam ter comsigo uma creada, mas não escravas, e davam egualmente fiador.

Esta admissão de porcionistas foi prohibida em 1740, porque, segundo diz Manuel de Faria e Sousa, *deram bem que soffrer.*[1] Encontrámos, porém, noticia de que ainda em 1789 existiam porcionistas, pagando 60$000 réis annuaes.

Pela resolução da Mesa de 16 de outubro de 1748 reduziram-se a sete os doze logares da instituição de D. Antonia de Castro, a tres os cinco logares creados pelo legado de Sebastião Perestrello, com a condição de *limpeza de sangue,* e a um os do legado do Inquisidor Bartholomeu da Fonseca.[2]

Reedificadas as casas antigas de D. Antonia de Castro, com maior largueza e capacidade, para lá voltaram as orfãs, até que sobreveiu o desastroso terremoto de 1755. Andaram tambem, assim como os expostos e os incuraveis do Amparo, por diversas moradas provisorias. Estiveram primeiro em uma horta á Bica do Sapato, depois em Belem e em uma casa em frente da

---

«A ultima e 4.ª parte em soltar os presos que estivessem por dividas até 12 mil réis, no dia de Nossa Senhora da Assumpção. D'estas 4 partes, havendo quebras na receita, mandou a Mesa reservar metade para a reedificação do edificio arruinado pelo terremoto do 1.º de novembro de 1755.»

[1] Citada *Allocução,* pag. 9. No manuscripto já citado, existente na Bibliotheca Nacional, *Memoria para a historia das Irmandades,* etc., encontram-se uns curiosos documentos pelos quaes se vê que em 1740 o Provedor se queixava de que algumas porcionistas tinham infringido o regulamento, pelo que haviam sido castigadas pelas suas desenvolturas e maus exemplos que davam ás 58 orfãs. Este Provedor, que era o conde de Povolide, expulsou do Recolhimento as duas porcionistas, cortando-lhes o direito a dote, e obteve ordem superior para que d'alli em deante se não admittissem mais porcionistas.

[2] Citada *Allocução,* pag. 8.

travessa do Desterro, de Diogo Liberato, na rua dos Anjos, até ao S. João de 1756; e desde julho d'este anno em outras casas do desembargador Filippe Ribeiro da Silva, junto á ermida de S. Vicente Ferrer, onde se celebravam as devoções da Misericordia. Ainda passaram para outra casa na calçada de Santo André, de que já falámos, até que por fim, obtido o edificio de S. Roque, para alli foram transferidas.

Ficaram então melhor alojadas as pobres orfãs, comquanto, apesar da vastidão do edificio e suas dependencias, lhe não pudesse ser destinado um grande espaço, ficando por isso reunidas ás expostas e asyladas de Santa Anna, n'uma deploravel confusão.

Em 1787, querendo a Mesa remediar abusos graves que se haviam radicado no Recolhimento, convidou a viscondessa de Villa Nova de Cerveira a tomar a direcção superior d'aquelle instituto, com poderes para n'elle proceder a uma reforma geral. A fidalga acceitou, regendo-o por alguns annos.

Em julho de 1788 representou a Mesa ao Governo pelo facto de não haver no Recolhimento prelados capazes para o bom desempenho de suas obrigações, attribuindo a isto os abusos graves que procurava debellar. Pedia a suspensão provisoria de entrada das orfãs e propunha que do convento das Ursulinas de Pereiro viessem novas mestras e regente. O governo accedeu, ordenando que fossem aposentados os prelados existentes, e que do dito convento, com prévia auctorisação do Bispo Conde de Arganil, viessem uma religiosa para regente e seculares conventuaes para o mister de mestras. (Despacho de 23 de abril de 1789.)

N'esta mesma data se formularam as instrucções para o governo do Recolhimento, e se fixaram os vencimentos, que eram de 30$000 réis á regente, 24$000 réis a cada mestra e 12$000 réis ás orfãs, e além d'isto mais 45 réis por dia para pão a cada pessoa, e ração egual ás que antes exerciam taes logares, e ás serventes 1$920 réis por mez para pão e ordenado.

Estes ordenados foram augmentados com 1$000 réis mensaes, para a regente e mestras, por despacho de 18 de outubro de 1792.

Tinha este Recolhimento por esse tempo (1798) a invocação de Recolhimento da Natividade de Nossa Senhora e Santa Maria Magdalena.

Por fim, em 1833, o imperador D. Pedro visitou a Casa de S. Roque, acompanhado pelo illustre ministro José da Silva Carvalho, e tendo reconhecido ambos os defeitos e mesquinhez do alojamento destinado aos expostos publicaram o decreto de 31 de dezembro d'aquelle anno, pelo qual se secularizava o convento de S. Pedro de Alcantara, da ordem dos religiosos reformados de Santa Maria da Arrabida, entregando desde logo o edificio com todas as suas officinas e mobilia á Santa Casa, ordenando que para elle fossem transferidas as orfãs com todo o pessoal do Recolhimento.

O extincto convento de S. Pedro de Alcantara, onde ainda actualmente se acha installado o Recolhimento, passou para a posse da Santa Casa em 17 de janeiro de 1834.

Comtudo, apesar da grande melhoria que veiu realizar no alojamento das educandas, ainda em 1862 a Mesa o achava insufficiente para a accommodação das orfãs, notando-lhe falta de arejamento e de condições hygienicas, propondo no seu relatorio o alvitre de ser o Recolhimento transferido para um logar fóra da cidade.

E ainda em 1878 o Provedor conde de Rio Maior, a quem se devem as grandes obras de restauração e remodelação do edificio e da egreja, n'aquelle anno concluidas, dizia no seu relatorio de 1877 a 1878:

«No edificio do extincto convento de S. Pedro de Alcantara, onde pela estreiteza do logar se não podem fazer accommodações para mais das 40 orphãs que alli temos, concluiram-se os melhoramentos começados, concernentes á maior salubridade do edificio e melhor commodidade das recolhidas, edificando uma cozinha nova, rasgando janellas, alteando tectos, illuminando-o mais convenientemente, fazendo novas canalizações para melhor distribuição das aguas e mais prompto e menos penoso serviço em todas as officinas. A egreja, que estava tão arruinada como o resto do edificio, foi tambem restaurada e aberta ao culto no dia 17 de novembro ultimo (de 1878).»

Tal é em breve resumo a historia do Recolhimento das orfãs, ainda hoje a cargo da Misericordia de Lisboa.

Quanto á sua organização interna tem tido este instituto varios regulamentos.

O primeiro foi o de 1609, assignado pelo Provedor conde de Villa Franca, e por mais oito mesarios, ms. in-4.º de 17 fls., em pergaminho, intitulado: «*Regimento para a casa do Recolhimento das donzellas d'esta Casa da Misericordia de Lisboa feito no anno de 1609.* Existia na livraria do fallecido José Maria Nepomuceno, em cujo catalogo figurou sob n.º 2125.[1]

Data o actual regulamento de 15 de julho de 1886, mandado observar pelo Provedor marquez de Rio Maior.

Admittem-se no Recolhimento dez orfãs em cada anno, e demoram-se estas meninas dentro d'elle durante quatro annos, em que lhes é ministrada uma educação esmeradissima. Existem portanto no estabelecimento quarenta orfãs, vencendo cada uma d'ellas a pensão de 1$000 réis mensaes, além do que são sustentadas e vestidas pela Misericordia, que lhes fornece tambem

[1] *Catalogo* referido, pag. 315. Lisboa, 1897.

tudo quanto necessitam para os seus estudos — livros, material de trabalho, etc., — e ainda premios pecuniarios e outros ás alumnas que mais se distinguem nas provas finaes do seu aproveitamento.

Ao deixarem o Recolhimento confere-se-lhes, segundo antigo uso, um dote de cem mil réis, de que podem aproveitar-se casando dentro do anno se guinte á sua sahida.

Quanto ao espirito e orientação da educação ministrada no Recolhimento, cumpre notar que esta instituição, que nos seus inicios apresentava, consoante o pensar dos seus instituidores, o aspecto de uma semi-clausura monacal, onde o ensino e os exercicios religiosos occupavam, senão todo, pelo menos a maior parte do tempo das pensionistas, tem caminhado parallelamente com o espirito das epochas successivas que atravessou, achando-se presentemente organizado em perfeita harmonia com o moderno ideal scientifico da educação feminil.

Está o ensino confiado a um professorado de reconhecida aptidão. Antigamente, em 1789, como dissemos, as mestras e regentes vinham do Recolhimento das Ursulinas de Pereira,[1] e teve como regente e administradora, em 1797, a viscondessa de Villa Nova de Cerveira.

O Provedor conde de Rio Maior formulou em 27 de novembro de 1875 o regulamento da educação das orfãs no Recolhimento, dividindo-a em duas secções — litteraria e lavores, — correspondendo a primeira ao exame de admissão nos lyceus. Os lavores ensinados eram os lavores communs, córte, bordados, etc.

O espirito superiormente illustrado do finado Provedor Thomaz de Carvalho deu á organização actual do ensino das educandas do Recolhimento uma feição de notavel alcance social, cuja doutrina e justificação o proprio Provedor deixou exaradas nas suas palavras memoraveis, nos discursos proferidos em 30 de agosto de 1891 e 3 de setembro de 1893, por occasião da distribuição solemne dos premios ás educandas.

No primeiro dizia o Provedor estas palavras, que não podemos furtar-nos ao prazer de reproduzir aqui:

«A mulher participa, e quasi de par com o homem, das excellencias da

---

[1] As religiosas da regra das Ursulinas instituida na Italia pela beata Angela de Brescia, e confirmada pelo Papa Paulo III em 1544, empregavam-se na educação de meninas. O convento fôra fundado em 1748 na villa de Pereira, a duas leguas de Coimbra, na margem esquerda do Mondego, e mais tarde fundaram-se tres recolhimentos da mesma ordem (1795) nas cidades de Coimbra, Vianna e Braga; o de Pereira existia ainda em 1873. Manuel Gomes de Lima Bezerra, *Os estrangeiros no Lima*, vol. I, pag. 208, e D. Antonio da Costa, *Historia da Instrucção popular*, pag. 183.

civilização moderna. As exigencias, porém, d'este mesmo incessante progresso determinam uma acção mais exterior d'ella, menos concentrada no lar, mais energica e diligente na cooperação da prosperidade da familia. Precisa ser mais instruida para saber e discernir; mais educada para se preservar e guiar. Dentro da sua indole e do seu temperamento cabem muitas luzes que a podem alumiar, muito conhecimentos que lhe darão um precioso auxilio aos esforços e trabalhos do homem para as commodidades da existencia. Com essa luz da instrucção regrada e adequada entrarão no lar a abundancia e a alegria, a saude do corpo e a saude do espirito.»

E no discurso de 1893 accrescentava:

«A mulher tem no seculo actual uma missão que a approxima dos trabalhos e do destino do homem. Não é que venha a inverter-se a posição reciproca e natural dos dois sexos, segundo phantasiou um moderno utopista com pretenções a reformador...

«Será a mulher a fiel companheira do homem; o auxiliará no trafego da vida e o animará no seu reciproco destino...

«Se pois a mulher levar todas as joias de uma educação primorosa para o exercicio da existencia commum, tanto mais rico será o thesouro e tanto mais avantajado será o dote do noivado. O paraiso não estará longe e a Providencia lhes abrirá as portas ainda n'este valle de passagem para outro melhor.»

Por estes motivos instituiu o Provedor, além do ensino de lavores e bordados, os estudos de instrucção primaria, de que as alumnas vão fazer exame ao Lyceu, e bem assim o das linguas franceza e ingleza, de musica (rudimentos), de piano e de canto choral (de que as educandas dão provas de exame no Lyceu e no Conservatorio de Lisboa), e finalmente o ensino de desenho e rendas. Assim restabeleceu o digno e illustre Provedor o ensino das educandas do Recolhimento, para o qual encontramos noticia succinta de ter havido varias tentativas anteriores.

Assim em 1775 a Mesa da Irmandade da Santa Casa ajustou uma mestra de nome Sara Brandi, casada com Thomaz Brandi, para vir com suas filhas ensinar ás orfãs do Recolhimento toda a qualidade de bordado a branco. Dos livros da Casa consta, e como curiosidade para a historia do ensino o relatamos aqui, que n'esse tempo a disciplina no Recolhimento se mantinha por meio dos ferozes processos dos velhos tempos. Quando alguma educanda desobedecia ou desacatava as suas mestras ou regentes era castigada com reclusão no carcere privado do Recolhimento, por tempo de oito ou mais dias, com a pena de jejum severo.

O ensino de musica foi iniciado em 1835, por deliberação de 1 de agosto, da Commissão administrativa. Determinou-se que houvesse no Recolhimento uma mestra para ensinar as orfãs a tocar e cantar, residindo dentro do estabelecimento, com a obrigação de tocar á missa conventual nos domingos, dias sanctificados, festas, novenas e actos publicos, recebendo de ordenado 6$000 réis mensaes, e além d'isso 480 reis por mez para roupa lavada e 10 réis diarios para manteiga.

N'estas condições foi primeira mestra de musica, desde a referida data, D. Anna Peregrina de Canto e Castro.

Venciam n'aquelle tempo as outras mestras do Recolhimento 1$200 réis mensaes.

Em 1841[1] a mesma Commissão administrativa da Santa Casa (composta então do barão de Telheiras, Xavier e Renda) contractou as duas irmãs Maigres (Maria Gertrudes e Anna Ignez Maigre Restier), do convento de Chellas, para exercerem o logar de mestras de musica do Recolhimento. N'essa mesma occasião se comprou um piano novo e melhor do que o que então possuia a Casa, ficando o antigo para estudo das principiantes.

Veiu depois o retrocesso.

Em 20 de janeiro de 1842 foi supprimida a aula de musica, sob pretexto de que as educandas pouco aproveitamento tiravam d'esse ensino, e portanto foram despedidas as duas mestras Maria Luiza do Espirito Santo e Maria da Conceição Esteves. As duas irmãs Maigre Restier ficaram, passando a exercer as funcções de mestras da aula de escripta.

Conta actualmente o Recolhimento das orfãs nove mestras e quatro ajudantes, além de todo o pessoal menor.

As educandas fazem os seus exames, como acima dissemos, no Lyceu e no Conservatorio, tendo algumas completado os seus estudos e feito exame de admissão á Eschola Normal; findos os actos publicos, em que provam o seu aproveitamento, recebem as approvadas, em solemne festividade, os premios da sua applicação.

Estes premios constam ordinariamente de objectos de uso e adorno, artigos de vestuario, musicas e livros, sendo a distribuição feita pelo Provedor, e usualmente é exposto n'esse dia o edificio do Recolhimento e os trabalhos escholares das educandas.

O Provedor interino Jorge Camelier creou em julho de 1897 uma medalha de prata, que se denomina *Medalha das dignas*, destinada a premiar o bom comportamento e applicação das educandas. Esta medalha, que usam como condecoração, e é acompanhada do respectivo diploma honorifico, formoso tra-

---

[1] *Acta* de 9 de junho.

balho typographico sahido das officinas typographicas da Misericordia, é conferido solemnemente, no acto da distribuição dos premios, no fim de cada anno lectivo.[1]

Para a admissão das orfãs costumam publicar-se annuncios do teor seguinte:

«Vão ser admittidas dez orfãs pobres e honestas no Recolhimento de S. Pedro de Alcantara, onde permanecerão quatro annos, findos os quaes terão um dote de 100$000 réis para o seu casamento.

«Para esse fim deverão as pretendentes comparecer na contadoria da Misericordia em qualquer das quintas-feiras do proximo mez de agosto, trazendo os seus requerimentos documentados com as certidões originaes, devidamente selladas e reconhecidas, do seu baptismo e do obito do pae, e attestado do respectivo parocho, que prove a sua pobreza, honestidade e recolhimento. É condição indispensavel que as requerentes no dia 6 de outubro do presente anno, data em que teem de entrar para o estabelecimento, não tenham menos de 12 annos nem mais de 16, devendo ser residentes nas antigas freguezias d'esta cidade e nas de Santa Maria de Belem, Ajuda, Amparo de Bemfica, S. Bartholomeu do Beato, Santa Maria dos Olivaes e Santos Reis do Campo Grande.»

*

* *

Quanto ao edificio onde o Recolhimento se acha estabelecido, entendendo tambem, como o entendia a Mesa em 1862, que muito mais conveniente seria o estabelecimento d'aquelle instituto em logar fóra da cidade, em edificio amplo, alegre, arejado, provido de boa cerca, em condições mais desafogadas e hygienicas, não podemos comtudo deixar de reconhecer que, com a sua primitiva traça fradesca, claustral, a casa do Recolhimento deixa uma impressão agradavel no espirito do visitante. A situação é boa, dominando vasto horizonte, e as obras a que successivamente alli se tem procedido dão-lhe um aspecto de acabamento e asseio digno de reparo. Mais pequeno do que o grande edificio de S. Roque, é ainda assim vasto e comprehende diversos pavimentos. Entrada a porta do edificio, e subindo uma boa escadaria, entra-se no salão que serve de aula de musica e piano, e d'alli, atravessando o côro, que deita para a egreja, com as antigas bancadas dos frades alinhadas ao longo das paredes, segue-se por extensos corredores, ao longo do edificio, em volta do claustro central, pequeno, onde vegetam uma decrepita laranjeira e outras arvoresitas rachiticas. Assim se encontram no pavimento superior as duas camaratas das educandas, vastas, claras, arejadas, tendo uma 20 camas e a ou-

---

[1] *Acta* de 10 de julho de 1897 e *Allocução proferida pelo Provedor interino Jorge Camelier em 5 de setembro de 1897*. Lisboa, 1879, pag. 11.

tra 28; uma pequena enfermaria com quatro camas e cozinha privativa; as aulas de instrucção primaria, de francez, portuguez e inglez, e a de bordados e rendas, todas bem mobiladas, com sufficiente ar e luz; e em outro grande salão o theatrinho, que para distracção das orfãs mandou construir o actual Provedor. As antigas cellas dos Arrabidos, transformadas em quartos que se enfileiram a um e outro lado, ao longo dos extensos corredores, foram aproveitadas para aposentos de empregadas e arrecadações diversas.

No pavimento inferior, além do pateo do claustro, que não é grande, e de um outro pateo tambem pequeno, achamos installadas a cozinha, dispensa, refeitorio, casa de banhos e uma aula de desenho. É regular esta ultima, como as do pavimento superior; boa a casa de banhos, com seis quartos e tinas de marmore; extenso o refeitorio, no logar onde era o antigo refeitorio dos frades, e ao qual uma grande janella, mandada rasgar na parede do fundo pelo adjuncto Jorge Camelier, quando serviu de Provedor em 1897, veiu dar a claridade de que bastante carecia.

A cozinha é actualmente feita em fogão a gaz, e d'ella se passa para um pateo interior, onde ultimamente se edificou um barracão para a cozinha a vapor da sopa de caridade, a que em outro logar nos referiremos.

Finalmente, junto ao atrio de entrada do edificio, ha ainda uma vasta sala, que é a sala de honra, a qual conserva o antigo nome de sala dos bispos, porque alli tinham os Arrabidos uma galeria de retratos dos prelados mais notaveis da sua ordem, ao que parece.

Conta-se que Joaquim Antonio de Aguiar, quando nomeado Provedor, ao visitar pela primeira vez aquella sala, estacou surprehendido ao vêr a longa galeria de retratos, e, exclamando: «tanto frade», mandou chamar o mestre de obras, a quem disse: «ha de tirar-me isto tudo d'aqui. Frades nem pintados[1]».

É n'esta sala e n'uma outra saleta proxima que as educandas e as empregadas recebem as suas visitas, pois de ha muito acabou o velho systema do locutorio, que alli se usava, como nos antigos conventos.

Entre a sala e o atrio acha-se um grupo de figuras de barro de tamanho natural, representando o passamento de S. Francisco, não desprovido de valor artistico. Da egreja e riquissima capella annexa dos Santos Martyres falámos já no capitulo dedicado á egreja e edificios da Santa Casa.

---

[1] São estes os retratos que se acham ao presente no escuro corredor da sacristia.

# CAPITULO IV

### Soccorros aos presos nas cadeias

Já na primeira parte d'este trabalho nos referimos ás disposições dos primitivos Compromissos da Confraria, com relação aos piedosos cuidados com os presos das cadeias.

Voltando agora a este assumpto apenas referiremos, como additamento ao que já está dito, que para a satisfação d'estes encargos levantava a Misericordia receita pelo processo das esmolas.

Foi concedido á Santa Confraria o privilegio de tirar esmolas para os presos, por alvará de 15 de fevereiro de 1499. Nomeava a Santa Casa vinte e quatro pessoas, que eram encarregadas de fazer os peditorios, e tinham os privilegios dos memposteiros dos captivos. Assim o determinava o alvará de 24 de agosto de 1540.

Incumbia portanto á Misericordia a limpeza das cadeias (decreto de 15 de abril de 1499), o sustento dos presos, a remissão dos captivos, o pagamento de dividas, de custas de processos, etc.

Era enorme o numero de presos que a esse tempo a Misericordia soccorria. Pelas *Relações dos gastos da Santa Casa* se apura qual era a importancia numerica d'esta beneficencia.

Em 1624 sustentava nas cadeias, que eram então tres, a da Côrte, a da Cidade e a do Tronco, 813 presos; soltou 422, e proveu do necessario 186 degredados.

Em 1626 havia 592 presos; foram degredados 174 e enforcados 8.

Em1701 havia 853 presos soccorridos pela Casa; foram degredados 269 e enforcados 3.

Em 1703 o numero de presos protegidos era de 1:005; foram degredados 383 e enforcados 16.

Em 1710 o numero de presos era de 953; foram degredados 321 e enforcados 7.

Em 1742 havia 2:140 presos; foram degredados 185, enforcados 12 e relaxados 10.[1]

Modernamente, em 1826, por exemplo, era o fornecimento de pão aos presos feito pela Misericordia.

Era uso antigo dar a Real Corôa meio pão a cada preso dois dias na semana, terças e sextas, ficando a cargo da Misericordia o abono de pão nos restantes cinco dias.

Em 1812 levantaram-se queixas contra o modo por que a Santa Casa cumpria este beneficio.

Havia entre os irmãos da Mesa dois, escolhidos entre todos, a que se dava o nome de *Mordomos dos presos,* aos quaes incumbia o encargo de cuidarem pela comida dos encarcerados, a qual era a esse tempo fornecida alternadamente, aos mezes, com o Estado.

Por este motivo em 1833 as cozinhas da Santa Casa preparavam, além das 800 rações diarias que se distribuiam pelas suas dependencias, nunca menos de 1:000 rações, tambem diarias, para distribuir aos presos das cadeias do Limoeiro, Castello e Belem.

Ainda por esse tempo a Misericordia pagava carceragens, promovia livramentos e agasalhos e abonava quaesquer despesas que pudessem facilitar a libertação dos presos; fornecia vestuarios, camisas aos mais necessitados, especialmente pelas festividades do Natal e Paschoa, com cerimonial, por occasião da communhão aos presos, á qual assistiam os referidos mordomos, e finalmente solicitava da piedade publica o donativo de camas e cobertores para os reclusos.

Eram pelo seguinte teor as circulares impressas pelas quaes se solicitavam donativos e esmolas para os reclusos:

Ill.mo Sñr.

«Havendo nas differentes Cadêas desta Côrte alguns Prezos, que pela sua excessiva pobreza não tem camas em que possão descançar; e sendo este afflictivo espectaculo bem digno de commover a piedosa comiseração das pessoas sensiveis, que tem por timbre acudir, e valer á humanidade gemente (virtude esta que tanto caracteriza o magnanimo coração de V. S.ª) he

---

[1] Ácerca da criminalidade e do numero de presos nas cadeias deve vêr-se a interessante noticia inserta no precioso livro de Ribeiro Guimarães, *Summario de varia historia,* vol. III, pag. 127.

pois debaixo deste ponto de vista que o Mordomo dos Prezos, abaixo assignado, se lembra respeitosamente rogar a V. S.ª a esmola de soccorrer os mesmos Prezos com as enxergas, travesseiros, e mantas, que fôr da vontade de V. S.ª, a fim de se dulcificar a sorte daquelles infelizes, victimas dos seus proprios crimes, E para que esta caritativa recepção se faça com a desejada legalidade, haverá hum Delegado, authorisado pelo mesmo Mordomo, que diariamente, desde as nove horas da manhã até ás duas da tarde, estará prompto a receber estes piedosos donativos, e delles passar os competentes recibos, em huma Casa pertencente á Misericordia, cita dentro no páteo do Limoeiro, junto á Cadêa da Côrte. O mesmo Mordomo tem a honra de participar a V. S.ª que tanto as imploradas recepções, como a sua genuina distribuição, será escrupulosamente publicada na Gazeta, tributando-se aos piedosos Bemfeitores desta Caridade Christã o mais cordeal e sincero testemunho de eterno reconhecimento.

«Deos guarde a V. S.ª Lisboa 19 de Abril de 1833.»

*O Mordomo dos Prezos.*

O decreto de 25 de novembro de 1833 mandou depois que as cadeias do estado fossem administradas por uma commissão, deixando portanto de ter ingerencia n'ellas os mordomos dos presos, e ficando apenas a cargo da Santa Casa o contribuir annualmente com a prestação de 2:400$000 réis para a ajuda do sustento dos presos (portaria de 26 de março de 1834), conservando além d'isso o custeamento dos guizamentos e missas nos oratorios das cadeias, para o que recebeu a Misericordia varios legados e testamentarias, que assim expressamente o determinam. (Portaria de 14 de abril de 1835.)

A despesa que a Misericordia de Lisboa fazia com os presos das cadeias da cidade orçava por 800$000 réis a 900$000 réis por mez, de que o mordomo dos presos apresentava conta especial. São interessantes essas contas. As verbas da despesa enumeradas n'estas contas eram: pão, azeite, lenha, hortaliças, utensilios, etc., despesas judiciaes para livramentos, custas dos autos, limpeza e guizamentos dos oratorios das cadeias, missas e despesas com os justiçados. Esta ultima verba é muito curiosa. Tomando, por exemplo, qualquer das relações das contas do mordomo, no anno de 1830, vemos que com os presos que padeceram n'uma execução gastou a Misericordia o seguinte:

| | |
|---|---|
| Seges | 21$960 |
| Copia da sentença | 2$400 |
| Missa | 480 |
| Moços | 360 |
| Homens do azul | 3$600 |
| | 28$800 |

Para os justiçados pagou o mordomo o seguinte, como consta de uma das ditas relações de gastos:

| | |
|---|---|
| Seges para 8 padres | 1$440 |
| 2 kilos de assucar | 200 |
| 1 kilo de manteiga | 240 |
| 1 almude e 2 canadas de vinho | 1$680 |
| 1 kilo de chocolate | 160 |
| 1 onça de chá | 90 |
| 2 1/2 kilos de prezunto | 500 |
| 6 gallinhas | 2$250 |
| 1/2 cento de nozes | 120 |
| 1 kilo de passas | 90 |
| 1 kilo de figos | 60 |
| 3 copos de café | 90 |
| 1/2 canada de leite | 80 |
| 1/2 quartilho de azeite | 40 |
| 2 kilos de marmelada | 320 |
| 1/2 kilo de queijo | 100 |
| 1 cento de laranjas | 50 |
| 1 panella | 60 |
| Tabaco e cigarros | 220 |
| 9 arrateis de carne de vacca a 70 réis | 630 |
| 1 1/2 canada de aguardente | 360 |
| Pão de meleças | 1$360 |
| Aluguel dos colchões e fretes | 5$100 |
| Aos guardas | 4$320 |
| Thomaz | 960 |
| Cozinheiro e ajudante | 720 |
| Porteiro | 480 |
| Moços de cozinha | 1$440 |
| 2 seges | 2$280 |
| Missa | 480 |
| Total | 25$920 |

Tambem pertencia á Misericordia o direito de interceder junto dos soberanos, pedindo commutações de pena, ou a régia clemencia de perdão para os condemnados que julgava merecedores d'estas concessões piedosas.

Ainda em 7 de abril de 1841 a Commissão administrativa da Misericordia, a que presidia o barão de Telheiras, requereu pela Semana Santa a Sua Majestade o perdão do réo Manuel Esteves, da edade de 17 annos, accusado e condemnado por crime de parricidio, havendo todos os fundamentos para o julgar innocente do crime que lhe imputavam.

# CAPITULO V

**O serviço religioso.—Os enterramentos.—A antiga casa mortuaria.**

Tendo a sua origem na piedade christã de uma princeza devota e de um frade trinitario, não podia a Santa Casa da Misericordia deixar de contar no numero dos seus encargos a sustentação do culto religioso. Para isso a dotou el-rei D. Manuel com a sumptuosa egreja que o terremoto derruiu, e mais tarde o marquez de Pombal lhe fez doação do rico e vasto templo de S. Roque.

Os proprios compromissos primitivos comminam obrigações devotas e religiosas, como são as missas, confissões e outros confortos que a religião aconselha aos enfermos, penitentes e defunctos.

A devoção de muitos dos que auxiliaram e enriqueceram a piedosa confraria com seus legados e deixas mais ainda foi avolumando de anno para anno a lista dos encargos pios que a Santa Casa, em cumprimento das disposições testamentarias d'esses generosos bemfeitores, tinha de cumprir nos seus templos e capellas.

Avultaram desde a sua primitiva fundação as missas por diversas intenções. O famoso chronista fr. Nicolau de Oliveira, que por mais de uma vez temos citado no decurso d'este despretencioso trabalho, refere-nos, na noticia interessante que no seu livro nos deixou do estado da Misericordia em 1610, que eram tantas as missas, n'esse tempo, ditas no templo da Casa, que era facil deitarem até ao meio dia. Calcula elle em numero de mais de 30:000 as que por anno se diziam, dando a Misericordia a esmola de 50 réis por cada uma aos capellães e religiosos que na egreja se apresentavam a dizel-as.

Já referimos a pag. 92 o numero de missas que se rezavam nas capellas e egrejas da casa, e em pag. 127, nota, se aponta o elevado numero de 35:241 missas que nos annos de 1719 e 1720 se diziam na Misericordia, segundo as respectivas *Relações de gastos*.

O respeito devido aos mortos, o reconhecimento perpetuo ás intenções dos generosos doadores e testadores, que desde o seculo XV ligaram o seu nome e os seus beneficios á santa instituição de fr. Miguel Contreiras, e a obrigação legal de cumprir as disposições testamentarias, taes são as razões que ainda hoje compellem a Santa Casa da Misericordia á conservação do culto, exercido por um corpo numeroso de capellães e sacerdotes de diversas graduações

Por outro lado, possuidora de um templo grandioso, um dos mais vastos e formosos de Lisboa, cheio de tradições historicas e de preciosidades archeologicas e artisticas que o recommendam até como um dos mais interessantes monumentos da grande capital, incumbe á Misericordia o sacratissimo dever de conservar esse valioso templo, com os objectos de culto que n'elle se veneram, e com as solemnidades e festividades que lhe eram privativas desde tempos remotos da nossa vida historica.

As festividades que se devem realizar na egreja de S. Roque ficaram determinadas, desde o tempo do marquez de Pombal, no aviso de 17 de novembro de 1775, completando o alvará de 31 de janeiro do mesmo anno.[1]

*

* *

Um dos serviços annexos á egreja é o dos enterramentos, ainda hoje denominado serviço de *esquife*.

Já sabemos qual a fórma antiga por que, em obediencia aos compromissos, se cumpria esta obrigação da Misericordia.

As antigas tumbas eram uma especie de macas, conduzidas por vinte e oito homens, e nas quaes se levavam a enterrar as pessoas pobres da cidade e as praças fallecidas no hospital da marinha e no castello de S. Jorge.

Os cadaveres iam para o cemiterio de Sant'Anna, junto á egreja da Pena, onde se effectuavam por anno mais de 729 enterramentos, para os quaes se abriam longas vallas, cujo custo ascendia a 285$000 e 703$000 réis.[2]

Em 1834 a Commissão administrativa observou que o enterramento dos pobres por meio de tumbas se não fazia com a conveniente decencia, e attendendo á enorme distancia a que ficavam os cemiterios resolveu estabelecer o serviço mortuario por outra fórma. Ordenou então a compra de um esquife puxado por uma parelha, a que o publico conservou o tradicional nome de *tumba da Misericordia*, acompanhado por um sacerdote e quatro moços.

---

[1] Livro IV, de *Decretos*, etc., fl. 406.

[2] Livro IX, de *Decretos*, etc., pag. 17.

A Santa Casa encarrega-se dos enterramentos de pessoas pobres quando se lhe faça a necessaria communicação com seis horas de antecedencia, e por aquelles que executa por determinação das auctoridades recebe as importancias de 1$500, quando são dentro da antiga area da cidade, e de 2$000 réis na nova circumscripção.[1]

Recentemente introduziu-se n'este serviço um melhoramento importante, exigido pelo decoro e respeito que em todos os paizes civilizados se tributa aos mortos. Determinou o actual Provedor que cessasse o antigo uso de conduzir os cadaveres empilhados na tumba, lançando-os depois, apenas envolvidos n'uma serapilheira, á valla commum. Em acta de 12 de agosto de 1899 resolveu que os cadaveres das pessoas pobres, que a Misericordia se encarrega de dar á sepultura, fossem conduzidos e soterrados dentro de caixões, cujo fornecimento contractou com uma agencia funeraria. Para complemento d'esta medida, digna dos maiores elogios, ordenou tambem a construcção de um carro funerario, elegante e severo, brazonado nas portinholas com as armas da Misericordia. Este carro, concluido em 18 de janeiro de 1900, é o que presentemente anda empregado nos enterramentos da Santa Casa.[2]

Tal é a fórma por que a Santa Casa cumpre o doloroso encargo de *enterrar os mortos,* prestando este ultimo serviço aos desvalidos que abandonam esta vida sem deixar sequer um misero espolio com que se paguem as despesas de seu enterramento.

Regula o numero de cadaveres a quem a Santa Casa presta este piedoso serviço por uns 30 a 40 por mez, concorrendo para este numero com avultado contingente o Asylo da Mendicidade.

Outro annexo do serviço dos enterramentos era a casa mortuaria, estabelecida no n.º 19 da calçada da Gloria, nas dependencias do edificio, e onde se recebiam os cadaveres dos fallecidos por accidente nas ruas e recolhidos pela policia. Assim se praticou desde 1888. Em 1890, porém, tendo sido para alli levado um cadaver de um varioloso, a Mesa resolveu não mais admittir na sua casa mortuaria cadaver algum n'estas condições, attendendo a que o Municipio tem para esse fim casas adequadas em cemiterios da cidade, e assim se poupariam os perigos de contagiosa propagação de doenças perigosas em tão populoso asylo de creanças e adultos.

---

[1] Officio ao Governador civil de Lisboa, de 5 de agosto de 1899.

[2] *Actas* de 5 de agosto de 1899 e 18 de janeiro de 1900.

# CAPITULO VI

**Esmolas e beneficencias diversas.— Os legados.— As ordinarias.— Os dotes.— Os subsidios mensaes para rendas de casas.— A antiga bomba de incendios.**

Sob a denominação geral que encabeça este capitulo se comprehendem diversos artigos da despesa, ácerca dos quaes e ordenadamente daremos uma succinta noticia. São esses artigos:

1.º Os legados a diversas pessoas e corporações;
2.º As ordinarias ás antigas visitadas;
3.º Os dotes a orfãs;
4.º As esmolas diversas e cartas de guia;
5.º As congruas de capellas.

## I

Os *legados*, que a Misericordia tem de satisfazer annualmente, são originarios de encargos impostos pelas diversas testamentarias com que a Santa Casa tem sido contemplada desde a sua primitiva fundação. Muitos são ainda hoje esses legados, apesar de ter sido muito maior o numero dos que teem caducado, quer pela morte ou desapparecimento das pessoas e corporações que a taes legados tinham direito, quer por commutações ou leis especiaes que vieram desobrigar a Misericordia de Lisboa de semelhantes encargos.

## II

Sob a designação de *ordinarias ás antigas visitadas* se satisfazem a um certo numero de pobres as pensões trimestraes de 1$240 réis cada uma ás antigas subsidiadas das visitas, caducando esta pensão por obito das que ainda hoje existem contempladas com tal beneficencia. Segundo se vê pelo mappa geral da despesa da Misericordia, despendem-se annualmente n'este ramo de esmolas 478$754 réis.

## III

Os *dotes* que a Misericordia presentemente concede a raparigas orfãs são um encargo da disposição testamentaria de diversos doadores e testadores. El-rei D. Manuel, a infanta D. Maria e a rainha D. Catharina, el-rei D. Pedro II, Affonso Dias de Medina, a condessa de Portalegre, D. Antonia da Costa, João Rodrigues de Novaes e sua mulher D. Maria de Almeida, Domingos Ferreira Souto e outros deixaram á Misericordia verbas expressamente destinadas para dotes.

Estes dotes são concedidos a raparigas orfãs de pae, de 14 a 29 annos, residentes nas freguezias de Lisboa e seu termo, mediante a apresentação de attestados em que provem a sua pobreza e honestidade.

Antigamente, por um errado e lamentavel criterio não se admittiam a este concurso para a obtenção dos dotes as expostas da Misericordia de Lisboa! Cruel contrasenso, que excluia as filhas da casa, as verdadeiras orfãs, para conceder esse beneficio a outras desvalidas. Remediou-se depois esta injustiça; admittiram-se ao concurso as expostas residentes em Lisboa, e por fim, em virtude da deliberação de 22 de maio de 1878, acceitam-se ao concurso todas as expostas da casa, seja qual fôr a sua residencia. As orfãs do Recolhimento teem, pela organização primordial d'aquelle instituto, e pelos preceitos do seu regimento, direito a dotes de cem mil réis quando se casam.

Além dos dotes de 100$000 réis e de 80$000 réis tambem se distribuem, por especial determinação da rainha D. Catharina, dotes de 30$000 réis ás orfãs de Alemquer, Cintra, Faro, Silves, Merceana e Obidos; quatro dotes de 40$000 réis ás orfãs de Alemquer e Ourem, pela testamentaria de João Rodrigues de Novaes, e dois de 50$000 réis a orfãs da freguezia de S. Julião, da testamentaria de Domingos Ferreira Souto.

O numero de dotes a conceder annualmente foi limitado pelo alvará de 31 de janeiro de 1775 na quantia total maxima de 6:800$000 réis. Como, porém, ha todos os annos muitas orfãs dotadas, que por não casarem perdem

o direito ao dote, concessão que só é valida por tres annos consecutivos ao do despacho, tem sido annualmente provido muito maior numero de orfãs, porque se conta com aquelles dotes perdidos nos annos anteriores. Ainda no anno de 1895–1896 o numero de dotes pagos foi de 152 e em 1896–1897 importaram em 11:830$000 réis.

A distribuição annual de dotes é feita segundo o seguinte quadro, estabelecido no alvará de 31 de janeiro de 1775: 10 dotes de 100$000 réis; 134 de 80$000 réis; 4 de 40$000 réis ás orfãs de Alemquer e Ourem, e 4 de 30$000 réis ás orfãs de Alemquer, Obidos, Cintra, Silves, Faro e Aldegallega da Merceana.

Segundo o que dispunham as indulgencias e perdões concedidos em 1690 pelo Papa Paulo III, as raparigas dotadas casavam na egreja da Santa Casa. Recentemente, porém, por deliberação do adjuncto Jorge Camelier, servindo de Provedor, ficou sendo permittido que casem em qualquer freguezia, mediante prévia licença patriarchal.

Ha tambem noticia de que em 1812, a pedido do bispo patriarcha, se concederam varios dotes de 80$000 réis a orfãs de Leiria, Alcobaça, Redinha e Pombal, a fim de restituir aos seus lares as familias d'aquellas terras que haviam ficado quasi despovoadas em razão das invasões francezas.

Antigamente, antes de 1775, o concurso de dotes, segundo o Compromisso, estava regulado da seguinte maneira, que é deveras curiosa:

Classificavam-se as requerentes em cinco grupos, assim denominados:

Formosa, muito bem parecida, bem parecida, de bastante parecer e de ordinario parecer.

Comquanto os diversos testadores tivessem designado as condições de preferencia, o espirito que sempre predominou na escolha das dotadas foi que se preferissem em primeiro logar as orfãs do Recolhimento, por serem verdadeiramente filhas da Casa; em segundo logar as mais virtuosas e mais desamparadas, e em terceiro as filhas dos irmãos.

Comtudo o conde de Val de Reis sinceramente confessa no seu livro que o abuso das recommendações e a influencia dos patrocinios sempre fez esquecer estes sabios e justiceiros dictames.

## IV

É grande o numero de pobres soccorridos com *esmolas*, além das que já se acham incluidas no artigo dos legados, por serem dadas por disposição especial de varios testadores. Muitas outras, porém, se distribuem, tambem provenientes de legados de muitos e diversos bemfeitores que não especificaram nos seus testamentos a fórma ou qualidade da esmola ou do agraciado.

Entre estas esmolas avultam as que se concedem pela semana santa de cada anno, de diversos padrões, de 5$000, 2$500, 1$500, 1$000, 500 réis. Além d'estas ha muitas outras que se concedem mensalmente, durante um ou mais mezes, e as de 100 réis com que se auxiliam os pobres que veem acompanhados de carta de guia de qualquer outra Misericordia do reino.

No anno de 1898, pela semana santa, distribuiram-se 1:865 esmolas, sendo:

| | | |
|---|---|---|
| 3 | de 5$000 | 15$000 |
| 46 | de 2$500 | 115$000 |
| 113 | de 2$000 | 226$000 |
| 113 | de 1$500 | 169$500 |
| 634 | de 1$000 | 634$000 |
| 956 | de 500 | 478$000 |
| 1.865 | | 1:637$500 |

Além das que determinam as obrigações testamentarias, e fóra as que mensalmente se abonam, as quaes orçaram em todo o anno economico de 1897–1898 por 1:311$765 réis, o que perfaz um total de 2:949$265 réis distribuidos em esmolas avulso, no decurso de um anno, desde julho de 1897 a junho de 1898.

## V

N'este capitulo de despesa, intitulada *Legados e outros encargos*, se incluem tambem as *congruas* de varias capellas, que constituem encargos testamentarios de alguns testadores.

Estas capellas são: tres instituidas no antigo convento do Crucifixo pela rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e sua filha a infanta D. Isabel Luiza Josepha; uma em S. João Baptista do Carrascal, de Villa Viçosa, instituida pela condessa das Galvêas, D. Ignez; e uma ambulatoria, instituida por D. Genoveva Escholastica Dias Santos.

*
* *

É de recente data a concessão dos subsidios para rendas de casas. Começaram no anno economico de 1876–1877, por iniciativa do Provedor marquez de Rio Maior, em virtude da portaria de 18 de fevereiro de 1876.

No relatorio d'este anno diz-se o seguinte ácerca d'esta nova beneficencia:

«Cumpre-nos agora informar V. Ex.ª sobre o uso da auctorização con-

cedida pelo governo para a Santa Casa poder dar esmolas a titulo de auxilio de renda de casas, e que tão bem recebido foi pela opinião publica da capital.

«Segundo o ultimo relatorio do nosso inspector geral, encontrámos nos 310 individuos subsidiados, dos quaes 227 teem mais de sessenta annos, 13 homens e 297 mulheres, dividindo-se quanto ao seu estado em 49 solteiras, 91 casadas e 170 viuvas, e d'esta população existem 193 doentes, sendo alguns entrevados. A maior parte d'estes soccorridos, excessivamente pobres, não vive em casa propria, e paga aluguel de quartos em domicilio alheio; outros estão em companhia de suas familias, achando-se 35 completamente sós, e explica-se a notada tendencia da maioria em buscar nas familias extranhas companheiros para a vida commum, no preço excessivo das habitações, que, apesar do auxilio pecuniario da Misericordia, não lhes permitte pagarem elles separadamente a sua mais do que modesta residencia.

«As condições hygienicas das casas podem classificar-se da fórma seguinte: são 119 consideradas boas, 175 soffriveis e 16 más.

«Do que fica exposto conhece V. Ex.ª a applicação dada pela Mesa a este subsidio de 1$000 réis mensaes, que na totalidade importou, como se vê da conta da despesa, em 3:708$865 réis, e que fundadamente podemos affirmar foi distribuido a pessoas de moralidade e pobreza reconhecida, havendo cada semestre nova informação, para nos podermos certificar continuarem ainda as causas que motivaram a caridade da Santa Casa. Desgraçadamente longe estamos de poder attender a todos os infelizes, e preoccupam-nos os muitissimos requerimentos esperados, chamando a nossa particular solicitude a triste sorte d'estas miseras familias, precursoras do pauperismo, que já *arrebanhadas* vegetam em estreitos e escuros antros, expulsas dos antigos lares pela conveniencia das modernas construcções e pelo alto preço das rendas das casas, tão superior aos seus parcos haveres.»[1]

Este serviço, primeiro regulado em 18 de março de 1878, foi modificado pela deliberação de 2 de junho de 1882 e portaria de 18 de fevereiro de 1886, elevando-se o quadro, que antes era de 200, ao numero de 400 subsidiadas, com o subsidio mensal de 1$500 réis, pago nos dias 20 e 21 de cada mez.

*
* *

Um outro serviço que a Santa Casa havia organizado, não podemos precisar desde quando, mas que existia ao certo em 1788, era o de uma bomba de incendios, servida por 16 homens, que venciam 100 réis cada um em cada

[1] *Relatorio* de 1876-1877.

noite ou dia em que a bomba acudia a algum incendio. O signal era dado pelo toque dos sinos das egrejas. Logo depois elevou-se o salario d'estes homens a 300 réis.

Quando, porém, a Camara municipal organizou o serviço de incendios, a bomba da Santa Casa passou a ser apenas destinada a acudir a algum incendio que pudessse occorrer nos seus edificios.

A Commissão administrativa acabou por fim com este serviço, ordenando que fosse vendida em 1842.

---

# CAPITULO VII

**Os doentes soccorridos com medico e botica. — Relação chronologica dos facultativos que serviram a Santa Casa desde 1757.**

Desde os remotos tempos da sua fundação, tempos em que as sciencias medicas andavam envolvidas nas faixas infantis, prescreviam os primeiros *compromissos* da famosa confraria instituida por D. Leonor, entre as variadas praticas de bem fazer, a obrigação de assistir aos enfermos com o conselho dos *fisicos,* enfermeiros, medicamentos e dietas.

O mais antigo compromisso da irmandade, que hoje se conhece, dado por el-rei D. Manuel em 1516, ao indicar as obras de misericordia cuja pratica impunha aos confrades d'esta benemerita sociedade christã, aponta em segundo logar o dever de curar os enfermos. E no capitulo VII, intitulado «*De como ham de visitar os doentes*», preceitua nos termos seguintes o modo por que n'aquelle tempo se cumpria esta obra de misericordia:

«Outros dois conselheiros... teram carrego de visitar os doemtes pobres assy presos da cidade e visitalos com mezinhas, vestidos, camas e pousadaas, segundo lhees parecer que ho ham mister e pello proueador lhe for ordenado e assy pello fisico da cõfraria dos quaes ysso mesmo faram quaderno pera sua alembrança.»

Identicamente regulava o compromisso de 1618 estas obrigações da Confraria, que se extendiam aos presos das cadeias nas suas enfermidades. O padre Nicolau de Oliveira, escriptor coevo, descrevendo as beneficencias da Santa Casa, dizia, com respeito á assistencia medica que ella exercia, o seguinte:

«Aos doentes dão fisico e sangrador e botica e gallinha, frango, carneiro e dieta todos os dias, conforme a receita.»

Das relações dos gastos da Misericordia, que então se publicavam annualmente, consta que, por exemplo, no anno de 1610 a 1611, a santa confraria tratou nas duas enfermarias do Hospital de Sant'Anna, bem como no Hospital dos incuraveis de Nossa Senhora do Amparo, que existia junto ao de Todos os Santos, debaixo dos arcos do Rocio, e que era custeado pela Casa, ao todo 120 enfermos, aos quaes se deram camas e vestidos, e tudo mais de que necessitavam, o que custou 1:863 cruzados. Além d'isto deu curativo, vestuario e mantimentos a 48 enfermos pobres, no que dispendeu ao todo 215 cruzados.

Por estes elementos historicos, embora escassos, bem como pelo facto de quasi todas as Misericordias do reino, incluindo a de Lisboa, terem tido ou conservarem ainda hoje debaixo da sua superintendencia, tutela e administração os hospitaes civis das localidades, se infere como necessario e justificado corollario a asserção de que a assistencia medica aos pobres enfermos foi sempre uma das obrigações privativas mais geralmente assignaladas da caritativa instituição das Misericordias, origem e eixo primario de toda a beneficencia publica portugueza.

Á Misericordia de Lisboa esteve, como dissemos, durante seculos, adstricta a gerencia e administração superior do Hospital Real, primeiro denominado de Todos os Santos e depois de S. José.

Mas além d'estes encargos puramente hospitalares, aos quaes accrescentaremos ainda a enfermaria dos incuraveis do Amparo, a que n'outro capitulo nos referimos já, apparecem-nos os encargos de assistencia medica, que designaremos pelo nome de soccorros domiciliarios e de consulta, com que a Misericordia de Lisboa beneficia não só os seus expostos e tutelados que residem nos edificios e dependencias, como tambem as creanças a quem dá subsidio de amammentação, as mães d'esses pensionistas, os expostos e respectivas amas, residentes em varios concelhos do paiz, e ainda um grande numero de individuos que pela sua pobreza recorrem a este soccorro da Santa Casa, e são ainda hoje designados alli com o nome de *visitadas* ou *visitados*. Este era o termo com que nos primitivos tempos do piedoso instituto se denominavam as viuvas pobres que recebiam a *visita* dos officiaes da Confraria, que lhes levavam os subsidios e confortos com que a Misericordia as soccorria.

Dos primitivos serviços clinicos da Misericordia não se encontram noticias nos escassos documentos que nos restam anteriores ao terremoto. Apenas um alvará de 4 de maio de 1562 determina que o physico da Misericordia tenha de esmola 12$000 réis por anno, além do ordenado.

Apenas se pode conjecturar que só no seculo XVIII, depois das grandes reformas pombalinas, se organizou o serviço clinico, havendo desde então, além do facultativo interno dos expostos, logar creado por alvará de 13 de março de 1787, um corpo de facultativos encarregado do serviço externo, isto é, de visitar e tratar os enfermos pobres da cidade, para o que foi a area d'esta dividida em tres districtos, ou *visitas,* servidos por tres medicos, tres cirurgiões e tres sangradores. Estas tres *visitas* denominavam-se de Santa Cruz, de Nossa Senhora e de Santa Catharina.

As pessoas soccorridas por este pessoal clinico denominavam-se *visitadas ordinarias,* para se distinguirem de outras classes de visitadas que recebiam esmolas especiaes com que as havia dotado a generosidade de diversos bemfeitores.

Segundo a mais antiga organização as *visitadas* dividiam-se em quatro classes, a saber:

1.ª Visitadas ordinarias;
2.ª Visitadas da Cruz;
3.ª Visitadas da Costa;
4.ª Visitadas de Souto.

As *visitadas ordinarias,* ou *do numero,* eram 400, numero que mais tarde, por falta de recursos, foi reduzido a 200. As que tinham filhos recebiam 200 réis por mez e mais 100 réis por cada filho que tivessem; as que os não tinham recebiam 300 réis por mez; as filhas de Irmãos tinham 400 réis e as viuvas de Irmãos 500 réis. Quando adoeciam eram providas de medico, cirurgião, sangrador, botica e certa quantia em dinheiro, pago ás semanas, a que chamavam *piedades,* receitada tambem pelo medico, e variavel desde 240 a 720 réis por semana, e que especialmente se lhes prescrevia quando necessitavam de tomar caldos de frango ou leites. Não os tomando recebiam apenas 240 réis semanaes.

A segunda classe das *visitadas* ou *visitadas da Cruz* comprehendia as cegas e entrevadas, contempladas com legados especiaes, pelos quaes recebiam a ordinaria de 600 réis mensaes, com as mesmas *piedades.* Eram em numero de 200.

Pertenciam á terceira classe, *visitadas da Costa,* cegos, coxos e aleijados, que em virtude das disposições testamentarias do benemerito Manuel Rodrigues da Costa recebiam na noite de Natal uma esmola de 6$000 réis cada um. Eram em numero de 120.

Á quarta classe, finalmente, das *visitadas do Souto,* pertenciam 16 pobres moradores na freguezia de S. Julião, que recebiam 12$000 réis annuaes, sem direito a nenhum outro beneficio. São as que ainda hoje recebem sob a denominação de *antigas visitadas.*

Assim nol-as descreve o conde de Val de Reis nos seus livros de *Instrucções para o governo da Santa Casa,* tomo III, fl. 108 ✝.

Estas visitadas da Misericordia, classificadas como pessoas pobres, gosavam do privilegio de serem isentas de pagar para a limpeza da cidade, privilegio que lhes concedia o alvará de 31 de março de 1596.[1]

O alvará de 31 de janeiro de 1775[2] destinou para as visitadas a quantia de 2:000$000 réis, ordenando que ellas ficassem reduzidas a um certo numero, até onde comportasse aquella quantia, sendo a cada uma d'ellas arbitrada uma esmola egual, sem distincção de serem de um ou de outro testador. É por isto que provavelmente se fixou a ordinaria das visitadas em 4$960 réis por anno, quantia que cabe na divisão dos 2:000$000 réis pelas 400 visitadas. Esta pratica se observou até meados do seculo XIX, sendo providas 400 visitadas com a referida ordinaria de 4$960 réis annuaes, e com os soccorros de medico, cirurgião e botica, e com dieta nos casos de doença.

Esta dieta não passava ordinariamente de oito dias, e compunha-se de um arratel de carne por dia, paga pelo preço por que a casa o pagava aos seus fornecedores. Era concedida por despacho da Administração, requerendo-a as visitadas, com attestado do seu facultativo, mostrando a necessidade d'ella. Não se costumava conceder segunda dieta senão tres mezes depois da data do despacho da primeira.

N'estas antigas disposições da beneficencia da Confraria da Misericordia estão a vêr-se esboçadas as tabellas dos soccorros pecuniarios das modernas associações de soccorro mutuo.

As visitadas estavam, como dissemos, distribuidas pelas tres *visitas,* ou districtos, as quaes comprehendiam:

A visita de Santa Cruz: as freguezias de Santo André, Beato, S. Christovão, Santa Cruz do Castello, Santa Engracia, Santo Estevão, S. João da Praça, S. Lourenço, Magdalena, Santa Marinha, S. Martinho, S. Miguel, Santa Maria dos Olivaes, Salvador, Sé, S. Thiago, S. Thomé e S. Vicente.

A visita de Santa Catharina: as freguezias de Santa Catharina, Ajuda, Encarnação, Santa Isabel, Lapa, S. Mamede, Martyres, Mercês, S. Paulo, S. Pedro em Alcantara, Sacramento, Santos-o-Velho e Santa Maria de Belem.

A visita de Nossa Senhora: as freguezias dos Anjos, Bemfica, Campo Grande, Conceição Nova, Coração de Jesus, S. Jorge, S. José, S. Julião, Santa Justa, S. Nicolau, Pena, Soccorro e S. Sebastião da Pedreira.

Pelos antigos usos nem os facultativos nem os outros servidores da casa eram obrigados a sahir as portas da cidade em serviço.

---

[1] *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* tomo XI, pag. 237, nota.

[2] *Decretos, auisos e ordens,* liv. IV, fl. 218.

Em cada uma das visitas havia um medico e um cirurgião, com vencimentos differentes, e com accesso de umas para outras, como se vê nas notas ácerca dos facultativos da Santa Casa, com que fechamos o presente capitulo.

Tal é a organização que encontramos nos livros de 1770 e 1780.

Modernamente, porém, transformou-se o plano d'este serviço, que nos documentos officiaes se ficou denominando *Serviço clinico das visitadas e expostos*. O decreto regulamentar de 1863 e posteriormente o regulamento de 29 de janeiro de 1874 estabeleceram-no sob novas bases.

Actualmente, e ainda em harmonia com aquellas providencias administrativas, o serviço clinico estabelecido e sustentado pela Santa Casa da Misericordia comprehende tres ramos bem distinctos, a saber:

1.º O tratamento dos expostos, orfãs, invalidos, asylados e pessoal, residentes no edificio e suas dependencias, ao qual anda ligado o da vaccinação das creanças;

2.º O serviço das visitas aos enfermos pobres providos de diploma especial, ás creanças subsidiadas pela Misericordia e ás mães d'estes pensionistas;

3.º O tratamento dos expostos entregues a amas residentes em diversas terras do reino, onde elles existem em maior numero.

O serviço interno está confiado a dois clinicos, encarregados de passar visita nas enfermarias dos estabelecimentos da Santa Casa e de tratar os individuos n'elles domiciliados. Para se poder avaliar summariamente este serviço relataremos que no anno de 1899–1900, a que se refere a ultima estatistica publicada, transitaram pelas enfermarias 201 doentes, dos quaes falleceram 36 e ficaram curados 140. Os relatorios annuaes publicam o quadro nosologico das enfermidades que alli foram tratadas.

A um dos facultativos internos compete o serviço da vaccinação das creanças.

Ultimamente, em deliberação de 7 de janeiro de 1899, nomeou a Provedoria um medico, incumbido do serviço odontalgico dos tutelados da Santa Casa existentes no Hospital dos expostos, no Amparo e no Recolhimento, e em 1901 estabeleceu o respectivo posto odontalgico, ou consultorio dentario, dentro do edificio, fornecido de todo o material indispensavel.

Para o serviço clinico domiciliario e de consultas era a area da cidade dividida em doze districtos clinicos, cada um d'elles entregue ao cuidado de um facultativo effectivo, e servido por um visitador. Cabia a estes facultativos a obrigação de dar consulta duas vezes por semana, em local e hora determinados, e de visitar no domicilio todos os expostos, creanças soccorridas com subsidio de amammentação, as respectivas mães e todo e qualquer enfermo a quem a Provedoria tivesse passado diploma de visitado.

Substituem estes effectivos um corpo de facultativos supranumerarios, que servem por turnos de trinta dias, gratuitamente, e de entre os quaes, por ordem de antiguidade ou de serviços prestados, se effectua a promoção aos logares effectivos.

Fóra ainda, porém, da area da cidade creou a Misericordia, posteriormente, dois novos districtos, destinados a soccorrer com a assistencia medica as creanças subsidiadas e respectivas mães residentes nos arrabaldes da cidade. Estas duas areas, designadas officialmente por *A* e *B*, comprehendiam a primeira os sitios do Beato, Olivaes e Sacavem, e a segunda os de Bemfica, Campo Grande, Lumiar, Ameixoeira e Charneca.

Recentemente esta organização de serviços clinicos domiciliarios e de consulta foi completamente remodelada pelas deliberações de 7 de junho e 6 de dezembro de 1900.

Foi a area da cidade e seus arrabaldes dividida em sete zonas ou circumscripções, em cada uma das quaes ha todos os dias não sanctificados consulta medica das 9 ás 10 horas da manhã.

As consultas passaram a ser dadas todas em casas proprias da Misericordia, nos seguintes postos: n.º 1 no edificio, calçada da Gloria; n.º 2 na casa do antigo convento dos Barbadinhos, á Esperança[1]; n.º 3 no Campo de Santa Clara[2]; n.º 4 no convento de Santa Joanna[3], e n.º 5 na rua da Junqueira, 17 [4].

A todos os doentes assim tratados pelos clinicos da Misericordia, em harmonia com os regulamentos que citámos, proporciona ella em pharmacias fornecedoras, cujo numero actualmente ascende a mais de 70 os medicamentos de que carecem e que lhes são receitados pelos facultativos segundo o formulario elaborado em 1890 por uma commissão medica, para esse fim nomeada pela Provedoria, composta dos srs. drs. Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão e Alfredo Luiz Lopes e pharmaceutico Joaquim Urbano da Veiga; foi approvado em 8 de novembro de 1890 e reimpresso em 1895.

Este formulario foi novamente remodelado e reimpresso em 1902.

Finalmente ainda em diversos concelhos e terras do reino, onde mais abundam as amas que veem a Lisboa buscar os expostos para os ter a seu cargo, estabeleceu a Provedoria partidos medicos para tratamento d'esses expostos e de suas amas. Teve a Misericordia de Lisboa medicos seus nas seguintes localidades: Villa Nova de Ourem, Freixianda, Pombal, Louriçal e Marinha Grande.

---

[1] Obras de reparação em 1899; aberto em 2 de julho de 1900.

[2] Resoluções de 23 de novembro e de 14 dezembro de 1899.

[3] Obras de reparação em 1898; aberto em 2 de julho de 1900.

[4] Aberto em 3 de agosto de 1900.

Ultimamente, por deliberação de 12 de julho de 1900, reduziu a Administração da Misericordia a area da população dos expostos entregues a amas ás tres circumscripções seguintes:

1.ª Leiria, comprehendendo Leiria, Batalha e Porto de Mós, com um facultativo;

2.ª Pombal, com outro facultativo;

3.ª Ourem, tambem com um clinico.

Por esta reducção da area da Inspecção dos expostos ficaram supprimidas as circumscripções clinicas da Marinha Grande, Louriçal e Freixianda.

Aos doentes soccorridos pela Santa Casa fornece esta tambem senhas para banhos medicinaes, que lhes são ministrados actualmente no estabelecimento hydrotherapico do Hospital de Rilhafolles.

Desde mui remotos tempos era uso da Santa Casa enviar todos os annos ás Caldas da Rainha os doentes pobres que os cirurgiões e medicos das visitas declaravam d'elles precisar. Encontramos noticia curiosa do modo como era feito o transporte dos enfermos, a que nos livros e documentos antigos se dá o nome de *Conductas das Caldas*.

Eram estas levas de doentes compostas ordinariamente de enfermos que se haviam tratado nas enfermarias dos hospitaes, ou que se apresentavam a uma junta de tres medicos e tres cirurgiões, perante o escrivão da Mesa, e aos quaes se preceituavam aquelles banhos thermaes.

Sahiam as levas nos mezes de julho e agosto; embarcavam no Caes das Columnas, singrando rio acima até Villa Franca, d'onde seguiam em carros puxados por grande numero de juntas de bois pela Otta, Cercal, Seixeira e Caldas, convenientemente acompanhados por soldados de cavallaria. No Cercal havia uma albergaria onde pernoitavam, e que, segundo notas da Casa, ainda foi concertada em 1840.

Levava uns cinco dias esta jornada, havendo conductas de 164 doentes, puxados por trinta juntas de bois.

Era tão consideravel o numero de doentes, que d'esta fórma concorria ás thermas das Caldas, que em 1775 o providente marquez de Pombal, que a tudo acudia com as suas inexgottaveis determinações, ordenou que fosse nomeada uma commissão para estudar uma tabella das doenças que careciam do uso d'aquellas aguas, a fim de se evitar o deploravel abuso de serem para alli enviados muitos doentes que só lá iam procurar a morte. (Aviso de 27 de abril de 1775.)

Apesar d'isto, porém, as conductas continuaram a ser avultadas, realizando-se duas cada anno.

Em 1776 levaram as duas conductas 198 doentes, 303 em 1777 e 435 em 1778. Dispendia a Casa annualmente n'este serviço das conductas 1:200$000

réis ou 1:400$000 réis, contribuindo para ellas Sua Majestade com 300$000 réis.

Possuia tambem antigamente a Casa da Misericordia os banhos sulfureos de S. Paulo, depois cedidos a um concessionario.

A população dos districtos clinicos da capital compõe-se, além dos indigentes que teem diplomas permanentes e cujo numero se eleva a 644, de outros providos com diplomas provisorios (mais de 1:105), dos expostos em numero de 83, das creanças pobres, com subsidio de lactação, em numero de 4:375, e das mães d'estes pensionistas.[1]

Além d'este beneficio de medicamentos com que a Santa Casa soccorre os enfermos indigentes por ella directamente tratados, ampara tambem com subsidios pecuniarios diversas instituições de beneficencia, que contam entre as suas attribuições a de tratar doentes pobres. Teem estes subsidios o titulo de *auxilios para medicamentos.*

Os institutos contemplados são: a Irmandade de Nossa Senhora das Dôres e Santissimo Coração de Jesus, para pobres das freguezias de Belem e Ajuda, soccorrida com 30$000 réis annuaes, por deliberação de 20 de maio de 1892; o hospital de Santo Antonio, na rua da Santissima Trindade, com 30$000 réis annuaes, por deliberação de 25 de janeiro de 1897; o Asylo do Bom Pastor, com 30$000 réis; as irmãsinhas dos pobres, do Asylo de S. Patricio, com 40$000 réis; o Asylo para educação de costureiras e creadas de servir com 60$000 réis, e as irmãs hospitaleiras franciscanas portuguezas com 100$000 réis annuaes, pela deliberação de 11 de abril de 1891.

Não se limita, porém, a acção caridosa da Misericordia para com os seus numerosos tutelados a subministrar-lhes medico, enfermeiro, medicamentos e dieta nas suas enfermidades agudas. De ha muito que, attendendo aos conselhos medicos, proporciona a Santa Casa aos expostos residentes no edificio uma temporada de ares de campo em uma casa alugada fóra da cidade. Durante muitos annos foram para Almada, de onde vinham tomar banho no rio, na praia do Alfeite. N'estes ultimos annos, porém, foram para Paço de Arcos e para Caxias (convento da Cartuxa), tornando-se extensiva esta salutar providencia ás orfãs do Recolhimento de S. Pedro de Alcantara, que antes iam durante as férias para casa de suas familias.

Na verdade contrapôr ás más condições de um vasto edificio, situado no centro de uma grande cidade, onde se respira o ar viciado e repleto dos mais variados microbios, uma estação de campo ou de beira-mar, onde a atmosphera conserva toda a sua pureza, é nada menos do que regenerar a infancia, evitando os males da escrofula, da tisica, da anemia; é fortalecer e ro-

---

[1] Estes numeros são os do *Relatorio* de 1899-1900.

bustecer os adolescentes, tornando-os aptos para o trabalho, para os rudes misteres da vida.

A *Medicina contemporanea,* n.º 41, de 9 de outubro ultimo, em artigo assignado pelas iniciaes A. A., diz constar-lhe que em Lisboa se está formando um grupo ou sociedade de caritativas almas, com o fim de facultar gratuitamente banhos hygienicos a creanças pobres. Louva o articulista tão generosa iniciativa, preconizando as indiscutiveis vantagens que as creanças auferem de uma permanencia de dois a tres mezes nas estancias do campo ou da beira-mar, restaurando as suas forças pelo repouso, ar puro, acção tonica dos banhos, exercicio moderado e alimentação sadia. Cita a pratica, tão geralmente estabelecida no extrangeiro, das colonias do campo e beira-mar, para as quaes se levam as creanças de oito a doze annos, recrutadas entre as mais fracas e anemicas das escolas, conservando-as por duas, tres ou quatro semanas nos sanatorios.

Effectivamente assim se pratica na Inglaterra e na Allemanha; e na França um grupo caritativo de bondosas senhoras fundou a *obra nacional dos hospitaes maritimos,* que tem fundado pelas costas oceanicas e mediterraneas d'aquelle paiz muitos sanatorios ou hospicios, por onde se distribuem, segundo as suas especiaes condições, as creanças mais ou menos affectadas de males que lhes contaminam o organismo.

N'esses hospicios, como são, para citar alguns, os de Berck, Arcachon, Cabo Breton e Pen Bron, no Altantico, e os de Nice, Cette e Cannes no Mediterraneo, teem recebido novo alento e recobrado a saude muitos milhares de creanças escrofulosas e rachiticas.

A acção regeneradora da atmosphera maritima é rapida e poderosa. A sua avaliação faz-se pesando as creanças antes e depois da sua permanencia no sanatorio. Sabe-se que o augmento de peso medio das creanças de sete a nove annos regula por 500 grammas em tres mezes. Pois nos sanatorios maritimos tem-se obtido resultados que variam entre um augmento de peso de 3:900 grammas ao de 1:500 grammas.

Entre nós pouco ou nada se tem feito subordinado a estes principios, ou o pouco que se faz não tem tido a devida publicidade. Apenas do salutar exemplo dado pela Misericordia de Lisboa o referido articulista da *Medicina contemporanea* diz ter colhido alguns dados positivos, por meio de pesagens, referentes aos expostos que nos annos de 1894 a 1896 estiveram no campo (Almada) durante um periodo de dois a tres mezes. Encontrou em 50 pesagens, que realizou, um augmento de peso medio de 1:500 grammas.

A insufficiencia, porém, das habitações em que se teem albergado os tutelados da Misericordia não permitte que os resultados sejam tão rapidos e excellentes como os que se observam nos magnificos hospicios maritimos da

França, da Inglaterra, da Hollanda e da Italia. Por isso a actual administração da Misericordia tem feito diligencias para obter um edificio adequado a este utilissimo fim, reunindo todas as condições desejaveis para n'elle albergar durante os mezes de verão os expostos e as orfãs da Casa.

Foi proposta esta idéa na consulta relativa á celebração do centenario da Misericordia, e ultimamente levada a effeito pela acquisição de um predio e parte da antiga quinta da Arriaga, em Oeiras, proximo da estação de caminho de ferro.

Deve registar-se que já em 1886, em consulta de 9 de outubro, pedia a Mesa da Misericordia auctorização para mandar construir na costa de Caparica uma tenda barraca, para tratamento das creanças escrofulosas que se achavam sob a tutela da Santa Casa.

*

* *

A titulo de curiosidade subsidiaria para os annaes da medicina em Portugal apresentaremos o seguinte indice chronologico dos facultativos que serviram a Misericordia, desde a epocha em que os livros e documentos existentes nos podem fornecer algumas escassas indicações a tal respeito.

## Seculo XVIII

1.— **João Xavier Nogueira.**—Nomeado medico da visita de Santa Cruz em 1757, com 27$000 réis annuaes. Havia então tres medicos e tres cirurgiões nas tres visitas de que já falámos. Falleceu em 1790.

2.— **João Nogueira da Costa.**—Nomeado medico da visita de Nossa Senhora em 1757, com 27$000 réis.

3.— **João Carvalho de Moraes.**—Cirurgião do Hospital de Todos os Santos desde 1744 e algebrista. Provido no logar de cirurgião da visita de Santa Cruz em 5 de outubro de 1757, com 20$000 réis.

4.— **Caetano José Baptista.**—Provido no logar de cirurgião da visita de Santa Catharina em 1 de setembro de 1764, com 10$000 réis.

5.— **Bernardo dos Santos Gomes Monteiro.** (Cirurgião e lente de cirurgia.)—Nomeado cirurgião da visita de Santa Catharina em 1773. Em 1774 passou a cirurgião do banco do Hospital de Todos os Santos, e em 1785 a cirurgião dos males, sendo nomeado lente em 6 de fe-

vereiro de 1793. Como cirurgião do hospital vencia 48$000 réis, 42 alqueires de trigo e uma ração diaria de 1 1/2 arratel de carne. Falleceu em 17 de junho de 1803.

6.—**Paulo de Faria.**—Provido em 1764. Serviu na visita de Santa Cruz desde 1773. Falleceu em 30 de abril de 1807.

7.—**Dr. Jeronymo de Sousa Pinto.**—Provido em 1770 no logar de medico. Passou em 1776 para o hospital real, com 200$000 réis. Foi aposentado em setembro de 1791 com 75$000 réis, e falleceu em 10 de outubro de 1806.

8.—**Dr. José Manuel Bonarola.**—Provido em 1762, serviu na visita de Nossa Senhora em 1770 e despediu-se depois do serviço da Santa Casa.

9.—**Dr. Francisco José de Aguiar.**—Provido em 1775 e serviu na visita de Nossa Senhora em julho de 1776, até 1786, em que foi provido n'este logar o dr. Filippe Nery Gomes.

10.—**Dr. João Nunes Gago.**—Provido em 1777.

11.—**Dr. José Henriques Ferreira.** (Medico.)—Provido no logar de medico da visita de Santa Catharina em 24 de dezembro de 1781.

12.—**Dr. José Vicente Borzão.** (Medico.)—Provido no logar de medico da visita de Santa Catharina, por fallecimento do dr. José Henriques Ferreira, em 3 de dezembro de 1785, com 20$000 réis annuaes. Promovido para a visita de Nossa Senhora, com 25$000 réis, em 29 de janeiro de 1790; serviu até 1791, em que foi substituido pelo dr. José Pereira da Cruz. Em 1787 foi nomeado medico do Hospital Real dos Expostos, com 200$000 réis; em 29 de janeiro de 1790 começou a servir como medico do Recolhimento das orfãs, com 16$000 réis annuaes, até ao fim d'esse anno, e por fim em 1811 voltou a ser medico dos expostos.

13.—**Manuel José Dias.**—Provido no logar de cirurgião da visita de Santa Catharina, com 10$000 réis, em 1 de dezembro de 1785. Desde 1791 substituiu o dr. Antonio de Almeida no logar de cirurgião do Banco do Hospital Real de Todos os Santos, deixando vago o logar da visita que a Mesa da Santa Casa proveu, em 28 de setembro de 1791, em Manuel Pereira Malheiros. Falleceu em 28 de fevereiro de 1808.

14.—**José Pereira da Cruz.** (Medico.)—Provido no partido da visita de Santa Catharina, pela promoção do dr. Borzão, em 29 de janeiro de 1790, com 20$000 réis. Passou para a visita de Nossa Senhora, exercendo tambem o partido de medico do Recolhimento, dos entrevados da Senhora Sant'Anna e do Hospital Real dos Expostos, em 31 de janeiro de 1799, por impedimento do dr. Borzão, causado por enfermidade grave, mas com obrigação de novamente entregar o partido ao dr. Borzão, quando este se restabelecesse, o que veiu a succeder em 1811, data em que o dr. José Pereira da Cruz foi suspenso de taes encargos. Desistiu do logar que tinha na visita da Santa Cruz em 3 de março de 1813.

15.—**Dr. Filippe Nery Gomes.** (Medico.)—Provido no partido da visita de Santa Cruz, por fallecimento do dr. João Xavier Nogueira, em 29 de janeiro de 1790, com 27$000 réis e obrigação de assistir ás visitadas do seu districto, ás entrevadas do Hospital da Senhora Sant'Anna, aos presos do Limoeiro e servos da Santa Casa. Promovido em 30 de setembro de 1791

a medico do Hospital de Todos os Santos com 35$000 réis. Aposentado em 1812, não se aproveitou da aposentação e falleceu em 1 de setembro de 1814.

16.—**Dr. Francisco Rodrigues Portella.** (Medico.)—Provido em 14 de novembro de 1791 na visita de Santa Catharina. Passou em 15 de dezembro de 1791 para medico do Hospital de S. José. Foi director da botica e falleceu em 8 de maio de 1793. Como medico do hospital vencia 350$000 réis, e tinha assistencia de gallinhas e remedios nas suas doenças.

17.—**Dr. Lourenço Justiniano Moraes Callado.**—Provido na visita de Santa Catharina em 15 de dezembro de 1791, com 20$000 réis, passando depois para a visita de Nossa Senhora em 13 de março de 1800, com 25$000 réis. Falleceu em 19 de julho de 1805.

18.—**Manuel Pereira Malheiros.** (Licenciado, cirurgião, algebrista e lente.)—Provido no logar de cirurgião da visita de Santa Catharina em 28 de setembro de 1791, por falta de Manuel José Dias. Em 1791 foi nomeado cirurgião do hospital, e em 1792 lente de cirurgia, sendo aposentado em 1807 por motivo de ter cegado completamente. Falleceu em 5 de junho de 1831. Auctor de um livro intitulado *Memorias medico-cirurgicas.*

19.—**Francisco José da Silva.** (Cirurgião.)—Provido no logar de cirurgião da visita de Santa Catharina em 10 de outubro de 1791, com 10$000 réis, por sahida do dr. Manuel José Dias. Passou á visita de Nossa Senhora em 16 de julho de 1794.

20.—**Bonifacio Gomes Vieira.** (Cirurgião.)—Provido na visita de Nossa Senhora em abril de 1795, tendo já antes servido na de Santa Catharina desde julho de 1794, na vaga deixada por Francisco José da Silva. Foi cirurgião do hospital desde 1797. Falleceu em 22 de junho de 1801.

21.—**Joaquim Timotheo Freitas da Paz.**—Provido no logar de cirurgião da visita de Santa Catharina em 2 de abril de 1795, com 10$000 réis. Passou para a visita de Nossa Senhora em 24 de dezembro de 1805, com 14$000 réis. Foi tambem cirurgião do hospital. Falleceu em 2 de abril de 1811.

## Seculo XIX

22.—**Dr. João Laureano Nunes Leger.**—Provido medico da visita de Santa Catharina em 17 de março de 1800, com 20$000 réis; promovido á visita de Santa Catharina em 18 de setembro de 1807, e depois á de Santa Cruz em 1813, com o Hospital dos entrevados e Sant'-Anna e orfãs do Recolhimento, logares de que desistira o dr. José Pereira da Cruz. Em 1819 passou a medico dos expostos, por fallecimento do dr. José Joaquim dos Reis.

23.—**Manuel José Henriques Teixeira.**—Provido cirurgião da visita de Santa Catharina em 3 de janeiro de 1806, com 10$000 réis. Passou á de Nossa Senhora em 1811 e em 1812 a cirurgião do Hospital dos expostos, e falleceu em 1826. Era cirurgião do hospital, lente de anatomia e de operações e cirurgião honorario da real camara.

24.—**Dr. Manuel Pedro Gomes de Carvalho.**—Provido medico da visita de Santa Catharina em 18 de setembro de 1807, passou á de Nossa Senhora em 3 de março de 1813 e em 1818 a medico do Hospital de S. José. Falleceu em 1844.

25.—**Francisco Cardoso de Andrade.**—Provido na visita de Santa Catharina, por obito de Paulo de Faria, em 17 de maio de 1807, assistindo tambem ao Recolhimento e Hospital dos entrevados desde 1822 até 1829, em que falleceu.

26.—**Antonio José da Cruz e Sá.**—Nomeado cirurgião dos expostos, em substituição do dr. Manuel Pereira Malheiros, em 1808. Era cirurgião-mór de infanteria e falleceu em 14 de março de 1812.

27.—**Antonio Joaquim Farto.**—Provido cirurgião da visita de Santa Catharina em 5 de março de 1812. Em 1822 foi provido na cadeira de operações e ligaduras, em substituição de Antonio de Almeida, regendo tambem depois as cadeiras de obstetricia e anatomia. Passou á visita de Nossa Senhora, por obito de Manuel José Henriques Teixeira, em 2 de janeiro de 1826, sendo depois tambem da visita de Santa Cruz, da enfermaria de Sant'Anna e do Recolhimento, e por fim provido em um dos partidos das visitadas e expostos, creados pelo decreto de 10 de outubro de 1854, que reorganizou o serviço clinico da Santa Casa da Misericordia, com o ordenado de 80$000 réis annuaes.

28.—**José Joaquim dos Reis.**—Provido medico da real casa dos expostos em 18 de março de 1813. Era medico do hospital desde 1803, d'onde se despediu em 1818. Falleceu em 1819, sendo substituido na Misericordia pelo dr. João Laureano Nunes Leger.

29.—**Dr. Joaquim Felix de Barros.**—Provido na visita de Santa Catharina em 3 de março de 1813, passou á de Nossa Senhora em 30 de outubro de 1818, e ao Hospital de S. José em 8 de dezembro de 1818. Falleceu em 19 de agosto de 1838.

30.—**Dr. Ignacio Antonio da Fonseca Benevides.**—Provido em 1818 na visita de Santa Catharina, em 19 de agosto de 1819 na visita de Nossa Senhora, e na de Santa Cruz em 1820, passando n'este mesmo anno a medico do Recolhimento e do Hospital de Sant'Anna.

31.—**Dr. João Soares de Lemos Caldeira.**—Provido na visita de Nossa Senhora em 15 de dezembro de 1818, e nos partidos de medico da visita de Santa Cruz, do Recolhimento das orfãs e do Hospital dos entrevados em 19 de agosto de 1819.

32.—**Dr. Antonio de Azevedo Correia Cardoso.**—Provido medico da visita de Santa Catharina em 23 de setembro de 1819. Promovido á de Nossa Senhora em janeiro de 1821. Falleceu em 20 de agosto de 1824.

33.—**Antonio José da Costa.**—Provido medico da visita de Santa Catharina em 1821; passou á de Nossa Senhora em 1824.

34.—**Mauricio José dos Santos.**—Provido no logar de medico da visita de Santa Catharina, com 140$000 réis annuaes, em 8 de setembro de 1824.

35.—**Antonio Maria Ribeiro.**—Provido medico extraordinario da Santa Casa em 26 de abril de 1826. Abandonou o logar.

36.—**João José Pereira.**—Nomeado cirurgião extraordinario das visitadas e expostos em 25 de março de 1826. Passou a effectivo em 22 de março de 1829, servindo nas visitas de Santa Catharina e de Santa Cruz, com 70$000 réis annuaes. Falleceu em 13 de abril de 1848. Era natural de Leiria, foi habil operador, lente de obstetricia, hygiene e pathologia cirurgica.

37.—**Manuel Carlos Teixeira.**—Provido no logar de cirurgião do partido das visitas de Santa Catharina e Nossa Senhora, e depois, em 1854, foi nomeado cirurgião de um dos partidos do serviço clinico das visitadas e expostos; despediu-se do serviço das visitas em 1864, ficando ao serviço do Hospital dos expostos. Era cirurgião do hospital e lente de anatomia, cirurgião da real camara e vogal da junta consultiva de saude publica. Falleceu em 22 de março de 1877.

38.—**Simão José Fernandes.**—Nomeado medico extraordinario em 1831, dos expostos e effectivo das visitas em 1833, ficando ao serviço dos expostos desde 1838, na vaga deixada pelo conselheiro João Thomaz de Carvalho, com a obrigação de concorrer todos os dias ao dito Hospital dos expostos, assistir ás amas enfermas e aos expostos, bem como aos servos do estabelecimento, approvando ou reprovando os leites das amas que pretendiam crear os expostos, com 300$000 réis de ordenado. Falleceu em 20 de agosto de 1845. Era doutor em medicina pela faculdade de Paris, medico dos hospitaes de S. José e da Marinha.

39.—**Manuel Tavares de Macedo.**—Nomeado medico extraordinario das visitas em 8 de abril de 1832. Foi medico do hospital. Falleceu em 20 de agosto de 1845.

40.—**José Maria de Carvalho.**—Apparece este nome em 1833, mas sem mais esclarecimentos.

41.—**José Maria Pereira e Sousa.**—Idem.

42.—**Conselheiro João Thomaz de Carvalho.**—Idem.

43.—**Clemente Joaquim de Abranches Bizarro.**—Idem.

Foram medicos da Santa Casa, não se podendo, porém, por falta de dados, precisar as datas das suas nomeações, nem o tempo que serviram.

44.—**Joaquim Pedro Abranches Bizarro.**—Nomeado medico do partido das visitas, com 140$000 réis annuaes. Em 1838 foi provido no partido da visita de Nossa Senhora.

45.—**Libanio José Teixeira.**—Nomeado medico supranumerario das visitas e effectivo em 1855. Foi medico do Hospital de S. José e director da botica; falleceu em 17 de junho de 1856. Era bacharel formado pela Universidade de Coimbra.

46.—**Marcellino Miguel Gomes.**—Nomeado cirurgião supranumerario das visitas em 1834. Era cirurgião do hospital.

47.—**Theodoro José Teixeira.**—Nomeado cirurgião extraordinario das visitas. Serviu no 6.º districto.

48.—**João José de Simas.**—Nomeado medico do hospital dos expostos em 1850, com

240$000 réis annuaes. Falleceu em 1 de junho de 1879. Era medico do Hospital de S. José, doutor pela Universidade de Paris.

49.—**José Maria de Carvalho.**—Nomeado cirurgião extraordinario em 1851 e effectivo em um dos partidos creados em 1854 n'esta mesma data.

50.—**Dr. Antonio Albino da Fonseca Benevides.**—Nomeado medico do partido das visitadas, com 160$000 réis; em 1854 passou para o 8.º districto, creado em 23 de setembro de 1863, com 200$000 réis. Falleceu em 7 de maio de 1885. Era medico pela eschola de Lisboa, doutorado em Pisa, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, medico do hospital de S. José, da real camara e cadeias civis, auctor de varios livros de sciencia.

51.—**Dr. Manuel Nicolau de Bettencourt Pitta.**—Nomeado medico do partido das visitadas em 1854, e em 1879 medico do Hospital dos expostos com 240$000 réis, do Recolhimento com mais 50$000 réis, e do Hospital de Sant'Anna com mais 40$000 réis, logares que actualmente desempenha. É lente e director da Eschola Medica de Lisboa e medico do Hospital de S. José.

52.—**Luiz Cesar Bourquin.**—Nomeado medico do partido das visitas em 1854, passando em 1863 para o 2.º districto clinico, então creado.

53.—**Antonio Maria Barbosa.**—Nomeado medico do partido das visitas em 1854, de que se despediu em 1864. Foi cirurgião e operador notavel, auctor de muitas memorias e monographias medico-cirurgicas, lente da Eschola Medica de Lisboa. Natural do Funchal, nasceu em 1825; morreu em 1892.

54.—**Theodoro José Teixeira.**—Nomeado cirurgião do partido das visitas em 1854, passando em 1863 para o 6.º districto e em 1865 para cirurgião effectivo do Hospital dos expostos, pela exoneração de seu irmão Manuel Carlos Teixeira.

55.—**Dr. Bernardino Antonio Gomes.**—Apenas consta ter sido nomeado em 1854 medico do partido das visitas. Celebre medico portuguez, nasceu em 1806 e morreu em 1877. Lente da Eschola Medica, introductor do uso do chloroformio em Portugal, auctor de muitos livros importantes de medicina e outros.

56.—**Dr. Antonio Ignacio da Fonseca Benevides.**—Nomeado medico do partido das visitas em 1854; serviu tambem no Recolhimento e enfermaria de Sant'Anna.

57.—**Guilherme da Silva Abranches.**—Nomeado medico do partido das visitas em 1854, despediu-se em 1857. Foi medico dos hospitaes e director do Hospital de Rilhafolles. Nasceu em 1807 na Beira; morreu em 1872.

58.—**Pedro Francisco da Costa Alvarenga.**—Este notavel auctor e medico foi nomeado em 1856 medico do partido das visitas, vago por morte de Libanio José Teixeira, passando em 1863 para o 10.º districto. Nasceu em 1851; morreu em 1883. Encontram-se tão profusas e completas noticias da sua vida que nos dispensamos de accrescentar aqui qualquer outro dado, da mesma fórma que temos feito com relação a outros facultativos, cuja vida se acha egualmente conhecida e estudada.

59.—**Francisco José da Cunha Vianna.**—Nomeado em 1856 medico do partido das visitas, passando em 1863 para o 5.º districto. Nasceu em 1822; morreu em 1885. Foi medico dos hospitaes, lente da Eschola de Lisboa e exerceu o logar de adjuncto da provedoria da Santa Casa da Misericordia de Lisboa.

60.—**Joaquim José Rodrigues da Camara.**—Nomeado em 1856 cirurgião do partido das visitas, passando em 1863 para o 11.º districto. Em 1879 foi nomeado cirurgião do Hospital dos expostos, Recolhimento das orfãs e Hospital do Amparo. Foi medico dos hospitaes. Nasceu em 1820. Exerceu o cargo de adjuncto da provedoria da Santa Casa da Misericordia, de que foi exonerado, achando-se gravemente enfermo, em 1896.

61.—**Lucas José de Sá e Vasconcellos.**—Nomeado em 1858 medico do partido das visitas, passando em 1863 ao 4.º districto clinico da Santa Casa. Nasceu em 1818; morreu em 1868. Foi medico dos hospitaes e lente do Instituto agricola.

62.—**Francisco Alberto de Oliveira.**—Nomeado facultativo do 3.º districto clinico em 1863, data em que elle foi creado por decreto de 23 de setembro. Foi medico dos hospitaes e adjuncto da provedoria do Asylo da Mendicidade. Serviu no logar de cirurgião dos expostos e das vaccinas. Nasceu em 1821; morreu em 1893.

63.—**Dr. Marcellino Augusto Craveiro da Silva.**—Nomeado medico do 7.º districto clinico das visitadas e expostos em 1863. Serviu como adjuncto da provedoria da Santa Casa da Misericordia. Foi director do hospital de alienados de Rilhafolles.

64.—**Antonio Angelo de Sousa.**—Nomeado em 1864 para o 12.º districto clinico das visitadas e expostos.

65.—**Amandio Holtreman.**—Foi nomeado em 1867 medico do partido do 3.º districto. Morreu alienado em 1876.

66.—**Joaquim Salgueiro de Almeida.**—Nomeado medico extraordinario em 1870. Não passou a effectivo em consequencia da sua qualidade de extrangeiro.

67.—**Casimiro Simão da Cunha.**—Nomeado medico do partido das visitas em 21 de dezembro de 1870. Nasceu em 1823. É doutor pela faculdade de Bruxellas e Eschola de Lisboa. É medico dos hospitaes e de varios institutos e auctor de alguns relatorios e memorias.

68.—**Bernardino Augusto da Silva Heitor.**—Provido no logar de medico effectivo do 3.º districto das visitadas em 1871, em substituição do dr. Amandio Holtreman, que enlouqueceu. Falleceu em 25 de novembro de 1880.

69.—**José do Nascimento Gonçalves Correia.**—Nomeado medico do partido das visitas em 30 de agosto de 1879. Falleceu em 25 de julho de 1901.

70.—**Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão.**—Nomeado medico das visitas em 6 de agosto de 1879. Nasceu em 1843. É bacharel pela Universidade de Coimbra.

71.—**Joaquim de Mattos Chaves.**—Nomeado facultativo das visitas em 1879, logar que depois abandonou. Nasceu em 1851.

72.—**Martinho Augusto da Cruz Tenreiro.**—Nomeado facultativo das visitas em 1879. Foi deputado da nação, governador civil de Lisboa e adjuncto da administração da Santa Casa da Misericordia de Lisboa em 16 de novembro de 1899. Falleceu em 14 de dezembro de 1901.

73.—**Barnabé Vieira Loureiro.**—Nomeado medico do partido das visitas em 31 de maio de 1880; serviu no 8.º districto e em 18 de janeiro de 1893 passou a substituir na effectividade o cirurgião do hospital dos expostos, do Recolhimento e do Amparo, Francisco Alberto de Oliveira, impedido por doença grave, sendo então substituido no 8.º districto pelo facultativo extraordinario Luiz Antonio Rebello. Falleceu em novembro de 1898.

74.—**Joaquim Felix Alfredo de Sousa.**—Nomeado medico do partido das visitas em 14 de agosto de 1880.

75.—**Manuel Ferreira Cardoso.**—Nomeado medico effectivo das visitas em 1885; exonerado em abril de 1894 pelo facto de ter sido nomeado subdelegado de saude.

76.—**Alvaro Maria de Sousa Freitas.**—Nomeado medico do partido das visitas em 30 de novembro de 1880.

77.—**João Cupertino Ribeiro.**—Foi nomeado facultativo extraordinario em 1880, abandonando depois o logar.

78.—**Joaquim Antonio Salgado.**—Foi nomeado facultativo extraordinario em 1880.

79.—**Luiz Antonio Rebello.**—Foi nomeado facultativo extraordinario em 1880; substituiu o dr. Casimiro Simão da Cunha desde 8 de agosto de 1890. Passou a effectivo em 11 de abril de 1894.

80.—**Manuel Constantino Theophilo Ferreira.**—Nomeado facultativo extraordinario em 1880. Falleceu em 1893.

81.—**Jayme Adolpho Mauperrin Santos.**—Nomeado facultativo extraordinario em 1880. Exonerado a seu pedido em 6 de agosto de 1890. Nasceu em 1857. É bacharel pela Universidade de Coimbra, lente do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, director e proprietario da Eschola Academica, medico dos hospitaes, etc.

82.—**Dr. Eduardo Burnay.**—Foi nomeado medico extraordinario em 1882 e abandonou o logar. Nasceu em 1853. É bacharel em philosophia e medicina pela Universidade de Coimbra, lente da Eschola Polytechnica, medico dos hospitaes e socio da Academia Real das Sciencias.

83.—**Antonio Mendes Lages.**—Nomeado extraordinario em 16 de junho de 1883 e effectivo em 1883. É bacharel pela Universidade de Coimbra e medico dos hospitaes. Nasceu em 1838.

84.—**Alfredo Luiz Lopes.**—Nomeado medico do partido das visitas em 6 de março de 1882. É medico pela Eschola de Lisboa, medico dos hospitaes, das cadeias civis e socio da Academia Real das Sciencias. Auctor de diversos livros e monographias, entre os quaes espe-

cialisaremos o livro intitulado o *Hospital de Todos os Santos*, do qual extrahimos um grande numero de notas e apontamentos biographicos para esta relação. É actualmente o medico encarregado do serviço das vaccinas, e do serviço interno dos estabelecimentos, por deliberações de 25 de novembro e 31 de dezembro de 1898.

85.—**José Antonio Serrano.**—Nomeado facultativo extraordinario, logar que abandonou em 1883. Nasceu em 1851. É lente da Eschola Medica e da Academia de Bellas Artes, auctor de valiosos livros de anatomia, medico dos hospitaes e socio da Academia das Sciencias.

86.—**Sabino Maria Teixeira Coelho.**—Nomeado facultativo extraordinario em 1883, logar que depois abandonou. Nasceu em 1853. É lente da Eschola Medica de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias e medico dos hospitaes.

87.—**Adolpho Bernardo Frolick Lahmeyer.**—Nomeado medico das visitas em 14 de maio de 1884, servindo actualmente como effectivo. Nasceu em 1838. É medico pela Universidade de Coimbra e hospitaes de Londres, exerce clinica nos hospitaes civis e é director do hospital da marinha mercante ingleza em Lisboa.

88.—**Nuno Antonio Coelho Vasconcellos Porto.**—Nomeado facultativo extraordinario em 1884, abandonou este logar. Nasceu em 1858. É medico da Casa Pia e dos hospitaes e subdelegado de saude.

89.—**Francisco Antonio Ferreira Fronteira.**—Foi nomeado medico do partido das visitas em 31 de março de 1885, serviu até 1896, anno em que falleceu em Caneças, a 5 de janeiro. Nasceu em 1837. Era medico dos hospitaes.

90.—**Mauuel Maria Holbeche de Oliveira Trigoso.**—Nomeado medico do partido das visitadas em 29 de dezembro de 1885. Falleceu victima de um desastre no caminho de ferro, em Villa Franca, em setembro de 1898.

91.—**Manuel Maria Bordallo Prostes Pinheiro.**—Nomeado facultativo extraordinario em 1889 e effectivo em 1898. Nasceu em 1850. Foi medico do ultramar e lente da eschola medica de Goa; hoje é medico do hospital de S. José.

92.—**José Joaquim Pereira Amado.**—Nomeado medico extraordinario em 21 de agosto de 1889. Passou a effectivo em 11 de abril de 1894.

93.—**Joaquim da Cruz Nogueira.**—Nomeado facultativo extraordinario em 19 de outubro de 1889 e effectivo em 1901.

94.—**Horacio Ferrari.**—Nomeado facultativo dos expostos na area formada pelas freguezias de S. Bartholomeu do Beato, Santa Maria dos Olivaes, Nossa Senhora da Purificação de Sacavem, S. João Baptista do Lumiar e Santos Reis do Campo Grande, com 120$000 réis annuaes. É medico pela Eschola de Lisboa, litterato distincto e antigo jornalista; foi membro do Directorio do partido republicano portuguez.

95.—**Antonio Lucio Tavares Pimentel.**—Nomeado facultativo dos expostos na circumscripção da pagadoria de Leiria, com 100$000 réis annuaes, logar que actualmente exerce-

96.—**Anacleto Rodrigues de Oliveira.**—Nomeado facultativo extraordinario em 3 de abril de 1891. Passou a facultativo ordinario do 2.º districto em 16 de setembro de 1898, por fallecimento do dr. Barnabé Vieira Loureiro.

97.—**Julio Arthur da Silva Gomes.**—Nomeado facultativo supranumerario das visitas em 1891; passou em 14 de março do mesmo anno a servir como cirurgião ajudante das vaccinas, logar que desempenhou até 2 de novembro de 1895, em que falleceu. Era cirurgião do Banco do Hospital de S. José e analysta do Laboratorio municipal de hygiene.

98.—**Estevão Francisco Torres de Carvalho.**—Nomeado medico extraordinario em 30 de maio de 1891. Passou a servir na area de Bemfica, Lumiar, Ameixoeira e Charneca por fallecimento de seu sogro, dr. Manuel da Silva Franco, em 5 de maio de 1896. Nasceu em 1864. Era medico dos hospitaes. Falleceu em 21 de novembro de 1898.

99.—**Antonio Francisco de Azevedo.**—Nomeado cirurgião ajudante das vaccinas em 21 de junho de 1892. Servia conjunctamente, em mezes alternados, com o facultativo Julio Gomes. Serviu depois como unico ajudante da vaccinação, e por fim como effectivo do 3.º districto em 31 de dezembro de 1898.

100.—**Manuel da Silva Franco.**—Nomeado facultativo dos expostos e pensionistas na area das freguezias de Bemfica, Ameixoeira, Charneca e Lumiar, com 120$000 réis, em 14 de outubro de 1892. Falleceu em maio de 1896, sendo substituido por seu genro, Estevão Francisco Torres de Carvalho.

101.—**Thomaz de Mello Breyner.**—Nomeado facultativo extraordinario em 1892, logar de que pediu exoneração em 17 de agosto de 1893.

102.—**Custodio Cabeça.**—Medico extraordinario, nomeado em 1892. Pediu exoneração em 20 de agosto de 1896.

103.—**Eduardo da Costa Oliveira.**—Medico extraordinario, nomeado em 1892 e exonerado a seu pedido em 8 de agosto de 1894.

104.—**João Maria Cisneiros Ferreira.**—Medico extraordinario, nomeado em 21 de setembro de 1892. Exonerado em 19 de julho de 1900 por ter de partir para Paris.

105.—**Arthur Alves Bebianno.**—Facultativo extraordinario das visitas, nomeado em 11 de março de 1893. Exonerado a seu pedido em agosto de 1894.

106.—**Francisco dos Reis Stromp.**—Nomeado effectivo do quadro das visitas em 7 de janeiro de 1896. Nasceu em 1851. É medico do corpo de marinha (addido) e dos hospitaes.

107.—**Carlos Santos.**—É medico extraordinario, nomeado em 26 de dezembro de 1893. Tem servido nos Olivaes e Beato pelo dr. Horacio Ferrari.

108.—**Luiz Tedeschi Correia Neves.**—É medico extraordinario, nomeado em 31 de dezembro de 1893.

109.—**Jayme Ernesto Salazar de Eça e Sousa.**—É medico extraordinario, nomeado em 16 de janeiro de 1894.

110.—**Francisco de Assis Brito Junior.**—É medico extraordinario, nomeado em 16 de abril de 1894.

111.—**José da Costa Pinto.**—Medico dos expostos na Freixianda, com 100$000 réis annuaes. Nomeado em 1894.

112.—**Augusto Alexandre Barjona de Freitas.**—Medico dos expostos em Villa Nova de Ourem, com 100$000 réis annuaes. Nomeado em 30 de maio de 1894.

113.—**Alvaro da Fonseca.**—Medico extraordinario, nomeado em 10 de outubro de 1894.

114.—**Manuel Rodrigues Pinto.**—Medico dos expostos no Pombal, com 100$000 réis annuaes. Nomeado em 1895.

115.—**José Maria de Moura.**—Medico dos expostos nas freguezias de Louriçal, Motta, Mourisca, Almagreira e outras proximas, com 100$000 réis annuaes. Nomeado em 1895.

116.—**Manuel de Sousa Freire.**—Medico dos expostos na Marinha Grande, com 100$000 réis annuaes. Nomeado em 1895.

117.—**João Carlos Marques da Silva Costa e Guerra.**—Facultativo substituto dos expostos em Leiria. Nomeado em 1895.

118.—**Antonio Amor de Mello.**—É medico extraordinario, nomeado em 12 de junho de 1895.

119.—**Antonio dos Santos Paiva.**—É medico extraordinario desde 13 de setembro de 1895. É formado pela Universidade de Coimbra. Nomeado em novembro de 1898 para exercer o cargo de facultativo effectivo da area das freguezias de Bemfica, Campo Grande, Lumiar, Ameixoeira e Charneca, por fallecimento de E. F. Torres de Carvalho.

120.—**João Nepomuceno Rodrigues Pinheiro.**—É medico extraordinario, nomeado em 7 de novembro de 1895.

121.—**José Pocariça da Costa Freire.**—É medico extraordinario, nomeado em 8 de novembro de 1895.

122.—**José Antonio Marques Geraldes Barba.**—É medico extraordinario, nomeado em 9 de novembro de 1895.

123.—**Antonio Carlos Craveiro Lopes.**—É medico extraordinario, nomeado em 11 de novembro de 1895. Nasceu em 1868. É cirurgião do Banco do Hospital de S. José.

124.—**Thomaz Nasolini Leão.**—Medico extraordinario, nomeado em 4 de dezembro de 1895. Exonerado a seu pedido em 10 de setembro de 1898.

125.—**Alfredo Samuel de Brito Neves.**— É medico extraordinario, nomeado em 4 de dezembro de 1895.

126.—**José Estevão de Vasconcellos.**—Nomeado por despacho de 3 de setembro de 1896.

127.—**José Maria Damas Mora.**—Nomeado por despacho de 17 dezembro de 1896.

128.—**Affonso Henriques de Prado Castro e Lemos.**—Nomeado por despacho de 21 de dezembro de 1896.

129.—**José Dyonisio de Mello e Faro.**—Nomeado por despacho de 20 de fevereiro de 1897.

130.—**José Evaristo de Moraes Sarmento.**—Nomeado por despacho de 21 de julho de 1897.

131.—**Francisco dos Santos Rompana.**—Nomeado por despacho de 2 de dezembro de 1897.

132.—**José Agostinho Maria de Sousa.**—Nomeado por despacho de 14 de janeiro de 1898.

133.—**Christiano Goularte de Aragão Moraes.**—Nomeado por despacho de 11 de outubro de 1898.

134.—**Carlos Arthur da Silva;**

135.—**Manuel Caroça.**

Nomeados estes dois facultativos por despacho de 10 de dezembro de 1898; este ultimo foi por deliberação de 7 de janeiro de 1899 incumbido do serviço odontalgico dos estabelecimentos.

136.—**Henrique Bastos;**

137.—**Sebastião Cabral da Costa Saccadura;**

138.—**Avelino Lopes Cardoso;**

139.—**Augusto Lobo Alves**— (pediu exoneração em setembro de 1899);

140.—**Antonio Eduardo Costa.**

Nomeados estes cinco facultativos pelo mesmo despacho de 10 de dezembro de 1898.

---

# CAPITULO VIII

**Dar de comer a quem tem fome — A sopa de caridade.**

Foi a sopa de caridade a ultima e mais recente de todas as diversas beneficencias da Casa, mas instituida com intuitos bem diversos d'aquelles com que actualmente se pratica.

Tendo observado directamente e por informações de seus collegas medicos que o soccorro clinico, prestado pela Casa, muitas vezes se tornava improficuo, por ser desacompanhado de um systema regular de alimentação, que os pobres enfermos geralmente não podem conservar, lamentava o adjuncto dr. José Joaquim Rodrigues da Camara, em dezembro de 1887, que por esta falta não correspondessem resultados tão lisonjeiros, quanto se deveria esperar, á importante verba que a Misericordia despende no tratamento dos enfermos.

O distincto empregado da Contadoria sr. Eduardo Frederico da Fonseca e Sousa lembrou então á Mesa a vantagem que haveria de obviar a tal inconveniente, estabelecendo a Misericordia um serviço de dietas que se distribuiriam aos doentes tratados por ella, os quaes, em geral, extremamente pobres, nem sequer por vezes tinham o caldo prescripto pelo medico, vendo-se este na necessidade de lhes receitar farinhas e outros generos, mais destinados a supprir a deficiencia da alimentação do que propriamente a actuar como substancias medicamentosas.

Estudando o assumpto, alvitrou o mesmo funccionario que a despesa a fazer com taes dietas seria insignificante, pois o custo d'ellas não deveria exceder a 60 réis por cada dieta diaria, despesa esta que encontraria ainda compensação, não só na diminuição do receituario, como no mais prompto restabelecimento dos enfermos. E para praticamente se verificar qual o dis-

pendio provavel de tão necessaria innovação propoz e pediu auctorização á Mesa para que, no dia de Natal d'aquelle anno, se distribuisse por conta da Casa um bodo a 100 pobres, para o que se orçou e auctorizou uma despeza de 6$561 réis, por deliberação de 22 de dezembro.

O resultado da experiencia satisfez a Administração, que desde logo determinou repetil-a no dia primeiro do anno de 1888, para melhor se poderem tirar as conclusões relativas ao custo das dietas. Por deliberação de 30 de dezembro auctorizou-se uma verba de 6$676 réis para o bodo, do qual resultou ficar a Mesa convencida da barateza por que poderiam obter-se as dietas para serem distribuidas pelos doentes pobres.

Em fevereiro do mesmo anno, porém, começou a desvirtuar-se a primitiva idéa; a Administração auctorizou que diariamente se distribuissem a pessoas pobres 200 rações de sopa de caridade, em conformidade com as tabellas que lhe haviam sido presentes por occasião dos bodos. Foi no dia 1 de março a inauguração d'este serviço, e assim continuou, segundo o mesmo plano, até janeiro de 1889. No dia primeiro d'este mez e anno foi elevado o numero das rações a 440; logo em 20 do mesmo mez a 450; em 1 de abril a 500; em 1 de junho de 1890 a 600; em 22 de fevereiro de 1891 a 662; em 22 de março a 683; em 1 de maio a 700; em 26 de abril de 1892 a 730; em 12 de agosto a 1:000; em 10 de outubro de 1894 a 1:050; em 23 de novembro de 1896 a 1:108, e finalmente em 20 de janeiro de 1898 a 1:300.

Foi em 1895 que o Provedor dr. Thomaz de Carvalho obteve do governo grandes obras de reparação e limpeza no edificio de S. Pedro de Alcantara e auctorização para se construir alli, além de outros melhoramentos, uma nova cozinha, para substituir com vantagem uns barracões do pateo, onde se cozinhava a sopa dos pobres. A este importante melhoramento se referia o Provedor na allocução que proferiu em 1 de setembro d'aquelle anno no Recolhimento de S. Pedro de Alcantara, dizendo:

«...e muito especialmente uma nova cozinha que possa ao mesmo tempo e com mais economia servir ao Recolhimento e á sopa de caridade, a grande, a maior, a mais abençoada de todas as esmolas que distribue a Misericordia de Lisboa. Já na actualidade alimenta mil e tantas familias e construida a projectada cozinha mais poderá extender esta benefica instituição.»

Procedeu-se effectivamente á construcção da nova cozinha a vapor, mandada edificar pelo Ministerio das Obras Publicas em um grande barracão no mesmo pateo, onde funccionavam as antigas. Por este motivo se suspendeu a manipulação da sopa, por deliberação de 18 de setembro de 1897, passando a distribuir-se aos agraciados um pão e uma subvenção a dinheiro de 30 réis por dia.

A installação para o fabrico da sopa, na nova cozinha, consiste em uma comprida banqueta de ferro, com 10 caldeiros, podendo comportar cada um d'elles 140 litros, e de dois tanques para aquecimento de agua, na qual se coze o bacalhau e se executam as lavagens.

Todos estes recipientes são aquecidos pelo vapor gerado em uma caldeira estabelecida n'um compartimento contiguo.

Calcula-se que n'esta nova cozinha poderão preparar-se 1:500 rações de sopa de caridade.

Em janeiro de 1898, por deliberação do dia 20, visto acharem-se concluidos os trabalhos da nova cozinha, determinou a Mesa que recomeçasse a laboração, para começar a distribuir-se em fevereiro a sopa ás 610 agraciadas do 3.º districto (que é o da séde central), continuando os dos outros districtos a receber apenas o pão e a subvenção de 30 réis diarios.

Nos 16 mezes decorridos de 1 de março de 1888 a 30 de junho de 1889 distribuiram-se 140:010 rações, custando em média 57,91 réis.

Nos seguintes annos economicos o numero de rações e seu custo medio foi o seguinte:

| | | |
|---|---|---|
| 1889–1890 | 182:500 | 56,070 réis |
| 1890–1891 | 237:456 | 55,990 » |
| 1891–1892 | 283:433 | 58,469 » |
| 1892–1893 | 336:975 | 57,581 » |
| 1893–1894 | 372:170 | 57,345 » |
| 1894–1895 | 411:819 | 56,683 » |
| 1895–1896 | 435:579 | 55,987 » |
| 1896–1897 | 472:045 | 55,438 » |

As rações constam de sopa, um prato e 400 grammas de pão, e distribuem-se em latas apropriadas, fornecidas pela Casa.

Da grande cozinha central para as tres casas de distribuição, respectivas aos outros tres districtos, vae a comida preparada, conduzida em caldeiros ou panellas de ferro, hermeticamente fechadas, e levadas dentro de umas carroças, conduzidas por moços da Casa. Estas carroças teem actualmente o lettreiro, onde diz — *Santa Casa da Misericordia de Lisboa* — *Sopa de caridade* — e os moços acham-se providos do competente uniforme.

São quatro os districtos em que se acha dividida a area da cidade, aos quaes correspondem quatro casas de distribuição, que são as seguintes:

Para o 1.º districto faz-se hoje a distribuição na casa no Campo de Santa Clara, n.º 167, devidamente restaurada por modo a servir de posto de consultas medicas e de casa de distribuição da sopa de caridade. Ainda ha bem pouco

tempo era feito este ultimo serviço de beneficencia da Misericordia em uns baixos terreos do Paço patriarchal, dentro do pateo de S. Vicente. Esta casa era detestavel, e embora cedida pelo Patriarcha para este fim, força é dizel-o, completamente impropria e incapaz para n'ella se effectuar esta distribuição. O facto d'esta se fazer em uma casa nas dependencias do Paço patriarchal fazia com que muita gente, e até mesmo a imprensa periodica, erroneamente a denominassem *Sopa de caridade do Patriarcha.*

As rações do 2.º districto distribuem-se no antigo convento de Santa Joanna, a Santa Martha, onde ultimamente o governo concedeu á Santa Casa uns terrenos para n'elles se edificar uma casa apropriada.

O 3.º districto tem a sua distribuição ao presente magnificamente installada junto á grande cozinha nova, no edificio de S. Pedro de Alcantara, com entrada pela esquina da travessa de S. Pedro para a rua da Rosa.

A distribuição do 4.º districto, finalmente, é a que se acha talvez em melhores condições. Realiza-se no antigo convento dos Barbadinhos, na rua da Esperança, ultimamente cedido pelo governo; é um salão vastissimo, que se presta não só para a perfeita installação d'este serviço da distribuição da sopa de caridade, mas até mesmo para a de qualquer outro serviço que a Misericordia alli deseje estabelecer, como já estabeleceu o posto de consultas medicas.

A concessão da ração é pessoal e intransmissivel, devendo os agraciados ir ás horas proprias, e segundo as condições expressas no regulamento, receber o seu jantar, excepto no caso em que tenham licença especial para mandar alguem em seu logar. Os agraciados são obrigados a apresentar as latas no melhor estado de asseio e conservação, sendo-lhes renovadas de dois em dois annos.

Aos agraciados passam-se diplomas numerados, e d'estes ha, além de um livro de matricula geral, um cadastro tambem geral, alphabetico, e os cadastros districtaes por freguezias, bem como os livros de registo e de presença em cada séde districtal.

O serviço de distribuição nos districtos é presidido por um visitador, e todo o serviço da sopa superiormente dirigido e fiscalizado por um empregado superior da Contadoria, sob o titulo de *fiscal.*

A titulo de curiosidade apresentamos em seguida a relação das dietas que se distribuiram na ultima semana de 19 a 25 de junho de 1898, com a sua composição em generos, por cada ração.

Estas são preparadas segundo uma tabella recentemente approvada e que comprehende 16 formulas, ou typos de dietas, que alternadamente se vão distribuindo pelos dias da semana. Nos dias acima indicados a lista e composição quantitativa das rações foi a seguinte:

Dia 19 — Formula n.º 1 da tabella:

Massa 50 grammas, carne 100, batatas 125, hortaliça 1,8 réis, banha 12 grammas; estas substancias preparadas dão uma sopa de massa e um prato de carne guisada com batatas.

Dia 20 — Formula n.º 3:

Feijão encarnado $0^l,1$, arroz 50 grammas, bacalhau 75, batatas 125, azeite $0^l,003$; produz uma sopa de feijão encarnado com arroz e bacalhau guisado com batatas.

Dia 21 — Formula n.º 16:

Pão 100 grammas, carne 100, toucinho 8, hortaliça 1,8 réis; consiste em sopa de pão e carne cozida.

Dia 22 — Formula n.º 8:

Arroz 50 grammas, grão $0^l,1$, bacalhau 100 grammas, batatas 100, azeite $0^l,03$; consiste em sopa de arroz com grão e bacalhau cozido com batatas.

Dia 23 — Formula n.º 6:

Massa 95 grammas, fressura 110, banha 12, arroz 50; fórma um preparado de sopa de massa refogada e prato de fressura guizada com arroz.

Dia 24 — Formula n.º 5:

Feijão branco $0^l,1$, bacalhau 100 grammas, batatas 100, azeite $0^l,03$, hortaliça 4,5 réis; preparado dá uma sopa de feijão branco com hortaliça e prato de bacalhau cozido com batatas.

Dia 25 — Formula n.º 4:

Arroz 50 grammas, vacca 100, toucinho 8, hortaliça 1,8 réis; preparado dá um prato de vacca cozida e sopa de arroz.

*

* *

Pelo mappa com que se encerra esta terceira parte se pode vêr quaes as importancias dispendidas annualmente pela Misericordia com as diversas beneficencias que acabamos de descrever.

## Mappa geral da despesa effectuada pela Misericordia de Lisboa no anno de 1898-1899

**Sua classificação methodica,**
**ordenada em vista do mappa n.º 4 do Relatorio d'aquelle anno**

| Classificação da despesa | | Importancia da despesa feita |
|---|---|---|
| **I — Despesas geraes de administração** | | |
| **§ 1.º Administração superior** | | |
| Mesa administrativa: Provedor e 2 adjunctos | ..... | 1:200$000 |
| Secretaria, contadoria, contencioso e cobrança | ..... | 11:624$882 |
| Thesouraria | ..... | 1:506$606 |
| Gastos com o expediente das repartições | ..... | 2:483$570 |
| **§ 2.º Encargos geraes diversos** | | |
| Honorarios do Conselho de beneficencia | ..... | 171$032 |
| Obras em edificios proprios e consignados; seguros, contribuições, fóros, etc. (incluindo n'este anno a despesa da installação do museu da capella de S. João Baptista na quantia de 4:531$729 réis) | ..... | 6:842$939 |
| Culto religioso nas egrejas de S. Roque e do Recolhimento; pessoal respectivo, guisamentos, etc | 5:426$441 | |
| Cera | 399$924 | 5:826$365 |
| **§ 3.º Serviços geraes de inspecção e visitação** | | |
| Pessoal respectivo a estes serviços communs a todos os beneficios a cargo da Misericordia | ..... | 5:760$610 |
| **§ 4.º Despesas eventuaes** | | |
| Contribuições de registo de legados | 205$353 | |
| Compra de titulos para capitalização | 1:872$450 | 2:077$803 |
| **II — Beneficencias da Santa Casa** | | |
| **§ 1.º Protecção a creanças: expostas, desamparadas e desvalidas** | | |
| *a)* Pessoal para estes serviços dentro da casa | 8:764$733 | |
| Dito fóra da casa (facultativos) | 2:321$590 | |
| *b)* Creação e educação dos expostos e desamparados que vivem no hospicio | 4:718$910 | |
| Nota estatistica: | | |
| Existiam ..... 85 | | |
| Entraram ..... 482 | | |
| Sahiram ..... 478 | | |
| Ficaram ..... 89 | | |
| *Somma — Rs.* | 15:805$233 | 37:493$807 |

| Classificação da despesa | | | Importancia da despesa feita |
|---|---|---|---|
| *Transporte — Rs.* | | 15:805$233 | 37:493$807 |
| *c)* Baptismo dos expostos na capella da casa | | 19$998 | |
| *d)* Alimentação dos expostos e empregados | | 8:319$407 | |
| *e)* Salario a amas: | | | |
| Amas da casa | 322$600 | | |
| Amas de fóra (Leiria, Sobral, Pombal) a quem se acham entregues 2:549 expostos de diversas edades | 19:677$715 | | |
| Inspectores e pagadores das amas | 1:260$000 | 21:260$315 | |
| *f)* Subsidios para creação concedidos a mães | | 64:409$180 | |
| Nota estatistica: | | | |
| Existiam | 4:287 | | |
| Concederam-se | 5:132 | | |
| Terminaram | 4:933 | | |
| Ficaram | 4:486 | | |
| *g)* Soccorros medicos a expostos e tutelados: | | | |
| Tratamento na enfermaria da casa e vaccinação gratuita na Santa Casa ás creanças que alli se apresentam: 165 entradas; existencia 20 | | 895$960 | |
| Tratamento no Hospital de S. José | | 394$680 | |
| Soccorros medicos em consulta (14:294) e visita (655) a expostos, subsidiados e respectivas mães, existentes fóra da casa | | 3:673$908 | |
| *h)* Internatos de expostos no Asylo de costureiras, Officinas de S. José, Asylo-eschola Antonio Feliciano de Castilho e Casa da Correcção | | 2:506$768 | |
| *i)* Auxilio para casamento a 12 expostos | | 120$000 | |
| *j)* Aula da Rainha D. Leonor: ensino elementar e ração diaria a 30 creanças pobres de ambos os sexos | | 712$800 | |
| *k)* Expediente e despesas geraes | | 628$142 | 118:746$391 |
| **§ 2.º Protecção a velhos e invalidos** | | | |
| Hospicios do Amparo e de Sant'Anna: | | | |
| *a)* Ordenados ao pessoal privativo | | 1:478$579 | |
| *b)* Alimentação | | 3:608$242 | |
| *c)* Vestuario dos asylados | | 1:846$620 | 6:933$441 |
| Nota estatistica: | | | |
| Existiam | varões 17 femeas 47 | | |
| Entraram | » 100 » 103 | | |
| Sahiram | » 100 » 104 | | |
| Ficaram | » 17 » 46 | | |
| | 63 | | |
| **§ 3.º Protecção e educação de orfãs no Recolhimento** | | | |
| *a)* Pessoal privativo, regentes, mestras, etc | | 4:739$150 | |
| *b)* Ordinarias ás orfãs, a 1$000 réis mensaes | | 541$675 | |
| *Somma — Rs.* | | 5:280$825 | 163:173$639 |

| Classificação da despesa | | Importancia da despesa feita |
|---|---|---|
| *Transporte — Rs.* | 5:280$825 | 163:173$639 |
| *c)* Alimentação do pessoal e orfãs | 4:238$515 | |
| *d)* Vestuario e despesas diversas | 2:525$757 | 12:045$097 |
| Nota estatistica: A existencia de educandas é de 40, das quaes saem 10 em cada anno, entrando outras 10. | | |
| **§ 4.º Pensões diversas** | | |
| *a)* 3 pensões estabelecidas por encargos testamentarios a réis 120$000 | 360$000 | |
| 2 ditas pelo mesmo motivo a 154$620 | 309$240 | |
| *b)* 5 pensões a viuvas e filhas de empregados fallecidos ao serviço, e que ficaram em precarias circumstancias, a 500 réis diarios | 842$500 | 1:511$740 |
| **§ 5.º Soccorros aos presos nas cadeias** | | |
| Missas e guisamentos | 269$600 | |
| Pensão annual para a alimentação dos presos | 2:400$000 | 2:669$600 |
| **§ 6.º Serviços religiosos** | | |
| Casamentos effectuados na egreja e enterramentos — serviço do esquife | ..... | 1:721$400 |
| **§ 7.º Beneficencias diversas para cumprimento de disposições testamentarias e deliberações administrativas** | | |
| *a)* Ordinarias ás antigas visitadas | 96$720 | |
| *b)* Legados a diversas pessoas e corporações | 2:515$672 | |
| *c)* 1:865 esmolas diversas e cartas de guia | 2:973$691 | |
| *d)* Dotes (168 concedidos por anno) | 9:310$000 | |
| *e)* 5 premios de bem casados | 400$000 | |
| *f)* Congruas de capellas externas | 329$478 | 15:625$561 |
| **§ 8.º Assistencia medica a enfermos pobres** | | |
| *a)* Pessoal privativo — medicos | 1:500$000 | |
| *b)* Medicamentos | 5:227$225 | |
| *c)* Despesas diversas | 161$430 | 6:888$655 |
| Nota estatistica: | | |
| Consultas ..... 30:148 | | |
| Visitas ..... 2:041 | | |
| Visitados ..... 671 | | |
| **§ 9.º Auxilios para rendas de casas** | | |
| A 400 indigentes | ..... | 6:585$150 |
| **§ 10.º Sopa de caridade** | | |
| *a)* Pessoal privativo e despesas diversas | 2:969$506 | |
| *Somma — Rs.* | 2:969$506 | 210:220$842 |

| Classificação da despesa | | | Importancia da despesa feita |
|---|---|---|---|
| *Transporte — Rs.* | | 2:969$506 | 210:220$842 |
| *b)* Rações a 1:200 pessoas pobres | | 20:699$588 | |
| *c)* Subvenções a dinheiro, a 30 réis diarios | | 7:391$000 | 31:060$094 |
| Nota estatistica: | | | |
| Existiam em 30 de junho de 1898 | 1:242 | | |
| Foram despachados | 244 | | |
| | 1:486 | | |
| Deixaram de receber | 290 | | |
| Existencia em junho de 1899 | 1:196 | | |
| | | | [1] 241:280$936 |
| O saldo em cofre existente em 30 de junho de 1899 (conforme o respectivo relatorio) era | | ..... | 109:656$099 |

[1] Addicionando a esta quantia a de 3:443$809 réis, somma de depositos diversos restituidos, os quaes não constituem despesa propria da Misericordia, acharemos a somma indicada no mappa n.º 4 do *Relatorio de* 1898-1899, pag. 35.

# PARTE IV

## O FUTURO DA MISERICORDIA

**A caridade antiga e a beneficencia moderna.—O que é e o que pode vir a ser a acção caritativa da Misericordia.—O futuro da beneficencia.**

> «Uma das mais desagradaveis impressões que tenho sentido foi uma visita que fiz á Santa Casa da Misericordia. É bello, sim, o pensamento da instituição, que acompanha com o seu auxilio o homem desde o berço até á sepultura; perto de quatro seculos obrigam-nos a dizel-o. Mas quando se pensa na sorte de milhares de desgraçados, que a immoralidade lançou nos braços da religião e da caridade para os tornar mais desgraçados, não se pode deixar de reconhecer que essa instituição tem muitos melhoramentos a receber antes de corresponder ás tendencias verdadeiramente philantropicas da sociedade moderna. Tenho-me proposto muitas vezes a resolução do seguinte problema: — se é preferivel um soccorro incompleto a nenhum soccorro. A resolução d'este problema é que constitue o systema da assistencia publica.»
>
> D. Pedro V.

Como se deprehende da summaria historia d'este pio instituto, a Santa Casa da Misericordia de Lisboa, creada sob o impulso de um ideal de piedade christã, tal como a comprehendia a edade da sua fundação, tem persistido atravez dos seculos, graças ás modificações e successivas alterações dos seus primordiaes beneficios, os quaes se teem ido adaptando em harmonia com as necessidades e costumes das novas gerações.

Antiga confraria, instituida por uma rainha piedosa e por um frade dedicado á causa da humanidade, a Santa Casa deve apparecer hoje apenas com o caracter novo de uma potente instituição de beneficencia publica, a qual, por ser a mais poderosa, florescente e rica de todo o paiz, devia constituir, em attenção ao ascendente que lhe deriva da sua mais remota antiguidade e da primazia que sempre desfructou, não só na protecção dos soberanos, como na affeição das sociedades, o nucleo de onde dimanassem todas as providencias d'este ramo importantissimo da administração, em todas as nações cultas conhecido pelo nome de *Beneficencia* ou *Assistencia publica.*

Vae já longe o tempo em que a pobreza, a miseria, o desamparo, só encontravam remedio na caridade esmolada pelas almas generosas e crentes, que buscavam na cura de cada chaga, no lenitivo de cada miseria, no amparo de cada desvalido, um titulo para a salvação da sua alma, uma recommendação perante o Deus julgador na hora derradeira do juizo final, e muitos o perdão, por vezes immerecido, de seus immensos crimes, a indulgencia para os seus vicios, violencias e abusos.

Então os desherdados, os miseraveis, procuravam guarida sob os tectos esmoleres de algum castello ou palacio feudal, ou alimentavam a triste existencia com o caldo distribuido nas portarias dos conventos, resto dos opiparos e lautos festins com que os beatificos irmãos se banqueteavam.

Bemdito era o rico que deixava cahir as migalhas da sua mesa opulenta e farta para alimentar os miseros esfomeados. A bemaventurança eterna, que Christo apregoara como dotação dos bons, reservava-se a essas esmoleres e caritativas almas. A crença, o enlevo fanatizado dos espiritos infantis d'aquellas epochas, era o mobil de tão boas acções, a principio isoladas e devidas tão sómente aos impulsos individuaes, mas mais tarde congregadas pela nova creação das associações leigas — as *Confrarias* — as *Irmandades*.

Nos conventos e mosteiros da edade média era já importante a acção benefica exercida sobre as populações circumvizinhas, que se acercavam dos donatarios e conventuaes para participarem dos bens, ainda que como meros serventuarios ou auxiliares. Foi assim que nos inicios da nossa vida historica, como nação independente, os frades Benedictinos espalharam em volta dos seus mosteiros o ensino da agricultura tradicional e portanto as riquezas da exploração do solo, regado pelo suor de tantos operarios.

O convento e o solar eram n'esses tempos a fonte de toda a vida social. D'elles dimanava a força, a direcção dos povos; um pela cruz e pelo dogma, o outro pela espada e predominio, governavam a rude sociedade d'aquelles tempos, semeando por vezes a iniquidade, a violencia, o crime, vivendo do trabalho alheio, explorando o artifice, mas tambem regando a chaga da miseria, que elles proprios cavavam, com o balsamo da beneficencia, sustentando o enfermo, amparando o desvalido.

As revoluções das communas, ou, em outros paizes, a organização dos povoados com seus foraes, transformaram esta feição da sociedade medievica, e apparece então, como instituição nova, derivada do novo ideal associativo, a *Confraria*, a *Irmandade*, essas corporações de homens pios, dedicando a collectividade dos seus esforços aos serviços religiosos, incluindo-se n'elles os encargos de caridade que a Egreja aconselha e preconisa.

Da alliança entre as classes populares e os dynastas por ellas acclamados proveiu a protecção real concedida amiudadas vezes a taes confrarias e

irmandades, e o apparecimento de institutos, amparados por privilegios e favores de dotação, que lhes permittia prestarem o seu valioso soccorro aos males e miserias da triste humanidade.

Queremos referir-nos ás gafarias, aos hospitaes, ás albergarias, ás mercearias, aos hospicios, ás confrarias de caridade e finalmente ás proprias *Misericordias,* onde, fosse qual fosse a sua iniciação particular ou collectiva, se congregavam os esforços de collectividades humanas, formadas por associados, cujo fim era obter um resultado mais proficuo e mais fortalecido em favor da humanidade desvalida.

Escusado é repetir aqui qual a origem de onde provieram as misericordias, nem os seus encargos primitivos. Apenas cabe n'este logar frisar bem claramente este facto:—que ellas nasceram, não só da idéa superior da caridade e piedade christãs, inspirada pelo bondoso confessor de uma illustre princeza, mas tambem d'esse grandioso principio que constituiu e constitue ainda hoje uma das mais solidas bases de todo o progresso humano—*a Associação.*

Temos portanto desde logo este duplo caracter social encarnado na vetusta instituição das Misericordias. Se é certo que a iniciativa de tão benemerita obra parte do solio real, e se é certo que a invocação e o mobil de toda essa beneficencia que vae derramar-se a flux sobre as miserias da população attribulada n'aquelle periodo de resvalo pela ladeira da decadencia, por todos os flagellos da fome, da peste, das guerras, e por fim da violenta e cruel dominação extrangeira, se essa invocação era a Virgem mãe dos desgraçados, o symbolo da religião professada com ardor pela christandade, não é menos certo que para se levar á pratica tão sublime e portentosa idéa se recorreu á força insuperavel que dimana da *Associação,* e se estabeleceu desde logo a *Confraria,* em que os irmãos se achavam estreitamente ligados pelos vinculos de um *Compromisso.* Os tempos, porém, mudaram e com elles o caracter e feição das instituições que não pereceram nas chammas das grandes conflagrações politicas e sociaes.

O sopro revolucionario que de França alastrou por toda a Europa, derruindo os thronos do direito divino e destruindo todos os velhos preconceitos, creou o moderno direito dos povos e estabeleceu em bases completamente novas a sua organização politica e social. Até este ultimo recanto da Europa chegou a febre das conquistas do direito moderno, o espirito do progresso produzindo o melhoramento da vida intellectual e moral das sociedades.

A revolução do Porto de 1820 primeiro, e depois a lucta pelo definitivo estabelecimento de uma constituição politica mais liberal e democratica, foram as alavancas potentes que desmoronaram as velhas instituições e os antigos costumes, para erigir sobre novos elementos e novos esteios uma sociedade culta, á semelhança dos mais cultos povos da Europa hodierna.

Ruiram as velhas e caducas formulas do antigo regimen, mudou a governação politica, alterou-se a fórma da representação popular, quebraram-se vinculos derivados de privilegios decadentes, alteraram-se as divisões administrativas, transformou-se a legislação penal, supprimiram-se os tribunaes perniciosos do Santo Officio, da Meza Censoria e outros, desappareceram os morgados; tudo quanto era velho e antigo foi riscado e supprimido, desde que contra todo esse mundo do passado se levantaram as vozes austeras e eloquentes dos convencionaes de 1820, até que os submergiram por completo na onda das novas creações modernas os braços vigorosos de Mousinho da Silveira e Joaquim Antonio de Aguiar.

Tudo sossobrou n'essa derrocada enorme. Esse monumento glorioso e proficuo, legado pela bondade de antepassados illustres, perdurou, porém, e sobreviveu ao cataclismo que fizera taboa raza de tantas instituições seculares. A Santa Casa da Misericordia de Lisboa, e com ella as Misericordias de todo o paiz, ficaram; ficaram porque eram uma instituição cuja utilidade e proveito ninguem ousaria contestar, e porque a sua missão tinha forçosamente de continuar sob o novo regimen de idéas e de creações sociaes. Não já tanto como uma obra meritoria aos olhos da Divindade, nem como acto de pura religiosidade christã, a beneficencia exercida pela Santa Casa impunha-se como uma necessidade social n'esta epocha em que se erguem no horizonte as reclamações ameaçadoras do quarto estado, exigindo como uma reivindicação de seculos a distribuição dos bens, egualitaria ou compensadora das agruras do trabalho.

Comprehendeu-se á luz da moderna sociologia que é obrigação, e das mais inadiaveis, a que corre ás sociedades constituidas sob um governo regular e culto, de soccorrer por todos os modos aquelles membros da collectividade social que pela impiedosa, injustificada e dura adversidade, ou pela propria imprevidencia ou desgoverno, cahiram nos páramos da miseria, não podendo erguer-se d'ella sem que mão tutelar os ampare e auxilie. Este amparo é uma obrigação social; é o dever de uma sociedade culta bem organizada e moralmente dirigida, ao qual teem direito os miseraveis, os párias, os enjeitados, os velhos, os enfermos, as mulheres e as creanças.

Não é pois a esmola dada para receber as bençãos dos agraciados como reconhecimento a um favor, mas sim o auxilio da sociedade aos desherdados da fortuna. Assim o entendeu o governo portuguez quando dissolveu a Mesa da Irmandade da Santa Casa da Misericordia de Lisboa e confiou a direcção e gerencia das suas obras de beneficencia a uma administração civil e burocratica, considerando-se desde então este instituto, pela largueza e amplitude de sua acção, uma verdadeira repartição do estado, á qual se entregou a tutela da miseria publica da grande capital do reino.

Haviam os instituidores da Obra Pia e seus continuadores aproveitado em beneficio dos desgraçados a boa vontade e cooperação dos principaes da terra e as piedosas intenções dos que, á hora derradeira, quando a vida se lhe escapava d'esta terrena moradia para ir aos logares desconhecidos receber o premio ou castigo do seu procedimento na terra, conforme os dogmas da sua religião lh'o prescreviam, se lembravam de deixar ainda, como sobrevivencia ás suas devoções, legados mais ou menos valiosos áquelle instituto immorredouro. Por isso no decorrer dos seculos que vem passando, desde a epocha da sua providencial creação, tem a Santa Casa accumulado um importante capital, cujos rendimentos applica dia a dia nas bemfeitorias que lhe são requeridas.

Tal o motivo porque a acção caritativa ou social da Misericordia de Lisboa é tão vasta e poderosa.

São os capitaes accumulados durante seculos, que lhe legaram gerações de virtuosas ou arrependidas almas, que dão a este estabelecimento, na actualidade, um caracter especial e distincto do que de semelhante possa encontrar-se em outros paizes, muito embora mais cultos e aperfeiçoados nos seus processos de administração e assistencia, como a França ou a Inglaterra.

A Santa Casa é, como dissemos, desde a sua ultima reforma, uma verdadeira repartição de Estado; é, porém, ao mesmo tempo uma legitima successora da antiga piedosa Confraria, corporação de mão morta, cujos bens e intenções herdou e administra.

Não é portanto ainda a verdadeira assistencia obrigatoria das modernas theorias sociologicas, porque não é dos cofres do Estado, nem das contribuições legaes dos cidadãos que o constituem, que sae a verba avultadissima, de centenares de contos de réis, com que a Santa Casa acode ás pobrezas da grande capital. Não é o Municipio, não é a Nação, que desembolsam esses encargos com que se minora e allivia a miseria publica.

É o peculio accumulado das gerações passadas, legado ou doado á piedosa instituição com o fim exclusivo de se applicar ao exercicio da caridade.

O Estado, representado pela Administração, nada mais faz senão gerir os interesses dos desgraçados, regulando a melhor distribuição dos beneficios. Oxalá as administrações se compenetrassem sempre e bem de tão séria e importante missão, cheia de attrictos e difficuldades, é certo, mas gloriosa, muito mais gloriosa do que a dos mais felizes e audazes conquistadores, porquanto, avassalando a desventura, tem por mira chamar ao convivio dos direitos humanos muitos sêres perdidos ou levados de vencida pela adversidade, e arrancar á miseria, á morte, ao martyrio inqualificavel, centenares e milhares de orfãos, de entes que, ao nascer, logo a cruel sorte destinara a soffrer o desprezo e abandono da parte d'aquelles a quem todos os deveres incumbiam de os tutelar com carinhoso amparo — os seus proprios progenitores.

Já em outra parte dissemos quanto nos parece ter sido impolitica e condemnavel a substituição da antiga organização da Irmandade pelas novas administrações burocraticas, de nomeação do governo, porque a velha Confraria representava a idéa associativa que em todos os tempos foi, como no presente, uma das maiores, senão a mais potente força das sociedades humanas.

A conservação da Irmandade, como succedeu com as de todas as outras Misericordias do reino, muito teria por certo contribuido para o engrandecimento do instituto, conferindo-lhe o caracter de iniciativa particular e independencia, muito embora, por qualquer providencia legislativa, se lhe reunisse egualmente o caracter official, quanto aos seus poderes e especial organização.

O visconde de Almeida Garrett, em um magnifico discurso proferido no parlamento, increpava os governos por não haverem tomado convenientes providencias ácerca da regencia das Misericordias, deixando viver umas sob a tutela de commissões nomeadas para substituir as antigas Mesas das irmandades, cujos abusos e erros haviam motivado essa tutela, ao passo que outras permaneciam sob o regimen dos velhos compromissos.

Garrett entendia que esta tutela governativa desacreditava as Misericordias e lhes fazia perder o respeito e a fé do publico, do que resultava a perda de avultados legados.

Dizia o eminente litterato e politico que urgia reformar o Compromisso, por modo a obrigar as confrarias a alargar e desenvolver a orbita das suas funcções de beneficencia, sob a fiscalização das auctoridades do Estado.

Vimos, pela rapida resenha que traçámos, que a Santa Casa ainda actualmente presta grandes e enormes serviços de caridade. Acudir com remedio, ou pelo menos com lenitivo, aos males, ás miserias da sociedade, é incontestavel serviço aos olhos da moral contemporanea.

Corresponderão, porém, estes beneficios, taes como actualmente se desempenham, ao ideal nascente da beneficencia social por que se hão de reger as futuras gerações?

Não ha instituição que não careça de remodelações successivas para dia a dia ir satisfazendo os variados requisitos das sociedades modernas. Mais de que nenhuma outra carecem d'essas reformas e melhoramentos as Misericordias, sob cuja alçada se comprehendem tantos e tão variados serviços.

Por isso a Commissão central do Centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India projectava e chegou a installar uma commissão especial para se levar a effeito um congresso geral das Misericordias de Portugal e Brasil, congresso no qual se proporiam os alvitres e estudariam os planos mais acertados para a remodelação geral d'estes pios institutos, cujas leis organicas Almeida Garrett já em 1854 reputava obliteradas e caducas.

Infelizmente mallogrou-se a idéa do congresso, cujos trabalhos poderiam ter produzido vantajosos resultados praticos, ou pelo menos lançado grande luz sobre os problemas ainda mal estudados da beneficencia publica.

É quasi certo que, com a crescente perfectibilidade das sociedades humanas, tempo virá, em remoto futuro, em que á governação dos Estados e ás administrações de beneficencia principalmente incumba, não o cuidado de remediar miserias e curar chagas sociaes, mas sim a missão muito mais delicada e previdente de evitar, por medidas de grande alcance economico e social, a formação e persistencia d'esse grande cancro das sociedades que se denomina a miseria publica.

É esse o ideal supremo dos grandes philosophos que illuminam com a potente luz das suas intellectualidades, onde ha o que quer que seja do lampejo d'essa divindade genial, as gerações que os admiram, que os erigem em apostolos queridos do bem da humanidade.

Desde Christo, que consolava os miseros, os párias, os desherdados, com a sublime philosophia da crença, e com a moral inimitavel, que veiu até nós sempre apregoada como licção e sempre citada como modelo, desde essa figura unica e inolvidavel do Divino Mestre, respeitada por todas as seitas, adorada por povos tão diversos na sua raça, nos seus costumes, nas suas tradições e crenças, até aos modernos evangelizadores do novissimo codigo social, o poetico e sonhador Hugo, o sabio Franklin, os pensadores Comte, Littré e Spencer, os enthusiastas Quinet e Michelet, o fanatico Proudhon, e tantos outros, vae engrossando o exercito dos propugnadores d'esse ideal da perfectibilidade das sociedades humanas.

A grande lei do Progresso prediz-nos que, de degrau em degrau, nos iremos approximando d'esse tão suspirado *desideratum,* com a mesma marcha vagarosa e incerta com que das primevas sociedades da mais remota historia antiga a humanidade se demudou, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, intervallados de tantos retrocessos, nas modernas culturas das já admiraveis civilizações contemporaneas.

Assim tambem é licito julgar que, ora avançando com impetos desordenados sob o impulso de enthusiasmos por vezes precoces, ora retrocedendo sob o peso das tradições e interesses contrarios que a acorrentam ao passado, a humanidade se acerque successivamente d'esse bem estar geral, onde a missão da beneficencia se reduzirá a muito menos, porque já terá conseguido muito pela propagação d'esse superior regimen.

Antes, porém, d'esse futuro incerto e remoto forçoso é que as instituições sociaes vão pouco a pouco modificando a sua organização para acompanhar o progresso tambem lento das sociedades.

Por isso as Misericordias do paiz teem alargado a esphera dos seus benefi-

centes serviços; faltou-lhes, porém, a unidade de pensamento e de plano, consoante com as primitivas intenções dos seus instituidores.

A Misericordia de Lisboa, porém, que é indiscutivelmente o primeiro e mais importante estabelecimento de beneficencia de todo o reino, poderia assumir a rasgada iniciativa de obter do Governo a centralização e suprema superintendencia da beneficencia publica, pelo menos da districtal, ligando e reunindo de um modo sensato as muitas e variadas attribuições e ingerencias que se acham commettidas, por uma serie de leis e regulamentos desencontrados e desconnexos, a repartições e corporações muito diversas, como são as commissões districtaes, governos civis, camaras municipaes e até mesmo juntas de parochia.

Subordinar todas essas diversas attribuições e serviços a um plano geral synthetico e uniforme seria diminuir em muito os pesados encargos e despesas de tão complexo machinismo administrativo, facilitar a acção da beneficencia publica, livrando-a de mil attrictos e embaraços provenientes, como é obvio, das fórmas multiplices e variadas da sua applicação, e evitar duplicações inuteis e absurdas de varias beneficencias.

A federação, permitta-se o termo, dos diversos institutos de beneficencia publica traria o resultado de se poderem evitar duplicações inuteis e desperdicios, bem como de se elaborar com precisão um monumental trabalho, que poderia ser a base da reorganização futura d'esses institutos: — o *inventario geral completo e rigoroso dos beneficios estabelecidos e o cadastro geral,* tambem completo, *dos indigentes* que a elles se soccorrem.

Elaborados, tanto a estatistica das beneficencias como o respectivo cadastro dos agraciados, pelas commissões parochiaes, pelas direcções dos asylos, dos albergues, dos hospicios, dos hospitaes, enfermarias, etc., restava codifical-os n'um resumo total, cujo alcance e vantagens é quasi inutil encarecer.

Esse cadastro e essa estatistica remediariam muitas injustiças, e facilitariam a rehabilitação voluntaria ou coercitiva para o trabalho de muitos indigentes que recorrem á esmola, ao subsidio de um ou mais institutos de beneficencia.

D'entre esse grande numero de individuos collocados pela dura adversidade na categoria de indigentes e miseraveis, muitos, ainda validos, podem ser utilizados e aproveitados com vantagem em algum dos mil variados misteres que a actividade humana tem creado, no seu sempre progressivo desenvolvimento industrial e artistico.

Conhecidos portanto pelo cadastro da Misericordia esses individuos, que muitas vezes se relaxam na ociosidade, preferindo ao trabalho mais ou menos arduo a vida de indigentes esmolados ou subsidiados, restava derival-os para o trabalho, recommendando-os aos industriaes, aos mestres de obras, aos la-

vradores, para os empregarem e acolherem com o respectivo salario nas suas industrias e misteres, conforme as aptidões, as forças, ou mesmo as condições de apprendizagem dos recommendados.

Muitos abençoariam a mão providencial que os arrancara á miseria, á desgraçada situação de viverem da sopa esmolada, para lhes proporcionar uma posição definida na sociedade, tornando-se uteis aos seus semelhantes, cumprindo o sacrosanto preceito de comprar o sustento com o suor do seu rosto, e conquistando meios de realizar o supremo *desideratum* do homem—a creação de familia e geração da prole que lhes dulcifique os desconfortos da vida e os acompanhe e sustente no ultimo periodo da invalidez e decrepitude.

Outros, embotados pelo vicio, ou vencidos pela ociosidade, reagiriam contra a collocação proporcionada pela Misericordia; então esta, ainda movida das mesmas intenções de bemfazer, recorreria a outra ordem de institutos e estabelecimentos, com os quaes tambem poderia achar-se intimamente relacionada, e coagiria esses relapsos a entrarem na vida social, cumprindo os deveres que ella impõe a todos os seus membros constituintes para que estes possam invocar os direitos que a sociedade reconhece em todos aquelles que lhe são uteis.

Queremos referir-nos ás casas de correcção para menores e ás penitenciarias agricolas e coloniaes. N'aquellas seriam internados os rapazes e raparigas a quem o abandono, a falta de educação ou tutela maternal tivessem tornado incorrigiveis nas suas tendencias viciosas; a Misericordia, depois de lhes ter concedido alguns dos seus beneficios e a protecção maternal, a que acima nos referimos, cumpriria então um dever de beneficencia, quando, ao observar pelo seu cadastro precioso a reincidencia d'esses menores, levando-os para a *profissão* de indigentes, de onde sahirão criminosos, apontasse á policia os seus nomes e paradeiro, requisitando das auctoridades competentes a sua reclusão nas casas de correcção, até conseguir que elles se rehabilitassem para o trabalho sadio e honesto.

Quanto aos maiores, egualmente denunciados pelo cadastro como reincidentes na indigencia, depois das tentativas empregadas para os derivar de tão fatal declive para a vida laboriosa, esses seriam egualmente apontados á policia para serem internados, como vadios perigosos, em alguma penitenciaria agricola na metropole ou nas colonias, procurando assim obter-se a sua rehabilitação.

Por este modo exerceria a Santa Casa da Misericordia a sua importantissima acção de beneficencia em harmonia com as necessidades e principios salutares do nosso seculo, os dictames da caridade bem entendida, tal como hoje se admitte e aconselha, isto é,—*distribuir* trabalho util ao que d'elle carece, obrigando os que recorrem á mendicidade degradante a tornarem-se uteis ao corpo social, e amparando com o seu auxilio e esmola aquelles que pela sua

edade infantil, velhice e enfermidades, ou imprevistos males da fortuna, se achem permanente ou accidental e temporariamente impedidos de procurar o sustento para si e para suas familias.

A descentralização dos serviços proprios da Misericordia, já começada a pôr em pratica pelo que toca a postos de consultas medicas e de distribuição da sopa de caridade, impõe-se como uma necessidade urgente, para a satisfação da qual será forçoso estabelecer postos ou delegações em que se ministrem os diversos e variados beneficios em condições desafogadas e recommendaveis.

Muito ha a fazer pelo que respeita ao aperfeiçoamento, ou, melhor diriamos, á remodelação completa da tutela que á Misericordia de Lisboa cumpre assumir sobre as creanças desvalidas de todas as classes—enjeitados, desamparados e pensionistas.

Para isso terá a Misericordia de manter relações permanentes e activas com todos os institutos onde se protege e ampara a infancia desvalida, combinando os seus beneficios com os de todas aquellas instituições, de modo a concilial-os o mais possivel, congregando-os todos em uma mesma orientação de caridade.

Não é de certo bastante receber a creança exposta ou desamparada e dal-a a amammentar e crear a uma mercenaria, que pode ser para a infeliz uma verdadeira mãe adoptiva, mas muitas vezes é apenas uma vil exploradora do salario, em beneficio tão sómente de seus proprios filhos. Não basta albergar no seu hospicio os desamparados até á sua maioridade, muito embora alimentando-os e educando-os; é tambem insufficiente o subsidio concedido ás mães pobres durante os primeiros doze mezes da aleitação da creança.

Deve ir mais longe a acção da Misericordia.

Para realizar o ideal de caridade para com a prole que a miseria, o desleixo ou desamor dos paes lançou á margem, força é que a Misericordia arrogue a si as obrigações e encargos dos proprios paes; é ella que deve, em nome da sociedade, consubstanciar em si, e a um tempo, o desvelo e carinho maternaes e o amparo efficaz e tutelar de um pae.

Muitas são, felizmente, entre nós as instituições publicas e particulares, cuja missão, altamente caritativa e social, é de soccorrer, amparar, auxiliar, proteger, regenerar e educar as creanças a quem o maior dos infortunios privou, por quaesquer das multiplas circumstancias da vida, da licção educativa e carinho tutelar dos paes. Assim, enumerando alguns que agora nos occorrem, citaremos a providencial instituição das créches ou asylos maternaes, o albergue das creanças abandonadas, as casas de asylo da infancia desvalida, os hospicios e asylos de cegos, de surdos-mudos, a Real Casa Pia de Lisboa, o dispensario da rainha, os sanatorios á beira-mar, as associações protectoras das creanças, etc.

Com todos estes institutos deveria a Misericordia entender-se, combinando com elles os seus serviços. Assim, no dispensario ha as consultas, que poderiam ser feitas em harmonia com as da Misericordia, a enfermaria de creanças, o receituario gratuito. A Misericordia recolheria pelo cadastro dos beneficiados em todos estes estabelecimentos de caridade elementos valiosos para favorecer e encaminhar a mais justa e necessaria distribuição dos beneficios. Acolheria os enjeitados, como as leis de seculos lh'o determinam e preceituam, mas tutelaria egualmente todas as creanças pobres, velaria por ellas desde o berço infantil até á maioridade, servindo-lhes de amparo, de protector, em todos os actos da vida, acompanhando-os com o seu registo, a ponto de saber ao certo qual o seu destino na grande lucta da vida social, fortalecendo-os nos seus desalentos e adversidades, ministrando-lhes os meios de vencer na campanha do trabalho, tendo por divisa a honestidade. A uns, na primeira infancia, daria o leite da ama, a outros o alimento á mãe que os creasse; depois na doença tratal-os-hia, com os seus limitados recursos: a enfermaria para os expostos internados e a consulta para os externos; a outros proporcionaria a entrada nos hospitaes, dispensarios, sanatorios. Vice-versa, aos convalescentes sahidos d'estes institutos concederia a sopa de caridade, a consulta e qualquer outro beneficio compativel.

Mas o orfão — chamemos-lhe assim, mesmo quando tenha paes, cujo desleixo ou miseria não permittem amparar e tutelar convenientemente a prole — uma vez registado no cadastro da beneficencia, continuaria a ser acompanhado pelo olho providente da Misericordia, que o apresentaria na eschola profissional, no apprendizado; que lhe proporcionaria uma collocação qualquer em uma industria ou officina, servindo-se para esse fim do annuncio, da protecção officiosa dos numerosos entes compassivos e serviçaes, que felizmente ainda se encontram no seio d'esta sociedade, embora decadente e desmoralizada pelo egoismo feroz.

Não só a educação do trabalho, mas a educação da economia, pela iniciação e propaganda em favor das caixas economicas, estabelecidas desde a primeira infancia, como as caixas economicas escholares ou das officinas, seria uma digna e util tutela que a Misericordia poderia exercer sobre os seus filhos adoptivos.

Por fim, quando a má indole ou a viciosa educação primitiva reagissem contra todas as providencias e remedios proporcionados pela caritativa Mãe-Misericordia, então a esta competiria, usando de um sagrado direito paternal, obter a reclusão dos insubmissos na casa de correcção, a fim de procurar ainda, por este meio extremo, arrancar ao vicio e á perdição aquelles desgraçados, procurando-lhes uma regeneração coercitiva para o trabalho honesto e digno.

Quantos exemplos ferteis e proficuos, nacionaes e extrangeiros, são dignos de estudo e de imitação! Além das créches, os *lactarios* para as creanças filhas de mães enfermas, rachiticas e famintas; as *creadeiras (couveuses)* para as que, pelo seu prematuro nascimento, carecem de um ambiente especial creador.

Uma generosa associação creada sob o influxo da iniciativa particular, e acolhida sob a sympathica denominação de *Associação protectora da primeira infancia*, avocou a si este ramo da beneficencia pupillar, cujas attribuições estavam no caracter e plano geral dos serviços a cargo da Misericordia de Lisboa.

E no extrangeiro quantas instituições novas a imitar! Veja-se o magnifico *Instituto Lauro Sodré*, no Pará, e a *Escuela-Asilo Fundacion Sotés*, de Madrid, onde se ministra a creanças pobres o ensino, a hygiene, o banho, o alimento e o vestuario, buscando *formar pessoas e caracteres moraes*.[1]

Lembremos ainda um outro instituto notavel, apontado pela mesma senhora, que tanto se tem dedicado a estudos da beneficencia nacional, o da *Œuvre des Liberées de Saint-Lazare*, associação de senhoras, cuja missão é arrancar das cadeias os miseros filhos das presas e educal-os em apprendizados, tomando-os como seus *pupillos*, e favorecer e promover a regeneração moral e social das presas, ás quaes se distribuem vestuarios, livros de moralização e outros beneficios. Este instituto é obra de uma senhora, cujo nome ficará gravado indelevelmente na historia dos bons. Foi iniciada por M.me Bagehot.[2]

Ácerca da hospitalização dos velhos invalidos de ambos os sexos, um dos capitulos a que a Misericordia dá cumprimento pela manutenção dos asylos do Amparo e de Sant'Anna, ha tambem no extrangeiro muito que estudar. Queremos referir-nos aos trabalhos do *Congresso de assistencia familial*, realizado em Paris, em outubro de 1901. A hospitalização dos velhos em casas particulares, sem o aspecto frio e desamoravel dos asylos, é presentemente mais preconizada do que a conservação das grandes agglomerações de asylados, em promiscuidade de educações mui diversas, sob o estigma do fardamento obrigatorio. Estas casas de beneficencia para invalidos, conhecidas ha muito na Hollanda pelo nome de *hofjes*, são de preferencia escolhidas no campo, onde se encontram melhores condições de salubridade. Este assumpto da hospitalização dos velhinhos merece, por muito descurado entre nós, serias attenções.[3]

Com relação a outros serviços de beneficencia da Misericordia, o influxo de exemplos dignos de imitar e das conveniencias do tempo actual impõe

---

[1] Vidè artigo de Caiel (Ex.ma Sr.a D. Alice Pestana) no *Diario de Noticias* de 7 de janeiro de 1902, intitulado *O dinheiro dos ricos*.

[2] Vidè outro artigo da mesma senhora, intitulado *Sigamos o exemplo*, no *Diario de Noticias* de 7 de fevereiro de 1902.

[3] Leia-se um artigo editorial do *Seculo*, de 18 de novembro de 1901.

ou aconselham utilissimas innovações. A substituição da actual *carta de guia*, pela concessão de meios de transporte, e a imitação dos processos usados no extrangeiro para a obtenção de casas baratas para as classes pobres e para os indigentes, em substituição dos *subsidios de rendas de casas*, são por certo modificações que o futuro aconselhará.

Em Londres, em Paris, em Liège, em muitas cidades da Europa e America, se teem fundado poderosas companhias, por acções, para acudirem a este importante beneficio das classes desvalidas. Desde 1867 na Belgica e desde 1854 em Londres se concedem os maiores privilegios e isenções a estas caritativas empresas. As proprias camaras municipaes teem tomado grande numero de acções de taes companhias, contribuindo assim para o augmento de capital tão util e beneficamente empregado, tutelando por meio de estatutos rigorosos tanto os preceitos de solidez e hygiene das edificações, como tambem o regimen e modicidade do seu aluguer.

Em Portugal muito se tem falado e escripto sobre o assumpto, sendo objecto de theses e memorias de grande valor scientifico e social, e de muitas providencias legislativas; porém na pratica nada se tem feito.[1] Bem poderia renovar-se a iniciativa tantas vezes abandonada. Facil seria obter terrenos, como não seria difficil angariar capitaes para uma empreza que reuniria aos lucros proprios de uma especulação mercantil os gosos, não menos apreciaveis, de uma pratica caritativa e altruista, hoje considerada com justa razão como uma das providencias de mais elevado alcance social.

Além d'isto não poderia ainda a Misericordia vir a alugar domicilios nas circumstancias que se julgue convenientes, e pôl-os á disposição dos seus contemplados, mediante condições rigorosamente impostas, um verdadeiro regulamento domiciliario, em que se attendesse á conservação e asseio das habitações, tanto quanto ao decoro e moralidade dos seus habitadores?

Ha n'este sentido no nosso paiz um exemplo aproveitavel. É o do bairro Jara, em Tavira, formado por habitações destinadas a pessoas pobres. Este bairro foi construido a expensas de um generoso testador, d'aquelle appellido, que legou grossos fundos para as beneficencias municipaes de Tavira, a cuja camara pertence a administração do bairro de casas para pessoas pobres.

Exemplo proveitoso e tambem muito para imitar é por certo a vasta organização de serviços medicos, tal como as reclamações constantes da imprensa diaria parisiense obtiveram do Conselho municipal de Paris desde 1875.

Foi o Conselho municipal que primeiro a tomou a seu cargo, elaborando

---

[1] Vidè o bello estudo intitulado *Habitação do operario e classes menos abastadas* (Lisboa, 1891) pelo nosso amigo sr. Guilherme Santa Rita.

listas de medicos e parteiras, que distribuiu pelos postos e estações policiaes, ás quaes os interessados recorriam. Um policia ia chamar o assistente, acompanhava-o á residencia do enfermo e reconduzia-o ao seu domicilio. A visita era paga pelo soccorrido, ou pela policia, na razão de uma tabella com que os assistentes se haviam previamente conformado.

Tempos depois, porém, reconsiderando, o Conselho municipal, commetteu esse encargo á Repartição da assistencia publica, que sustenta no seu orçamento um quadro enorme de facultativos, com remunerações certas e effectivas, e aos quaes desde 1885 ficou entregue essa obrigação do serviço medico nocturno.

A creação de um novo quadro de facultativos, de postos medicos distribuidos pela cidade, onde houvesse todas as condições de uma ambulancia para occorrer a desastres e a casos urgentes em que se reclamam os soccorros medicos, é uma falta que muito se faz sentir em Lisboa, onde dos bairros mais remotos se torna indispensavel remover em macas ou em trem, até ao hospital de S. José, as victimas de qualquer desastre ou accidente subito, ás quaes por vezes os rapidos e promptos auxilios medicos poderiam ser a salvação e a vida. N'estes postos medicos poderia haver a consulta, a pharmacia propria da Misericordia, a exemplo do que succede nas Misericordias de Setubal, da Figueira da Foz e outras, e até mesmo, á semelhança do que em Paris se estabeleceu, um quadro de parteiras incumbidas por contracto especial de acudir, pela chamada telephonica, ás parturientes pobres a quem a Santa Casa dispensasse a sua protecção.

Finalmente, a ultima e a mais recente beneficencia da Misericordia, com que diariamente acode a mais de 1:200 famintos, tambem, segundo a mais geral opinião, carece de modificações e aperfeiçoamentos na sua organização e distribuição.

Um exemplo brilhante — o da *sopa economica* — veiu demonstrar quanto é susceptivel de se melhorar e aperfeiçoar a sopa de caridade da Misericordia.

Pois não seria justo e razoavel que este serviço fosse um complemento do serviço clinico, ao qual em parte andasse ligado, por modo que, ao passo que se soccorrem os indigentes com os allivios que a medicina proporciona, se lhes ministrassem tambem os alimentos necessarios para o seu efficaz e completo restabelecimento?

A quantos pobres enfermos preceitua o medico uma alimentação regular e sadia, ou uma dieta especial, e perecem e definham por falta de recursos que lhes permittam obter semelhante alimentação!

Ao lado do medicamento, do conselho do facultativo assiduo e dedicado, a par d'estes inestimaveis beneficios, encontraria o soccorrido da Santa Casa a dieta, tão indispensavel á cura como o proprio medicamento, e em breve, recobrado dos males pela força sabiamente dirigida das substancias medica-

mentosas, e restituido ao trabalho pelo effeito fortificante da sopa de caridade, o pobre abençoaria a mão caridosa que o arrancou á morte e ao mesmo tempo o collocou de novo em condições de volver ao labor quotidiano, onde se obtem os parcos cobres com que comprar o pão — sacrosanto alimento da prole e da familia.

Teriamos pois a dieta aos enfermos e a sopa aos indigentes, cujo procedimento auctorizasse tal beneficio.

Tanto uma como outra d'estas caritativas esmolas constituem um dos mais valiosos soccorros que podem conceder-se á verdadeira indigencia.

Quantos enfermos teem por convalescença a fome! a quantas familias falta o pão indispensavel para lhes amparar e conservar as forças para o trabalho! quantos invalidos sem protecção nem amparo carecem do sustento para a sua já precaria e abalada existencia!

A sopa economica, fornecendo á classe operaria de mais minguado salario uma refeição completa, farta e limpa por um preço limitadissimo, sem competencia, presta um grande serviço social, ministrando áquelles membros da sociedade, cuja sorte e posição não é das mais favorecidas, um auxilio valioso, subtrahindo-os á perniciosa influencia da taberna, onde, além de se lhes ministrar a troco de todo o seu dinheiro algumas indigestas e mal preparadas comidas, os espreita e acommette o vicio sob todos os aspectos: — a embriaguez, o vinho, em que se dissolvem os ultimos restos da feria, a jogatina, a batota, a desordem, em que não raras vezes perdem a honra, a liberdade e até a vida, em luctas sanguinolentas, em que se estimulam os maus instinctos. Alli, na providencial cozinha, vão encontrar o socego, a paz, a tranquillidade e o asseio. Sentam-se a mesas limpas, onde recebem uma refeição bem composta nos seus differentes pratos, o vinho arraçoado, como convém, e tudo isto mediante uma retribuição modesta, que lhes permitte, sem o desdouro de receber esmola que á sua vida de trabalhadores honestos não conviria, alimentarem-se bem, robustecer as suas forças e ganhar em moralidade.

Isto para os que trabalham; e proporcionar trabalho aos que d'elle carecem será, como já dissemos, uma das mais importantes attribuições da Santa Casa quando a sua reorganização geral aperfeiçoada lh'o permittir.

Á indigencia que accorre aos portões da Misericordia, chamada pela tradicional legenda *Pulsate et aperietur vobis,* faça-se minucioso inquerito, consulte-se o cadastro da miseria publica. Apartem-se os que, remediados ou soccorridos por quaesquer eventuaes subsidios, tenham apenas em mira explorar a beneficencia da Santa Casa sem que a necessidade a isso os compilla. Apartem-se esses, ainda quando tragam valiosas recommendações e pedidos instantes. Tenha a Misericordia o seu corpo de informadores leaes, diligentes, honestos, e valha-se das suas investigações para distribuir os seus beneficios em harmonia com ellas.

Reconheça, separe a verdadeira pobreza, digna de todo o carinho e protecção, da horda de vagabundos, rebeldes a todo o trabalho, vivendo da esmola por gosto, por commodidade, victimas da relaxação e desvergonhamento.

Recaia a esmola, conceda-se o subsidio, a sopa, os medicamentos ao verdadeiro desvalido, que por falta de forças permanente ou accidental não pode conquistar pela applicação do seu braço o sustento proprio e o amparo dos seus. A esses a sopa de caridade será um beneficio de capital importancia. Certo o pão de cada dia, assegurado o sustento da familia desprotegida da fortuna, revigorar-se-hão as forças e a esperança dos soccorridos, e a Misericordia terá cumprido um dos mais sacrosantos deveres da velha caridade christã, expresso na propria phrase do Divino Mestre: — *dar de comer a quem tem fome.*

*
* *

É licito esperar que o alvorecer do seculo XX inspire a necessidade de promover por todos os modos que os governos portuguezes, conscios, como mais de uma vez publicamente o teem manifestado e confessado, da importancia e efficacia da acção beneficente das Misericordias, restituam estes vetustos institutos, por meio de leis sadias e intelligentemente estudadas, á sua primitiva grandeza, restaurando-lhes, em harmonia com a indole do seculo, todas as garantias, redditos, immunidades, prerogativas e vantagens de que tanto carecem, e de que tão bom uso sempre fizeram.

Não chegou a realizar-se o projectado congresso das Misericordias, nem sabemos se algum dia virá ainda a realizar-se. Bom seria que tal projecto não cahisse no esquecimento, porquanto da acção collectiva de tantos e tão uteis institutos grandes beneficios poderiam derivar e grandes medidas poderiam ser reclamadas do governo, como justas e necessarias concessões para que estes piedosos institutos possam collocar-se no mais completo accordo com a indole da epocha, accommodando ás exigencias hodiernas da actualidade as diversissimas obras pias dos seus venerandos compromissos.

Esta remodelação do velho instituto das Misericordias[1] tem de obedecer por certo aos principios ou bases de uma concentração ou centralização, debaixo de um plano uniforme, de toda a beneficencia do paiz, quer publica, quer particular, n'estes pios e historicos estabelecimentos das Misericordias,

---

[1] A reorganização dos serviços geraes de beneficencia publica tem sido objecto de reclamações e instancias por parte da imprensa periodica de Lisboa. Vejam-se, entre muitos, os artigos publicados pelo *Seculo*, n.os 6:307 e 7:141, pel'*O Dia* em 8 de agosto de 1900, n.º 136, e pela *Folha do Povo* de 4 de dezembro de 1898.

chamando-se a cooperação efficacissima do elemento *feminil* portuguez á grande *obra pia* da *caridade nacional.*

Sob estas bases se poderia obter, em harmonia com as actuaes exigencias da sociedade portugueza (tendo em attenção a indole especial, tradições, costumes e aptidões de cada uma d'ellas), a reforma geral dos compromissos de todas as Irmandades que, sob este nome generico de Misericordias, existem em quasi todos os concelhos do paiz, prestando os relevantes serviços de que o excellente livro do sr. Costa Goodolphim fez a utilissima divulgação, e os quaes em geral muito conviria limitar no que toca a exercicios puramente religiosos, augmentando-lhes consideravelmente os serviços propriamente ditos de beneficencia.

Com uma remodelação geral das leis testamentarias, que a imprensa[1] e a opinião publica instantemente reclamam dos poderes publicos, não limitando, antes facilitando, a liberdade de testar, e distinguindo bem tudo quanto tem o caracter privativo de legados religiosos dos que sejam pura e simplesmente legados de beneficencia, se conseguiria augmentar consideravelmente a receita dos estabelecimentos pios, a qual poderia ainda ser grandemente melhorada pela revertencia completa dos lucros das loterias, absorvidos na sua mais avultada quota pelo governo central.

*
* *

Lançando sobre o nosso estudo um ultimo olhar retrospectivo, podemos medir em breves linhas a importancia social que as Misericordias portuguezas representaram, e ainda hoje assumem, na vida historica, economica e social do nosso paiz e da nossa raça.

As Misericordias, pelo caracter especial do seu instituto, representaram um grande progresso na constituição e costumes da sociedade portugueza, pois elevaram a caridade e a beneficencia á categoria de verdadeiras instituições sociaes, em que se concretizaram os esforços e a cooperação de individuos de todas as classes do velho Portugal. Os antigos hospitaes das confrarias e das congregações dos mesteres converteram-se nas novas irmandades, subordinadas á regra do compromisso manuelino.

N'esse notavel documento, cujo original infelizmente se perdeu, assignavam n'uma confraternidade democratica, altamente significativa, ao lado do venturoso e poderoso monarcha, os humildes officiaes mechanicos. O citado in-

---

[1] Vidè, entre outros, o artigo editorial intitulado *Beneficencia,* do jornal *O Seculo,* n.º 6:307, de 1899.

querito ácerca de fr. Miguel Contreiras nos indica, entre esses signatarios, um cereeiro, um livreiro e um bordador.[1]

E, como se isto não bastasse, na regra do compromisso se estabeleciam as classes de *irmãos* em fraternal convivio:—*nobres, lettrados e officiaes mechanicos.*

Havia outr'ora as albergarias á porta dos paços reaes, dos paços dos bispos e dos conventos; depois vieram as confrarias de classe, as confrarias de *piedade,* com seus hospitaes privativos.

Vieram por fim, nos ultimos annos de seculo xv, as Misericordias, subordinadas a uma norma geral ou compromisso, mas completamente leigas e independentes, crear no espirito do povo portuguez essa grande corrente de educação caritativa que ainda hoje transluz nos costumes e sentimentos caracteristicos da raça lusitana.

A Misericordia tornou-se o centro da beneficencia e do soccorro mutuo, não só pelos serviços e beneficios de caridade propriamente dita que exercia, mas tambem assumindo o papel economico de caixa de credito e de banco de deposito. A principio simples confrarias, com fins pratica e devotadamente piedosos, as Misericordias, logo que as copiosas esmolas, doações e legados lhes engrossavam os capitaes, começavam a applical-os, emprestando dinheiro aos lavradores, reunindo assim o espirito associativo ao do commercio, e servindo de verdadeiros estabelecimentos de credito agricola e commercial. A primeira Misericordia, talvez, que exerceu este papel economico foi a de Lisboa, auctorizada pelo alvará de 22 de junho de 1778 a fazer emprestimos principalmente destinados á exploração agricola de terrenos incultos, assim como, consoante já em outro logar dissemos, o marquez de Pombal a auctorizara tambem a empregar os seus dinheiros no desenvolvimento da recontrucção da cidade. Outros alvarás semelhantes concederam auctorizações analogas a diversas Misericordias, estabelecendo um pensamento precursor das leis modernas de 22 de junho de 1866 e de 27 de julho de 1867, que pretendiam converter os fundos das Misericordias e confrarias do reino em bancos de credito agricola e industrial.

Estas medidas comtudo não colheram nos tempos modernos o desejado resultado.[2]

Antigamente, porém, as Misericordias eram verdadeiros bancos; tornavam-se depositarias dos bens de todos os aventureiros e navegadores que partiam para longes terras da Africa, India e Brasil, verdadeiras caixas economicas que recebiam e enviavam dinheiros, pagavam lettras e executavam ope-

---

[1] Vidè pag. 31.

[2] Vidè o livro *A Terra,* pelo sr. Anselmo de Andrade. Lisboa, 1898, pag. 168 a 177.

rações commerciaes, como egualmente o fazia a Companhia de Jesus. Serviam de correspondentes ás Misericordias que desde logo se instituiram no ultramar. Eram portanto instituições perfeitamente semelhantes ás modernas cooperativos sociaes, nas suas funcções bancarias e de agencia commercial.

A Misericordia tornou-se uma creação verdadeiramente nacional; n'ella se encarnou e identificou por tal fórma o espirito caridoso e bom do povo portuguez que ainda hoje, por toda parte do mundo, onde quer que se estabeleça e fructifique uma colonia de portuguezes, deve notar-se que desde logo se funda e estabelece, não um club ou sociedade recreativa, como o fazem as colonias de outras nacionalidades, mas sim um hospital ou uma associação de beneficencia. É exemplo notavel e modelo d'estas instituicões, que em solo de paizes remotos e extranhos se abrigam sob o estandarte das quinas, a poderosa e importante *Sociedade portugueza de beneficencia no Rio de Janeiro.*

E frequentes vezes acontece que n'aquellas remotas paragens, longe da patria, colonos de diversas nacionalidades, cahidos de doença e faltos de recursos, sem guarida onde se acolham, veem recorrer á generosa protecção da caridade portugueza, sempre aberta a todos os infortunios, e recebendo nos seus hospitaes e asylos, sobre os quaes ondula a nossa velha e gloriosa bandeira, todos os infelizes, sem distincção de côr ou de patria, de partidos ou de seitas.

Nas mais longinquas regiões onde impera ou dominou algum tempo a raça portugueza a instituição das Misericordias fixou-se logo, tão intimamente associada estava á indole e costumes dos portuguezes. Ahi estão ainda hoje a attestal-o, não só as florescentes e poderosas Misericordias do Brasil, tendo á sua frente a importantissima Misericordia fluminense,[1] mas tambem as numerosas Misericordias que existem disseminadas pela velha India e pelas nossas colonias africanas e ilhas adjacentes.

As modernas associações de soccorro mutuo e cooperativas operarias são a fórma moderna, a ultima phase ou transformação d'essas antigas confrarias de caridade; são o ultimo membro de uma serie historica e social, cujos membros intermediarios, desde a primitiva albergaria da rainha D. Mafalda, são a confraria de classe, a misericordia, o recolhimento, a casa pia e o asylo.

---

[1] A Misericordia do Rio de Janeiro sustenta hospitaes, enfermarias homopathicas e de applicações hydrotherapicas e electricas, asylo de tuberculosos, hospicio de alienados e de orfãos, escolhas, officinas, empreza funeraria, instituto Pasteur, asylo de expostos, recolhimentos, etc., e nas suas contas de gerencia accusa uma receita de 2.843:795$000 réis brasileiros e uma despesa de 2.624:205$000 réis.

Por anno sustenta 23:140 enfermos nos hospitaes; dá consulta a 130:798 pessoas; dá pensões de 2$000 a 25$000 reis mensaes a 262 viuvas; cria 638 orfãos e dá sepultura a 16:710 cadaveres. (Vidè citado livro do sr. Felix Ferreira, *A Santa Casa da Misericordia Fluminense.*)

Assim como, n'aquelles tempos antigos de privilegios e preconceitos, nas tradicionaes confrarias de caridade e nas irmandades das Misericordias os irmãos e confrades de diversas classes sociaes, reunidos fraternalmente sob o mesmo compromisso e estandarte, se propunham a esmolar os indigentes, a soccorrer os enfermos com medico e botica, a subvencionar as viuvas e os orfãos, e finalmente a enterrar os mortos, assim tambem nas modernas e contemporaneas collectividades socialistas e nas cooperativas operarias vemos restabelecidas, em pleno seculo XX, as antigas tradições, muito portuguezas, do auxilio reciproco, da confraternização dos homens, e da beneficencia, em toda a sua variada escala, pelo subsidio na doença, pelo soccorro de medico e botica, pelo enterramento dos consocios, pelas pensões ás viuvas e filhos desamparados, e accrescentando ainda a todos estes beneficios da antiga tradição outro, que n'aquelles tempos era desprezado, o da instrucção e do ensino, dadiva e beneficio importantissimo com o qual se dotam os pequeninos orfãos e desamparados para as futuras luctas da vida, creando n'esses infelizes futuros cidadãos uteis á republica.

Ainda ha bem pouco tempo um documento official, apresentado em côrtes por um chefe do governo portuguez, se referia com justas palavras de elogio á importancia capital que ainda hoje reveste a vetusta instituição das Misericordias portuguezas. Dizia o governo:

«A acção privada cria todos os dias instituições beneficentes; não se estanca nunca, antes cada vez mais se caudaliza esta fonte de piedade e caridade, — sentimentos tão peculiares ao povo portuguez, onde fructificou a mais bella e completa das obras protectoras — a Misericordia.» [1]

Em 1893 o presidente da republica brasileira dava uma demonstração publica do alto apreço em que deve ser tida a Misericordia fluminense, primeira d'entre as Misericordias do Brasil, reconhecendo que ella é a representante legitima da beneficencia publica brasileira, encarregando o Provedor de fazer a distribuição dos soccorros pecuniarios suppridos pelo thesouro federal.[2]

Já antes, em 1840, o sabio imperador do Brasil, D. Pedro II, dera prova da elevada consideração que professava por aquella Misericordia e pelas egregias qualidades do famoso Provedor d'aquelle estabelecimento, modelo de virtudes e de dedicação, José Clemente Pereira, mandando-lhe erguer uma estatua de marmore no Hospicio D. Pedro II, em logar fronteiro á estatua do imperador.

Por todos estes factos, pela extensa narrativa historica que acabamos de

---

[1] *Relatorio* apresentado ás côrtes em 1901 pelo ministro do reinò, sr. conselheiro Hintze Ribeiro.

[2] Felix Ferreira, obra citada, pág. 409.

elaborar, pela descripção minuciosa dos seus beneficios, pelas considerações que adduzimos ácerca da sua importancia social, julgamos ter provado, com a possivel evidencia, que as Misericordias são, nos paizes onde existem, como Garrett desassombradamente o affirmava do alto da tribuna parlamentar, com toda a eloquencia da sua palavra auctorizada, «A BASE DE TODO O DESENVOLVIMENTO DA BENEFICENCIA PUBLICA.»

---

# NOTAS, ADDITAMENTOS E CORRECÇÕES

# NOTAS, ADDITAMENTOS E CORRECÇÕES

## NOTA I

Pag. 6

Ácerca da vida de D. João II, do seu reinado, da influencia da Renascença em Portugal, nos seus costumes, na sua gloria, no desenvolvimento das artes e das sciencias, especialmente da cosmographia, da geographia e das mathematicas; ácerca do brilhantissimo papel que os portuguezes desempenharam na historia geral da civilização pelas viagens e navegações, pelos descobrimentos maritimos, pelas conquistas e colonizações; ácerca da gloria, renome e prestigio adquirido pelo pequeno reino da Europa do seculo XVI, deve lêr-se o quadro magistral, desenhado a largos e vigorosos traços, no *Prefacio* ao livro o *Principe Perfeito*, de Oliveira Martins, prefacio escripto pelo fallecido eminente estadista e humanista Henrique de Barros Gomes.

## NOTA II

Pag. 8 a 28

### A rainha D. Leonor

Muito controvertidas opiniões tem suscitado o caracter intimo d'esta princeza, cujas beneficas obras ninguem comtudo deixa de reconhecer e de elogiar. Querem uns vêr em D. Leonor uma santa creatura, reproduzindo nas agruras de uma vida cheia de tribulações e desgostos o espirito de bondade angelical que irradia dos institutos de caridade que tão piedosamente erigiu e patrocinou.

Outros, porém, talvez mais bem orientados pelos processos de investigação e de critica de documentos ineditos e dos factos conhecidos da sua biographia, representam a rainha como mulher de caracter agreste, irritavel, desamoravel para com o marido que a trahia, vingativa até o ponto de o abandonar moribundo no Algarve, onde nem sequer á hora da morte lhe foi levar o perdão, a dulcificadora piedade, que a religião de Christo, que ella com tamanho ardor seguia, lhe apontava como dever religioso e humano. Accusam-na mais, estes criticos da historia, de uma cupidez insaciavel, nunca satisfeita pelas opulentas dadivas e tenças com que

a dotavam constantemente os reis seu esposo e seu irmão. Dotes, doações, privilegios, regalias, tudo ella solicitava e pedia, e sempre attendidos e satisfeitos eram os seus desejos.

Entram no numero dos escriptores de elevada gerarchia nas lettras, que assim julgam severamente a excelsa princeza, o nosso grande romancista Camillo Castello Branco, no livro intitulado *Narcoticos,* e o sr. Anselmo Braamcamp Freire, na série de cinco artigos subordinados á epigraphe *A rainha D. Leonor,* e publicados no *Jornal do Commercio* nos numeros de 7 de setembro e de 1, 12, 21 e 26 de outubro de 1901.

Não nos pertencia entrar n'este campo de apreciações controversas; limitamo-nos a apresentar a rainha sob o aspecto de bondade caritativa que as suas instituições ainda presentemente attestam e confirmam. Dos estudos que outros eruditos investigadores se propuzeram realizar ácerca de D. Leonor aguardamos que mais luz se faça sobre o seu caracter e suas obras. Desejamos ardentemente que taes estudos appareçam breve a ensinar-nos com a ineluctavel logica derivada de preciosos documentos, hoje desconhecidos, qual o verdadeiro e mais completo conceito que devemos formar ácerca d'aquella princeza. O erudito e eminente homem de lettras Henrique de Barros Gomes esperava que Oliveira Martins, no seu livro o *Principe Perfeito,* se tivesse podido concluil-o, com:

«...a imparcialidade, condão natural de um alto espirito, não deixaria de pôr bem saliente o que foi e o que valeu a piedade e a caridade da Princeza que fundou o Hospital das Caldas e o convento de Xabregas, e cobriu o paiz com os beneficios d'essas irmandades tão portuguezas das Misericordias, que para todos os males do corpo e da alma procuram balsamos e allivios, e assim consubstanciam n'uma instituição unica e fundamental o inteiro idealismo christão de amor e caridade.»

«E quanto não careceu no decurso da sua vida a penitente de Fr. Miguel de Contreiras de se abrazar no fogo d'essa caridade para esquecer o desamor do esposo, a perda do filho, o assassinato do irmão, ás mãos do Rei, no seu proprio paço e sob os seus olhos, o processo e morte do cunhado, a perseguição da familia inteira, e mais que tudo, talvez, o valimento do bastardo e de sua mãe!» [1]

Pelo que respeita a documentos manuscriptos, além do precioso manancial da Torre do Tombo, parece deverem existir muitos outros relativos a D. Leonor no cartorio do convento de Santos, onde esta rainha se acolheu, como porventura haveria nos dos antigos conventos de Santo Eloy e de Xabregas. De documentos monumentaes ou escriptos na pedra temos, porém, além dos que n'outro logar apontámos, a capella do Hospital das Caldas da Rainha, fundada com bulla de 10 de setembro de 1495, do Papa Alexandre VI, e a egreja da Nazareth, que por ella foi reedificada e ampliada.

A capella do Hospital das Caldas, com sua formosa torre manuelina, é pequena, dedicada a Nossa Senhora do Populo, e foi acabada em 1500, segundo a inscripção gothica gravada nas hombreiras e verga da porta que vae da capella-mór para a sacristia: [2]

«*Esta capella mãdou fazer a muito alta he escrarecida he élustrisima rainha dona lianor molher do muito alto he potetisimo rei Dom Joham ho segundo. he se aquabou na era de mill b.c*»

N'estes mesmos artigos alludidos refere-se o sr. Braamcamp Freire ao brazão de armas da rainha D. Leonor nos seguintes termos:

---

[1] Henrique de Barros Gomes, no *Prefacio* do *Principe Perfeito,* de Oliveira Martins. Lisboa, 1896, pag. 84.

[2] Citados artigos do sr. Braamcamp Freire.

«As armas da Rainha D. Leonor consistiam n'um escudo partido das do marido e das proprias d'ella. Como os dois eram primos, tinham ambos por armas as do reino, as quaes comtudo no escudo de D. Leonor se não encontram perfeitamente repetidas, por isso que ao centro teem só uma linha de castellos, fazendo bordadura para os dois lados. Não é facil descrever em termos de brazão o escudo da Rainha D. Leonor, e se o tentasse talvez me não entendessem.»

«N'uma sua carta de 12 de março de 1510, que se guarda sob n.º 96, do maço 8.º, parte I, do *Corpo Chronologico,* vê-se o sinete das armas de D. Leonor. A impressão mostra-nos os cinco escudetes das quinas do reino repetidos em dois campos a par, cinco na cruz de cada lado, e os campos separados por uma pala, na qual se vêem tres castellos iguaes aos outros quatorze que sobrecarregam a bordadura do escudo. N'outro sello da Rainha, que se encontra reproduzido na *Historia genealogica,* o escudo tem apenas 10 castellos na bordadura, existindo entre elles as quatro partes de uma cruz florida. É curioso apparecer este sello em decreto de 1487, tendo D. João II desde 1485 mandado tirar das armas do reino as quatro pontas da Cruz de Aviz.»

«É muito diverso o escudo da abobada da capella-mór da egreja das Caldas. N'elle esculpiram as armas do reino tendo 9 castellos na bordadura e por differença duas bricas no campo das quinas. Isto vê-se claramente cá de baixo. Affigura-se mais existir um banco de pinchar ligando as duas bricas que se conhecem serem partidas, distinguindo-se a custo umas palas e um franchado tambem com palas e mais duas cousas aos lados, que podem ser aguias. (São as armas de D. Manuel, duque de Beja, taes como no *Mestre das sentenças,* manuscripto de 1494, e na *Biblia dos Jeronymos,* 1495.)»

Com respeito ao testamento de D. Leonor tambem nos diz o mesmo investigador, no artigo 6.º, intitulado *Uma carta de D. Leonor,* que tendo-o procurado não conseguiu encontral-o.

«Morreu em Lisboa a 17 de novembro de 1525. O testamento não apparece; só se conhecem as verbas relativas ao convento da Madre de Deus, na 3.ª parte da *Chronica serafica.* Já o chronista (pag. 89) declara lhe não ter sido possivel encontral-o apesar de dizer na pag. 48 que supposto quizessem trasladar o seu corpo para o convento da Batalha, onde jaz sepultado o memoravel D. João II seu marido, taes foram as condições que para este fim deixou em seu testamento, que moralmente seria impossivel conseguir-se em algum tempo.»

Além do formoso episodio historico, intitulado *Mocidade de Gil Vicente,* do sr. Julio de Castilho, onde se descreve em quadros de vida intima a rainha D. Leonor, outros trabalhos litterarios contemporaneos teem desenhado a traço rapido a figura proeminente d'esta princeza. Taes são os livros: *Pero da Covilhan,* pelo sr. Zephyrino Brandão (episodio romantico), a pag. 162,[1] e um pequeno romancesito historico do seculo XV, intitulado *D. João II,* pelo sr. José E. Soares Romeo Junior, no cap. VII.[2]

---

[1] Lisboa, 1897.

[2] Livraria internacional de Ernesto Chardron. Porto, 1878. N'este livro e no mesmo capitulo apparece a figura piedosa do confessor da Rainha, Fr. Miguel Contreiras.

D. João I, Mestre de Aviz
n. 1357
† 1433.

casou com

D. Filippa de Lancastre
n. 1359
† 1465.

I
D. Duarte
n. 1391
rei 1433
† 1438.

casou com

D. Leonor, filha de D. Fernando de Aragão e de D. Leonor.

IV
D. João, grão mestre da ordem de Santiago e 2.º Condestavel do Reino
n. 1400
† 1442.

casou com

D. Isabel de Bragança, filha de D. Affonso 1.º duque de Bragança e de D. Brites Pereira, condessa de Ourem
casou 1424
† 1465.

I
D. Affonso V
n. 1432
rei 1438
† 1481.

casou com

(1.ª) D. Isabel, filha do infante D. Pedro
n. 1432
† 1455.

(2.ª) D. Joanna, filha de Henrique IV de Castella e de D. Joanna
n. 1462
† 1530.

III
D. Leonor, que casou com o Imperador Frederico III
n. 1434
c. 1457
† 1467.

IV
D. Catharina, noiva de Duarte de Inglaterra
n. 1436
† 1461.

V
D. Joanna, mulher de Henrique IV de Castella
n. 1439
c. 1455
† 1475.

II
D. Fernando, 2.º duque de Vizeu e de Beja, 5.º condestavel e mestre de Santiago
n. 1433
† 1470.

casou com

Infanta D. Brites ou D. Beatriz
† 1506.

D. João II
n. 1455
c. 1471
rei 1481
† 1495.

casou com

D. Leonor, filha do duque D. Fernando
† 1525.

D. Jorge, bastardo de D. Anna de Mendoça
n. 1481
† 1550.

D. Affonso
n. 1475
casou com a infanta Isabel de Castella
† 1491.

I
D. João, 3.º duque de Vizeu
† 1472.

II
D. Diogo, 4.º duque de Vizeu
† assassinado por D. João II, 1484.

III, IV e V
Duarte, Diniz e Simão
† creanças.

VI
D. Manuel, duque de Beja
n. 1469
rei 1495
† 1521.

VII
D. Leonor, mulher de D. João II
n. 1458
c. 1471
viuva 1495
† 1525.

VIII
D. Isabel, mulher do duque de Bragança executado em 1483
n. 1459.

Sepultadas a par no claustro da Madre de Deus, em campas rasas

ARVORE GENEALOGICA DA RAINHA D. LEONOR DE LANCASTRE, DE D. JOÃO II E DE D. MANUEL

Foi D. Leonor que obteve, entre as muitas regalias a que nos referimos, a constituição definitiva da *Casa e Estado das Senhoras rainhas de Portugal,* isto é, a organização official da antiga *Casa das Rainhas,* formada desde o tempo de D. Dulce, pelas doações successivas de terras e senhorios, feitas pelos monarchas ás rainhas suas esposas, entre as quaes doações avultavam as que haviam constituido o patrimonio da riquissima rainha Santa Isabel. Além das terras e villas das suas predecessoras a rainha D. Leonor augmentou a *Casa das Rainhas* com as cidades de Silves e Faro, e villas de Aldegallega da Merceana, de Aldegavinha e das Caldas, de que foi fundadora.[1]

## NOTA III

Pag. 9

### A empresa da rainha D. Leonor

O camaroeiro ou rede de pescador, adoptado pela rainha para sua empresa ou divisa, vê-se esculpido ou desenhado em todos os brazões de suas villas e nos monumentos que edificou. Vêmol-o no brazão da villas da Caldas, e na formosa torre da *Volta dos sinos,* ultimo resto da manuelina capella do hospital, a que nos referimos na nota antecedente. Sobre os arcos das sineiras ostentam-se os escudos com o camaroeiro e o pelicano.[2] Esta empresa vê-se tambem esculpida nos escudos de pedra collocados aos dois lados do portico da egreja da Madre de Deus, nas paredes do claustro, onde a rainha jaz sepultada, e na cimalha da frontaria do edificio. Na pia de pedra, que foi de uso particular da rainha e que a nossa estampa III representa, e nas *capellas imperfeitas* do convento da Batalha, destinadas a pantheon da familia de D. Manuel, na 3.ª capella á direita, de quem entra, vê-se ainda o camaroeiro, divisa da rainha. N'esta capella apparece-nos esculpido em pedra nos florões do arco, e pintado a côres nos vitraes das janellas (1509). Existe tambem, ou existiu, sobre a porta do baluarte de Monsão, a empresa de D. Leonor.

## NOTA IV

Pag. 13

D. Luiz de Sousa foi o *decimo nono* arcebispo de Lisboa, e não o *decimo,* como por lapso typographico passou a pag. 13.

---

[1] Vidè o livro do sr. Franco Monteiro, *A Casa das Rainhas.* Lisboa, 1893.

[2] Uma vista photographica d'esta torre, acompanhada de artigo nosso, ácerca da empresa da rainha D. Leonor, pode vêr-se no *Passatempo,* revista illustrada, n.º 26, de 10 de janeiro de 1902.

## NOTA V

Pag. 20 a 47

Foi effectivamente no tempo da rainha D. Leonor que a arte typographica se introduziu em Portugal, seja qual fôr a mais veridica versão ácerca do logar e anno que positivamente se devam attribuir aos primeiros trabalhos de impressão que no nosso paiz se realizaram. Querem uns que fosse em Leiria, em 1466, fundada a primeira typographia portugueza; outros que fosse em 1485, ou em 1489, na de Lisboa, pertencente aos hebreus, que tivesse sido impresso o primeiro livro.

Os primeiros impressores eram, como é natural, extrangeiros, principalmente allemães. Entre os primeiros impressores em Portugal figuram os da seguinte lista:

1466.—1474.—? Leiria.

1495.—Lisboa.—Nicolau de Saxonia e Valentim Fernandes, de Moravia; este ultimo foi escudeiro da casa da rainha D. Leonor. Exerceu a arte typographica, imprimiu em 1495 a *Vita Xpi*, e traduziu e publicou a relação de Marco Polo em 1502. Foi este mesmo impressor que associado com o allemão Herman de Campos fez em 1516 a primeira impressão do *Compromisso* da Irmandade da Misericordia de Lisboa, a que nos referimos a pag. 47.

1512.—Apparece-nos o dito allemão Herman de Campos. (J. A. de Figueiredo, *Synopsis chronologica*, tomo I, pag. 236.)

1514.—Luiz Rodrigues. Lisboa. (Idem, pag. 177.)

1521.—Jacobo Cromberger. Idem. (Idem, pag. 254.)

1526.—Germano Galharde. Idem. (Idem.)

1537.—Pedro da Rocha Dondo. Braga.

1554.—João Aluarez. Coimbra. Imprimidor da Universidade.

1560.—João Blavio, de Colonia. Lisboa. (Idem, tomo II, pag. 36.)
João Barreira. (Coimbra.)

1570.—Francisco Corrêa. Lisboa. (Idem, tomo II, pag. 137.)

1571.—Marcos Borges. Lisboa. (Idem, pag. 161.)

1574.—João Barreira. Lisboa. (Idem, pag. 164.)

1593.—Manuel da Lyra. Evora.

Em 1508 D. Manuel, por carta régia de 20 de fevereiro, concedia aos impressores grandes privilegios com o fim de promover e augmentar a arte typographica em Portugal.[1]

---

[1] Citada *Sinopsis*, tomo I, pag. 164. Leia-se *Documentos para a historia da typographia em Portugal*, pelo sr. Venancio Deslandes.

## NOTA VI

Pag. 26

São dois os quadros gothicos da sacristia da Madre de Deus. Representa um o enterro de Santa Auta, e o outro o casamento de D. João III, finissimas pinturas quinhentistas que teem sido attribuidas a Christovão de Utrecht. Vidè *Les Arts en Portugal,* do conde de Raczinsky, pag. 125, *O prior de S. Nicolau Rosario e Mello e a sacristia da Madre Deus em 1879–1880,* pelo sr. Gomes de Brito, pag. 20, e *Mosteiro e egreja da Madre Deus,* pelo sr. Liberato Telles, pag. 13.

Estes quadros preciosos e captivantes foram reproduzidos por S. M. a Rainha em dois bellos desenhos a lapis que figuraram na 2.ª exposição da *Sociedade Nacional de Bellas Artes,* de 1902. (*Catalogo* respectivo, pag. 19.)

## NOTA VII

Pag. 26

### O relicario da Rainha D. Leonor

Esta preciosissima peça artistica tem sido objecto de aturadas indagações, cujo fim era determinar quem teria sido o ourives que burilou tão primoroso artefacto. O sr. dr. Sousa Viterbo, nos seus estudos sobre *A Exposição de arte ornamental (notas ao catalogo),* publicados primeiro no *Diario de Noticias* e depois no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa,* 3.ª série, n.º 9, do anno de 1882, dedica-lhe uma pequena noticia historica.

## NOTA VIII

Pag. 28

Tambem a Misericordia do Porto conserva o uso tradicional de commemorar annualmente, em 29 de janeiro, o fallecimento do fundador do velho hospital da Misericordia dito antigamente de *D. Lopo.* Era este um fidalgo, D. Lopo de Almeida, fallecido em 1584. Todos os annos a Misericordia manda rezar uma missa na sua egreja e distribue cinco vestuarios a pessoas pobres, jantar, etc.

## NOTA IX

Pag. 41

Corroboram ainda a presumpção aventada de se filiar em longinquas origens italianas a idéa primordial das confrarias da Misericordia outros factos em que se estabelecem a ligação e relações intimas que n'aquella quadra existiam entre a civilização italiana e a portugueza. Lourenço de Medicis enviava a Portugal o celebre architecto Andréa Contucci Sansovino, discipulo do famoso favorito do Medicis — Pollaiolo, o qual lhe ensinara os novos processos da pintura a oleo, até então mal conhecidos. D. João II recebeu-o com agrado e encarregou-o de reedificar e decorar os paços reaes de Evora. Quantas informações e indicações ácerca dos costumes e progressos da brilhante civilização italica não forneceria ao monarcha portuguez e á sua côrte o illustre artista florentino!

Outro facto mais curioso e frisante:—nos interessantissimos inventarios descobertos e publicados pelo sr. dr. Sousa Viterbo n'*A Livraria de D. Manuel*, refere-se que na livraria de D. João III se encontrava, segundo inventario de 1534, sob o n.º 5, um livro chamado —«*Estatutos de Fl.ça (Florença) de letra de mão ẽ tauoas*».

Conteria este livro algumas noticias ácerca dos compromissos das Misericordias italianas? Não repugna, antes é perfeitamente licito admittil-o.

## NOTA X

Pag. 48 e 49

O codice manuscripto que contém este curioso inquerito é o n.º 1802 do catalogo da Torre do Tombo, e tem por titulo —«*Instrumento de como fr. Miguel Contreiras foi o instituidor*, etc.

É datado de 1601. Tem á margem do frontispicio a palavra *Santarem* e que parece indicar que tenha pertencido ao convento da Santissima Trindade de Santarem.

## NOTA XI

Pag. 50 e 51

Começa o *Compromisso* pelas palavras:

«Dom Manuell per graça de deus rei de portugal e dos algarues daquem e dallem mar em africa, senhor de guinee e da comquista e nauegaçam e comercio ethipia *(sic)* e arabia persia e da hindia, a quantos esta nossa carta uirem fazemos saber que pello prouedor e officiaaes da comfraria missericordia desta nossa mui nobre e sempre Leall Cidade de Lixboa nos

foi apresentado huum liuro de compromisso da dita Comfraria spto em papell cujo trellado de uerbo ad uerbum he o que se adiante sege.»

O capitulo da devoção dos fieis de Deus, a que nos referimos a pag. 50, é do teor seguinte:

«*Cap.º da deuaçam dos fiees de deus.*

«Provedor e officiaes da confraria da Misericordia da nossa cidade de Lixboa. Nos El-Rey vos enviamos muito saudar nos soubemos ora como vos tinhees mandado na dita cidade fazer a ordenaçam que se ca começou das almas que jazem no purgatorio e qúe se fasia assi beem e como temos sabido que todas as cousas e obras virtuosas se nesa confraria fasem no que recebemos muyto prazer e vollo aguardecemos muito e encomendamos que o queiraes mandar assentar per capitollo em nosso comprimisso pera a dicta devaçam se fazer pera sempre e estar nelle per lembrança e di em diante comprir como de uos se espera porque alem do serviço que nosso senhor nisso recebe nos levaremos diso muito contentamento e prazer. Scripta em evora a xxbij (27) dias de abril, andré Pires o fez, de 1520.»

Junto d'este codice gothico existe uma copia de lettra nova, em um caderno de papel, com folhas numeradas de 1 a 18, com o seguinte titulo na pagina do frontispicio:

«Copiado fielmente e conferido do original existente na Santa Casa da Misericordia de Lisboa pelo conservador do Archivo da Torre do Tombo, Raphael Eduardo d'Azevedo Basto.»

## NOTA XII

Pag. 51

Com respeito á acquisição d'este exemplar do primitivo *Compromisso,* no leilão da livraria dos marquezes de Castello Melhor, encontrámos posteriormente na *Acta* da sessão da administração da Santa Casa do dia 4 de março de 1879 a seguinte deliberação:

«Convindo que o estabelecimento adquira o unico exemplar do Compromisso da confraria da Misericordia de Lisboa, que El-Rei D. Manuel mandara copiar, do que então existia, e achando-se esse exemplar comprehendido no espolio do Marquez de Castello Melhor, de que os herdeiros fazem leilão, e tendo a Mesa resolvido que se adquirisse o referido exemplar, deliberou-se pagar a quantia de 27$560 réis, importancia da dita arrematação.»

No catalogo da livraria, a pag. 7 e 8, sob n.º 17, descreve-se o exemplar do *Compromisso* nos seguintes termos:

«*Compromisso* da confraria da Misericordia de Lisboa. Dado a esta confraria por el-rei D. Manoel a 12 de maio de 1520. *El-rei D. Manoel, mandou copiar o original, que era em papel, e depois que dessem ao illuminador 6$000 rs.*, «ainda menos do que lhe parece que elle merece». *É escripto em pergaminho, tendo no frontispicio uma bella illuminura representando a Mi-*

*sericordia, que occupa metade da primeira pagina, sendo a outra metade tarjada, bem como a seguinte; o texto é gothico, com as letras capitaes illuminadas.* Ms. in-fol. de 28 fl. (E. em madeira).»

«*Catalogo/dos/preciosos manuscriptos/da/bibliotheca/da/Casa dos Marquezes de Castello Melhor*/etc., etc. Lisboa, 1878. (A venda fez-se no principio do anno de 1879.)

## NOTA XIII

Pag. 53

Encontramos depois citado este *Alvará de 4 de julho de 1564 — por que se confirma o Compromisso da Misericordia da cidade de Lisboa* — no *Repertorio Chronologico das leys, pragmaticas,* etc. (Lisboa, 1783), pag. 229, onde cita como fonte a obra *Cabedo de Patron. Reg. Corone,* cap. 46, fl. 58.

A corroborar de uma maneira terminante a opinião do sr. Felix Ferreira fomos casualmente encontrar na *Torre do Tombo,* depois de impresso o que dizemos a pag. 53, uma carta de D. João III, dirigida ao Provedor da Misericordia ácerca das projectadas reformas do compromisso. É o documento n.º 109 do maço 73 do *Corpo Chronologico,* do teor seguinte:

«Proveador e Irmaãos da misericordia da çidade de Lixboa eu elrey bos enuyo muito saudar eu comecey a ber o comprimisso da confraria desa casa e nam me pareceo bem a ordem em que bay, por que segundo o que vy pareçe que vay nelle incorporado o delrey meu sñor e padre que sãta gloria aja e emmendado em muitos lugares e eu nam queria que no delrey meu sor se emmendase nem tirase cousa alguũa e que estivese como estaa, por que, emmendar nele palauras he de muy pouca sustancia e não he rezam que se faça e tambem as que elle tem sam muy boas as outras cousas que o tempo e a experiencia mostrou que se desejam dacrecentar de nouo e emmendar, destas que forem de sustancia e não forem palauras se deue fazer alguns cap.os de nouo declarando no principio deles a rezam ou rezões que ha pera asy se fazer e dando tambem a cada cousa que se tirar ou acreçentar de nouo a rezam por qual se faz, os quaaes aprouarey e asinarey; e por que pera asi se fazer auerá mister tempo e não podera ser antes da enleiçam dos officiaes que agora se ham de enleger; e a ordem que nisso se ha de ter que vem neste comprimisso me pareceo bem tirando alguuas cousas que nelle vereis; a mandey escreuer neste papel e a asyney e vola mando pera por ela se fazer este anno a eleiçam dos ditos officiaes, e se nam agardar por estoutra obra que averá mister mais tempo./Antonyo ferraaz a fez, om Sintra a xxbij dias de junho de mil bcRiij (1543).— Rei.

## NOTA XIV

Pag. 53

Esta apparatosa procissão de quinta feira de Endoenças ainda hoje se faz em algumas terras do Alemtejo, onde a denominam procissão das *bandeiras*. No livro de lembranças da Misericordia de Evora, segundo refere o já citado sr. Henrique Freire em um artigo publicado na *Academia*, jornal d'aquella cidade, n.º 178, de 15 de abril de 1897, existe nota d'esta antiquissima procissão da Santa Casa Eborense. Na que se effectuou em 31 de março de 1597, cada um dos *vultos* ou *bandeiras*, em que estavam representados os passos do Senhor, era levado por um irmão de segunda condição, ladeado por um irmão de primeira condição á direita e outro de segunda á esquerda, com tochas. Adeante de todas ia a bandeira velha da Irmandade, com dois padres aos lados, e d'ella até á bandeira nova iam quatro vultos: 1.º o do *Horto*.— 2.º o da *Prisão*.— 3.º *A apresentação de Jesus Christo deante de Anas*.— 4.º *Christo coroado de espinhos*.— 5.º *Ecce-Homo*.— 6.º *Christo açoutado na columna*.

Seguiam-se os penitentes. Depois o 7.º *vulto*:—*Christo com a cruz ás costas*. Atraz do pallio, entre as mulheres, vinha a outra bandeira velha, que servia para enterrar os defunctos.

N'este curioso livro de notas veem enumerados os nomes dos irmãos que levaram as bandeiras, os vultos e as tochas, e o itinerario seguido pela procissão.

## NOTA XV

Pag. 69

Nos annuncios de livros que encontramos publicados na *Gazeta de Lisboa*, em varios annos, em 1751, por exemplo, se diz que elles se vendiam nos papelistas do Terreiro do Paço, na porta da Misericordia, no adro de S. Domingos e loja de Guilherme Diniz.

## NOTA XVI

Pag. 71

### O pintor Garcia Fernandes

Raczynski refere-se a este pintor, citando o depoimento do pintor André Manuel, a 9.ª testemunha do celebre inquerito de 1574, a que se refere a nota X e o texto a pag. 34 e 46. Este pintor declarou, entre muitas cousas, que:

«...aprendendo elle testemunha com Garcia Fernandes que pintou o retauolo da Santa Misericordia vio, etc.» [1]

---

[1] Notas ao livro *As Misericordias*, do sr. Costa Goodolphim, pag. 429.

No livro *Les Arts en Portugal* cita Raczynski outro documento do *Corpo Chronologico* (parte III, maço 15, doc. XIII), que é uma petição dirigida a el-rei pelo pintor em 1540.

Por este documento, que foi publicado sob o titulo de *Documento II*, a pag. 44 do livro *Gil Vicente*, do sr. Visconde de Sanches de Baena (Marinha Grande, 1894), se fica sabendo que Francisco Henriques era o melhor official de pintura que havia n'aquelles tempos e que por isso el-rei D. Manuel o encarregara de fazer o coruchéo do Limoeiro, de pintar na Casa da Relação, e de fazer umas bandeiras para a entrada da Rainha D. Leonor, isto em 1518 e 1519, quando a peste assolava Lisboa. O pintor representou que tinha mulher e filhos e que perigava a sua vida na cidade. El-rei ordenou-lhe que não sahisse, que se alguma desgraça lhe succedesse S. A. teria sempre lembrança de sua mulher e filhos. Francisco Henriques mandou vir de Flandres uns sete ou oito officiaes, que com elle trabalhavam, mas todos pereceram da peste; após elles falleceram-lhe sete escravos, e por fim o proprio pintor. Chamou então el-rei a Garcia Fernandes, por ser informado que elle acabaria a obra com perfeição, e lhe offereceu o trabalho, pelo que se devia ao fallecido Francisco Henriques, com encargo de casar com uma filha d'elle, e com promessa de lhe dar, como ajuda de casamento, o officio de passavante, vago por morte do dito Francisco Henriques. Acceitou Garcia Fernandes, que já trabalhara antes nas obras de Coimbra, de S. Francisco de Evora, nas obras de Leiria e Montemór, e n'outras para a India, e no retabulo de Santo Eloy. Fez Garcia Fernandes, em 1540, a petição a el-rei, porque o officio promettido fôra dado a Antonio de Holanda, de lhe concederem o cargo de zelador ou fiel e pesador da alfandega, pois houvera nove filhos de sua mulher e nada recebera como dote.

Tudo isto consta da carta testemunhavel que acompanha a dita petição, cujo teor é extenso; e entre as testemunhas ouvidas conta-se Belchior Vicente, filho de Gil Vicente, motivo porque este curioso documento vem transcripto no interessante estudo do sr. visconde de Sanches de Baena.

Raczynski suppõe que este Francisco Henriques seja o mesmo que em 1510 fez os vitraes de Evora e da Pena. (*Les Arts*, pag. 198 e 212, e *Dictionnaire*, pag. 106 e 131.)

Tambem muito casualmente encontrámos no *Corpo Chronologico*, maço 86, documento 79, a noticia de ter sido Garcia Fernandes, pintor — «eleito para eleytor no dia da visitaçam, dois de julho de 1551.» — É uma carta do Provedor e Irmãos da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, dando conta a El-rei da eleição, e datada de 3 de julho de 1551.

## NOTA XVII

Pag. 71

Ácerca dos quadros da antiga egreja diz-nos o auctor da *Ribeira de Lisboa*, na extensa noticia de pag. 211 a 218, para a qual remettemos o leitor, o seguinte:

«Em 1735 chegou aqui o pintor veneziano Pedro Guarienti insigne restaurador; e parece que descobriu n'esta egreja originaes admiraveis de antigos pintores quinhentistas, como Gaspar Dias, Christovam Lopes, Braz do Prado, e o hespanhol Fernandes de Gallegos, do qual, diz um documento, «ha na mesma Santa Casa talvez tantos originaes como no Escurial».

A estas palavras accrescenta, em nota, a citação da *Gazeta de Lisboa*, de 17 de fevereiro de 1735, e a de um — «apontamento dado ao auctor pelo sr. dr. Venancio Deslandes, que o achou entre os do cardeal D. fr. Francisco de S. Luiz.»

## NOTA XVIII

Pag. 72

Segundo o Pontifical romano, para a dedicação de uma egreja pintavam-se doze cruzes nas columnas e paredes interiores, as quaes eram ungidas pelo prelado consagrante com os santos oleos. Este uso das cruzes de consagração dos templos data do periodo romano.[1]

## NOTA XIX

Pag. 90 e 91

A carta régia de 28 de junho de 1564, a que se allude na pag. 90, foi depois confirmada por outros diplomas regios de 16 de janeiro de 1595 e 14 de agosto de 1665. (Citado livro I de *Privilegios*, fl. 106 a 202.)

Na Torre do Tombo encontra-se no codice manuscripto n.º 1104, a fl. 1, uma *Lista dos Provedores do hospital real que se elegeram de 1564 em deante até 1676*. Não vem assignada. Começa dizendo:

«No anno de 1564, dia dos apostolos são Pedro e são Paulo, saiu em prosisão toda a Irmandade da miã d'esta sidade e forão té o esprital de todos os Santos e tomarão pose dele que até o dito dia se administrava pelos padres de S. eloyo semdo prouedor da miã o conde de mira.»

A jurisdição da Misericordia sobre o Hospital consignou-se no cap. XL. (Vidè pag. 112.) Quando o Provedor se achasse impedido, substituia-o no governo do Hospital o Thesoureiro da Fazenda. Os fidalgos thesoureiros adjunctos do Provedor tinham no Hospital, segundo fr. Nicolau de Oliveira — «aposentos muy acommodados, por serem muy grandes e com muytos e grandes agasalhados.»

A separação do hospital da administração da Confraria da Misericordia foi advogada com ardor pelo thesoureiro executor da fazenda do Hospital Real, nomeado em julho de 1758, Jorge Francisco Machado de Mendonça, em um *Memorial*, que fez e imprimiu em Lisboa, nas officinas do afamado Miguel Manescal, impressor do Santo Officio. «É um bello exemplar, em papel de Italia, fartas margens, typo garrafal, elegantes versaes em vinheta no começo dos capitulos, vistoso *cul-de-lampe*, genero *rocaille* a fechar a primeira parte da obra.»[2]

---

[1] Possidonio da Silva. *Archeologia christã*, pag. 262.

[2] Artigo no *Commercio de Portugal*, de 22 de março de 1895, intitulado — *O Hospital de Todos os Santos em 1758*, I — ao qual promettiam seguir-se outros artigos destinados a passar em revista as providencias propostas no Memorial.

Intitula-se: *Pelo Breve Memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde de Oeiras, do Conselho de Sua Magestade, e seu secretario de Estado dos Negocios do Reino, o regimen que tem estabelecido no Hospital Real de Todos os Santos, donde por Decreto do mesmo Senhor he Thesoureiro Executor da sua fazenda e Enfermeiro-Mór. 1761.*

Levava-o a prosapia e ambição a propugnar pela independencia do Hospital Real, cuja administração elle exerceu durante muitos annos.

## NOTA XX

Pag. 105

No Porto a forca era formada por grossos varões de ferro e permanente. Existiu até 1830 em frente de um painel a oleo, collado n'um muro, representando a Senhora da Misericordia, com docel e lampeão.

Coincidencia curiosa: a forca de Lisboa, na Ribeira, não distava muito do arco da rua das Canastras, e a do Porto ficava perto do arco que dá para a rua dos Canastreiros. (Pinho Leal, tomo VI, pag. 69.)

## NOTA XXI

Pag. 106

No cemiterio da Santa Casa, junto á egreja da Pena, se faziam por anno mais de 729 enterramentos, de pessoas pobres fallecidas. Para isso se abriam longas valas, cada uma das quaes custava 285$000 réis até 703$000 réis.[1]

## NOTA XXII

Pag. 106 e 107

O cadaver de Mattos Lobo foi, em cumprimento das novas determinações legaes citadas na pag. 106, entregue aos lentes da eschola-medica Francisco Martins Pulido e João José de Simas, os quaes procederam á respectiva autopsia. O craneo do criminoso foi recolhido no Museu Anatomico da mesma Eschola, onde ainda hoje se encontra.

---

[1] Livro IX de *Decretos, avisos e ordens*, fol. 17.

## NOTA XXIII

Pag. 117

Em um documento da Santa Casa, no despacho datado de 19 de novembro de 1657, diz-se —«Mesa dos Innocentes que hora se instituiu no hospital real d'esta cidade», etc.

## NOTA XXIV

Pag. 142 e 146

Recapitulando summariamente as determinações governativas sobre a dissolução da Confraria da Misericordia, vemos a seguinte successão de medidas legislativas:

1834.—1.º Decreto de 28 de fevereiro que nomeia a commissão de sete membros para examinar o estado da administração da Misericordia e Hospital real. (Liv. IX de *Decretos*, fl. 94.)

2.º Decreto de 16 de abril que ordenava á Commissão que estudasse e executasse as reformas mais urgentes n'aquellas administrações. *(Coll. de Dec. e Regul.*, 1833-1834, Lisboa 1840.)

3.º Portaria de 12 de junho que mandou proceder á elaboração de um novo compromisso accommodado ás circumstancias e instituições liberaes. (Liv. X de *Decretos*, fl. 7.)

4.º Decreto de 11 de agosto, assignado pelo ministro Bento Pereira do Carmo, que fizera parte da commissão nomeada pelo decreto de 28 de fevereiro. Dissolve a Mesa da Irmandade e entrega completamente a administração da Misericordia e do Hospital á commissão emquanto se não fizer outro compromisso. (Dita *Coll. de Decretos*, pag. 247.)

1835.—Decreto de 26 de abril que cria o Conselho geral de Beneficencia. (Liv. XIII de *Decretos*, fl. 24.)

1836.—Portaria de 13 de outubro ordenando que se ultimem os trabalhos de elaboração do novo compromisso. *(Diario do Governo*, n.º 246.)

Decretos de 19 e 21 de outubro regulando o estado das rodas dos expostos e ordenando a intervenção dos chefes de districtos na fiscalização do governo dos bens das Irmandades e confrarias.

1837.—Portaria de 19 de maio em que o governo pedia a remessa dos trabalhos do novo compromisso. (Liv. II de *Consultas*, fl. 57.) Ainda depois em 1853 se reuniram os irmãos das diversas classes para a eleição dos adjunctos da Meza, em execução da portaria de 25 de junho de 1853. (Acta de 10 de agosto de 1854.) Fizeram-se varios esforços tendentes a restabelecer a Irmandade, mas todos ficaram sem resultado.

## NOTA XXV

Pag. 159

O actual Provedor poz em execução em setembro de 1902 o pensamento do Provedor interino Jorge Camelier, mandando collocar na sala da administração os retratos, em tamanho natural, eguaes ao do dr. Thomaz de Carvalho, que já alli existia, dos modernos Provedores e adjunctos da Santa Casa. No alto, em primeira linha, acham-se os do dr. Thomaz de Carvalho, marquez de Rio Maior, visconde de Benagazil e Paulo Midosi. Por baixo, na segunda linha, os adjunctos Jorge Camelier, Cunha Vianna, abbade Castro, Geraldo Braamcamp, drs. Marcellino Craveiro da Silva, Rodrigues da Camara e Martinho Tenreiro.

## NOTA XXVI

Pag. 160

O visconde de Benagazil serviu o cargo de Provedor até ao anno de 1870 e não 1879 como por lapso se diz a pag. 160 e 162.

O adjuncto abbade Castro foi uma figura muito conhecida na sociedade portugueza do seu tempo. Rebello da Silva desenhou-lhe o perfil, sob o nome de abbade Silva, no seu romance *A mocidade de D. João V*, e Luiz Augusto Palmeirim escreveu notas biographicas do erudito abbade na collecção intitulada *Os excentricos do meu tempo*, publicada na *Illustração Portugueza* (3.º anno, 1887, n.º 33, de 28 de fevereiro). Nasceu em Lisboa em 11 de dezembro de 1804, filho de Antonio Caetano de Castro, fidalgo da casa real, e de D. Ursula Thereza Rosa de Sousa. Era abbade da freguezia de Rio de Moinhos, no Minho, academico honorario da Academia de Bellas Artes, socio do Conservatorio, socio de merito da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes. Escreveu o primeiro opusculo em 1837 e o ultimo em 1863. Estes opusculos teem hoje elevado preço no mercado e não é muito facil obter a sua collecção completa. Morreu em Lisboa em 1 de julho de 1876.

## NOTA XXVII

Pag. 186

A instituição da capella de duas missas quotidianas por D. Brites da Costa, de que eram administradores os irmãos de S. Roque, encontra-se no liv. I, de *S. Roque*, sob n.º 50, do *Archivo do Hospital de S. José*.

## NOTA XXVIII

Pag. 207

Em uma noticia publicada no *Seculo* em julho do corrente anno de 1902, ácerca da inauguração da nova egreja parochial de Muge, lêmos que no antigo templo, construcção de D. João V, se admirava um magnifico retabulo de talha dourada, obra prima do estylo renascença italiana, que havia pertencido á antiga capella do Espirito Santo da egreja de S. Roque, e foi dadiva principesca de um dos antigos duques de Cadaval. Não pudemos apurar este facto; a noticia aqui fica consignada á disposição dos investigadores.

## NOTA XXIX

Pag. 231

### Joaquim Gregorio Nunes Prieto

No concurso triennal de 1852, da Academia de Bellas Artes de Lisboa, obteve o premio de 20$000 réis (alumno ordinario).

*Exposição da Academia, em 1856:*

Varios desenhos a lapis francez, copias de estampas historicas.
Um quadro de fructos — $1^m \times 0,07$ — pintado a oleo.
Um dito com hortaliças — $0,75 \times 0,6$.

*Exposição da Academia, em 1861:*

Duas vistas de Cezimbra.
Dois quadros de fructas.
Um quadro de hortaliças.
Um dito de diversas fructas.
O presente do casal (representando aves, fructas e accessorios).
O jardim invadido.
A vacca no pasto.

*Exposição em 1862 da Sociedade Promotora de Bellas Artes:*

O jardim invadido — $1,10 \times 1,75$.
Paizagens de Cezimbra — $0,60 \times 0,87$.
Quadros de fructos — $0,60 \times 0,87$.
Quadro de hortaliças — $0,85 \times 1,12$.
Quadro de fructos — $0,82 \times 1,24$.
O presente do casal (aves e fructos) — $0,82 \times 1,24$.

A vacca no pasto — 0,32 × 0,43.
Paizagem dos arrabaldes de Lisboa (Palhavã).
» de Val de Pereiro.
» de Cintra.
» de Campolide.
Quadro representando um grupo de luzios — 0,66 × 1.

*Exposição em 1863 da Sociedade Promotora de Bellas Artes:*
Quadro de luzios — 0,80 × 1,09.
Fructos do outono — 0,65 × 0,98.
Quadro de fructos — 0,65 × 0,98.
Estudo de fructos — 0,39 × 0,50.
A entrada do rebanho — 0,58 × 0,80.
O casal da Rocha (Cezimbra) — 0,67 × 86.
Solidão (paizagem ao sol posto) — 0,38 × 0,52.
O Forte do Cavallo, visto da praia de Cezimbra — 0,32 × 0,45.
O Moinho dos Ossos (arrabaldes de Lisboa) — 0,32 × 0,45.
Repouso attribulado (quadro do genero) — 0,32 × 0,42.
Um casal em Calhariz de Bemfica — 0,26 × 0,36.
Vista de Xabregas — 0,26 × 0,36.

*Exposição em 1864 da Sociedade Promotora de Bellas Artes:*
A cozinha na Paschoa — 0,82 × 1,3.
Paizagem tomada da estrada da Feiteira (Bemfica) — 0,31 × 0,44.
Animaes na abegoaria — 0,21 × 0,30.
A conversação — 0,31 × 0,25.
Refeição do rachador — 0,41 × 0,52.
Vista do castello de Cezimbra do lado da villa — 0,31 × 0,44.
Delicias da vida — 0,21 × 0,30.
Casal de Arroios (arrabaldes de Lisboa) — 0,25 × 0,36.
Paizagem tomada nas margens de uma ribeira — 0,25 × 0,36.
Rochedos nos arrabaldes de Lisboa — 0,31 × 0,25.
Paizagem tomada em Palhavã — 0,38 × 0,54.
Quadro de fructas — 0,58 × 0,79.

*Exposição em 1865 da Sociedade Promotora de Bellas Artes:*
Fructos e aves no campo — 0,80 × 1,9.
» e coelhos no campo — 0,80 × 1,9.
Paizagem tomada no alto de Bellas — 0,40 × 0,60.
Azenha na baixa do Pendão de Bellas — 0,40 × 0,60.
Valla na baixa do Pendão de Bellas — 0,32 × 0,42.
Paizagem tomada no Pendão de Bellas — 0,31 × 0,45.
Ruinas de um casal na villa de Bellas — 0,31 × 0,45.
Uma estrada nos arrabaldes de Lisboa — 0,25 × 0,36.
Paizagem tomada proximo á villa de Cintra — 0,25 × 0,36.
Poço nas terras das Picôas — 0,25 × 0,36.
Estrada proximo á Porcalhota — 0,25 × 0,36.
A sésta dos patos — 0,26 × 0,31.

*Exposição em 1866 da Sociedade Promotora de Bellas Artes:*

Paizagem proxima ao Pendão de Bellas — 0,32 × 0,44.
» tomada no Pendão de Bellas — 0,31 × 0,48.
» » na villa de Bellas — 0,31 × 0,42.
» » nos arrabaldes do Porto — 0,23 × 0,34.
Pedreira nos arrabaldes de Lisboa — 0,26 × 0,36.
Estrada proximo á Porcalhota de Cima — 0,23 × 0,28.

A meza da cozinha.
Interior de uma prisão.
Paizagem na Gollegã.
Um casal em Arroios.
Paizagem em Carnide.
Interior de uma estalagem.
Estrada real de Thomar.
Paizagem n'um arrabalde de Cintra.
» em Bemfica.

Interior n'um castello.
Paizagem e gado.
» tomada em Queluz.
Azenha proxima á rua Fria (Bellas).
Paizagem no Alfeite.
» em Ponte Pedrinha.
Margens do rio Nabão.
Paizagem em Alverca.
» (reminiscencias).

*Exposição em 1870 da Sociedade Promotora de Bellas Artes:*

Interior de uma gruta.
» » arcada de um antigo edificio.
Paizagem proximo ao Seixal.
» e gado.
» tomada proximo ao Barreiro.

*Exposição em 1872 da Sociedade Promotora de Bellas Artes:*

A poda no jardim.
Dispersos no campo.
Interior de uma prisão.
Paizagem tomada proximo ao Outeiro em Bemfica.
» » nos arrabaldes do Arieiro.

Premiado com a medalha de 2.ª classe na exposição internacional do Porto. *(Catalogo da Sociedade Promotora de Bellas Artes em 1866.)*

Cavalleiro da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo. *(Idem.)*

Academico de merito e professor interino da Academia Real de Bellas Artes. *(Idem, 1868.)*

Professor interino da aula de pintura de paizagem desde o fallecimento de Silva Porto até á nomeação do sr. Carlos Reis para a mesma cadeira.

## NOTA XXX

Pag. 276

A tradição de ter vindo de Mafra o sino da sineira á parte do sul deve ser errada. Julgo que deverá antes applicar-se ao sino que se acha na sineira do poente, por isso que o Levache que em 1738 o fabricou, segundo o lettreiro fundido no bronze, deve ser o mesmo Nicolau Levache, machinista dos carrilhões de Mafra; portanto este nome parece authenticar a procedencia. Seria algum sino rejeitado na obra de Mafra. Vidè o livro de Conceição Gomes, *O Monumento de Mafra*, pag. 26.

## NOTA XXXI

Pag. 295

### Mario Tavares Móra

Tencionava inserir n'este meu trabalho agradecimentos cordeaes a este rapaz esperançoso, que conheci de pequenino, e ao qual me ligavam apertadas relações de familia e de amizade. Mal pensava que em logar d'esse agradecimento pelos serviços que diligentemente me prestou, escrevendo para Evora e obtendo informações muito interessantes ácerca do tumulo de D. Alvaro da Costa, bem como uma excellente photographia d'este sarcophago, eu teria de registar aqui, como preito de saudade, o triste acontecimento que nol-o roubou. Natural de Lisboa, filho do fallecido dr. Manuel Justiniano Móra, contava apenas 18 annos incompletos e cursava na Universidade de Coimbra a faculdade de Direito, onde devia entrar no terceiro anno, quando subita enfermidade, que antes se manifestara apenas por ataques repetidos de epilepsia, levou este desditoso moço a tentar contra a existencia, sem motivo algum, por uma allucinação funesta. Querido Mario! Que as desataviadas linhas d'esta nota fiquem sellando eternamente os vinculos da amizade que nos prendia e consagrando um ultimo preito de saudade e de homenagem ás bellas qualidades do teu coração e da tua luminosa e promettedora intelligencia!

## NOTA XXXII

Pag. 299

Por confusão de nomes de ruas se diz na pag. referida que o adro da egreja de S. Pedro de Alcantara fecha para o lado da *rua de S. Pedro* por uma porta de ferro. Não ha tal. Esta porta de ferro abre sobre a travessa da Estrella, que limita o edificio á parte do Norte. Para o lado da travessa de S. Pedro deita um dos corpos do edificio.

## NOTA XXXIII

Pag. 328

Nas casas legadas á Misericordia por piedosos testadores costumava esta, ao que parece, mandar pôr lettreiros onde se designasse a posse da propriedade. Em um predio da rua dos Capellistas, na escada n.º 120, ainda hoje se conserva um curioso painel de azulejo, representando o quadro de Nossa Senhora da Misericordia, a azul e branco, com moldura polychromica, e por baixo o lettreiro nos azulejos:

«*Cazas da testamentaria de Dom.os Ferr.a Souto, anno de 1767.*»

D'isto parece deduzir-se que ainda n'aquelle anno a Misericordia não usava das armas actuaes; pois, de contrario, as mandária representar no azulejo.

## NOTA XXXIV

Pag. 402

Ácerca das providentes medidas que o governo de 1820 estudou e decretou com relação ás rodas dos expostos, e a outros serviços de beneficencia publica, leia-se o cap. VII do vol. III da *Historia da revolução portugueza de 1820*, pelo sr. José de Arriaga, pag. 440.

# INDICE BIBLIOGRAPHICO


**Abreu** (Dr. Eduardo de).—*Noticia de dois documentos raros relativos ao hospital de Todos os Santos.* Porto, 1887.

*Academia,* periodico de Evora, n.º 178, de 1897.

*Actas da Mesa,* 1840 a 1898. Livros manuscriptos da Santa Casa.

*Almanack historico,* 1855.

**Alvares Pedrosa** (Manuel).—*Livro de genealogia da familia dos Costas,* 1705. Manuscripto da Bibliotheca Nacional, C-3-13.

**Amador Patricio.**—*Memorias das principaes providencias que se derão no terremoto, que padeceo a córte de Lisboa, no anno de 1755 ordenadas e offerecidas á Mag. Fidel. de El-rey D. Joseph I N. S.* Lisboa, 1758.

**Andrade.**—*Collecção da Legislação.*

**Andrade** (Anselmo de).—*A Terra.* Lisboa, 1898.

**Anjos** (P.e Doutor frey Luiz dos).—*Jardim/de Portvgal/em qve se da noticia/de algũas Sanctas & outras molheres illus-/tres em virtude, as quais nascerão, ou/viuerã, ou estão sepultadas nes-/te Reino, & suas cõquistas./Recopilado novamente/de varios & graves Autores, pello Padre Doutor/Frey Luis dos Anjos, etc.* Anno 1626.—Impresso em Coimbra, em casa de Nicolao Carualho Impressor del-Rey.

**Araujo e Silva** (Manuel Cesario de).—*O hospital de S. José e annexos em 1853.* Opusculo, 112 pag. Lisboa, 1853.

*Archeologo Portugués (O).—Do Arieiro á Mouraria,* artigos do sr. Pedro de Azevedo. Anno de 1900.

*Archivo Municipal*, 1862.

*Archivo pittoresco*. Lisboa, 1858-1868. 12 volumes.

**Arriaga** (José de).—*Historia da Revolução Portugueza de 1820*, t. III, cap. VII.

**Arsejas** (J. J. N.).—*Museu de miscellanea historica*. Jornal mensal. Lisboa, 1861; n.os 1 a 24. 8.º grande, de 384 pag.—A pag. 135 traz noticia ácerca da ermida e egreja de S. Roque. A pag. 149 traz a noticia de como foi instituida a confraria da Misericordia de Lisboa.

*Arte Portugueza*. 1894; n.os 1 a 6.

*Assentos dos Irmãos (Livro I dos), desde 1766*. Codice manuscripto da Santa Casa.

**Balthazar Telles** (P.e).—*Chronica da Companhia de Jesus na provincia de Portugal, e do que fizeram, etc.* Lisboa, 1695-1697.

**Barbosa** (D. José).—*Catalogo chronologico, historico, genealogico e critico das Rainhas de Portugal, e seus filhos*. Lisboa, 1727. 4.º gr.; estampas com escudos de armas.
— *Elogios dos cardeaes portuguezes D. Verissimo de Lencastre e D. Thomaz de Almeida*—incorporados na 2.ª edição das *Noticias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria.

**Barros Gomes** (Henrique de).—*Prefacio*, ao *Principe Perfeito*. Lisboa, 1896.

**Belem** (fr. Jeronymo).—*Chronica serafica da santa provincia dos Algarves, da regular observancia do nosso serafico padre. S. Francisco*. Lisboa, 1750-1753; 2 vol. in-folio.

**Benevides** (Francisco da Fonseca).—*Rainhas de Portugal, estudo historico*. Lisboa, 1878; 2 vol. in-4.º

**Bernardes** (P.e Manuel).—*Nova Floresta*.

*Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*. Lisboa.

*Branco e Negro*, revista illustrada, n.º 24, de 1896. Artigo illustrado *As rodas da loteria*.

**Brandão** (Fr. Antonio).—*Monarchia Lusitana*.

**Brandão** (Zephyrino N. G.).—*Monumentos e lendas de Santarem*, com 5 grav. de C. Alberto da Silva. 1883; 8.º gr.
— *Pero da Covilhã*. Episodio romantico. Lisboa, 1897; pag. 162 e outras.

*Brasil-Portugal*, revista illustrada, n.º 11.—Gravura da capella de S. João Baptista.

*Breve tratado da vida... da rainha D. Leonor, mulher de João II... e compendio da fundação do Hospital da villa das Caldas. Composto pelo P.e Manuel Jorge de S. Paulo, sendo*

*Provedor, em 1856.* (Tem 37 capitulos). Cod. $\frac{\text{CVI}}{1-26}$ 1 volume in-folio de 50 folhas, da Bibliotheca Publica Eborense. Respectivo *Catalogo,* t. III, pag. 265.

**Camelier** (Jorge).—*Allocuções proferidas na occasião de serem distribuidos os premios ás educandas do Recolhimento de S. Pedro de Alcantara,* em 30 de agosto de 1896 e 5 de setembro de 1897. 2 folhetos. Lisboa, 1896 e 1897.

— *A capella de S. João Baptista na egreja de S. Roque da Santa Casa da Misericordia de Lisboa.* Lisboa, 1893; 25 pag.

**Campos** (P.e Manoel de).—*Relação do solemne recebimento que se fez em Lisboa ás santas reliquias, que se levaram á Igreja de S. Roque da Companhia de JESV em 25 de janeiro de 1588 pello licenciado*—. Impresso em Lisboa por Antonio Ribeiro. 1588.

**Capefigue** (M.)—*Saint Vincent de Paul et les sœurs de charité.* Paris, 1865; 108 pag.

**Cardoso** (George).—*Agiologio Lusitano dos Santos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas.* Lisboa, 1652-1666.

**Carvalho** (Dr. Thomaz de).—*Abaixo a roda dos expostos,* artigo na *Gazeta Medica* de 1853.

— *Allocução proferida no acto da distribuição dos premios ás educandas do recolhimento de S. Pedro de Alcantara,* no dia 31 de agosto de 1891. Lisboa, 1891.

— *Oração proferida em 29 de junho de 1891, na solemnidade da distribuição dos premios ás amas de creação de leite, offerecidos pela Ex.ma Sr.a D. Maria Magdalena Guerreiro Collares.* Lisboa, 1891.

— *Allocução proferida na distribuição dos premios ás educandas do recolhimento,* em 2 de setembro de 1894. Lisboa, 1894.

— *Dita,* idem, em 1895.

**Carvalho e Athayde** (Manuel de).—*Familias de Portugal,* 1701 a 1710. Codice manuscripto n.º 348 da Collecção Pombalina.

**Castello Branco** (José Barbosa Canaes de Figueiredo).—*Estudos biographicos, ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa.* Lisboa, 1854; in-4.º, 317 pag.

**Castilho** (Julio de).—*A Ribeira de Lisboa, descripção historica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos o Velho.* Lisboa, 1893; 8.º de XXII-750 pag.

— *Lisboa Antiga,* tomos I da 1.a parte e I a VIII da 2.a. Lisboa, 1879-1890.

— *Amores de Vieira Lusitano.* Lisboa, 1901.

— *Memorias de Castilho.* Lisboa, 1881; 2 vol.

**Castro** (João Bautista de).—*Mappa de Portugal antigo e moderno.* Lisboa, 1762; tomos I, II e III.

**Castro e Silva** (H.).—*A Misericordia de Castello Branco. Apontamentos historicos.* Elvas, 1891; 1 vol. in-4.º

**Castro e Sousa** (Abbade Antonio Damaso de).—*Resumo historico da origem da Ermida de S. Roque e da sua irmandade da cidade de Lisboa.* Lisboa, 1869; 8 pag.
— *Resumo historico sobre o Quadro pintado a oleo representando o acto do casamento de el-rei D. Manuel com D. Leonor.* Lisboa, 1871; 8.º
— *Carta dirigida a Sallustio, amador de antiguidades.* Lisboa, 1839; 8.º de VII-35 pag.

*Catalogo da Exposição retrospectiva de Arte Ornamental portugueza e hespanhola.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.

*Catalogo das vistas photographicas que se encontram á venda no atelier de F. Rocchini.* Lisboa, 1894.

*Catalogo dos Esmoleres-móres.* Manuscripto da Bibliotheca Nacional, E-3-1.

*Catalogo dos religiosos que floresceram em lettras e virtudes na religião da SS. Trindade do Reino de Portugal, desde 1207.* 2.ª metade do seculo XVIII. Cod. $\frac{\text{CXVI}}{2\text{-}20}$ da Bibliotheca Publica Eborense; respectivo *Catalogo*, t. III, p. 148.

**Cean Bermudez.**—*Diccionario historico.* 1800.

**Cesar da Silva.**—*Real Casa Pia de Lisboa, breve historia da sua fundação, grandeza e desenvolvimento de 1780 até ao presente.* Lisboa, 1896.

*Collecção de inscripções diversas existentes em Portugal.* Cod. mss. n.º 426 da Bibliotheca Nacional.

*Compromissos da Misericordia.* 1516 a 1890; edições citadas a pag. 54, 86 e 87.

**Conceição** (Fr. Caudio da).—*Gabinete historico.* 1820; 17 vol.

**Costa** (Dr. Alfredo da).—*A protecção ás mulheres gravidas pobres.* Licção de abertura do curso de obstectricia (14 de novembro de 1899). Lisboa, 1899; 24 pag. e mappas.
— *A protecção aos recem-nascidos pobres.* Licção de abertura do curso de obstectricia da Escola medico-cirurgica de Lisboa (6 de novembro de 1900). Lisboa, 1900; 39 pag. e mappas.

**Costa** (D. Antonio da).—*Historia da Instrucção popular em Portugal.* Lisboa, 1871; 320 pag.
— *Auroras da Instrucção pela iniciativa particular.* Lisboa, 1884; 1 vol.

**Costa Barbosa** (Fernando Antonio).—*Elogio do padre João Baptista Carbone.* Lisboa, 1751.
— *Elogio historico, vida e morte de D. Thomaz de Almeida, primeiro patriarcha de Lisboa.* Lisboa, 1754; 1 vol. in-8.º

**Cruz Moreira** (Antonio Joaquim da).—*Collecção de epitaphios, inscripções e lettreiros.* 1864. Cod. mss. da Bibliotheca da Academia Real das Sciencias; 9 vol.

**Cunha** (D. Rodrigo da).—*Historia ecclesiastica da egreja de Lisboa.* Lisboa, 1642; 1 vol. folio.

**Cunha Rivara** (Joaquim Heliodoro da).—Artigo publicado em 2 de junho de 1842 na *Revista Universal*, commemorando a *fundação da Misericordia de Lisboa.*

**Curzon** (E.).—*Études sur les enfants trouvés.* Poitiers; 1 vol. in-8.°

*Decretos, Auisos e ordens,* tomos II a XI; codices manuscriptos onde se acham colleccionados documentos originaes e copias de diplomas diversos relativos á Misericordia. O registo moderno que se segue a este tem o titulo de *Registo de Portarias,* tomos XIII a XV.

*Dialogo patriotico offerecido e dedicado pelo actor João dos Santos Mata á Ill.ma Commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, por occasião da recita que se fez no Theatro Nacional da Rua dos Condes, em a noite de 24 de maio de 1834, em beneficio do Cofre dos Expostos da referida Santa Casa.* Lisboa, 1834.

*Diario de Noticias,* n.° 11:737, de 15 de agosto de 1898, commemorativo do 4.° centenario da Misericordia.

*Diccionario Popular, historico, geographico, etc.,* dirigido por Manuel Pinheiro Chagas. Lisboa, 1876-1890; 16 vol.

*Discursos e poesias pronunciados na sessão commemorativa dos bemfeitores da Santa Casa da Misericordia do Porto no dia 29 de julho de 1894.* Porto, 1894; 1 folheto in-4.°

*Esboceto historico da veneranda imagem do Senhor Jesus dos Paços da Graça e templo da mesma invocação.* Lisboa, 1874.

*Estatistica de Lisboa.* 1552; mss. da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

*Estatutos ou Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericordia de Setubal.* Lisboa, 1890; 34 pag.

*Excellencias da Irmandade da Casa Santa da Misericordia, com a origem della em Portugal, por Affonso Rodrigues Solteiro.* Cod. $\frac{\text{CIII}}{1\text{-}11}$ da Bibliotheca Publica Eborense; respectivo catalogo.—Publicado na *Revista Litteraria,* anno II, n.° 22, pag. 128.

*Expostos (Os),* pelo auctor da *Lanterna,* 4.° anno. Lisboa, 1871.

**Faria e Silva** (F. Nery).—*A egreja da Conceição Velha e varias noticias de Lisboa.* Lisboa, 1900; 8.° de VIII-208 pag. e estampas.

**Ferraz de Miranda** (João Cardoso).—*Relatorio ácerca de alguns estabelecimentos de beneficencia existentes em Londres, Pariz, Belgica e Roma, feito ao Conselho de Beneficencia pelo seu secretario.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1857; 246 pag.

**Ferreira** (Felix).—*A Santa Casa da Misericordia Fluminense.* Rio de Janeiro, 1898.

**Fleury** (Abbé).—*Histoire générale ecclésiastique.* Paris, 1858; 6 vol.

**Fonseca** (P.e).—*Evora gloriosa*, epilogo dos 4 tomos da *Evora illustrada* que compoz o P.e Manuel Fialho da C. de Jesu. Roma, 1728; in-folio.

**Franco** (P.e Antonio).—*Imagem da virtude em o noviciado da Comp.a de Jesus do real Collegio do Espirito Santo de Evora, do reyno de Portugal.* Lisboa, 1714; in-folio.

**Garcia** (Dr. Manuel Emygdio).—*A roda dos Expostos.* Coimbra, 1871; 160 pag.

**Garcia Diniz** (Rev.o).—*Discurso gratulatorio por occasião do 4.o Centenario da instituição da Misericordia de Lisboa.* No n.o 1 da *Justiça*, de maio de 1899.

**Garcia Ribeiro de Vasconcellos** (Dr. Antonio).—*Francisco Suarez (Doctor eximius).* Collecção de documentos publicados por deliberação da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra para commemorar o terceiro centenario da incorporação do grande Mestre e Principe da sciencia Theologica no professorado da mesma Universidade. Oito de maio de 1597 — oito de maio de 1897. Coimbra, Imprensa da Universidade. CIↃ.IↃCCC.XCVII.

— *A evolução do culto de dona/Isabel de Aragão/esposa do rei lavrador/Don Dinis de Portugal/(a Rainha Santa).* Estudo de investigação historica feito/pelo dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos. Anno MDCCCXCIV. Coimbra, Imprensa da Universidade; 2 vol.

**Garrett.**—*Discursos parlamentares.* (Discurso de 10 de fevereiro de 1854, pag. 209.)

*Genealogia dos Costas.* Mss. da Bibliotheca Nacional, C-4-32.

**Goes** (Damião de).—*Chronica do senhor rei D. Manoel, novamente dada á luz.* Lisboa, 1749; 1 vol. folio.

**Gonzaga Pereira** (Luiz).—*Descripção dos monumentos sacros de Lisboa, ou collecção de todos os conventos, mosteiros e parrochiáes no recinto da cidade de Lisboa. Em* MDCCCXXXIII *(1833). Em que se mostrão os desenhos de seos alçados... Anno de 1840.* Cod. mss. n.o 215.—Comprado em 10 de julho de 1895, por 50$000 réis, a D. Augusta Bernardina de Senna. Original, com o retrato do auctor e 141 desenhos a lapis, sendo alguns a côres. Tres partes em 1 vol. in-4.o de 4 fol. preliminares a 208-120-160 pag. de texto e 6 indices. Encadernado.

**Goodolphim** (Costa).—*As Misericordias.* Lisboa, 1898. Collecção de publicações do Centenario da India.

— *A Previdencia.* Lisboa, 1889; 188 pag. (publicação da Sociedade de Geographia de Lisboa.)

— *Economie sociale. Assistance publique en Portugal.* 1900. In-4.o gr., VIII-104 pag.

**Gouveia Pinto** (Antonio Joaquim de).—*Compilação das providencias que a bem da criação, e educação dos Expostos ou engeitados se tem publicado, etc.* Lisboa, na Impressão regia, 1820.

— *Exame critico e historico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga e moderna, tanto patria como subsidiaria e das nações mais visinhas e cultas relativamente aos Expostos e Engeitados para servir de base a um Regulamento geral administrativo a favor dos mesmos, etc.* Lisboa, 1828.

**Grifi** (Luigi).—*Breve Ragguaglio delle Opere pie di caritá e benefizenza, etc. della citá di Roma.* Roma, 1862.

**Haupt** (Albrecht).—*Die Baukunst der Renaissance in Portugal.* Frankfurt, 1890.

**Hautefort** (Charles von).—*Coup d'œil sur Lisbonne et Madrid en 1814.*

*Historia da fundação e progresso da Casa de S. Roque.* Codice n.º 4491—P—6—2, manuscripto, da Bibliotheca Nacional.

*Instituições de capellas na egreja de S. Roque.* Livro manuscripto do Archivo do Hospital de S. José.

*Irmãos nobres eleitos* (Livro dos). Codice mss. da Santa Casa.

**Lacerda** (D. Fernando Correia de), bispo do Porto.—*Historia da vida, morte, milagres, canonisação e trasladação de Santa Isabel, sexta rainha de Portugal.* Lisboa occidental, 1735.

**Lavanha** (J. Baptista).—*Viagem da Catholica real Magestade del-Rei Dom Filippe II que está em gloria, ao seu reino de Portugal e relação do solemne recebimento que n'elle se lhe fez.* Madrid, 1622, por Thomaz Janti, in-folio.

**Le Fort** (dr. Léon).—*Des maternités; étude sur les maternités et les institutions charitables d'accouchement à domicile dans les principaux états de l'Europe.* Paris, 1866; 1 vol. folio.

*Legislação Pombalina.* Collecção da Bibliotheca da Academia Real das Sciencias.

*Lembranças de algumas cousas desta Santa Casa de S. Roque, desde 1695 até 1751.* Cod. $\frac{\text{CVIII}}{1\text{-}23}$, 1 vol. in-4.º com 137 folhas da Bibliotheca Publica Eborense. Respectivo *Catalogo* ordenado por Cunha Rivara e Telles de Mattos, t. III, p. 142.—Traz muitas noticias de successos particulares e publicos, diz o catalogo.

**Liberato Telles.**—*Mosteiro e Egreja da Madre de Deus.* Lisboa, 1899.
— *Pintura simples—Estuques.* Artigo no *Boletim* da Associação dos Conductores de Obras Publicas. 1900-1901, vol. IV e V.

*Lisboa antes da conquista christã.* Artigo illustrado no *Seculo,* n.º 6702.

*Lista dos Provedores do Hospital Real que se elegeram de 1564 em deante até 1676.* Codice n.º 1104 da Torre do Tombo, a fl. 1.

*Livro das Juntas Grandes* e *Livro das Juntas Pequenas da Irmandade da Misericordia.* 2 livros manuscriptos do Archivo da Santa Casa.

**Lopes** (Alfredo Luiz).—*O Hospital de Todos os Santos, hoje Hospital de S. José.* Lisboa, 1890, I e II, de XII-157 pag.

**Macedo** (José Agostinho de).—*Sermão na festividade da instituição da real ordem de Santa Isabel, celebrada na egreja de S. Roque, em 24 de setembro de 1805.* Lisboa, 1819; 1 folheto in-8.º

**Machado de Mendonça** (Jorge F.).—*Pelo breve memorial expõe Jorge F. Machado de Mendonça ao sr. Conde de Oeiras o regimen que tem estabelecido no Hospital de Todos os Santos; relata-se a fundação d'este hospital e algumas noticias respectivas aos hospitaes.* Lisboa, 1761; 1 vol. fol.

**Madre de Deus** (fr. Bernardo da).—*Tractado da Instituição da Irmandade da Misericordia de Lisboa, ordenada pela Rainha D. Leonor mulher delrei D. Manuel* (sic) *e fr. Miguel Contreiras, trinitario.* Mss. citado por Diogo Barbosa Machado, 1580?

*Medicina Contemporanea (A),* de 18 de setembro de 1898, contendo o guia medico de Portugal.

*Memoria do descobrimento e achado das sagradas reliquias no antigo sanctuario da egreja de S. Roque, com a noticia historica da fundação da mesma egreja e sanctuario e da solemne festa com que a commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia de Lisboa se propõe celebrar a renovada exposição das mesmas reliquias e sua restituição ao culto e veneração dos fieis, terminando com o catalogo e relação individual das reliquias e outros monumentos religiosos e artisticos novamente restaurados da mesma egreja e sanctuario.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1843

*Memorias historicas da Cartuxa de Laveiras.* Codice manuscripto, n.º 189, da Bibliotheca Nacional.

*Memorias para a Historia das Irmandades e Confrarias de Lisboa.* Mss. da Bibliotheca Nacional, n.º 170 do Inventario. A—a—38.

**Mena Junior** (Antonio Cesar).—*Memoria justificativa e descriptiva das obras executadas na egreja de S. Roque de Lisboa.* Lisboa, 1894; 38 pag.

**Mendonça Arraes** (D. José Antonio Pinto de).—*Noticia genealogica dos Costas.* Mss. da Bibliotheca Nacional. D—6—14.

*Misericordia de Lisboa—Reformas Rio Maior.* Artigo editorial do *Diario de Noticias* de 28 de fevereiro de 1883.

*Mnémosine Lusitana.*

**Moutinho** (Joaquim F.).—*A Créche.* Porto, 1884; 1 vol. in-4.º

**Murphy** (J. C.).—*Travels in Portugal.* London, 1795.

*Museu Nacional de Bellas Artes.—Catalogo provisorio.—Secção de Pintura.* Lisboa, 1883; 117 pag.

*Nação (A)* n.º 12:758, de domingo 14 de agosto de 1898.—Numero commemorativo do 4.º centenario da Misericordia, com artigo do sr. Esteves Pereira.

**Nogueira** (José M. Antonio).—Folhetins intitulados: *Algumas noticias ácerca dos hospitaes existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do Hospital de Todos os Santos—15 de maio de 1482*—publicados no *Jornal do Commercio* de 1865, n.os 3505, 3506, 3512, 3515, 3518, 3526, 3542 e 3550.
— *A estabilidade dos encargos pios.* 1 folheto.

*Noticia circumstanciada das festas e procissões e actos do culto da Confraria da Doutrina.* Codice 207, mss., da Bibliotheca Nacional.

*Noticias do grande fogo no Hospital Real de Todos os Santos em 1750.* Cod. $\frac{\text{CV}}{1-3}$. da Bibliotheca Publica Eborense. Respectivo *Catalogo,* t. III, pag. 259.

*Occidente (O)* n.os 707 e 708 de 1898.

**Oliveira** (Christovam Rodrigues de).—*Svmmario em que breuemente se contem algvas covsas (assi ecclesiasticas como secvlares) que ha na cidade de Lisboa.* Lisboa, 1755.

**Oliveira** (Eduardo Freire de).—*Elementos para a historia do municipio de Lisboa.* Lisboa, 1885-1901; 11 vol.

**Oliveira** (P.e fr. Nicolau de).—*Livro das grandezas de Lisboa.* Lisboa, 1804; 373 pag.

**Oliveira Martins.**—*O Principe Perfeito.* Lisboa, 1896; editor Antonio Maria Pereira.

*Petit Journal (Le).* Artigos de Thomas Grimm sob os titulos: *Le dispensaire Furtado-Heine—Pour les enfants—Les hospices maritimes pour les enfants debiles,* nos n.os 209 e 227 de 1885 e 269 de 1888.

**Pereira** (Gabriel).—*O archivo da Santa Casa da Misericordia de Evora. Fundação da Confraria. O 1.º livro dos Irmãos.* Evora, 1888; 3 partes de 18-19-19 pag.
— *Conventos de freiras: Paraiso, Santa Clara e S. Bento.* Evora, 1886; 8.º de 24 pag.
— *Documentos historicos da cidade de Evora.* Evora, 1885-1892.
— *Monumentos Nacionaes.* I e II. Lisboa, 1900-1902; 2 folhetos, 35 e 24 pag.

**Pereira de Miranda** (Antonio Augusto).—*Allocução proferida na occasião de serem distribuidos premios ás educandas do recolhimento de S. Pedro de Alcantara, em 4 de setembro de 1898.* Lisboa, 1898; 1 folheto.

**Picotas Falcão.**—*O municipio de Lisboa e as casas da sua camara.* Lisboa, 1902.

**Pimentel** (Alberto).—*Historia do Culto de Nossa Senhora em Portugal.* Lisboa, 1901.
— *Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal.* Lisboa, 1879.

**Pinho Leal** (Augusto Soares de Azevedo Barbosa de).—*Portugal antigo e moderno.* Lisboa, 1873-1890; 12 vol.

**Pinto** (Julio Lourenço).—*O Algarve. Notas impressionistas.* Porto, 1894; 1 vol. in-4.º

**Pinto de Carvalho** (Tinop).—*Lisboa de outros tempos,* tomos I e II. Lisboa, 1899.

*Planos de loterias.* Collecção dos annos de 1855 a 1864 da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

*Privilegios (Livro I dos).* Codice manuscripto da Santa Casa da Misericordia. Contém as copias tiradas da Torre do Tombo e do archivo da Misericordia do Rio de Janeiro, de todos os alvarás, cartas regias, etc., em que se concederam privilegios e mercês á Misericordia de Lisboa.

*Provas da Historia genealogica da casa real.*

**Raczynski** (Le comte A.).—*Les arts en Portugal. Dictionnaire historico-artistique du Portugal.* Paris, 1847; 2 vol.

**Rasteiro** (Joaquim).—*Quinta e Palacio da Bacalhôa.* Lisboa, 1895.

*Registo de cartas.* Trinta tomos manuscriptos da Santa Casa.

*Registo de consultas.* Livros manuscriptos da Santa Casa, tomos I a VII.

*Registo de provisões.* Sete tomos manuscriptos da Santa Casa.

*Relação dos gastos que fez a Mesa dos Santos Innocentes, nos annos de....* Collecção da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

*Relação em que se faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa.* Lisboa, 1626. No *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes,* 1899.

*Relação dos gastos da Misericordia.* Collecção da Bibliotheca Nacional.

*Relatorio e Estatistica do Hospital de S. José, no anno civil de 1851.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1852. (Relatorio historico e estatistico pelo dr. Miguel Januario Fernandes Branco.)

*Relatorios e contas da Commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, relativos aos annos de 1834 a 1851.*

*Relatorios que a Mesa da Santa Casa da Misericordia de Lisboa dirigiu ao Ex.mo Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, com as contas da gerencia dos annos economicos de 1862 a 1900.* Impressos na Imprensa Nacional até 1893 e na Typographia da Loteria da Santa Casa desde esse anno.

*Repertorio das camaras.* Serie de artigos sobre os *Expostos,* do sr. D. João Guilherme de Menezes Alarcão. 1865.

*Retratos e elogios dos varões e donas que illustraram a nação portugueza.* Lisboa 1817; com retratos gravados.

*Resumo historico da Santa Casa e Irmandade da Misericordia da cidade de Coimbra.* Coimbra, 1842.

*Revista Litteraria,* anno II, t. IV, pag. 128 a 340; memoria intitulada: *Excellencias da Irmandade da Casa Santa da Misericordia por A. Francisco Rodrigues Cheiroso, da villa de Borba, natural. Recopilou-as em o anno de 1633, servindo de Escrivão da Misericordia da mesma villa.*

*Revista Universal Lisbonense.* Lisboa, 1842.

**Rezende** (Garcia de).— *Chronica dos valerosos e insignes feytos d'El-rey D. Joam II, de gloriosa memoria, com outras obras que adeante se seguem e vae accrescentada com a sua Miscellanea.* Coimbra, 1798; 1 vol. in-4.º

**Ribeiro** (Victor).— *Historia da beneficencia publica em Portugal,* em publicação no *Instituto* de Coimbra.

**Ribeiro Guimarães** (J.).— *Summario de varia historia.* Rolland & Semiond. Lisboa, 1872-1874; 5 vol.

**Rio Maior** (conde de —, Antonio).— *As finanças e a mortalidade dos expostos da Santa Casa da Misericordia de Lisboa.* Lisboa, 1869; 86 pag.
— *Uma opinião sobre os expostos da Santa Casa da Misericordia de Lisboa.* Lisboa, 1866; 178 pag.

**Sampayo** (Albino Forjaz de).— Artigos sob o titulo: *Os emprymidores portuguezes,* publicados no *Echo scientifico e litterario,* 1901-1902.

**Sanchez Moguel** (Dr.)— *Reparaciones históricas, Estudios peninsulares.* Madrid, 1894.

**Santa Luzia** (Fr. Manuel de).— *Nobiliarquia / trinitaria / Catalogo de varões / illustres em letras, virtudes e nas- / cimento, filhos por profissão da / Ordem da Santissima Trindade / da Provincia de Portugal* — tomo I (e unico publicado) — / escripto por / fr. — / religioso da mesma ordem / dado á luz por / Francisco Bruno de Lemos / Irmão do auctor. / Lisboa / na officina de Miguel Manescal da Costa. / Anno MDCCLXVI.

**Santa Maria** (Fr. Agostinho de).— *Santuario Mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora e das milagrosamente apparecidas.* Lisboa, 1707-1723; 10 vol. in-4.º

**São Jeronymo** (Visconde de —, Basilio A. de Sousa Pinto).— *Memoria sobre a fundação e progressos do Real Collegio das Ursulinas de Pereira.* Coimbra, 1850.

**São José** (Fr. Jeronymo de).— *Historia chronologica da esclarecida Ordem da Santissima Trindade e Redempção dos Captivos da Provincia de Portugal.* Lisboa, 1789-1794; 2 tomos.

**Sarmento** (Ignacio Pizarro de Moraes).— *O Engeitado.* Porto, 1846.

*Seculo (O)* n.º 3404, de 26 de julho de 1891; artigo illustrado: *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa.*

*Seculo (O)* n.º 5959, de domingo 14 de agosto de 1898, illustrado com varias zincographias e commemorativo do 4.º centenario da Misericordia.

**Sequeira Pinto** (Conselheiro Diogo Antonio Correia de).—*Relatorio do estado e administração em geral do Hospital N. e R. de S. José, de Rilhafolles e annexos, para S. M. a Rainha.* Lisboa, 1852; 148 pag.

*Serões,* n.º 4, de 1901; artigo do sr. dr. Sousa Viterbo ácerca da capella e museu de S. João Baptista.

**Silva Pereira.**—Artigos publicados no *Occidente,* n.os 331, 332, 335, 336, 337, 340 e 352. Anno de 1888.

**Silvestre Ribeiro** (José).—*O real observatorio astronomico de Lisboa. Noticia historica e descriptiva.* Lisboa, 1871.
— *O que ha sido feito e o que ha a fazer em materia de beneficencia.* Lisboa, 1878.

**Simões** (Augusto Filippe).—*Educação physica.* Lisboa, 1874.

**Soares Romeu Junior** (José E.).—*D. João II—romance historico do seculo XV.* Porto, 1878.—No cap. VII desenham-se as figuras de D. Leonor e fr. Miguel Contreiras.

**Sousa** (D. Antonio Caetano de).—*Historia genealogica da Casa Real Portugueza, desde a sua origem até ao presente.* Lisboa, 1735-1749; 19 tomos em 20 vol. in-folio.

**Sousa** (Fr. Luiz de).—*Historia de S. Domingos, particular do Reino e Conquistas de Portugal, por fr. Luiz de Cacegas, reformada em estilo e ordem e amplificada.* Lisboa, 1767.

**Sousa de Macedo** (Antonio de).—*Flores de Espana, excelencias de Portugal.* Coimbra, 1737.

**Sousa Viterbo** (Dr.).—*Introducção á edição illustrada d'Os Lusiadas.* Lisboa, 1900.
— *Dr. Thomaz de Carvalho;* artigo biographico n'*A Semana de Lisboa,* n.º 20, de 14 de maio de 1893.
— *O hospital dos incuraveis.* 1 folheto; 5 pag.
— *Diccionario dos Architectos.*
— *A exposição de arte ornamental (Notas ao catalogo);* no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa,* n.º 9 da 3.ª serie, 1882.

**Strauss** (Paul).—*Assistance publique—Pauvres et mendiants.* Paris, 1900; 1 vol.

**Tavares** (Dr. Carlos).—*Elogio funebre do dr. José Thomaz de Sousa Martins.* Lisboa, 1897.

*Tombo da cidade,* mss. da Bibliotheca Nacional. 1755.

*Tour du Monde.* 1886.—*En Toscana,* artigo por Eugène Muntz.

**Val de Reis** (Conde de).—*Instrucções para o governo da Misericordia,* tomos I, II e III. Mss. 1755. Codices da Santa Casa.

**Veiga** (J. Chrysostomo da).—*Reflexões ou breve discurso sobre as rodas dos expostos.* Coimbra, 1853; 1 folheto de 24 pag.

**Veiga** (P.e Manuel da).—*Noticia das reliquias que estam na Egr.a de S. Roque de que faz memoria o P.e Manuel da Veiga no L.o que compos que intitulou memoria das cousas mais notaveis que concorreram na fundaçam, e se fizeram e viram no progresso da Casa de San Roque da Companhia de Jesus, té o anno de 1636.* Codice n.o 207, mss. da Bibliotheca Nacional.

**Vieira da Silva.**—*A Judiaria Velha de Lisboa;* no *Archeologo Portugués,* t. VI, 1901.

**Vilhena Barbosa** (Ignacio de).—*Estudos historicos e archeologicos.* Lisboa e Porto, 1874-1875; 2 vol.

**Villa Franca** (Conde de).—*D. João II, drama historico em 5 actos.* Lisboa, 1885.

**Wolkmar Machado** (Cyrillo).—*Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores, esculptores, architectos e gravadores portuguezes e dos estrangeiros que estiveram em Portugal.* Lisboa, 1823; in-4.o

# INDICE GERAL ALPHABETICO

## A


PAG.

**Abbade Castro.**—Adjuncto ..... 160 e 528
— — seu opusculo citado ..... 183
**Abranches** (D. Alvaro).—Sepultura em S. Roque ..... 252
**Administradores** da Capella de S. João Baptista ..... 211
**Adro da peste.**—Vidè **Lapides.**
— **da Sé** ..... 31
— da egreja de S. Roque, modificado ... 179
— — avançava até um terço do largo .. 191
— dos Enforcados no Porto ..... 110 e 183
**Adros,** o que eram ..... 182
**Agua** (Concessão de uma penna de) .... 135
**Aguiar** (Joaquim Antonio de).—Reformas como ministro ..... 139
— — Segundo Provedor ..... 159
— — Retrato e fac-simile da assignatura, Estampa VII. ..... 159
**Alameda** de S. Pedro de Alcantara..... 308
**Albergarias** ..... 21
**Albuquerque** (Affonso de).—Funeraes em 1566 ..... 74
**Alcances** de Provedores e Mesarios .... 122
**Alexandrino** (Pedro).—Pintor ..... 300
**Alfarrabistas.**—No paço dos Nizas .... 176
**Algozes** ..... 107
**Almeida** (D. Lopo de).—Fundador do Hospital do Porto, Nota VIII ..... 519
— (Rodrigo Vicente de) ..... 264
— (D. Thomaz de).—Vem residir para S. Roque ..... 173
— — Sua sepultura e noticia biographica ..... 245 e 302
**Alpendre** da portaria de S. Roque, Estampa XIII ..... 174 e 175

PAG.

**Alvaro Paes** (postigo de) ..... 172
— — (torre ou cubello de) ..... 172 e 173
**Amas** (premios ás) ..... 135
**Ambrosio Brandão** (D.)—Sagra o adro da peste ..... 181 e 182
**Amizades** (fazer as) ..... 57
— (O Provedor fazia as) ..... 110
**Amor Machado** (Affonso Pereira de).—Organeiro ..... 256
**Amparo** (Ermida de Nossa Senhora do). 425
— (Hospital do) ..... 93, 421 a 427
**Anchieta** (José de) ..... 36
**Andrade** (Luiz Alvares de)—Institue a procissão dos Passos ..... 279
— — sepultura em S. Roque..... 254
**Annibaldi.**—Artista italiano ..... 214
**Antonio** (D.)—Prior do Crato, seu testamento ..... 316
**Aqua Viva** (P.e Claudio).—Preposito da Companhia de Jesus ..... 193 e 267
— — Fac-simile da assignatura..... 273
**Aragão** (D. Francisca de).—Mulher de D. João de Borja ..... 193
**Araujo e Silva** (Manuel Cesario).—Citado ..... 88
**Arcas** para esmolas ..... 57
**Arcebispo de Palmyra.**—Vidè **Palmyra.**
**Architectura** (Primeiro ensino da) em Portugal *(nota)* ..... 190
**Archivo** da Misericordia .... XVI, XVII e 297
**Arco** da Consolação..... 103
— de S. Roque, sua posição ..... 178
— — demolido ..... 177
**Arcos** da Misericordia ..... 67 e 75
— — sua posição no edificio..... 77
**Arighi.**—Artista italiano ..... 214

PAG.

**Armas** (Sello de) da Misericordia, Estampa XXI ..... 329
— — pintado n'um tecto ..... 296
**Assentiz** (Morgado de) ..... 176
**Assis Basto** (Francisco de).— Adjuncto . 158
— — Membro da Commissão administrativa ..... 148
**Assumpção** (P.e Gaspar da).— Provedor do Hospital ..... 90
**Asylo** de cegos S. Manuel, no Porto .... 351
— (creado o primeiro) ..... 139
**Aulas** para os expostos ..... 141
**Aulete** (Francisco José Caldas) ..... 176
**Authenticas** das reliquias ..... 271
**Auxilio** á Misericordia, subsidio dado pelo Governo ..... 137
**Avellar Rebello** (José de).— Pintor .... 227
**Ayres de Sá**.— Vereador ..... 178
**Azevedo** (P.e Simão Roiz) — Introductor da Companhia de Jesus ..... 185
— — noticia biographica e sua sepultura. 235
**Azulejos** na egreja de S. Roque ..... 232

## B

**Bacalhôa** (Os azulejos da) ..... 233
**Baharem** (D. Antonio de Lancastre) .... 211
**Balandraus** dos Irmãos da Misericordia ..... 44 e 45
**Baldaquino** da capella de S. João Baptista ..... 265
**Bandeira** (Antonio Joaquim).— Adjuncto. 160
— da confraria da Senhora da Piedade .. 31
**Bandeiras** das Misericordias ..... 31 e 35
— — sua descripção, Estampa III. 35 e 98
— — que estão no museu ..... 264
— — abatiam sobre os condemnados ... 109
— (Procissão das), Nota XIV ..... 522
**Banhos** do mar aos tutelados da Misericordia ..... 462
**Barbadinhos** (antigo convento dos) .... 309
**Barbosa** (Pero).— Sepultura em S. Roque. 252
**Barreto** (P.e João Nunes).— Lança a primeira pedra de S. Roque ..... 187
**Bassoni** (Domenico). — Mosaicista romano ..... 209
**Benagazil** (Visconde de).— Terceiro Provedor ..... 160
**Benedicto XIV**.— Sagra a capella de S. João Baptista ..... 208
**Bens** das extinctas Confrarias doados á Misericordia ..... 124
— — passam para o Hospital Real ..... 130
— da Misericordia e Hospital, separados em 1782 ..... 129
— — novamente reunidos ..... 132
— das Misericordias, seu novo regimen.. 146

PAG.

**Bento** Coelho da Silveira.— Pintor. Vidè Silveira.
**Berruguete** (Pedro).— Pintor ..... 288
**Bilhete** de loteria.— Typo de um da primeira loteria de 1784 ..... 373
— — Typo de um da loteria da Academia, de 1815 ..... 377
**Blas del Prado**.— Pintor hespanhol .... 288
**Bluteau** (P.e Raphael).— Prega em S. Roque ..... 284
— — citado ..... 182
**Boa-Morte** (Confraria de Nossa Senhora da).— Noticia e regras ..... 278
**Bom Successo** (Ermida do) na calçada do Lavra ..... 118
**Bomba** de incendios da Santa Casa .... 453
**Bordes** (Pierre).— Pintor ..... 299
**Borgias** *(nota)* ..... 194
**Borja** (D. João de).— É-lhe doada a capella-mór de S. Roque ..... 193
— — seus paes ..... 194
— — sua morte e trasladação ..... 195
— — carneiro e sepultura ..... 196
— — doador das reliquias ..... 268
— — fac-simile ..... 274
— — uma carta sua ..... 275
— (S. Francisco de).— Préga a primeira vez em Portugal ..... 187
— — um seu autographo *(nota)* ..... 194
— — seus retratos *(nota)* ..... 194
**Braamcamp** (Geraldo José). — Sua importante iniciativa na questão dos expostos ..... 150
— — Adjuncto ..... 160
— — sua notavel administração ..... 167
— Freire (Anselmo).— Citado, Nota II e 161
**Bragança** (D. Francisco de).— Sepultura em S. Roque ..... 253
**Brito** (Pero Machado de).— Instituidor da capella de Santo Antonio ..... 204
**Bruno** (S.) (Quadro de) ..... 310
**Bulhões** (Impressor).— Pretende reimprimir o Compromisso ..... 87

## C

**Caceres** (Mem).— Provedor do Hospital. 89
**Cadaveres** dos justiçados entregues á Eschola ..... 106
**Caldas** (A capella do hospital das) ..... 514
**Camara** Municipal de Lisboa.— Protecção que dá á Misericordia ..... 115
— — elevada a sua ordinaria para os expostos ..... 126
— (Martim Gonçalves da).— Fundador de uma capella em S. Roque ... 204 a 207
— (Dr. Joaquim José Rodrigues da).— Adjuncto ..... 167

PAG.
**Camara** (Dr. Joaquim José Rodrigues da). Seu retrato, Nota XXV ..... 528
**Camelier** (Jorge).— Adjuncto ..... 163
— — Provedor interino ..... 168 e 169
— — Discurso no funeral do Dr. Thomaz de Carvalho ..... 169
— — Noticia biographica ..... 170
— — Auctor da memoria descriptiva da capella de S. João Baptista ..... 215
**Campainha** (O sitio da) ..... 77
**Campo** da Forca ..... 105
— de Santa Barbara ..... 105
— de Santa Clara ..... 105
**Canastras** (Postigo da rua das) ..... 76
**Cangalhas** (Francisco Antonio Ferreira). Architecto. Reedifica a Conceição Velha ..... 79
**Capaci** (P.e Domingos) ..... 207 e 285
**Capella** dos Bispos ..... 13
— mór de S. Roque ..... 193
— de S. João Baptista, Estampa XV 207 e 208
— — seus administradores ..... 211
— — é capella privilegiada ..... 211
**Capellas** (As) da egreja de S. Roque ... 193
— imperfeitas da Batalha ..... 19
— (Instituições de) na egreja de S. Roque ..... 198
**Capelleira** da cidade ..... 69
**Capellistas** ..... 76
**Capital** da Santa Casa ..... 357
**Capitaes** da Misericordia do Porto ..... 359
**Captivos** (esmolas para os) ..... 93
**Carbone** (P.e João Baptista).— Noticia e fac-simile ..... 207 e 285
**Carbonero** (Moreno).— Pintor, auctor de um quadro *(nota)* ..... 194
**Cardeal** de Alpedrinha ..... 12
**Cargos** da Irmandade ..... 96
**Caridade** (Confrarias de) ..... 12
**Carimbo** das cautellas ..... 382
**Carlet.** Vidè **Rosière.**
**Carmo** (capella de S. Roque no) ..... 184
— (lapides no) ..... 182
— (museu do). Inscripção ..... 71
— (postigo do) ..... 172
**Carrasco** ..... 107 e 108
**Cartuxa** de Laveiras (Convento da) .... 310
**Carvalho** (Gonçalo Pirés de).— Sua sepultura ..... 199
— (Dr. Thomaz de).— Adjuncto ..... 162
— — Provedor ..... 164
— — Noticia biographica e apreciações da sua individualidade ..... 164 a 166
— — Funeraes ..... 167
— — Sua opinião ácerca das rodas. 150 e 405
— — Seu retrato na Misericordia e na Academia *(nota)* ..... 296
— — retrato e fac-simile, Estampa IX .. 164
**Casa** das rainhas, Nota II ..... 517
PAG.
**Casa** de S. Roque ..... 172 a 297
— — Historia da sua fundação ..... 180
**Casal Ribeiro** (Conde de).— Indica o modo de descobrir a sepultura de Francisco Suarez ..... 200
**Casamento** de D. Manuel (Quadro do), Estampa XIX ..... 288
**Casa Pia**, estabelecida nos Jeronymos ... 171
— — loterias suas ..... 379
— **Professa** de S. Roque, edificada depois da egreja ..... 192
**Casas** na Portagem ..... 75
— dos expostos ..... 415 a 417
**Castello** (D. João Cardoso).— Sepultado em S. Roque ..... 254
— Branco (José Barbosa Canaes de Figueiredo).— Citado ..... 194
— — (D. José de Sousa).— Inquisidor, sepultado em Laveiras ..... 311
**Castilho.**— Casas onde nasceu e morreu. 177
— (Julio de).— Citado repetidas vezes. Casa onde nasceu ..... 177
**Castilhos** ..... 176
**Castro** (D. Antonia de).— Recolhimento de orfãs ..... 65 e 75
— — Funda o recolhimento ..... 430
— — Sua sepultura ..... 200, 239 e 240
— (D. Antonio de S. José de).— Patriarcha eleito, sepultado em Laveiras ... 311
— (D. João de).— Funda uma capella em S. Roque ..... 200 e 201
— (Joaquim Machado de).— Esculptor .. 208
— (D. Leonor de).— Mãe de D. João de Borja ..... 194
— (D. Miguel de).— Arcebispo ..... 74
**Catalogo** do Museu da Capella de S. João Baptista ..... 264
**Catharina** (Rainha D.) — Protege a Misericordia ..... 83
— — Reside em Enxabregas ..... 25
— — Dá um quadro á Casa de S. Roque. 259
— — Seu retrato na Misericordia ..... 295
**Cemiterio** da Santa Casa ..... 106 e 526
**Centenario** das Misericordias.— Capitulo addicional ..... 341
**Cepos** para esmolas ..... 57
**Cerca** dos padres de S. Roque ..... 173
**Cerveira** (Antonio Machado).— Organeiro. 256
**Chafariz** em S. Pedro de Alcantara .... 308
**Circumcisão** (Painel da) ..... 197
**Cisternas** da Casa de S. Roque ..... 192
**Classe** da Misericordia ..... 76
**Claustro** da Sé (Capellas do) ..... 12
**Claustros** de S. Roque ..... 192
**Cofres** dos orfãos postos em segurança .. 125
**Coleta** (soror).— Sua sepultura ..... 28
**Collegiada** da egreja de S. Roque ..... 279
**Commissão** administrativa da Misericordia e Hospital, sua nomeação ..... 140

PAG.
**Commissão** administrativa das loterias.. 384
— de reforma do Hospital e Misericordia. 136
— para estudar a administração dos expostos em 1833 ..... 147
**Commutação** de legados pios ..... 127
**Compromisso** da Misericordia.—Como se fez e como se perdeu..... 14
— — Sua approvação..... 32
— — Qual foi o primeiro..... 46 a 56
— — A primeira edição..... 52
— — Suas reformas..... 53 e 54
— — Seu conteúdo..... 55
— — Os Codices das Misericordias de Lisboa e Evora..... 50 e 51
— — Compra do Codice da de Lisboa, Nota XII ..... 521
— — O alvará de 1582..... 84
— — A reforma de 1618 ..... 85
— — Edições que teve ..... 86 e 87
— — Ordem para se reformar..... 128
— — Ordena o governo que se faça um novo Compromisso..... 142
— — Cahido em desuso..... 145
— — Ordena-se a sua uniformidade para todas as Misericordias..... 146
— — Sua revisão e reforma..... 149
— — (Primeiras reformas do), Nota XIII. 522
— da Confraria de S. Roque ..... 184
**Conceição** (Fr. Cypriano da).—Seu retrato..... 302
**Conceição** Silva (A. T.)—Pinta o retrato de Fr. Miguel ..... 78
— **Velha**, porta principal..... 78
— — Frontaria, Estampas V e VI. 72 e 80
**Conde** de Val de Reis.—Livros que fez.. 123
**Condestavel** (postigo do)..... 172
**Conductas** das Caldas..... 461
**Confeiteiros** (Ermida da Oliveira ou dos). 118
**Conflicto** entre a Justiça e a Misericordia do Rio ..... 110
**Confraria** de Caridade que existia na Sé..... 12, 30 e 31
— — Annexada á Misericordia ..... 60
— da Misericordia.—Sua invocação.... 56
— — Sua organização..... 94
— — Sua dissolução..... 527
— de S. Roque ..... 184
**Confrarias** de mendigos..... 59
— erectas na egreja de S. Roque, extinctas ..... 122, 124 e 277
— de S. Roque que houve no reino .... 184
**Congregação** das Servas Pobres ou Filhas de Caridade ..... 135
— de Nossa Senhora da Doutrina ..... 222
**Congresso** de beneficencia em 1900, em Paris ..... 352
— das Misericordias ..... 343

PAG.
**Congresso** do estado da nobreza reune em S. Roque..... 287
**Connevari.**—Architecto italiano..... 207
**Conselho** geral de Beneficencia, sua creação..... 146
— — Suas reformas ..... 148
**Constituição** de 1820.—Occupa-se da beneficencia ..... 136
**Consultas** medicas da Misericordia ..... 460
**Contadoria** (reforma do quadro da).... 129
— Sua creação..... 122
**Contracto** dos Irmãos de S. Roque com os Padres de Jesus..... 185 e 186
**Contreiras** (Fr. Miguel).—Sua vida 29 a 36
— — Sua naturalidade e ascendencia .. 10
— — Retratos, Estampa II..... 30
— — Sua sepultura..... 33
— — Estatua na Misericordia do Rio... 36
**Contribuição** de defesa ..... 135
— de guerra em 1808..... 261
**Côro** da capella-mór de S. Roque..... 198
— das rainhas ..... 19
— de S. Roque, reconstruido..... 254
**Correia** (Honorato José).—Architecto; desenho da reedificação da Conceição Velha ..... 79
— (Januario).—Pintor..... 296
— (P.e Manuel).—Sepultado em S. Roque. 252
— (Valentim José)..... 70
**Corsini** (Giovanni).—Engenheiro italiano..... 208 e 209
**Cortadini.**—Esculptor italiano..... 208
**Costa** (D. Alvaro da).—Seu tumulo, Estampa XX..... 293 e 294
— — Noticia genealogica e biographica ..... 288 a 295
— (D. Brites da)—Institue capellas. 186 e 528
— (Manuel Roiz da).—Instituidor do recolhimento ..... 65, 77 e 432
— (D. Martinho e D. Jorge da) ..... 12
**Couto** (Matheus de).—Lê licção de architectura *(nota)*..... 190
**Craveiro da Silva** (Marcellino).—Adjuncto; seu retrato ..... 162
**Creação** dos expostos.—Questão entre a Camara e a Misericordia..... 116
**Creanças** mortas expostas nas egrejas .. 133
**Créches.**—Sua fundação em Paris e em Portugal ..... 23
**Criandario** do Hospital Real ..... 394
**Cruz** (P.e Salvador da).—Seu retrato... 302
**Cruzeiro** de S. Roque..... 198
**Cruzes** de sagração nas egrejas, Nota XVII. 524
**Cunha** (D. Rodrigo da).—Levado sob o pallio da Misericordia para a Sé ... 75
— Vianna (Dr.)—Adjuncto ..... 162
— — retrato, Nota XXV ..... 528

## D

PAG.
**Decadencia** da Misericordia..... 131
**Dezamortização** de bens..... 356
**Desiderio** Principal Lancastre (D.), *(nota)*. 191
**Despesa** da Santa Casa em 1610.. 92 e 93
— — em 1898–1899 (Mappa geral da).. 482
**Dinheiros** a juros (prohibida a Misericordia de dar)..... 124
**Doação** de casas na Portagem.... 75 e 421
— da Casa de S. Roque..... 118 e 119
**Dotes** a orfãs, que a Misericordia concede..... 450
**Doutrina** (Capella de Nossa Senhora da). 215
— (Confraria de Nossa Senhora da); o que era..... 222
— — suas insignias..... 278
**Duarte** (Bispo D.)—Sagra a ermida de S. Roque..... 181

## E

**Edificação** da egreja de S. Roque..... 187
**Edificios** da Misericordia .... .. 75 a 82
— — destruidos pelo terremoto ..... 117
— — seu perimetro ..... 65
**Egreja** da Misericordia .... .... 61 a 75
— de S. Roque (Interior da), Estampa XVI ..... 191 e 216
— de S. Pedro de Alcantara..... 299
**Eleição** da Mesa da Irmandade ..... 95
**Elvas** (Antonio Gomes de).—Seu jazigo ..... 219 e 222
— (João Rodrigues de)..... 221 e 222
— (Luiz Rodrigues de) ..... 219 a 221
**Empestados** (Cemiterio dos) ..... 172
**Emygdio Garcia** (Dr. Manuel).—Sua opinião ácerca das rodas ..... 154
**Enfermeiro-mór** ..... 112
**Enfermos** soccorridos com medico e botica..... 455
**Enjeitados**. V. **Expostos**.
— (Mesa dos)..... 117
**Ensino** dos expostos..... 412
**Enterramentos** (Privilegio dos)..... 97
— das pessoas reaes ..... 99
— que a Misericordia faz ..... 446
**Enxobregas** (Palacio de)..... 25 e 173
**Escravos** lançados em poços ..... 182
**Esmolas** para a Misericordia ..... 96
— diversas que a Misericordia concede.. 451
**Esmoleres-móres** (Catalogo dos) ..... 182
**Espirito Santo** (A capella do), fundada por D. Simôa Godinho..... 78
— — resiste ao terremoto ..... 118
— — em S. Roque..... 207 e 529
— (A Confraria do) ..... 97
**Esquife** (Serviço do)..... 141
PAG.
**Esquife** o que é actualmente ..... 446
**Estach** (Pietro de l').—Esculptor italiano. 208
**Estevão Martins**.—Provedor do Hospital, seu epitaphio ..... 88
**Execuções** (Papel da Misericordia nas) ..... 102 e 107
**Exposição** universal de 1900 (As Misericordias na) ..... 352
**Exposições** attingem espantoso numero.. 149
— de cadaveres de creancinhas ..... 133
**Expostas** (Soccorro instituido pelo marquez de Rio Maior ás)..... 163
**Expostos** no Hospital de Todos os Santos ..... 392
— em Santarem (Hospital dos) ..... 22
— (A questão da creação dos) ... 116 e 149
— em 1814 (Estado dos) ..... 133
— sua administração a cargo das Camaras ..... 146
— Estudos sobre a sua creação..... 135
— Mortalidade na Casa de S. Roque.... 132
— Sahem arregimentados pela cidade... 144
— Estatisticas diversas ..... 404 e 419

## F

**FMI** lettras na bandeira da Misericordia ..... 35 e 98
**Fac-simile** da assignatura de Claudio Aqua Viva ..... 273
— do conde de Rio Maior, Estampa VIII. 162
— de el-rei D. Manuel ..... 48
— de Francisco Suarez..... 241
— de Ignacio de Loyola..... 239
— de João Baptista Carbone ..... 285
— de D. João de Borja..... 274
— de Joaquim Antonio de Aguiar, Estampa VII..... 159
— do Dr. Thomaz de Carvalho, Estampa IX..... 164
— da rainha D. Leonor, Estampa I..... 17
— de S. Francisco Xavier ..... 258
**Faro** (Casas de D. Estevão de) ..... 177
**Feira** das flôres ..... 68
**Feliziani** (D. Francisco).—Arma a capella de S. João Baptista ..... .. 208
**Felix Ferreira**.—Citado..... 50, 90 e 110
— O seu livro ..... XVI e 352
**Fernandes** (Garcia).—Pintor..... 71
— Noticias biographicas, Nota XVI .... 523
**Festividades** na egreja de S. Roque .... 281
— — supprimidas..... 127
**Ficalho** (Titulo de conde de)..... 195
**Filhas** de Caridade (Congregação das).. 135
**Filippe I**.—Doações á Misericordia..... 84
— II.—Protege a Misericordia..... 85
— É recebido por irmão..... 84
— Visita a egreja da Misericordia ..... 84

PAG.

**Filippe II.**—Envia a Lisboa Filippe Terzo ..... 188
**Florença** (Misericordia de) ..... 41 e 42
**Flôres** no adro da Misericordia (Venda de) ..... 67 a 69
**Fogaréos** (Procissão dos) ..... 57
**Fonseca** (P.e Pedro da).—Manda edificar a Casa Professa ..... 192
**Forca** (onde foi a) ..... 105
— na Ribeira, Nota XX ..... 78 e 526
**Formulario** da Misericordia ..... 460
**Freire.**—Pintor. Auctor do retrato de Martim Gonçalves da Camara, na Camara Municipal ..... 206
— (Agostinho José) ..... 139
— (Manuel).—Gravador ..... 219
**Freires** de Christo.—Recebem a egreja da Conceição Velha ..... 78
**Freitas** (José Valentim de).—Auctor do desenho do passo de S. Roque ..... 174
— Soares (José Pinheiro de).—Medico. Auctor de memoria sobre a amammentação ..... 135
**Froes** (Bartholomeu).—Institue a capella do Espirito Santo ..... 207
— (Luiza).—Instituidora da actual capella do Santissimo de S. Roque ... 215
**Frontal** da Capella de S. João Baptista, Estampa XVII ..... 261

## G

**Gafarias** ..... 21
**Galram** (D. Fr. Antonius á Matre Dei).—Seu retrato ..... 301
**Gama** (D. Luiz da).—Sepultura em S. Roque ..... 207
**Gandia** (A conversão do Duque de).—Quadro *(nota)* ..... 194
**Gaspar Dias.**—Pintor ..... 226 a 228
**Giardoni.**—Artista italiano ..... 214
**Gibitaria** (Villa Nova da) ..... 61
**Giovannini.**—Esculptor italiano ..... 208
**Giusti** (Alessandro).—Esculptor.. 208 e 266
**Godinho** (D. Simóa).—Quem era; funda a capella do Espirito Santo ..... 63
— — Funda a Cartuxa de Laveiras .... 310
**Gomes** (João Antonio).—Pintor ..... 295
**Gonçalves** (André).—Pintor ..... 258
**Governo** do Hospital Real dado á Misericordia ..... 89
**Graça** (Convento de Nossa Senhora da). Sepultura dos Gomides ..... 74 e 75
**Gravura** do grupo da Misericordia ..... 86
**Guarienti.**—Pintor ..... 227
**Guerrini.**—Metallista italiano ..... 214

## H

PAG.

**Haupt** (A.)—Citado ..... 223
— Aprecia os azulejos de S. Roque .... 234
**Henrique** (Cardeal-rei D.)—Protege a Misericordia ..... 83
**Hospicios** de velhos do Amparo e Sant'Anna ..... 421 a 427
**Hospital** a Santo Antonio da Sé ..... 18
— inglez em S. Roque ..... 177
— Real de Todos os Santos, fundação .. 18
— sua instituição e seus provedores .... 88
— seu governo dado á Misericordia, Nota XVIII ..... 89 e 525
— Residencia dos Provedores.... 111 e 112

## I

**Ignacio de Loyola.**—Carta sua e fac-simile da assignatura ..... 238 e 239
— — Quadros representando a sua vida. 229
— **Martins** (P.e).—Ensina doutrina em S. Roque ..... 215
— — Dirige as procissões dos meninos.. 269
— — Reliquias que trouxe ..... 273
**Imprensa.** Vidè **Typographia.**
**Incuraveis** (O hospital dos) ..... 421 a 427
**In-Pace** nas casas da Companhia de Jesus ..... 192 e 193
**Inquerito** ácerca do Instituidor ..... 34
**Inscripções** na sala das loterias ..... 385
**Insignias** da Irmandade ..... 95 e 102
— — (as actuaes) ..... 328 e 329
**Instituição** da Misericordia na Sé ..... 12
**Instituidor** (Inquerito e justificação do) ..... 31 e 34
**Invalidos** militares (Primeiro hospicio para os).—Fundado pelo infante D. Luiz ..... 10
**Invocação** da Confraria ..... 56 e 96
**Irmandade.**—Excesso de numero de Irmãos ..... 131
— da Misericordia nos sahimentos regios. 101
— de S. Roque ..... 184
**Irmãos.**—Condições de admissão ..... 94
— novos (Juramento dos) ..... 113
— numero excessivo ..... 131
— da Confraria de S. Roque admittidos na Confraria da Misericordia ..... 122
**Isabel** (D.) Duqueza de Bragança.—Sepultura ..... 28
— imperatriz de Austria ..... 193
— (Ordem de Santa).—Sua instituição.. 286

## J

**Jesus**, na egreja de S. Roque (Capella de). 204
— Maria José (Capella de) ..... 203
— em Setubal (Convento de) ..... 81

PAG.
**Joanna** (D.)—Filha da imperatriz Isabel, *(nota)* ..... 194
**João II** (D.)—Seu reinado, Nota I ..... 513
— arvore genealogica ..... 516
— III.—Compra terras aos Padres ..... 189
— Faz doação de casas na Portagem ... 75
— Institue a confraria de Almeirim .... 184
— reside em Enxobregas ..... 25
— na sala da Misericordia (retrato de) .. 295
— V (Busto de) ..... 266
— funda a capella de S. João Baptista .. 207
**Jubileo** das 40 horas instituido em S. Roque ..... 280
**Junta** de missões creada em S. Roque .. 288
**Juramento** dos Mesarios ..... 112
**Juros** (prohibe o Marquez que a Misericordia dê dinheiro a) ..... 122
**Justiçados** (despesas que a Misericordia fazia com os) ..... 443

K

**Kaiser**, artista italiano ..... 214

L

**Lacerda** (D. José de).—Deão da Sé .... 211
**Ladra** (feira da) ..... 70
**Lafões** (Duque de).—Attribue-se-lhe a iniciativa da instituição das loterias ... 368
**Lagarto** (Fr. Pedro).—Seu retrato em S. Pedro de Alcantara ..... 301
**Lancastre** (Cardeal D. Verissimo de).—Sua sepultura ..... 303
— (D. Lourenço de).—Provedor ..... 132
— (D. Pedro de Almeida e).—Sua sepultura ..... 303
**Lancastres** (a capella dos) ..... 299
**Lapides** gothicas em S. Roque, Estampa XII ..... 181 e 182
**Larcher** (Joaquim).—Adjuncto ..... 160
**Laurens** (João Paulo).—Auctor de um quadro *(nota)* ..... 194
**Lava-pés** como se effectuava ..... 283
**Laveiras** (Convento da Cartuxa de) .... 310
**Legados** diversos que a Misericordia paga ..... 449
**Leiria** (Antonio da Cruz Xavier).—Restaurador ..... 254
**Leoni** (Carlos Antonio).—Pintor. Auctor do retrato de Fr. Miguel ..... 33
**Leonor** (A rainha D.) ..... 8 e 19
— — Regente do reino ..... 12
— — Protecção ás artes e lettras . 19 e 20
— — Sua caridade e testamento, Nota II ..... 24, 25 e 515
— — Retratos e reliquias, Estampa III, 26 e 35
PAG.
**Leonor** (A rainha D.)—Sua sepultura 26 e 27
— — Vesperas e sahimento por sua alma. 28
— — Suas armas ..... 514
— — (Opiniões acerca da) ..... 513
— — Auctores que a descreveram ..... 515
— — (Arvore genealogica da) ..... 516
— — (A empresa da) ..... 517
— — (O relicario da), Nota VII ..... 519
— — (retrato e fac-simile da), Estampa I. 17
**Livro** de armas dos reis, etc ..... 293
— de Horas de D. Leonor ..... 26
**Livros** na porta da Misericordia (Vendedores de), Nota XV ..... 523
**Lojas** do edificio da Misericordia. 75 e. 76
— da Misericordia, na rua da torre de S. Roque ..... 177
**Loterias** ..... 367 a 388
— effectuadas de 1864-1899 (Mappa das). 387
— sua creação ..... 130
— (Distribuição dos lucros das) .. 373 a 385
**Ludovice**.—Architecto de Mafra ..... 207
**Lutti**.—Mestre de Vieira Lusitano ..... 225
**Luz Chacim** (D. Fr. Francisco de Nossa Senhora da).—Seu retrato ..... 301

M

**Macedo** (Dr. Antonio de Sousa de).—Dono de lojas e armazens no edificio da Misericordia ..... 77
— (P.e José Agostinho de).—Prega em S. Roque ..... 286
**Machado** (Alfredo de Ascensão).—Restaura o modelo da capella de S. João Baptista ..... 208
— (Cyrillo Wolkmar).—Pintor .. 228 e 300
— (Polycarpo José).—Terceiro Provedor. 160
— de Mendonça.—Enfermeiro-mór, seu memorial, Nota XVIII ..... 525
**Madre de Deus**.—(O convento da), edificado por D. Leonor .... 19, 26 e 27
— — pertence ao Asylo de D. Maria Pia. 171
— — (Os quadros gothicos da) ..... 519
— — (Fr. Bernardo da) ..... 46 e 47
**Madureira** (P.e João de).—Dá a invocação de duas capellas ..... 198
**Magalhães e Avellar** (Fernando de).—Adjuncto ..... 158
**Maia** (Manuel da).—Sua vida e sepultura. 306
**Mamposteiros** da Irmandade ..... 96
**Mantas** (Moraes).—Propõe o mercado de flôres no Loreto ..... 69 e 178
**Mantua** (Duqueza de).—Enclausurada em Enxobregas ..... 25
**Manuel** (D.).—Seu reinado ..... 6 e 7
— Arvore genealogica ..... 516
— Vesperas e sahimento ..... 28

PAG.
**Manuel** (D.)—Fac-simile da sua assignatura ..... 48
**Maratta** (Carlos).—Pintor..... 209
**Marcelli.**—Artista italiano ..... 214
**Marchionni.**—Esculptor italiano ... .. 208
**Marcos Esteves.**—Bispo de Çafi, Provedor do Hospital ..... 89
**Mardel** (Julio).—Encontra a sepultura de Albuquerque..... 75
**Maria** (Infanta D.)..... 9
— — edifica o convento da Luz ..... 188
— (D.) Mulher de Maximiliano II ..... 195
— I (D.).—Protege os enjeitados ..... 23
— — Determinações em relação aos expostos ..... 128
— — cria a ordem de Santa Isabel..... 133
— **Pia** (D.)—Institue a associação das créches ..... 24
**Marialva** (1.º marquez de).—Funda o convento de S. Pedro de Alcantara.... 298
**Marquez de Pombal.**—Sua protecção á Misericordia ..... 122 a 128
**Martens Ferrão.**—Projecto de regulamento para os expostos ..... 153
**Martinho** (D.)—Bispo da Guarda..... 21
— da Costa (D.)—Arcebispo de Lisboa . 12
— de Molina (Fr.)..... 14
**Martins** (P.e Ignacio).—Vidè **P.e Ignacio Martins.**
— (João Vicente).—Funda a créche do Porto ..... 23
**Martyres** (Capella dos Santos)... 198 e 305
**Mascarenhas** (D. Fernando Martins de).—Sua sepultura ..... 242
— (D. Pedro)..... 185
**Massucci** (Agostino).—Pintor italiano. Auctor dos paineis da capella de S. João Baptista..... 207 e 209
**Maternidade** (Projecto de enfermarias de) 154
**Maternidades** ..... 408
**Mattos** (Fernam de)—Acompanha o feretro de D. João de Borja..... 195
— (Francisco de)—Auctor de azulejos.. 233
**Mattos Lobo.**—Execução... 106, 107 e 526
**Medico** e botica aos enfermos.... 455 a 463
**Medicos** que serviram a Misericordia. 464 a 475
**Mena Junior** (A. C.)—Pede para o Museu do Carmo a estatua de S. Roque *(nota)* ..... 178 e 255
**Mendigos** em Lisboa..... 59
— nas procissões ..... 75
**Meninos** de Lisboa (Hospital dos)..... 391
— de Santarem (Hospital dos) ... 21 e 22
**Mercado** de flôres em S. Roque ..... 178
**Mercearias** fundadas por D. Leonor ... 19
**Mesa** da Misericordia.—Titulos de que usava ..... 123
— — dissolvida..... 140
— dos enjeitados ..... 117

PAG.
**Mesa** dos enjeitados abolida..... 123
— dos santos innocentes.... 397, 399 e 527
**Midosi** (Paulo).—Adjuncto ..... 162
— — Quinto Provedor ..... .. 163
**Miranda** (Gonçalo de).—Provedor do Hospital ..... 88
**Misericordia** (A classe da) ..... 76
— (Edificio da) ..... 60
— (Privilegios, isenções, etc. da)..... 59
— (Beneficios que prestava a) ..... 92
— Sua nova organização ..... 140
— Palavra escripta no pendão do Santo Officio ..... 14
— de Florença ..... 14
— do Porto, seu centenario ..... 349
— de Roma ..... 40
— de Santarem ..... 14
**Misericordias** italianas ..... 41 e 42
— Novas regras da sua administração .. 132
**Missas** na Misericordia ..... 445
— que se diziam na egreja ..... 92 e 127
**Mitylene** (D. João, arcebispo de) ..... 211
**Modelo** da capella de S. João Baptista .. 208
**Monteiro** (P.e Diogo).—Faz o retabulo da capella-mór de S. Roque ..... 197
— (Joaquim Pedro).—Serralheiro portuguez ..... 215
**Moor** (Antonio).—Pintor ..... 295
**Mora** (Mario Tavares) ..... 532
**Moraes** (P.e Antonio de)—Traz de Roma o painel da Circumcisão ..... 197
**Moretti** (Mattia).—Mosaicista da capella de S. João Baptista ..... 208
**Mosaicos** italianos, na egreja de S. Roque ..... 216 e 223
**Moura** (Christovão de) ..... 84
— e Mendonça (Joaquim Manuel de) ... 211
**Mousinho** de Albuquerque..... 139
— da Silveira.—Estuda e regula a questão dos expostos..... 147
**Mudança** da Misericordia para o novo edificio..... 120
**Muralha** de D. Fernando ..... 172
— Lapide na Escola Academica ..... 176
**Murphy** (J. C.)—Citado..... 131
**Museu** da capella de S. João Baptista .. 260
— (Vista geral do), Estampa XVIII..... 264

## N

**Nadal** ou **Natal** (P.e Jeronymo).—Vem a Lisboa ..... 185
**Nepomuceno** (José Maria).—Architecto. Repõe no seu logar o tympano da Conceição Velha..... 79
— — Citado..... 188
**Neto Leite** (José Maximo de Castro).—Adjuncto ..... 158

PAG.
**Niccoli** (Paolo).— Artista italiano. Dirige a construcção da capella de S. João Baptista ..... 208
**Nizas.**— Passam a habitar Enxobregas.. 26
— em S. Roque (O palacio dos).. 173 e 176
**Nobres** em S. Roque (Capella dos)..... 203
**Nogueira** (José M. Antonio).— Citado .. 89
— avalia um codice ..... 238
**Nossa** Senhora do Desterro, na egreja de S. Roque (capella de) ..... 200
— — da Oliveira ou dos Confeiteiros (Ermida de) ..... 118
**Novaes** (Vicente Ferreira de).—Adjuncto. 160
**Numero** de Irmãos da Confraria excedido em 1767 ..... 122

O

**Obras** na egreja de S. Pedro de Alcantara. 307
— na egreja de S. Roque ..... 254
**Observações** astronomicas na torre de S. Roque ..... 284
**Odontalgico** (Posto) na Misericordia ... 459
**Oeiras** (Predio em) comprado pela Santa Casa ..... 464
**Officio** dos Padecentes ..... 106
**Officios** por alma da rainha D. Maria, de D. Leonor e de D. Manuel ..... 74
**Oliveira** (Fr. Nicolau).— Citado.. 83 e 91
**Onez** (D. Lorenza).— Mulher de D. João de Borja ..... 195
**Orago** das Misericordias ..... 39
**Ordem** da SS. Trindade *(nota)*..... 8
— de Santa Isabel ..... 286
**Orfãos** (Cofre dos) posto em segurança.. 125
**Organistas** ..... 256 e 257
**Orgão** da egreja de S. Roque . .. 202 e 256
**Orgãos** diversos *(nota)* ..... 256
**Origem** italiana das Misericordias, Nota IX ..... 520

P

**Padecentes** (Cemiterio dos)..... 106
— (Papel da Misericordia junto dos). 102 e 104
— (Capella de Santo Christo dos)..... 71
**Pae** dos Velhacos (o que era)..... 111
**Paineis** da Misericordia ..... 98
**Palmyra** (D. José, arcebispo de). Provedor ..... 158
— — Pede o restabelecimento da ordem de Santa Isabel ..... 134
**Paraiso** (Nossa Senhora do).— Mosteiro em Evora ..... 293
**Passo** do Senhor no largo de S. Roque. 174
— — demolido ..... 177
**Passos** (Confraria de Santa Cruz e), *(nota)*. 223

PAG.
**Passos** da Graça (Procissão do Senhor dos). 279
— **Manuel** legisla sobre os expostos.... 147
— — ordena um novo compromisso ... 145
**Patavinus** (Fr. Antonio).— Seu retrato . 301
**Patriarcha** (Pateo do) ..... 173
**Pedidores** de pão ..... 57
**Pedro** II (D.)— Seu sahimento..... 101
— V (D.)— Uma carta ácerca do ensino dos expostos ..... 413
**Pegado** (Manuel Pereira).— Pinta as bandeiras da Misericordia ..... 99
**Penalva** (Pateo do marquez de) ..... 174
**Penha de França** (Ermida do Monte Agudo) ..... 200
**Pentecoste.**— Quadro de Massucci..... 209
**Perdão** dos réos quando cae sobre elles a bandeira da Misericordia .. 109 e 110
**Pereira de Miranda** (A. A.)— Provedor. 170
**Perestrello** (Sebastião).— Sepultado em S. Roque ..... 207
**Pessoa Cabral** (Conego José Antonio Ribeiro) ..... 211
**Pezerat.**— Engenheiro da camara ..... 179
**Picota** da Ribeira ..... 78
**Piedade** (Capella de Nossa Senhora da) na Sé de Lisboa ..... 12 e 204
**Pimentel** (A.)— Estabelece o mercado de flôres ..... 69
— Citado ..... 99
**Pina Manique.**— Cria as rodas dos expostos no paiz..... 130 e 402
**Pires de Carvalho** (Noticia ácerca dos). 199
**Planta** do bairro alto (1807), Estampa X 172
— da Casa de S. Roque *(nota)*, Estampa XIV ..... 192
**Plantas** do antigo edificio da Misericordia, Estampa IV ..... 64
**Poço** dos Negros ..... 183
**Poços** na cerca de S. Roque..... 192
**Populo** (Imagem da Senhora do)... 65 e 70
**Portagem** (casas dadas á Misericordia na). 75
— (rua da) ..... 66
**Porta** da egreja da Misericordia .. 64 e 70
**Portas** do Mar (Arco das).... 61, 64 e 105
**Prata** amoedada em 1808..... 261
**Pregadores** illustres, em S. Roque ..... 284
**Prepositos** da Casa Professa (Relação dos). 192
**Presos** (Soccorros aos) ..... 441
**Prieto** (Joaquim).— Pintor restaurador de quadros, Nota XXIX e 230, 231, 259 e 529
**Privilegios** da Misericordia ..... 313
— — Sua enumeração alphabetica. 317 a 328
— — (Livros dos)..... 316
**Procissão** dos fogaréos..... 57
— das Endoenças na provincia, Nota XIV. 522
— dos passos da Graça..... 279
— das reliquias ..... 269
**Procissões** da Misericordia..... 44 e 45
— que sahiam de S. Roque..... 280 e 283

PAG.
**Provedor** (Fr. Miguel) ..... 32
— suas attribuições ..... 56
— das obras do Paço ..... 199 e 200
**Provedores** viviam no Hospital Real. 111 e 112
— (Os modernos) ..... 158
— (Relação dos) ..... 331
— da Misericordia (Os soberanos foram). 314
— do Hospital Real, Nota XIX... 88 e 525

Q

**Quadros** da egreja de S. Roque ..... 223
— das salas da Misericordia ..... 288
**Quillard** (Antonio).— Pintor ..... 299

R

**Receita** da Santa Casa ..... 359
**Receitas** diversas creadas pelo marquez de Pombal ..... 126
**Recolhimento** das orfãs no antigo edificio da Misericordia ..... 65 e 75
— — Seu primeiro Regimento ..... 435
— — de Manuel Roiz da Costa ..... 77
— — Sua casa actual ..... 434 e 439
— — Sua organização ..... 429 a 440
— — Passa para S. Pedro de Alcantara. 141
**Recolhimentos** que havia em Lisboa ... 429
**Regimentos** do Hospital Real .... 88 e 90
**Registos** de S. Roque ..... 219
**Reinoso** (André).— Quadros em S. Roque ..... 229 e 257
**Reis** (José).— Pintor, imita os azulejos de Mattos ..... 234
**Reliquias** (Doação das) ..... 195
— existentes em S. Roque ..... 267 a 275
— (Noticia do descobrimento das) ..... 180
**Renascença** em Portugal, Nota I. 1 a 6 e 511
**Rendimentos** da Santa Casa.— Sua enumeração ..... 359 a 365
— (Mappa dos) ..... 366
**Retrato** do arcebispo de Palmyra ..... 159
— do conde de Rio Maior, Estampa VIII e 528
— de D. Catharina ..... 295
— dos arrabidos illustres no antigo convento de S. Pedro de Alcantara .... 301
— de D. João III ..... 295
— de Joaquim Antonio de Aguiar, Estampa VII ..... 159 e 528
— de fr. Miguel Contreiras, Estampa II.. 30
— da rainha D. Leonor, Estampa I. .... 17
— do dr. Thomaz de Carvalho, Estampa IX ..... 164
— dos provedores e adjunctos, na sala da administração ..... 528
**Ribadeneyra** (P.e) — Citado ..... 195
**Ribeira** com seus logares e alpendres... 78

PAG.
**Ribeiro da Cunha** (Francisco) ..... 264
**Ribera** (quadro attribuido a) ..... 229
**Rio Maior** (Conde de).— Adjuncto ..... 161
— — 4.º Provedor ..... 162
— — Opusculos que escreveu ..... 153
— — deixa um fundo de soccorros a expostas ..... 163
— — supprime a roda ..... 152
— — Seu retrato e fac-simile, Estampa VIII ..... 162 e 528
**Roc' Amador** (Hospital de Santa Maria de). 118
**Rocchini**. — Photographias do largo e egreja de S. Roque ..... 179 e 215
**Rocha** (Joaquim Manuel da).— Pintor... 300
**Roda** na Betesga ..... 394
— sua creação ..... 130 e 401
— artigo do dr. Thomaz de Carvalho ... 405
— fecha em 1870 ..... 152
— providencias diversas ..... 533
**Rodas** (A questão das) ..... 149 a 154
— da loteria substituidas pelas actuaes, Estampa XXII ..... 155 e 381
**Rodrigues** (Antonio).— Architecto *(nota)*. 189
— (P.e Sebastião).— Manda dourar o retabulo da capella-mór de S. Roque . 197
**Rosa** (José Antonio da).— Sepultura em S. Pedro de Alcantara ..... 307
**Rosario** (Fr. Manuel do).— Seu retrato.. 302
**Rosière** (Marquez de la), sua sepultura . 309
**Rossiona** (bispo de) sagra o adro da peste ..... 181 e 182
**Rotolini**, artista italiano que trabalhou as pedras da capella de S. João Baptista. 214
**Roza**.— Artista italiano ..... 214
**Ruam** ou **Ruão** (Jeronymo de).— Architecto ..... 188

S

**Sacra Familia** (Capella da) ..... 203
**Sacristia** de S. Pedro de Alcantara .... 307
— de S. Roque ..... 257
**Sala** de extracções (nova) ..... 385
**Salas** da administração da Misericordia.. 287
**Salles** (José Maria).— Pintor ..... 230
**Salvi** (Niccolo).— Architecto da capella de S. João Baptista ..... 207
**Sampaios**.— Pintores ..... 300
**Sampayo** (João Pimenta de).— Seu jazigo na capella das Virgens ..... 198 e 199
— (Commendador Manuel Pereira), encarregado da encommenda da capella de S. João Baptista ..... 207
**Sanchez Moguel** (Dr.)— Citado no capitulo VII ..... 202 e 206
— — visita S. Roque ..... 195
**Santa Cecilia** (Irmandade de) ..... 278

PAG.
**Santa Isabel**.—Funda o hospital dos meninos ..... 21
— (Procissão de) ..... 73
— (Ordem de) ..... 134
**Santa Rosa** (Fr. Hilario de).—Seu retrato) ..... 301
— **Thereza** (Fr. Antonius à).—Seu retrato ..... 301
**Santo Antonio** acode a salvar o pae.... 105
— — (Asylo de) ..... 75
— — em S. Roque (Capella de) ..... 204
— — Quadro de Vieira ..... 224
**S. Francisco Xavier**.—Quadros que o representam e o seu retrato ..... 227
— — fac-simile da sua assignatura..... 258
**S. Jeronymo** (Vidè P.e Antão de).—Seu retrato ..... 301
**S. João Evangelista** (Congregação de).. 89
**S. Jorge** (altar de) na egreja do Hospital ..... 88
**S. José** (D. Fr. Cypriano de).—Seu retrato ..... 301
**S. Lourenço** (Dia de) ..... 113
**S. Lucas** dos pintores (Irmandade de).. 226
**S. Pedro** de Alcantara doado ás orfãs (O antigo convento de) ..... 141 e 298
— — (Rua de) ..... 178
— — (Alameda de) ..... 308
**S. Roque** advogado contra a peste ..... 180
— — (A estatua de), Estampa XI..... 177
— — (A ermida de)..... 181 e 187
— — (A Confraria de) ..... 184
— — (Reliquias de) ..... 180
— — (A capella de) ..... 218
— — no Carmo (A capella de) ..... 184
— — (A frontaria da egreja de) ..... 174
— — (O sitio e o largo de) ..... 172
— — (A rua larga de) ..... 174
— — (Doação do edificio de) ..... 118
**S. Sebastião** (A capella de)..... 207
— — (Egreja de) ..... 77
— — (Procissão de) ..... 283
**S. Vicente Ferrer** ás Olarias (Ermida de). 117
— de Paulo ..... 21
— — e as rodas..... 153
**Scorraille** (P.e).—Diligenceia encontrar a sepultura de Suarez ..... 240
**Sebastião** (D.) — Dá á Misericordia a administração do Hospital..... 89
— — Protege a Misericordia ..... 83
**Senhora** da Misericordia ..... 80
— — (Painel de azulejo da)..... 533
**Sepulturas** na egreja da Misericordia... 72
— em S. Pedro de Alcantara .... 302 a 307
— em S. Roque ..... 235 a 254
— no antigo convento de S. Pedro de Alcantara ..... 302
**Sequeira** (Domingos Antonio de).—Pinta o quadro de S. Bruno ..... 310

PAG.
**Sequeira** (Domingos Antonio de).—Noviço na Cartuxa ..... 311
**Serviço** religioso da Santa Casa reduzido pelo marquez Pombal..... 127
— — restabelecido ..... 129
**Simas** (João José de).—Medico, auxilia efficazmente o Adjuncto Braamcamp. 150
**Sinos** de S. Roque..... 275 e 532
**Soares** (P.e Francisco).—Vidè Suarez.
**Solemnidades** em S. Roque pela posse da Misericordia ..... 121
— da egreja de S. Roque ..... 279
**Sousa** (Antonio José de).—Funda a créche de Vianna..... 23
— (Garcia de).—Provedor do Hospital.. 89
— (D. Luiz de).—Arcebispo ..... 13
— Lobo (Martinho Affonso) ..... 211
— **Viterbo** (Dr.)—Artigo ácerca da capella de S. João Baptista..... 212
— — Collabora no catalogo do museu.. 264
— — Refere-se ao dr. Thomaz de Carvalho ..... 165
**Suarez** (P.e Francisco). — Sua sepultura ..... 200 e 239
— — (epitaphio do) ..... 242
— — (fac-simile da assignatura)..... 241
**Subsidios** a mães..... 152 e 457
— nas parochias..... 126
— para rendas de casas ..... 452
**Subtil** (João).—Provedor do Hospital... 88

## T

**Tangedores** de orgão ..... 257
**Tavares** (Dr. Carlos).—Referencia a Thomaz de Carvalho ..... 166
**Tecto** da egreja de S. Roque ..... 191
— sua pintura ..... 229
**Te-Deum** solemne de acção de graças no dia ultimo do anno ..... 283
**Telles** de Mello (Luiz Francisco Xavier). 211
— de Menezes (Fernão).—Sepultura ... 253
**Terra Solta** (Capella de Nossa Senhora da) ..... 12 e 13
**Terreiro** com arcos e lojas..... 78
— de S. Roque ..... 172
**Terremoto** (Damnos que causa em S. Roque o) ..... 173
— de S. Martinho ..... 191
**Terzo** (Filippe).—Constroe a egreja de S. Roque ..... 188
— — Noticia historica *(nota)* ..... 188
**Testadores** que podem deixar aos Hospitaes e Misericordias ..... 126
**Testamenteira** (A Misericordia era).... 316
**Testamento** de D. João II ..... 41
— de D. Leonor, Nota II ..... 515
— de Santa Isabel ..... 22

PAG.
**Theatro** do Bairro Alto ..... 175
**Thesouro** de S. Roque ..... 260
**Titulos** de que usava a Mesa da Misericordia ..... 123
**Torre** de S. Roque ..... 275
— — (Rua da) ..... 178
**Toscano** (Sebastião).—Frade agostinho, préga o panegyrico de Affonso de Albuquerque ..... 74
**Tregian** (D. Francisco).—Fidalgo inglez. Sepultura em S. Roque ..... 251
**Trevisani** (Francisco).—Pintor do quadro do *Pentecoste* ..... 209 e 225
**Trindade** (Convento da) demolido ..... 33
— (Porta da) ..... 172
— (Rua Nova da) ..... 177
**Tumbas** da Irmandade (Cerimonial das). 69
**Turriano** (Leonardo).—Architecto *(nota)*. 189
**Typographia** em Portugal (A) ..... 518
— da loteria ..... 385

V

**Vadios** (A Misericordia cuida pelos).... 111
**Valladares** (Conde de).—Auctor do novo regimento do Recolhimento ..... 128
**Vanvitelli** (Luigi).—Architecto italiano. Auctor da capella de S. João Baptista. 207
**Varandas** sobre a egreja de S. Roque... 191
**Vasconcellos** (Antonio de).—Padre da Companhia ..... 207

PAG.
**Vasconcellos** (Hieronymo de).—Sepultura em S. Roque ..... 253
— (Soeyra de) ..... 207
**Veiga** (João Antonio de Carvalho).—Adjuncto ..... 168
— (P.e Manuel da).—Auctor de um livro manuscripto *(nota)* ..... 180 e 267
**Vesperas** e sahimentos por D. Leonor e D. Manuel ..... 28
**Vidigueira** (Condes da) ..... 172
**Vieira** (P.e Antonio).—Préga na egreja da Misericordia ..... 75
— — Préga em S. Roque ..... 284
— (P.e Ignacio).—Sepultura em S. Roque ..... 252
**Vieira Lusitano**.—Quadros ..... 223
**Virgens** (Capella das Santas) .... 198 e 201
**Visitação** ..... 95
— orago das Misericordias (Dia do). 39 e 56
— (Procissão da) ..... 73
**Visitadas** (as antigas) ..... 450
— diversas classes ..... 457

W

**Werschappel**.—Esculptor italiano..... 208

Z

**Zurbaran**.—Attribue-se-lhe um quadro.. 227

# COLLOCAÇÃO E DESCRIPÇÃO DAS ESTAMPAS

PAG.

ESTAMPA I.—**A rainha D. Leonor.**—É a gravura referida a pag. 27. O fac-simile é reproducção do publicado n'*O Principe Perfeito,* de Oliveira Martins..... 17

EST. II.—**Fr. Miguel Contreiras. F. M. I.**—É a photogravura referida a pag. 34..... 30

EST. III.—**Pia de agua benta da rainha D. Leonor** *(Madre de Deus).*—**As bandeiras da Misericordia** *(face e reverso).*—A pia de agua benta foi reproduzida do desenho de B. A. Ceia, publicado pelo sr. Liberato Telles na sua memoria *Mosteiro e egreja da Madre de Deus.* A ella nos referimos na pag. 27. Tem n'uma face as armas da rainha e na outra a sua empresa (vidè nota III).—As bandeiras da Misericordia são a reproducção photographica de uma das que hoje existem na egreja de S. Roque. É uma photogravura publicada no livro *O culto de Nossa Senhora em Portugal,* pelo sr. Alberto Pimentel. Descrevemol-as a pag. 35 e 98. 35

EST. IV.—**Carta topographica do antigo edificio da Misericordia e suas cercanias.**—Calcada sobre a planta authentica da cidade destruida; coordenada e modificada pela comparação d'aquelle desenho com a planta de João Nunes Tinoco (1650); com a do sargento engenheiro-mór Monteiro de Carvalho (1756); com a *Carta da parte mais arruinada de Lisboa, na fórma em que se achava antes da sua destruição para sobre ella se observarem os melhoramentos necessarios* (segundo as reproducções nos estudos *Muralhas de Lisboa* e no *Archeologo,* t. v, pag. 326, e segundo copia pelo auctor sr. Vieira da Silva, offerecida em 1898 ao sr. visconde de Castilho), e finalmente com as indicações do *Tombo da cidade,* que na carta se designam na sua posição hypothetica.—N'esta carta vêem-se o adro grande sobre a rua da Misericordia, da parte do Terreiro; o adro ou taboleiro pequeno para a rua de Cima da Misericordia, onde havia a porta travessa com a inscripção que está no Museu do Carmo, e a imagem de Nossa Senhora de Populo, e varios arcos e postigos da cidade. N'ella se delineam a traço pontoado as novas ruas da cidade baixa reconstruida..... 64

EST. V.—**Estado actual da frontaria da Conceição Velha.**—Reproducção de uma photographia de amador..... 72

PAG.

Est. VI.—**A frontaria da Conceição Velha** (1818-1880).—Reproducção de uma bella lithographia de J. P. Monteiro (da collecção intitulada *Paizagens e monumentos de Portugal*) ..... 80

Est. VII.—**Joaquim Antonio de Aguiar, Provedor.**—Reproducção de uma lithographia de Maurin ..... 159

Est. VIII.—**O Provedor conde (depois marquez) de Rio Maior.**—Reproducção de uma photographia obsequiosamente cedida pela ex.ma sr.a marqueza de Rio Maior... 162

Est. IX.—**Dr. Thomaz de Carvalho, Provedor** ..... 164

Est. X.—**Planta do bairro alto de S. Roque em 1807.**—Reproducção reduzida de uma parte da grande *Carta topographica da cidade de Lisboa, comprehendida entre barreiras; levantada debaixo das ordens, e direcçoens do Capitão do Real Corpo de Engenheiros, e Intendente das Reaes Obras Publicas Duarte José Fava; pelos officiaes do mesmo corpo, o primeiro tenente Luiz Antonio de Mello e os segundos tenentes João Pedro Duarte Pereira e João Damasceno da Cunha Machado Pinto. Anno de 1807.* Esta carta existe na Direcção das Obras Publicas do districto de Lisboa. Alli se vê a posição que occupava o postigo de S. Roque, no topo da actual calçada do Duque ..... 172

Est. XI.—**Estatua de S. Roque.**—Reproducção de uma photographia. A estatua mede 1m,60 de altura ..... 177

Est. XII.—**Inscripção lapidar da sagração do adro da peste, 1527.**—Reproducção photographica de um calco feito sobre a pedra em 1900 ..... 182

Est. XIII.—**Egreja e edificio da S. Roque.**—As duas vistas são reproducções de photographias offerecidas pelo amador sr. E. Barrault. A portaria, com seu alpendre e lampeão, em 1833, é reproduzida do desenho referido a pag. 174, na nota 4 ..... 188

Est. XIV.—**Planta geral do edificio e cerca de S. Roque em 1808.**—Reproducção reduzida da planta referida na pag. 191 e sua nota 1 ..... 192

Est. XV.—**Capella de S. João Baptista.**—Reproducção de photographia da casa Rocchini a que se allude no texto, a pag. 215. Apresenta-nos a capella ainda revestida dos amplos cortinados carmesins, que a encobriam ordinariamente á vista do visitante. N'ella se vêem os dois grandes tocheiros de prata e o candelabro; ao fundo no arco da capella avistam-se os grupos de anjos e figuras de marmore de Carrara. Por cima dos arcos das capellas vêem-se os retabulos triangulares que representam os doutores da egreja, descriptos a pag. 229. Mais acima ainda se distingue parte de dois dos grandes quadros da vida de Santo Ignacio (p. 229). Á direita vê-se parte do arco do cruzeiro, com a porta que deita para a sacristia. Á esquerda vê-se uma nesga da capella de Nossa Senhora da Piedade, com suas preciosas obras de talha, e a sua balaustrada de pau santo

PAG.

com mosaicos florentinos. Na face interna do arco ainda se distingue a imagem de S. Longuinhos..... 208

Est. XVI.—**Interior da egreja de S. Roque.**—Reproducção de uma photographia da casa Rocchini. Representa a egreja antes das grandes obras de 1894. Alli se vê ainda o orgão collocado no arco do cruzeiro, á direita; á esquerda vêem-se os cortinados que encobriam a capella de S. João Baptista. Na capella-mór vê-se tambem o baldaquino a que nos referimos a pag. 228. Aos lados da capella mór vêem-se as duas capellas, hoje transformadas em mostruarios das reliquias (pag. 199). Por cima as quatro janellas de que na mesma pagina falámos. Á direita o pulpito; sobre elle os dois nichos com estatuas. Nos intervallos das janellas que ficam sobre os arcos das capellas os grandes quadros da vida de Santo Ignacio. A primeira capella que se vê á direita é a de S. Roque. A segunda é a do Santissimo, fechada com a grade (pag. 216), e deante da qual pende o candelabro de tres lumes..... 216

Est. XVII.—**O frontal de prata da Capella de S. João Baptista.**—Reproducção de uma photographia da casa Rocchini..... 261

Est. XVIII.—**Museu das alfaias da Capella de S. João Baptista e da Misericordia.**—Reproducção de uma photographia de Bobone..... 264

Est. XIX.—**O terceiro casamento de D. Manuel.**—Quadro em madeira, seculo XVI, Misericordia de Lisboa..... 288

Est. XX.—**Tumulo de D. Alvaro da Costa.**—Reproducção de uma photographia do sr. J. A. Barbosa, de Evora..... 294

Est. XXI.—**Sello de armas da Misericordia de Lisboa.**—**Sellos de prepositos e provinciaes da Companhia de Jesus** (seculo XVI).—O sello de armas é reproducção de uma antiga gravura usada nos documentos e diplomas da casa. É quasi egual ao que descrevemos a pag. 296. Nas fig. 1 a 6 reproduzem-se, nas mesmas dimensões, alguns dos sellos dos testimonios das reliquias, de que se faz extensa noticia a pag. 271-275. Os n.os 1 e 2 são sellos dos prepositos da Companhia de Jesus. O n.º 2 pertence ao documento n.º 15 e tem a data de 1594. O n.º 3 é de 1634; pertence ao documento n.º 51. É o sello da Provincia Aragonense. O n.º 4 é datado de 1631. É o sello da Provincia Lusitanica. O n.º 5 é de 1601, do documento n.º 43, e o n.º 6, finalmente, é o emblema usado no alto dos documentos da Companhia; foi calcado sobre o documento n.º 21, com data de 1568..... 329

Est. XXII.—**As rodas da loteria.**—É uma das photogravuras que illustrou o artigo do *Branco e Negro*, citado na nota de pag. 381. Representa a antiga sala onde se faziam as extracções, n'um dia de *andar a roda*..... 381

Começou a impressão d'este livro

NA

TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

em maio de 1901

e acabou de imprimir-se

aos 30 dias do mez de outubro

de 1902.

VICTOR RIBEIRO

A SANTA CASA

DA

# MISERICORDIA

DE

LISBOA

1902

91-B322P

GETTY CENTER LIBRARY
3 3125 00018 8090